A RIBEIRA DE LISBOA

A

RIBEIRA DE LISBOA

DESCRIPÇÃO HISTORICA

DA

MARGEM DO TEJO

DESDE A MADRE-DE-DEUS ATÉ SANTOS-O-VELHO

POR

JULIO DE CASTILHO

LISBOA

IMPRENSA NACIONAL

1893

Á memoria

do

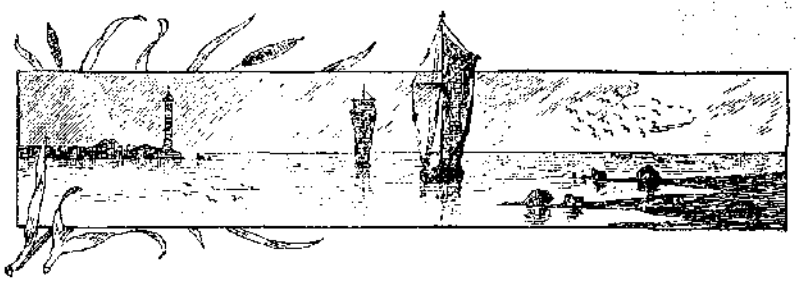
Modesto e prestantissimo operario dos estudos da antiguidade em Portugal

o fallecido

José Valentim de Freitas

Dedica este livro

O auctor.



CHAMOU com elegancia o Poeta portuguez PRINCEZA DAS CIDADES DO MUNDO á nossa insigne cidade de Lisboa, minha patria. E não com menos propriedade lhe chamou outro poeta RAINHA DAS AGUAS DO UNIVERSO, olhando bem a majestade com que, sobre as praias do Tejo, que lhe servem de solio, preside a todas as ribeiras do mar Oceano, cujo golfo, como praça, lhe preparou deante a Natureza, a qual praça se dilata até ás remotissimas ourelas da America septentrional, que tem por muro, á parte do Occidente, com mais de mil leguas de terreiro, entre a costa de Hespanha, que lava o mar Atlantico, e o remanente da Flórida, que vem descendo do Pólo arctico, por se enxirir nas estendidas provincias da Nova Hespanha; em tal modo, que Lisboa, como joia da testa da Europa (cuja cabeça se nos propõe a antiga Iberia) está offerecendo-se, antes que outro porto ou cidade, para descanso de todos os peregrinos navegantes, que de Asia, America, e Africa, veem buscar aquelle celebre emporio, como o mais certo, capaz, e seguro, de todo o Occidente.

D. FRANCISCO MANUEL DE MELLO.

INDICE DE SUMMARIOS

LIVRO I

Fainas navaes do Tejo

Capitulo I—A formosa bahia do Tejo contemplada dos altos de Belver.—Quadro pittoresco a servir de introducção ao livro..... 3

Capitulo II—Relance de olhos ás antiquissimas navegações dos Peninsulares.—Apontamentos archeologicos..... 6

Capitulo III—El-Rei D. Affonso Henriques e as suas forças navaes.—El-Rei D. Sancho II.—D. Affonso III.—D. Diniz.—Progressos na marinha nacional.—O Almirante Micer Manuel Pessanha.—Alguns traços biographicos d'esse notavel marinheiro..... 13

Capitulo IV—Menciona-se a nossa marinha em dias d'el-Rei D. Fernando.—El-Rei D. João I.—Suas providencias no sentido de regulamentar os assumptos bellico-navaes.—O Capitão mór do mar.—Scenas pittorescas na Ribeira de Lisboa em tempo das guerras do Mestre de Aviz.—O Arcebispo D. Lourenço.—Enumeram-se algumas armadas que se aprestaram aqui, e d'aqui sahiram.—Opposições surdas da opinião publica.—El-Rei D. Duarte insiste no mesmo proposito de seus maiores..... 19

Capitulo V—Cita o autor uma erudita memoria do Italiano Canestrini, e analysa-a.—Relações de Portugal com a Italia em dias do senhor D. João I. 26

Capitulo VI—Viagem do nosso Infante D. Pedro.—Livros e noticias que traz para o Reino.—Começam a accentuar-se as tendencias dos Portuguezes no sentido de descobrir pelo polo antarctico a via da India.—Receios que isso infunde em nações estrangeiras.—Manda a republica de Veneza a Portugal um emissario.—Conta-se por miudos o caso..... 31

Capitulo VII—Mostra-se como e quanto o grande Infante D. Henrique influiu nos nossos progressos navaes.—Citam-se varios autores antigos.—Lavra nas classes baixas e nas altas muito enthusiasmo.—Opulencia de Lisboa.—Menção de Fernão Lourenço e Fernão Gomes.—O Cabo das Tormentas.—Honrosa menção do grande Bartholomeu Dias..... 36

Capitulo VIII—Entra em scena Vasco da Gama.—Apresenta-se em todo o seu vigor esta singularissima personalidade.—Alguns traços biographicos do heroe.—Córte de madeiras e apparelho de navios para a empreza de montar o Cabo.—Onde foi construida a memoranda expedição.—Descreve-se ao leitor um sitio altamente historico.—Partida da armada do Gama..... 44

Capitulo IX.—Ficou inaugurado o terceiro periodo naval dos Portuguezes.—Despeito dos Venezianos.—Varios Florentinos auxiliam o commercio de Portugal. Enumera-se uma longa série de armadas e frotas que desde 1500 subiram de Lisboa.—Conclue-se com o anno de 1521..... 52

Capitulo X.—Na presença de todo esse trafego, mostra-se quanta importancia tem na nossa historia naval a Ribeira da cidade de Lisboa.—Cita-se Gil Vicente, e Garcia de Resende.—Construcção e apparelho de navios em Lisboa e n'outros portos do Reino.—Povoléo variadissimo e variadissimos mistéres accumulados na Ribeira.—Armadores estrangeiros.—Custo extraordinario das nossas armadas.—Importancia de Lisboa como Capital.—Um dito do Imperador Carlos V..... 56

Capitulo XI—Estaleiros em Lisboa e na *Banda d'alem;* em Setubal, na Pedreneira, em Moçambique, na ilha de Anchediva, na de Socotorá, em Goa, etc.—Cita-se uma apreciação do castelhano Pedro de Medina.—Enthusiasmos da opinião publica em Portugal.—O reverso da medalha.—Excellencias da nossa marinha de guerra.—Uma altiva e justissima resposta do Conde da Sortelha ao Imperador Carlos V..... 66

Capitulo XII—Cita o autor alguns navios antigos portuguezes notaveis por sua força e belleza.—Elogios de estrangeiros á pericia dos nossos constructores.—Perante essas maravilhas, collocam-se de relance os espantosos navios modernos.—A superioridade d'elles não nos humilha..... 72

Capitulo XIII—Providencias das antigas auctoridades para conservar limpas as praias de Lisboa.—Policia do mar.—O Consulado.—Pinta-se a largos traços o quadro dos nossos estaleiros em Santos e n'outras partes 78

Capitulo XIV—Doações successivas da Ribeira de Lisboa ao Municipio pelos antigos Soberanos.—Vai o autor emprehender com o leitor uma viagem de observação pelo Tejo ao longo da cidade.—Menção do barco *da carreira.*—Na Ribeira de Lisboa acha-se a nossa historia nautica, e vê-se a nossa importancia como nação colonial.—Cita-se, para concluir, Severim de Faria..... 83

LIVRO II

Da Madre de Deus á Misericordia Velha

Capitulo I.—Onde começa hoje a area de Lisboa.—As antigas portas da Cruz.—Mencionam-se as actuaes portas da Madre de Deus.—Palacio dos Viscondes de Manique, vendido ao snr. Conde de S. Vicente.—Pala-

cio do Conde da Feira, pertencente ao snr. Conde de Bertiandos.—Vista de olhos muito rapida ao proximo Campo de Santa Clara.—Analysam-se e descrevem-se minuciosamente as nobres portas da Cruz e a sua inscripção.—Os Telles de Mello, Secretarios de Guerra.—Outros Secretarios de Guerra, os Ferrazes.—O palacio d'estes ao Loretto.—Devoção da Cidade á Conceição Immaculada.—Demolição das portas da Cruz em 1775.—Menção de outro palacio á Cruz da Pedra 93

CAPITULO II—Menção do forte de Santa Apollonia.—Menção do da Cruz da Pedra.—Analysa-se o que ainda resta do antigo mosteiro de Santa Apollonia.—Historia d'essa casa claustral franciscana 107

CAPITULO III—O palacete dos Abreus de Freitas.—Recordam-se ao leitor as *mumias* de Santa Apollonia estudadas por Francisco Palha.—A quem se deve a piedosa conservação d'esses restos mortaes.—Carvoarias e carvoeiros.—O caes do Carvão.—Docas ali construidas em 1768 demolidas em 1858.—Duas palavras do chafariz da *Bica* do Sapato.—Amenissimos sitios eram estes no seculo XVI.—El-Rei D. Sebastião transeunte, e Machado de Castro habitante d'esta rua.—A estação do caminho de ferro successora do antigo Caes do Tojo 112

CAPITULO IV—No actual largo do Caminho de ferro era a chamada praia dos Algarves.—O caes do Secretario.—Algumas noções ácerca do Arsenal do Exercito.—As antigas tercenas.—Visita de um viajante em 1646 ao Arsenal.—Bananeira mysteriosa.—Incendio em 1726 no Arsenal.—Pormenores ácerca do edificio 123

CAPITULO V—Ermida do Senhor Jesus da Boa Nova.—Calçada do Museu de Artilheria.—A Galé.—Caes do Carvão, e Torre da polvora.—Beco de Penabuquel.—Antigo chafariz dos Paus 130

CAPITULO VI—Alfama.—Saúda o autor essa truncada amostra da Cidade velha.—Citações de antigos autores.—Os pescadores de Alfama.—Ermida do Santo Esp'rito.—A muralha d'el-Rei D. Fernando.—Maneira de melhorar Alfama 136

CAPITULO VII—O Chafariz de dentro.—Prova-se que é o mesmo que o antigo *Chafariz dos cavallos*.—Citações de varios livros.—El-Rei D. João II superintende n'este chafariz.—Considerações descriptivas do sitio.—Apreciação das aguas 144

CAPITULO VIII—Duas palavras sobre as Alcaçarias, em additamento ao que o autor já disse n'outra parte 150

CAPITULO IX—A Judiaria.—Esboço historico ácerca dos antigos Judeus em Portugal.—A casa de João Vegado sobre a Judiaria de Alfama 152

CAPITULO X—Trata-se de apresentar com a possivel minudencia uma monographia do celeberrimo *chafariz d'el-Rei*.—Discussões e documentos 161

CAPITULO XI—A casa do Duque da Terceira.—Quem a edificou.—O arco de Jesus.—Palacio dos Condes de Coculim.—Versos do Pinto renascido.—Conjecturas ácerca da morada do joven Mestre de Aviz D. João.—

Palacio dos Atouguias Corrêas, senhores de Bellas.—Palacio dos Condes de Portalegre.—Versos de Thomaz Pinto Brandão.—Aperfeiçoamentos do sitio 176
Capitulo XII—Algumas palavras fugitivas ácerca da casa dos Bicos.—Motivo por que o autor não emprehende o estudo d'este edificio notavel 185
Capitulo XIII—Estuda-se, seguindo autores antigos, o velho mercado do peixe e das fructas e hortaliças.—Considerações historicas, estatisticas e artisticas.—O Malcosinhado.—Quadros de costumes populares 191
Capitulo XIV—Villa-Nova de Gibraltar.—A Misericordia.—Estuda-se esse venerando estabelecimento (hoje Conceição velha) 205
Capitulo XV—A Alfandega.—A Casa dos Contos.—O Terreiro do trigo.—Computações estatisticas entremeadas de dados historicos 220

LIVRO III

Terreiro do Paço e paço da Ribeira

Capitulo I—Observa o autor com o leitor o velho terreiro do Paço.—Antigas medições.—Aterros ali feitos por el-Rei D. Manuel.—Etymologia do verbo *bugiar*.—Considerações philologicas.—O caes e os taboleiros.—Parede de supporte.—As Ferrarias, d'ali tiradas por el-Rei D. Manuel.—Medições modernas da praça 233
Capitulo II—Motivos por que el-Rei D. Manuel intenta a fundação do paço da Ribeira.—Busca o autor fixar a data, muito approximada, d'esta fundação.—André Pires, Martim Annes, Pedro Nunes, provaveis mestres d'esta obra.—João de Castilho, mestre certo.—Tinha este paço duas denominações 240
Capitulo III—Busca-se descrever o primitivo paço, confrontando duas vistas antigas.—Damião de Goes.—A galeria das damas no paço de Evora.—As gravuras do *Theatrum Urbium*.—O estylo manuelino 248
Capitulo IV—Analyse, quanto possivel minuciosa, da *Casa da India e da Mina*, e tambem do *Almasem* da armaria.—Descripções antigas.—Opulencias desusadas.—Citam-se varios autores portuguezes e estrangeiros 257
Capitulo V—Rapidas descripções do paço pelo Padre Duarte de Sande.—Desdens de Nicolau de Oliveira.—A capella Real de S. Thomé, Padroeiro das Indias.—Nascimento do Infante D. Henrique.—Autos varios de Gil Vicente n'este palacio representados.—Nasce o Infante D. Duarte.—Imposição do barrete cardinalicio ao Infante D. Affonso em 1516.—Em 1517

memoravel peleja de um elephante com um rhinoceronte n'um pateo da Casa da India 266
Capitulo VI—Auto *da barca do inferno* em 1517.—Morte da Rainha D. Maria.—Novo casamento d'el-Rei D. Manuel.—Nascimento da notavel Infanta D. Maria.—Partida da Infanta D. Beatriz para Saboya.—Historia de umas perolas.—Relance de olhos á mobilia do paço da Ribeira.—Recepção de um Embaixador.—Doença e fallecimento d'el-Rei D. Manuel. 275
Capitulo VII—Acclamação d'el-Rei D. João III.—O novo Rei e sua Madrasta, a Rainha viuva.—Caracter muito portuguez d'este Soberano.—Peste em Lisboa.—Peregrinações da Familia Real fugindo ao contagio.—Casamento d'el-Rei em 1525.—Mais autos de Gil Vicente.—Obras no paço.—Presença de espirito do senhor D. João III.—O primeiro auto de Fé no terreiro, presenceado das janellas Reaes. 283
Capitulo VIII—Continua-se com o reinado d'el-Rei D. João III.—Embaixada do Rei de Ceylão.—Pinta Francisco de Hollanda os retratos da Familia Real.—Entretenimentos artisticos dos Principes.—O livro da recamara d'el-Rei D. João e da Rainha D. Catherina.—O *bric-à-brac* reinando nas salas modernas; verbera-se esse uso absurdo.—Casamento do Principe D. João.—Habitam os noivos uma casa contigua ao Paço.—Scenas lugubres; morte do Principe; sustos da Princeza.—Nascimento do senhor D. Sebastião.—Cortejo de pesames e despedida. Usos antigos. 291
Capitulo IX—Fala-se da capella Real outra vez.—Luxo nos ceremoniaes ecclesiasticos.—Desacato horrivel commettido na capella por um herege.—Baptisado do pequenino Principe D. Sebastião.—O relogio da torre da capella; anecdota do tempo.—Adoece e morre el-Rei D. João III.—Seu funeral. 299
Capitulo X—Reinado do senhor D. Sebastião.—Habita el-Rei com intervallos o paço da Ribeira.—Obras.—Projecto de edificação da igreja de S. Sebastião no terreiro do Paço.—Junho de 1578.—Despede-se el-Rei da sua Lisboa, e marcha para o abysmo. 303
Capitulo XI—Chega-se ao reinado de D. Filippe I.—Obras no paço.—É transferida para outra parte a capella Real.—Habita na Ribeira o Rei D. Filippe I em 1581.—Em 1582 aqui fallece o Duque de Alba.—Chega em 1583 o Cardeal Archiduque.—A Guarda dos Tudescos.—Construcção de um parapeito á beira-Tejo.—Edifica-se em 1584 o magnifico torreão chamado do Forte.—Palavras de antigos escriptores.—Vista de olhos á proxima Ribeira das naus.—Sáe para os Paizes baixos o Cardeal Archiduque.—Caso acontecido com Christovam de Moura n'uma sala do paço da Ribeira.—Projectam-se novas obras, e algumas se realisam.—O baluarte.—Espanto de coevos acerca d'este palacio.—Entra a Vice-Rainha Duqueza de Mantua.—Sua reclusão, e expulsão em 1640. 306
Capitulo XII—Sobe ao throno el-Rei D. João IV.—Descreve-se o paço da Ribeira no seculo XVII.—Acclamação do novo Soberano.—Entram a

proposito varios cavallos celebres na Historia portugueza.—Baluarte, Bardez, e outro.—Deliciosa morada o paço da Ribeira.—O Terreiro. — O chafariz de Apollo.—Trechos de antigos autores. 318

Capitulo XIII—Alma nova no Paço desde a chegada dos legitimos senhores. —A *buena-dicha* da Rainha.— Obras e arranjos domesticos.—Nomes de alguns mestres.—A livraria.—O salão da musica.—Testemunhos de autores antigos.—Uma inscripção latina preservativa dos coriscos.—A capella Real em dias d'el-Rei D. João IV.—Pintores e pinturas.—Embaixadas de amisade á nova dynastia.—O Marquez de Gravile.—Filippe Meadowe.—Adoece e morre el-Rei. 326

Capitulo XIV—Entra em scena el-Rei D. Affonso VI.—Frei Francisco da Cruz e as suas devoções.—Toma *casa* á parte o Soberano.—Ceremoniaes e etiquetas.—Trata-se do casamento da Infanta D. Catherina com o Rei Carlos II de Inglaterra.—Pormenores; scenas diplomaticas em Londres e em Lisboa.—Chega a embaixada de Eduardo Montagu, Conde de Sandwich.—Sahida da Rainha da Gran-Bretanha. 335

Capitulo XV—Toma posse do palacio do Côrte Real o Principe D. Pedro.—Entra para o paço da Ribeira o Escrivão da Puridade Conde de Castello Melhor.—Menção de João de Conti.—Começam os tormentos d'el-Rei D. Affonso VI.—Constitue-se Governador do Reino o Principe.—Vae habitar tambem no paço da Ribeira.—Côrtes na sala dos Tudescos em 1668.—Audiencias a Embaixadores estrangeiros.—Casa o Regente com sua cunhada.—Noivado em Alcantara.—Tornada a Lisboa.—Historia de um passadiço.—D. Rodrigo de Meneses declara guerra ao passadiço.—Prisão d'el-Rei e sahida para Angra. 348

Capitulo XVI—Reinado d'el-Rei D. Pedro II.—Inscripção latina no thesouro da capella Real.—Um pasquim na mesma capella.—Morte da Infantinha D. Luisa Josepha.—Versos palacianos de Thomaz Pinto Brandão.—Caso passado na sala dos Tudescos.—Morre a Infanta D. Isabel. . 359

Capitulo XVII—Estuda-se, a proposito do paço da Ribeira, o pouco conhecido paço de Alcantara.—O que eram no principio do seculo XVII os sitios de Alcantara.—Etymologia.—A moira Iza.—Quadros por Frei Luiz de Souza e Frei Lucas de Santa Catherina.—Em 1621 existia a Quinta Real.—El-Rei D. João IV ahi morou varias vezes.—Ahi recebe o enviado de França.—Morre o Principe D. Theodosio.—Scenas das desavenças entre os dois irmãos D. Affonso e D. Pedro passadas em Alcantara.—Aqui mora el-Rei D. Affonso VI e a Rainha D. Maria Francisca.—Entrada dos noivos em Lisboa.—Aqui mora a nova Rainha D. Maria Sophia.—Versos de um cortesão.—Uma toirada perigosa.—O coiteiro Manuel Rodrigues.—Exercicios espirituaes da Rainha.—Vem habitar em Alcantara em 1693 a Rainha da Gran-Bretanha.—Menciona-se Du Guay Trouin.—Na capella de Alcantara recebem a confirmação os nossos Infantes; festa de familia.—Adoece el-Rei D. Pedro.—Carlos III pretendente de Cas-

tella.—Acclamações populares ao Marquez das Minas.—Recrudesce a enfermidade do Rei.—Seu fallecimento.—Em tempo d'el-Rei D. João V vão as Pessoas Reaes divertir-se á tapada de Alcantara.—O terremoto de 1755.—O Infante D. Antonio tem por palacio um coche.—Aqui mora em 1770 o Cardeal da Cunha.—A gorada fabrica de Francisco José Dias.—Obras em tempo da senhora D. Maria II.—Destruição da quinta pelas ruas do bairro da Tapada. 363

CAPITULO XVIII—Resolve-se o autor a tratar do paço da Ribeira em tempo d'el-Rei D. João V.—Retrato do Rei.—Quanto elle amava esta residencia.—Reformas emprehendidas por elle na Ribeira.—Descripções de coevos.—Funcções esplendidas no paço.—Pinturas de Quillard no quarto da Rainha D. Maria Anna de Austria.—Um incendio em 1745.—A magnifica livraria Real.—Pinturas de Vieira Lusitano. 383

CAPITULO XIX—É instituida a nova Patriarchal lisbonense.—Pompas desusadas do ritual ecclesiastico.—Augmenta el-Rei D. João V a capella.—Sua descripção.—Palavras de antigos escriptores.—Opulencias.—Mencionam-se os sinos da capella.—Sinos no seculo XVI.—Canevari edificador da torre sineira.—Abastece-se de agua abundante o paço da Ribeira.—Bizarrias do Soberano.—O sitio da *Campainha*.—Entrevê-se a guarda tudesca. Recebe el-Rei D. João um Embaixador *portuguez*.—Adoece e morre o Monarcha.—Suas pompas funebres. 393

CAPITULO XX—Succede no throno de seus maiores el-Rei D. José.—Descripção minuciosa do paço da Ribeira por um anonymo antigo.—Obras emprehendidas por este Rei.—Reside no torreão do Forte.—A sala dos Embaixadores.—O theatro da Opera no paço.—Relance a algumas representações theatraes na antiga sociedade alta.—O architecto Bibiena edifica o theatro novo d'el-Rei D. José.—O architecto Azzolini.—O theatro da Ajuda. 404

CAPITULO XXI—Entra-se com o leitor no chamado pateo da Capella.—Observação de um transeunte.—Preceitos do *Anatomico jocoso*.—Os *capellistas*.—A Patriarchal destruida pelo terremoto grande.—Suas varias transferencias.—Providencias dos governantes.—Incendios.—É apanhado o incendiario.—O largo da Patriarchal queimada.—Seus embellezamentos nos tempos modernos.—Conclue-se o estudo do celeberrimo paço da Ribeira destruido em 1755. 414

CAPITULO XXII—Mais algumas palavras ácerca do terreiro do Paço.—O açougue.—As antigas *Carniçarias*.—Descrevem-se varios assumptos ligados com este.—Os confeiteiros. 430

CAPITULO XXIII—Descripção minuciosa das varias portas publicas que abriam sobre o terreiro do Paço.—O *arco da Moeda*.—Onde era a Moeda.—O *arco dos Pregos*.—Morada do Principe D. João.—Menção rapida d'el-Rei D. João V.—O arco *dos Barretes*.—A porta *da Ribeira*.—Sua demolição.—O Pelourinho velho e o Haver do pezo.—Escrivães e

calligraphos. —O grande marquez de Pombal extasiado ante a calligraphia do seu tempo..... 435

Capitulo XXIV—Medições do antigo terreiro do Paço.—Arrazamento da praça pelo terremoto de 1755.—O Decreto de 16 de Janeiro de 1758 estatue a sua nova fórma.—Palavras de antigos viajantes.—Medições modernas do mesmo largo historico..... 445

Capitulo XXV—É construido antes de 1772 o torreão do lado da Alfandega.—Gravuras citadas a proposito.—Depoimentos litterarios.—Providencias administrativas ácerca do terreiro do Paço em 1756, 1823, e outras datas.—Arborisação da praça.—O recinto do terreiro do Paço é só por si um mundo.—Viaja-se em volta d'esta praça.—As arcadas; sua variadissima physionomia.—Obras dos paços do Concelho.—O Martinho da neve.—Conclue-se com palavras de Sousa de Macedo.—Nobreza do terreiro..... 449

LIVRO IV

Da Ribeira das Naus á Esperança

Capitulo I—Vista de olhos á Ribeira das Naus.—Um Inglez intruso entre os nossos operarios.—Desconhecida estatua equestre d'el Rei D. João V.—Protecção do mesmo Rei ao Arsenal da Marinha.—Entra-se no exame do celeberrimo palacio do Côrte-Real.—Genealogia dos Côrte-Reaes.—Casa que essa Familia possuia ao Espirito Santo da Ribeira.—D. Margarida Côrte-Real, herdeira, toma por marido D. Christovam de Moura.—Duas palavras a respeito d'elle.—Projecta D. Christovam reedificar o palacio de sua mulher.—Começam as obras em 1585.—Um conselho do Rei Filippe II.—Accepções varias da palavra *presente*.—Jazigo dos Côrte-Reaes em S. Francisco da Cidade.—Herdeiros de D. Christovam.—Descripções do palacio por autores antigos.—É confiscado em 1640 por el-Rei D. João IV.—Doação ao Principe D. Pedro em 1654..... 461

Capitulo II—Hospeda-se no Côrte-Real o Conde de Sandwich em 1662.—N'esse anno passa o Principe D. Pedro a habitar n'este palacio.—Para aqui se muda de Queluz.—Como apreciam esta casa magnifica dois antigos viajantes.—Recepções da Rainha D. Maria Francisca no Côrte-Real.—Um duello no pateo.—Despeitos e arrogancias do Marquez de Cascaes; scena de altivez presenceada n'estas salas.—Nasce em 1669 a Infanta D. Isabel.—Doença da Rainha em 1671.—Seu fallecimento em

1683 em Palhavan.—Chegada da Rainha D. Maria Sophia em 1686.—Enumeram-se os nascimentos de outros Principes n'este mesmo palacio.—Aqui morre em 1699 a Rainha D. Maria Sophia.—Para aqui vem habitar em 1700 a senhora D. Luisa, Duqueza do Cadaval.—Chegada do Principe Jorge de Darmstadt em 1702.—Sai el-Rei D. Pedro para a guerra da Beira.—Sua tornada e morte.—É restituido o palacio do Côrte-Real aos herdeiros dos antigos donos, e por elles vendido á nossa Familia Real.—Incendio em 1751.—Versos que esta calamidade motivou.—Restauram-se os estragos; aqui se instaura a Casa do Infantado.—Medições do predio, e descripções authenticas.—Descobre-se o jardim do palacio em 1883. 477

Capitulo III—Examina-se a praça do Corpo-Santo.—Varias portas publicas que sobre ella se abriam.—As Fontainhas, e o seu Arco.—Onde era este Arco.—Propriedade que os Mouras ahi algures possuiam.—O que era o boqueirão da Côrte-Real.—Esse arco das Fontainhas tinha tambem os nomes de arco do Corpo-Santo, e de arco de Cata-que-farás.—O postigo dos Cobertos.—*Dos Cobertos* porquê?—Postigo do Carvão, tambem conhecido como arco do Espinho.—Esculpturas d'essa porta.—A Tanoaria.—Lopo Mendes.—A Fundição.—Origens da Tanoaria no seculo XIV.—A porta da Oira.—Estuda-se quanto possivel esta celebre entrada.—A origem de tal denominação é desconhecida.—Scenas medievas.—Aderesso da porta da Oira em 1521.—Habitações nobres por estes sitios.—Casa de D. Alvaro da Costa.—Seus descendentes habitaram ahi.—O postigo do Côrte-Real.—Medições. 489

Capitulo IV—Teracenas edificadas n'esta paragem por el-Rei D. Manuel.—A ermida do Corpo-Santo.—Invocam-se antigos escriptores.—Nossa Senhora da Graça e S. Pedro Gonçalves.—Festas.—Descreve-se a ermida e a sua escada.—Medições.—Os vadios da Ribeira.—Protege-os o *pae dos velhacos*.—Providencias d'el-Rei D. João III em 1546.—Allusão a um moderno Americano muito benefico. 504

Capitulo V—Duas palavras ácerca dos Dominicanos irlandezes do Corpo-Santo.—Frei Domingos do Rosario.—Inauguração do convento em 1659.—O terremoto de 1755.—Restauração da Casa.—Medições.—Camaras opticas do Corpo Santo.—Mercado do carvão.—Venda de leite na mesma praça. 510

Capitulo VI—O sitio marinho de Cata-que-farás.—A Cruz de Cata-que-farás.—Remonta-se ao seculo XV, pelo menos, esta denominação singular.—Providencias d'el-Rei D. Manuel que melhoram estes logares.—Prohibem-se agglomerações de madeiras.—Calçamento do rocio de Cata-que-farás.—Faz-se um chafariz.—A ponte de madeira.—Os Remolares.—Casas de pasto no sitio em tempo d'el-Rei D. João V.—Versos de Garção.—Praça moderna dos Remolares.—Calça-se em 1849.—A meridiana em 1860.—Os saloios e a meridiana.—Monumento ao Duque da

Terceira por Simões de Almeida em 1877.—Os Sodrés.—O Hotel Central.—Rapida digressão sobre antigas hospedarias lisbonenses.—O nosso caes do Sodré á noitinha.—Marinheiros inglezes; grosserias d'esses bretões avinhados.—Acaba em 1834 o uso de serem arrojados aqui ao Tejo os cadaveres dos cavallos.—Venda de carvão.—Providencias municipaes sobre o aceio e compostura d'estas praias..... 513

CAPITULO VII—As Casas caídas.—O largo do Stephens.—Quem era este Inglez.—Fabrica de refinar assucar creada em 1751 a S. Paulo.—O estrangeiro Smits.—Egreja de S. Paulo.—Medições antigas.—Descripção da frontaria do moderno templo parochial de S. Paulo.—Quadros da antiga egreja e da moderna.—A S. Paulo affluiram sempre muitos estrangeiros.—Versos velhos.—O novo mercado de S. Paulo chamado da Ribeira Nova.—Venda de pão e outros comestiveis no largo de S. Paulo.—É prohibida em Dezembro de 1835.—Historia minuciosa do chafariz de S. Paulo.—As tavolagens da Boa-Vista.—Vinho e sangue teem regado esta praia..... 529

CAPITULO VIII—O forte de S. Paulo.—Sua rapida historia, e suas medições.—A Casa da Moeda, para aqui transferida por el-Rei D. João V.—Em que anno?—Menção da importantissima Junta do Commercio.—Quaes eram os seus fins.—Sua extincção em 1720.—Soneto de Thomaz Pinto Brandão.—Companhias do Gran-Pará e Maranhão, e do Commercio de Pernambuco e Parahiba.—Soneto de Quita.—Occupam essas Companhias a praia a juzante da Moeda.—É chamado Vieira Lusitano.—O hoqueirão da Moeda.—Melhoramentos municipaes do sitio.—Predios novos no logar da antiga praia.—Conclue-se com uma inscripção que lá está.. 534

CAPITULO IX—O sitio chamado das portas do Pó.—A bica dos Olhos.—Menciona a um antigo proverbio.—A Companhia do Gaz, e a antiga Brigada Real da Marinha.—Calçada de Salvador Corrêa de Sá, hoje de S. João Nepomuceno.—Descripção do sitio da Boa-Vista por um escriptor do primeiro quartel do seculo XVII.—Narração do esboroamento do morro de Santa Catherina no seculo XVI.—Providencias de D. Filippe n'este espantoso acontecimento.—Nova queda do monte em 1621.—Documentos curiosos.—O monte ameaça ruina em 1882.—A Camara toma providencias acertadas.—Horrorosa maneira como em Lisboa se dava sepultura aos negros.—Como el Rei D. Manuel entende providenciar a isto em 1515..... 543

CAPITULO X—Menção do palacio dos snrs. Condes e Marquezes de Sampayo edificado em 1712.—O pateo da Gallega.—Beco de Francisco André.—Quem seria Francisco André?—Palacios do largo do Conde Barão.—O Conde Barão de Alvito e os Almadas, Provedores da Casa da India.—Rapido e triste exame do mosteiro da Esperança.—A quinta da Sizana.—Ahi funda D. Isabel de Mendanha um cenobio para senhoras nobres.—Augmentos da casa.—A Rainha D. Catherina ahi habita ao pé

das freiras.—É expropriado e arruinado o convento.—Descripção do largo.—Historia da rua de D. Carlos, que liga o Aterro com o largo da Esperança.—O Cruzeiro da Esperança.—Sua descripção.—Festas publicas.—Demolição do Cruzeiro em 1835.—O bonito chafariz. 550

Capitulo XI—Inventa Damião de Goes um appellido novo.—Os Lencastres.—Palacio dos Duques de Aveiro no largo da Esperança.—Scenas passadas n'esse palacio.—Ahi habitam os Marquezes das Minas.—Restos que ainda existem do palacio.—A cova da Onça.—D. Affonso de Lencastre victima de um desgosto, e recluso em sua casa.—Visita de D. Filippe II em 1581 á Duqueza de Aveiro n'esta residencia da Esperança.—D. Filippe III repete a visita em 1619.—Pragmaticas. 558

Capitulo XII—O jardim dos Duques de Aveiro.—Em 1648 é cedido pela Duqueza D. Maria de Guadalupe aos Capuchinhos francezes.—Edifica-se o mosteiro d'elles, chamado dos Barbadinhos.—Testemunho de antigos escriptores.—Arde o edificio, e depois da extincção dos conventos é vendido ao negociante Robim.—Ainda resta a profanada egreja, transformada em escola.—Junto d'esse templo recebe el-Rei D. João V pela primeira vez o titulo de *Majestade*.—O palacio Aveiro foi confiscado em 1659 ao Duque D. Raymundo.—Pleitos originados d'essa confiscação.—Sentença em 1668 em favor de D. Pedro de Lencastre, Bispo, Arcebispo, Inquisidor mór, e Duque.—Historia minuciosa de um agglomerado de casebres entre a Esperança e o Tejo.—Demolem-se.—Menção da rua do Merca-tudo;—Esse homem era avoengo (por affinidade) do fallecido professor e academico João de Andrade Corvo, ministro e diplomata 564

LIVRO V

Santos-o-Velho

Capitulo I—Providencias sanitarias d'el-Rei D. João II.—Balisas em Santos.—Onde principiava a Lisboa occidental.—Memoria antiquissima dos tres Martyres, Verissimo, Maxima, e Julia.—Edifica el-Rei D. Affonso um templo aos mesmos Santos.—Etymologias da palavra Campolide.—Extensão do sitio assim denominado.—Pedras salpicadas de sangue.—Lenda engraçada 575

Capitulo II—Entrega el-Rei D. Sancho I o templo e casa de Santos aos freires de Santiago.—Transformação d'este cenobio masculino em ceno-

bio feminino.—Doações d'el-Rei D. Affonso II, D. Diniz, Santa Isabel, etc.—Antigas Commendadeiras.—Obras no mosteiro.—Passam as senhoras para S. Martinho temporariamente.—Transferem-se de todo para o sitio do Paraiso.—Fica deserta a casa de *Santos o Velho*.—Discussão de uma affirmativa de Herculano.—O Principe D. João em Santos.—Que valia historica póde ter essa anecdota?..... 585

Capitulo III—Fernão Lourenço.—Rapido esboço da personalidade d'esse opulento armador.—Toma ás Commendadeiras de Santos a deserta casa de Santos-o-Velho, e reconstrue-a desde o alicerce.—Ahi habita provisoriamente el-Rei D. Manuel.—Cede Fernão Lourenço a propriedade d'este rico predio ao mesmo senhor.—Cita-se Luiz XIV de França.—Mencionam-se varias estadas d'el-Rei D. Manuel nos seus paços de Santos.—O chafariz de Santos.—A estrada.—Um pelourinho celebre.—Autos de Gil Vicente.—Dá uma queda o Principesinho D. João.—Residencias d'el Rei D. João III n'este mesmo paço.—É a egreja constituida matriz de uma nova e vasta freguezia em 1566..... 592

Capitulo IV—Demonstra o autor á evidencia quanto foram campestres e bucolicos os sitios de Santos em tempo antigo.—A quinta da Sizana.—No Mocambo a quinta de Cornelio Vandali.—O casal da Boa Vista.—O Mocambo, aldeia de negros.—Versos do *Anatomico jocoso*.—Versos de Antonio Ribeiro Chiado.—Asserções de chronistas do seculo XVII.—Dá-se toda a razão aos antigos Reis que vinham a Santos tomar ares de campo..... 604

Capitulo V—Habita el-Rei D. Sebastião nos seus paços de Santos.—Projecta reedificar o templo, mas não lhe é dado realisar o piedoso intento.—Horrorosa explosão de quatrocentas e trinta e oito quintaladas de polvora em Lisboa.—Descripção minuciosa do caso.—Como consequencia do sinistro, é fundado o mosteiro de freiras de Sacavem.—Referve na mente do Soberano a jornada de Africa.—Meza em que é tradição ter elle almoçado no dia da saida..... 609

Capitulo VI—Por morte do senhor D. Sebastião voltam as casas de Santos-o-Velho para o poder das religiosas.—Apetece-as D. Luiz de Lencastre, e compra-as.—Novas concessões do Cardeal Rei ás religiosas.—É annullada a venda a D. Luiz de Lencastre.—Graças e mercês á familia do Duque de Aveiro.—Relance de olhos ao mosteiro de Santos o-Novo 617

Capitulo VII—Analysa-se uma antiga vista do palacio por Benine.—Inscripção romana conservada no jardim.—Julga o autor d'este livro ter encontrado outra estampa quinhentista do palacio.—Expõe os seus motivos.—Comparação do estado antigo com o actual.—Palacio da familia Ottolini em Santos, demolido em 1860..... 622

Capitulo VIII—Torna-se ao seculo XVII; vendem as religiosas o palacio de Santos a D. Francisco Luiz de Lencastre.—Outra vez Santos-o-Novo.—Os Capuchinhos italianos.—Polemicas da Camara de Lisboa com os Len-

castres por causa da posse dos salgados da praia.—Menciona-se outra desintelligencia pelo mesmo motivo.—Percorre-se a rua direita da Esperança.—Onde era *o muro calido*.—Rompe-se depois de 1755 a calçada do Conde de Villa Nova, hoje do Marquez de Abrantes.—Menção de José Osti.—Varios Lencastres, que até aos nossos dias teem morado no seu palacio de Santos.—A Duqueza de Bragança D. Amelia.—Conclusão... 627

LIVRO VI

Melhoramentos no porto de Lisboa

CAPITULO I.—Propõe-se o autor *biographar* o Aterro da Boa-Vista.—Enumeram-se as varias tentativas de melhoramento do porto de Lisboa.—*Primeira tentativa:* em tempo d'el-Rei D. João V.—*Segunda tentativa:* projecto do engenheiro hungaro Carlos Mardel.—*Terceira tentativa:* alvitres de um anonymo na Revista Universal de 1844..... 639

CAPITULO II.—*Quarta tentativa:* projectos do engenheiro francez Pedro José Pezerat.—Quem era esse artista.—Analyse rapida dos seus alvitres.—Abusos dos proprietarios marginaes.—Planta do littoral pelo engenheiro Lebois.—Desintelligencias da Camara municipal com a Capitania do porto..... 643

CAPITULO III.—*Quinta tentativa:* projecto do Conde de Lucotte, francez, para um aterro até Belem, e um caminho de ferro até Cintra.—Representações da Camara contra certas clausulas do contrato celebrado com o Governo. Reivindicações em favor de Pezerat.—Pensa-se de veras no Aterro da Boa-Vista.—José Victorino Damasio.—Toma a Camara a si a direcção da obra do Aterro.—Transformação da orographia do Tejo.—Liga-se o Aterro com a Boa-Vista.—A portaria de 29 de Novembro de 1850 suspende a construcção da muralha sobre o Tejo.—Espanto da Vereação.—Negociações com o Ministro das Obras publicas.—Expropriações em Santos-o-Velho.—Transformação da praia de Santos. 649

CAPITULO IV.—Fevereiro de 1860.—Projecto supplementar do Conde de Claranges-Lucotte.—Rescisão do seu contrato.—Pede a Camara ao Governo a prosecução das obras do Aterro.—O empreiteiro Van-der-Elst.—*Sexta tentativa:* projecto de melhoramentos pelo Conde do Farrobo e outros.—Continua sempre o Aterro.—Arborisação.—Forma-se na rua de Vinte e quatro de Julho a praça de Dom Luiz.—Verão de 1863.—Mercado da Ribeira; é demolido..... 658

CAPITULO V—Projecta-se no Aterro o edificio do Correio.—Ideias do engenheiro Corrêa Paes.—Projecta-se o monumento ao general Marquez de Sá.—Julho de 1884; sua inauguração.—Em 1863 ainda a arteria do Aterro não era praticavel.—A grande rua de Vinte e quatro de Julho.—Ligação d'ella com o interior da Cidade.—Rua de D. Carlos.—*Septima tentativa:* projecto do engenheiro portuguez João Evangelista de Abreu 663

CAPITULO VI—*Oitava tentativa:*—Contrato do Governo em 1866 com o empreiteiro Debrousse.—Protesto da Camara contra as concessões de terrenos ao empreiteiro.—Rua de José Victorino Damasio.—Opposições com que lucta o Municipio.—Os proprietarios marginaes.—Rua de D. Luiz.—*Nona tentativa:* projecto dos engenheiros portuguezes Januario Corrêa de Almeida e João Verissimo Mendes Guerreiro..... 667

CAPITULO VII—*Decima tentativa:* projecto do celebre Thomé de Gamond.—Quem era esse engenheiro.—*Decima primeira tentativa:* Ideias do D.or Bernardino Antonio Gomes sobre o saneamento de Lisboa.—Commissão expressamente nomeada pela Camara em 1880 para estes mesmos estudos 671

CAPITULO VIII—*Decima segunda tentativa:* Commissão nomeada em 1871 para estudar um novo projecto de melhoramentos de Lisboa.—Analyse do alvitre apresentado.—Aproximam-se os planos do snr. Bernardino José de Carvalho sobre o regimen das aguas do Tejo.—*Decima terceira tentativa:* Projectam-se e constroem-se pontes de desembarque na Alfandega.—*Decima quarta tentativa:* planos apresentados pelo engenheiro inglez Abernethy para melhorar o porto de Lisboa.—*Decima quinta tentativa:* Projectos do engenheiro inglez Coode, em 1882.—Trata-se outra vez do Aterro da Boa-Vista.—Determina a Camara ligar a linha marginal com Buenos Ayres pela escadaria da Rocha do Conde de Obidos.—Composição projectada do Municipio com a Casa de Sabugal sobre o assumpto.. 675

CAPITULO IX—*Decima sexta tentativa:* projecto do engenheiro Manuel Raymundo Valladas.—Analyse rapida. *Decima setima tentativa:* Conferencia do engenheiro Mendes Guerreiro em 1882.—Analysa-se.—Renova-se a ideia da escadaria da Rocha do Conde de Obidos.—Composição da Camara com a snr.a Condessa do Sabugal tutora de seu filho.—Progresso do Aterro.—Torna-se desde 1867 ponto de reunião de toda a gente.—Menciona-se o celebre pintor paizagista Annunciação..... 681

CAPITULO X—*Decima oitava tentativa:* Projecto do engenheiro italiano Golla em 1883.—*Decima nona tentativa:* Projecto do engenheiro portuguez Corrêa Paes.—Exposição pelo proprio autor.—*Vigesima tentativa:* Commissão nomeada em Março de 1883 para o mesmo fim das anteriores.—Seus projectos adoptados pelo Governo dos Ministros Hintze Ribeiro e Antonio Augusto de Aguiar 687

CAPITULO XI—Insiste o autor d'este livro nos respeitaveis foros da Arte em todos os melhoramentos municipaes.—Inauguração solemnissima das novas obras em 1887.—Conclusão 694

LIVRO I

FAINAS NAVAES DO TEJO

CAPITULO I

A formosa bahia do Tejo contemplada dos altos de Belver. — Quadro pittoresco a servir de introducção ao livro.

Quem no seculo XVI, por alguma formosa tarde de verão, d'estas tardes luminosas e amenissimas do clima peninsular, subisse ao monte lisbonense denominado da Boa-Vista, ou de Belver (hoje o Alto de Santa Catherina); quem ali fosse repoisadamente espairecer a alma na contemplação do Tejo, este nosso Tejo azul nacarado, esta bahia sem rival; quem estendesse os olhos aos cachões brancos da barra, aos oiteiros cretaceos de Caparica, ás arribas do Alfeite, á linha grandiosa das serras da Arrabida e de S. Luiz, ao cabeço historico de Palmella, ás terras chans do Barreiro e Seixal, e ao montuoso lençol branco da casaria da Cidade, alastrado como em estendal ao rez das aguas; quem, encostado ao parapeito de pedra (que já então havia) contasse um por um os galeões fundeados, as urcas, as carracas, ou seguisse o deslisar das caravellas e catraias... podia dizer, com entranhado gosto, que presenciava um dos espectaculos mais pittorescos, mais variados, e mais attractivos, de todo o mundo.

Desde muitos seculos tem fama o porto de Lisboa, como um dos mais seguros e vastos da Europa. Estrangeiros e nacionaes, á porfia teem reconhecido as excellencias d'elle, já pelas condições peculiares de abrigo e largueza, já pela posição geographica, a meio caminho entre as regiões americanas e africanas, e a operosa e cultivada Europa.

Ora esse curioso, que no seculo XVI, na epocha das magnificencias, subisse aos altos da Boa-Vista, e se detivesse a contemplar o esplendidissimo quadro, gosava em todo o seu auge, em toda a sua animação, a scena completa dos nossos traficos navaes.

E que scena!

Veria a entrada e saida de barcaças diversas, que ou demandavam remotas regiões, ou de lá chegavam: umas vezes, as frotas, carregadas das mercancias do Oriente; outras vezes, as armadas, deslisando em triumpho, e pregoando aos quatro ventos as proezas da conquista.

Ao réz da praia os estaleiros, onde se concertavam os vasos antigos, e se edificavam embarcações de alto bordo. Emfim, por essas viellas proximas, o ir e vir da população mareira, que á beira-mar escolhe sempre o ninho, como as aves aquaticas, e na visinhança do retroar das ondas se compraz.

Por toda a longa orla meridional d'esta Cidade, uma das mais marinheiras da Peninsula, expande-se em cheio a actividade naval incançavel do Lisboeta. Do mar, não desgosta, em geral, o Portuguez; mas o Lisboeta quer-lhe muito. Longas viagens, aventuras longinquas, de descobrimento ou peleja, ao longo de praias desconhecidas, atravez de Oceanos sem fim, e até as meras narrações d'essas aventuras, tudo isso lhe namora a attenção, e lhe escandece e inflamma o espirito.

Se assim é ainda hoje, apesar da decadencia miseranda do nosso poderio nautico, se assim era no seculo XVII, no seculo XVI, e no seculo XV, em plena ebullição dos espiritos, é forçoso reconhecer que já essas tendencias veem de muito longe, herdadas de

Phenicios e Carthaginezes, e transmittidas, com todo o vigor do attavismo, ao longo de successivas gerações.

Curiosissimo seria, a proposito do quadro que dos altos de Belver presenciámos, tentar a historia completa e documentada das fainas maritimas do primitivo Portugal, se podessemos continual-a sem interrupção ao longo dos seculos. Já escriptores de nome a emprehenderam, mas nenhum logrou preencher certas lacunas.

Não é meu proposito n'este livro abalançar-me por minha vez á difficillima empreza; faltam-me para isso requisitos essenciaes. Quero apenas esboçar uma parte d'essa historia complexa, no ponto em que ella se mistura com a chronica de Lisboa; quero estudar a ligação da Ribeira de Lisboa com o fio dos nossos descobrimentos; ver como se completam mutuamente; apreciar quanto a nossa riquissima epopêa naval deve de serviços á grande Lisboa; mostrar, emfim, que é impossivel escrever das nossas glorias maritimas, sem folhear os fastos historicos da Capital portugueza.

CAPITULO II

Relance de olhos ás antiquissimas navegações dos Peninsulares.—Apontamentos archeologicos.

Não pretendo remontar alto de mais estes estudos fugitivos; devassarei, muito de leve, antiguidades remotas.

Ha n'esse sentido estudos de sabios estrangeiros; e até já felizmente em Portugal quem se tenha entregue á mesma tarefa herculea. Cito, por exemplo, o notabilissimo livro do snr. Francisco Martins Sarmento *Os Argonautas, subsidios para a antiga historia do Occidente*. N'essa obra prova o douto archeologo, á perfeita evidencia, que a lenda dos guerreiros que procuravam o Velloçino de oiro outra coisa não é, senão uma serie de allegorias, representando viagens antigas de Phenicios ao longo do Mediterraneo, atravez do Estreito, ora para o lado das areias occidentaes da Africa, ora até ás costas da velha Albion.

Poucos livros tenho lido com tanto gosto. Ali ha o pittoresco do romance de cavalleirosas aventuras, e o attractivo da Historia rigorosa. Grande e bello estudo aquelle! oxalá tivesse sido mais apreciado! a final de contas é nosso; parecendo grego é muito portuguez, porque se refere a avoengos nossos.

Seria demasiadamente longo, e difficil para mim, o embrenhar-me em taes materias, e mostrar com que fundamentos o snr. Martins Sarmento comprova a actividade naval das hordas peninsulares da beira-Oceano. Limitar-me-hei aqui a apresentar principios geraes.

Tinham os antigos como certo, que a especie humana só se dava nas regiões temperadas, e que seria inutil levar avante quaes-

quer tentativas para devassar, por uma banda as tristes e escuras plagas da neve, e por outra as ardentes latitudes equatoriaes. Comtudo, a civilisação ia, como o sol, caminhando do Oriente para o Occidente; e as populações, accumuladas em toda a vasta bacia do Mediterraneo, iam-se desenvolvendo em forças e alastrando. Movidas do poder altamente civilisador do commercio e da rapina (é incalculavel o que a Humanidade deve a essas duas forças!), intentaram nações já relativamente poderosas muitos seculos antes da era christan, descobrimento e trato para fóra do Estreito do Calpé, e para o Sul do Isthmo do Golpho Arabico.

Reinava no Egypto, seiscentos annos antes da nossa era, o poderoso e grande Pharaó Nechão, ou Nécos, um verdadeiro gigante como administrador e como guerreiro. O seu maior empenho foi attrahir o commercio da India, e aplanar-lhe os caminhos do mar. Precursor de Lesseps, começou Nechão a romper um canal, que ligasse com o Mar Vermelho o Nilo; tendo porém perdido em tão aspera tarefa uns cento e vinte milheiros de operarios, foi constrangido a desamparar o projecto dos seus engenheiros; mas, sem desamparar a ideia, tomou outra direcção. Ancioso de procurar, pelo extremo, fosse qual fosse, da Africa austral, communicação com a Europa, que fez? chamou em seu serviço o primeiro povo naval d'aquellas eras, os Phenicios, cujas tradições de labutadores da agua-salgada eram já antigas.

Quem, se não os Phenicios, possuia então (como nós já possuimos!) o sceptro dos mares? Quem, se não elles, tinha esquipado a poderosa armada que Salomão enviou á feracissima Ophir (muito provavelmente Ceylão) em busca de madeiras raras, oiro, e pedras preciosas? A quem, se não aos Phenicios, cabe a qualificação, que lhes dá a Escriptura Sagrada, de sabedores das fainas nauticas e conhecedores do mar[1]?

Foi pois com essa gente aguerrida, foi pois com os Phenicios do Rei Hirão, que se entendeu o egypcio Pharaó; e foram d'elles as companhas numerosas, que do Mar Vermelho se abalaram em

1 Viros nauticos et gnaros maris. — Reg. III, IX, 27.

demanda de um ponto desconhecido, e de uma via aquatica mais que duvidosa (como em direcção contraria, do Poente para o Nascente, vieram muito depois a fazel-o os arrojados argonautas portuguezes).

Segundo parece, tiveram artes esses expedicionarios de costear todo o vastissimo «continente negro»; e, depois de tres annos das mais improbas canceiras, vieram sair á Mauritania, entrando pelo Estreito, e tornando-se ao Egypto como quem volve do outro Mundo.

E faltou-lhes, a esses obscuros e sublimes operarios da cabotagem, um poema como os *Lusiadas,* que os illuminasse para os seculos!

Verdade seja, que, a despeito de ser Heródoto o narrador, é posto em duvida o ousado feito d'aquelles Phenicios; mas porquê? Ha alguem que duvide da empreza do Gama? e não foi de valentia analoga? Ha alguem que duvide da empreza de Colombo? e não foi de audacia ainda maior? Não ha nas historias tragico-maritimas casos frisantissimos, de egual ou superior temeridade?

Mas —diz-se— nas atrazadas civilisações d'aquellas eras, não tinham as artes navaes attingido o progresso em que se achavam no fim do seculo xv.

Quem o poderá affirmar em plena consciencia? Quem desconhece quantos e quantos inventos se teem perdido? quantos esforços do genio humano se teem aniquilado? que de altibaixos apresenta essa longa teia dos seculos? quantas vezes tem recuado o chamado *progresso*? Quem poderá escurecer a pujança das sociedades remotissimas no alto Oriente, das quaes apenas resta o nome, quando muito? Persépolis, Balbek, Babylonia, Memphis, Palmyra, ahi estão, phantasmas eloquentes na sua mudez, ahi estão, como nuvens meio sumidas no horisonte dos tempos.

Não; não rejeito as tradições dos expedicionarios do opulento Néchão, visto que está provada, por innumeros documentos antiquissimos, a ancia dos mais antigos povos em rasgar nos mares desconhecidos estradas novas ao commercio e ás ambições de todo o genero. As proprias tradições mythologicas são irrecusaveis documentos historicos muita vez. O certissimo é que, ou por falta de

população adequada, ou pela dureza dos climas inhospitos da Africa, ou até pelas imperiosas vicissitudes politicas, foram desamparadas e esquecidas essas viagens dispendiosas; e tão esquecidas, que não tardaram as lendas e fabulas em as deturpar, idealisar, confundir, e tornar inacreditaveis aos espiritos severos, e ás exigencias do bom-senso geral.

Scylax, geographo persa, que vivia uns quinhentos annos antes de Christo, foi (como direi eu?) outra especie de Vasco da Gama para Dario, Rei da Persia (*o filho de Hytaspes*). Dario, antes de emprehender a sua trabalhosissima conquista da India, quiz alcançar noticia circumstanciada de todas as praias e portos da costa, e encarregou de tão perigosa commissão o dito Scylax, que chegou a redigir o seu minucioso periplo.

Arriano, philosopho e historiador grego da Nicomedia, homem de cunho, já pelo seu talento e saber, já pelo seu virtuoso porte, escreveu tambem o roteiro do Ponto Euxino (Mar Negro), e o do Mar Vermelho, no seculo I da era christan.

Outros redigiram não menos curiosas observações de viagens scientificas; por onde se prova que, até mesmo como preparo commercial, eram seguidos, desde tempos muito antigos, os estudos orographicos; e, dirigidos pela sciencia astronomica, iam elles complerando e aperfeiçoando o desenho da physionomia do planeta.

Entre todos os exploradores authenticos, é certamente muito interessante o celebre Hannon, carthaginez, que uns (confusão talvez com homonymos) collocam a uns mil annos antes de Christo, outros á quinhentos. Navegou, diz Plinio, desde Cadiz até aos confins da Arabia, e redigiu a sua viagem[1].

Levava este expedicionario comsigo sessenta navios, com trinta mil colonos, e ia-os espalhando nas feitorias que fundava ao longo da costa africana. A ser exacta a asserção do sabio e eloquente compilador, ahi teriamos uma viagem de quasi circumnavegação, em sentido inverso da viagem dos marinheiros de Nechão. Parece

[1] Circumvectus a Gadibus ad finem Arabiæ, navigationem eam prodidit scripto. — *Hist. Nat.*, liv. II, LXVII, 3.

que dava Hannon como terminus da sua exploração a ilha de Cerne; ora os modernos (infelizmente para o prestigio do navegador) não concordam na identificação d'essa terra: collocam-n-a uns na Madeira, outros na ilha de Arguim, e outros dobram o Cabo, e chegam a Madagascar! Tudo duvidas, que ainda contribuem para ennevoar mais o vulto meio legendario do arrojado Carthaginez.

Cornelio Nepote, citado pelo mesmo Plinio, narra que um certo Eudoxo, seu contemporaneo, desavindo com o Rei egypcio Ptolemeu-Lathuro, e temendo-lhe a sanha, fugiu pelo Mar Vermelho, e tanto andou, que deu a volta e alcançou Cadiz[1].

Outro historiador romano Lelio Celio Antipater, que vivia mais de um seculo antes da nossa era, diz ter visto certo maritimo, que, por motivo de ganancias commerciaes, fizera derrota em sentido contrario, desde a Hespanha até á Ethyopia[2].

Em quanto assim se navegava no rumo do Sul (como é innegavel que se navegou), e pondo agora de parte as relações do proprio historiador Polybio, que explorou, não menos, as partes da alta Africa[3], tambem um tal Himilcão era pelo tempo de Hannon enviado explorar a Europa septentrional.

Mencionavam os historiadores cesareos expedições de Macedonios ás regiões norte-orientaes europêas; e assentavam, como progresso digno da sua civilisação, que era já então navegado todo o Occidente, desde Cadiz e o Estreito, ao longo da Hespanha e das Gallias.

Chegou a realisar-se, em dias de Augusto, e sob os auspicios d'aquelle grande politico, uma expedição naval para devassar e es-

[1] Præterea Nepos Cornelius auctor est, Eudoxum quemdam sua ætate, quum Lathurum regem fugeret, Arabico sinu egressum, Gades usque pervectum.—Plin.—*Hist.*, liv. II, LXVII, 4.

[2] Multoque ante eum, Cœlius Antipater, vidisse se, qui navigavisset ex Hispania in Æthyopiam, commercii gratia.—Plin.—*Hist.*, liv. II, LXVII, 4.

[3] Plin.—*Hist.*, liv. II, LXVII, 8.

tudar o Mar do Norte. A armada, seguindo de Oriente a Poente o Mediterraneo, subiu as costas da Peninsula, e as das Gallias e Germania, costeou a Dinamarca, terra dos Cimbros, e chegou ao promontorio de Skagen, o mais septentrional das regiões dinamarquezas. Ahi observou, ou reconheceu por fama, um extenso mar, que banhava as plagas da chamada vulgarmente Scythia, e onde carranqueavam gelos e neves. São tudo palavras do doutissimo Plinio[1].

N'esse espantoso movimento guerreiro e naval, a que serviam de incitamento as ambições commerciaes, fica averiguado um facto: terem representado papel muito notavel as tribus que habitavam os torrões que hoje occupâmos. Muito bem comprova o snr. Martins Sarmento, que a exploração do estanho das Cassitérides (Inglaterra) esteve na mão d'essas tribus habitantes da fimbria occidental da Europa, até que os Phenicios argonautas procurassem, e achassem, caminho atravez do continente, pelo Rheno e Rhodano. Uma tal derivação de tão importante commercio, na edade de bronze, desde o extremo Occidente para o Sul da Gallia, foi o verdadeiro *vellocino de oiro*, de cuja historia a allegoria engenhou quadros vibrantes de interesse dramatico.

Tudo pois demonstra antiquissimo nos povos nossos predecessores o espirito marinheiro, o desejo das conquistas, a necessidade social das explorações; e ha outra circumstancia, que parece recuar para muito longe a origem das emprezas circumnavegatorias da Africa pelos nossos irmãos Peninsulares; é isto:

Uma expedição sob o commando de Caio Cesar, filho de Augusto, enviada á Parthia e á Arabia, achou nos areaes do Mar Ver-

[1] A Gadibus, columnisque Herculis, Hispaniæ et Galliarum circuitu, totus hodie navigatur occidens. Septentrionalis vero Oceanus, majore ex parte navigatus est, auspiciis divi Augusti, Germaniam classe circumvecta ad Cimbrorum promontorium: et inde immenso mari prospecto, aut fama cognito, ad Scythicam plagam, et humore nimio rigentia.—Plin.—*Hist.*, liv. II, LXVII, 1.

melho restos de antigos navios ali naufragados, e que muito bem foram reconhecidos como de navegantes da Peninsula Iberica[1].

N'este livro, que o leitor tem entre mãos, n'estas paginas cujo plano é apenas uma chronica parcial da Capital portugueza, vou procurar expôr as provas e o rasto d'essas tendencias marinheiras da nossa gente, herdadas desde seculos tão longinquos. Darei como verdadeiro ponto de partida aos meus estudos o momento, em que a Monarchia se achou fundada, obedecendo ás leis ethnicas que a desmembraram tão accentuadamente do resto da Peninsula, e collocaram á frente dos Portugallezes o grande Affonso Henriques.

[1] Plin.—*Hist.*, liv. II, LXVII, 3.

CAPITULO III

El-Rei D. Affonso Henriques e as suas forças navaes.—El-Rei D. Sancho II.—D. Affonso III.—D. Diniz.—Progressos na marinha nacional.—O Almirante Micer Manuel Pessanha.—Alguns traços biographicos d'esse notavel marinheiro.

Foi o espirito naval dos nossos povos reconhecido e sanccionado por el-Rei D. Affonso Henriques, com aquella sagacidade que fez d'esse Soberano um dos nossos mais habeis e previdentes administradores. No foral que deu á sua Lisboa em 1179, concede el-Rei a certos officiaes nauticos o fôro de *cavalleiros*, com a mira no desenvolvimento da marinha, seu devaneio já então de longos annos[1].

Comquanto a historia escripta pouca menção faça dos nossos movimentos navaes primitivos, é bem certo que os antigos Soberanos dispunham de tal ou qual marinha, organisada como os usos do tempo, e a mingua de forças, lh'o permittiam. Observa Frei Francisco Brandão, que, de certo documento do Mestre do Templo D. Gualdim Paes, se deduz a circumstancia importante de haver n'aquelles primitivos tempos *fustas* no Mondego, que provavelmente chegavam até Coimbra[2].

---

[1] *De navio verdadeiramente mando que o alcaide* (commandante, ou patrão) *e dois espadeleiros* (spadeleiro, spadaleiro, ou spitaleiro era o remeiro, no tempo em que certos barcos grandes caminhavam a remos) *e dois proeiros* (homens que á proa do navio dirigiam o andamento d'elle), *e um petinal* (calafate, fabricador de embarcações) *hajam fôro de cavalleiros.*—*Port. Mon.*—Leg. et cons., pag. 414.

[2] *Mon. Lusit.*, tomo V, fl. 22.

A ser verdadeira a tradição conservada pelo mesmo Brandão, a armada commandada por Fuas Roupinho nas aguas de Ceuta em 1182, constava de vinte e uma galés[1].

Que já el-Rei D. Sancho II tinha a sua marinha Real composta de navios seus, revela-o de passagem um documento coevo, do anno 1237; é uma escriptura vista pelo citado historiador, da qual consta que um tal João Annes, e sua mulher Ouroana Richardes, pagavam fôro ao Mosteiro de Chellas por umas casas que em Lisboa possuiam, na freguezia da Magdalena, junto ao paço dos navios d'el-Rei: *quas habemus in Parochia Sanctæ Mariæ Magdalenæ, circa palatium navigiorum Regis*[2].

Visivelmente esse *paço dos navios d'el-Rei* era um arsenal, ou grande deposito de materiaes maritimos para apercebimento e corregimento dos navios. A palavra *paço* significa não só residencia de Rei ou outro maguate, mas tambem séde de certos tribunaes, secretarias, ou estabelecimentos publicos; hajam vista os *paços do concelho*, o *paço da supplicação*, o *paço da madeira*, o *paço dos tabelliães*, *o paço das carniçarias*, *o paço das fangas da farinha*: assim, o *paço dos navios d'el-rei* seria o armazem dos petrechos nauticos, o deposito de velame, cordame, e outras alfaias, viveres, e armas.

N'uma carta d'el-Rei D. Affonso III para o Concelho da cidade de Coimbra[3], diz o mesmo Rei em 1266 (era 1304), que desejava ajudar a el-Rei de Castella contra uma invasão de Sarracenos, e ajudal-o por terra e por mar: *vellem ipsum Regem per terram et*

[1] *Mon. Lusit.*, tomo III, pág. 258.

[2] *Idem.*, tomo V, fl. 22, v.

[3] Trasladada por Frei Francisco Brandão na citada *Mon. Lusit.*, tomo V, 302.

mare jurare; palavras que bem pressuppõem forças navaes de tal qual modo organisadas, e promptas á primeira voz.

Nos dias d'el-Rei D. Diniz apparece com muito esplendor o quadro das forças navaes portuguezas. Frei Francisco Brandão, para quem remetto o leitor, deixou-nos uma optima e muito clara dissertação do estado da nossa milicia naval por esse tempo[1].

Espraiaram-se as ambições nacionaes, e o genio portuguez lançava já olhos avidos para o mar. Esse Soberano «nom tinha terra que já fosse de sua conquista», como diz Ruy de Pina, e cumpria-lhe tel-a. Tudo quanto possuia, herdara-o; mas, já por previdencia administrativa, já por espirito de Religião, carecia de dilatar-se pelos Algarves d'alem-mar. Diligenciava pois realisar esses designios «continuadamente por mar, com armadas e frotas, que contra os Moiros d'Africa e de Grada sempre trazia» observações do referido chronista[2].

Duas palavras acerca d'este reinado.

Foi el-Rei D. Diniz quem, para incutir maior impulso aos assumptos navaes, e mais ordem a toda a engrenagem da complicada machina, chamou de Italia um pratico. Esse pratico, mareante consummado, foi o Micer Manuel Pessagno.

Tinha vagado, no anno de 1316, o cargo de Almirante do Reino, por fallecimento de Nuno Fernandes Cogominho, amigo intimo do Infante D. Affonso. Para lhe supprir as vezes, parece não haveria então por cá pessoa idonea, e por isso veiu capitanear a marinha portugueza aquelle Genovez illustre[3].

São preciosas para a Historia as condições estatuidas entre o Rei e o novo Almirante; constam da carta de 1 de Fevereiro de 1317 (era 1355), transcripta pelo incançavel Brandão. Foi, como

1 *Mon. Lusit.*, tomo v, fl. 22 e seg.
2 *Chron. d'el-Rey D. Diniz*, cap. 1.
3 *Mon. Lusit.*, tomo v, fl. 173.

sempre, generoso o pequenino Portugal para com o seu auxiliar, a quem se deu o seguinte:

o senhorio do logar da Pedreira, onde tinha sido, muito fóra dos muros da Cidade, o bairro dos Judeus, e que depois d'esta doação se denominou o *bairro do Almirante*, situado no cabeço onde veiu a ser o Carmo;

tres mil livras annuaes em dinheiro de Portugal, pagas pelo rendimento dos reguengos de Friellas, Unhos, Sacavem, e Camarate, aos quadrimestres; tudo de juro e herdade, succedendo sempre no senhorio os varões legitimos;

e emfim, a quinta parte das prezas de guerra, e da valia das arrematações, que el-Rei fizesse por sua conta, de Moiros captivados.

Alem d'isto, revestia-se o Almirante de grande auctoridade sobre tudo quanto era gente maritima; não tinha que sair elle proprio ao mar, senão capitaneando tres galés, pelo menos; obrigava-se a manter sempre em Portugal vinte marcantes genovezes, peritos e sabedores, capazes de ser commandantes militares de navios (*Alcaides*, como se disia) ou pilotos (*Arraizes*)[1]. Quando não fossem necessarios ao Real serviço, empregar-se-hiam esses vinte homens nos lucros particulares do Almirante, indo mercadejar por conta d'elle a Flandres ou Genova, etc.[2]

---

[1] Salvo melhor juizo, parece-me ser essa a differença entre as palavras que se lêem na citada Carta Regia: *Alcaides* e *Arraizes*. O Elucidario e os nossos outros vocabularios pouco me esclareceram. Depois de meditar, e cotejar essas palavras, inclinei-me a que o *Alcaide* seria a bordo das galés Reaes, ou de guerra, o cabeça militar, o homem versado na tactica da peleja sobre as aguas; e o *Arrais* seria propriamente o commandante naval, o technico da faina maritima. Hoje essas duas entidades acham-se confundidas n'um só homem: o commandante. Que o Alcaide era funccionario de cathegoria superior á do Arrais é certo, e demonstram-n-o umas palavras do mesmo documento, onde se fixaram os respectivos ordenados: «ao que fôr Alcaide de galé doze libras e meia por mez de soldada por governo, e pão, e biscoito, e agua, como derem aos outros. E ao que for Arrais da galé oito libras pelo mez por soldada e por governo, e pão, e biscoito, e agua, como dito é».

[2] *Mon. Lusit.*, tomo VI, pag. 363.

Tudo, como se está vendo, regalias, e não pequenas, que demonstram uma bizarria excepcional para o alto merecimento do Genovez, ou a consciencia de um atrazo inqualificavel entre os officiaes superiores da marinha portugueza.

Não me proponho aqui traçar a biographia do Almirante; basta dizer, que desde 1317 o achâmos occupado, em nome de Portugal, em correr as costas da Berberia, apresando Moiros, e guerreando-os quanto possivel[1], proseguindo assim no plano audacioso do nosso Rei, que, segundo a phrase ha pouco transcripta, «nom tinha terra que já fosse de sua conquista».

Tal era a importancia do cargo, e a do Passagna, Pessano, ou Pessanha (á portugueza), que em 1319 lhe deu el-Rei D. Diniz o senhorio de Odemira, e em 1320 o enviou a Roma como Embaixador, juntamente com o Deão do Porto.

O *motivo* era este:

Planeava o buliçoso fundador das Escolas Geraes emprehender em ponto maior a sua guerra de exterminio aos Sarracenos de Africa; mas, escasseando-lhe os rendimentos para tamanhos encargos, mandou pedir ao Santo Padre licença para empregar na guerra uma parte dos redditos ecclesiasticos de Portugal; n'essa negociação utilisou el-Rei o Almirante; e João XXII, em sua Bulla de 19 de Maio do dito anno, concedeu para isso o dizimo d'esses redditos[2].

Logo em 1322 recebeu ordem o Almirante, para ir correr o Estreito de Gibraltar e as Costas africanas septentrionaes, a fim de defender o Reino de Castella da communicação perigosissima dos Moiros granadinos com os da Berberia[3].

O Almirante, domiciliado entre nós, e chefe de estirpe tornada muito illustre no volver dos seculos, trabalhou bem, segundo se vê, e trabalhou de alma e coração nos progressos de Portugal, sua patria adoptiva.

---

1 *Mon. Lusit.*, tomo VI, pag. 363.
2 *Quadro elementar*, tomo IX, pag. 326.
3 *Mon. Lusit.*, tomo VI, pag. 439.

Tudo que ahi expuz, esses movimentos nautico-militares dirigidos em Portugal pelo celebre Almirante, exigiam armadas e frotas, maiores ou menores, e pressuppoem uma vasta e bem concebida organisação. Ora, segundo toda a probabilidade, algumas d'essas armadas e frotas (palavras que não eram bem synonymas, e que o são hoje) esquipavam-se e construiam-se por aqui, no mais aprasivel, commodo, e abastecido porto da Monarchia. Deve tambem observar-se, que, segundo muito bem deixa entender Duarte Nunes do Leão, a maior parte dos navios, de que se serviam os nossos antigos Reis, eram fretados, nas occasiões, pelas Flandres e pela Allemanha[1].

Esse facto não impede, comtudo, que a Ribeira da populosa Alfama (a Lisboa d'então) fosse extraordinariamente animada; era uma serie de operosos espalmadeiros de todo o genero de barcas; por toda aquella praia retroavam os camartellos o seu *hymno do trabalho*, que ia ser, dentro em poucas dezenas de annos, o hymno nacional dos Portuguezes.

[1] *Chron. d'el-Rei D. Duarte*, cap. IX.

CAPITULO IV

Menciona-se a nossa marinha em dias d'el-Rei D. Fernando.—El-Rei D. João I.—Suas providencias no sentido de regulamentar os assumptos bellico-navaes.—O Capitão mór do mar.—Scenas pittorescas na Ribeira de Lisboa em tempo das guerras do Mestre de Aviz.—O Arcebispo D. Lourenço.—Enumeram-se algumas armadas que se aprestaram aqui, e d'aqui saíram.—Opposições surdas da opinião publica.—El-Rei D. Duarte insiste no mesmo proposito de seus maiores.

CINCOENTA ou sessenta annos depois, continuava augmentada em Lisboa a actividade naval. Já se lhe refere Fernão Lopes, ao mencionar a animação que deu el-Rei D. Fernando ao trafego com a concessão de valiosos privilegios a armadores e mareantes[1], el-Rei D. Fernando, a quem o douto Vilhena Barbosa não duvida chamar o verdadeiro *fundador do commercio maritimo em Portugal*, el-Rei D. Fernando emfim, a quem as Côrtes de 1372 tiveram de chamar «á ordem», pelas suas despezas, já reputadas excessivas, *em galees e taracenas*. Coisas d'aquelle espirito indomito! em se apaixonando por uma ideia, não sabia parar[2].

Com a sua carta de 8 de Dezembro de 1380 (era de 1418), dá o mesmo Rei D. Fernando impulso novo á marinha da nossa terra,

---

1 *Chron. d'el-Rei D. Fernando*, cap. xc.

2 Veja-se este curioso *item* das ditas Côrtes:

Ao que dizem no xvij°. artyguo em como nos já era dicto que deviamos ffazer muyto por escusarmos despezas o mais que podessemos, e porque hũa das grandes despezas que haviamos que eram galees e taracenas, das quaes diziam que estavamos assaz avondado, e que lhis era dicto que queriamos mandar ffazer outras de novo, o que era azo de fazermos grande despeza, e

e legisla, com vistas de largo alcance, no sentido de attrahir a actividade geral para as entreprezas maritimas. Isenta de muitos encargos «a todos aquelles que quizerem fazer ou comprar naves ou baixeis tilhados[1] de cincoenta toneis acima»; manda cumprir e guardar as regalias que tinham já alguns proprietarios de navios, e constitue dois inspectores, ou védores especiaes sobre o assumpto[2].

Nos successores d'este Soberano, tão notavel, mas tão injustamente apreciado ainda hoje, não parou, nem sequer afrouxou, o espirito maritimo.

Em Novembro de 1385 fôram esquipadas em Lisboa —diz o autor do livro *D. João I e a alliança ingleza*— «seis robustas galés e doze naus, que, sob o mando de Affonso Furtado, capitão do mar, partiram para Inglaterra, onde causaram maravilha»[3].

Iam auxiliar o Duque de Lancaster nas suas pretensões ao throno de Castella. Essas naus descreve-as o mesmo autor assim:

«Eram de maravilhosa grandeza e estructura. Nas galés, amplas e robustas, a maior das quaes tiravam trezentos remeiros, e a menor cento e oitenta, campeavam tripulações de vigorosos pelejadores»[4].

---

lhis parecia que sse podia escusar, e pediam-nos por mercee que olhassemos em ello o que ffosse mais nosso serviço;

A este artyguo rrespondemos que nós nom entendemos de ffazer mais galees que aquellas que havemos que ssom compridouras pera guarda e defensom do nosso rregno, e destas que hemos escusariamos custas, sse o ffazer podessemos com nossa onrra e prol do rregno. *(Côrtes do Porto, da era de 1410, anno de 1372.)*

Isto vem no codice *Côrtes do Reino*, na Bibl. Nac. de Lisboa, J-5-36, fl. 120 v.

[1] *Tilhados*, isto é, corridos de coberta. Deve ser o que Plinio chama *navis tecta*. Palavra parenta do nosso *telhado*.

[2] Vide a integra da dita carta, extrahida do cartorio da Camara do Porto, no tomo I, das *Dissertações chronologicas* de João Pedro Ribeiro, pag. 314.

[3] Conde de Villa Franca—*D. João I e a alliança ingleza*, cap. XIII.

[4] *Id., ibid.*, cap. XIV, I, citando Knyghton.

Em 1397 ordenava el-Rei D. João I a todos os moradores de Lisboa e do termo, pelo Ribatejo acima, contribuisse cada um, com a quota-parte que se lhe designasse, para o emprestimo forçado de uma avultada quantia, destinada a armar algumas galés para defensa do porto de Lisboa e sua costa[1].

Foi esse mesmo Rei, quem fez a carta de regimento do pesado officio de Capitão mór do mar, tambem chamado Capitão mór da frota, e nomeou para esse cargo o seu Cavalleiro e Vassallo Alvaro Vaz de Almada, na vaga de Affonso Furtado, em 23 de Julho de 1423[2]. Confirmaram tal nomeação el-Rei D. Duarte em 5 de Julho de 1433, e el-Rei D. Affonso V, em data que ignoro.

O Capitão mór do mar, diz o Conde de Villa-Franca, era officio immediato ao do Almirante; mandava em todas as classes de gente do mar: tinha alçada sobre patrões, alcaides, arraes, petintaes, comitres, galeotes, mareantes, e marinheiros[3].

A todos os lidos em Fernão Lopes está agora occorrendo a faina marcial que elle nos descreve, por occasião de se construirem e armarem muito á pressa, aqui pela nossa Ribeira, sete naus e algumas galés para a guerra com os Castelhanos. Aquelle capitulo, como tantos outros do mesmo poeta epico da prosa, está a ressumar verdades a cada linha; e o leitor presenceia o confuso affluir do povo á tarefa marinha pelo areal, sob a direcção do proprio Arcebispo de Braga D. Lourenço, e ouve as enxós e os camartellos, e as vozes de içar e arrear as peças-mestras, e até o vê a elle, o bellicoso Prelado, girando a um lado e outro, perguntando, querendo saber, aqui renhindo, animando alem, em cima do seu cavallo, trazendo por baixo do roquete a cota de soldado, e bran-

[1] Carta regia de 30 de Julho de 1397, citada, e em parte extractada, pelo snr. Eduardo Freire de Oliveira nos *Elementos para a historia do Municipio de Lisboa*.

[2] *Hist. gen. da Casa Real.*—Prov., tomo III, pag. 324.

[3] *D. João I*, nota D.

dindo na mão a sua grande lança. E obrigava a todos, grandes e pequenos, ecclesiasticos e leigos. E se algum Clerigo se excusava dizendo:

—Mas, senhor, eu sou Clerigo,

—Tambem eu sou, e cá ando— respondia D. Lourenço.

E se algum objectava:

—Mas, senhor, eu sou Frade,

—E eu Arcebispo, que é melhor que Frade— bradava o cavalleiro.

E assim se realisaram os milagres que a Historia nos aponta.

Essa actividade, que se dava nos dias da guerra, continuou nos da paz, e a Ribeira de Lisboa não deixou de esquipar bellissimos navios, admirados aqui e invejados lá fora.

Já em 1415 a armada em que el-Rei D. João I se foi á expedição de Ceuta constava de trinta e tres naus, cincoenta e nove galeras, e cento e vinte e oito barcos, entre galeões, caravellas, e outros baixeis; ao todo duzentos e vinte vasos de guerra[1].

Em 1451, reinando Affonso V, a armada que levou á Italia a nossa Infanta D. Leonor, irman do Reinante, a casar com o Imperador da Allemanha, compunha-se de «duas carrácas (navios muito grandes), seis naus grossas, e duas caravellas»[2].

Seis annos andados, em 1457, constando ao mesmo Rei que os Francezes perpetravam tomadias nos vasos portuguezes que topassem, apromptou «uma armada de vinte naus grossas, e outros navios, de muita gente nobre de sua Côrte, para defensa das costas e do commercio»[3].

No anno seguinte, 1458, quando elle planeou a expedição maritimo-guerreira de Alcacer-Seguer, foi a maior parte dos vasos da

1 S. Luiz—*Ind. chron.*, pag. 7.

2 Duarte Nunes—*Chron. d'el-Rei D. Affonso V*, cap. XXIV.

3 *Id., Ibid.*, cap. XXVII.

armada corregida nos estaleiros do Porto, por andar em Lisboa a peste muito accesa. Veiu essa armada até Lisboa capitaneada pelo Marquez de Valença, e el Rei embarcou a 17 de Outubro «levando comsigo — diz Goes — vinte e seis mil homens de peleja, e duzentas e oitenta naus, galés, e outros navios de carga e serviço»[1].

Quando elle em 1471 se partiu para a expedição de Arzilla, era a sua armada de «trezentas e oito vellas, entre naus grossas, e galés e outros navios» — conta o acima citado chronista[2]; ou trezentas e trinta e oito, segundo Damião de Goes, entre «naus grossas, galeões, galés, fustas, e outros mais navios de carga[3].

Parte d'essa armada foi construida no Porto, e parte em Lisboa. Ancorou toda em Rastello, e abalou a 15 de Agosto do dito anno 1471. Levava vinte e quatro mil homens. E escreve Goes:

«O que toda esta tão grossa armada fez de custo porey aqui, para que se veja a mudança dos tempos e dos preços das cousas, o qual foy de 135 mil dobras de ouro, segundo achey por memoriaes feytos por D. Vasco de Ataide, Prior do Crato, que fez a que se ordenou em Lisboa, e tomou as contas de toda, assim da ida como da vinda»[3].

Quando, em Junho de 1476 esse mesmo versatil Soberano planeou ir a França, veiu a toda a pressa do Porto a Lisboa, «onde com muita brevidade mandou aparelhar dezasseis naus e cinco caravelas, e tomar a soldo dois mil e duzentos soldados para guarda da armada, afora quatrocentos e setenta fidalgos e continuos de sua casa, que levou para serviço de sua pessoa, que com elle haviam de ficar em França» diz o chronista[4].

Em 1480, aproveitando-se das desavenças que trasiamos desde alguns annos com Castella, andaram marinheiros d'essa nação poderosa a negociar pelas costas da Guiné descobertas por nós. Foi então, que o nosso Rei D. Affonso V e seu filho o Principe D. João mandaram correr aquellas paragens Jorge Corrêa, Commendador

1 *Chron. do Princ. D. João*, cap. x.
2 Duarte Nunes — *Chron. Aff. V*, cap. xi.
3 *Chron. do Princ. D. João*, cap. xxi.
4 *Id.*, cap. LXXXIX.

do Pinheiro, e Mem Palha, que ambos na Mina desbarataram trinta e cinco vasos de guerra inimigos, de que era Capitão Pedro de Covides, apresando-lhes a carga, que era opulenta, e trazendo-os a Lisboa; por signal, que o melhor quinhão d'esse aprezamento foi pelo Principe dado como mimo aos Embaixadores castelhanos e outros senhores que então cá estavam[1]. Uma verde, com outra madura.

Esta serie de citações mostra o quanto crescêra o poderio naval da nossa terra.

Fossem todos os vasos de guerra propriedade do Rei, ou fossem em parte fretados a armadores, está-se a ver em tudo isto um apercebimento intelligente, e gradual educação das phalanges populares para os extraordinarios feitos dos descobrimentos orientaes.

Tantas recordações veem pois nobilitar o sitio de Lisboa, e demonstrar que o trafego de americanos, cavallos, peões, e carroagens, de que se ufana o Aterro, e toda a linha da nossa beira-mar, é nada em comparação do que ali enxamearam a paz e a guerra, os pescadores, e os homens de armas, os ganhões, e os argentarios, os tunantes, e os descobridores da India.

Trabalhou-se em toda essa orla maritima da grande Cidade, e trabalhou-se muito.

Deduz-se comtudo de alguns capitulos de Côrtes (uma das fontes mais authenticas e abundantes para a historia dos costumes nacionaes) que em geral o nosso Povo, brando e rotineiro como é, contente com o seu sol, e sobrio como ainda hoje o vemos, não acompanhava os Reis no seu empenho; refugia ao movimento; furtava-se ao alistamento forçado nas galés Reaes, assim como hoje se furta, sempre que póde, ao tributo de sangue.

[1] *Chron. do Prin. D. João,* cap. cm.

Farto já de ver sophismadas as ordens do seu Governo, que fez el-Rei D. Duarte[1] ordenou que os alcaides, e arraes, e galiotes, e pescadores, pagassem, sobre a dizima com que já se viam onerados, um novo tributo, que os remia do serviço nautico, sempre que n'elle se achassem constrangidos; e esse tributo servia então para pagamento a voluntarios[1].

A despeito das opposições, que lavravam surdamente, a Corôa teimou por todas as formas; manteve-se na sua presidencia nata dos destinos da Nação, e pressentiu os gloriosos dias, em que os galeões iam tornar-se o delirante sonho de todo o publico, os verdadeiros fautores da gloria de Portugal.

Considerando bem: que largo logar não haviam pois de ter os mistéres navaes, com todos os seus complicados adminículos e auxiliares, n'uma praia como esta, n'uma cidade como esta, bemfadada para emporio dos commercios europeus, e cabeça do estupendo systema dos descobrimentos africanos e asiaticos? Esses altos designios occultos da Providencia vão-se manifestando de vagarinho, e por gradações. Do Bispo de Compostella a Fuas Roupinho, de Roupinho a Pessanha, de Pessanha a Gama, a Coelho, a Dias, aos Côrte-Reaes, vão escalas enormes de trabalho accumulado, assim como vão maravilhas de perseverança heroica, desde o simples feudatario «Conde de Portugal», até ao «Senhor de Ceuta e de Alcacer em Africa», e «Senhor da Guiné».

---

[1] Lê-se no capitulo 22 das Côrtes de D. Affonso V em Evora no anno de 1442:—Bem sabe vossa Mercê como el-Rei vosso padre, por fazer quando lhe comprisse sua armaçom de galees tostemente, e por tirar grandes espeitamentos e savorias que sse por tal azo sseguiam, desy fugida de muitos homens marcantes que se partiam do rregno quando aviam de armar galees, ordenou que todolos alcaides, e arraizes, e galiotes, e pescadores, que pagavam disima, lhe pagassem outra, que é o quinto, e que os escusava de tal encarreguo de galees, e que el buscaria galiotes per sseus dinheiros, com que armasse ssas galees ssem sserem mais como estes costrangidos, e asy o ffez de ffeito, como he notorio a todos, a prazimento dos sobreditos.—Codice—*Côrtes do Reino*, J-5-37 da Bibliotheca Nacional de Lisboa, fl. 12.

CAPITULO V

Cita o autor uma erudita memoria do italiano Canestrini, e analysa-a. Relações de Portugal com a Italia em dias do senhor D. João I.

Foi em tempo, e com muitissimo interesse, uma erudita memoria do escriptor italiano Giuseppe Canestrini sobre as relações commerciaes dos Florentinos com os Portuguezes[1]. Vou extractar alguns topicos principaes d'essa notavel memoria, por se referir a buscas minuciosas feitas pelo autor em cartorios da velha Italia, nada explorados por nós outros, e bem dignos de o serem.

Sob a dynastia de Aviz é que, no parecer de Canestrini, principiou o que elle chama o segundo periodo commercial dos Portuguezes; essa epoca alcança desde o inicio do seculo XV (D. João I) até á passagem do Cabo Tormentorio (D. Manuel).

Pelas suas conquistas e feitorias commerciaes na costa da Berberia, na occidental da Africa, nas Canarias, nos Açores, na Madeira, e no Archipelago de Cabo-Verde, dilataram os Portuguezes consideravelmente o seu commercio ultramarino; ao passo que n'esse lapso de tempo crescia tambem de importancia o giro ganancioso dos Italianos, e nomeadamente dos Florentinos.

Em paga dos serviços prestados pelos Venezianos ao Infante D. Pedro durante a sua viagem, tão estudiosa e proficua, concedeu el-Rei D. João I desde 1406 privilegios de muito favor aos merca-

[1] Memoria intorno alle relazioni commerciali dei Fiorentini coi Portoghesi. — No tomo XXIII *do Archivio storico italiano.*

dores de Veneza domiciliarios em Lisboa, ou ás suas galeras entradas no nosso porto. Em 1430 procuraram os Florentinos obter eguaes regalias[1]; entre elles Lucas di Maso degli Albizzi, capitão das galeras do Occidente chegadas a Lisboa em Outubro de 1429[2].

Acolheu o antigo Mestre de Aviz com demonstrações de amisade o dito Albizzi, assim como os dois donos das galeras, que eram, de uma Pedro Vespucci, e da outra Bernardo Carnesecchi; mandou que tratassem com um certo Antonio Marabotti, Italiano morador em Lisboa desde annos; e, por intermedio d'este, fez-lhes saber que isentava as galeras florentinas de qualquer tributo ou direito de ancoragem, e permittia aos tripulantes e mercadores de bordo o desembarcarem e passearem em terra armados.

Fez mais ainda el-Rei: para honrar a nobre Republica Florentina, mandou ao vêdor da sua fazenda Pero Gonçalves, que visitasse a esquadrilha, por ser a primeira que entrava d'aquella nacionalidade nas aguas do Tejo, e offerecesse aos Commandantes valiosos brindes em nome do Soberano. Aceitou Albizzi esses brindes, pediu licença para corresponder com outros, e abalou para Inglaterra e Flandres, deixando encarregado, de accordo com Pero Gonçalves, o dito Antonio Marabotti, e outro Florentino mercador em Lisboa, da execução do novo accordo.

Informou logo Albizzi os Consules do mar, de tudo quanto realisára em favor do commercio e da navegação dos Florentinos em Portugal; e achou Canestrini uma Carta latina da Republica ao nosso Rei D. João, de 9 de Janeiro de 1429[3], na qual, entre outras coisas, se lê:

«Pelas communicações do capitão e governador das nossas galeras, que ha pouco se encaminharam para Flandres, ouvimos com

---

1 Sanuto — *Vidas dos Doges* — apud Muratori, *Rerum Italicarum scriptores*, tomo XXII. (Nota de Canestrini.)

2 Giornale di bordo di Luca degli Albizzi capitano delle galere di Ponente — *Arch. delle Riform.*, Lettere ai consoli del mare, nella dist. II, classe X, filza 8. (Nota de Canestrini.)

3 *Arch. delle Riform.* — Lettere della Signoria, clas. X, dist. I, fil. 30. (Nota de Canestrini.)

attenção a liberalidade e o affecto, com que vós, Senhor, vos houvestes com os nossos concidadãos, e com toda a gente de bordo. Com effeito, chegados ao vosso porto de Lisboa, receberam da vossa mão auxilio, e protecção generosa. Resta ainda, Inclitissimo Principe, um favor, que, segundo elles dão a entender, póde desde já talvez realisar-se; e vem a ser: que a isenção que em vosso Reino gosam galés de Venezianos, seja egualmente concedida de ora avante ás galeras e outros barcos da nossa Nação. Tão agradavel nos será essa concessão, que a havemos de considerar o verdadeiro complemento dos anteriores beneficios de Vossa Serenidade recebidos»[1].

Como as industrias se achavam muito atrazadas em Portugal, importavam os Florentinos para cá panos de lã e de linho, sedas, e outros objectos, que refere Balducci Pegolotti, escriptor dos fins do seculo XV; e um dos factos que mereceram reparo ao Canestrini, é mencionar já João da Uzzano, entre os cereaes á venda em Portugal, o trigo de Pisa, que no nosso mercado concorria com os trigos sicilianos, vendendo-se até a menor preço que estes, por ser menos secco.

Alem da superintendencia sobre a navegação e o commercio, tinham por dever os magistrados chamados Consules do mar, e a que acima se alludiu, o melhoramento dos terrenos, o estabelecimento de canaes, o escoamento de aguas, e sobre tudo o desenvolvimento da agricultura nos territorios pisanos, que desde pouco se achavam em poder da Republica Florentina, e cuja fertilidade

[1] Ex litteris Capitanei et Gubernatoris galearum nostrarum, quæ nuper ad partes Flandriæ navigabant, intelleximus diligenter quanta liberalitate et amore Sublimitas Vestra usa fuerat erga cives nostros, et universos qui in ipsis galeis ferebantur. Nam, quum pervenissent in portum vestrum Ulisbonensem, cum omni curialitate et liberalitate eos perfovistis..... Unum (beneficium) superest, Inclytissime Princeps, quod tamen, ut ipsi significant, forsan jam completum esse potest: hoc est, ut franchigia illa, quam galeæ Venetorum in vestro regno habent, hæc eadem quoque galeis et lignis nostris pro futuro tempore de liberalitate regia concedatur. Hoc autem nobis usque adeo gratum erit, ut ad anteriora beneficia per Vestram Serenitatem nobis collata, id tanquam cumulus quidam et perfectio adjungatur.

já ella apreciava. A fim de converter a sua agricultura n'um ramo importante de exportação, concederam os Consules do mar em 1428 a livre saida do cereal de Pisa e littoral, com o tributo de 5 soldos por alqueire, e até menos, quando mesmo o grão não valesse mais de 15 soldos o alqueire; e prohibiram toda a exportação, quando elle excedesse esse custo.

Continuaram os Florentinos a gosar dos seus privilegios commerciaes, e da amisade d'el-Rei D. João I; vantagens que se não interromperam no reinado dos Reis D. Duarte e D. Affonso V, aproveitando-se os mesmos Florentinos do gradual crescimento das conquistas portuguezas ao longo d'Africa.

Ao passo que o Veneziano Cadamosto, ao serviço de Portugal desde 1455[1], descobria para nós novas terras, entre ellas o Archipelago de Cabo-Verde, o Senegal, e a Senegambia, Affonso V recorria aos Florentinos, a fim de obter d'elles auxilio para as suas expedições contra os infieis[2]. Ao tomar posse de Arzilla, Tanger, e outros logares de Africa, logo communicou essas victorias á Republica; e esta respondeu-lhe felicitando-o em carta de 5 de Novembro de 1471.

Mantiveram-se muito tempo as boas relações mercantis entre os dois Estados; e parece só padeceram interrupção grave em 1444, quando, por um debito da Republica a Portugal, superior a 40:000 florins de oiro, foram apresadas, por ordem da Duqueza de Borgonha, todas as embarcações florentinas que se achavam nos portos de Flandres. Tendo a Republica satisfeito com bisarria a sua divida, celebrou-se accordo de pazes entre ella, a Duqueza, e o Rei de Portugal.

Ficarei por aqui até mais logo, em que outra vez darei a palavra ao erudito Italiano. Bastará declarar, que nada do que ahi deixo é meu, pois o tirei, muita vez textualmente, do citado *Archivio storico*. Ordena a lealdade esta confissão.

---

[1] S. Luiz — *Ind. chron.*, pag. 31. Deprehende-se isso tambem do cap. 1 da *Navegação* do mesmo Cadamosto.

[2] Canestrini cita uma Carta da Republica em 12 de Setembro de 1456, no *Arch. delle Riform.*, classe x, dist. 1, fil. 48.

Sirvam estes fragmentos para mostrar quanto os cartorios officiaes estrangeiros conteem, por toda essa Europa, de noticias preciosas e authenticas a nosso respeito, e quanto conviria mandal os explorar por bons e sagazes paleographos. Póde-se affirmar, que a nossa Historia se acha disseminada nas Chancellarias, nos Archivos, e nas Bibliothecas estrangeiras. Recolher esses documentos, ou pelo menos as copias d'elles, seria serviço altissimo á nossa civilisação.

CAPITULO VI

Viagem do nosso Infante D. Pedro.—Livros e noticias que traz para o Reino.—Começam a accentuar-se as tendencias dos Portuguezes no sentido de descobrir pelo polo antarctico a via da India.—Receios que isso infunde em nações estrangeiras.—Manda a *Republica* de Veneza a Portugal um emissario.—Conta se por miudos o caso.

Teve decisiva influencia no nosso desenvolvimento maritimo a viagem do benemerito Infante D. Pedro (o heroe da Alfarrobeira) ás sete partidas do mundo.

Nota o alto espirito de Antonio Ribeiro dos Santos, que a primeira carta geographica, de que a nossa Historia faz menção, «é a que o Infante D. Pedro, depois de haver corrido muitas partidas, trouxe a este Reino, quando se recolheu de suas peregrinações e viagens, e communicou a seu irmão o Infante D. Henrique[1]».

Conjectura o mesmo sabio Bibliothecario mór, que o Infante houvesse dos Venezianos os ditos mappas, «assim como d'elles recebeu, quando esteve em Veneza, o Livro das viagens á Asia, do celebre Marco Paulo, ou Polo».

Quem sabe até se essa viagem do Infante D. Pedro não levaria o fito preconcebido em estudar, lá por Veneza ou Genova, alguma coisa da arte da navegação, em que eram reputados eximios os Genovezes e Venezianos!

Nem admira que assim fosse. Venezianos e Portuguezes andavam desde muito em mutua observação.

Desde que as tendencias da nossa marinha deram mostra de começarem a querer inclinar-se á procura do Oriente pelo rumo

[1] *Memoria sobre dois antigos mappas*, etc., pag. 275.

do polo antarctico, desde que os olhos dos Reis de Portugal principiaram a buscar com insistencia, entre as nevoas do mar, o caminho da India, terra de cujo commercio eram emporio as cidades da alta Italia, lavrou por Italia o receio, de que as duas poderosas Republicas aristocraticas viessem a ceder o tridente aos breados marinheiros do pequenino Reino portuguez.

Subiam de ponto esses receios, quando cada anno ia acrescentando novos florões á Corôa de Affonso V e João II.

Noto porém uma circumstancia, que vem abonar a nossa lealdade como nação Instauradora: é que os Portuguezes aceitaram e protegeram, desde todo o principio, collaboradores e auxiliares estrangeiros nas suas tentativas de descobrir. Diz o Veneziano Cadamosto, que o grande Infante de Sagres consentia a qualquer mareante forasteiro a viagem commercial ao longo das costas já descobertas na Africa occidental, com uma de duas condições:

ou armar e carregar cada qual a sua caravella á propria custa, pagando de direitos ao Infante a quarta parte da carga que trouxesse;

ou esquipar aquelle Principe as embarcações, sendo toda a carga á custa do navegante, o qual daria de direitos ao dito senhor metade do lucro[1].

Apesar d'essas facilidades, olhavam para nós de soslaio os outros povos europeus; e basta fixar aqui uma verdade: eramos espiados de muito perto. Dil-o um escriptor italiano, G. Scopoli, por estas palavras:

«Nova prova da vigilancia da Republica veneziana em tudo quanto realisaram os Portuguezes desde 1497 até 1505, apparece agora n'um manuscripto salvo da destruição de certo archivo de Veneza, e cujo autor é Leonardo de Cá-Masser, enviado ao Tejo, a bom correr de posta, pela Serenissima Republica, para observar e referir exactamente quanto em taes assumptos podesse ser util á Senhoria»[2].

---

[1] *As navegações de Luiz de Cadamosto*, cap. I.

[2] «Una nuova prova della vigilanza della Repubblica Veneta su quanto operavasi dai Portoghesi, dal 1497 al 1505, si ha ora da un manoscritto salvato dalla distruzione d'un veneto archivio, l'autore del quale è Leonardo di Cá

Chegou esse enviado, olheiro, védor, testemunha, espião (ou como melhor nome haja), a Lisboa a 3 de Outubro de 1504; diz-o elle proprio[1]. Os membros da colonia mercadora italiana desconfiaram, por qualquer motivo que nos escapa, das boas intenções do recem-chegado, não investido em caracter official, como dois annos antes o Embaixador que Veneza nos mandára, e a quem se refere João de Barros[2]; intrigaram-no logo com o nosso Governo; e tão prestes machinaram, que no dia seguinte á chegada, 4 de Outubro, o mandou el-Rei D. Manuel chamar á sua presença, no paço da Alcáçova.

Introduziram os moços da camara a Leonardo para uma sala, ao topo da qual, junto a uma pequena meza, se achava o Soberano escrevendo. Aproximou-se o Italiano, e, feita a devida reverencia, perguntou o que mandava Sua Alteza. O Rei quiz informar-se da terra a que elle pertencia, do sitio d'onde vinha, e do que pretendia em Portugal. Não sei o que respondeu Cá-Masser; diz apenas, que respondeu o que o assumpto requeria. Entreteve-o o Soberano muito tempo, até que, voltando-se para certo cortesão, que ali se achava em pé a pouca distancia, e que o emissario denomina Pero de Lisboa, dando-lhe na Côrte portugueza um cargo equivalente a chefe do Conselho dos Dez, ordenou que o Leonardo fosse posto incommunicavel e a bom recado em carcere estreito. Assim se conservou algum tempo, sendo tres ou quatro vezes mandado chamar por el-Rei, e de cada vez severamente

---

Masser, mandato a bella posta dalla Serenissima sul Tago perchè osservasse e riferisse esattamente quanto potea tornar più utile alla patria». Fragmento do *Avvertimento* anteposto por G. Scopoli á *Relazione* do dito Leonardo, no vol. XXII do *Archivio storico Italiano*.

[1] El zonzer mio de lí in Portugallo nella città di Lisbona, fu alli 3 Ottubrio del 1504.

[2] Ao tempo que esta armada da India se fazia em Lisboa prestes (em 1502), estava n'ella um Embaixador dos Venezianos, homem nobre e prudente.—*Asia*, dec. I, liv. VI, cap. II.

Esse Embaixador chamava-se Pedro Paschaligio (sic); achava-se com effeito em Lisboa em 1502, segundo diz Frei Luiz de Sousa no cap. I dos seus *Annaes d'el-Rei D. João III* (ed. de Herc., pag. 4).

inquirido. Vendo-se porém que o homem respondia com lizura, e sem tergiversações nem contradicções, foi solto[1].

Isso é o que elle proprio narra, e parece verosimil.

Tinham motivo os Italianos para se temerem de nós.

Eram as caravellas de Portugal os melhores e mais reputados navios que então andavam sobre aguas do mar; dil-o o proprio Luiz de Cadamosto[2].

Tornára-se Lisboa emporio commercial de forasteiros emprehendedores; porto de escala de mareantes venezianos, genovezes, e pisanos, que do Mediterraneo vinham pelo Estreito de Gibraltar demandar o Occidente e o Septentrião.

As esquadras d'esses povos italianos — diz muito bem o mencionado Canestrini — na carreira regular de viagens a França, Flandres, e Inglaterra, tocavam sempre, á ida e á volta, em costas de Portugal, já para receber mercadorias d'estas terras, já para importar a ellas os generos que traziam de outras partes.

[1] Eis as palavras textuaes do preso: «El giorno seguente da poi che gionsi de lì in Lisbona, che fu a dì 4 detto, che è il giorno di S. Francesco, fui mandato a chiamar da Sua Altezza nel palazzo, che è in cima de questa città; dove Sua Altezza stava sola in capo d'una sala, scrivendo sopra una tavola picola: et io gionto lì, fatto la debita reverenzia, disse, che comandava Sua Altezza; el quale me disse de che nazion era, e d'onde veniva, et a che fare era in quella città venuto. Non m'estenderò nella risposta: risposi quanto accadeva al bisogno. Da poi parlato lungamente con Sua Altezza, disse a uno suo che era poco distante da noi, el quale se chiama Piero da Lisbona, el quale è come seria a dire, Capo de Consiglio de x; e le disse, che 'l me menasse in preggione orribile, senza che io potessi parlare a persona del mondo. Et in questo tempo mandò Sua Altezza per mi, e parlome tre o quattro volte; e vedendo ultimamente, che io stava saldo e costante su li primi parlari, mi pose in libertà, e dissemi ch'l stare in quella terra fosse a *mio beneplacito*. Et io liberato che fui volsi diligentemente inquerire et intendere quali fussino stati quelli che mi fecero tale opposizione; et intesi da più persone degne di fede, li quali mi dissero, etc., etc.—Cá-Masser— *Relazione*— *Archivio Storico Italiano*, tomo 22.

[2] *As navegações, etc.*, proemio.

No negocio das mercadorias portuguezas, correspondiam-se os mercadores italianos domiciliados em Lisboa, ou n'outros logares da nossa costa, com agentes commerciaes no interior do Reino, e tratavam com os seus correspondentes de Londres, Bruges, Paris, e Lião, e das cidades mais activas da Italia, as permutações de Lisboa com aquellas e outras praças[1].

E note-se que diz Frei Nicolau, haver em Lisboa vendedores exclusivos de mercancias de Veneza, seis; e logistas de objectos miudos de Flandres, como pregos, cadeados, pinceis, facas, etc., vinte e quatro[2]; alem dos fornos de loiça de Veneza, onde se fabricavam aqui, na nossa Lisboa, magnificos azulejos nos seculos XVI e XVII[3].

D'onde se vê que ás tendencias maritimas do nosso Povo accresceram com essa convivencia os exemplos e a nobre emulação.

1 *Memoria intorno alle relazioni commerciali de' Fiorentini co' Portoghesi*, tomo XXIII do *Archivio Storico Italiano*.

2 *Livro das Grand.*, ed. de 1804, pag. 181.

3 *Ibid.*, pag. 179 e 182.

CAPITULO VII

Mostra-se como e quanto o grande Infante D. Henrique influiu nos nossos progressos navaes.—Citam-se varios autores antigos.—Lavra nas classes baixas e nas altas muito enthusiasmo.—Opulencia de Lisboa.—Menção de Fernão Gomes e Fernão Lourenço.—O Cabo das Tormentas.—Honrosa menção do grande Bartholomeu Dias.

Tinham a final os nossos galeões rasgado de par em par, com o róstro das suas proas os limites legendarios do Mar Tenebroso. Tinham os nossos pilotos e mestres conseguido devassar, nas suas aventurosas caravellas, a região africana de terrores e maldições.

Apavorada a imaginação popular creava ainda sustos a drede, e até na voz solemne dos proloquios plebeus se percebia reprovação manifesta aos devaneios da conquista. «Quem passar o Cabo de Não, ou tornará ou não!» murmurava o bom senso caseiro dos Lisboetas. «Porque, diziam muitos, como se havia de passar um Cabo, que os mareantes de Hespanha pozeram por termo e fim da navegação d'aquellas partes, como homens que sabiam não se poder navegar o mar que estava alem d'elle, assi per as grandes correntes, como por ser mui aparcelado, e com tanto fervor das aguagens, que sorvia os navios?!» Palavras textuaes do insigne narrador das nossas proezas maritimas, João de Barros[1].

Foi necessaria a vontade de ferro d'aquelle homem unico, chamado o Infante D. Henrique, para, desde 1412, se voltarem com efficacia e perseverança as attenções sobre a Africa[2], e se vence-

[1] *Asia*, dec. I, liv. I, cap. IV.

[2] D. Frei Francisco de S. Luiz — *Indice chronol.*, pag. I.

rem as reluctancias, que de todos os modos, e por largos annos, se manifestaram: em opposições surdas, e em opposições claras; em inercias silenciosas, e em descontentamentos aggressivos.

Encarece Cadamosto, com uma imparcialidade que lhe faz honra, o papel proeminente que veiu a caber ao Infante de Terça-Nabal, e chama-lhe «o primeiro inventor d'estas navegações em os nossos tempos[1]».

E o que havia para vencer, Santo Deus!

Alem dos receios, minavam entre o Povo a mingua e a fome. Lá o diz Barros: «Das guerras passadas entre este Reino e o de Castella, e assi idas de Cepta, Tangere, e outras despezas, e lançamento de fintas, estava a gente tão necessitada, que com grande trabalho se podia manter»[2].

Mas correu tempo. Lavrou a ideia. Continuaram os prodigios. Revirou-se a pouco e pouco a opinião nacional. Esse reviramento vem admiravelmente descripto pelo nosso Livio. O Povo, deslumbrado com o que ia vendo, com o que presendeava, e com o que ouvia aos que chegavam de longe, começou a acreditar. Pedras finas, especiarias, fazendas, dentes de elephante, e até animaes vivos desconhecidos, realisaram o milagre da conversão geral.

Logo em 1447 chegou de Africa um formoso leão, que certos navegantes trouxeram de presente, como especimen, ao Infante D. Henrique. Talvez com o fito em quebrar olhos a forasteiros, mandou-o elle offerecer «a um fidalgo ingrez grande seu servidor, que vivia em Galueu»[3].

Um dos poetastros da quadrilha poetica das justas de Resende dedilha estes versos preciosos:

Oiro, aljofar, pedraria,
gommas, e especiaria,
toda outra drogaria,
se recolhe em Portugal.

---

[1] Luiz de Cadamosto — *As navegações, etc., proemio.*
[2] *Asia*, dec. I, liv. I, cap. VII.
[3] Galloway? Galway?

Onças, leões, aliphantes,
monstros, e aves fallantes,
porcelanas, diamantes,
é já tudo mui geral[1].

Em 1466, «o negocio de Guiné — diz Barros — andava já mui corrente entre os nossos e os moradores d'aquellas partes»[2].

Damião de Goes, emfim, tambem nota quanto o Infante era censurado de todos ao principio, e reprehendido «de fazer tamanhos e tão demaziados custos»; e depois observa quanto veiu a ser «de todos muy louvado, disendose que de hum tal Principe, e tão prudente, se não podia esperar cousa se não de que os Reynos houvessem de receber proveyto»[3].

Aquella serie de feitos, aquelle não acabar de commettimentos heroicos, eram o assombro da Europa. Toda a brilhante historia de arrojadas loucuras, ás vezes muito ferozes, que os Barros, os Goes, os Coutos, os Corrêas, e os Castanhedas, vieram a traçar com lettras de oiro, parecia mais a execução teimosa de um pensamento meditado, e sagazmente desenvolvido nas altas regiões administrativas, do que uma serie de esforços casuaes. Vê-se que algures, ou no Paço, ou no Conselho, ou no tribunal poderoso da opinião dirigente, se olhava com muito affinco, e muitos conhecimentos cosmographicos, para a ideia dos descobrimentos, e se via com lucidez atravez das nevoas dos horizontes.

Não eram sómente as classes baixas, que se deixavam levar do embelêco dos lucros d'aquellas expedições aventurosas. Até a gente mais nobre e afazendada entrava com ufania no movimento geral.

Quando em 1424 se descobriram as Canarias, ia por Capitão-mór dos dois mil e quinhentos peões, e cento e vinte cavalleiros,

[1] Trovas de Diogo Velho no *Cancioneiro*.
[2] *Asia*, dec. I, liv. II, cap. II.
[3] *Chron. do Princ. D. João*, cap. VIII.

que enchiam a armada, nada menos que D. Fernando de Castro, Governador da Casa do Infante D. Henrique, e pae de D. Alvaro Pires de Castro, primeiro Conde de Monsanto[1].

Este D. Alvaro, que foi Camareiro-mór de D. Affonso V, tinha uma caravella, que andava por conta d'elle na labutação do mar[2].

Em 1445 um certo Diniz Fernandes, morador em Lisboa, escudeiro d'el-Rei, e homem abastado e brioso, armou á sua custa um navio para ir ao descobrimento do Rio do Oiro[3].

O Bispo do Algarve, visivelmente enthusiasmado com o espirito aventureiro dos seus diocesanos, mantinha a expensas suas uma caravella[4].

Um nobre lisboeta, antigo creado do Infante D. Henrique, Thesoireiro-mór aposentado da Casa de Ceuta, Gonçalo Pacheco, armador de navios, pediu licença para os enviar tambem aos descobrimentos africanos[5].

O chamado «senhor D. Alvaro», irmão do Duque D. Fernando II de Bragança, tambem possuia navio seu para ajudar as emprezas do descobrir[5].

Era uma febre geral. Entrára de todo no espirito publico a convicção da realidade pratica de tamanhos sacrificios. Buscar o caminho da India ao longo da Africa estava sendo no seculo XV o sonho delirante dos Portuguezes.

Acompanhar, ou sanccionar com o silencio os desmandos do nosso tempo, é cobardia; acompanhar, favorecer as suas tendencias nobres e altas é merecimento e dever. Honra, pois, a todos os que assim fomentaram o pensamento da conquista do novo Vellocino!

Affonso V desfraldando na alcáçova de Tanger o seu guião de conquistador, firmava aos olhos do mundo aquelle pensamento

---

1 *Asia*, dec. I, liv. I, cap. XII.
2 *Ibid.*, cap. XI.
3 *Ibid.*, cap. IX.
4 *Ibid.*, cap. XIV.
5 *Ibid.*, liv. V, cap. X.

ambicioso, ordenando que nas Cartas Reaes escrevessem d'ahi em diante os escrivães da sua Chancellaria:

DOM AFFONSO, POR GRAÇA DE DEUS REY DE PORTUGAL E DOS ALGARVES, D'AQUEM E D'ALEM MAR EM AFRICA[1].

Estas longas e tenacissimas conquistas das nossas armas iam-se revelando em resultados palpaveis. Crescera a riqueza publica, e tornara-se a velha Lisboa a mais opulenta das Cidades occidentaes.

Entre muitos outros, ha dois homens, que, pelos seus haveres, adquiridos de relance no trato ultramarino, personificam a pujança do caudal aurifero que nos enviava a Africa: refiro-me a Fernão Gomes, e Fernão Lourenço. São dois armadores, dois contratadores, dois banqueiros, dois agenciadores infatigaveis, cujos esforços a boa fortuna favoreceu, e cujas personalidades nos apparecem rodeadas do ardente prestigio do oiro. Nas sociedades tornam-se utilissimos homens assim, cujo egoismo salutar se transforma em beneficios, em auxilios indirectos, em incitamentos, e em elegancia. Jacques Cœur foi em França um argentario do mesmo jaez.

No estado ainda então atrazado do nosso machinismo administrativo, era vulgar o arrendarem-se a particulares taes ou taes rendimentos do Estado; é o que ainda se usa hoje em alguns ramos da fazenda publica no nosso Ultramar colonial. Em Novembro de 1469 arrendou el-Rei D. Affonso V o *trato* da Guiné por tempo de cinco annos a Fernão Gomes, cidadão conspicuo de Lisboa. Obrigava-se o arrendatario a dar annualmente a el-Rei 200:000 reaes brancos; tinha a liberdade de negociar como quizesse e podesse as mercadorias da Guiné, menos o marfim, que ficava para a Corôa, e impendia-lhe tambem o dever de descobrir

[1] *Chron. do Princ. D. João*, cap. XXXI.

em navios seus, e por homens pagos do seu bolso, mais cem leguas de costa cada anno[1].

Gosava outra regalia, que nos faz rir: licença para trazer annualmente um «gato d'algallia»; era certo animal carnivoro, da familia felina, a *viverra civetta* de Linneu; cria-se a civetta nos climas ardentes, na Arabia, na Guiné, no Congo, e é preciosa por se extrahir d'ella um perfume almiscarado, mercadoria então rarissima[1], e de alto apreço na pharmacia antiga. Só isso devia equivaler a farto rendimento.

Obteve tambem Fernão Gomes o resgate de Arguim por alguns annos, ao preço de 100$000 réis annuaes; e logo em 1471 descobriram as suas caravellas, commandadas por João de Santarem e Pero de Escobar, Cavalleiros da Casa, a terra do Oiro, a que se ficou por antonomasia chamando a Mina[1].

Tanto soprava a aragem da ventura na vella de Fernão Gomes, que se lhe juntaram nas arcas grossissimos cabedaes, que o seu espirito ganancioso duplicava e triplicava. Com os haveres cresceram-lhe as ambições; desejou, como todos os homens bem nascidos ambicionavam então, o baptismo do sangue; empunhou as armas, serviu em Ceuta, achou-se na tomada de Alcacer, Arzilla, e Tanger, e mereceu ser ahi armado Cavalleiro pelo proprio Soberano.

Ao findar o 5.º anno do arrendamento, isto é, em 1474, quiz el-Rei D. Affonso reconhecer os serviços de Fernão Gomes como administrador, e fel-o Fidalgo de cota de armas, com o appellido novo *da Mina*. O brasão, expedido em carta de 29 de Agosto a Fernão Gomes da Mina é significativo e pittoresco: em campo de prata tres cabeças de negros, cada uma com *arrieis*, ou argolas, de oiro no nariz e nas orelhas, e um collar ao pescoço. Em 1478 foi nomeado membro do Conselho d'el-Rei[2].

---

[1] *Asia*, dec. I, liv. II, cap. II.—Goes—*Chron. do Princ. D. João*, cap. XVII diz *cem mil réis*, mas é engano de penna, porque o mesmo autor diz *duzentos mil réis*, no cap. XXXII.

[2] *Asia*, dec. I, liv. II, cap. II.

Esse trato vago da Guiné e da Mina foi doado pelo Rei ao Principe D. João, seu herdeiro[1]. Quiz logo o Principe augmental-o; e, por aviso dos praticos, entendeu dever fortalecer a costa da Mina, edificando lá um castello, «onde assentasse trato, com muitas e boas mercadorias, para com ellas se haver muito oiro — diz Resende — como tinha por verdadeira informação que ali se vinha resgatar».

Foi o castello nucleo de uma projectada cidade, cognominada *de S. Jorge da Mina;* tudo, como é facil imaginar, planos politicos acceitos e preconisados por uns, contrariados e desacceitos ainda por muitos outros. Para ir á Mina organisar a nova povoação, e implantar systema commercial em regra, era preciso um homem escolhido e de alta pratica financeira; antes de mais ninguem offereceu-se ao Principe em fins do anno de 1481, Fernão Lourenço, seu Escrivão de fazenda, homem considerado, e de teres; tão considerado, que alguns annos depois mereceu ser nomeado um dos testamenteiros da sympathica senhora D. Filippa, filha do grande Infante D. Pedro, fallecida em Odivellas[2], e autora de escriptos, não só religiosos, mas até politicos.

Ou porque o Principe tivesse já promettido a capitania de S. Jorge a outrem, ou porque preferisse reservar Fernão Lourenço para mais alto emprego de fazenda, o que se vê é que escolheu, para a missão da Mina, a um Cavalleiro de sua Casa chamado Diogo da Azambuja, homem a quem Resende chama «de muito bom saber e esforçado coração, de confiança e bondade, e outras boas qualidades».

Quanto a Fernão Lourenço, basta dizer que dentro em pouco era Thesoireiro da nova Casa da Mina, e se tornava pelos seus haveres e pelo seu genio ambicioso um dos personagens mais notaveis e influentes da Lisboa joannina e manuelina.

---

[1] Ruy de Pina — *Chron. de João II*, cap. II. — Garcia de Resende — *Chron. de D. João II*, cap. XXV. — Barros — *Asia*, dec. I, liv. III, cap. I. — Goes — *Chron. do Princ. D. João*, cap. XXXII.

[2] Veja-se o recente livro do sr. A. C. Borges de Figueiredo *O Mosteiro de Odivellas*, pag. 224.

Peço ao leitor que fixe bem esta noção, e n'um dos seguintes capitulos tem de tornar a encontrar-se com este homem, que se me figura personificar o lado feliz e auspicioso, o lado pratico da Conquista.

Fernão Gomes da Mina, o opulento e elegante contratador, esse viu para logo caducar a sua fadigosa tarefa de arrematante, desde a doação ao Principe. Já comtudo os seus cofres repletos de oiro eram a evidente prova das opulencias da Africa, e a resposta eloquente aos antigos detractores do Infante D. Henrique.

E no emtanto, o que já fôra o Cabo Bojador, com as suas fabulas, o que fôra o Cabo de Não, com as suas lendas, o que fôra o mar Tenebroso, com as suas nevoas, estava-o sendo, no ultimo quartel do seculo XV, o Cabo das Tormentas.

Bartholomeu Dias, o grande precursor, o destemido, a quem não foi dado colher o fructo do seu talento e da sua ousadia, avistara-se com o *sacrilego gigante*, contemplara-o envolto em nevoas, e vira quebrar aos pés do mal agoirado promontorio as ondas sempre terriveis d'aquella paragem. Mas, por mais que o forcejára, não podera seguir até á India, e recuára, trazendo a Portugal a quasi certeza de que ninguem poderia jamais passar alem.

Sobre este laborioso final do seculo começa a alvorecer uma aurora esplendida. Levanta-se o nome primacial de Vasco da Gama.

CAPITULO VIII

Entra em scena Vasco da Gama.—Apresenta-se em todo o seu vigor esta singularissima personalidade.—Alguns traços biographicos do heroe.—Côrte de madeiras e apparelho de navios para a empreza de montar o Cabo.—Onde foi construida a memoranda expedição.—Descreve se ao leitor um sitio altamente historico.—Partida da armada do Gama.

onta-se o caso assim:—Desde a tornada infructuosa de Bartholomeu Dias a Lisboa em Dezembro de 1487, quiz el-Rei D. João II, homem de ferro, dissipar o terror, que, ainda depois de dobrado, incutia o Tormentorio, e trocou aquelle nome de mau agoiro em Cabo da Boa Esperança.

Depois, planeou mandar lá nova expedição, que realisasse o feito de chegar á India.

Diz Barros ser voz corrente a nomeação de um tal Estevam da Gama para capitanear a empreza[1]; Resende inclina-se positivamente a que foi logo chamado Vasco da Gama, filho de Estevam[2]. Fosse como fosse, a expedição não tinha saído até ao anno de 1495, em que el-Rei falleceu.

Reinava já o fastuoso D. Manuel, e não afrouxavam n'elle os desejos de estender até á India aquelle fio de tantos centenares de leguas, começado a fiar pelos valentes marinheiros de Sagres; e uma vez, estando em Estremoz, segundo Barros, encarregou a Vasco da Gama, Fidalgo da sua Casa, a direcção de uma armada que montasse o terrivel cabo, e acabasse de vez com os receios geraes. Damião de Goes, grande privado, como todos sabem, na côrte d'aquelle

---

[1] *Asia*, dec. I, liv. IV, cap. I

[2] *Chron. d'el-Rei D. João II*, cap. CCVI.

tempo, allude com toda a clareza a que Vasco da Gama foi chamado por el-Rei como representante do homem, já fallecido então, a quem o senhor D. João II commettera a grande empreza. Eis as palavras do eminente escriptor: «... e a Sua Alteza —(el-Rei D. Manuel)— era parecer-lhe que tinha —(Vasco da Gama)— «alguma aução n'esta viagem polla el-Rei D. João pouco antes que fallecesse ter dada a seu pae Estevam da Gama, que já tambem era defuncto, em cujo logar e por sua lembrança lhe pedia,... etc.[1]»

Quem era Vasco da Gama?

Já n'outra parte tive occasião de notar que tudo são trevas na investigação da sua infancia[2]. Sabe-se apenas, que eram seus paes Estevam da Gama e Isabel Sodré; elle Alcaide-mór de Sines, Fidalgo da Casa Real, e, ao que parece, mareante de certa notoriedade; ella, filha de outra raça marinheira, que soube deixar vestigio luminoso nas paginas da Historia.

Penetrado Estevam da Gama do espirito aventuroso da sua era, apparece-nos, aqui, ali, de relance, atravez das chronicas d'aquelles reinados; e por esses fragmentos recompomos, até certo ponto, a figura que fez. De uma vez, me occorre agora ter elle ido disfarçado, e em trajos escoteiros de marinheiro mercador, com um barco de figo passado, desde as praias do Algarve até ás de Africa, onde desembarcou com o seu trato fingido na villa moira de Anafé; ahi, girando e pregoando como vendilhão, observou como soldado sagaz as cortadas da villa, e avaliou a sua força militar. Esta commissão espinhosa e perigosissima, que lembra a de Ulysses na côrte de Lycomedes em Scyro, levava-a o industrioso Estevam da Gama por mandado do Infante D. Fernando, filho d'el-Rei D. Duarte; e na propria escolha do homem já elle se rastreia: dissimulado, audaz, activo, e de bom olho em aparelhos de guerra[3].

Creado por tal pae, e em taes exemplos, e educado (quanto o podia ser um nobre d'aquella provincia boçal) ali mesmo em Sines, onde nasceu, habituou-se com cedo Vasco da Gama ao trato do mar;

---

1 *Chron. de D. Manuel*, parte I, cap. XXIII.

2 *Lisboa antiga*, parte II, tomo III, pag. 100.

3 Damião de Goes—*Chron. do Princ. D. João*, cap. XVII.

ninguem, entre os moços da Alcaidaria nadava como elle, brigava como elle, e regia como elle uma caravella. A vida aventurosa da mocidade d'esse tempo levou-o a entrar em muitas das refregas em que se aguerria Portugal, e que pozeram, mais ou menos, o intrepido filho dos Sodrés e dos Gamas na evidencia que veiu a favorecer a sua escolha para a missão a que o chamou o senhor D. Manuel.

Em Setembro de 1479 dou com elle em Tanger, onde certamente pelejava, e encontro-o no castello, residencia do Governador, Conde de Olivença, servindo, com outros, de testemunha ao casamento por procuração de D. Filippa de Meneses, filha do mesmo Conde com o acima citado D. Alvaro de Bragança[1].

Se interpreto bem certas palavras de João de Barros, tambem na sua mocidade andaria o Gama guerreando em Fez. Vejamos.

Conversando o ousado navegador com um enviado do xeque de Moçambique, soube que era moiro natural de Fez; e diz Barros: «era do Reino de Fez, escola militar d'elles, *do ferro dos quaes* (note-se) *podia elle* (Vasco da Gama) *ou coisa sua* (algum parente) *andar assinado* (assignalado)». Não se percebe que o autor nos quer significar ter-se o Gama batido com os Moiros de Fez[2]?

Pelos annos de 1492, tendo el-Rei D. João II resolvido tomar vingança dos Francezes, por nos terem roubado uma caravella, ordenou que logo fossem apresados os navios francezes que no Tejo se achavam, e deputou a Vasco da Gama, homem de energia, e de toda a confiança Real, para no porto de Setubal, e nos do Algarve, proceder sem demora a eguaes tomadias[3].

Quatro annos depois, este mesmo servidor, que certamente dera sempre boa conta de si como guerreiro, e como caracter duro, de antes quebrar que torcer, era o escolhido por el-Rei D. Manuel para fazer morder a terra ao temeroso Adamastor; ou porque o novo Monarcha respeitasse n'isto a vontade do predecessor, ou porque a personalidade energica de Vasco se impozesse á escolha, e fosse fiadora segura de bom exito.

---

[1] *Hist. Gen.*—Provas, tomo v.

[2] *Asia*, dec. I, liv. IV, cap. IV.

[3] Garcia de Resende—*Chron. d'el-Rei D. João II*, cap. CXLVI.

Tudo nol-o deixa entrever como um d'aquelles roncadores que fazem tremer o chão, e cujo sobrecenho lembra, cá no nosso mundosinho sublunar, o nuto de Jupiter Tonante. Homem atrevido e firme, nol-o pintam as relações da sua viagem; homem cruel e sanguinario nol-o mostra o fidedigno Gaspar Corrêa; homem pouco grato, destemperado, e desarrasoado, nol-o descreve um seu contemporaneo, o citado Leonardo de Cá-Masser, emissario veneziano em Lisboa[1].

Será isso assim, mas era muito grande. As suas mesquinhezes são a triste macula da humanidade, são as imperfeições que o irmanam com o pó. Os seus feitos, a sua vontade blindada de aço, o seu relance de aguia, são o quinhão que lhe Deus permittiu na essencia dos immortaes.

Desde a chegada de Bartholomeu Dias a Portugal, tinha D. João II mandado cortar e aparelhar madeira para navios de valente cravadura apropriados á longa e trabalhosa labutação. Seu primo e successor ordenou ao mesmo Bartholomeu dirigisse a construcção de taes navios, aptos, segundo o navegante julgasse, para resistirem aos baloiços d'aquelle mar. Houve-se o escolhido com intelligencia e zelo; concedeu-lhe el-Rei em premio a capitania de um dos navios que iam mercadejar a S. Jorge da Mina.

Publicou o snr. João Braz de Oliveira Junior, Capitão Tenente, e um dos mais applicados e instruidos officiaes da nossa Marinha de guerra, um optimo estudo intitulado «Os *navios* de Vasco da Gama[2]». Li com muito proveito aquelle consciencioso escripto; e d'elle extrahirei, com a devida venia, alguns esclarecimentos.

---

[1] .... El qual offizio ha dato questo Serenissimo Re a detto Don Vasco, e fattolo Armirante; benchè lui non è molto grato a Sua Altezza, perchè lui è homo destemperado (sic), senza alcuna ragione; ha fatto molte cose nell'India nel suo viaggio che sono state poco grate a Sua Altezza.—*Relazione*, etc., no *Archivio Storico Italiano*, tomo XXII, pag. 38. Conservei a orthographia.

[2] Vem a pag. 212 e seg. do tomo X (anno 1880) dos *Annaes do Club militar naval*.

Entendeu Bartholomeu Dias não convirem para a nova expedição naus de mais porte que cem ou cento e vinte toneladas, porque maiores «facilmente podiam encalhar, e..... de maior equipagem careciam para a manobra».

«Foi o *varinel* ou *barinel* — diz o snr. Oliveira — o navio que o Infante D. Henrique[1] mais empregou nas descobertas da costa da Africa occidental, seguindo-se-lhe depois as *fustas* e as *caravellas*, e outros pequenos barcos de remo e latinos. Eram de cincoenta toneladas (note-se) os de Bartholomeu Dias e João Infante quando descobriram o Cabo Tormentorio[2].»

Quanto á fórma e aspecto dos navios da esquadrilha, lá traz o mencionado snr. Oliveira um bonito desenho de sua lavra, que os representa como o autor, bom juiz certamente, os imagina; e julga «poder affirmar, com rigor historico, que as naus do Gama eram embreadas»; accrescentando estas palavras: «Não primará de certo em bom gosto o negro aspecto do costado, porem era uso portuguez de velhos tempos[3]».

Uma curiosissima informação agora: É a tradição tal como me chegou: estes galeões, celebres entre os mais celebres da Historia, foram construidos ali, defronte de Lisboa, na Azinheira.

No logar da Telha, freguezia de Santo André Apóstolo (hoje annexada á parochia de S. Lourenço de Alhos Vedros) ha o sitio da Azinheira velha, entre o Barreiro e Palhaes, no mais verdejante fragmento da margem meridional do Tejo. N'esse sitio erguia-se, mesmo á beira-rio, uma antiga capella, da qual ainda ha annos existia de pé uma parede, com sua lapide de letras muito sumidas.

---

[1] «Na epoca do Infante D. Henrique os varineis iam navegando costa a costa; e se algum mais atrevido fazia a derrota larga.....» etc., etc.—snr. Oliveira, loc. cit., pag. 224.

[2] *Loc. cit.*, pag. 212.

[3] *Id.*, pag. 217.

Esses mesmos restos foram demolidos, e ahi se vê hoje o estabelecimento de secca de bacalhaus dirigido pelo snr. Bensaude. A antiga egreja parochial de Santo André, essa ainda lá está, mas muito outra do que foi: caiu-lhe a torre, e metade do que era templo serve de palheiro. Conserva-se a outra metade como capella, pertencente tudo a um subdito inglez, o snr. John Dauthat. Este snr. achando-se uma vez de passagem em Setubal, ao tempo em que estava mandando fazer certa sobras de um lagar de azeite na Telha, não as poude vigiar pessoalmente, e na volta teve o desgosto de saber que os operarios tinham feito desapparecer na alvenaria das paredes em construcção a lapide com a inscripção de que acima falei!!

Ora n'aquella egreja parochial de Santo André, é que, segundo a inscripção, e a tradição, tinham sido baptisados os galeões do Gama, assistindo el-Rei D. Manuel, da tal torre, ao lançamento d'elles no Tejo[1].

Digam-me os entendedores, se não é isto uma nota verdadeiramente pittoresca e preciosa!

São antigos os estabelecimentos navaes da ria de Coina, segundo observa um bom avaliador, o snr. Costa e Almeida na sua memoria especial; e conjectura com visos de probabilidade, que remontem aos dias d'el-Rei D. Affonso IV, pelos annos de 1330, ou antes.

«Era n'aquelle rio, — escreve o laborioso pesquisador — que se abrigavam as esquadras no tempo d'el-Rei D. Fernando, por 1360, de D. João por 1390, e de Affonso V por 1460, porque, sendo o porto de Lisboa completamente aberto, não era prudente estarem ancoradas as embarcações em desarmamento[2].»

O Vigario José do Sacramento e Sousa, informador, no seculo passado, do diccionarista Luiz Cardoso, confirma vagamente estas tradições todas, mencionando nos seus apontamentos, archivados com o resto na Torre do Tombo, os arsenaes maritimos da sua

[1] Informações obtidas de um amigo meu, o snr. Augusto Gomez de Araujo, muito conhecedor do sitio, em 27 de Fevereiro de 1887, reforçadas em sua carta de 19 de Outubro de 1889.

[2] *Memoria historico-topographica dos estabelecimentos de Valle de Zebro, Telha, e Azinheira.* Vem nos *Annaes maritimos e coloniaes*, serie IV, n.º 10, pag. 355.

parochia da Telha. Cita este Padre «a antiga e assim chamada *Feitoria*, que tomou este nome —diz elle— porque foi o primeiro sitio em que n'este Reino se fabricaram naus, que para se não perder a sua antiguidade e memoria, n'ella se mandou erigir um cruzeiro de pedra, o qual ainda hoje existe, com um padrão que diz: *memoria mea in generationes*».

Voltemos á narrativa.

O motivo por que não fizesse parte o illustre e desventurado Bartholomeu Dias da gloriosa expedição de Vasco da Gama, elle que por tantas maneiras a preparára, não é facil explicar. Parece que o seu passado o indigitava como membro obrigado da companha; mas, ou por não poder entender-se com o genio tempestuoso do Gama, ou (quem sabe?) graças ao verrumar surdo das invejas palacianas, que tanta vez aniquilam o valor e o talento, ou talvez, emfim, por não lhe agradar logar secundario, a elle, que já se batera com aquellas ondas temerosas do hemispherio austral, a elle, que a poder de valentia conseguira desvendar o segredo da Africa, a elle, que lograra fazer rosto ao Cabo mysterioso..... ficou-se o valente marinheiro ingloriamente confinado por então na sua carreira de obscuro mercador do trato de S. Jorge da Mina[1].

O anno de 1497 viu com effeito saír, a 25 de Março (a primavera é que veiu a ser o prazo propicio á saída das naus da India)[2], a pobre armada que ía causar uma das mais completas metamorphoses geographicas, commerciaes, e sociaes, da Historia humana;

[1] Veja-se Barros—*Asia*, dec. I, liv. IV, cap. I.

[2] Gaspar Corrêa—*Lendas da India*, tomo I, pag. 234. A 20 de Março costumavam saír de Lisboa, com certa regularidade, as armadas para a India no seculo XVII, segundo diz Octavio Codogno a pag. 303 col. 1.ª do seu livro *Nuovo itinerario delle poste per tutto il mondo*. Não conheço como certa essa data; o que vejo é que era entre Março e Abril; em summa: na primavera.

a saber: a nau «S. Gabriel», em que ia o Capitão-mor Vasco da Gama, a nau «S. Raphael», em que ia Paulo da Gama, a nau «Berrio», em que ia o amigo de ambos, Nicolau Coelho, e mais a barca de Pero de Escobar, com mantimentos.

E os sinos da ermidinha do Rastello dobravam lugubremente:

Quantos irão,
que não tornarão!!....

CAPITULO IX

Ficou inaugurado o terceiro periodo naval dos Portuguezes.—Despeito dos Venezianos.—Varios Florentinos auxiliam o commercio de Portugal.—Enumera-se uma longa serie de armadas e frotas que desde 1500 saíram de Lisboa.—Conclue-se com o anno de 1521.

ESTAVA inaugurado o terceiro periodo commercial dos Portuguezes. «Em tempo nenhum da Historia —diz muito bem Canestrini— se succederam tão rapidos os grandes descobrimentos; nunca se produziu tão subitanea mutação na direcção do commercio, pela qual as Nações que eram nada se tornaram poderosas, e as poderosas se arruinaram.»

Comprehenderam para logo os Venezianos —continúa o mesmo escriptor— a profunda revolução que ameaçava a todo o commercio; reconheciam quanto o caminho do Egypto fazia encarecer as mercadorias indianas de que elles até então tinham sido transmissores, e quanto era mal segura a via terrestre atravez da Persia e da Syria, em comparação com a via maritima patenteada pelos Portuguezes. Recresceram os ciumes.

Houve quem acoimasse a Senhoria de instigar e auxiliar o Soldão do Egypto na guerra que nos movia no Mar Vermelho, com quanto os historiadores venezianos repillam com insistencia tal insinuação; é porém indubitavel terem por esse tempo os mesmos Venezianos estreitado relações com o Soldão, e alcançado d'elle condições favoraveis ao trato das especiarias[1].

---

[1] Marin—*Storia civile e politica del commercio dei Veneziani*, tomo VII, doc. II.

Por outra parte, vê-se que el-Rei D. Manuel não entrou na liga de Cambrai contra Veneza em 1508, antes renovou com Veneza os tratados antigos, permittindo ás galeras venezianas o carrearem a Lisboa todo o genero de mercadorias, comtanto que elle recebesse 5 por cento sobre as vendas. A despeito d'essas vantagens era tamanha a desconfiança e o desgosto da Senhoria, que o Senado encarregou a varios agentes seus o ministrarem-lhe especialissima relação dos feitos navaes dos Portuguezes, dos seus estabelecimentos na Africa, do seu commercio, e do numero e preço das mercadorias accumuladas em Lisboa na estação aduaneira importantissima chamada Casa da India e da Mina. Eram esses agentes um tal Conti, Consul de Veneza em Lisboa, o Secretario da Embaixada em Madrid, Trevisano, e Vicente Quirini.

Foi então que alguns mareantes florentinos emprehenderam, a bordo de navios portuguezes, commercio directo com a India; fizeram-se até alguns d'elles descobridores de novas terras por conta de Portugal, taes como o Vespucci, e o seu logar-tenente Corsali; outros, como João da Empoli, constituiram-se navegadores, agentes, e directores de feitorias portuguezas na India; outros emfim, como Pedro di Andrea Strozzi, mercadejaram, e não menos pelejaram com alto denodo[1].

Veiu Americo Vespucci a fallecer na ilha Terceira, ao serviço de Portugal em 1514; e para honrar a memoria d'elle, mandou el-Rei D. Manuel que os restos da nau em que o insigne mareante navegou pela ultima vez, fossem pendurados como tropheos nas abobadas da Sé de Lisboa[2].

Deixando porém estas citações e transcripções de Canestrini, escriptor consciencioso, que se esmiba em documentos serios, voltemos ao estudo em que iamos, e transportemo-nos á data memoravel de 1497.

1 Pedro Strozzi partiu para a India na armada do commando de Diogo Lopes de Siqueira. (Nota de Canestrini.)

2 Bandini — *Vita e lettere del Vespucci.* (Nota de Canestrini.)

D'ahi avante, anno por anno, é um não-acabar de entradas e saídas.

É logo em 8 de Março de 1500, um Domingo, a vistosissima abalada da esquadra de Pedralvares Cabral, «a mais formosa e poderosa armada —exclama João de Barros— que té áquelle tempo para tão longe d'este Reino se partira, a qual armada era de treze vellas, entre naus, navios, e caravellas[1]». Esplendida narração em Barros! nunca mais esquece.

Na primavera do mesmo anno de 1500 a expedição de Gaspar Côrte-Real ao póio arctico em busca da India.

Em 1501 a armada de João da Nova; a 10 de Maio a saída de Americo Vespucci; n'esse mesmo anno, vespera de S. João, a tornada de Cabral; depois, em 1 de Abril de 1502 a segunda expedição de Vasco da Gama já Almirante; a de Affonso de Albuquerque; a de Antonio de Saldanha; a de Lopo Soares; a de D. Francisco de Almeida; a de Tristão da Cunha; a de Jorge de Castro; a de Jorge de Aguiar; a de D. Fernando Coutinho; a de Gonçalo de Siqueira; a de D. Garcia de Noronha; e a de Jorge de Mello de Albuquerque em 1512.

Logo depois, quando em 1513 se preparava para atacar Azamor o Duque D. Jayme, ordenava-lhe o Rei «uma grossa armada, que se fez em Lisboa, em que haveria —diz Damião de Goes— entre naus, navios, caravellas, taforêas, e barcaças, mais de quatrocentas vellas[2]».

Seguem-se em 1514, 1515 e 1516, as armadas de Christovam de Brito, Lopo Soares de Albergaria, e João da Silva.

E logo no anno seguinte, 1517, se viram saír a barra em 9 de Abril as sete naus do Capitão-mór Antonio de Saldanha, ao passo que se trabalhava activamente na Ribeira em construir e aparelhar sessenta navios para serem capitaneados pelo valente Diogo Lopes de Siqueira, que ia tomar Targa[3].

---

1 *Asia*, dec. I, liv. V, cap. I.
2 *Chron. d'el-Rei D. Manuel*, parte III, cap. XLVI.
3 *Chron. d'el-Rei D. Manuel*, parte IV, cap. XXII.

E não amainavam as fainas; e incitavam as auctoridades, por todos os meios, aos armadores e compradores de navios. Haja vista o regimento de 17 de Outubro de 1516, que tão largos privilegios e isenções concede aos mareantes e constructores[1].

Passando á India por Governador o mencionado Diogo Lopes, mandaram-se aparelhar dez grandes naus, com que effectivamente o bravo caudilho saiu de Lisboa a 26 de Março de 1518[2].

Em Abril de 1519 saiu Pero da Silva com quinze naus.

Em Abril de 1520 Jorge de Brito com sete.

Em Abril de 1521 desfraldavam as suas azas brancas os seis galeões do Viso-Rei da India D. Duarte de Meneses.

E finalmente (para concluir este *admiravel indice* com o reinado do senhor D. Manuel, e fechar com chave de oiro) a 5 de Agosto saía para Nice a formosa Infanta Beatriz na sua doirada expedição de alegres argonautas.

---

[1] Citado no *Repertorio* de Manuel Fernandes Thomaz.

[2] *Chron. d'el-Rei D. Manuel*, por Damião de Goes, parte IV, cap. XXXI, ou a 27 ou a 28, segundo Barros, e Figueiredo Falcão.

CAPITULO X

Na presença de todo esse trafego, mostra-se quanta importancia tem na nossa historia naval a Ribeira da cidade de Lisboa.—Cita-se Gil Vicente, e Garcia de Resende.—Construcção e aparelho de navios em Lisboa e n'outros portos do Reino.—Povoléo variadissimo e variadissimos mistéres accumulados na Ribeira.—Armadores estrangeiros.—Custo extraordinario das nossas armadas.—Importancia de Lisboa como Capital.—Um dito do Imperador Carlos V.

uno isto é muito por alto. Continuar com tal enumeração pelos annos fóra seria facil; bastava pedil-a ao rico armazem de Luiz de Figueiredo Falcão, ou ao *Indice chronologico* de S. Luiz, ou á *Asia* de Faria e Sousa, ou aos *Annaes* do peregrino chronista de S. Domingos, ou aos varios Roteiros das *Noticias para a historia e geographia* publicadas nos prelos academicos. Mas seria abarrotar o leitor, em cuja imaginação já todo o exposto deixou sobejamente pintado, a largos traços, o movimento marcial e maritimo, que outr'ora tanto distinguiu a nossa Ribeira, e fez d'ella, por muitas decadas, o poema pratico das insaciaveis aspirações do genio descobridor.

No duro labutar de tantas gerações successivas, rapidamente esboçado nos anteriores capitulos, tem pois esta Ribeira importantissimo papel, que é necessario (ao menos por gratidão) reconhecer-lhe. Tem-n-o sem duvida; insisto n'esta circumstancia.

Se ha sitio, que represente e consubstancie em si mesmo todas as memorias historicas do mundo velho, se ha paragem que seja,

por que assim o digâmos, o indice completo da nossa historia heroica, é sem duvida a Ribeira da Cidade, esta fita de areaes hoje escondidos, e antigamente alastrados como folho de seda, como alfombra de velludo, aos pés do throno de Lisboa.

A cada passo, como se está vendo, nos dão as chronicas relação do aparelho aqui de armadas poderosas; a cada passo os nossos escriptores especiaes de assumptos de alem-mar se estão referindo a estaleiros, querenagens, taracenas, e apercebimentos nauticos na praia de Lisboa. E não só esses escriptores; até os proprios poetas, que, por via de regra, não dão noticias muito positivas, e pairam (segundo se diz) nos espaços imaginarios.

N'uma longa fala do Principe da Normandia no auto de Gil Vicente *Nau de amores*, acha-se uma engraçadissima enfiada de termos nauticos, que, por ser entendida no Paço, bem está demonstrando quanto esses assumptos navaes andavam no animo de todos.

Dirigindo-se ao outro personagem Cidade de Lisboa, diz o mesmo Principe no citado auto:

Que haga una nao de amores
aqui en vuesa Ribera,
do se hacen las mejores[1].

«As melhores»; - diz muito bem o immortal troveiro. Em 1491, por este mesmo tempo, ia tão adiantada aqui a arte do constructor, que el-Rei D. João II mandou edificar em Lisboa uma nau de mil *toneis* (ou toneladas, como hoje se diz), isto é: capaz de levar dois milhões de arrateis de carga, calculando em dois mil arrateis cada tonel. «Era a mais formosa e melhor acabada — conta extasiado Garcia de Resende —, e a maior que nunca até então fôra vista, de tão grossa, forte, e basta liança, e tão grosso tavoado, que a artilheria a não podia passar; e tinha tantas bombardas grossas, e outras artilherias, que foi muito fallado n'ella em muitas partes[2]».

[1] Obras — Ed. da Bibl. Lusit., tomo II, pag. 299.
[2] *Chron. d'el-Rei D. João II*, cap. CXLVII.

Seria a esta nau celebre, que se referia esse Soberano, encommendando-a muito, quando estavam para a lançar no Tejo, aos cuidados do Prior do Crato[1]?

Uma tal maravilha, que levou muitos curiosos a admiral-a, e abriu em amplificações emphaticas a rhetorica dos Lisboetas, não era norma geral. Em Cochim, no anno de 1500, havia uma nau reputada grande, e que era de *seiscentos toneis* apenas[2]. As dos ricos Moiros de Calecut não excediam por esse tempo *quinhentos toneis*[3]. Em 1507 corregiam-se varios navios em Goa, de ordem de D. Francisco de Almeida, e trabalhava-se n'elles, principalmente na nau «Flor de la mar», em que João da Nova andou em Ormuz com o Albuquerque; era reputada então a maior que havia na nossa India, e media apenas *quatrocentos toneis*[4]; iotação que n'esse mesmo anno era tambem a de uma nau do poderoso Moiro Mir-Hocem[5].

A maioria das valentes embarcações portuguezas, tão boas como as melhores que então se sabiam construir, a maioria d'essas magnificas barcaças, que iam levar muito longe, ás plagas inhospitas de Africa e Asia o renome portuguez, os *galeões*, de epica memoria, as *zabras*, as *galeaças*, as *galés*, as *urcas*, e tantos outros generos de navios, nasciam por aqui, nos famosos estaleiros do Tejo, na margem do Sul e na margem do Norte. Os da banda de cá ficavam quasi todos um pouco a juzante do grosso da povoação; a montante, ou á esquerda, os fornos, o mercado, etc.; á parte direita é que era a faina. Descreve-a de relance Bartholomeu de Villalba y Estaña, quinhentista, disendo que ahi lidava grande numero de operarios, uns construindo baixeis, outros calafatcando-os; uns espalmando, outros breando; outros fabricando pipas e toneis[6].

[1] Cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, liv. II d'el-Rei D. João II, fl. 52.
[2] *Asia*, dec. I, liv. V, cap. VI.
[3] *Id.*, *Ibid.*, liv. X, cap. IV.
[4] *Id.*, dec. II, liv. III, cap. I.
[5] *Id.*, *Ibid.*, liv. II, cap. VII.
[6] *El Pelegrino Curioso*, tomo II, pag. 90.

N'outra parte d'esse interessante livro volve o mesmo autor, contando ter tido um verdadeiro retrato do inferno na confusão de gentalha que apinhava a Ribeira de Lisboa. Mais de dois mil homens na orla do Tejo, entre a muralha e a agua, serravam lenha para fazer carvão. «É coisa mui de ver — exclama Villalba — a somma de madeira que ali se accumula, e a quantidade de carvão que se ali fabrica; e tanto ao rés das aguas trabalham os serradores, que muita vez os colhe, e os obriga a retrahirem-se, o crescer das marés[1].»

Do povoléo variado e variegado da nossa margem marinha diz n'outra parte o referido Villalba, narrando os passeios do seu *curioso peregrino* pela velha Lisboa:

«Tinha o peregrino muito gosto em ver á beira-Tejo tanta chusma de gentio, tanto concurso de vadios e birbantes, negros, negras semi-nuas, apenas com umas tangas andrajosas, e carregadas com quartas de agua (levarão uns quatro cantaros d'ella), que ellas vão tirar com muita ordem a uns chafarizes que por ahi correm. Ainda ha tres ou quatro mil almas d'essa gentalha; tão certo é dizer-se ser Lisboa mãe da negraria. Andam por ali vendendo *cutido*, que assim dizem á moda da sua terra, ameijoas muito maiores que as de Hespanha, arroz cosido, e outras coisas, que a turba devora, e de que ha um trafego certo e sabido[2].»

---

[1] .... Tuvo un retrato de ynfierno en una multitud de gentalla, porque vió mas de dos mil hombres que en aquella ribera, entre la cerca y el rio, viven trabajando, unos en azerrar leña y en hacer carbon, que es una cosa muy de ver la quantidad de madera, la ynfinidad de carbon que alli se hace, y estan los azerradores de manera que la marea algunas veces los haze retraerse.—*El Pelegrino Curioso,* tomo II, pag. 59.

[2] O texto castelhano diz assim:—Dabale mucho gusto el ver á la orilla del rio tanta chusma de gente, tanto concurso de picaros, bribones, negros, negras desnudas, con unas faldetillas y mil andrajos, yr carregadas con unos tinajones de agua, en que cabran como unos quatro cantaros; la qual se toma de unas fuentes que alli hay, con gran regla y concierto. Todavia va de esta gentalla tres ó quatro mil almas, porque Lisboa es madre de negros. Andan por alli vendiendo cutido, que llaman, al mondongo, tellinas (diz em baixo o annotador: son almejas), que son muy mayores que las de por acá, arroz cocido, y otras cosas que alli van para que coma aquella turba multa, la venta de las quales es un trafago cierto calificado.

Seria não acabar, o querer eu enumerar n'este ponto, um por um, os officios varios, que da Ribeira e na Ribeira viviam: os que ás naus damnificadas *davam pendor*, segundo a phrase de Barros, ou as querenavam, uso que ainda todos vimos no Tejo, antes das docas de pedra, das fluctuantes, e dos planos inclinados; os *barqueiros*, ou fabricantes de redes de pescar; os *barqueiros de ganhar com barcos pequenos no rio*, e que em dias de Filippe I eram cá nada menos de *novecentos*[1]; os *remolares*, ou fabricantes de remos, no tempo em que o remo era importante meio de locomoção maritima; os *petintaes*, ou carpinteiros de barcos; os *calafates*, que no seculo XVII eram seiscentos[2], e mereceram arruados, como o demonstra ainda a rua *dos Calafates*, chrismada hoje em qualquer outra coisa; os *carpinteiros da Ribeira*, que eram seiscentos e cincoenta[2]; os *homens de serviço* da mesma Ribeira, que eram trezentos[2]; os *cordoeiros de calabres*, que eram nove[3]; os *officiaes de cartas de marear*, que eram tambem nove, e não haviam de ter pouco que fazer[3]; os *esparaveleiros*, que fasiam pavilhões, e eram dez[4]; as cem mulheres, que viviam exclusivamente de fabricar estopa para o calafeto dos navios[5]; e emfim, os mestres, pilotos, e grumetes da carreira da India e das outras Conquistas, que esses eram tantos que nem tinham numero, como observa o citadissimo autor do *Livro das grandezas*[6]».

Tal é, segundo testemunhas oculares, o quadro d'esta praia originalissima, d'onde brotava toda a faina naval que assombrou o mundo.

Como o dispendio com as armadas para Flandres e para a India era consideravel, e excedia talvez as posses do Thesoiro, de-

1 Frei Nicolau de Oliveira — *Grand. de Lisboa*, ed. de 1804, pag. 176.
2 *Id., Ibid.*, pag. 177.
3 *Id., Ibid.*, pag. 178.
4 *Id., Ibid.*, pag. 179.
5 *Id., Ibid.*, pag. 181.
6 *Id., Ibid.*, pag. 181, tudo na ed. de 1804.

terminou el-Rei D. Manuel ajustar com opulentos mercadores estrangeiros, residentes em Lisboa, a empreitada (como diriamos hoje) de «contratar e armar para a India, e que seria somente com boas naus grossas para bem carregar seus fretes». Aceitaram os mercadores *estantes em Lisboa*, conta Gaspar Corrêa; e associados nomearam seu chefe, director, ou presidente, isto é (palavras do mesmo chronista) «fiseram armador mór a um Bertholameu Florentym, homem de grossa fasenda[1]».

E se mduvida ao mesmo opulento mercador, que se refere Barros, quando cita *Bartholomeu Marchioni* «..... florentim, o qual era morador em Lisboa, e o mais principal em substancia de fasenda, que elle n'aquelle tempo tinha feito[2]».

Os Marchiones gosavam então, em Lisboa, fama de bons armadores. Por conta d'elles emprehendeu em 1503 João de Empoli uma viagem commercial ás Indias Orientaes[3].

Eram, com effeito, os Italianos os mestres navaes do Occidente, e já desde seculos; mas succedeu alcançarem os discipulos grande dianteira aos mestres; e se o celebre Cadamosto, por exemplo, foi (como elle proprio declara com ufania) o primeiro Veneziano que emprehendeu navegar para o sul fóra do estreito de Gibraltar, e devassar as areias da Baixa Ethiopia, a quem o deve? aos Portuguezes, que o incitaram e o acompanharam[4].

Não foi só Cadamosto; houve varios mais, que, attrahidos da fama da nossa terra, cá vieram estabelecer-se, não falando em muitos dos nossos aprendizes nauticos, que estudavam e serviam a bordo das galés de Veneza, segundo insinúa Gaspar Corrêa[5]. Eram estudos theoricos e praticos, em que davamos e recebiamos. Haja

---

[1] *Lendas*, tomo I, pag. 234.

[2] *Asia*, dec. I, liv. V, cap. X.

[3] Vem a pag. 219 e seg. das *Noticias para a hist. e geogr. das nações ultram.*, tomo II.

[4] *As navegações de Luiz de Cadamosto*, proemio. Vem esse interessante escripto na *Collecção de Not. para a hist. e geogr. das naç. ultram.*

[5] Um que sabia de carpinteiro de bargantyns, que aprendera em Veneza, onde muyto tempo andara a soldo nas galés de Veneza.—*Lendas*, tomo I, pag. 258.

vista o que diz o anonymo *Piloto portuguez* no seu escripto intitulado *Navegação de Lisboa á Ilha de S. Thomé*[1]; e era tão efficaz esta concitação reciproca, e tão brilhante o commercio dos mais altos espiritos, que os sabios lá de fóra acompanhavam com olhos curiosissimos o nosso movimento naval: o celebre Jeronymo Fracastor, por exemplo, citado pelo mesmo piloto anonymo, já no seculo XVI.

Em troca dos nossos, que iam servir em Italia, tambem cá tinhamos, na theoria e pratica, muitos trabalhadores estrangeiros.

Em dias do senhor D. João III encontro, morador da Casa d'el-Rei, um Genovez, Jacome, ou Giaccomo, Comitre das galés[2].

Comitre, segundo Moraes, era o official de bordo encarregado de dirigir a mareação, e superintender nos forçados, ou galeotes.

Mas não eram exclusivamente forasteiros os empregados na nossa marinha. Conservou felizmente Luiz de Figueiredo Falcão[3] a lembrança de alguns armadores portuguezes, já de nascimento, já de adopção; taes como Jacome Gomes Gallego, Jeronymo Duarte, Manuel Mendes da India, Marcos de Goes, e Manuel Jorge de Lisboa; nomes sacados por elle do *livro dos armadores*, e que demonstram que uma avultada parte nas nossas obras se devia aqui a mãos peninsulares, embora auxiliadas de estrangeiros.

E que despezas consideraveis! Exemplifiquemos.

Só as cinco armadas que foram para a India desde 1588 ate 1592, de cinco vasos cada uma, custaram quatrocentos e noventa e um contos, seiscentos e onze mil, e cincoenta reis, ou um milhão duzentos e vinte e nove mil e vinte e dois cruzados e duzentos e cincoenta reis. Sommas enormes para então.

---

[1] Cap. I. Esse escripto vem na *Collecção de Noticias* da Acad. R. das Sc. de Lisboa.

[2] *Hist. Gen.*—Prov., tomo II, pag. 818.

[3] *Livro de toda a fazenda*, etc., pag. 201.

No seu precioso livro de estatistica financeira e naval do Reino[1], apresenta Figueiredo Falcão o plano de uma das famosas naus da carreira da India; vê-se que tinham tres cobertas, e percebe-se a disposição dos camarotes e a de todas as officinas. Eram as mesmas prodigiosas barcaças das quaes dizia Frei Nicolau de Oliveira, que era tão alentada a carga de cada uma d'ellas, «que não poderá caber em quatro das maiores da India de Castella[2].»

O dispendio que em sós dezoito mezes de soldo e dez de mantimento fazia uma d'essas naus com cento e vinte e tres pessoas, nos fins do seculo XVI, era de onze contos, duzentos e sessenta e um mil e vinte reis[3].

O custo de um galeão *de 550 toneladas, aparelhado com todas as coisas necessarias, sobrecellentes, mantimentos*, etc., posto á vella, não entrando na conta a gente de guerra nem a artilheria, era de treze contos duzentos e cincoenta mil reis[4].

E note se que todas essas quantias representariam hoje mais do triplo! Talvez até muito mais do quadruplo!

Mas basta. Tantas enumerações, se continuassem, levavam-nos longe. É que a historia da Ribeira de Lisboa pode dizer-se o resumo, o summario, dos nossos triumphos de alem-mar.

A toda esta rude e portentosa actividade se referia no seculo XVII Manuel Severim de Faria, quando, ao advogar, como fino lettrado, os direitos inconcussos de Lisboa a ser residencia da Côrte dos Filippes, lança um olhar retrospectivo ao movimento das an-

1 *Livro de toda a fazenda*, etc., pag. 200 A.

2 *Grand. de Lisboa*, trat. I, cap. IV, ed. de 1804 pag. 24.

3 *Id.*, pag. 198 e 199.

4 É interessante a especificação das verbas, mas por brevidade ommitto-a. Vide o citado livro de Luiz de Figueiredo Falcão, pag. 205.

tigas frotas na bahia do Tejo, e compara todo aquelle movimento, já então semi-paralysado, com o que tinha sido em eras mais remotas.

«Em quanto os Reis residiram em Lisboa —diz elle— sabemos que alem das grandes frotas que mandavam para as suas conquistas, todos os annos saíam d'este Reino tres armadas, uma que andava em guarda da costa d'elle, outra nas Ilhas, e a terceira no Estreito; com as quaes conservaram seus estados de maneira, que nunca em seu tempo chegou inimigo algum a roubar logar da costa de Portugal, e defenderam o estado da India contra o poder do Soldão do Cairo e do Grão Turco, desbaratando-lhe poderosissimas armadas. Porem depois que Sua Majestade se ausentou, começou logo a ausencia a fazer seus effeitos, de modo que em poucos annos cessaram de todo as armadas[1].»

E depois cita o mesmo escriptor algumas das levas principaes de vasos de guerra saidos d'este porto magnifico:

a grande armada com que el-Rei D. João I se abalou a tomar Ceuta;

a outra, de duzentas vellas, com que seu neto o Africano correu á conquista de Arzilla;

a immensa expedição, que passou de mil vasos, com que el-Rei D. Sebastião se foi sepultar nos areaes de Alcacer;

a que por ordem de Filippe I se fez n'estes nossos estaleiros, e em que o Marquez de Santa Cruz desbaratou a Filippe Strozzi;

a *invencivel* armada;

as esquadrilhas de galeões que ainda então d'aqui saíam para os estados ultramarinos de Castella;

e outras, e outras mais[2].

Limitar-me-hei a acrescentar, como complemento, que era a Lisboa que vinham prover-se as esquadras de Biscaya, «pela muita commodidade (lá o diz textualmente o mesmo Faria) e abundancia

---

[1] *Varios discursos politicos*, disc. 1.

[2] Essas noticias todas deveu tiral-as Severim de Faria das *Grand. de Lisboa* de Frey Nicolao de Oliveira—Veja-se a edição d'este livro de 1804, que é a que possuo, pag. 139 e seg.

que ha na terra de madeira, linho, breu, e outros materiaes, e excellentes officiaes de todos estes misteres.»

No ancoradoiro de Lisboa, attesta o castelhano Pedro de Medina em dias d'el-Rei D. João III [1], vêem-se de continuo numerosas naus e outros navios de toda a sorte, com gentes de todas as nações, porque é este porto mui principal de Hespanha, e ao mesmo tempo um dos principaes do mundo.

«O porto de Lisboa —diz o citado Manuel Severim de Faria— conhecidamente é o mais capaz e seguro de toda a Europa, quanto mais de Hespanha, por ser tamanho, que nenhum outro em grandeza póde em muita parte competir com elle, nem recolher tão grande numero de navios com mais commodidade, por estar abrigado de todos os ventos, e ser de tanto fundo, que n'elle se fazem grandissimos galeões, e as naus da India, que são as maiores embarcações que navegam hoje o mar.[2]»

E finalmente o grande Imperador Carlos V, ao presencear o numeroso auxilio de navios que lhe prestou Portugal para a sua expedição de Tunis, exclamou admirado:

—Fôra eu Rei de Lisboa, em pouco o seria do mundo[3].

---

1 *Libro de grandezas y cosas memorables de España*, 1548, fl. 69 v.

2 *Discursos varios politicos*, disc. 1.

3 Frei Nicolau de Oliveira—*Grand. de Lisboa*, trat. IV, cap. IV, ed. de 1804, pag. 144. Luiz Marinho de Azevedo repete essa anecdota a pag. 89 do seu livro.

CAPITULO XI

Estaleiros em Lisboa e na *Banda d'alem*; em Setubal, na Pedreneira, em Moçambique, na ilha de Anchediva, na de Socotorá, em Goa, etc.—Cita-se uma apreciação do castelhano Pedro de Medina.—Enthusiasmos da opinião publica em Portugal.—O reverso da medalha.—Excellencias da nossa marinha de guerra.—Uma altiva e justissima resposta do Conde da Sortelha ao Imperador Carlos V.

Essa lida, esse referver de construcções nauticas, não se dava só em Lisboa, e nos historicos *espalmadeiros* da Banda d'alem.

No proximo porto de Setubal, e em alguns outros pequenos portos da Monarchia, faziam-se e esquipavam-se bellissimos vasos de guerra; e em Moçambique e na India possuiamos bons mestres, que rivalisavam com os de cá.

Exemplos:

Na Pedreneira se fabricavam navios Reaes; depois de prompto o casco, era rebocado até Lisboa, onde se armava[1].

Em 1502 construiram os nossos navegantes uma caravella em Moçambique, intitulada «a Pomposa»[2].

Aportando a Moçambique Vicente Sodré, armou-se lá uma caravella em quinze dias, com madeira (verdade seja) que já ía do Reino lavrada; e quando em 4 de Junho lá chegou o Gama, achou a quasi prompta[3].

De outra caravella, armada tambem ali, com madeira aprestada no Reino, fala Barros[3].

---

[1] Bluteau—*Vocab.*—verb. *Pedreneira*.

[2] Gaspar Corrêa—*Lendas*, tomo I, pag. 272.

[3] *Asia*, dec. I, liv. VI, cap. II, in fine.

Quando em Fevereiro de 1505 passou Lopo Soares em Moçambique, ahi se deteve dez ou onze dias, esperando se concertasse a nau do seu camarada Antonio de Saldanha, a qual ia fazendo muita agua[1].

Em Setembro de 1505 armava-se na ilha de Anchediva uma galé de madeira, que tinha ido lavrada de cá; e ahi mesmo se fabricaram dois bergantins para a comboiarem[2].

Em 1507, na ilha de Socotorá, armou Tristão da Cunha uma fusta, cuja madeira já tambem levava comsigo[3].

Era filha do estaleiro de Goa a admiravel nau «Santa Catherina do Monte Sinai[4]»; e foi no mesmo historico vaso de guerra, que em Abril de 1524 se partiu para a India por segundo Viso-Rei D. Vasco da Gama, já Conde da Vidigueira. (Aqui deixo este apetitoso pormenor de archeologia nautica[5]).

Em Setembro de 1561 entregou D. Constantino de Bragança o seu governo da India a D. Francisco Coutinho, e partiu logo para Penelim, a activar as obras da famosa nau *Chagas*, «que com dispendio de sua fazenda, e sem oppressão dos officiaes, mandara fabricar» — diz Barros. Essa nau trouxe-o ao Reino, passou dezassete vezes o Cabo da Boa Esperança, levou á India quatro Vice-Reis, e durou mais de vinte e cinco annos[6].

Nos arsenaes de Goa se construiram ao longo dos annos, á custa da Cidade, varias armadas para defensa da provincia. El-Rei D. Sebastião o agradece aos vereadores em carta datada de Almeirim a 10 de Fevereiro de 1575[7].

Nos mesmos arsenaes (este ponto é importante) executou certo Francez, cujo nome não consta, um engenho de sua invenção, com

---

1 *Asia*, dec. I, liv. VII, cap. XI.

2 *Id., Ibid.*, liv. VIII, cap. IX.

3 *Id.*, dec. II, liv. I, cap. III.

4 Garcia de Resende—*Ida da Infanta*. Damião de Goes—*Chron. d'el-Rei D. Manuel*, parte IV, cap. LXX.

5 Acenheiro—*Chron. d'el-Rei D. João III*, cap. XXV.

6 Barbosa Machado—*Mem. d'el-Rei D. Sebastião*, tomo I, pag. 608.

7 *Archivo portuguez oriental*, fasciculo 1.º, pag. 81

que facilitava notavelmente o içar das monstruosas vergas das naus da carreira da India, trabalho que era até ali executado a braços das companhas; por signal que já em 1596[1] a nau «Chagas» usava o dito engenho de levar a verga grande acima.

E não só barcos se construiram no nosso Ultramar. No seculo XVI até grandes fortalezas de madeira se armavam por lá provisoriamente onde convinha, idas do Reino desarmadas[2]; chama Barros algures a uma d'ellas *a villa de madeira*. Tudo mostra o alto grau de pericia a que tinham chegado os nossos operarios, e quanto os nossos Governantes pensavam nas fainas de alem-mar. Era a expansão da ideia nautica transmittindo-se a toda a parte.

Por isso tambem, tinham reputação europêa os mareantes portuguezes. O que elles conseguiam, o que elles realisavam, fazia o assombro dos forasteiros.

O já citado castelhano Pedro de Medina diz no seu livro maravilhas a nosso respeito, e no seu escrever pasmado e boquiaberto exalta ao setimo ceo a nossa pericia marinheira:

«São os Portuguezes —diz elle— peritos na arte da navegação, e bem carece de o ser quem tanto mar navega. Passam não raro cinco e seis mezes sem ver mais que ceo e mar, e em continuada peleja com o vento e as ondas. Tão dextros são, que rastreiam o caminho só pelos astros: de dia o sol, de noite a estrella do Norte. Por elles conhecem o andado, e sabem se se aproximam ou apartam do sitio onde põem mira. É para admirar, que com um instrumento redondo do tamanho de um palmo, chamado Astrolabio, se consiga medir a redondeza do ceo[3]!....»

---

[1] Não deverá ser 1586? certamente, a ser exacta a conta dos vinte e cinco annos, acima dada por Barbosa Machado. Bem podia tambem ser outro navio com o mesmo nome.

[2] *Asia*, dec. II, liv. I, cap. I.

[3] Son los portugueses bien entendidos en el arte de la nauegacion, y bien lo han menester: pues tãta mar nauegã: q̃ muchas vezes passan cinco o seys meses q̃ no veen sino cielo y agua, peleãdo cõ vientos y mar: y son tã diestros enel nauegar q̃ sabẽ y entendien el camino q̃ hazen, guiandose por las estrellas, principalmẽte de dia con el sol y de noche con el norte: en cuyo respeto conocẽ el camino que hazen y si se llegan o apartan del lugar donde pretẽden

Da villa de Vianna do Minho diz Frei Luiz de Sousa, falando no genio emprehendedor e marinheiro dos habitantes, que nenhum commercio ali tinha prosperado tanto «como o das terras novas do Brazil», e que, ao tempo em que o autor escrevia, traziam os viannenses setenta navios sobre aguas do mar, quasi todos cheios de tripulação de lá; ao passo que, cincoenta annos atraz, havia ahi apenas oitenta barcas de pescadores, e esses mesmos pobres. Logo, podemos perguntar: o que seria Lisboa!!

E saiba-se mais uma circumstancia: andava tanto no animo publico a enraizada convicção de que o futuro de Portugal dependia dos navegadores, que a iniciativa particular, em todo o tempo auxiliadora das causas nobres e dignas, se desvelava em ajudar por mil fórmas a arte dos Zacutos e dos Joões da Nova. Haja vista o bom Manuel de Faria Severim, sobrinho do mencionado Severim de Faria, que depois de ter philanthropicamente fundado varios collegios para desvalidos, projectava outro em Setubal «para moços que quizessem aprender a nautica, como tão util aos Portuguezes, pelas frequentes navegações que fazem a todas as partes do mundo»[1].

Sim; lá estava porém o reverso da medalha. Nem tudo eram rosas, nem tudo eram palmas, nem tudo eram festas. Aos jubilos de hontem e hoje responderão as lagrimas de amanhan. Não havia quintal de pimenta que não custasse sangue —diz lugubremente João de Barros.

É medonha a lista de naus perdidas no caminho da India, e mencionadas por Frei Luiz de Sousa[2].

yr: cosa es admirable que con vn instrumento redondo del tamaño de vn palmo que se llama Astrolabio, se mida la redondez del cielo!..... *Libro de grandecas e cosas memorables de España*, por Pedro de Medina, 1548, fl. LXIX.

[1] Vide Barbosa Machado—*Bibl. Lusit.*, tomo III, pag. 253.

[2] Vem nas *Memorias e documentos* que o insigne prosador tinha colligido como materiaes para os seus *Annaes d'el-Rei D. João III*. Citados *Annaes*, ed. de Herculano, pag. 432. Consulte-se tambem Figueiredo Falcão.

Quantas semanas, quantos longos mezes, se não passavam na anciosa espectativa da tornada dos galeões! quantos prantos se não choraram ahi, por toda essa Alfama, nos lares humildes dos marinheiros, ou nos lares abastados dos capitães! D'aquellas doiradas naus, que saíam barra em fóra, com a Cruz de Christo a rutilar no bojo dos traquetes, quantas ficavam pelo mar!....

Oh! combien de marins, combien de capitaines,
Qui sont partis joyeux pour des courses lointaines,
Dans le sombre Océan à jamais engloutis!

Com que lutos, com que dobres, com que miserandas agonias publicas, se não recebia em Lisboa a noticia da perda de cada galeão, devida em parte á inexperiencia dos pilotos, á inexacção dos mappas, ás incertezas das monções, ás atrevidas imprevidencias d'aquellas proas aventureiras[1]!

Mas nada quebrantava os animos. E tornavam-se os heroes a metter a caminho. E dizimavam-n-os as febres da Guiné, o escorbuto de Moçambique, os miasmas paludosos de Gôa, o sol, a guerra, o mar. Pois tornavam a arrostar com todos esses inimigos, em nome do seu Rei, e em nome do seu Deus.

E quando, alquebrados e rendidos, logravam tornar-se ao cantinho natal, por esses ressurgidos se clamava o *De profundis*; e os fieis apinhados nas egrejas ouviam prégar de taes feitos como de milagres[2].

Tem a Marinha da nossa querida terra um dos logares mais conspicuos, se não o mais alto, na historia da nossa civilisação. Synthetisa o muito que valem marinheiros portuguezes o valente Almi-

[1] A todas essas lugubres incertezas responde a Carta Regia de D. Filippe, de 6 de Março de 1597, ao Viso-Rei da India. Veja-a o leitor no *Archivo portuguez Oriental*, fasciculo 3.º, pag. 722.

[2] Consulte-se Gaspar Corrêa, tomo 1, pag. 158.

rante e Academico Celestino Soares, exclamando com a sua expansão habitual de grande patriota:

«A marinha portugueza sempre foi distincta, quer pelos seus feitos militares, desde D. Fuas Roupinho, no começo da Monarchia, até aos Commandantes do «Belisario» e lorcha «Leão» no mar da China em nossos dias; quer pela excellencia dos seus navios, e aperfeiçoamento das suas construcções.[1]»

E assim, graças a essa Marinha valorosa, se dilatou pelo mundo o prestigio das armas portuguezas; e um pequenino Reino, que só por milagre parecia manter a sua integridade, extendeu-se pela Africa, Asia, e America.

Por motejar da nossa pequenez, perguntou um dia o orgulhoso Carlos V ao nosso Embaixador Conde da Sortelha D. Luiz da Silveira:

– Conde, se se levanta por acaso uma lebre em charnecas de Portugal, aonde e que a vão matar? sabeis responder?

– Sei, meu senhor – volveu o Conde com altivez; – vão matal-a á India, que é d'aqui a cinco mil leguas.

[1] *Quadros navaes*, tomo I, pag. 209.

CAPITULO XII

Cita o autor alguns navios antigos portuguezes notaveis por sua força e belleza.—Elogios de estrangeiros á pericia dos nossos constructores.—Perante essas maravilhas, collocam-se de relance os espantosos navios modernos.—A superioridade d'elles não nos humilha.

Além da força e do poderio bellico, tinham muitos dos antigos navios portuguezes (e teem-n-a os modernos) outra apreciavel condição: a formosura. Alguns deram brado. Menciono a nau *Annunciada*, que, segundo o immortal prosador-poeta das *Decadas*, «foi uma das mais formosas velas que se viu em toda Europa»[1]; e não menos a nau *S. Hieronymo*, que no verão de 1505 deslumbrou os Embaixadores que el-Rei de Onor enviou a D. Francisco de Almeida, pois «não eram costumados ver aquella grandeza, e tanta artilheria, armas, munições, e ferver dos nossos, assi na obra da terra, como do mar» palavras textuaes de Barros[2].

O mais importante dos navios que tivemos, no tempo d'el-Rei D. João III, foi o galeão *S. João*, ou *Bota-fogo*. Caracterisa-o um bom entendedor, nosso contemporaneo, como «o maior navio que então se conhecia na Europa»[3], e diz ter sido construido em Lisboa, ás Portas do Mar, sendo a quilha posta no estaleiro a 29 de Agosto de 1533. Dirigiu a obra o armador João Gallego, empregando duzentos e trinta operarios; lançou-se ao mar este bello barco em 24 de Julho de 1534. Tinha cinco baterias, com trezentas e sessenta e seis bôcas de fogo, de bronze.

---

1 *Asia*, dec. I, liv. VI, cap. VII, in fine.

2 *Id., Ibid.*, liv. VIII, cap. IX.

3 Snr. José Candido Corrêa—*Catalogo official dos objectos enviados á Exposição industrial portugueza em 1888*, pag. 82.

A darmos inteiro credito a informações recebidas pelos Cavalleiros venezianos Tron e Lippomani, e por elles estampadas na relação da sua viagem a Portugal, partiu para Malaca em Março de 1578 uma nau portugueza de mil e quatrocentas toneladas, e em Abril mais cinco de igual portamento, para Goa[1].

A armada que em 1565 veiu buscar a senhora D. Maria, Princeza de Parma pelo seu casamento com Alexandre Farnese, constava de sete naus grandes e tres menores, alem de trinta navios mercantes.

Só a capitaina, a nau *Santa Margarida*, era de setecentas e cincoenta toneladas; guarneciam-n-a trinta e cinco peças de bronze, e quarenta e cinco de ferro. A camara principal destinada á Princeza, era um primor de elegancia; revestiam-se-lhe as paredes de velludo carmesim franjado de oiro; o chão, de tapetes de preço; e ao lado avultava o docél. O leito recobria-se de damasco de oiro; a cabeceira era pintada a azul e oiro; a mobilia azul e oiro, com almofadas de velludo carmesim orladas de passamanes de oiro[2].

Em 1628 extasia-se o instruido viajante francez Monsieur de Monconys na contemplação de uma das taes naus das Indias, de grandiosa memoria! «Fomos vel-a — conta elle —; e ao entrarmos sentimo-nos transportados de espanto. Tem seis andares; cento e oitenta passos de comprido, e quarenta de largo! Acabava de trazer da India para Lisboa quinhentas familias inteiras, cada uma com toda a sua mobilia, creados, e filhos. Durara a viagem uns cinco ou seis mezes. Não se conheciam entre si os passageiros. Esta não costuma armar senão quarenta peças de artilheria, mas podia armar ainda mais. Pensava eu — conclue Monconys —, quando vi o galeão de Malta, ter visto o mais alentado navio dos que andam sobre aguas do mar; pois é bem certo que podia figurar de escaler d'esta nau portugueza»[3].

---

[1] Vide no *Panorama*, e nos *Opusc.* de Herculano, tomo VI, pag 125.

[2] Barbosa Machado — *Mem. d'el-Rei D. Sebastião*, tomo II, pag. 517.

[3] *Voyages de M. de Monconys*, tomo IV, pag. 30. Devo o conhecimento d'esta obra ao Rev. sr. P. Peragallo, prior do Loreto.

No mez de Junho de 1670, attrahia as attenções dos Portuenses um galeão novo em folha, ali mesmo construido, no sitio chamado o Ouro, «acabado com toda a perfeição — diz um autor coevo — e uma das melhores e maiores embarcações que se fizeram n'este Reino». Era uma bisarma de tal jacz, que esperava a maré de aguas vivas para poder safar-se dos cachopos da barra do Douro, e demandar Lisboa. Conseguiu-o em boa hora; e ao entrar no Tejo foi alvo da geral admiração de todas as classes o nobre galeão *S. Pedro de Alcantara*[1].

Todas essas grandezas farão sorrir hoje, bem o sei, os modernos constructores.

Hoje para os technicos um vaso de cinco mil e quinhentas toneladas é já velharia desprezivel; para elles uma nau de tres pontes, com sessenta e quatro metros de comprimento, cento e vinte bôcas de fogo, e mil e cem homens de guarnição, fica a perder de vista dos *Leviathans* e outros paquetes phantasticos da Inglaterra e dos Estados Unidos; taes como o *Austral*, de quatrocentos e setenta e quatro pés de comprido, quarenta e oito de largo, trinta e sete de fundo, e nove mil e quinhentas toneladas de deslocamento; ou o *Etruria*, e o *Umbria*, dois paquetes ha poucos annos construidos em Glasgow[2], ambos de aço, de cento e cincoenta e oito metros e meio de comprimento (ou quinhentos e dezanove pés), quasi dezoito metros de largura, vinte de profundidade, e a força de doze mil e quinhentos cavallos! castellos e hotéis nauticos, com cinco pavimentos, cirados, e salões vastissimos, illuminados a luz electrica!

Em 1884 tambem o Governo italiano construiu os navios *Italia* e *Lepanto*, de treze mil oitocentas e cincoenta toneladas de deslocamento, e quinze mil cavallos de força. Custou cada um d'esses espantosos barcos 800:000 libras, ou 3.600:000$000 réis![3] O

[1] *Monstruosidades do tempo e da fortuna*, pag. 143.

[2] No verão de 1884.

[3] Citado *Catalogo* do snr. José Candido Corrêa, pag. 209.

Italia, lançado nos estaleiros de Castellamare, tem cento e vinte e dois metros de comprido, vinte e dois e meio de bôca, e velocidade de dezassete a dezoito milhas por hora.

Em 1887 viajei n'um dos mais bellos vapores de carreira, que n'aquelle tempo giravam ao serviço do commercio: o *Howarden-Castle*, capitão M. P. Webster; verdadeiro palacio marinho adornado de todos os confortos de um hotél de primeira ordem. Tinha então este soberbo vaso quatro annos e dois mezes, apenas, lançado que fôra ao mar nos estaleiros de Fairfield em Janeiro de 1883, sendo a ceremonia do seu baptismo presidida pela propria Mrs. Gladstone em pessoa.

Descrever esse barco, de trezentos e noventa e tres pés e seis pollegadas de comprido, quarenta e oito de largo, trinta e tres de fundo, e quatro mil e trezentas toneladas de deslocamento, seria impossivel para mim, leigo na materia. Pouco valeriam para os leitores as minhas exclamações; mas valeriam muito mais, se podessem ter cabida n'este livro, os elogios que a bordo ouvi a technicos consumados.

Só direi que uma vez, em pleno mar, obtive do amavel Commandante que elle me mostrasse o interior do seu navio, e me explicasse a anatomia das entranhas do monstro.

Desci primeiro ao fundo d'aquelle abysmo; escoei-me, por levissimas escadas fixas feitas de aço, a uma masmorra profunda, horrorosa, onde era o largo receptaculo dos viveres animaes. A bordo não vae para consumo um só folego vivo; todas as carnes vão mortas, penduradas ou acamadas n'este recinto mysterioso, a uns poucos de graus abaixo de zero: quartos inteiros de vacca, pernas de carneiro, troços de vitella e veado, caça, até peixes sem conto, que pareciam pescados n'essa manhã, toda a sorte, emfim, de comestiveis sujeitos a avariação. Era de pasmar! Por baixo d'esta masmorra lugubre jazia uma porção immensa de gelo, para manter o ambiente do *frigidario* n'aquelle grau de temperatura, ou antes de intemperatura. Exemplo frisante da previdencia.

D'ahi fui ver a machina de vapor em todos os seus pormenores. Era passar do polo arctico aos calores equatoriaes. Isso porém respirava vida, engenho, poder creador. Na presença d'aquelle movimento, tão bem combinado, d'aquella transformação constante do calor em força motriz, e da materia inerte em serviçal pontualissima do pensamento humano, sente-se o homem crescer. Na presença d'aquelle edificio colossal de rodas, embolos, caldeiras fumantes, concertado em andares communicando entre si como as visceras de um corpo animal, na presença d'aquella entidade complexa, composta de força e calculo, movida por uns golos de agua a ferver, na presença d'aquelle conjuncto harmonico de musculos de aço e pulmões de carvão de pedra, parecia-me estar vendo a vitalidade sobrehumana de um individuo animado do sopro divino. Vociferavam e silvavam as valvulas; expandia-se o vapor aquoso; eu ia costeando a um decimetro de distancia embolos agigantados em pleno movimento, que subiam e desciam com pujança feroz; chegava ás caldeiras, onde uns poucos de cyclopes semi-nus, enfarruscados, suando, activissimos e silenciosos, entretinham nas cavidades thoracicas do monstro o perpetuo calor que lhe é a vida, engolphando n'ellas a cada hora toneladas de carvão; contemplava o cylindro de aço de duzentos pés de comprido, em cujo extremo girava lá fóra o helice, espadanando dia e noite as ondas do Oceano. Tudo sensações, que a penna se recusa a traduzir. E o que, mais que tudo, me subjugava n'aquelles recessos sub-oceanicos illuminados a luz electrica, era a ordem, a intelligencia, o methodo, a mathematica certeza, que presidia (como nas obras de Deus) áquella obra humana!...

Tudo isto é grande. Tudo isto é grandissimo.

Mas nem por isso deixam os nossos galeões antigos de merecer pasmo egual aos entendedores imparciaes, e de acarear egual respeito para o pequenino Povo, que, nas escassas civilisações d'aquelles seculos xv e xvi, na mesquinhez dos conhecimentos mechanicos, cosmographicos, meteorologicos, geographicos, e physicos do mundo velho, cá n'este cantinho moirisco, e ás portas da edade-media, assombrou essa Europa com a pujança, a capacidade, a formosura, e a audacia dos seus embreados galeões.

Compendia os sentimentos nacionaes o elevado espirito de Affonso V, ao exclamar no seu *Regimento de guerra*:

«Maravilhosas coisas são os feitos do mar, e assignadamente aquelles que fazem os homens em maneira de andar sobre elle per mestria e arte, assi como em naus e galés em todos outros navios mais pequenos!»

Em navios pequenissimos, sim.

Tudo nos faltava: a calculada pericia mathematica no construir; o systema no transporte economico de viveres e agua; os mappas orographicos graduados; os mappas do fundo do mar com as suas curvas de nivel; o conhecimento dos meridianos; a bussola; o sextante. Faltava-nos a mechanica celeste a devassar o ceo; faltava-nos a mechanica terrestre a dirigir a construcção das nossas barcaças, e a guinda da mastreação; faltava-nos a experiencia, a escola aturada, a nós outros, pobres marinheiros de cabotagem. Mas tinhamos a Fé, e viamos a mão de Deus a apontar-nos o Oriente.

Possuam hoje embora a Inglaterra, a Italia, a França, a Allemanha, os Estados-Unidos, barcos estupendos; possuam-n-os, muito embora, como paizes riquissimos que são; possuam-n-os muito embora no estado de concertado adiantamento das sciencias. Nós não precisámos d'elles; nós, paiz pequeno; nós, paiz pobre; nós, paiz invejado. Em barcos mesquinhos andámos descobrindo, estudando, e demarcando, entre perigos sem nome, as estradas marinhas que esses povos sulcam hoje tanto a seu salvo. Para esses povos andámos nós allumiando as costas da Africa e Asia.

Mordam-se embora; a verdade é só uma.

O innegavel é que, mesmo em presença das alheias opulencias modernas, em presença dos couraçados, dos torpedeiros, e das insolencias brutaes, sente em si grande gloria a Nação que póde dizer ao Mundo:

—Eu sou o Povo Portuguez.

CAPITULO XIII

Providencias das antigas auctoridades para conservar limpas as praias de Lisboa.—Policia do mar.—O Consulado.—Pinta-se a largos traços o quadro dos nossos estaleiros em Santos e n'outras partes.

Toda a azáfama que esbocei na praia de uma capital populosa como Lisboa, demandava muitas providencias policiaes, de que se encontram rastos dispersos. Aqui vão algumas, que são pintura de costumes, e demonstram a attenção que ás nossas praias dedicaram as auctoridades. Tirei esses documentos das fontes mais authenticas.

Mandou el-Rei D. João II á Camara pozesse guardas na Ribeira, para se não extraviarem as madeiras de construcção por ali accumuladas[1].

El-Rei D. Manuel prohibiu por alvará de 30 de Outubro de 1506 o lançarem se navios velhos ao longo da praia desde Cataquefarás até ás Portas do Mar[2]; e logo em 15 de Maio de 1508 ordena á Camara não embargue pela Ribeira a construcção de casas provisorias, que lá eram indispensaveis para arrecadar a madeira e ferramenta dos navios em obra[3].

Para que os detritos arrojados á praia não causassem damno á *varação* das naus, ordenou el-Rei D. Sebastião se não atirasse, como até ali, caliça ao longo da Ribeira[4].

---

1 Cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, liv. III d'el-Rei D. João II, fl. 29.

2 Cartorio do Hospital Real de S. José—*Registo geral dos reinados d'el-Rei D. João II e D. Manuel*, n.º 1, fl. 28.

3 Cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, liv. III d'el-Rei D. Manuel, fl. 2.

4 *Id.*, liv. III d'el-Rei D. Sebastião, fl. 16 e 18.

E para se não entulharem estas mesmas praias, quiz D. Filippe III que os Corregedores dos bairros mandassem vigiar ás semanas a Ribeira de Lisboa[1].

Crescia o movimento commercial a olhos visto; mas com tamanho augmento crescia a confusão, e encapellava-se de embaraços este fragmento da administração publica. Já no fim do seculo XVI, por falta de regimentos idoneos, ia em diminuição o trato e commercio ultramarino, aggravando-se ainda esses males com os assaltos frequentes de corsarios lá fóra, e na costa.

Baixou então um alvará do Rei Filippe I, datado de 30 de Outubro de 1592, estatuindo, com raro criterio e firmeza de pulso, uma nova repartição chamada o *Consulado*, á imitação do que se praticava n'outras terras, para protecção directa aos navegadores commerciaes, e mercadores ultramarinos. Já se tinha ventilado o assumpto nos atribulados dias do Cardeal Rei; o Soberano intruso (cuja conciliadora politica não foi seguida pelos seus successores, e ainda bem, porque se ateou com as tyrannias o nosso amor á independencia) o Soberano intruso, repito, realisou o que não passára, creio, de projecto.

E que era o Consulado? Era um tribunal especial para as desavenças entre mercadores e homens de negocio. Compunha-se de um Juiz de appellação, um Prior, dois Consules, um Lettrado assessor, quatro Conselheiros, um Escrivão da Mesa do Consulado, um Porteiro da casa do Consulado, um Visitador do mar, um Thesoireiro, um Feitor de mantimentos, os Escrivães necessarios, um Contador, um Escrivão dos processos, um Meirinho, e um Porteiro publico das audiencias. Das sentenças proferidas pelo Prior e pelos Consules, havia recurso para o Juiz.

Tinha alem d'isto alçada para ordenar uma armada por anno, de doze vélas pelo menos, apercebida de mantimentos para oito mezes, artilheria e mais munições de guerra, a fim de guardar a

[1] Cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, liv. 1 de Filippe III, fl. 238; providencia renovada por el-Rei D. Affonso VI — Mesmo Archivo, liv. 1 do dito senhor, fl. 378.

costa de Portugal, e comboiar desde as Ilhas os navios portuguezes de commercio[1].

Referindo-se a esta notavel instituição, diz Severim de Faria nas *Noticias de Portugal:*

«Entrando no governo de Portugal el-Rei D. Filippe o Prudente, e vendo o muito que tinha despendido do patrimonio Real com sua pretensão, introduziu n'este Reino, no anno de 1592, o tributo novo do Consulado, que são 3 por cento das Alfandegas, para com elle fazer todos os annos uma armada grossa de doze galeões, que podesse guardar a costa, e trazer seguras as frotas das conquistas, das Ilhas até Lisboa.»

Não pude omittir a menção detida d'esta importante providencia administrativa, visto que se liga tão de perto com o movimento naval e commercial da Ribeira lisbonense.

Todo esse movimento, toda essa actividade apontada nos capitulos antecedentes, ainda deixou vestigios, que chegaram ao nosso tempo. Ainda presenciámos em Santos, por exemplo, um centro operosissimo de construcção, que representava, em ponto reduzido, a antiga faina maritima do Tejo; era ali a *Ribeira das naus* do trafego mercantil; estava ali a tradição enfraquecida do laborioso papel representado por estas aguçosas margens da bahia de Lisboa, desde seculos remotos.

Viam-se constantemente, em Santos, até 1855 ou 56, enormes brigues e barcas, e um sem-numero de fragatinhas e faluas, assentes nos seus estaleiros, e a crescer cada hora, e a cobrir de taboado o cavername, e a alcatroar, e a pintar, entre o fragor infernal dos camartellos de centos de operarios. Cada mez havia festa com o lançamento de uma bisarma; e ia toda a gente ver a nova barca do Robim, ou o novo patacho do Tarujo; e a praia

[1] Vem a integra d'este documento nas *Dissert. chronol.* de João Pedro Ribeiro, tomo IV, parte I, pag. 199.

embandeirada sorria ao sol; e o Tejo tinha tarde de folgança, a lembrar-se dos bons tempos dos galeões.

Eram de veras estes navios mercantes da praça de Lisboa construcções notavelmente bem feitas, e (na opinião de um grande mestre) rivalisavam com os melhores «construidos na India ingleza, na propria Inglaterra, America, ou França»[1].

Ainda em 1854 allude o citado escriptor aos estaleiros da Amora, de Porto Brandão, do Seixal, da Junqueira, e de Santos, nos quaes se construiam uns dez a doze bons navios por anno, *portuguezes* - -diz elle— «desde a concepção e execução dos seus planos, até ao mais pequeno bocado de caverna, braço e prancha do costado ou forro»[2].

Dez ou doze navios por anno! Que immensa actividade não representava isso em todo aquelle microcosmo da beira-Tejo! Não conheço os estaleiros da Outra-Banda; mas de Santos me lembro bem, e todas essas scenas se me pintam com muita nitidez no espirito.

Havia (estou a vel-os) uns abarracamentos nómadas, aqui, ali, dos carpinteiros de machado, dos tanoeiros, dos calafates (os officios mais bulhentos d'este mundo), e emfim dos pintores, que enfeitavam os *delgados* da proa das fragatas com os classicos *olhos* muito arregalados, e o *guarda-patrão* com phantasias brutescas, sereias muito vermelhas, alminhas, folhagens e bandeiras. Entre esses operarios da terra, e por meio das montuosas médas de pinho, e por entre as cordilheiras do mercado do tojo, ali erguidas de quando em quando, zagarelhavam os operarios do mar, os barqueiros com as suas vozes roucas, os fragateiros da Moita ou de agua-acima; e as fragatilhas, os saveiros, as muletas, aproavam, em renques ao longo da praia, lembrando a um estudantinho de humanidades (como eu era) a esquadra grega dos cercadores de Troia, prófugos longos annos de roda dos mares,

.... maria omnia circum.

---

[1] Celestino Soares— *Quadros navaes*, tomo I, pag. 210.

[2] *Id., Ibid.*, pag. 213.

A velha praia de Santos, com toda a sua physionomia amphybia, archeologica, ainda eu a vi. O que é Espozende, Vianna, Caminha, ou Villa do Conde, e o que foram as Ribeiras de Alfama, vistas e descriptas por Villalba e Pedro de Medina, foi-o a nossa saudosa, e hoje morta, praia de Santos.

Depois.... veiu a gradual transformação da marinha com as machinas de vapor; e Portugal, que não podia competir com os centros manufactureiros da Inglaterra, caiu. Morreram estes nossos estaleiros tão atarefados, e ficou annos moribunda a praia de Santos. Veiu o Aterro, acabou de a matar, e sepultou-a.

Não quero mal ao Aterro, entenda-se bem. Gosto muito do passado, gosto mais d'elle que do presente, mas o presente tem os seus direitos.

O que é pena é que as Camaras Municipaes, antes de aniquilarem a orla maritima caracteristica de Lisboa, não conservassem vistas photographicas d'esta praia de Santos, que era um admiravel especimen do mundo antigo portuguez, e lembrava os companheiros do Gama, e cheirava á salsugem dos LUSIADAS!.....

CAPITULO XIV

Doações successivas da Ribeira de Lisboa ao Municipio pelos antigos Soberanos.—Vai o autor emprehender com o leitor uma viagem de observação pelo Tejo ao longo da Cidade. - Menção do barco *da carreira*.—Na Ribeira de Lisboa acha-se a nossa historia nautica, e vê-se a nossa importancia como nação colonial.—Cita-se, para concluir, Severim de Faria.

Desde seculos fórma a Ribeira de Lisboa parte integrante dos haveres do Municipio, graças ás doações com que os antigos Soberanos premiaram os serviços da sua formosa Capital. Por isso ponderava, com toda a rasão, em 19 de Maio de 1855[1], uma das vereações transactas (das mais illustres sem duvida):

«Por antigas e successivas doações dos nossos Reis, pertencem ao Municipio de Lisboa as marinhas da Cidade, ou margens do rio..... A propriedade, dominio, e posse d'esses terrenos tem sempre estado no Municipio, sem contradicção ou opposição do Governo dos nossos Reis, antes por elles sempre confirmadas, em harmonia com a legislação então vigente, até que veiu a Lei de 22 de Junho de 1846, que nos artigos 17.º e 24.º mandou que ficassem pertencendo aos donatarios perpetuos, como bens patri-

[1] *Representação da Cam. Mun. de Lisboa*, contra o artigo 23.º do contracto Lucotte. O contracto vem publicado, antes da approvação do Parlamento, no *Diario do Governo* de 3 de Maio de 1855. O artigo 23.º dizia assim:

«Em compensação das obrigações que a empreza toma sobre si por este contracto, faz o Governo á mesma empreza cessão, trespasse perpetuo e irrevogavel de todo o direito e acção, dominio e posse, que o Estado tem sobre os terrenos que por ella forem conquistados ao Tejo em virtude dos trabalhos que executar comprehendidos entre o muro do caes e o extremo das propriedades confinantes com o rio.»

moniaes, aquellas que n'essa qualidade possuiam, ou tinham direito de possuir; e por isso desde então ficaram pertencendo ao Municipio de Lisboa, em plena propriedade, como quaesquer outros bens do Concelho, as marinhas ou accrescidos do Tejo, presentes e futuros, dentro nos limites da Cidade».

Vejamos agora essas taes doações a que se refere o Municipio na sua alludida representação; são varias.

A primeira consta da carta d'el-Rei D. Manuel de 7 de Junho de 1502[1], por onde o Soberano doou a Lisboa «pera todo o sempre a praia e salgado da Ribeira d'esta cidade, assim como diz, desde o cunhal das casas de Fernam Lourenço, thesoureiro e feitor da nossa casa da Mina, que ora faz em Cataquefarás, que partem com casas e fornos de Pero Brandão da parte do poente, até ó esquina das casas de Miguel Côrte-Real nosso porteiro mór; o qual salgado e praia lhe assi damos para ella e moradores d'ella, assi mercantes como quaesquer outras pessoas que navios tiverem, os corregerem e espalmarem e pôrem em monte».

Passado pouco mais de um mez, em carta de 16 de Julho de 1502 faz o mesmo rei doação á Cidade «do chão nosso que é na Ribeira da dita cidade (palavras textuaes), que se começa desde o postigo novo que abriu Lopo Mendes á Tanoaria em fronte das suas casas, até á parede das casas de Vasco Annes Côrte Real védor da nossa casa, que entesta com a janella que está no muro das casas de Diogo Delgado almoxarife que foi das nossas tercenas, tirando porém cinco braças de craveira ao longo do dito muro, que se começam do dito postigo para diante contra as casas do dito védor, e de largo tanto quanto sair a nossa tercena, que havemos mister pera hua obra que se hy ha de fazer; o qual chão,

[1] Existe no cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, livro dos pregos, fl. 315, e vem transcripta nos *Annaes adm. e econ. do Mun. de Lisboa*, 1855, pag. 13, e na publicação *Arch. Mun. de Lisboa*, 1864, n.º 260, pag. 2078. Ha confirmação de Filippe I. — Cart. da Cam. Mun., liv. 1 do dito Rei, fl. 131.

tiradas as ditas cinco braças, queremos e nos praz que seja pera serventia, logro, e prol commum da dita cidade, e nom pera nenhua outra bemfeitoria; e fazendo-se hy, se perca pera nós[1]».

No mez seguinte, a 19 de Agosto, d'este mesmo anno de 1502, apparece uma carta de doação do mesmo Soberano ao Hospital Real, de todos os chãos e salgados sitos na Ribeira desde as portas da Cruz até ás de Cataquefarás, e bem assim de um foro de 5$000 réis, imposto em metade de um chão em Alfama, com metade da agua que ali sae, do qual chão era emphyteuta o Conde de Penella[2].

O Provedor do Hospital mandou, como devia, tomar posse d'essas doações, afim de as poder aforar. A vereação da Cidade assim que o soube, representou logo a el-Rei pedindo que a concessão se não estendesse aos salgados da Ribeira, pelo muito damno que todo o pejamento estranho ali causaria ao serviço das coisas do mar. O doador attendeu a reclamação, e ordenou em sua carta de 8 de Fevereiro de 1503, que as doações outorgadas ao Hospital se não entendessem com o salgado da Ribeira, «desde o canto das casas do Conde de Portalegre (junto ao que é hoje o *Arco de Jesus* ao caes de Santarem) que vai contra as casas de João de Avellar, até o canto derradeiro descontra as casas de Santos»[3].

Em troca dos chãos e salgados sitos na Ribeira desde o postigo do Furadouro (o actual Arco de Jesus acima mencionado) até ao postigo de Alfama (talvez o Arco das Barrellas do Tanque das Lavadeiras), deu a Camara da Cidade ao Hospital Real 15$000 réis annuaes na renda do marco, julgando-se ao mesmo Hospital por sentença o resto dos chãos, dos quaes tomou posse por escritura de 20 de Setembro de 1575.

---

[1] Existe no cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, e saíu publicada nos *Annaes adm. e econ. do Mun. de Lisboa*, 1855, pag. 14, e no *Arch. Mun. de Lisboa*, 1864, n.º 260, pag. 2079.

[2] Cart. do Hospital de S. José, maço 1.º de mercês e privilegios, n.º 1.

[3] Existe no cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, e saíu nos *Annaes adm. e econ. do Mun. de Lisboa*, 1855, pag. 15, e no *Arch. Mun. de Lisboa*, n.º 261, pag. 2087. — Ha confirmação por Filippe II, cartorio da Cam. Mun., liv. 1 do dito Rei, fl. 127.

Outro documento ha, que joga com estes, e vem comtudo demonstrar (segundo penso) que, embora a Camara fosse senhora da Ribeira, não podia desde Cataquefarás até Santos aforar um palmo do salgado, porque desde o caes do Carvão (lá em cima, na freguesia de Santa Engracia?) até Santos, era espalmadeiro das náos e navios[1]; isto é, era estaleiro; quer dizer; por toda a beira-Tejo, mais ou menos, se via em seculos remotos a azafama naval, que ainda todos presenceámos reconcentrada em Santos-o-Velho, e que já então, e principalmente depois da conclusão dos aterros da Boa Vista, era, e ainda ha pouco, representada nos escassos estaleiros moveis da praia da Junqueira.

Para conservar desembaraçados estes espalmadeiros, ordenaram os Soberanos á Camara não aforasse (como certamente uma parte do publico desejaria) os chãos doados á Cidade. Encontro d'isso varios vestigios documentaes; vejamos agora alguns:

Ordenou el-Rei D. Affonso V, que de 26 de Março de 1478 em diante se não aforassem, nem concedessem a pessoa alguma, os chãos pegados com os muros da cerca militar[2]; el-Rei D. Manuel ordenou tambem á Camara não aforasse nem doasse o chão da Ribeira[3]; e el Rei D. Pedro II prohibiu se aforasse chão nenhum na mesma Ribeira, devendo ahi mandar levantar predios o Municipio para seu rendimento[4].

E o mais é que a Realeza, tantas vezes calumniada, como tudo que é deveras grande, foi a primeira que respeitou, e roborou com o seu exemplo, a legitima propriedade da Camara de Lisboa. Quando, ulteriormente, el-Rei D. João V quiz edificar a Moeda onde hoje a vemos, tomou de aforamento á Cidade por 43$000 réis o terreno necessario[5]; e el-Rei D. José, respeitando as doações dos seus antecessores, confirma em sua carta de 9 de Julho de 1767 o Senado

---

[1] Cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, liv. III de emprazamentos, fl. 25 e 26.

[2] *Id.*, liv. dos pregos, fl. 296.

[3] *Id.*, liv. III de emprazamentos, fl. 9.

[4] *Id.*, liv. VI de Reg. d'el-Rei D. Pedro II, fl. 394 v.

[5] Consulta da Camara ao Governo sobre illuminação publica, a pag. 53 da *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa em 1837*.

de Lisboa na posse dos salgados, e no dominio e administração dos terrenos da marinha adjacentes aos lanços da muralha que ainda se achavam de pé[1].

Ora o indubitavel é que os *accrescidos* ás antigas demarcações são já hoje muito vastos. Comparada com o que foi em seculos remotos, tem Lisboa sobre o Tejo muito mais consideravel extensão. Esse augmento gradual provém de duas causas: fugida do Tejo, e aterros successivos sobre o arcal.

Tentarei n'um rapido esboço fazer entender ao leitor o antigo limite marinho da Cidade, e mostrar-lhe a fimbria do vestido roçagante, que Olisipo banhava no seu rio. Para isto, para este lindo passeio imaginario, escolheremos um dos catraios bulicosos e pintalgados, que hoje, como hontem, como no seculo XVI, como no seculo XIII, como antes, e sempre, deslisavam de cá para lá, entre Lisboa e Almada, a remos ou á vella, permutando por poucos seitis as relações do Sul com o Norte da nossa esplendida bahia.

Do seculo XIII existe no cartorio da Camara Municipal uma preciosa carta, de 10 de Junho de 1284 (era 1322), em que o Alcaide e Alvasis de Lisboa, isto é, o Governador militar e os Vereadores, de accordo com os de Almada, determinam os preços das passagens nos barcos da carreira da Banda d'alem. Não resisto ao desejo de transcrever, como curioso accessorio, esses preços:

—Cada pessoa pagava por cada viagem 1 dinheiro (4 réis de hoje).
—Cada besta *cavallar* ou *muar*, 6 dinheiros (24 réis de hoje).
—Cada besta *asnal*, 3 dinheiros (12 réis de hoje).
—Cada cesto de collo cheio, 1 dinheiro.
—Cada arca cheia de pão, ou de outra mercadoria, 1 dinheiro.

Esses pagamentos, porém, só se entendiam até ao pôr do sol; d'ahi em diante cada barqueiro ficava desobrigado da tabella, e podia levar de frete o que quizesse[2].

[1] Essa carta vem nos *Annaes econ. e adm. da Cam. Mun. de Lisboa*, pag. 15.

[2] Livro II dos *Misticos*, fl. 1. Este documento encontra-se impresso na publicação *Arch. Mun. de Lisboa*, n.º 19, pag. 150.

No seculo XIV apparecem dois documentos, que revelam o trafego constante, e crescente, de margem para margem; é o artigo 52.º das Côrtes de Elvas, no anno de 1361, em que os povos representam a el-Rei D. Pedro I o grande damno que os viajeiros recebiam na passagem entre Lisboa e Almada, por falta de caes tanto lá como cá. Os barcos eram altos, o rio ás vezes agitado, e o embarque de gente e animaes difficillimo, a ponto que se quebravam pernas com muita facilidade. Pedem, pois, a el-Rei mande construir dois *poios,* ou caes, por conta dos concelhos de Almada e Lisboa.

Respondeu el-Rei que ia ordenar ás justiças respectivas fizessem o que fosse *mais compridouro* no assumpto[1].

Creio que nada se faria. São os eternos adiamentos do *ámanhã* portuguez.

Onze annos andados, tornaram as Côrtes do Porto, em 1372, a instar com el-Rei D. Fernando, dizendo-lhe que, tendo seu pae ordenado «que se fezessem poyaaes em Almadaa e em Lisboa, per que emtrassem as bestas ẽ as barcas pera sse nom mancarem nem dapnarem, o que sse nom faaz», pediam houvesse el-Rei de executar tão util projecto.

Tornou el-Rei a ordenar aos seus juizes que mandassem logo construir os ditos caes, dando-lhes para exemplo as portas de Sevilha; e se elles os não construissem, ficavam d'isso encarregados os Corregedores das duas Comarcas[2]. Provavelmente foi obedecido.

Do seculo XVI temos o testemunho de uma das vistas de Lisboa no *Theatrum Urbium* de Braunio, onde os barquinhos da carreira formigam atulhados de gente, assim como n'outras magnificas gravuras que possuo. Para se ver que essa gente só poderia ser da *arraia miuda,* basta recordar, que entre as regras de bem viver dadas por Parasito, personagem da comedia Ulysippo de Jorge Ferreira, se encontra esta: não entrar nunca *em barco de Cacilhas*[3].

---

[1] Codice mss. da Bibl. Nac. de Lisboa, *Côrtes do reino,* J.–5–36, fl. 41.
[2] Codice da Bibl. Nac. de Lisboa, J.–5–36, *Côrtes do reino,* fl. 84 v.
[3] Act. II, sc. VII.

Frei Nicolau de Oliveira, no primeiro quartel do seculo XVII enumera mais de mil e quinhentos barcos de ganhar e pescar, entre grandes e pequenos[1]; o que prova um extraordinario trafego de margem para margem.

N'uma das quatro lindas gravuras a agua-forte por Wells, segundo sepias de Noël, mandadas fazer pelo amador Devisme, tambem se vê, e admiravelmente interpretado, um dos barcos cacilheiros da carreira, em toda a sua verdade.

Seja, pois, um d'esses barcos o escolhido por nós para o nosso passeio historico-litterario. Iremos depressa, debruçados na amurada, e absortos no esplendido painel que se nos vai desenrolar aos olhos, ao longo das vinte e duas portas, que a muralha d'el-Rei D. Fernando abria para o lado do Sul[2].

Esta nossa rapida viagem tem a mais elevada significação; vamos examinar, palmo a palmo, o longo theatro, que viu desfilar outr'ora a procissão triumphal dos nossos galeões de estupenda memoria, do tempo em que (na phrase de um estylista moderno) «a artilheria portugueza retumbava por todos os mares, e o nome de Portugal pompeava entre os mais illustres»[3].

A operosa Ribeira de Lisboa representa a nossa chronica naval; a nossa chronica naval resume as nossas colonias; e as nossas colonias, tão disputadas, tão vilmente cubiçadas pela ambição de Nações poderosas, são o que ainda possuimos de melhor, são a ultima joia do perdulario.

---

[1] *Grand. de Lisboa*, trat. I, ed. de 1804, pag. 9.

[2] Damião de Goes.—*Urbis Olisiponis situs.*—Frei Nicolau de Oliveira—*Grand. de Lisboa*, trat. IV, cap. I.—Marinho de Azevedo—*Livro da fundação*, liv. I, cap. XXIX, pag. 87.

[3] Castilho (Antonio Feliciano)—Jornal *A Semana*, artigo a respeito da Exposição Universal de Londres de 1851.

«A duração e firmeza d'esta Monarchia – dizia engenhosamente o erudito Severim – consiste em ser senhora do mar..... Assim o deu a entender excellentemente el Rei D. Manuel a seus descendentes, quando tomou os titulos de Senhor da Ethiopia, Arabia, Persia, e India, chamando se primeiro SENHOR DA NAVEGAÇÃO».

LIVRO II

DA MADRE DE DEUS Á MISERICORDIA VELHA

CAPITULO I

Onde começa hoje a area de Lisboa.—As antigas portas da Cruz.—Mencionam-se as actuaes portas da Madre de Deus.—Palacio dos Viscondes de Manique, vendido ao snr. Conde de S. Vicente.—Palacio do Conde da Feira, pertencente ao snr. Conde de Bertiandos.—Vista de olhos muito rapida ao proximo Campo de Santa Clara.—Analysam-se e descrevem-se minuciosamente as nobres portas da Cruz e a sua inscripção.—Os Telles de Mello, Secretarios de Guerra.—Outros Secretarios de Guerra, os Ferrazes.—O palacio d'estes ao Loretto.—Devoção da Cidade á Conceição Immaculada.—Demolição das portas da Cruz em 1775.—Menção de outro palacio á Cruz da Pedra.

LISBOA hoje em dia... começa muito antes de principiar. Modernices. Houve n'estes annos ultimos umas annexações... que até são inverosimeis. Tudo agora é ficticio. Tiveram a habilidade de fazer de Lisboa um enorme pastellão de folhado. O nucleo é pequeno em comparação com a massa que o envolve. Sacavem de cima, por exemplo, é tanto Lisboa como o Chiado!!

A Cidade forte, que outr'ora se viu confinada ao recinto do Castello phenicio; a monumental Cidade, que depois se alargou sob o dominio romano e moiro entre a Magdalena (ou as Pedras Negras) e a Adiça, e entre a Alcáçova e o Tejo; a Cidade illustre, que no seculo XIV se circumscreveu entre o nosso Loretto e a Fundição, Santo Antão e a Ribeira, finge agora, no seculo dos *progressos*, alastrar-se desde Sacavem até Algés, e desde a linha do Tejo até aos altos da Paian! Repito: é um pastellão de massa folhada.

Deixemos, porém, esse dominio platonico, deixemos esses hyperbolicos devaneios *fiscaes*, e limitemo-nos á Lisboa do seculo XVI ou do seculo XVII.

As mercadorias que do termo vinham abastecer Lisboa, pelas bandas de terra, só podiam penetrar no recinto amuralhado por *seis* das muitas portas que havia; a saber: a porta da Cruz, a de S. Vicente, a de Santo André, a de Santo Antão, a de Santa Catherina, e a de Cataquefarás[1].

E todo o viajante, que, pelas bandas de Xabregas e Madre de Deus pretendesse entrar na Capital portugueza, tinha de seguir pela actual calçada da Cruz da Pedra, e rua de Santa Apollonia direito a Santa Clara e ao Paraizo, e enfiar pelas portas da Cruz, abertas na cerca d'el-Rei D. Fernando I. Por essas mesmo é que nós tambem vamos entrar breve (apesar de destruidas desde 1775).

Depois de penetrar na circumvallação, acha o traseunte logo á direita, a pouca distancia das portas fiscaes, dois palacetes de rez-do-chão e andar nobre, nas duas esquinas da calçada das Lages.

O primeiro pertenceu á Casa dos Viscondes de Manique; venderam-n-o ao actual snr. Conde de S. Vicente, que o possue e lá morou ha muito poucos annos, depois de ter vendido o seu palacio defronte da estação dos caminhos de ferro. Pegava com esse palacio dos Maniques um arco atravessando a rua em direcção ao Tejo; chamavam-lhe o arco da Cruz da Pedra. Em Novembro de 1837 a Camara municipal, cujo gosto é sempre destruir, mandou intimar (e já pela segunda vez) o Visconde de Manique para demolir o seu arco; e o arco desappareceu[2].

O segundo palacete (modernamente melhorado) pertenceu ao celebre D. Miguel Pereira Forjaz, Conde da Feira, membro do Conselho da Regencia quando el-Rei D. João VI foi para o Brazil. Era este Conde irmão da snr.ª Viscondessa de Villa-Nova do Souto d'el-

[1] *Foral da portagem de Lisboa*, artigo «Das cousas q̃ vem per terra».

[2] *Synopse dos principaes act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa em 1837*, pag. 33.

Rei, D. Maria Joanna do Monte Forjaz da Camara e Meneses, mãe do ultimo Visconde do Souto d'el-Rei, Antonio José de Almada Mello Velho Lencastre de Carvalho da Fonseca Castro e Camões, a quem o palacete veiu a pertencer.

No correr do tempo, foi o predio, por carta de 15 de Janeiro de 1872, adjudicado judicialmente ao snr. José Joaquim de Oliveira e sua mulher, que em 25 de Janeiro de 1873 o venderam á snr.ª Condessa da Foz D. Marianna Palha de Faria e Lacerda, viuva. Foi a mesma snr.ª Condessa que o vendeu em 5 de Janeiro de 1884 aos srs. Condes de Bertiandos Gonçalo Pereira da Silva de Sousa de Meneses e sua mulher a snr.ª Condessa D. Anna de Bragança.

O palacio nada conserva da ornamentação interior primitiva, que devia ser boa, pois é fama, segundo Taborda[1], ter pintado as salas o notavel artista Jeronymo de Barros Ferreira. Tudo foi renovado no tempo da familia Foz. Tem muito bom ar e grandiosidade o salão de entrada, ao qual se seguem tres outros, bastante espaçosos, todos sobre a rua, e mais uma sala pequenina virada ao poente, e com saida para o jardim.

A capella é interessantissima. Tinha antigamente a invocação de Nossa Senhora do Carmo; e como a snr.ª Condessa da Foz encontrasse este recinto profanado, fel-o benzer de novo, mudando-lhe então o Orago para Nossa Senhora da Assumpção, que hoje tem. É tradição ter sido a capella mór dada de presente por um Papa a um dos membros da Casa de Souto d'el-Rei Embaixador em Roma; e que tambem viera de identica procedencia um Senhor Crucificado, com privilegio de se lhe poder expôr no cinto a Sagrada Eucharistia. Parece que este Crucifixo foi trasladado para o visinho mosteiro de Santos-o-Novo, onde é provavel se conserve. Tambem havia venerabilissimas reliquias, entre ellas corpos de Santos, dois dos quaes comprou o actual snr. Marquez de Vallada. Dois outros corpos santos ainda ficaram na capella, escondidos em dois nichos aos lados do altar, nichos que teem nas portas os brazões de armas dos Almadas e dos Mendoças com corôa de Conde: S. Silverio,

[1] Citado no *Dictionnaire hist. art.*, do Conde *Raczynski*.

Martyr, e Santa Clara, Martyr; foi a snr.ª Condessa da Foz quem os passou para outros nichos, e estão hoje á vista.

As quatro columnas que ladeiam o altar acham-se cheias de ossos de Santos, com os respectivos nomes.

Por tudo isto se vê que é esta vivenda altamente interessante, e merecedora de ter caído em mãos que a sabem apreciar, mãos, de mais a mais, ainda muito parentas da Casa da Feira; e ha outra circumstancia genealogica bem digna de menção; é esta:

A representação da Casa da Feira está hoje, sem duvida, na descendencia da snr.ª Viscondessa D. Maria Joanna, irman do ultimo Conde, e designadamente em seu bisneto o snr. D. Antonio José de Almada e Lencastre, filho de D. Nuno José de Almada e Lencastre (Souto d'el-Rei), e da snr.ª D. Maria Anna Ximenes de Azevedo (Pinheiro); mas, logo em seguida á dita descendencia, pertenceria a representação dos Condes da Feira á Casa de Bertiandos, pelo casamento de D. João Pereira Forjaz Coutinho, tio direito do mencionado ultimo Conde da Feira, na dita Casa de Bertiandos, como terceiro avô que é do actual 3.º Conde. O que tudo significa não ter o palacio da Cruz da Pedra saído, senão temporariamente, da linhagem dos seus antigos senhores, embora hoje o não possua o directo representante d'elles.

Agradeço muito aos snrs. Conde de Bertiandos e Visconde da Torre da Murta a amabilidade e promptidão com que me deram muitos dos esclarecimentos supra.

Segue-se a porta do pateo do mosteiro das Commendadeiras de Santos-o-Novo; depois a travessa de Lazaro Leitão, em cuja esquina occidental se levanta o palacio do snr. Fernando Palha de Faria Lacerda, ao qual segue o seu jardim; o portão d'este abre-se para uma especie de pequenino largo que fica defronte do antigo mosteiro de Santa Apollonia, de que logo tratarei.

O viajante que se dirigia para Lisboa, tomava á nossa rua da Cruz de Santa Apollonia, direito a Santa Clara, e entrava na Cidade, como acima se disse, pelas portas da Cruz.

Antes de entrar, vinham-lhe certamente ao espirito, se era homem lido em antiguidades patrias, algumas ideias associadas aos nomes de Santa Clara e do Paraizo. Vejamol-as.

O Campo de Santa Clara foi no seculo XIII (quem sabe desde quando?) o triste theatro das execuções capitaes; por isso lhe chamavam *Campo da forca,* denominação lugubre, que ainda no seculo XVI se conservava[1], apesar de ser dos fins do seculo XIII a fundação da casa claustral das donas de Santa Clara, estabelecidas primeiramente no sitio da capella mór do convento da Trindade. O Breve para a erecção do mosteiro é de 4 de Agosto de 1288[2].

Á sombra da mesma clausura se acolheram em varios tempos senhoras muito illustres. Não falando aqui na Infanta D. Maria, filha d'el-Rei D. Manuel, mencionarei a Infanta D. Isabel, filha do Duque D. Jayme, e viuva do Infante D. Duarte, filho do mesmo Rei D. Manuel. Depois de casar suas filhas, a Duqueza D. Catherina, e a Princeza de Parma, recolheu-se n'umas casas pegadas com o mosteiro, para onde se communicava por um passadiço occulto[3].

Foi n'este mesmo sitio, de Santa Clara, que se viu exposto ás vaias e insultos do populacho o alcunhado *Rei de Penamacor,* quando em 1584 o trouxeram para Lisboa a fim de ser julgado[4].

Viu-se o campo de Santa Clara adornado no seculo XVII com uma obra consideravel: uma muralha com parapeito, que permittiu terraplanar em 1604 o taboleiro superior, e se deveu á iniciativa de D. João de Castro, Presidente do Senado por provisão de 22 de Março de 1602, pessoa a quem o poetastro auctor da *Relação* des-

[1] Assim lhe chamavam ainda em 1574 e 1578; assim o vejo denominado de passagem n'um documento a pag. 270 do n.º 32 dos *Annaes do Mun. de Lisboa, de 1859.*

[2] Frei Apollinario da Conceição — *Claustro Franciscano,* pag. 133. e *Mon. Lusit.,* tomo V, fl. 214 v.

[3] André de Rezende — *Vida do Inf. D. Duarte,* pag. 62.

[4] Snr. Miguel d'Antas — *Les faux Dom Sébastien,* pag. 102.

criptiva de Lisboa no primeiro quartel do mesmo seculo não regateia os merecidos louvores.

Menciona elle:

O campo de Santa Clara,
uma costa pouco infesta,
mui aprazivel e alegre
a quem quer que ali passeia.
. . . . . .

Depois torna a citar

o formoso parapeito
em que se estriba e sustenta
esta grande obra do campo
que é de puro entulho e terra,

traça de certo ministro,
cuja fama bem podera
eternisando mil obras
tocar sonora trombeta,

não só pelas que publicam
suas grandes excellencias,
de que esta grande cidade
vemos estar toda cheia,

senão pelas grandes partes
que tiveram concorrencia
entre encontros de fortuna,
e quilates de nobreza.

Mas como emfim tudo acaba,
e anda a fortuna alterna,
acha só memorias tristes
com sentimentos de ausencias.

Ficou somente a lembrança,
onde sentimento e pena
em vivo retrato d'alma
mil grandezas representa[1].

[1] *Relação em que se trata e faz uma breve descripção dos arredores mais chegados á cidade de Lisboa.*

Este D. João de Castro, filho de D. Garcia de Castro (da Casa dos Commendadores de Segura, ramo segundo dos senhores do Paul de Boquilobo) creou-se de pequeno com el-Rei D. Sebastião, acompanhou-o á jornada de Tanger, e ficou captivo em Alcacer em 1578; resgatado em 1580; nomeado Governador do Algarve em 1614. «Foi muito bem posto, e amado de todos — escreve um genealogista; — foi Presidente da Camara, como temos dito, e o tempo que assistiu n'ella fez muitas obras publicas de utilidade e lustre na cidade de Lisboa»[1].

Não sei quaes fossem todas essas obras. Esta do Campo de Santa Clara foi certamente das mais bem pensadas, por ser aqui passagem concorridissima, e como que o introito da Cidade.

Poucos sitios se adornam, como este, de tantos palacios nobres: o dos Marquezes do Lavradio, erigido pelo Cardeal D. Thomás de Almeida, o da familia Sinel de Cordes, o dos Viscondes e Condes de Barbacena, o dos Condes de Rezende, o do Cardeal Mendoça, etc. Cada um d'elles merecia alguns paragraphos; mas seria isso saír um tanto fóra do plano que me tracei.

Mereciam não menos detida menção as proximas Obras de Santa Engracia, o conventinho do Desaggravo, o Hospital da Marinha, e o convento de Santa Clara.

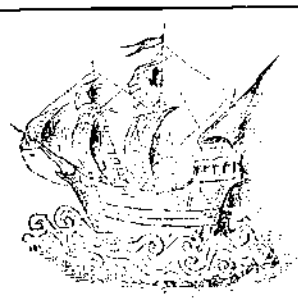
Veja o leitor, que a principal difficuldade em obras d'este genero é escolher. N'uma povoação como Lisboa, cada esquina é uma pagina, cada frontaria um capitulo, cada rua um volume.

Voltemos a D. João de Castro.

A muralha velha, de 1604. teve de ser arreada pelo Municipio em 1870; as lapides, porém, que n'ella se achavam embebidas, conservaram-se no novo paredão; honra seja á Vereação que assim prestou essa homenagem de respeito ao passado. Copiei as lapides que lá se lêem; são como aqui vão representadas:

[1] Nobiliario coonlenado por Jorge Salter de Mendonça, e hoje em poder do snr. Anselmo Braamcamp Freire.

VIRGEM
MARIA
NOSSA
SRA
FOI



CONSE-
BIDAS EM
PECADO
ORIGI
NAL

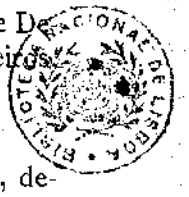
ESTA CRVS
PARAPEITO RVA E
OBRA DO CAMPO DE S.
CLARA MANDOVFA
ZER A CIDADE NA
ERA . DE . 1 . 6 . 0 . 4
ANNOS

ESTAS LAPIDES FORAM ENCONTRADAS
NA FACE DA ANTIGA MURALHA
MANDADA DEMOLIR PELA CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA
NO ANNO DE 1870
E COLLOCADAS NOVAMENTE
POR DELIBERAÇÃO DA MESMA CAMARA

Na tarde de 3 de Fevereiro de 1631 realisou-se ahi tambem o supplicio de Simão Pires Solis accusado do medonho desacato contra as Sagradas Fórmas na proxima igreja de Santa Engracia[1].

Basta do assumpto. O *Archivo Pittoresco* traz muitos esclarecimentos ácerca d'este sitio tão celebre em Lisboa; é procural-o[2]; e deve consultar tambem Raczynski, quem desejar conhecer as pinturas que esse critico ainda viu no palacio Lavradio, hoje tribunal militar[3].

Concluirei dizendo apenas, que o edital da Camara de 14 de Dezembro de 1863 destinou para venda de leite, perus, e cordeiros o mesmo Campo.



Caminhando sempre, via o viandante a ermida do Paraizo, depois Collegio de Jesuitas, e hoje Hospital da Marinha; ermida da qual diz o poeta da Relação já citada:

Fora da porta da Cruz,
a tiro, quasi, de pedra,
da Virgem do Paraizo
uma mui devota egreja.

Depois chegava ás referidas portas da Cidade: as da Cruz; tão frequentadas, que por ellas entravam diariamente, no tempo de Frei Nicolau de Oliveira, mais de novecentas cavalgaduras carregadas de mantimentos, não mencionando os passageiros[4].

Eis-nos com o viandante, no sitio das portas da Cruz, isto é, no principio oriental da rua das portas da Cruz (hoje dos Remedios!) e no alto das calçadas do Forte e do Museu de Artilheria.

Á nossa direita campeia um nobre e alteroso palacio, de sobreloja e primeiro andar muito elevado, enormes portões, e um ar de

[1] Snr. Eduardo Freire de Oliveira—*Elementos*, tomo III, pag. 339, nota.
[2] Tomo VII, pag. 29.
[3] *Les arts en Portugal*, pag. 271.
[4] *Grandezas de Lisboa*, ed. de 1804, pag. 115.

inconfundivel grandeza. É a antiga residencia dos Telles de Mello, Secretarios do Conselho de Guerra, residencia posterior a 1650, visto não apparecer no plano de Tinoco.

Foi por despacho de 12 de Maio de 1746, que el-Rei D. João V concedeu a Pedro de Mello de Ataide, Fidalgo da Casa Real e Cavalleiro da Ordem de Christo, a propriedade do officio de Secretario de Guerra, vago pelo fallecimento do ultimo proprietario, João Pereira da Cunha Ferraz[1].

Este nome vae obrigar-nos a um grande salto: até á visinhança do nosso largo do Loretto. D'esse largo sobe a rua onde é o theatro do Gymnasio, hoje chamada, desde 1863, *Nova da Trindade*, e antiguamente (no seculo XVI e depois) *do Secretario*, e *do Secretario de Guerra*. No sitio exacto onde se levanta o Gymnasio, era um palacio de que ainda existem (1892) tres sacadas velhas sobre tres janellas de peitos da sobreloja, defronte da travessa das portas de Santa Catherina; esse palacio era dos Ferrazes, Secretarios do Conselho de Guerra. Ali moravam, e ali tinham a sua ermida da Madre de Deus, onde se viam pinturas, que Cyrillo Wolkmar Machado julgou serem do pintor do seculo XVII Feliciano de Almeida, ou, pelo menos, no estylo d'elle[2]. Na capella mór havia quatro quadros do artista Antonio Machado Sapeiro (seculos XVII e XVIII)[3]. Ficava o edificio contiguo, costas com costas, com a parochial egreja do Loretto; o que fez com que este templo, illezo da violencia do terremoto do 1.º de Novembro de 1755, recebesse do incendiado predio do Secretario o contagio do fogo, e perdesse no dia 3 d'esse mez fatal riquezas incalculaveis[4].

Na parte I da minha *Lisboa antiga* disse o que sabia da interessante parochial do Loretto.

Predio do Secretario não é expressão rigorosamente exacta. O Secretario tinha já fallecido, como acima indiquei; e a sua propriedade tinha sido vendida aos Italianos, a fim de ahi estabelecerem

---

[1] *Gazeta de Lisboa*, n.º 22, de 31 de Maio de 1746.
[2] *Mem.*, pag. 80.
[3] *Ibid.*, pag. 87.
[4] J. B. de Castro — *Mappa*, freg. do Loretto.

um hospital para a sua colonia; mas sobrevindo o terremoto e o incendio, nada se poude fazer do projectado.

Voltemos de relance ao palacio dos Telles de Mello. Á sua esquina se encostava a porta chamada *da Cruz*. Estudemol-a.

Era, como obra de arte, a mais perfeita das serventias rasgadas na cerca, segundo o testemunho de Frei Apollinario da Conceição[1]. Tinha para a parte de dentro um nicho de vidraças, com a Imagem de Christo crucificado. Da parte exterior duas columnas com uma architrave que as unia, na qual se achava gravado o elogio da Conceição da Senhora. Por cima outro nicho, tambem envidraçado, com uma Imagem de Maria Santissima. Tanto este como o outro nicho, eram allumiados todas as noites pela devoção dos visinhos. Á esquerda da porta, n'uma lapide embebida na alvenaria, lia-se esta inscripção, que hoje existe conservada na parede do palacio:

AETERNIT. SACR.
IMMACVLATISSIMÆ CONCEPTIONI
MARIÆ IOANN. IIII PORTVGALL. REX
VNA CVM GENERAL. COMITIIS SE ET REGNA
SVA SVB ANNVO CENSV TRIBVTARIA PVBLI
CE VOVIT ATQ DEIPAREM IN IMPERII TVTE
LAREM ELECTAM A LABE ORIGIN. PRÆSERVATAM
PERPETVO DEFENSVRVM JVRAM. FIRMAVIT.
VIVERET VT PIETAS LVSITAN.
HOC VIVO LAPIDE MEMORIALE PERENNE EXARARI IVSSIT
ANN. CHRISTI. 1646. IMPER. SVI. 6.

Traducção:

«Memoria consagrada á Eternidade. Á Immaculatissima Conceição de Maria, João IV Rei de Portugal, de accordo com as Côrtes geraes, publicamente devotou a sua pessoa e os seus Reinos por tributarios de um censo annual; e com juramento se con-

[1] *Demonstração historica*, pag. 207.

firmou a si proprio para todo sempre como defensor da Mãe de Deus, eleita Padroeira do Reino, e immune do peccado original. Para que tão piedoso sentimento portuguez se perpetuasse, mandou exarar esta memoria perenne em viva pedra, no anno de Christo de 1640, sexto do reinado do mesmo senhor»[1].

Quer o leitor saber quem compoz esta inscripção? Nada menos que o Doutor Antonio de Sousa de Macedo. Elle proprio o conta da seguinte maneira:

Tomada por el-Rei D. João IV a Virgem da Conceição para Padroeira do Reino, jurado isso nas Côrtes de 1646, e celebrada festa solemnissima na Universidade de Coimbra, ponderou uma vez a Antonio de Sousa de Macedo o seu amigo Frei Antonio das Chagas, Lente jubilado da Faculdade de Theologia, quanto seria bello commemorar o facto em inscripções de marmore sobre todas as portas da cerca de Lisboa, e de todas as cidades e villas do Reino! Macedo apresentou o alvitre a el-Rei; e este senhor, approvando-o, deu-lhe logo ordem de compôr a inscripção que se havia de gravar, dizendo-lhe, para o honrar, que só d'elle fiava a incumbencia[2].

Foi, com effeito, como diz a lapide, no anno de 1646, que a 25 de Março baixou a Provisão do dito Soberano, declarando Padroeira do Reino a Senhora da Conceição[3].

Mas, segundo creio, a devoção municipal á Conceição de Maria é mais antiga: já em tempo dos Filippes se pensára em pôr nas portas da Cidade commemorações epigraphicas d'esse Mysterio. Ha uma Carta Regia de 28 de Março de 1618, em que D. Filippe II diz aos vereadores de Lisboa:

«Vereadores etc. Recebeosse a uossa carta, por que me daes conta de como, mouidos da deuação do misterio da Consceição da Virgem Maria, nossa s.ra, e para que no pouo se acrescente, querieis fazer pôr nas portas principaes dessa cidade letreiros, abertos em pedras, em que se affirme que foy concebida sem pecado

[1] Copiei esta lapide em 25 de Maio de 1884.

[2] *Eva e Ave*, parte II, cap. XV, in fine.

[3] Póde ver-se a pag. 111 e seg. do tomo IV do *Gabinete historico*.

original, e approuo m.to a piedade com que uos mouestes, e assy o podereis executar; e muito uos encarrego que seja sem dilação»[1].

Não era esta serventia das portas da Cruz a mais concorrida da antiga Lisboa, com quanto por ali passasse grande multidão, segundo pouco acima apontei; mas era certamente uma das mais notaveis: como abertura primitiva da muralha, com que el-Rei D. Fernando defendeu Lisboa, de 1373 a 1375; como muito bem conservada e excellentemente adornada; como visinha de importantes edificios, Santa Engracia, as Fundições, o Paraiso, etc.; e como defensa militar de um agglomerado de ruas populosas.

Pois aos quatrocentos annos da sua idade, soou para esta porta a sua hora fatal, e em 1775 demoliram-n-a, para romper a muralha, e abrir a calçada de communicação (que hoje se chama do Museu de Artilheria), a fim de dar passagem á estatua equestre d'el Rei D. José fundida nas officinas que ficam acima d'essa encosta. Com um pouco de boa vontade, ter-se-hia evitado mais esse vandalismo; mas justamente o que nos falta é boa vontade para com os padrões das eras antigas.

Para em tudo ser illustre, até nas collecções de anecdotas tem esta porta o seu nome. Uma vez, achando-se um noivo penando ao portal da casa da noiva, e batendo repetidas argoladas, passou D. Lucas de Portugal, o sabido cinzelador de ditos engraçados; e como conhecia o rapaz, disse-lhe com o seu chiste habitual:

—Esta porta, emquanto se não abre, é para v. m.cê a porta da Cruz; depois de aberta... será a porta do Sol[2].

Ha cincoenta ou sessenta annos, não eram estes sitios muito bem famigerados. Vejo que em Janeiro de 1835 mandou a Camara

[1] *Elementos* do snr. Oliveira, tomo II, pag. 411. Essa carta está no cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, liv. I de D. Filippe II, fl. 104.

[2] Supico.—*Coll. de apophth.*, tomo I, pag. 437.

municipal edificar um predio no sitio da Fundição de cima, em frente do relogio do Arsenal, com o fim (entre outros) de destruir um valhacouto de malfeitores que ali havia n'umas ruinas de casebres[1].

Toda aquella fatia de terreno (perdôem a expressão), onde estão hoje os armasens e telheiros do Caminho de ferro, é roubada ao Tejo desde Xabregas.

Servirá de primeira prova um palacio que lá está, da banda do rio, á Cruz da Pedra, defronte do palacio do snr. Palha. É uma vasta edificação de quatro faces, que me dizem pertenceu ao Duque da Terceira, que este vendeu ao negociante Coimbra, e que hoje pertence á Companhia.

Por baixo da face meridional da casa, corria immediatamente o Tejo, para o qual se descia por uma escadinha de pedra encostada á parede. D'ahi se tomavam banhos com a maior commodidade, fazendo da propria casa barraca de despir.

Ao Nascente verdejava um lindo jardim, não muito vasto, mas muito sombrio e folhudo, tendo, alem de outras arvores, um cedro enorme que mostrava alta antiguidade. Pois em tempo bravo de inverno (quem o crerá hoje?) entrava o Tejo, ha trinta e tantos ou quarenta annos, pelo muro do jardim, e alagava tudo[2].

N'este palacio, que ainda hoje é puro especimen das habitações nobres do seculo XVII, morou em 1826, segundo me affirmam, o celebre General Silveira, Conde de Amarante; depois o Conde de Villa-Flor (Duque da Terceira); depois o Marquez de Vagos; depois João Perestrello de Vasconcellos; depois o fallecido negociante allemão Schalck.

O réz-do-chão foi algum tempo deposito de polvora.

[1] *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa em 1835*, pag. 4.

[2] Informações obtidas em 11 de Agosto de 1881 de pessoas que ahi habitavam em 1840 e tantos.

CAPITULO II

Menção do forte de Santa Apollonia.—Menção do da Cruz da Pedra.—Analysa-se o que ainda resta do antigo mosteiro de Santa Apollonia.—Historia d'essa casa claustral franciscana.

Pegado com esse palacio, a que me referi no fim do capitulo antecedente, ha um largosinho; e fronteiro ao palacio, para a banda do Poente, levantava-se um forte, em vez do palacete que lá vemos hoje. João Baptista de Castro[1] menciona o forte de Santa Apollonia, e depois o da Cruz da Pedra, de que nem vestigios restam. Em 1820 ainda se tomava o primeiro como ponto de referencia: o Almanack d'esse anno designa um Fulano morador «ao forte de Santa Apollonia»[2].

A proposito:

Lembro-me de ouvir mencionar um dente de mastodonte descoberto ha muitos annos nas excavações da demolição do forte da Cruz da Pedra. O snr. Miguel Queriol enviou logo aquella preciosidade ao erudito Academico, hoje fallecido, Visconde de Villa-Maior, Julio Maximo de Oliveira Pimentel, que o offereceu, creio, ao Museu da Escola Polytechnica, onde era Lente.

Em carta de 27 de Fevereiro de 1884, dizia o snr. Queriol ao autor d'este livro:

«Foi muito disputada a veracidade do facto; mas na presença do Visconde fiz comparecer o capataz do partido que tinha feito o achado, e o trabalhador que o tinha separado para m'o trazer. O fallecido Carlos Ribeiro não queria admittir o apparecimento

---

1 *Mappa de Portugal*, Lista dos fortes, mihi, 3.ª ed., t. II, pag. 229.

2 Pag. 144, lin. 2.

n'aquelle sitio, por não o comportar a formação geologica; porém, passado pouco tempo, um erudito amador de collecções de fosseis, chamado Judice, viudo pedir-me auctorisação para escollher alguns que encontrasse nas obras que se estavam fazendo na demolição do forte e desaterro do terreno subjacente, encontrou outro exemplar, que foi mostrar ao meu amigo Dr. Bocage; e esse segundo caso confirmou o primeiro. Nunca vi explicado esse achado; e até creio que nunca buscaram explical-o; pois parece-me digno de investigação, porque raro é encontrar-se despojo identico em terreno da Peninsula.

«Do desaterro dos montes proximos a Xabregas tinha eu uma linda collecção de fosseis, em que avultava grande quantidade de dentes de «squalium», alguns de dimensões enormes. Sua Majestade o senhor D. Pedro V, que visitava a miude as obras do caminho de ferro, mostrou desejo de possuir collecção identica; e fez-me a honra de acceitar aquella que eu já possuia, e era abundante.»

Sobre o tal largo cáe hoje a entrada do palacete que forma esquina, e onde mora o mesmo snr. Queriol. O portão é velho, e adorna-se com um escudo de armas Reaes. Sobre a rua tem este predio nove janellas de peitos. Segue-se outro predio com seis janellas de peitos e uma porta a cada topo. Essas casas serviram muito tempo de depositos de polvora do Estado. A mais occidental era no tempo das Freiras um modestissimo albergue dos seus Capellães.

Pegada com ella seguia-se a egreja do mosteiro de Santa Apollonia. A frontaria do templo subsiste tal qual: porta larga, com uma cabeça de Cherubim no alto; ao lado da porta duas janellas gradeadas; por cima tres altas janellas, a do centro condemnada hoje; por sobre ellas, um nicho vazio; no remate de tudo, o sitio onde se levantou a Cruz! Estylo do seculo XVIII; está-se mesmo a ver. O pequenino templo é hoje uma loja de mercearia; faz um effeito tristissimo ver aquella cabecinha de Anjo, de atalaia aos chouriços, ao assucar, e á manteiga do honrado mercieiro!

Para a parte do mar caíam as trazeiras d'esses edificios todos sobre praia deserta, hoje a linha ferrea e os telheiros da Companhia.

A egreja segue-se o Convento; rez-do-chão e dois andares. A antiga porta principal, que é a mais larga, tem ás ilhargas duas frestas horizontaes, e sobre a padieira, verga, ou dintél, lêem-se gravadas as datas seguintes:

ANNO 1844 1671

A data de 1844 revela de certo obras executadas n'esse anno; a outra, porém, remonta o edificio em si mesmo a tempo anterior á fundação do mosteiro que ahi veiu a haver. Logo me explicarei melhor; preciso primeiro descrever o estado actual da frontaria d'esse predio, que hoje serve de habitação a empregados do Caminho de ferro.

Para o lado do Poente vão-se seguindo, alem d'aquella, mais quatro portas, uma d'ellas transformada em janella gradeada.

No primeiro andar seis de peitos, e entre a segunda e a terceira outra mais pequena, gradeada, correspondendo á de baixo, que é do vão da escada. No segundo andar o mesmo; ahi todas as janellas são de formato menor.

Isso é o que resta do antigo mosteiro de Religiosas. Quanto á sua fundação, eis o que sei:

Houve no sitio uma ermidinha, concorrida e devota, cuja menção me apparece já em 1626[1] n'estas palavras de um poeta:

> Santa Apollonia a diante,
> uma ermidinha pequena,
> onde vão por devação
> mil matronas, mil donzellas;

e tambem em 1552 na *Estatistica* velha em pergaminho, manuscripto da Bibliotheca Nacional (fl. 50 v.).

[1] Na *Relação em que se trata e faz*, etc.

Ora diz-me João Baptista de Castro, a quem e dever citar, como homenagem ao monumento que nos deixou, que certa veneranda beata, uma tal Isabel da Madre de Deus, creatura muito protegida da Casa de Bragança, e vinda para Lisboa com esses Principes em 1640, se recolheu a um predio contiguo á ermida, que pertencia á Irmandade dos confeiteiros. Tratava com o maior cuidado o altar da Santa, e ficou morando na tal habitação contigua. Andava vestida de capucha; e tanto lhe quiz sempre a Rainha D. Luisa, que a denominava habitualmente «a minha capuchinha».

Acompanhou Isabel a Londres a sua joven ama a Infanta D. Catherina, Rainha da Gran-Bretanha, em 1662; e voltando a Portugal em 1693, tornou para a sua saudosa ermida de Santa Apollonia. Juntou companheiras, e ahi deu principio a um Recolhimento, sob a direcção espiritual do Padre Frei Amaro da Esperança, Commissario dos Terceiros de S. Francisco da Cidade.

Frei Apollinario da Conceição no «*Claustro Franciscano*[1]» chama a essa senhora não Isabel, mas D. Isabel, dá-lhe a qualificação de dama do Paço, e de Aia da Infantinha D. Joanna, filha d'el-Rei D. João IV. Marca a data do encerramento de D. Isabel em 1642, com o nome de Isabel de Jesus.

Segundo o citado Castro, protegeu a Casa Real aquellas recolhidas de Santa Apollonia; deu-lhes ornamentos para o templo, e outras alfaias; a Rainha D. Luisa ricos vestidos, e a da Gran-Bretanha o trajo de nupcias, com que se recebera em Lisboa; tudo para enfeite e adorno das Imagens.

Vi eu proprio, nos papeis que existem do mosteiro de Santa Apollonia[2], a Bulla de 16 das kalendas de Maio (17 de Abril) de 1717, em que o Santo Padre Clemente XI deu licença ás recolhidas de Santa Apollonia para se constituirem em clausura formal; e em 6 de Fevereiro seguinte, de 1718, professaram como monjas franciscanas quatorze senhoras, treze com veo preto, e uma com branco, «por ordenar Sua Santidade —palavras de Frei Claudio da Con-

[1] Pag. 163, onde cita fontes muito authenticas.

[2] *Repartição de Fazenda do Districto de Lisboa*, Masso 8.º, n.º 105 dos papeis do extincto mosteiro de Sant'Anna.

ceição- - podessem professar logo todas as que tivessem dez annos de recolhimento, observando todas na ordem da profissão a das suas antiguidades; e a primeira ficou sendo Abbadessa do convento».

Assistiu a esta funcção, e ás seguintes, o Conego José Ferreira Souto, por commissão do Cabido da Sé oriental; e prégou Frei Thomaz da Assumpção, arrabido.

A Rainha visitou no mesmo dia de tarde o novo Convento com suas damas.

No dia seguinte, 7 de Fevereiro, celebrou-se no templo a festa de Santo Ignacio, fundador da Companhia de Jesus, a quem as recolhidas tinham invocado por seu protector. Prégou o Jesuita José da Costa. De tarde lançou-se o veo ás quatorze noviças.

No dia 9 celebrou-se a festa de Santa Apollonia, a quem a egreja era dedicada, prégando o Agostiniano Frei Francisco de Brito[1].

Pouco padeceu com o terremoto de 1755 o humilde conventinho; apenas alguma ruina nas paredes exteriores, diz Moreira de Mendonça; mas o justo receio levou as monjas a saír, indo abarracar no forte, que então, como já disse, lhes ficava contiguo. Affirma Castro, testemunha coeva, que, ao tempo da publicação do *Mappa de Portugal*, certo devoto estava mandando reedificar desde o alicerce o mosteiro, *com prompta e liberal grandeza*. Pena é que o não nomeasse. Portanto o que se vê, é que a parede onde está a porta larga com a data de 1671 (ou parte d'essa parede), pertenceu á fabrica do edificio primitivo.

Não pude averiguar o anno, em que se fundiram os dois conventos de Santa Apollonia e Sant'Anna, passando as monjas do primeiro para Sant'Anna, onde se extinguiram; fusão em virtude da qual, se acham unidos os dois cartorios.

Na casa de Santa Apollonia esteve, depois de extincta a residencia claustral, o collegio dos aprendizes do Arsenal do exercito, dirigido pelo benemerito General, hoje fallecido, Barão do Monte-Pedral, José Baptista da Silva Lopes, Par do Reino. Talvez se ligue com obras da escola a data que mencionei, de 1844.

---

[1] Vide *Gabinete historico*, tomo VII, pag. 74 e 75.

CAPITULO III

O palacete dos Abreus de Freitas.—Recordam-se ao leitor as *mumias* de Santa Apollonia estudadas por Francisco Palha.—A quem se deve a piedosa conservação d'esses restos mortaes.—Carvoarias e carvoeiros.—O caes do Carvão.—Docas ali construidas em 1768 demolidas em 1858.—Duas palavras do chafariz da Bica do Sapato.—Amenissimos sitios eram estes no seculo XVI.—El-Rei D. Sebastião transeunte, e Machado de Castro habitante d'esta rua.—A estação do caminho de ferro successora do antigo Caes do Tojo.

CONTIGUA com o edificio do mosteiro de Santa Apollonia, ficava logo em seguida uma botica, de mesquinha apparencia.

Immediatamente começava a descida da calçada de Santa Apollonia, e apparecia-nos uma ermida pertencente a um palacete que pegava com ella para a banda de baixo.

Já vae longe o tempo, em que o finissimo espirito de Francisco Palha se entreteve em estudar os antigos habitantes d'esse palacete, e reuniu n'um folheto, hoje raro, o fructo das suas investigações (emprehendidas, por tal signal, a instigação minha[1]). Já tambem vae longe o tempo, em que o interpellei sobre a topographia d'estes sitios, onde elle nasceu e se creou, na já citada casa de seus avós, e obtive d'elle duas cartas sobre o assumpto, e um de-

[1] *Breve noticia | ácerca das | ossadas e corpos dessecados | ultimamente descobertos | na | Ermida de S. Pedro d'Alcantara | a Santa Apolonia | por | F. Palha | —1871 |*

senho elucidativo, com que riamos muito, mas que é preciosissimo, hoje principalmente, que o auctor já não existe! «A clareza do desenho —me escrevia elle brincando— supprirá a obscuridade da minha prosa».

Esse palacete, que devia ter sobre a calçada de Santa Apollonia dez sacadas no andar nobre, e outras tantas de peitos em baixo, tinha nos ultimos tempos, diz-me Francisco Palha em carta de 29 de Setembro de 1883, «o aspecto de pardieiro. Nos antigos devia ter sido uma casa nobre».

E certamente o foi. Pertencia á familia Abreu de Freitas, fidalgos de antiga estirpe, ainda parentes de S. Pedro de Alcantara, porque Luiz de Abreu de Freitas, que em 1654 fundou a sua ermida, era casado com D. Anna da Fonseca (terceira mulher) sobrinha neta do Bemaventurado, que ficou sendo Orago da mesma ermida[1]. Abria esta sobre a calçada uma porta com duas frestas aos lados, e janellas em cima. Para a porta subia-se ultimamente por quatro degraus.

«A ermida de S. Pedro de Alcantara tinha tres capellas —diz Carvalho da Costa;— «na maior via-se a Imagem do Santo Orago, com a de Santa Theresa da banda do Evangelho, e a de Santo Antonio da banda da Epistola. Tinha esta capella duas tribunas, e sobre ellas a Imagem do Senhor dos Passos, e o corpo de S. Celestino Martyr, doado pelo Santo Padre Clemente X ao Dr. Gaspar de Abreu de Freitas, sendo em 1676 Ministro residente de Portugal em Roma. As duas capellas lateraes eram, uma de S. Damaso, Papa, e a outra de Santa Isabel Rainha de Portugal[2].»

Por baixo do chão ficava o carneiro dos membros da familia.

Os brilhantes proprietarios do palacio e padroeiros da capella, cavalleiros, enviados, desembargadores, vi-os toda Lisboa em 1871 reduzidos a munias, descobertos no seu jazigo de familia ao demolir-se o edificio todo para alargamento dos armazens do caminho de ferro, e acordados do seu somno para serem visitados e

[1] Carvalho da Costa—*Chorogr.*, tomo III, pag. 366.

[2] *Chorogr.*, tomo III, pag. 366.

commentados por este importuno e incredulo seculo XIX. Depois, levaram-n-os para o Alto de S. João, e lá os deixaram adormecer outra vez. Por quanto tempo?

Eram doze os corpos que ali se encontraram no jazigo; vi-os eu, e nunca me ha de esquecer a impressão singularissima que produziam, alguns d'elles inteiros, com os trajos em optimo estado, se bem que desbotados; e até as roupas pareciam vestidas n'essa manhan. Não infundiam o horror que os cadaveres infundem; era um respeito misturado com sympathia, e dó. No seu silencio, e no seu trajar de Côrte, tinham o que quer que era de theatral, que nunca vi nos mortos. Lembro-me da beca de Luiz de Abreu de Freitas, do rosario de coquilho que trazia entre as mãos D. Joanna Maria Pereira de Torres e Aguiar, e que parecia comprado hontem; lembro-me do lindo vestido de seda bordada da pequenina Maria de Meneses, e dos seus sapatinhos de salto muito elevado.

Segundo me communicou o snr. Miguel Queriol, deve-se ao engenheiro castelhano da Companhia, D. Filippe Calderon (irmão do illustre General carlista D. Ramon Cabrera) o não terem ficado despresados aquelles cadaveres, e não terem sido arrojados á valla na tumba da Misericordia. Era Calderon muito apreciador de antiguidades, e doeu-lhe ver profanar taes despojos, sem primeiro se averiguar a quem pertencessem. A imprensa falou; e foi então que, tendo Calderon conseguido remover em 17 de Junho para uma sala junto á capella do cemiterio do Alto de S. João as doze ossadas encontradas no carneiro do palacio, Francisco Palha, para quem (elle proprio o diz) era o culto dos mortos uma fascinação, se entregou ao insano trabalho de investigações, que deram em resultado o citado livrinho.

Sobre a praia do Tejo tinha o palacio dezeseis janellas em fila. O todo formava na secção horizontal um angulo muito agudo, com o vertice ao poente, e ahi se via um brazão de armas, partido em palla, dos appellidos Abreu, e Freitas; brazão que mereceu á illustrada direcção da Companhia ser conservado no telheiro que

substituiu o predio, e pregado na parede para a banda do mar, onde o tenho visto centos de vezes.

A Companhia mandou tirar *planta* exacta do palacete, da qual possuo copia por favor do snr. Queriol.

A esquina muito aguda em que falei, seguia-se immediatamente uma caldeira, ou pequena doca, sobre a qual cahia uma parte das trazeiras do edificio: esta caldeira era um abrigo para barcos; tinha communicação para o Tejo ao meio do paredão que formava a divisoria ao Sul.

Logo depois, encostada ao paredão occidental da caldeira, abria-se para a calçada uma serventia, ou estreito beco muito immundo, vasadoiro do sitio, e que formava angulo recto sobre o mar, lá por traz de uns telheiros, cujas frentes ficavam á face da calçada. Esses telheiros eram carvoarias, ainda toleradas e reconhecidas pela postura municipal de 14 de Julho de 1856[1]; carvoarias feias, toscas, e sinistras, que pareciam, com os seus carvoeiros enfarruscados e carrancudos, semi-nus e de calçotas largas de pano cru, uma ante-camara do inferno.

Apesar de muito feias, e muito ascorosas, tinham aquellas carvoarias uma tradição archeologica na sua arvore de geração: representavam o antigo caes do Carvão, que tinha sido por ali pouco mais ou menos, e de que ainda a estampa de Braunio (seculo XVI) se recorda sob n.º 19[2].

---

[1] Essa postura permitte depositos ou estancias de venda de carvão por junto nos seguintes sitios:

1.º *O mercado do Ver-o-pezo;*

2.º *As carvoarias da Bica-do-sapato* (são estas de que estou tratando);

3.º *As que existiam na rua da Boa Vista até á calçada do Marquez de Abrantes, na praia de Santos, e nas Tercenas sobre o Tejo;*

4.º *As da rua Velha em Alcantara.* -*Annaes do Mun. de Lisboa*, 1856, n.º 11, pag. 86.

[2] Acha-se esta preciosa gravura reproduzida em photolithographia n'um dos volumes da *Lisboa antiga*.

Esse caes do Carvão não foi sempre no mesmo sitio; conveniencias municipaes obrigaram a transferil-o de um para outro logar da margem. Christovam Rodrigues de Oliveira dá-o na freguezia de Santo Estevam; Carvalho da Costa, na de Santa Engracia; outro escriptor, na de S. João da Praça. Vê-se que o Senado separava, para maior commodidade do povo, os diversos assumptos do trafico: ali o caes do tojo, acolá o do carvão, acolá o da madeira, alem o desembarque privativo dos barcos de Aldeia-Gallega, mais alem o dos de Santarem, etc. O caes do Carvão, com seu armazem para deposito d'essa negra mercancia, era entre todos feio e lugubre. A montante d'elle ficava (como ainda se vê na mencionada estampa de Braunio[1]) o da madeira; e entre ambos uma caldeira para abrigo, que no primeiro quartel do seculo XVII se achava entulhada, segundo nos dão a entender estes versos da citada Relação descriptiva de Lisboa:

O caes do Carvão por cima,
casa mui tisnada e feia,
que bem parece na côr
ter de Vulcano a materia.

E, mettendo-se no meio
uma entulhada caldeira,
lhe fica logo por cima,
por larga circumferencia,

um caes mui largo e fermoso,
chamado Caes da Madeira,
obra forte mui custosa,
mui grandiosa e bem feita.

Imagino que o entulhamento d'essa caldeira no seculo XVII, certamente construida no antecedente, obrigaria o senado da Camara á obra que acima mencionei, contigua ao palacete dos Abreus de Freitas, assim como a fazer uma nova caldeira a jusante das car-

1 Referencia n.º 21

voarias de que tambem falei. O plano grande de 1807 elucidará n'este ponto o leitor. Tudo isto lá vem claramente desenhado.

Essas novas caldeiras, e os seus respectivos caes, foram obra da Vereação de 1768, sendo Presidente Paulo de Carvalho, irmão do primeiro Ministro; por signal, que, ainda por 1830, quando sahia o tomo XVI do *Gabinete historico* de Frei Claudio da Conceição, se via á borda da estrada, ou rua, este letreiro em pedra:

PARA BENEFICIO COMMUM
DO LEAL POVO DE LISBOA E DOS NAVEGANTES DO TEJO
REINANDO
EL-REI D. JOSÉ O I. A. I. P.
O SENADO DA CAMARA DESTA CIDADE
SENDO PRESIDENTE PAULO DE CARVALHO DE MENDONÇA
MANDOU EDIFICAR ESTES RECEPTACULOS
E MOLHES
ANNO M DCC LXVIII [1].

Agora um parenthesis anecdotico. Sempre que oiço falar no caes do Carvão me lembra D. Lucas de Portugal, o velho e chistosissimo mestre-sala d'el-Rei D. João IV.

Tinha D. Lucas o cabello todo branco, e cortado rente; sobre elle punha uma farta cabelleira escura. E dizia sorrindo:

—Isto é o caes do Carvão posto em cima da serra da Estrella[2].

Já que falei nos *receptaculos* planeados e construidos por Paulo de Carvalho, continuar-lhes hei a biographia até ao fim. Noventa annos, apenas, depois de promptos, desabava sobre elles sentença de exterminio: uma portaria do Governo ordenava á Camara mu-

[1] Vem a pag. 308 do citado tomo.

[2] Supico de Moraes—*Coll. de apopht.*, tomo I, pag. 425.

nicipal a entrega das caldeiras para alargamento das obras do aterro do caminho de ferro. Em sessão de 7 de Outubro de 1858 resolvia a mesma Camara pedir ao Governo a indemnisasse do preço das duas caldeiras, ou mandasse construir docas que as substituissem em sitio apropriado[1]; pedido que a Vereação avivava na sua sessão de 6 de Dezembro seguinte[2].

Effectivamente, entrou-se em ajustes com o Governo; e na sessão de 11 de Julho de 1859 declarava o Presidente do Municipio ter alcançado que o Ministerio das Obras publicas pagasse a construcção de uma doca nova segundo os orçamentos que se fizessem[3]. O negocio correu com brevidade. A portaria de 23 de Julho permittiu a cessão do dominio e posse das duas caldeiras da Bica do Sapato, designação por que eram conhecidas, expropriadas por utilidade publica em virtude do Decreto de 28 de Junho de 1858, e a Companhia dos caminhos de ferro pôde tomar a sua posse[4].

Logo em principios de Setembro de 1859 era pelas Obras publicas remettido a uma commissão competente o projecto apresentado pela Camara municipal para a nova doca[5]; designava-se como apto o sitio do caes de Santarem, e começava se d'ahi a tempo a obra que lá vemos, e que ainda, porém, em Abril de 1867 se não concluira[6].

Ahi está o que sei. Quem segue no caminho de ferro não imagina que vae calcando o sitio dos dois molhes, que de certo pareceram a Paulo de Carvalho edificados para seculos!

A essas caldeiras e immundas carvoarias, succedia-se, com o seu ar pasmado e ignobil, o Caes do Tojo, de ominosa memoria;

1 *Annaes do Mun. de Lisboa*, 1858, n.º 20, pag. 170.
2 *Ibid.*, 1858, n.º 24, pag. 202.
3 *Ibid.*, 1859, n.º 44, pag. 261.
4 *Ibid.*, n.º 45, pag. 369.
5 *Ibid.*, n.º 50, pag. 409.
6 *Arch. Mun. de Lisboa*, 1867, n.º 379, pag. 3069.

logo depois um quartel de cavallaria denominado do Caes dos Soldados. O quartel ficava rente do Tejo, com um largo pateo, ou terreiro, na frente, arborisado, e separado do caminho publico por um muro de pouca elevação. Ainda me lembro vagamente d'isso tudo.

Ao quartel seguiam-se não sei que outros casebres; depois, no sitio onde é o largo, uma pequena praia chamada «dos Algarves», e emfim a Fundição, de que logo falaremos.

Mas creio que todas essas obras são relativamente modernas, e não passam muito alem do meio do seculo XVII.

Defronte d'estas taes caldeiras (para a banda da terra) era a chamada Bica do Sapato, hoje chafariz n.º 21. Tem por cima das bicas uma esculptura velha representando o navio das armas de Lisboa, e por baixo, na moldura de pedra, a data de 1674. Fica este chafariz uns 2 metros inferior ao nivel da calçada, resguardado dentro de um rebaixamento com sua cortina de pedra e cal sobre a serventia publica. Foi concertado em 1853.

D'esta fonte, visivelmente reformada no anno de 1674, dizia, uns cincoenta annos antes, o citado poetastro descriptivo em 1626:

Logo a Bica do Sapato
se segue n'uma horta fresca,
cujas crystallinas aguas
competem co'a Pimenteira.

É logar mui deleitoso,
que muita gente frequenta,
onde em logar aprazivel
á vista do mar passeia.

Tudo passeios amenissimos, com effeito, já encarecidos por Frei Nicolau de Oliveira, quando diz que o viandante que entrava em Lisboa da banda do Oriente, vindo por Enxobregas, tinha «de uma parte riquissimas hortas e quintas, e da outra o rio, que com suas

aguas vem quasi banhando a estrada»[1]; e logo adiante elogia o autor *o valle de Chellas,* que é «o mais fresco e ameno, que se sabe d'aqui a muitas leguas».

Eis ahi, pois, o testemunho de um poeta e de um historiador estatistico, a mostrar-nos este logar, hoje rumoroso e prosaico, muito ameno e campestre no seculo XVII. Eu ainda na minha meninice conheci essa rua quasi deserta; quem a povoou foi a estação do caminho de ferro. Por ali pouquissima gente passava; as bandas da Cruz da Pedra eram mortas. Falando-me de um dos capellães das freiras de Santa Apollonia, dizia-me Francisco Palha em carta:

«Que saudades eu tenho do padre Joaquim, com o qual minha avó lamentava a pouca passagem d'aquelle sitio tão triste!»

Conta Supico uma anecdota muito semsabor, que ainda assim confirma que no seculo XVI era ali uma paragem campestre. Andava, na viçosa horta da Bica do Sapato, a edificar um predio certo homem do appellido Quaresma, que outro não podia ser senão Manuel Quaresma Barreto, personagem opulento, do Conselho de Estado e Vedor da fazenda d'el-Rei D. Sebastião. O predio era necessariamente o antecessor do palacete que ali tem o snr. José Palha Blanco (e logo direi porquê), no alto da nossa actual rua da Cruz de Santa Apollonia. Passando uma vez cá em baixo, ao rés da praia, el-Rei D. Sebastião, de caminho para Xabregas, disse gracejando, e como allusão ao empinado da barroca sobre a qual campeava o edificio, e talvez tambem ao muito que subira em riquezas o proprietario:

—Alta vae aquella Quaresma!

(Trocadilho; costuma-se dizer que uma festa movel cae *alta* ou *baixa* no calendario annual, segundo a Paschoa vem tarde ou cedo.)

O que me leva a crer que o predio do mencionado Quaresma ficasse sobre os alicerces do do snr. José Palha é isto: Manuel Quaresma, contemporaneo d'aquelle Rei, e morto com elle em Alcacer-Kibir, teve de sua mulher D. Filippa Peçanha um filho, tam-

[1] *Grandezas de Lisboa,* trat. V, cap. I.

bem morto na fatal batalha de 1578, sem geração, e duas filhas: a primeira casou com um Conde castelhano; a segunda, D. Barbara Quaresma, foi mulher do 5.º Barão de Alvito, e portanto herdeira de toda a casa de seu pae em Portugal. Ora o predio do snr. Palha pertenceu á Casa de Alvito; o que o entronca sem duvida na linha de Manuel Quaresma[1].

Maior nobilitação é para este sitio o ter em 1791 morado *defronte do Caes do Tojo, á Bica do Sapato,* o grande Joaquim Machado de Castro, então qualificado de *escultor das Obras Publicas*[2]. Em qual d'aquellas casas?....

Haverá alguem, que, ao passar hoje pela estação do caminho de ferro do norte e leste, á noitinha, ao presencear a chegada successiva das carruagens dos viajantes, o borborinho do despacho das bagagens, a vida estranhissima, que durante uma hora dá áquelles asphaltos uma apparencia tão commercial e atarefada, pense, um minuto sequer, no primitivo aspecto aprazivel e bucolico do sitio, e (o que é ainda mais inverosimil) em que ali foi o Caes do Tojo infamado pela forca, o logar dedicado ao opprobrio das execuções patibulares?

Chegou a affluencia; compraram-se bilhetes, despacharam-se duzias de caixas-mundos, n'um rumor de vozes que se cruzam entre tinidos metallicos, rodar de carretas, vozear de chefes, despedidas de varinas e ribatejanos. Abriram-se as portas envidraçadas, e despejaram sobre a *gare* uma alluvião de figuras apressadas, que se acotovelam, e que ali se encontram n'aquelle redemoinho, unidas

[1] A *Hist. Gen.* menciona Manuel Quaresma Barreto, Védor da fazenda por Carta passada em Salvaterra a 7 de Maio de 1576 (tomo III, pag. 614); e Jeronymo de Mendonça, no seu livro *Jornada de Africa,* especifica entre os mortos na batalha a *Manoel Coresma,* e acrescenta: «dando com tal morte felice sepultura á vida e claro testemunho dos limitados termos da fortuna» (ed. de 1785, pag. 65).

[2] *Almanack* de 1791, pag. 226.

pelo acaso de um minuto, e depois se vêem separadas para sempre nas linhas divergentes do infinito.....

Toca a primeira campainhada, que se recorta ao vivo sobre o sussurro geral, como um risco vermelho n'um fundo acinzentado. Toca a segunda vez; toca a terceira.

Á ultima sineta responde o silvo do machinista; e aquelle assobio descommunal atravessa como serpente o immenso ambito da gare. Trocam-se os derradeiros adeuses; as primeiras classes cortejam e acenam; a terceira grita, e expande a plenos pulmões as saudades da despedida.

É o momento inexoravel; rompeu-se o ultimo fio. O comboio, arrastado pelo corcel negro que lá muito adiante arqueja, e ruge como um dragão, estremece, principia a mover-se, apressa o andamento; anima-se; parece encher-se de brios ao sentir o ar fino da noite; accelera-se de segundo para segundo; já não anda, corre; já não corre, vôa; passam os armazens e telheiros de mercadorias a um lado e outro; deslisam com velocidade phantastica as casas ao longo da linha; somem-se os postes telegraphicos como duendes; e os vinte ou trinta vagões cheios de gente, de interesses varios, de projectos, de enredos, de letras sobre Madrid e Paris, de amores e odios, de indifferenças e saudades..... lá vão! lá vão! lá vão! E aquella carreira vertiginosa, que é o horario e o contrato, symbolisa a grande victoria incruenta dos progressos materiaes, e o abraço de todas as cinco partes do mundo.

Sim; pois repito: n'esse afanoso e trabalhosissimo turbilhão, que varias vezes ao dia se repete, pensa por acaso alguem no que foi em eras antigas aquelle fragmento de terreno? Ha *ali*, entre tantos centenares de pessoas, quem relembre a face pasmada e erma da velha praia? Ninguem.

Para impedir o total esquecimento de tantas memorias curiosas, cá estou eu, o chronista das saudades, a entremostrar aos innumeros viajantes d'este comboio immenso chamado a *Publicidade*, mil visões fugitivas de um Portugal que foi, e de uma Lisboa que não volta mais.

CAPITULO IV

No actual largo do Caminho de ferro era a chamada praia dos Algarves.—O caes do Secretario.—Algumas noções ácerca do Arsenal do Exercito.—As antigas tercenas.—Visita de um viajante em 1646 ao Arsenal.—Bananeira mysteriosa.—Incendio em 1726 no Arsenal.—Pormenores ácerca do edificio.

Acabo de fallar do nosso primeiro caminho de ferro, inaugurado com pompa em 29 de Outubro de 1856, quero mencionar um officio de 15 de Setembro de 1860, dirigido pelo sub-Director da Companhia Eusebio Page ao Presidente do Municipio. Remettia-lhe Page a planta do terreno do sitio do Caes dos Soldados, em que a mesma Companhia do Norte e Leste projectava ainda estabelecer a sua estação principal[1].

Onde hoje vemos o largo em frente da fachada nobre do edificio (a do relogio), era ainda então, como disse, uma praia chamada *dos Algarves*. Convinha acabar com ella, e substituil-a pela projectada praça. Pedia pois a Companhia á Camara, que todo o entulho de demolições fosse ahi arrojado, para facilitar o aterro[2].

O que vejo, porém, é que tres annos depois, em Julho de 1863, ainda a praia dos Algarves existia, visto que o Inspector geral do Arsenal do Exercito obtinha licença a fim de mandar armar ahi uma barraca para os banhos dos alumnos do collegio dos aprendizes do mesmo Arsenal[3].

---

[1] *Arch. Mun. de Lisboa*, 1860, n.º 39, pag. 306.

[2] Com o progresso das obras de melhoramento do porto de Lisboa, a feição d'essa praia mudou. Está-se aterrando tudo com grande actividade.—Junho de 1892.

[3] *Arch. Mun. de Lisboa*, 1863, n.º 189, pag. 1507.

Em meio de Fevereiro de 1865, com o rapido incremento das obras da estação, já se achava quasi terminado o aterro, e da antiga praia dos Algarves.... restava o nome[1].

Em fins de Abril d'esse mesmo anno, estavam a concluir-se as obras da estação central do Caminho de ferro em Santa Apollonia. Até então era o serviço dividido entre a estação velha (no edificio do mosteirinho) para o embarque de passageiros[2], e um molhe para mercadorias defronte do chafariz da Bica do Sapato. A 20 instava a Companhia com o Governo, para se proceder sem demora ás expropriações que ainda faltavam, com o fito em se terraplanar um largo bem desafrontado na frente occidental da estação[3], a qual foi finalmente estreiada, saindo d'ella o primeiro comboio em 1 de Maio de 1865.

Teria sido ahi (pergunto) o caes chamado «do Secretario»? creio que sim; e havia n'esse sitio uma ermida, que a planta de 1807 ainda mostra, e que a *Estatistica* manuscripta da Bibliotheca, feita em 1552, designa como *Santo Espirito ao caes do Secretario*[4].

Do Secretario, porquê? Quem era esse Secretario? Não podia ser o do Conselho de Guerra, dono da casa grande, porque essa casa era dos Telles de Mello, e elles só possuiram o officio de Secretario de Guerra no seculo XVIII. De mais a mais, esse Conselho só foi creado por Decreto de 11 de Dezembro de 1640[5]. Ahi fica um ponto de interrogação.

Da banda do Poente, e ao longo da rua, defronte do mar, até ao largo da Fundição, vejamos: ali está hoje o Arsenal do Exer-

---

[1] *Arch. Mun. de Lisboa,* 1865, n.º 269, pag. 2150.

[2] De 1.ª e 2.ª classe. A 3.ª penetrava na gare por uma escada situada no largosinho a diante, defronte da casa onde mora o snr. Queriol.

[3] *Arch. Mun. de Lisboa,* 1865, n.º 278, pag. 2222.

[4] Fl. 50 v.

[5] *Hist. Gen.,* tomo VII, pag. 197.

cito. Não escreverei a sua historia completa, porque não a sei; mas sempre darei algumas novidades velhas.

N'esse sitio é que el-Rei D. Manuel (palavras de Damião de Goes) «começou as tercenas da Porta da Cruz, as quaes mandou fazer para n'ellas se guardar e fundir artilheria».

Tercena, tarracena, terracena, teracena ou tarrecena (que d'esses cinco modos se acha orthographado o vocabulo), significava armazem. *Tercenas* foram tanto os vastos armazens de viveres, como os de utensis nauticos.

Virá a palavra (como querem alguns) do veneziano *darcena? Darsena* chamam tambem Italianos á parte mais interior e resguardada de um porto, doca, ou recinto que era uso fechar com cadeias, e onde se abrigavam embarcações de pouco lote[1]. Só analogia remota se póde dar entre este significado e o de armazem.

Em castelhano *alacena*, palavra parecida, significa armario excavado na parede[2]; e *tercena* armazem para venda de tabaco por grosso[3]. É pois provavelmente do castelhano que tirámos a palavra, como outras muitas.

Havia em Lisboa varias *tercenas*; menciono as de Cata-que-farás, de que tratarei logo, e tambem as de Santos, que ainda chegaram aos nossos dias. Em 2 de Agosto de 1437 foi approvado pelo tabellião Fernão Lopes o testamento do Infante D. Fernando, nas casas de Joanne Anes Rameiro, ás Tarracenas, onde poisava o mesmo Infante[4]. Não sei a quaes tarracenas se refere o documento.

As d'el-Rei D. Manuel eram chamadas «das Portas da Cruz»; e por se fundirem aqui os canhões, deram nome ao sitio, que ainda hoje se chama a *Fundição*. A ellas se reporta em 1626 o poetastro

---

1 *Darsena—la parte più interna del porto, che suol chiudersi con catena, e dove si ritirano le galere e le piccole navi.* Voc. da Crusca.

2 *Hueco hecho en la pared a manera de ventana con sus puertas.* Dicc. da Acad. hespanh.

3 *El puesto aonde se vende el tabaco por mayor.*

4 *Hist. Gen.*, tomo II, pag. 474. A prova é a n.º 38.

autor da *Relação* descriptiva da Cidade, e diz nas suas sensabores redondilhas (aliás muito preciosas):

> Junto do mar, mais avante,
> da Coroa de Castella
> almasens e fundição
> de toda a sorte de peças.

E explica-se perfeitamente. Havia duas Fundições, que ainda hoje existem: uma mais acima, nas alturas de Santa Engracia, e esta á borda do Tejo. No tempo da dominação intrusa, a Fundição de baixo era destinada á fabricação de armas para a guarnição castelhana; e a de cima para o nosso exercito (visto termos, segundo a organisação politica adoptada, um simulacro de *autonomia*, não de *independencia*). O que é hoje o Arsenal do Exercito, chamava-se vulgarmente a «Fundição dos Castelhanos»[1].

Vinte annos depois, em 1646, quando o já citado viajante francez Monconys visitou este Arsenal, estava-se guarnecendo. Ainda lá não havia, segundo o dito escriptor, senão um milheiro, pouco mais ou menos, de pares de armas para os *piquiers* (soldados armados de piques, ou lanças). Tinham-se então fundido vinte e sete canhões, e estavam já formados uns quatorze, promptos a fundir. Menciona o mesmo Monconys um uso empregado no nosso Arsenal, para limpar e polir o interior das peças[2].

Esse pormenor deu-me (ninguem o imagina) um trabalho insano a perceber. Diz o autor, que tinhamos costume de limpar e polir o interior das peças, «*nettoyer et polir droit le dedans du canon*», por meio de um objecto a que elle chama «*un banania*,» que viu plantado ao correr do muro, «*que je vis planté contre la muraille de la ville, le long du quai*». Mas que coisa é *un banania*? —perguntava eu a mim mesmo, e aos meus diccionarios; e não saía da duvida. A Historia natural, que eu saiba, não conhece o

[1] Vide os *Elementos* do snr. Freire de Oliveira, tomo III, pag. 170 e 171—*Diligencia que se fez* (em 1625) *nos muros d'esta Cidade*, etc.

[2] *Voyages de M. de Monconys*, tomo I, pag. 108.

banania, mas sim o *bananier:* podia haver lapso da penna de Monconys; mas como limpar uma peça com uma bananeira?

Que era um vegetal, estava claro, visto existir *plantado* ao longo da muralha da Cidade; mas que vegetal?

Li monographias varias sobre a bananeira (*musa* em latim); e, guiado por Bory de Saint-Vincent fui-me estudar o bambú (*bambusa*). Seria longo enumerar aqui os usos a que se presta no Malabar e n'outros paizes quentes esta utilissima *arundo:* já como alimento, já para canalisar aguas, fazer sobrados, supportes de palanquins, copos, caixas, cestas tecidas, papel, magnificos antepáros, que misturados com terriça dão palissadas resistentes á bala; emfim, adopta-se em muitos outros empregos. Direi apenas que o bambú *buh-tuy* é tão duro, que fere lume com o aço. D'elle fabricam os habitantes das Molucas e de Java flautas, cannas de pescar, cachimbos, bengalas, dardos envenenados, e azagayas, cuja ponta tisnada ao lume se torna tão resistente, que atravessa de banda a banda o corpo humano. Cada artigo, ou intervallo entre dois nós, é recoberto de uma camisa muito consistente, e aspera como lixa de tubarão.

Querem-n-a mais clara?

Monconys, pouco botanico, e pouco relacionado com vegetações tropicaes, chamou bananeira (e isso mesmo enganadamente) a um vegetal que nunca vira, e que de certo era o bambú. Os nossos maritimos importavam muitas plantas curiosas e uteis lá de fóra, que eram aqui o espanto da gente do Norte. Não é ousadia crer que tivessem importado o bambú (que se dá nos Açores); e tambem não é ousadia pensar que alguns militares navegadores introduzissem cá o uso, que tinham visto em Java e nas Molucas, de polir com a lixa do bambú o marfim, e o proprio metal[1].

Logo, quanto a mim, o que Monconys chamava por engano *banania* é o bambú, de que se vê verdejavam muitos pés pela

[1] *Ses articles sont couverts de gaines ridées, comme une peau de requin ou de chien de mer; elles servent à polir le fer et les os. Les habitants des Moluques et de Java font avec les tiges de ce bambou des flûtes, des batons de perroquets,* etc. etc. Du Tour, naturalista. *Nouveau Dict. d'Hist. Nat. art. Bambou.*

banda meridional do muro, abrigados do Norte como vegetaes de climas calidos[1].

Note-se uma coisa: o tal vegetal *(banania)* dá-nos uma leve indicação topographica: diz o Francez que o viu plantado de encontro á muralha da Cidade, ao longo do caes. D'ahi infiro que havia um caes, paralello ao lanço da muralha d'el-Rei D. Fernando, a qual descendo das Portas da Cruz vinha costear o Tejo em direcção ao Poente. Seria o do Secretario?

Na semana de 7 a 14 de Julho de 1726 houve em Lisboa incendios, sendo o mais consideravel o «do Arsenal Real da Fundição, cuja perda se assegura chegar a perto de 200 mil cruzados» diz um escripto coevo[2].

D. Antonio Caetano de Sousa fala das machinas diversas que no reinado do senhor D. João V foram montadas em Lisboa para a fabricação das armas e peças de artilheria, e menciona os «novos e bem introduzidos armazens, augmentados com novas obras ao moderno»[3]. Provavelmente melhoramentos que seguiram a destruição a que alludi n'este Arsenal.

No meio do seculo xviii menciona-o João Baptista de Castro, chamando-lhe «famoso Arsenal, ou armazem, disposto com tão boa ordem e arrimação, que excede aos melhores da Europa»—(sempre o estrebilho!)[4]. Diz que lhe deu principio o Tenente General de Artilheria Fernando de Chegaray; continuou-o o zêlo de Amaro

---

[1] Palavras do dito viajante: *Il n'y a encore qu'environ mille paires d'armes pour les piquiers. L'on a déjà fondu environ vingt-sept canons; et il y en avait encore environ quatorze de prêts à fondre tous moules. Ils ont une invention particulière pour nettoyer et polir droit le dedans du canon, qui est telle qu'elle est ici dépeinte, avec un banania, que je vis planté contre la muraille de la ville, le long du quai.* Loc. cit.

[2] *Gazeta de Lisboa* n.º 29 de 18 de Julho de 1726. Communicação de Anselmo Braamcamp Freire.

[3] *Hist. Gen.*, tomo viii, pag. 259.

[4] *Mappa*—mihi, tomo ii, pag 230 no capitulo *Do militar.*

de Macedo, e por ultimo o do Tenente General Manuel Gomes de Carvalho.

Hoje aquella serie de salões artisticamente adornados de armas, e como que promptos á primeira voz do clarim das batalhas, é um dos pontos visitados pelos estrangeiros e provincianos. Merece-o. O asseio e alinho dos tropheos, os enfeites artisticos que ali se observam, tectos, doirados, azulejos, retratos, tudo fórma o conjuncto mais agradavel; é pena que esse Arsenal não esteja em certos dias patente ao publico de todas as classes; seria diversão, e ensinamento.

Não posso deixar de mencionar dois artistas que souberam contribuir para o esplendor d'aquellas salas: José da Costa Negreiros, fallecido em 1759 aos quarenta e cinco annos, e autor de um quadro de Nossa Senhora da Conceição[1], e Feliciano Narcizo, discipulo de João Nunes de Abreu e do celebre Baccarelli, e pintor de architectura e ornamentação. É autor de um tecto, em que o auxiliou Antonio Caetano da Silva, e outros. As flores foram do pincel de José de Carvalho Rosa[2]. Por ultimo não esqueçâmos Francisco Antonio, esculptor, discipulo de José de Almeida, e autor das estatuas de Marte, Vulcano, e outras[3].

Uma ultima observação:

Toda a parte inferior do actual Arsenal do Exercito, onde estão as salas de armas, etc., é nova; está-se a ver; *nova* em relação a el-Rei D. Manuel, porque antes de 1650 já ella existia, segundo mostra a planta de João Nunes Tinoco. Essa excrescencia, que se arruinou com o terremoto, corta a linha quasi recta da antiga praia; é visivelmente um aterro, que obriga o transeunte a dois cotovellos, um ao Nascente, o outro ao Poente da Fundição.

Depois de 1755 todo esse edificio foi renovado segundo o desenho do architecto Larre; foi este artista quem delineou o portico[4].

---

1 Cyrillo—*Mem.*, pag. 112; Raczynski—*Dictionnaire.*
2 *Id., ibid.*, pag. 195; Raczynski—*Dictionnaire.*
3 *Id., ibid.*, pag. 255.
4 *Id., ibid.*, pag. 180.

CAPITULO V

Ermida do Senhor Jesus da Boa Nova.—Calçada do Museu de Artilheria.—A Galé.—Caes do Carvão, e Torre da polvora.—Beco de Penabuquel.—Antigo chafariz dos Paus.

Para diante do que é hoje o nosso Arsenal, ha a ermidinha do Senhor Jesus da Boa-Nova, cuja origem ignoro. Tinoco omitte essa ermida na sua preciosa planta, o que me faz crer que não existia em 1650. A elegante frontaria d'este *sacello*, meio escondida e afogada atraz da rampa da calçada Nova do Museu de Artilheria, é de ordem jonica. Delineou-a o Major Manuel da Costa de Negreiros, architecto do tempo d'el-Rei D. João V[1]. Mas é preciso notar que este artista apenas reedificou uma ermida mais antiga que por ali se erguia, transportando-a da banda do mar para o sitio onde está hoje; concluiu-se a obra em 1748[2].

Essa calçada Nova do Museu de Artilheria merece um paragrapho ao menos. Não existia tal serventia ainda em 1775; mas rompeu-se para a passagem da zorra fechada, obra do architecto das Obras publicas Reinaldo Manuel dos Santos, na qual se transportou da Fundição para o Terreiro do Paço a estatua equestre d'el-Rei D. José. Esse transporte levou cinco dias, desde 22 de Maio, uma segunda feira; e a 27 foi içado o colosso para o alto do seu pedestal.

Defronte da ermida segue-se, da banda do Tejo, entre predios modernos, um boqueirão denominado «da praia da Galé».

[1] Cyrillo—*Mem.*, pag. 206.
[2] *Demonstr. hist.*, pag. 207.

A origem de tal nome está no edificio do lado opposto; sombrio e gradeado como prisão. Tal como o vemos, outra coisa não é senão a antiga cadeia dos galeotes, ou condemnados a galés.

Foi ahi tambem o Caes do Carvão, segundo se collige de uma phrase de certo livro antigo. A Inquisição, em 22 de Agosto de 1679 mandou queimar cinco Moiros, e passar pelo fogo um rapaz, todos accusados de graves culpas. Fez-se a execução no Caes do Carvão, onde se commettera o delicto, porque os Moiros eram galeotes, e a Galé era no dito Caes[1].

Diz-nos um viajante francez em 1730[2]:

«Vê-se no extremo oriental da Cidade[3] uma casa denominada *a Galé;* tomou esse nome por n'ella se encerrarem os galeotes, que são na maioria prisioneiros moiros apanhados nas guerras constantes que os Portuguezes manteem com os infieis. Andam o dia inteiro empregados esses escravos nos navios Reaes, ou no serviço de acarretar madeira, agua, etc., para uso dos principaes officiaes da Marinha; e á noite dormem na *Galé*».

Hoje, que felizmente já não ha *galeotes,* serve este edificio de armazenagem de coiros, e é dependencia da Alfandega grande; é bem possivel que, tal como ahi o vemos, e como o menciona o folheto «*l'Explication de l'estampe de la ville de Lisbonne*»[4], seja obra d'el-Rei D. João V; mas que ahi existia muito anteriormente a *Galé,* fica demonstrado á evidencia.

Não sei dizer se, tendo-se removido d'este sitio o Caes do Carvão, a que me referi n'um capitulo supra, não passaria o dito Caes a denominar-se «dos Moiros». Em 1727 assim chamavam um dos caes da longa Ribeira lisbonense, onde embarcaram em grande

---

1 *Monstruosidades do tempo e da fortuna,* pag. 316.

2 O anonymo autor do livro *Description de la Ville de Lisbonne,* pag. 30.

3 Elle diz: *au bout de la Ville occidentale,* o que é manifesto *lapsus calami.*

4 Pag. 12.

pompa os restos mortaes do Duque do Cadaval sendo transportados para Aldeia Gallega[1].

Por ahi, pouco mais ou menos pelas alturas da Galé, a seguirmos á risca a estampa de Braunio, que supponho o leitor tem á vista, devia ser o chamado *Postigo da Torre da polvora,* ou *Postigo da polvora,* como diz Christovão Rodrigues de Oliveira, na freguezia de Santo Estevão. Parece era uma porta junto a alguma torre ou taracena destinada a armazem de polvora. Diz Damião de Goes que el-Rei D. Manuel mandou fazer em Lisboa a *casa da polvora*[2]; e o poetastro de 1626 escreve estas palavras em parte enigmaticas:

Aqui está a torre da polvora,
que tem por titulo e empreza;
este logar é terrivel
por umas latinas lettras[3].

«O postigo *da polvora,* ultima porta das da marinha (indo para leste) —diz Freire Apollinario— é a que fica mistica á cadeia dos condemnados a galés, e perto da ermida do Senhor Jesus[4].» Eis ahi marcações topographicas muito minuciosas.

A esta porta, ou postigo, da Polvora, chamava o povo no seculo passado porta do mar (como a outras); o nome da Polvora tinha desapparecido[5].

Agora uma pergunta a medo: Seria a *torre da Polvora* o mesmo que a *torre da Varanda?* Declaro que não sei; mas que esta era

[1] *Os Duques,* por J. C. Feo e o Visconde de Sanches de Baêna, pag. 46, nota.

[2] *Chron. de D. Manuel,* p. IV, cap. LXXXV.

[3] *Relação,* etc.—Essas phrases quasi inintelligiveis, interpreto-as assim: Aqui está a torre da polvora, que tem a polvora por titulo e empreza (visto chamar-se entre o povo *torre da polvora).* Provavelmente havia n'essa torre alguma inscripção latina mandando acautelar os viandantes, e prohibindo a approximação de fogo, etc., attendendo á materia ali guardada. Serão as *latinas lettras.*

[4] *Demonstr. hist.,* pag. 207.

[5] *Id., ibid.*

tambem sitio á borda do rio, é certo; sigo o que diz a figura da Cidade de Lisboa no auto de Gil Vicente *Náo de amores,* promptificando-se a ir falar ao Principe da Normandia em qualquer parte:

> Eu lhe irei logo falar
> lá ao Chafariz d'el-Rei,
> quanto elle quizer falar;
> ou da Torre da Varanda,
> ou lá no Caes da madeira,
> e veremos o que manda.

Um pouco adiante, tambem do lado de terra, fica o beco de Penabuquel ou Banabuquel, ou Benamoquel, como escreve Rodrigues de Oliveira (corruptella probabilissima do patronimico arabe *Ben Abuquer,* isto é, filho de Abuquer ou Abuker). Não sei a historia d'essa denominação, que certamente se refere a algum sujeito importante, senhor do sitio talvez, no periodo da dominação mauritana.

Em 1837, andando uns operarios a trabalhar ahi no cabouco de um predio, proximo ao arco da serventia do mencionado beco, para a rua direita do Jardim do Tabaco, deram com grande abundancia de agua que escorria por um antigo cano de chumbo. O dono do predio participou-o logo á Camara. Succedia haver n'esse verão medonha estiagem em Lisboa; a Camara mandou pesquizar, e achou o poço no pequenino largo do beco. Recobria-o uma lage ao nivel do chão, e sobre a lage corria uma fiada de pedras de calçada. Descoberto o poço, viu-se conter agua magnifica, de que não foi possivel esgotal-o[1].

Para se livrar de qualquer responsabilidade, entendeu a Camara dever pedir á Sociedade pharmaceutica a sua opinião ácerca da qualidade das aguas; e tendo sido favoravel, a Municipalidade assim o communicou ao publico por Edital de 16 de Novembro do mesmo anno de 1837[2].

---

[1] *Collecção de providencias*, etc., em 1837, pag. 99. (Nota ao texto.)

[2] *Ibid.*, pag. 98.— *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa em 1837*, pag. 33.

Em Agosto de 1852 o Vereador Pinto requereu á Camara mandasse examinar o poço de Penabuquel, que se dizia abundante, e notar-lhe a altura[1]. A Camara pediu ao Ministerio da Marinha tres bombas emprestadas para o esgotamento e limpeza do poço[2]. Não sei se vieram, ou não; sei que em Setembro foi o vereador do pelouro das aguas auctorisado a mandar fazer uma bomba até ao custo de 40$000 réis, que tirasse por minuto 4 almudes de agua do poço de Penabuquel[3], e foi o sabio Vereador Julio Pimentel encarregado de analysar chimicamente a dita agua[4]. Logo em Outubro officiou a Camara ao General Commandante da Guarda Municipal, pedindo-lhe que a estação da guarda que então havia junto ao Chafariz de dentro se encarregasse da chave e das calhas do poço de Penabuquel, abrindo as portas ao nascer do sol, e fechando-as ás Ave-Marias[5].

Assim se conservou o poço, até que, passados quasi seis annos, em 8 de Abril de 1858, o vereador Gonçalves Corrêa fez á Camara a seguinte proposta:

«Existindo no beco de Penabuquel um poço com bocal de pedra, que não só prejudica o transito do publico, mas sobremaneira afronta em espaço, como na sua area, os predios situados n'aquelle pequeno recinto; e sendo certo que a segurança e a moral publica se podem resentir de tão desnecessaria collocação; attendendo a que a agua d'aquelle poço só serve para rega das ruas, pela sua pessima qualidade; e acontecendo que a bomba e caixa de madeira, que actualmente tem, precisam de grande concerto, talvez igual á despeza do melhoramento que vou indicar; proponho que seja igualado aquelle poço aos que existem na praça de D. Pedro[6].

Sempre estes altos e baixos, sempre estas fluctuações nas coisas humanas! O poço, visivelmente anterior ao terremoto, foi mandado

---

1 *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa em 1852*, pag. 71.
2 *Ibid.*, pag. 72.
3 *Ibid.*, pag. 78.
4 *Ibid.*, pag. 80.
5 *Ibid.*, pag. 92.
6 *Annaes do Mun. de Lisboa*, 1858, n.º 8, pag. 74.

tapar não se sabe quando; descoberto em 1837 como novidade, foi mandado cercar de bocal de pedra; a agua, analysada pelos technicos, foi achada magnifica, e o poço utilissimo aos habitantes da rua. Em 1858 tudo mudou: a agua é pessima, e só serve para regas, a affluencia de gente causa damno á moral, o bocal é um empacho á viação(!) e o concerto com a bomba é despeza grande! A Camara approvou a proposta, e o poço foi arrazado á face da rua.

Não critico; historio apenas, e com documentos.

Na valiosa planta de Lisboa levantada em 1650 por João Nunes Tinoco vejo n'este ponto, de fóra da muralha, um pequenino quadrilongo, encostado á fortificação, e designado com esta palavra: *Aguada*. Cotejando essa estampa com as indicações da *Demonstração historica*, chego ao convencimento de que essa *Aguada* é o *chafariz dos Paus*.

Caminhando de Poente para Nascente diz Frei Apollinario, que vem depois do chafariz de Dentro, e pouco adiante, em a muralha (note-se), de que aqui se divisa boa porção (como mostra o desenho de Tinoco), o chafariz dos Paus.

João Baptista de Castro, finalmente, diz: Entre os chafarizes d'el-Rei e dos Paus, estão..... as Alcaçarias[1].

Por esses indicios, creio que será talvez a agua do chafariz *dos Paus* a mesma do de Penabuquel. O chafariz chamado *da Praia*, que tambem por ahi fica, mais á parte do Tejo, esse, segundo Velloso de Andrade[2], é da mesma e mesmissima agua do chafariz de Dentro.

[1] *Mappa de Portugal*, ed. de 1870, tomo I, pag. 98, quando o autor trata das aguas thermaes do Reino.

[2] *Mem. sobre chafarizes*, pag. 114.

CAPITULO VI

Alfama.—Saúda o autor essa truncada amostra da Cidade velha.—Citações de antigos autores.—Os pescadores de Alfama.—Ermida do Santo Espírito.—A muralha d'el-Rei D. Fernando.—Maneira de melhorar Alfama.

Eis-nos em frente da velha Alfama, a rumorosa, a historica, a marinheira Alfama. Eis-nos no coração da Lisboa antiga. Descobre-te, leitor, e saúda essa avoenga illustre da nossa Cidade de marmores.

«A Alfama —diz Herculano— fôra no tempo do dominio sarraceno o arrabalde da Lisboa gothica; fôra o bairro casquilho, aristocratico, alindado, culto, quando a Medina-Aschbouna poisava, enroscada tristemente no seu ninho de pedra, no que depois se chamou «a Alcaçova», e hoje «o Castello». Quando, porém, no seculo XII a população christan, alargando-se para o Occidente, veiu expulsar os Judeus do seu bairro primitivo, situado na actual Cidade baixa, e os encantoou para a parte do Sul da Cathedral, a Alfama foi perdendo gradualmente a sua importancia, e convertendo-se a final n'um bairro de gente miuda, e sobretudo de pescadores[1].»

Curto e vigoroso esboço; synthetico, e de rigor historico.

Situada nas escarpas do Tejo, tornou-se Alfama, desde que a população abastada se alastrou pelos arrabaldes, o verdadeiro bairro maritimo. «Povoado de pescadores» o caracterisa Bluteau[2]. Era aquillo quasi tudo um agglomerado de familias pobres, que só viviam da pesca; valhacouto escuro e tortuoso, que os loquazes *Ma-*

[1] *O Monge de Cister*, cap. x.
[2] Voc.—verb., *Alfama*.

neis d'Alfama (como em estylo plebeu se chamava aos trabalhadores do mar[1]) tornavam muita vez perigosissimo pelas suas frequentes rixas. Na orla, á beira-Tejo, agazalhavam-se e compunham-se as barcas pescadoras, as muletas da sardinha, as faluas cacilheiras, os saveiros de agua-arriba, e até, observa Frei Nicolau de Oliveira, «navios de alto bordo, com que se navega para as conquistas; e são muitos» acrescenta elle.

Eis ahi está, em dois traços, o que era Alfama.

E diz-nos um antigo poeta descrevendo este sitio:

A praia logo de Alfama
se amostra mais descoberta,
e o logar d'onde ancoram
suas lindas caravellas.

As muitas que aqui se ajuntam
em qualquer dia de festa,
com as ancoras no mar,
e as proas postas em terra,

fazem vista tão aprasivel,
e tão galharda presença,
que julgareis que Neptuno
coroado vos festeja[2].

Toda essa grei pescadora, buliçosa como era, distinguiu-se, mais de uma vez, por sentimentos piedosos e patrioticos. Apesar de bem tributados pelo fisco, eram tão dinheirosos os pescadores de Alfama, que não sossobravam em competencias de bizarria.

Exemplos:

Na estrondosa festa naval e cidadan do recebimento da Princeza D. Joanna, mãe d'el-Rei D. Sebastião, em 1552, levavam estes pes-

[1] Blut. — *Voc. de nomes proprios,* appenso ao supplem. do Dicc.

[2] *Relação em que se trata e faz uma breve descripção,* etc.

cadores seis caravellas muito adornadas: uma d'ellas tremolava duas bandeiras grandes, uma do Espirito Santo, e a outra de Deus Padre. Ia n'essa caravella uma dansa «toda vestida de libré preta — diz o chronista D. Manuel de Meneses — de pano muy fino, com suas cadeas, e colares de ouro, e talabartes, e adagas douradas[1]».

A procissão, que annualmente costumavam os ditos pescadores dedicar á festa do Corpo de Deus, rivalisava, no dizer de um coevo, «com a propria procissão da Cidade[2]»; e em 1578 contribuiram para a jornada de Africa *com sessenta barcos grandes* (afora os pescadores da Boa-Vista, que entraram com vinte[3]).

A ermida d'esses laboriosos e palreiros operarios da agua salgada era Santo Espirito (ou antes Santo Esp'rito, como diziam todos; o poeta Antonio Ferreira que o atteste). Já a Estatistica manuscripta da Bibliotheca, em 1552, a dá como existente; e (a julgar pelo estylo do portal, que ainda lá está de pé, na antiga rua das Portas da Cruz, hoje chrismada, desde 1859, em rua dos Remedios) deve essa ermida ser bem mais antiga.

> Bem ali ao Santo Esp'rito,
> ia eu sempre dar no fito
> n'um vinho claro rosete

pranteia a Maria Parda de Gil Vicente.

Essa ermida, que vejo cognominada «dos Remedios», é chamada «de Nossa Senhora das Mercês» no plano de Tinoco.

Quando se estudam os monumentos lisbonenses, é rarissimo aquelle cuja historia não tem por ultimo capitulo o terremoto de 1755. A ermida do Santo Esp'rito não fugiu a essa regra. Sim; ficou arruinadissima[4]. Pena é que dos seus adornos não haja descripção minuciosa; a mim só me consta que o tecto era pintura de

---

[1] *Chron. d'el-Rei D. Sebastião*, cap. III.

[2] Padre Duarte de Sande—*Lisboa em 1584*, Arch. Pitt., tomo VI, pag. 86.

[3] Barbosa Machado—*Mem. d'el-Rei D. Sebastião*, tomo IV, pag. 273.

[4] Moreira de Mendonça—*Hist. dos terrem.*, pag. 133.

Manuel de Castro, artista da segunda metade do seculo XVII, fallecido em 1712, em Madrid[1]. O assumpto, não sei.

Falemos agora da muralha da Cidade.

A muralha com que el-Rei D. Fernando cingiu Lisboa, de 1373 a 1375, e que desde as portas da Cruz ia entestar, pouco antes do actual chafariz d'el-Rei, na vetusta muralha moira já por mim descripta n'outro livro, servia de anteparo á velha Alfama, e apparece com as suas portas e os seus bastiões, nas vistas antigas de Lisboa. Nas mais modernas já não apparece; a causa é clara:

Com o crescer da Cidade, com o gradual extravasamento para fóra da linha da cintura, foram-se a pouco e pouco tornando inuteis os lanços carcomidos d'aquelles paredões. Para enfeite, não serviam; para defensa, tambem já não; foram-se-lhes, pois, incrustando ao longo, por concessões successivas das Camaras, muitas casas particulares, grandes e pequenas. Ainda no seculo XVII, e talvez muito depois, se avistavam, aqui, ali, as muralhas da Cidade antiga ao longo da praia, que é hoje a rua do Jardim do Tabaco e o Terreiro do Trigo; cortina de côr torrada, a espaços interrompida de alguma pobre fresta ou janella burgueza.

Ao longo d'essa linha de defensa militar, tinha desde muitos annos a paz convidado os moradores a romper aberturas para sua serventia. Esses postigos, porém, que em estampas antigas apparecem, são em plano alto, guarnecidos de estreitas escadas, e entravam portanto no systema previsto pelos constructores militares, e usado em muitos castellos: eram ingressos difficeis, empinados, facilmente açoitaveis com projecteis das varandas ou bésteiras *(machicoulis)* salientes e acobertadas.

Calculo que foi ainda no correr no seculo XVI, que entrou a generalisar-se o construir sobre os adarbes da cerca; e muitas casas vemos ainda, que remontam a esse tempo, ou proximo, a

---

[1] Raczynski — *Dictionnaire.*

sua origem. Lembro aqui a de Affonso de Albuquerque, filho, que é a celebre Casa dos Bicos; logo ao Oriente o palacio dos Condes de Portalegre, depois Marquezes de Gouvêa, depois Duques de Aveiro, hoje pertencente por herança á Casa de Lavradio; o dos Atouguias Corrêas, senhores de Bellas; o dos Condes de Coculim, hoje Marquezes da Fronteira; o dos Condes de Villa-Flor, depois Duques da Terceira, vendido ao fallecido Visconde da Abrigada, Mendonça, a cujos herdeiros pertence; tudo n'esta linha da beira-mar; não falando no dos Telles de Mello ás Portas da Cruz; no dos Condes da Figueira ás Portas de Santo André; no dos Marquezes de Ponte do Lima, á Rosa, junto ás Portas de S. Lourenço, pertencente hoje por herança á Casa de Castello-Melhor; no dos Marquezes de Alegrete, hoje de Penalva, ás Portas de S. Vicente da Moiraria; no dos Condes da Vidigueira, depois Marquezes de Nisa, onde é hoje a Companhia das carroagens a S. Roque; no de D. Estevam de Faro, no dos Condes do Vimioso, e outros, desde S. Roque ao Ferragial.

Todos esses palacios, mais ou menos importantes, encostaram-se á muralha bellicosa, com o desplante e a confiança com que as rans saltaram para cima do madeiro.

Correr a directriz das duas cercas lisbonenses, ainda que esse passeio só seja theorico, faz pasmar do espirito demolidor e devastador da nossa população; é horrivel a ingrata falta de respeito áquelles magnificos baluartes, que tanta vez nos protegeram; e é lastimoso ver, que em muitos sitios onde o aspecto cavalleiroso d'essas torres militares poderia produzir o mais elegante effeito artistico, as demoliram como prejudiciaes, ou as mascararam como indecentes.

Reprehendendo o vandalismo de que as primeiras muralhas, as antigas, as moiriscas, foram victimas, diz Luiz Marinho de Azevedo: «succedeu depois o mesmo aos segundos muros, a que o poder ou intelligencia se atreveram, e não as armas inimigas, devendo ter o transito livre para qualquer occorrencia do tempo»[1].

[1] *Livro da fundação*, etc., cap. xxix, pag. 85.

Tanto não direi eu; não irei tão longe, no seculo XIX, como no seu tempo ia Luiz Marinho, mantendo essas muralhas livres *para qualquer occorrencia do tempo;* é só pelo lado artistico, e pelo seu effeito scenographico indiscutivel, que as encaro, porque essas impressões do bello sobre a população transformam-se-lhe em sentimentos nobres, e educam-lhe a alma.

A conservação intelligente dos monumentos nacionaes levanta o sentir dos povos, e arraiga-os á sua terra; a demolição bestial derranca-os.

Que bem o entendeu, com os seus instinctos poeticos, o Povo Romano! Para elle eram sacrosantos os muros de Roma; e a Lei Romilia, *de Portis et Mœnibus Urbis,* respondia ao pensamento geral.

Tem-se pensado muita vez em *melhorar* o bairro de Alfama. De accordo: melhore-se; não estou, porém, de igual accordo com o modo d'esse melhoramento.

Em Novembro de 1852 o Vereador Andrade leu em sessão municipal uma proposta apontando alguns meios para embellezamento progressivo do bairro; e logo no mez seguinte o illustre Vereador Pimentel (depois Visconde de Villa-Maior) apresentou o parecer da commissão de embellezamentos[1].

Não admitto (salvo o devido respeito) que melhorar Alfama seja cortal-a de avenidas, e alastral-a de largos. Alfama é um livro interessantissimo, que a picareta moderna profanaria ignobilmente. A maneira de melhorar Alfama seria conserval-a quanto possivel na sua architectura e feição archeologica, buscar fixar-lhe o plano medievo, reedificar no antigo risco as egrejas e as casas, a pouco e pouco, e manter aquelle fragmento, desde a Adiça ás Portas da Cruz, e desde as Escolas Geraes até ao Almargem, em toda a sua apparencia velha de cidade primitiva.

---

[1] *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa, em 1852,* pag. 110 e 116. Póde ver-se mais a proposta de outro vereador o sr. Ferreira em 20 de Setembro de 1879, no *Archivo Mun. de Lisboa,* 1879, pag. 514.

Melhorassem-lhe as condições hygienicas, isso sim (mas, desenganemo-nos, nem todas as casas antigas eram immundas; quem peorou Alfama foi o terremoto, e o nosso desleixo); melhorassem a canalisação e estructura da maior parte d'aquellas baiucas, mas não transformando-as em casinholas modernas semsaborissimas, antes metamorphoseando-as em pequenas habitações de antigo e puro estylo joannino ou manuelino. Ha por lá, n'uma ou n'outra rua, alguma coisa que aproveitar: ha a portada de Santo Esp'rito; atraz d'essa ermida, na esquina na rua da Regueira ha uma casa quasi intacta, com lindissimas hombreiras em portas e janellas, um verdadeiro encanto[1]; na rua dos Remedios subindo, á esquerda, ha duas ou tres lindissimas portas do seculo xv; havia na mesma rua, no pequenino largo de D. Rosa, n'uma casa ultimamente renovada, uma porta ogival sobre um becco, á direita.

Não somos já tão ricos como Evora, não, porque os nossos edís não curam d'estas bagatellas; mas deviam curar. Diz-se que todas estas imposições são attentados contra a liberdade! Pelo amor de Deus! isto n'uma terra em que a chamada *liberdade* só serve para pôr mascara nos desmandos da tyrannia e do favoritismo!!

Vejam o que faz Bruxellas, que restaura com carinho de artista as suas velharias municipaes. Vejam o que faz Bruges, onde não ha licença para adulterar o antigo risco dos edificios, e onde a cidade é portanto o mais instructivo e formoso dos museus.

Façamos o mesmo nós outros. Seja Alfama o nosso museu.

Os antigos escriptores dão o bairro da Pampulha como poiso de bruxas e mulheres de adivinhar. Buenos-Ayres é ainda hoje morada predilecta de Inglezes, e diplomatas estrangeiros. Residencia de argentinos e brazileiros é a Avenida da Liberdade e suas immediações. O arruamento pombalino pertence aos banqueiros e logistas. O Mocambo aos varinos. Os sitios da Moiraria aos fadistas de calça de bôca de sino e chapeo de aba direita. S. Vicente é o solar da Nobreza velha legitimista. A Lisboa constitucional expande-se

[1] Já não o é em 1892. Comprou ha pouco essas hombreiras o sr. João Burnay, e levou-as para a sua quinta no Seixal!!

por toda a parte em largas ruas sem caracter (como o nosso tempo). O Bairro alto não gosa de bons creditos, e tem registo policial. Alfama foi outr'ora a colmeia quasi exclusiva dos tripulantes de caravellas e muletas.

Porque não ha de essa mesma Alfama historica vir a ser um dia, com as suas tradições millennares, o arruamento dos estudiosos e antiquarios? Conservemos ali a nobre Lisboa do absolutismo, a forte Lisboa dos navegadores, a Lisboa pittoresca das chronicas, a Lisboa da Fé.

Eu por mim, antiquario inconvertivel, prometto ir para lá installar os meus penates. Digo mais: tenho a certeza de que ha de acompanhar-me toda a Associação Real dos Architectos e Archeologos. Nós lucrâmos, porque o sitio ha de inspirar-nos; e Alfama lucra, porque os Archeologos em geral não são gente ma.

Quem possue um precioso manuscripto truncado, roto, do seculo XIV, com illuminuras em volta das margens, e lettras iniciaes ainda doiradas, não o manda intercalar de paginas em typo Didot, impressas em velino allemão, nem o entremeia de caricaturas de Gavarni, nem o manda encadernar em *chagrin* com doirados em estylo imperio.

Alfama é o nosso manuscripto; não o profanemos.

CAPITULO VII

O chafariz de Dentro.—Prova-se que é o mesmo que o antigo *chafariz dos Cavallos*.—Citações de varios livros.—El-Rei D. João II superintende n'este chafariz.—Considerações descriptivas do sitio.—Apreciação das aguas.

Ao Penabuquel segue-se o largo do chafariz de Dentro.

«Chafariz de Dentro» porquê? é facil a explicação. Á face d'aquelle largo, ao longo da actual rua, seguia a muralha, que, mais ou menos, lá deve vir escondida dentro do grosso d'aquellas casas todas, ao nascente e ao poente do largo. O chafariz ficava da banda interior do muro, e não da exterior como o d'el-Rei, que logo estudaremos. Diz pois muito bem o autor do *Aquilegio medicinal*[1], notando que o chafariz *de Dentro* assim se chama, «por ficar dentro das portas da antiga muralha de Lisboa oriental, que todos os mais ficam da banda de fóra, e tão visinhos uns dos outros, que em pouco differem as suas aguas».

Ora n'esse lanço isolado da muralha abria-se uma porta, composta de dois arcos muito chegados um ao outro, segundo se vê na estampa de Braunio, sob n.° 72, e ahi designada pelo nome de *Porta do chafariz dos cavallos*. Os dois titulos, quanto a mim, assignalam o mesmo chafariz. Provas? ellas aqui vão:

1.ª—Na estampa acabada de citar, essa porta, collocada mesmo em frente do chafariz, o qual lá se vê muito bem com os seus tanques, chama-se, como disse, do chafariz *dos Cavallos*, ficando elle no sitio exacto do nosso chafariz *de Dentro*.

---

[1] Pag. 61.

2.ª—Ha uma carta d'el-Rei D. João II ao Senado da Camara de Lisboa, em 9 de Maio de 1494, datada de Almeirim, em que, insistindo o Soberano para se fazerem certos arranjos, e modificações, no chafariz dos Cavallos, assegura que o sitio não ficará pejado com os novos tanques que elle projecta, para lavagem e aguada, «e fica rrua asaz, e limpa, p.ª seruidam da prosiçam da festa dos pescadores»[1].

Essa procissão era a dos pescadores de Alfama, tão encarecida por Frei Nicolau de Oliveira, procissão que sahia de Santo Esp'rito de Alfama, ermida que, segundo acima notei, lá está no principio da rua dos Remedios, bem proxima ao mesquinho largo onde fica o nosso chafariz *de Dentro*.

3.ª—Quando o autor das *Grandezas de Lisboa* descreve os varios montes da Cidade, diz que o monte de S. Vicente desce «pelo Salvador a baixo, e vae fenecer no chafariz dos Cavallos»; fenece exactamente no chafariz *de Dentro*.

Querem marcação mais clara?

Estabelecido pois que os dois chafarizes são um só, vejamos o por que ao actual chafariz *de Dentro* se chamou *dos Cavallos*.

Responda o insigne Damião de Goes no seu opusculo sobre Lisboa[3]; diz elle:

«Levanta-se uma fonte, ou, mais á propria, um tanque; chamam-lhe *dos Cavallos* porque da bocca de cavallos de bronze é que jorra a agua como ribeiro[4].»

---

[1] *Elementos para a historia do Mun. de Lisboa* pelo snr. Freire de Oliveira, tomo II, pag. 420, citando o livro do provimento de agua, fl. 5, cap. II.

[2] Alem d'este *chafariz dos Cavallos* em Alfama, havia outro, tambem *dos Cavallos*, na rua Nova. D'esse não trato aqui.

[3] *Urbis Olisiponis situs et figura.*

[4] *Fons, aut, ut verius dicam, stagnum, emergit, qui «Equorum» dicitur, propterea quod per ænea statuarum equestrium labra aquam ore affatim vomentium instar fluvioli cursum tenet.*

E os viajantes venezianos Tron e Lippomani dizem em dias d'el-Rei D. Sebastião, seguindo Goes servilmente:

«Para o lado da porta que chamam *da Cruz* ha outra fonte, ou antes lago, que denominam *dos Cavallos*, porque da bocca de alguns cavallos de metal sae tanta agua, que forma uma corrente a modo de ribeiro[1].»

Esses taes cavallos de bronze, que tanto nobilitaram este chafariz (como outros da mesma especie nobilitaram o *chafariz dos Cavallos* da rua Nova), eram antigos. Já el-Rei D. João II, na carta de 1494 a que ainda agora alludi, fala d'elles. Essa carta merece analysada.

Por ella se vê que el-Rei recommendára á Vereação certas obras que julgava uteis no dito chafariz; a Vereação discordou do parecer do Soberano, e respondeu apontando os *inconvenientes* que lhe occorriam; redarguiu elle, que, tendo examinado o assumpto por seus olhos, e com pessoas entendidas, achava que tudo quanto tinha recommendado se podia muito bem fazer, e depois de feito seria obra proveitosa. Queria o Rei que as bicas que então havia, incommodas para o serviço, talvez pela sua altura, se substituissem por outras, onde até mesmo raparigas pequenas podessem sem custo encher os seus cantarinhos; queria, que junto ao tanque maior se fizessem outros dois mais acanhados, que, recebendo a agua das bicas, estivessem sempre cheios, por modo que as bestas podessem beber, e as pessoas que não precisassem a agua muito limpa a podessem rapidamente tirar mergulhando o cantaro, ao passo que os açacaes, ou vendedores ambulantes de agua, a tirariam das bicas para vir mais pura. Ordenava pois o Monarcha em tom peremptorio que se fizesse a obra como estava desenhada, a não ser que a Vereação quizesse seguir o exemplo das anteriores, que (palavras formaes) «como allguem quer fazer allguua bemfeytoria, loguo a embarguauam».

Que a obra se fez, é para mim claro; e o n.º 72 da estampa de Braunio lá nos mostra o tanque grande ao meio, e dois meno-

[1] Herculano—*Opusc.*, tomo VI, pag. 121.

res aos lados, onde de certo eram as bicas, em que a agua se podesse tomar «per moças muy pequenas, muy sem trabalho».

O que é realmente singular, é ver este notavel Rei entretido a regular a altura das bicas de um chafariz!! O dominador da agua salgada... a legislar na agua doce!

E tinha muito que fazer, porque havia por todo o bairro agua basta, «de que toda Alfama é tão abundante»,— conta um autor já citado— «que de maravilha se acha uma casa que não tenha fonte, e se a não tem é por pouca curiosidade do dono d'ella[1]».

Quando o povo começasse a dizer *chafariz de Dentro,* em vez de *chafariz dos Cavallos,* não é facil fixar; essas mudanças vão tão subtis, que não ha modo de achar o ponto de transição.

Dizem *chafariz dos Cavallos* a Estatistica manuscripta da Bibliotheca, o livro de Christovão Rodrigues de Oliveira, etc. Carvalho da Costa em 1712 já diz *chafariz de Dentro;* mas Frei Apollinario da Conceição na *Demonstração historica* em 1750 diz ainda *chafariz dos Cavallos.* e acrescenta esta ressalva entre parenthesis: «ainda que tambem o appellidam *chafariz de Dentro,* talvez pelo differençarem do chafariz dos Cavallos da rua Nova dos Ferros».

Quanto á historia das modificações do edificio do chafariz, sei que por traz d'elle havia uma logea que servia de arca de agua, e pertencia a um André Rodrigues de Beja, a quem a Camara a comprou[2]. Hoje, e desde muito, varios predios particulares formam pano de fundo ao largo, e dominam este importante manancial. Todos aliás semsaborissimos, e sem o minimo caracter artistico.

Junto a este importante chafariz havia um tanque onde se lavava roupa; mandou el-Rei D. Manuel desmanchal-o[3].

---

[1] Frei Nicolau de Oliveira—*Grand. de Lisboa,* trat. v, cap. i, ed. de 1804, pag. 188.

[2] Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. i de provimento de agua, fl. 17 e 26, onde está a sentença de liquidação.

[3] Id., liv. ii d'el-Rei D. Manuel, fl. 40 v., cap. 17.

O chafariz foi reformado em 1622, sendo Presidente do Senado João Furtado de Mendonça, segundo attesta a inscripção que lá se vê ainda, e que diz assim:

ESTE · CHAFARIS · MANDOV · A CA-
MARA · ĐSTA · CIDAĐ · REFORMAR · NO
ANNO Đ · 1622 · SĒĐO PRESIDNTE · DILA
IOĀO · FVRTADO · DE MENDONCA · DO
CONSELHODESVA · MAGESTADE

O QVAL SE REFORMOV COMO
DINHEIRO DO REALDAGVOA

Quem precisar apontamentos descriptivos muito minuciosos do encanamento do chafariz de Dentro, peça-os a Velloso de Andrade, que a fundo examinou o assumpto.

Referindo-se ao mesmo anno de 1622, diz a *Relação*, tantas vezes apontada:

Um chafariz mui famoso,
de aguas mui claras e bellas,
a diante está, que sem falta
leva excesso ás da Beira.

É tão formosa, tão pura,
e de tanta preeminencia,
que, por mais que anda no mar,
corrupção nunca entra n'ella.

Concluirei dizendo que, segundo o sabio Dr. Francisco Tavares, estas aguas teem 76 graus de Farenheit, ou 19½ de Réau-

mur, e são da mesmissima qualidade que as do Chafariz d'el-Rei[1] o que quer dizer que são optimas.

Do chafariz dos Cavallos de Alfama saia agua que ia para a praia, onde a Camara entendeu, e muito bem, estabelecer outro chafariz, de que já ainda agora falei, e a que o povo chamou «da Praia». Deve ter sido feito pelos annos de 1640[2]. No verão de 1850 mandou a Camara construir uma nova bica na parede por traz do dito chafariz da Praia[3].

«O bem nomeado chafariz da Praia — diz o sabio Dr. Francisco Tavares[4] — dá na sua bica 74 graus de Farenheit, 18½ de Réaumur; e, ainda que vulgarmente se acredite ser a agua diversa das outras dos chafarizes já ditos, é todavia da mesma qualidade».

---

[1] *Instrucções e cautelas,* pag. 124.

[2] Diz uma nota no vol. manuscripto da Bibl. Nac. de Lisboa, Indice dos documentos da Camara, o seguinte: *Esta agua é na era de 1644 a que vai ao Chafariz novo junto á praia.* Veja-se no Cart. da Cam. Mun. de Lisboa o liv. 1 do provimento de agua, fl. 42 até 45. O plano de Tinoco em 1650 tambem lhe chama o «Chafariz novo».

[3] *Coll. de provid.* em 1850, pag. 315.

[4] *Instrucções e cautelas,* pag. 125.

CAPITULO VIII

Duas palavras sobre as Alcaçarias, em additamento ao que o auctor já disse n'outra parte.

Queria que descrever aqui as Alcaçarias, se na *Lisboa antiga*[1] não as tivesse já estudado, tão minuciosamente quanto me foi possivel. Só direi que Bluteau é dos que pensam que n'esse sitio houve palacios de Moiros. *Alcaçar* — pondera elle — «é nome moirisco, que vale tanto como castello, ou palacio. D'aqui vem que o logar onde em Lisboa se cortem todo o genero de pelles, se chama *Alcaçarias,* que antigamente eram palacios de Moiros[2]». Conclue-se que em 1712, quando o sabio diccionarista publicava o seu livro, serviam esses sitios, e esse tanque (ainda tão pittoresco ha alguns annos), para curtimento de pelles.

A applicação das aguas thermaes da Ribeira a curtir pelles confirma-se com um documento do anno de 1307 de S. Pedro de Coimbra, d'onde o Frade Viterbo[3] extrahe estas palavras: «Emplazamos huuns pelames, ou alcaçarias, que avemos na dita villa (de Coimbra), na rua que chamam da Ponte»; e confirma-se tambem com a circumstancia de ter havido, e existir ainda, no beco de Alfama, á mão direita de quem sobe, outro beco sem saída denominado *dos Cortumes.*

Certo é, porém, que não só para tal uso se empregaram estas nascentes: tambem serviam, como ha bem pouco, para as lavadeiras de Alfama. Lá diz Duarte Nunes:

---

[1] Parte II, tomo I.
[2] *Vocab.*—verb. *Alcaçar.*
[3] *Elucid.*—verb. *Alcaçarias.*

«Outras aguas ha pelo Reino, sem cheiro de enxofre, e de bom sabor, que teem uma certa quentura mimosa, como é a grande copia da agua, morna ou quasi quente, que em Lisboa sáe em borbotões do chão, onde chamam Alfama, dentro nos muros, que ás mulheres de serviço serve de ensaboarem n'ella sua roupa, por escusarem de aquentar agua, a qual, se se bebesse, parece que faria algum bom effeito[1].»

Tinham varios donos as preciosas nascentes d'esta beira-mar; umas (como o chafariz d'el-Rei, o dos Cavallos, o dos Paus, o da Praia, etc.) eram do Municipio; outras eram de particulares.

N'um antigo documento do Hospital Real de Todos os Santos, visto por mim no cartorio do Hospital de S. José[2], (a já mencionada carta de 19 de Agosto de 1502, em que el-Rei D. Manuel faz donativo de certos chãos na Ribeira ao Hospital), lê-se a menção de um fôro imposto em «metade de um chão em Alfama com metade da agua que ali sáe, do qual é emphytheuta o Conde de Penella».

A diante, n'outro documento que joga com esse, chama-se a essas aguas «as alcaçarias do Conde de Penella».

Não sei quaes são.

No livro 1.º de emprazamentos da Camara Municipal[3] ordena-se que se não afore um lanço do muro da Cidade, que parte com «as alcaçarias das Freiras de Santos».

Finalmente, Jorge de Sousa de Meneses, Trinchante e Védor do Cardeal Infante D. Henrique[4], fazia umas casas ás Alcaçarias, mas foi-lhe embargada a obra pela Commendadeira de Santos (o que mostra que seriam limitrophes essas casas com as alcaçarias do Mosteiro); sendo necessario um alvará d'el-Rei D. Sebastião, de 14 de Maio de 1572, para continuarem as obras[5].

---

[1] *Descr. de Port.*, cap. xii.

[2] Em 27 de Maio de 1885, com o sr. Luiz Carlos Leão Trinité, então archivista do Hospital.

[3] Fl. 3.

[4] Filho de Francisco de Sousa (o Mancias) e de D. Antonia de Meneses.

[5] João Carlos Feo — *Mem. dos Duques*, pag. 306.

CAPITULO IX

A Judiaria.—Esboço historico ácerca dos antigos Judeus em Portugal.—A casa de João Vogado sobre a Judiaria de Alfama.

Falarei agora da Judiaria, que é uma rua que desce do largo de S. Raphael, e finda no arco do Rosario.

Junto a algumas cidades mais importantes tinham nossos maiores as *Judarias,* ou *Judiarias,* e tambem as *Moirarias;* recintos separados, e privativos para habitação dos Judeus e Moiros tolerados. D'esse uso da edade media restam em Lisboa vestigios claros no nome de duas serventias publicas.

A Moiraria (titulo que ainda hoje se conserva na rua que segue desde o arco do Marquez de Alegrete, antiga porta de S. Vicente, até á rua dos Cavalleiros) ficava no exterior da muralha d'el-Rei D. Fernando; e assim succedia ás outras moirarias do Reino: eram fóra das fortificações.

A Judiaria (nome que ainda se mantém na rua que estamos estudando, junto ao terreiro do Trigo) ficava por ultimo dentro de outro lanço da referida muralha; e o mesmo succedia a outras judiarias do Reino: eram dentro da area delimitada pelos muros.

Da Moiraria já tratei largamente na *Lisboa antiga;* restrinjâmonos á Judiaria de Lisboa.

Não foi sempre no mesmo logar. Antes do tempo d'el-Rei D. Diniz, era o arruamento dos Judeus no sitio suburbano da «Pedreira», extra-muros, entre o que veiu a ser o Carmo, e o que veiu a ser a Trindade. Ahi estiveram arruadas as familias judias.

Por qualquer motivo que se ignora, foram transferidas para outro sitio; e achando-se liberto d'ellas aquelle risonho cabeço, foi

pelo dito Rei doado em senhorio, no 1.º de Fevereiro de 1317 (era 1355), ao Genovez Micer Manuel Peçanha. N'essa doação diz o doador: «Dou e dôo a vós pera todo sempre em Lisboa o meu logar da Pedreira per aquell lugar per onde foi deuisado pera os Judeus, com casas e com terras, etc.[1]»

Isto é: doou o logar da Pedreira até ao limite que tinha sido concedido aos Judeus.

Expulsos d'ahi para outra parte, iriam logo para o sitio onde esteve a antiga freguezia da Conceição, *(esnoga grande)* e seus arredores mais proximos? É provavel. Depois, com a transformação d'este ultimo sitio, calculo eu que parte da população judaica entrou para dentro de Alfama, n'umas viellas contiguas com a praia, e por isso é que no seculo xv havia esta *Judiaria* junto a S. Pedro de Alfama, mencionada n'um privilegio de 1457 passado por D. Affonso V ao seu Escrivão da fazenda João Vogado.

Sobre os Judeus em Portugal pesou quasi sempre, com raros intervallos, toda a deshumana e silvestre logica da intolerancia.

Seria longo, e muito desagradavel, recordar as cruezas de que foram victimas esses pobres foragidos, estranhos nas proprias terras que os viam nascer, e expiando crimes phantasticos, que a imaginação popular lhes assacava com ferina perversidade. É um sudario de lagrimas e sangue essa pagina da nossa Historia.

Certamente; mas isso tudo, longe de ser exclusivo nosso, era imitação apenas do que lá fóra se dava tambem. Os povos christãos malhavam no Judeu como n'uma bigorna. É correr as chronicas. O que fizeram el-Rei D. Fernando em Castella, e D. Manuel em Portugal, no fim do seculo xv, perpetrára-o, já no seculo vii, o Rei Dagoberto em França. Depois veiu Carlos Magno, e pensou de modo diametralmente opposto: mas Carlos Magno era um genio. Quem diria que o reinado do bom S. Luiz fosse para a raça hebrêa

[1] *Mon. Lusit.*, tomo vi, pag. 240 e seg.

o verdadeiro inferno? Não valeram as celestes branduras do Real filho de Branca de Castella, para precaver os Judeus das mais atrozes perseguições, e dos vexames mais crueis; a ponto, que a Santa Sé, sempre paternal, teve de intervir.

Em Portugal foi o mesmo.

Por um lado, o astucioso talento dos argentarios israelitas, a sua sagacidade natural, a sua indole soffredora, e a finura com que sabiam adaptar-se (na apparencia) ao mando dos Christãos, menos illustrados, e muito supersticiosos, tinham conquistado a alguns Judeus logar conspicuo na sociedade portugueza. Desde o fundador da Monarchia, até ao «Venturoso», apparecem junto aos grandes, e no estrado dos proprios Monarchas, os Judeus occupando cargos de astrólogos, physicos, thesoireiros, secretarios, ou agentes, providos sem differenças muito sensiveis nos officios civis e politicos; e tinham conseguido tanta influencia, que o facto deu nas vistas do Santo Padre Nicolau IV; a sua Bulla de 7 de Março de 1288 exprobra a el-Rei D. Diniz as suas longanimidades; reprehende-lhe o preferir para os empregos os Judeus aos Christãos, contra o estatuto dos Concilios, e das Leis de Affonso III, e o não obrigar os Judeus a trazerem signaes distinctivos, nem a pagar as suas decimas[1].

Houvesse, ou não, uma vez ou outra, certo relaxamento nas severidades, o que me parece innegavel é, que a maioria da raça proscripta vergou em Portugal, longos lapsos de tempo, sob o peso de uma hostilidade medonha, em nome da represalia religiosa. (O fanatismo conseguiu reunir estas duas palavras inconciliaveis: represalias religiosas!)

De mais a mais eram invejadissimos. Sabiam agenciar e juntar muito dinheiro; juntavam-n-o; imperdoavel crime. Em 1383, por exemplo, quiz a plebe amotinada assaltar e roubar a Judiaria de Lisboa por causa dos Judeus muito opulentos que lá moravam. Conta-o Fernão Lopes[2].

---

[1] *Quadro elementar*, tomo IX, pag. 250.
[2] *Chron. de D. João I*, cap. XV.

Sequestrados nas Judiarias, cerradas com cadeias á hora do *sino de colhêr*, tributados desproporcionalmente, desirmanados dos Portuguezes perante a Lei e os costumes, açoitados em pelourinho á mais leve reincidencia, vexava-os, ainda por cima, a obrigação opprobriosa de usarem no trajo signaes distinctivos, que os extremassem do resto do Povo: já *uma estrella de pano vermelho, de seis pernas, de grandura de quatro dedos*, cosida no hombro direito, tanto no pellote como na propria capa, segundo o alvará de 7 de Fevereiro de 1537; já *carapuça, ou chapéu amarello*, sob pena de confiscação de bens, segundo a Ordenação filippina[1].

Ora esses signaes parece que iam muito insensivelmente caíndo em desuso, perante o protesto tacito do bom senso geral; baixaram por isso frequentes ordens avivando as Leis, ao longo dos successivos reinados, desde D. Affonso IV até D. João III e D. Filippe.

Não sei ao certo quando a morada dos Judeus começasse a fixar-se á beira do Tejo, antes da doação da Pedreira ao Peçanha. O que hoje chamâmos officialmente «Rua da Judiaria» deve ser apenas uma pequenissima parte do recinto concedido a essa raça.

«Depois de correr o sino da oração — explica Herculano — isto é, depois das Ave-Marias, era defezo aos Judeus andarem fóra das communas (ou Judiarias). Nenhuma Christan podia ir á Judiaria senão a comprar alguma coisa, e acompanhada por dois homens christãos, se fosse casada, e por um se fosse viuva ou solteira; e isto com pena de morte.» A mesma pena se impunha ao Judeu, que em sua casa recolhesse qualquer mulher christan[2].

Pagavam os Judeus ao fisco varios tributos, é claro, com que julgavam comprar a sua immunidade, perturbada sob o minimo pretexto. *Juderégas* se chamavam essas extorsões não disfarçadas

---

[1] Livro v, tit. 94.

[2] Herculano — *Panorama*, tomo I, pag. 20.

da rapina legal; trinta dinheiros symbolicos extorquiam os Governos, por cabeça, aos que se lhes figuravam conniventes (por attavismo) na morte do HOMEM-DEUS em Jerusalem!!

«..... os trinta
dinheiros por que Deus fôra vendido.»

Com a accumulação d'essas denominadas *siças judengas*, perfaziam os exactores grosso cabedal, attento o avultado numero dos expoliados; por fórma que o Mestre de Aviz, mãos largas, como sempre foi, para o homem de ferro a quem devia o throno, doou, por carta de 20 de Agosto de 1385, ao Condestavel D. Nuno, alem de muitas terras de juro e herdade, «o serviço Real dos Judeus da Cidade de Lisboa e seu termo»[1].

Esses rendimentos, transferiu-os o Condestavel a seu neto primogenito D. Affonso, Conde de Ourem, em carta de 4 de Abril de 1422 (era de 1460)[2]. Ainda em 6 de Agosto de 1462 os possuia o Duque de Bragança D. Fernando I, e n'essa data os compromettia para pagamento de certas clausulas do dote de sua filha D. Brites, quando a mesma senhora casou com D. Pedro de Meneses, Conde de Villa-Real[3].

Chegaram esses rendimentos a ser usufruidos ainda pelo Duque D. Jayme.

Ia a fenecer o seculo XV, e tramava-se nos conselhos d'el-Rei D. Manuel um acto, que á nossa luz parece o cumulo da perversidade. Digo «á nossa luz», porque a imparcialidade exige que se não attribua sómente á malvadez de homens que não eram malvados o que algumas, ou muitas, causas occultas deviam ter, se não justificado, ao menos explicado.

---

[1] *Hist. Gen.*, Prov., tomo III, pag. 516.
[2] *Id. ibid.*, tomo IV, pag. 22.
[3] *Id. ibid.*, tomo III, pag. 581.

Fosse, ou não fosse, pressão exercida no animo do Rei pelo exemplo de Castella; fosse, ou não fosse, tão perigosa como se julgava a influencia surda dos Judeus na crença e nos costumes dos Christãos; entrasse, ou não, como preço no ajuste da expulsão o sorriso da formosissima Viuva do Principe Affonso; o certo é que em Dezembro de 1496 se assentou «que os Judeus se fossem do regno com suas mulheres, e filhos, e bens», e os Moiros pelo mesmo modo (palavras de Damião de Goes)[1].

Filinto Elysio traduzindo ao douto Osorio, expõe na sua castigada e opulenta linguagem os pormenores d'essa cruel perseguição. É de todo o ponto horrivel.

Expulsos os Judeus, por uma violencia cuja execução é das coisas mais brutaes e hediondas que se teem perpetrado no mundo, ficaram os Duques de Bragança esbulhados de direitos e rendimentos antigos, como senhores que deixavam de ser dos redditos da Judiaria de Lisboa. Pediu o Duque D. Jayme a el-Rei compensação de tal perda; e em carta de 2 de Agosto de 1499 lhe concedeu o senhor D. Manuel, que do 1.º de Janeiro d'esse anno em diante possuisse a Casa ducal a dizima dos pescados, que até então se cobravam por conta Real na portagem[2].

Ora acontecia uma coisa: o povo não esperava que os officiaes do Duque fossem primeiro arrecadar a decima parte da pescaria, a cada barcaça que ia chegando. «O povo?» não digo bem; eram os compradores do proprio Rei, e os da Rainha Isabel, e os da Rainha Leonor, e os da Infanta-Mãe, e os de muitos grandes. Todos esses compradores (que não eram freguezes de meia duzia de carapaus) invadiam os barcos, e compravam em primeira mão. O que succedia? ficar a Casa de Bragança lezadissima nos seus direitos, porque o dizimo diminuia consideravelmente; e não só a Casa, mas o Fisco, visto diminuirem tambem, por consequencia, as sizas d'esse dizimo. D'ahi luctas, disputações, alvorotos, arruidos, a que era mister obviar. Vieram as cartas regias de 11 de Dezembro de

[1] *Chron. de D. Manuel*, parte I, cap. XVIII.

[2] *Hist. Gen.*, Prov., tomo IV, pag. 25, 26 e 27.

1500 e 4 de Dezembro de 1504, pôr cobro aos abusos, e legalisar a percepção dos rendimentos do Duque[1].

Desde 1496, como acima vimos, ficou pois deserta a Judiaria *de Alfama*, assim chamada d'antes, e que era na velha Lisboa o que em Roma, desde os dias do Santo Padre Paulo IV, era o *Ghetto*, em Veneza a *Giudecca*, e em França as *Juiveries*.

Essa *Judiaria de Alfama*, em contraposição com a *grande*, é ainda agora uma travessa mesquinha, que sobe da Ribeira, isto é, dá actual rua do Terreiro do Trigo (o antigo campo da Lan) para o largo de S. Raphael.

Sobre a rua do Terreiro emboca a Judiaria n'um arco, chamado do Rosario por causa de uma ermida (hoje profanada), que ahi campeia sobre o dito arco.

No tempo de Frei Apollinario da Conceição, o consciencioso e miudo auctor da *Demonstração historica*, tinha este arco, diz elle, «a formalidade das portas mais antigas da Cidade»; mas não se faz menção d'elle na estampa de Jorge Braunio.

Pondera o mesmo auctor, e muito bem, que o nome do arco seria talvez o *da Judiaria*, e que, não sabendo que nome lhe

[1] *Hist. Gen.*, Prov, tomo IV, pag. 26 e 27. Na Carta de 1500 lê-se que, tendo o Duque D. Jayme representado a el-Rei «que na sua renda do pescado d'esta cidade de Lisboa elle recebia perda, e na recadação d'ella se não guardava a seus officiaes o que se devia, por nosso comprador, e assi da Rainha minha sobre todas muito amada e presada mulher, e da Rainha minha senhora irman, e da Infante minha senhora madre, e dos outros grandes e fidalgos, entrarem nas barcas dos pescadores, e antes do pescado que n'elles vem ser dizimado, e recadado o direito d'elle, elles tomarem o que lhes bem vem, para si e para quem lhes apraz, e o levarem sem seus officiaes e rendeiros recadarem seus direitos, nem lhe quererem dizer de que pessoas o compraram para d'elles se recadar, no que elle de sua renda perde muito, e nós isso mesmo somos desservido pelo que toca á arrecadação da nossa siza que dos taes pescados para nós se ha-de recadar, e alem d'isto pelas semelhantes entradas dos ditos compradores nas ditas barcas se recrescerem arruidos, e alvoroços, e voltas, de que se segue nosso desserviço ..... etc., ... el-Rei prohibe esses abusos.

desse, lhe poz o de *porta do Rosario* «por ter (são as expressões d'elle em 1750) uma capella de Nossa Senhora com a invocação do Rosario, estabelecida sobre arcos, por debaixo dos quaes, e da porta a cuja parede está unida, tem a sua serventia[1].

Creio que Frei Apollinario tem toda a rasão; esse pobre arco do Rosario, deve ser a antiga porta da Judiaria de Alfama, assim denominada n'um documento[2], um dos postigos, que, segundo a tendencia já acima indicada, se foram abrindo na cerca.

O aspecto da frontaria da ermida é segundo a moda do seculo XVIII. A porta, pintada de vermelho, e desprovida das antigas escadas em Setembro de 1836, por ordem de uma das Municipalidades mais destruidoras que tivemos, attendendo «ao pejamento que faziam no caminho»[3], a pobre porta ainda teima em permanecer no seu posto, mas por assim dizer, suspensa no ar. Protesto mudo sim, mas eloquente.

Em 22 de Julho de 1862 participou o Ministerio da Fazenda á Camara, que em portaria da mesma data se ordenava ao Delegado do Thesoiro entregasse á mesma Camara a referida ermida, a fim de se proceder sem demora á sua demolição. A repartição technica do Municipio fez o orçamento, mas não se chegou a demolir o templosinho[4]. Dia virá!

Tem esta vetusta rua da Judiaria uma feição pronunciadamente archaica; e o seu principal brasão é a altissima muralha de cantaria de uma casa grande á esquerda de quem sobe, casa cuja frente dá sobre a rua de S. João da Praça, e que julgo ser a de João Vogado, Escrivão da fazenda d'el-Rei D. Affonso V. Em 1457 concedia esse Rei privilegio a João Vogado para a edificação de um predio no terreno que ia «da porta da Barreira até á torre de S. Pedro, que é (diz o documento com muita exacção) sobre a Judiaria de Alfama[5]».

---

[1] *Demonstr. hist.*, pag. 206.
[2] Cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, liv. III de emprazamentos, fl. 66.
[3] *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa*, em 1836, pag. 16.
[4] *Arch. Mun. de Lisboa*, 1862, n.º 136, pag. 1081.
[5] *Mon. Lusit.*, tomo VI, pag. 17.

Porta da Barreira seria nome mais antigo d'esta porta. A torre de S. Pedro defendia a porta *de Alfama* (chamada *de S. Pedro* depois da edificação da velha igreja parochial), e pertencia á cerca primitiva das muralhas de *Aschbouna*, a moirisca. D'esta face posterior do alto edificio da casa de João Vogado (a ser esse o nome do antigo dono), flanqueada de gigante coroado de varanda com cachorros, como as bésteiras das torres militares, devia gosar-se esplendidissima vista do Tejo. O edificador escolheu bem.

De todo o buliçoso ir e vir da Judiaria, das opulencias que certamente a coimaram, nada resta; e quem, entrando pelo arco do Rosario, se encaminha para a antiga torre de S. Pedro, só vê umas pobres casas, e atravessarem a rua gatos esfaimados, sabidos companheiros do proletario lisboeta.

A sombra de João Vogado, essa mesma já desamparou o sitio. Não o desampararam as recordações. Uma parte d'ellas enfeixei n'este capitulo, como importantes feições do modo de ser da sociedade antiga.

CAPITULO X

Trata-se de apresentar com a possivel minudencia uma monographia do celeberrimo *chafariz d'el-Rei*.—Discussões e documentos.

Junto ao arco do Rosario, acabado de descrever no capitulo precedente, encontrâmos um recanto, formado exactamente pelo angulo da cerca d'el-Rei D. Fernando incidindo sobre a antiga muralha moira; e a poucos passos da esquina um dos mais celebres chafarizes de Lisboa, o chamado *d'el-Rei*. Estudemol-o; e já d'aqui previno os meus leitores, e sobretudo as minhas leitoras, de que vale bem a pena: conforme o velho Luiz Marinho de Azevedo, tinham estas lymphas tepidas a propriedade de tornarem bonitas e coradas as mulheres[1]. Ora n'uma terra como Lisboa, um chafariz assim, o que não faria das formosuras! Por essa prenda devemos pois profundo agradecimento ás aguas,

..... onde as Naiádes escondidas
na fonte.....

(como dizia Camões) operavam tão engenhosas metamorphoses.

«Muito temos trabalhado —escrevia em 1851 José Sergio Velloso de Andrade— para descobrir a antiguidade d'este chafariz; e a

[1] *Livro da fundação de Lisboa*, cap. XXXVIII (1.ª edição, pag. 80).

epoca mais remota que encontrámos foram duas cartas regias datadas de Alemquer aos 16 de Setembro de 1487[1].»

Pois referida a mais de um seculo antes, achei eu menção do chafariz (e até mesmo com o seu proprio nome actual) n'uma chronica velha. Falando no assedio de Lisboa por D. Henrique de Castella em 1373, diz Fernão Lopes que era tanta a sêde na Cidade, que «secavom da augua o chafariz delRei, que he huuma muj gramde e muj fremosa fomte, abastada de gramde avondança daugua, que continuamente corre[2]».

E ainda parece remontar mais alto este manancial. O que Velloso de Andrade não tinha conseguido saber em 1851, quando publicava o seu bello livro, tinha-o já alcançado em 1861, graças ás suas perseverantes pesquizas.

Diz elle:

«Consta da *Memoria para a historia das inquirições de D. Affonso II*, documento 2.°, pagina 14, que em 1220 havia um chafariz denominado «de S. João»; e porque já n'aquelle tempo havia a freguezia de S. João da Praça, e não ha noticia de outra da mesma invocação, suppõe-se que d'ella tomaria o nome como mais visinho[3].»

O documento a que ahi se reporta Velloso de Andrade não tem infelizmente data; mas o sabio João Pedro Ribeiro, mestre e um dos dignos precursores de Herculano, conjectura que deve pertencer ao tempo d'el-Rei D. Affonso II, isto é, foi escripto entre os annos 1211 e 1223. É um codice, que Ribeiro insere entre os documentos annexos ás suas *Memorias para a historia das inquirições dos primeiros reinados;* por essa inquirição se prova que os Freires de Santiago pagavam um tanto por umas figueiras que possuiam junto ao então chamado *chafariz de S. João;* diz assim o texto «unum ficulneum circa achafarizem Sancti Johanis».

Figura-se-me muito bem achado isso. S. João-da-Praça-dos-canos já ali existia, ao tempo em que, segundo parece, ainda se não

---

[1] *Mem. sobre chafarizes,* pag. 105, nota n.° 13.

[2] *Chron. d'el-Rei D. Fernando,* cap. LXXX, in fine.

[3] *Arch. Mun. de Lisboa,* 1861, n.° 70 pag. 560; o signatario do artigo é José Sergio Velloso de Andrade.

edificára S. Pedro de Alfama; era S. João a egreja mais proxima pela encosta acima; muito verosimil é que desse o nome ao chafariz. «Chafariz de S. João»; adopto a conjectura.

Quando começasse a denominar-se *d'el-Rei,* e porquê, não sei eu; mas sempre deixarei aqui uma supposição.

El-Rei D. Diniz fabricou uma fonte em Lisboa; por signal, que por carta sua isentou os Ecclesiasticos de contribuirem para ella[1]. Que fonte seria?

Não affirmo que se trate d'esta «de S. João», obra mais ou menos completa, mais ou menos luxuosa, mais ou menos reclamada pela população, e mais ou menos digna do autor; mas quem sabe? é bem possivel.

Onde chegava a mão d'este Rei chegava o beneficio, e o esplendor; era amigo do bom, e amigo do bello. Com quantos melhoramentos não dotou elle Lisboa e o Reino?! Faz um claustro em Alcobaça, e tão notavel, que se lhe dá por distinctivo o nome do fundador; é o claustro de D. Diniz. Reforma um paço em Lisboa; mas por tal arte o amplia e enfeita, que muitos o dão por seu primeiro constructor; é o paço da Alcáçova. Dedica a S. Diniz o mosteiro de Odivellas; e tão opulento e vasto lhe sáe, que lhe chamam por antonomasia *o mosteiro grande.* Funda, entre muitas outras, uma nobre villa no Arcebispado de Braga, e o povo em memoria d'elle chama-a *Villa Real.* Rompe uma bella arteria no bairro extramuros mais populoso de Lisboa, parallela ao Tejo, e tão larga, tão formosa, e tão abastecida, que o publico lhe chama por excellencia *rua Nova d'el-Rei.*

Que muito é pois que os Lisbonenses, vendo este Soberano, tão grande e tão liberal, dotar Lisboa com uma fonte de bellas aguas, primorosa na architectura, e digna d'elle, a appellidassem tambem chafariz *d'el-Rei?* Que muito é que esse titulo nobilitasse um tal melhoramento da antiga Cidade, uma fonte da qual todos os escriptores falam com encarecimentos, desde Fernão Lopes, para quem essas bicas á beira mar, correndo entre marmores embrin-

[1] *Mon. Lusit.,* tomo VI, pag. 142.

cados de laçaria, eram já no seculo XIV uma *mui grande e mui fermosa fonte?!* (Ainda assim dêmos o desconto ás nossas costumadas exagerações peninsulares. Estão no sangue.)

Os dois mais antigos documentos relativos ao chafariz, e conservados no riquissimo cartorio do Municipio, são, como acima indiquei pela bocca de Velloso de Andrade, as duas cartas regias de 16 de Setembro de 1487. Falemos d'ellas.

Na primeira manda el-Rei D. Affonso V fazer um encanamento desde o chafariz até á muralha do mar para os barcos encostados a essa muralha poderem commodamente fornecer-se de agua; obra orçada em 12:000 reaes.

Como essa obra era de reconhecida utilidade para os maritimos, participava na outra carta o Soberano ao Corregedor de Lisboa, que estavam dadas ordens para que os mestres de todos os navios surtos no porto dessem um dia de serviço em carrear a pedra e a cal necessarias; e se algum quizesse eximir-se, seria constrangido pelo mesmo Corregedor[1].

Por outra carta regia, tambem datada de Almeirim a 2 de Maio de 1494, mandou el-Rei D. João II se não continuassem as experiencias para fazer subir mais a agua d'este chafariz. Não sei a que experiencias hydraulicas se referia o Rei.

Junto ao chafariz, pela banda de dentro do muro, havia varios confinantes, cujos nomes chegaram até ao presente seculo; era um d'elles Lopo de Albuquerque. Vendo que o encanamento corria a descoberto, e por isso criava muitos limos, e apanhava muita poeira, offereceu ao Senado, em 1517, fazer á sua custa, atravez da sua propriedade, um revestimento de madeira e telha, com a

[1] Cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, liv. II do provimento de agua, fl. 2; 3; 4.

condição de ser embolsado da despeza, se se reconhecesse vantajosa a obra; e a não ser isso, nada receberia. Foi approvado esse bizarro contrato por carta regia de 21 de Dezembro do dito anno[1].

Ainda do reinado do senhor D. Manuel ha outro documento, ordenando se trate de evitar toda a immundicie, que, das janellas sobranceiras ás aguas, possa por qualquer fórma damnifical-as[2].

Ficavam as casas de Lopo de Albuquerque mesmo a cavalleiro do chafariz, encostadas á fortificação «exactamente no mesmo logar onde hoje corre a linha das bicas» (palavras de Velloso de Andrade). Contratou a Camara, por seu procurador João Fogaça, comprar as ditas casas por 2 contos de réis, recebendo Lopo desde logo 120$000 réis; mas a escriptura não consta se lavrasse. Falleceu o vendedor; a Camara arrependeu-se. Correndo o anno de 1541, apparece o Licenciado Filippe Luiz, Procurador da Cidade, oppondo embargos ao final pagamento, e adduzindo ter havido *lesão enorme* n'essa venda, pelos motivos seguintes:

1.º —terem as casas um fôro de 128o reaes ao Armazem;

2.º—não ter precedido á venda o consentimento dos officiaes.

3.º—não ser essa propriedade necessaria á Camara;

4.º—estar acantoada n'um beco sem entrada de rua direita, e em sitio onde nem sequer uma besta carregada podia penetrar;

5.º—ser muito mal repartida, com os quartos uns por cima dos outros;

6.º —só ter vista da Ribeira e do mar;

7.º—não valer sequer 600$000 réis;

8.º—ser muito velha.

Em vista de todos estes argumentos, alguns muito especiosos e *rabulisticos* (me parece, com perdão do Licenciado), pedia elle uma de duas coisas:

1.ª—ou que a Cidade fosse desonerada da compra;

2.ª —ou que se procedesse a nova avaliação.

---

[1] Cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, liv. IV d'el-Rei D. Manuel, fl. 100; outra carta a fl. 105; outra a fl. 122.

[2] *Id.*, liv. II d'el-Rei D. Manuel, fl. 40.

Dando-se vista d'estes embargos aos herdeiros de Lopo de Albuquerque, representados por seu *neto* Manuel de Albuquerque[1], com procuração bastante da *Senhora sua may*, que devia ser Leanor Perestrello, replicaram elles como segue:

1.º—quanto a *lesão enorme*, já a Cidade anteriormente a allegára, sendo recusada como improcedente tal qualificação em superiores tribunaes, segundo constava dos autos; logo, a nova allegação era nulla;

2.º—que, desde o contrato de compra celebrado pela Camara, tinham decorrido muito mais de quatro annos;

3.º—que era esta Cidade uma das principaes da Christandade, e muito nobre, e de tanta renda, que não podia nem devia regatear quantias tão modicas como a ajustada;

4.º—que do chafariz d'el-Rei se abastecia toda Lisboa, não havendo, por assim dizer, outra agua; e que, sendo as casas da contenda collocadas por cima do dito chafariz, mesmo sobre a arca da agua, o proprietario d'ellas ficava *ipso facto* senhor do chafariz, podendo, a seu talante, elle e seus servos, lançar immundicies e até veneno nas aguas; eventualidade que ao Senado muito convinha prevenir e impedir, comprando aquelle predio;

5.º—que não só o preço ajustado não era demasiadamente grande, mas, até sendo maior, traria muita vantagem á povoação;

6.º—que, ao realisar a compra, já a Camara sabia muito bem que existia o fôro ao Armazem, e, sabendo-o, como sabia, conviera, em dar a Lopo de Albuquerque os 5 mil cruzados contestados agora;

7.º—que não se mandára tomar por força (ou expropriar, diriamos hoje) a dita casa ao mesmo Lopo, porque a fidalgos velhos e honrados, como elle, não era uso do Reino tomar o seu por força, senão muito por sua vontade; que essa compra da Camara fôra de mutuo accordo;

8.º—que por consequencia, os embargos adduzidos não tinham logar, e eram nullos, segundo *purrica voz*.

---

[1] Velloso de Andrade diz *seu filho*; não será engano?

A isto tudo oppoz a Cidade uma *repricação*, á qual os reos oppozeram a sua *treprícação;* até que em 16 de Janeiro de 1542 baixou a sentença final.

Ordenava a sentença á Camara pagasse aos reos 1 conto de réis em vez dos 2 ajustados; e ordenava aos reos largassem a casa por esse preço.

Recebeu Manuel de Albuquerque os 880$000 réis que ainda faltavam, e em 30 de Junho ia por ultimo tomar posse do predio, em nome do Municipio, um certo Antão de Aguiar, Procurador da Cidade, a qual posse lhe foi solemnemente dada por Francisco Lopes, Escrivão das malfeitorias e execuções[1].

Temos pois a Cidade senhora do predio de Lopo.

Não consta se logo, se pouco depois, aforou-o a um tal Simão Dias; não sei quem era, mas breve hei de occupar-me d'elle.

Passados oito annos, houve nova mutação n'estes sitios.

Defronte, ou *junto*, dos pardieiros que tinham pertencido aos Albuquerques, morava em casas suas Diogo da Silva, casado com D. Anna de Vilhena. Ha um microbio que atormenta os proprietarios: é o do arredondamento; todos os senhores de terras querem arredondar; estão no seu pleno direito. Lançou Diogo da Silva os olhos aos pardieiros da questão, e considerou, que, sendo de outrem, poderiam incommodal-o, e devassar lhe a sua casa, assim como outro terreno contiguo, onde elle projectava edificar. Já á cautella tinha obtido um alvará regio, dirigido á Vereação transacta, prohibindo lhe o aforamento dos pardieiros a outrem que não fosse elle Diogo; era chegada a occasião, e requereu á Camara o respectivo emprazamento. Em sessão de 15 de Julho de 1550 a Camara, com beneplacito do mencionado Simão Dias, transferiu d'elle para Diogo da Silva o fôro annual de 100 réis, que recebia em dia de S. João, com laudemio de quarentena, incumbindo ao novo em-

[1] Veja-se Velloso de Andrade—*Mem. sobre chafarizes*, d'onde extrahi o que ahi fica, salva a redacção.

phiteuta a obrigação de mandar pôr sobre a sua porta «hua nave de pedra, que he devisa da cidade[1]». palavras formaes.

Resta-me notar uma coisa interessante:

Junto á parede occidental do chafariz que analysâmos, ha uma antiga porta, por baixo do palacio que foi dos Condes de Villa Flor, Duques da Terceira. Chamava-se postigo do chafariz d'el-Rei; d'ahi subia uma escura viella, que ainda lá está, e que a poucos passos se bifurca: para a esquerda é o beco das Moscas (hoje travessa de S. João da Praça); para a direita o beco da Silva (hoje travessa da Silva).

Querem ver que este beco *da Silva* se refere, sem tirar nem pôr, ao proprietario mencionado, marido de D. Anna de Vilhena? é certo que havia ali o beco, ou rua, *de Diogo da Silva*, segundo diz Christovam Rodrigues de Oliveira, que põe tal nome entre a rua da Porta de Alfama, e a do Chafariz d'el-Rei. Está-se pois a perceber que o povo, tendo esquecido esse Diogo, entrou a dizer, para abreviar, beco *do Silva*, e depois, sem saber porquê, *da Silva*. Firmemente o creio; ahi fica pois mais uma interpretação bem verosimil para as vetustas nomenclaturas da Cidade.

Continuemos.

Com a affluencia de povoleo ao chafariz, n'uma Cidade como esta, sequiosa sempre, mal abastecida de aguas, n'um clima ardente como o nosso, e em frente de um porto coalhado de navios á aguada, não admira que se tornasse aquelle sitio da Ribeira lisbonense um pandemonium de toda a sorte de rixas. Eram seis as bicas, e innumeraveis os pretendentes; talvez ainda mais numerosos que hoje os candidatos a qualquer vaga nas varias phalan-

[1] Documento original que pertence ao sr. Gabriel de Almeida Santos, o qual teve a bondade de me facultar uma copia exactissima.

ges da *burocracia*. Todos queriam ser os primeiros que enchessem os cantaros, as quartas, as pipas, e cada qual reclamava em altos brados, e á viva força, os seus sagrados direitos de açacal preterido. Lisboa tinha pouquissimas fontes de agua potavel; tres, apenas, enumera certo estrangeiro, ainda no seculo XVIII[1]; os burricos aguadeiros que percorriam as ruas, não chegavam para as encommendas. Não sei se n'esse trafego andavam tambem bois, como na India; «bois de carga — diz João de Barros — «que serviam de açacaes de acarretar agua[2]»; e as preciosas gravuras do livro de Linschotten retratam peregrinamente esses açacaes bovinos.

No grande trafego da venda da agua em volta do faladissimo chafariz, havia concorrencia mal regulamentada. D'ahi, brigas e serias desavenças em todo aquelle arredor. Brigas por agua pura! que seria se d'aquellas bicas escorresse vinho, como da pipa diabolica da taberna de Auerbach no *Fausto* de Goethe!

Interveiu a governança da Cidade, e em 1551 publicou uma postura regulando o assumpto.

Alem de tudo mais, havia negros, moiros, e até brancos, que iam encher com antecedencia, e depois, ali mesmo, vendiam a quem chegava a sua mercadoria em monopolio; d'ahi, ferimentos e mortes. Como obstava a postura municipal a tamanhos desmandos? ordenava que na 1.ª bica, do lado do poente, só podessem encher pretos forros e captivos, mulatos, indios, e outros captivos do sexo masculino; na 2.ª, moiros das galés; e tomada nos barris a sua aguada, retirariam, podendo esta bica ser occupada pelos da 1.ª; na 3.ª e 4.ª encheriam homens e moços brancos; na 5.ª mulheres pretas, mulatas, indias forras, e captivas; na 6.ª emfim, a ultima para a banda de Alfama, mulheres e moças brancas de serviço.

Se alguem desobedecesse, pagaria (sendo branco) 2$000 réis de multa, e iria tres dias para a cadeia; e os negros captivos, sem distincção de sexo, seriam logo açoitados publicamente com baraço e pregão de roda do chafariz.

---

[1] O autor do livro *Description de la ville de Lisbonne*, 1730, pag. 43.

[2] *Asia*, Dec. II, liv. II, cap. IX.

Esse espectaculo repugnante de castigos corporaes impostos em primeira instancia, e sem appellação, por auctoridades boçaes de ultima cathegoria, havia de dar-se muitissimas vezes, com incommodo e protesto dos transeuntes, attendendo ao grande povoléo africano (e asiatico) da velha Lisboa[1].

Mas não eram estas as unicas desavenças a que deu causa este caudal historico; não eram só com os captivos as guerras do Senado; foram tambem com os visinhos, e muito demoradas.

Possuia certo Luiz de Carvalho umas casas pegadas, e n'ellas um poço, que veiu a dar ao dono agua pela barba. Averiguou-se, que em se esgotando o poço com mais persistencia, ia-se pela-agua-a-baixo a farturajdo chafariz d'el-Rei. Não digo que forcejasse Luiz de Carvalho levar agua ao seu moinho em deterimento do povo; não quero assacar-lhe consciencia salobra, de umas que em tudo costumam levar agua no bico; certamente não; o homem estava no seu direito, e podia gastar do poço sem dizer «Agua vai». A Camara não o entendeu assim; e como não era de aguas mornas, ordenou ao visinho, por alvará de 11 de Março de 1598, entupisse o seu manancial. Carvalho entrou aos cachões, como agua a ferver, e recusou obedecer á intimação. Seguiu-se longa demanda; e por mais agua benta que os lettrados aspergissem, claro está, como agua do rio, que fez agua e sossobrou o baixel do teimoso proprietario de agua doce. Agua molle em pedra dura, tanto dá até que a fura. A Camara, lavando-se em agua de rosas, tomou a si o poço, e depositou 750$000 réis, que em 26 de Agosto de 1614 veiu a receber

[1] As praças das nossas conquistas mandavam para Lisboa muita gente. No processo de um Antonio de Gouvêa e Sousa para Familiar do Santo Officio (Torre do Tombo, M. 12, n.º 470) apparece o requerimento do habilitando, em que este, citando seu avô materno Luiz de Andrade, natural de Ceuta, diz, para o facto da inquirição de testemunhas, que *em Lisboa se acharão muitos naturaes*. Refere-se esta asserção ao anno de 1666.

D. Brites de Ayalla, herdeira do desapossado, dizendo talvez comsigo: «Contra agua e vento não ha remos[1]».

Por outro alvará tambem de 1598, tomou o Senado posse da agua de outro poço proximo, sito nas casas de Francisco de Sousa junto ao chafariz, e encanou para este a dita agua[2]. Esse visinho era Francisco de Sousa de Meneses, Copeiro mór de D. Filippe I desde 1583, e filho de Jorge de Sousa de Meneses, a quem me referi n'um capitulo supra, ao falar das Alcaçarias. São ambos ascendentes do illustre Duque da Terceira, senhor do enorme predio limitrophe com este chafariz. Seria esse predio o mesmo que Jorge começou em tempo d'el-Rei D. Sebastião, e que a Commendadeira de Santos D. Helena de Lencastre lhe embargou? é mais que provavel[3].

Em certo quintal muito proximo, pertencente a um Diogo de Gouvêa e Miranda, vicejava uma figueira, que, segundo parece, damnificava com as raizes o encanamento publico. Foi mandada arrancar por ordem do Senado. Irritou-se o proprietario, e querelou até ao Desembargo do Paço, allegando não sei bem o quê[4].

Certamente perdeu.

Com toda esta chronica brilhante, era o chafariz d'el-Rei o caudal mais famigerado de toda Lisboa. Na sua rapida descripção da Capital, pintura que lembra muito as perspectivas de *paizes*, que formam fundo aos quadros da escola gothica, traz Jorge Ferreira de Vasconcellos na *Tavola redonda* um debuxo muito engraçado d'este illustre chafariz. Oiçam:

«....Na parte mais acomodada da cidade nace huma perenal fonte de grossa enchente afora outras; a mais estranha em calidade que se vio, porque em verão e em inverno sempre está quente,

[1] Vellioso de Andrade—loc. cit.

[2] Cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, liv. 1 do provimento de agua, fl. 54.

[3] Ácerca d'esses fidalgos consulte-se o livro *Memorias dos Duques* por Feo, pag. 306 e 307.

[4] Cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, liv. 1 do provimento de agua, fl. 209.

sinal da calidade[1] dos naturaes, em que Amor sobre todas as nações reyna, com muyta rezão, por serem as molheres desta terra de tam estremada fermosura, grave e aprazivel asseo, policia, e riqueza em seus atavios, que se vantajam a todas as doutra nação, sem lhes fazer injuria[2].»

Da estructura do chafariz no seculo XVI pouco posso escrever. Nos dias de D. João III diz Goes:

«Entre os chafarizes de Lisboa ha um, a que chamam d'el-Rei, peregrinamente construido com columnas e abobadas de marmore, e cuja agua jorra em grande abundancia por seis bicas[3].»

Quanto ao numero das bicas, que já eram seis, como vimos, em 1551, ordenou o senhor D. Sebastião á Camara o accrescentasse[4]; mas nada se fez.

Em 1584 diz o Padre Duarte de Sande:

«É (o mencionado chafariz) de boa construcção, e todo de pedra marmore. De uma nascente proxima recebe as aguas, que n'aquella Cidade são abundantissimas, e as lança por boccas muito espaçosas e bem trabalhadas, sendo tal a concorrencia de servos e creados que a vão buscar, que até pela noite adiante ali estão em carreira esperando a sua vez[5].»

Finalmente em 1622 canta o poeta da preciosa *Relação* descriptiva tantas vezes citada:

> Logo a mui pouca distancia (da Ribeira)
> grandemente nos recreia
> esse Chafariz d'el-Rei
> com tantas boccas abertas;

---

1 Aqui não significa *qualidade*.

2 *Memorial das proezas dos cav. da Tav. red.*, cap. XLVII.

3 *Eorum* (fontium) *unum «Regium» nominant, marmoreis columnis ac fornicibus eximie constructum, sexque fistulis tanta aquæ copia perfluentem, ut...* etc. *(Urbis Olisiponis situs et figura).*

4 Cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, liv. 1 d'el-Rei D. Sebastião, fl. 126, n.º 3.

5 *Lisboa em 1584 — Archivo Pitt.*, tomo VI, pag. 85.

onde negros aguadeiros,
tantos negros, tantas negras,
gallegos, cabras, ratinhos,
a quarta de agua sustenta.

N'uma das casas limitrophes com o chafariz, ao lado, ou para traz, viveu Pedro Barbosa de Luna, que foi pae do Secretario de Estado, de tristissima memoria, Miguel de Vasconcellos. Comprou o fôro do seu chão, segundo consta de documento[1].

O filho não era bom, mas o pae era ainda peor. Foi Juiz prevaricador e até esteve por isso prezo vinte e dois annos, condemnado a despir a becca, pena infamante que se não chegou, comtudo, a realisar. Uma noite, recolhendo-se a casa Pedro Barbosa, talvez pelo beco do Silva, foi morto traiçoeiramente de uma estocada; eram, por signal, 23 de Outubro de 1621[2].

Se interpreto bem umas palavras de D. Antonio Caetano de Sousa, essas casas de Pedro Barbosa ficaram pertencendo ao famoso Secretario, e ahi morava seu irmão Luiz de Mello, Deão da Sé de Braga, e membro do Conselho Geral do Santo Officio. O predio pertencia em 1740 á Casa de Angeja[3], que n'esses sitios possuia varios chãos.

Se quizermos tomar muito á risca umas palavras de D. Francisco Manuel nos seus engraçados e portuguezissimos *Apologos*,

[1] Cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, liv. 1 do provimento de agua, fl. 210.

[2] Barbosa Machado — *Biblioth. Lusit.*, tomo III, pag. 563.

[3] Formaes palavras: «Tinha Miguel de Vasconcellos em Lisboa a seu irmão Luiz de Mello, Deão de Braga, e do conselho geral do Santo Officio, tão malquisto, que o povo o buscou nas casas, em que morava, que erão de seu irmão, (são as do Marquez de Angeja), e com hum motim as destruirão, com tanta colera, que arrancarão janellas, grades, e tudo arrazarão; o Deão se tinha acolhido a Santo Eloy». *Hist. Gen.*, tomo VII, pag. 87.

dialogaes[1], algum tempo esteve impedido, ou sequestrado ao uso publico, o chafariz d'el Rei. Falando d'elle, diz a Fonte do Terreiro do Paço para a do Rocio:

«Ó senhora Tia, sentae-vos para aqui, que muitas vezes me lembra ouvir falar em vós a meu Pae, que Deus Haja, o senhor Dom Chafariz d'el-Rei.»

«Que Deus Haja», note-se.

E logo:

«Deus lhe perdòe, que tantos annos serviu a esta Cidade, com tão ruim galardão, que jamais lhe acudiram com um ladrilho velho.»

Quem podér, commente e explique essas asserções.

Eu só lembrarei que póde D. Francisco Manuel referir-se a alguma obra na canalisação, que, por muito demorada, motivasse os faceis epigrammas do publico; e aproximarei que tambem em 1699 se perturbou a agua do chafariz com barro, terra, e caliça, o que a tornou incapaz, e obrigou a Camara a emprehender trabalho aturado lá dentro, na antiga canalisação e arcas de agua[2].

Um seculo depois que o immortal folhetinista da Torre Velha escrevia aquellas suas paginas de tão elegante satyra, achava-se o chafariz muito trabalhado dos annos; a ponto, que na manhan de segunda feira de entrudo de 1744 desabaram do frontispicio algumas lageas, que maltrataram pessoas que tomavam agua nas *seis* bicas que ainda então havia (apesar da antiga ordem, que citei, d'el-Rei D. Sebastião), e mataram nada menos que dezoito freguezes de agua.

Refez-se então a obra, toda de cantaria, «e tão magnifica como régia»—diz Frei Apollinario; completou-se se em 1747[3].

Já o Dr. Tavares menciona as «nove copiosas bicas,» das quaes as sete que estão para Oeste fazem, segundo esse sabio, subir o

---

[1] *Visita das fontes.*

[2] Velloso de Andrade—loc. cit.

[3] *Demonstr. hist.*, pag. 186.

thermometro de Farenheit a 79 graus. e o de Réaumur a 21, e as duas ultimas da banda de Leste dão 80 de Farenheit, e 21½ de Réaumur; o que parece indicar origem diversa nos nascentes[1].

Provavelmente padeceu alguma coisa o chafariz em 1755; não sei quando se começou a concertar: sei que em 1836 se trabalhava no acabamento do frontispicio, e que, depois de se gastar mais de 1 conto de réis foi embargada a obra em 1838 pela Marqueza de Chaves, D. Francisca Telles da Silva, já então viuva. Essa senhora, da Casa de Alegrete, herdára de sua prima a Marqueza de Angeja D. Maria do Carmo de Noronha os vinculos de Villa-Verde, e outros, nos quaes veiu a succeder seu sobrinho o Conde de Peniche. Por essa linha é que a sr.ª Marqueza de Chaves mantinha o que julgava direitos seus na posse de terrenos contiguos ao chafariz.

Dizia que era seu o terreno por cima das bicas, o mesmo terreno (incerteza das coisas humanas!) que o Senado pagára por 1 conto de réis, segundo se viu, em 1542. Ignoro os motivos em que se baseava a pretenção; sei que em 1859 se tratava com o dito Conde de Peniche (depois Marquez de Angeja) ácerca da conclusão dos trabalhos; e em 13 de Outubro eram approvadas pela Camara as condições do accordo com o referido Conde[2].

Com effeito, logo em Novembro seguinte eram assentes todos os paineis e vergas, e algumas pilastras, e uma parte da cimalha[3], e em 18 de Março de 1861 concluia-se a obra toda com a collocação dos vasos ornamentaes e pyramides da platibanda[4].

Se, depois de tão enfadonhas pesquizas, os leitores ainda desejam mais esclarecimentos, recommendo-lhes o *Archivo Pittoresco*, tomo IV, pag. 177.

Eu por mim, dou-me por saturado de agua. *Sat prata biberunt.*

---

1 *Instrucções e cautelas*, pag. 124.

2 *Annaes do Mun. de Lisboa*, 1859, n.º 55, pag. 450.

3 *Id.*, n.º 61, pag. 504.

4 *Archivo Mun. de Lisboa*, 1861, n.º 70, pag. 560.

CAPITULO XI

A casa do Duque da Terceira.—Quem a edificou.—O arco de Jesus.—Palacio dos Condes de Cocalim.—Versos do Pinto renascido.—Conjecturas ácerca da morada do joven Mestre de Aviz D. João.—Palacio dos Atouguias Corrêas, senhores de Beilas.—Palacio dos Condes de Portalegre.—Versos de Thomaz Pinto Brandão.—Aperfeiçoamentos do sitio.

Nega com o chafariz sobre o arco antigamente chamado postigo do chafariz d'el-Rei, o palacio que pertenceu aos Condes de Villa-Flor. Já o mencionei, e conjecturo ter sido edificado, ou começado, por Jorge de Sousa de Meneses em dias do senhor D. Sebastião.

Aqui nasceu o muito illustre Duque da Terceira, 6.º Conde de Villa-Flor, em 18 de Março de 1792, e aqui morreu em 26 de Abril de 1860. Depois vendeu-se este predio historico ao Visconde da Abrigada, José Maria Carnillo de Mendonça, que o reconstruiu em Agosto de 1866[1]; mas reconstruiu-o por fórma, que teve a habilidade de lhe tirar com aquelles garridos azulejos, e aquellas platibandas de barro pintado, a apparencia antiga e fidalga, reduzindo-o a um enorme predio burguez. Por dentro, tambem me affirmam perdeu a casa o primitivo cunho.

Houve d'antes (e foram demolidas não sei quando) ao longo da sobreloja do palacio, para a banda do mar, as chamadas «varandas do Conde de Villa-Flor», que eram uma especie de terraço estreito, como outros que ainda ha nos predios ao arco de Jesus, pouco adiante, e que dão nome á conhecida *Hospedaria das Varandas*.

[1] *Arch. Mun. de Lisboa*, 1866, n.º 348, pag. 2809.

A entrada principal do palacio é pelo antigo beco das Moscas, ou da Mosca, hoje desde o edital de 10 de Janeiro de 1888, chrismado em travessa de S. João da Praça (não se sabe bem porquê).

Ha de um lanço para outro do palacio, sobre o beco das Moscas, um passadiço; creio que é já antigo; pelo menos, é certo que Jorge de Sousa lá construiu um; e por signal, el-Rei escreveu á Camara ordenando-lhe que o não estorvasse[1].

Poucas braças a Oeste d'este velho solar dos Sousas e Meneses, vemos os restos de outro nobilissimo palacio, que vai deter-nos alguns instantes a estudal-o; é o que fica pegado, pela sua esquina occidental, ao chamado arco de Jesus, ou porta-do-mar-a-S. João.

É preciso não confundir este *arco de Jesus,* da freguezia de S. João da Praça, (já assim chamado no tempo de João Baptista de Castro, o que mostra estar já então ahi a Imagem de Jesus) com outro *arco de Jesus,* junto a S. Nicolau[2].

Era este arco da freguezia de S. João uma das portas abertas na cerca velha de Lisboa, e tinha em 1750, segundo diz Frei Apollinario da Conceição, a nobilitação de uma Imagem do Deus-Menino collocada em cima da abobada. Por esta porta enfia uma travessa que vai desembocar defronte da parede lateral de S. João da Praça. Aqui havia d'antes um Oratorio, que tomava por cima o vão da travessa, e onde se venerava um painel de Santo Antonio[3].

O palacio a que me referi era o dos Condes de Coculim, cujo brasão de armas, as faxas dos Mascarenhas, orna ainda a esquina do edificio. Pelas mostras, deveu ser uma casa bellissima; só restam as lojas, poucas janellas de sacada no primeiro andar, e um enorme portão, no mais arrogante estylo do seculo XVII. O terre-

[1] Cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, liv. III de emprazamentos, fl. 142.

[2] Alem do Padre João Baptista de Castro, que tambem cita este segundo arco, achei na *Gazeta de Lisboa,* n.º 7, de 15 de Fevereiro de 1746, um annuncio em que elle vem mencionado.

[3] *Demonstr. hist.,* pag. 185.

moto aluiu todo o resto. E não foi só o terremoto que investiu com esta casa em 1755; já em 19 de Novembro de 1724 um medonho vendaval, depois de desmuronar o fronteiro caes de Santarem, arrojou muita agua do Tejo, e pedras da muralha, ate dentro da habitação dos Condes de Coculim[1].

Os estragos causados por esse temporal foram muitos, e alguns mais hei de mencionar no correr d'este livro. Aqui citarei o soneto que ao mesmo meteóro dedicou Thomaz Pinto Brandão no seu *Pinto renascido;* eil-o:

A UM QUASI DILUVIO,
QUE HOUVE EM LISBOA A 19 DE NOVEMBRO,
EM QUE SE PERDERAM TOTALMENTE QUARENTA
NAVIOS NO TEJO,
E NAUFRAGARAM TODAS AS EMBARCAÇÕES QUE N'ELLE
SE ACHAVAM, COM MUITA RUINA; TINHA HAVIDO
POUCOS DIAS ANTES
UM TERREMOTO.

SONETO

Homem fiel Christão, pio e devoto,
que dizes a tão rapido portento?
Viste na tua vida tanto vento?
leste no teu moral caso tão roto?

Os furacões que vês, de Leste e Noto,
avisos são para maior lamento!
hontem, um terremoto tão violento;
hoje, tão furibundo um ventimoto.

Ó tu, baixel humano, que imprudente
ao mar te mettes, da ambição levado,
á vista do espectaculo presente,

não te queixes se fores, derrotado,
dar á costa no Fogo eternamente,
pois de Agua, Terra, e Ar, foste avisado.

[1] *Gabinete Historico,* tomo VII, pag. 177.

Não sei explicar o como este palacio, que é hoje da Casa de Fronteira, representante dos mencionados Condes, pertencesse aos antigos Condes de Linhares (Noronhas); é certo que estes Noronhas tinham residencia á Ribeira; e Frei Apollinario, sempre tão minucioso, diz-nos que a tal «grande e antiga porta», tinha sido (segundo lhe affirmavam a elle) «a principal das casas do Conde de Linhares». Este portão era, certamente por concessão dos proprietarios, uma das serventias entre a Ribeira e S. João da Praça, indicada no mappa de Braunio como «postigo do Conde de Linhares[1]». Hoje o portão é uma grande loja de ferro dos snrs. Sommer, e a passagem para cima acha-se vedada ao publico. Lembra-me a passagem desde o Chão da feira para a rua dos Cegos atravez do pateo de D. Fradique, tornada publica por voluntaria e graciosa concessão da Casa de Belmonte, dona do palacio do pateo, concessão que os proprietarios poderiam revogar apenas o quizessem.

Agora uma bem interessante observação:

Tanto o autor da *Estatistica* manuscripta da Bibliotheca Nacional, como Christovam Rodrigues de Oliveira, e Carvalho da Costa, nos apontam na parochia de S. João da Praça a «Rua do Conde de Linhares», que os dois ultimos assim designam: o 1.º: «a qual se chamou Paços do Mestre, e depois Curradouro»; e o 2.º: «que antigamente se chamou Paços do Mestre, e depois se chamou o Surradouro».

«Paços do Mestre?» que Mestre?

Paços do Mestre, sem mais indicação topographica, diz muita vez nas suas chronicas Fernão Lopes, referindo-se sempre á habitação de D. João Mestre de Aviz. Aproximando essas circumstancias, quero ver na casa do Conde de Coculim, com saida para a *praça* de S. João, ou largo de S. João-da-Praça, (antiquissima *praça dos Canos*), a morada de Lourenço Martins, por isso deno-

[1] *Demonstr. hist.*, pag. 185.

minado *da Praça*, aio e educador do joven filho d'el-Rei D. Pedro. «Lourenço Martins da praça, — diz Fernão Lopes — um dos honrados cidadãos d'essa cidade (Lisboa), que morava junto com a egreja cathedral, hu chamam *a praça dos escanos*» (dos canos)[1].

É bem verosimil que, habitando, como habitava, o Real bastardo na poisada de Lourenço Martins, essa poisada viesse a chamar-se, no dizer do vulgo, «Paços do Mestre».

Em 1627 ainda se chamava este predio «as Casas do Conde de Linhares, junto ao Arco de Jesus»; e ahi morava um tal Antonio Fernandes, mercador de madeiras[2]. O primeiro Conde de Coculim filho do primeiro Marquez de Fronteira, e segundo Conde da Torre, foi D. Francisco Mascarenhas, nascido em 1662, e fallecido em 1685; esta ultima denominação deve pois ter começado no terceiro quartel do seculo XVII.

Para corroborar toda a plausivel conjectura que ahi deixei, isto é, para ligar com uma valente cinta de ferro esses paragraphos ultimos, seria necessario:

1.º — demonstrar que Lourenço Martins era ascendente da Casa dos Condes de Linhares (Noronhas);

2.º — na falta d'esse parentesco, achar prova da compra que os ascendentes d'esta Casa fizessem aos descendentes de Lourenço Martins, do palacio que nos occupa;

3.º — achar linha genealogica por onde a Casa dos Mascarenhas se entroncasse na dos Noronhas-Linhares;

4.º — na falta d'esse parentesco, prova de terem aquelles comprado o palacio a estes.

Infelizmente nada achei, por mais que procurei. Ficam pois as minhas conjecturas esperando provas concludentes, para passarem á consistencia de certeza.

Logo a diante do arco de Jesus encontra-se na porta n.º 17 uma estreita escada publica, por onde se sobe a coberto até ao

[1] *Chron. d'el-Rei D. Pedro*, cap. 1, in fine.

[2] Torre do Tombo — Familiares, M. 4, n.º 169.

pateo (hoje antes largo) do Marquez de Lavradio. N'esse largo, atravessado ao Norte pela rua que vai das Cruzes da Sé para S. João da Praça, ha o resto de um nobre palacio, que eu ainda conheci maior, e que revela grande destroço em 1755; é o dos Duques de Aveiro, que primeiro foi dos Marquezes de Gouvêa, e Condes de Portalegre, e que, depois da extincção da Casa de Aveiro, entrou por herança na do Lavradio[1].

Esta propriedade, que deitava para a Ribeira, pegava pelo Nascente com a dos Atouguias Corrêas, senhores de Bellas, casa onde se estabeleceram as mercearias d'el-Rei D. Affonso IV e da Rainha D. Brites. Já tratei largamente esse interessante ponto no meu livro *Lisboa antiga* (peço desculpa de me citar tanta vez, mas não ha remedio). Por signal, que a torre, ou talha-mar, que ali se via no campo das Cebolas, tão nobre, e tão triste, e tão inoffensiva, e tão carregada de tradições, entendeu a aliás illustradissima Camara dever demolil-a, como demoliu no outomno de 1887. Em Novembro passando por ahi, só lhe vi o logar. O brasão de armas foi para o Museu do Carmo; o leão do timbre encarrapitou-o o engenhoso proprietario no cucuruto do seu predio. Assim se honram e immortalisam as nossas Vereações. Só temos que louvar.

Já alguem me objectou (e eu estimei a objecção):

—Que teem com essas demolições as Camaras? esses lanços de muralha pertencem a taes ou taes proprietarios, que estão no seu plenissimo direito demolindo se lhes apraz.

Respondi:

—Acima do interesse individual está o interesse publico. O proprietario pode ter certo empenho em demolir um antigo bastião, para o substituir por um prediosinho de azulejo do largo do Intendente; mas é não menos certo, que acima d'essa veleidade está o

[1] O 1.º Marquez de Gouvêa foi em 1625 o 6.º Conde de Portalegre D. Manrique da Silva.—*Hist. Gen.*, tomo x, pag. 141.

interesse geral. Ora o interesse geral manda que se conservem e se respeitem as memorias velhas, que são os brasões da Cidade; e as muralhas de Lisboa são das mais importantes entre essas memorias. Logo, escondel-as ou apeal-as é lesar o Bello, é lesar a Historia, é lesar as tradições de nossos maiores, é defraudar o publico de um espectaculo solemne que lhe fala em coisas serias, e é roubar a esse publico os seus mais sagrados direitos em nome do utilitarismo mais vil.

Os Codigos asseguram á propriedade artistica os seus foros indisputaveis. Eu não sou senhor de comprar um quadro ou uma estatua de mestre para queimar o quadro e britar a estatua. Assim tambem, nenhum merceeiro rico deve ter o direito de comprar os poucos paredões historicos que nos restam, para dar a si mesmo o gosto de os ver em terra.

Os Governos illustrados arrolam e zelam os chamados monumentos nacionaes. Nós já cá temos um simulacro d'esse arrolamento. Incluâmos na lista os truncados lanços das muralhas velhas de Lisboa, e dêem as auctoridades força a quem os quizer defender.

Conclusão:

Por esses desacatos, que dia a dia se perpetram na grande area da Capital, accuso em primeira mão as Vereações, que todos os dias dão pernicioso exemplo, demolindo a eito, e obliterando memorias.

O vestigio mais antigo que existe do palacio do Conde de Portalegre é a doação, conservada no cartorio do Municipio, de um chão na praia da Cidade, junto do postigo do Furadouro, ao dito Conde, para elle ahi fazer as suas casas; n'esse contrato era imposta ao edificador uma condição: que construiria o seu predio sobre arcos, para ficar a serventia d'elles ao povo[1]. O palacio fez-se, e o *Summario* de Christovam Rodrigues de Oliveira menciona uma rua e uma travessa, ambas denominadas do Conde de Por-

[1] *Livro dos pregos*, no Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, fl. 327.

talegre. Edificado em parte sobre a muralha, dominava muito proximo o Tejo e a praia, e encavalgava sobre um dos muitos bastiões, que fortaleciam a antiga cerca moirisca, de que tratei n'outro livro. Andando Luiz Marinho de Azevedo á caça de inscripções, diz isto a respeito de não sei já que lapide romana:

«Tambem em um baluarte sobre que se edificaram as casas do Conde de Portalegre, da banda do mar, está uma pedra, etc., etc.»

Hoje, nem vestigios sequer! nem do baluarte, nem da lapide!

Agora uma nota litteraria, a illustrar o texto demasiado technico.

Habitava ali, em tempo d'el-Rei D. João V, D. Martinho Mascarenhas, 3.º Marquez de Gouvêa e 6.º Conde de Sandomil, Mordomo-mór, etc., filho do 5.º Conde de Santa Cruz, e herdeiro no Marquezado de um tio, o 2.º Marquez. Aperfeiçoou o palacio de seus maiores, e fez-lhe entre outras obras um novo portal, que se viu, segundo parece, muito admirado e commentado. Foi a obra elogiada pelo poeta Thomaz Pinto Brandão, e por esse elogio lhe prometteu lisonjeado o Marquez uma capa nova; ao que o poeta respondeu com esta decima, que vem no *Pinto renascido*[1]:

Como todo Portugal
o vosso portal foi ver,
eu, senhor meu, lá fui ter,
porque o não tinha por tal.
Gracas ao louvor tal qual,
que lhe dei com pouco alinho!
porque isso me abriu caminho
a tirar-vos, de cortez,
o chapeo como a «Marquez»,
e a capa como a «Martinho».

Falleceu o Marquez D. Martinho em Março de 1723; a ser pois, como é possivel, o portal que ainda lá está de pé o que elle edifi-

[1] Pag. 458.

cou, deve attribuir-se-lhe como data o primeiro ou segundo decennio do seculo XVIII. A verdade, porém, sabe-a o portal.

Com as ruinas do terremoto alterou-se completamente a feição do sitio. Quem passava por ahi (pelo lado de cima) ha uns vinte annos, via ruinas, e um pateo escuso e atravancado, chamado «do Monteiro». Parece que no fim do seculo passado isso pertencia, de propriedade ou por aforamento, a um tal Capitão Antonio José de Sousa, que em 1799, precedendo licença da Rainha a senhora D. Maria I, de 7 de Março, o cedeu á Cidade. Foi só a Vereação de 1867 que pensou em terraplanar e limpar o sitio, fazendo ahi um largo. Como porem esse largo se tornava inutil, ou quasi, para as tanoarias estabelecidas na carcassa do palacio, e para o transito de quem vinha das Cruzes da Sé ou de S. João da Praça, era necessario desafrontar-lhe uma passagem para o campo das Cebolas na Ribeira Velha. Expropriaram-se pois por 330$000 réis umas barracas que havia ao fim do largo, proximo á linha da antiga muralha, pertencentes a Francisco Diniz; a licença da Camara Municipal é de 5 de Agosto de 1867[1]; a demolição realisou-se em Novembro[2].

Essa passagem, pelas escadinhas n.º 17 acima mencionadas, e denominadas «Escadinhas do Marquez de Lavradio», não creio se achasse inutilisada de todo, visto que no plano grande de 1807 ellas apparecem muito claras; calculo que pela agglomeração de casinholas lá em cima no pateo, ou largo[3], o transito se tinha tornado tão difficil, que motivou a mencionada expropriação.

Se os antigos Marquezes de Gouvêa resuscitassem, não reconheceriam o sitio.

[1] *Arch. Mun. de Lisboa*, 1867, n.º 398, pag. 3220.

[2] *Id.*, n.º 414, pag. 3347.

[3] Pergunta Velloso no seu optimo Roteiro: «Umas vezes é largo, outras pateo; em que ficamos?» E tem rasão.

CAPITULO XII

Algumas palavras fugitivas acerca da casa dos Bicos.—Motivo por que o autor não emprehende o estudo d'este edificio notavel.

Como nos antecedentes capitulos se acaba de ver, muitas casas historicas se foram arrumando á muralha da Ribeira de Lisboa, graças á latitude das concessões Reaes. Foi moda edificar por ahi; todos desejavam esse logar desafogado e alegre á beira-Tejo.

Acabamos de ver o palacio dos Telles de Mello, o dos Sousas de Meneses, o dos Condes de Coculim, o dos Corrêas senhores de Belfas, o dos Mascarenhas; mencionarei mais Branca Gonçalves, a quem el-Rei D. Affonso V permittiu construisse um alpendre em certo predio que ella edificava na Ribeira[1]; o Conde de Penella, que, tendo visto embargada pela Camara uma obra que trazia na mesma Ribeira, obteve d'el-Rei D. Manuel a necessaria licença para a concluir[2]; e ha outros, que seria ocioso enumerar.

E não só a Nobreza: a propria lavadeira do Rei D. Manuel (Maria Rangel se chamava ella) apeteceu tomar de aforamento ao Municipio umas casas defronte da praça do peixe; e o Soberano ordenou á Vereação lh'o concedesse[3].

De todas as casas da Ribeira, nenhuma porém mais celebre, nem sequer tão celebre, como a «dos Bicos», de que falarei agora; essa até entrou nos proloquios populares.

---

1 Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. II d'el-Rei D. Affonso V, fl. 57.
2 *Id.*, liv. II d'el-Rei D. Manuel, fl. 100.
3 *Id.*, liv. IX de emprazamentos, fl. 47.

Quanto ao feitio extravagante da frontaria, ouriçada de bicos, ou antes de pyramides de quatro faces, essa singularidade deu motivo á lenda dos diamantes, quando é bem certo que, se chamavam ao predio «casa dos diamantes», é por assim designarem os mestres canteiros aquelle lavrado da cantaria. Ainda hoje em Ferrara ha um palacio, construido pelo artista Biagio Rossetti para Sigismundo d'Este, e acabado em 1567, todo revestido de pedras faceadas, que lhe dão o nome, por que é conhecido, de «palacio dos diamantes[1]». Possuem os Duques do Infantado em Guadalaxara, se não mente uma estampa que vi, uma vetusta residencia, cuja parede tem bicos como a nossa casa *dos Bicos*, com a differença de que os de cá são unidos uns aos outros, e os de lá são salpicados a espaços na parede. Por tudo isto se vê que não era unica tal maneira de adornar a frontaria de uma habitação de luxo, e que o architecto, ao delinear este ninho á beira-rio, quiz repetir aqui o que a pericia de outros architectos já empregava lá fora.

Acho engraçado aproximar que Jorge Ferreira, ao descrever o castello da sua *Laodicéa*, o apresenta coberto «de pedras todas lavradas em triangulo, e assentadas com estremado artificio[2]».

Esta nossa lenda dos *diamantes* nas pedras da casa dos-Bicos, e dos lavrados do cunhal-das-Bolas a figurar *pomos de oiro*, tem, me parece, seus ressaibos dos contos orientaes, tão vulgarisados entre os Mouros peninsulares e os d'alem-mar. A cidade de Tanger, por exemplo, não diziam ter tido em seu principio as muralhas de metal fino, e os telhados de oiro e prata[3]? E que significava isso? uma allegoria ás opulencias d'aquelles contornos.

Em pleno seculo xvii chamava se a casa dos Bicos *casa dos Diamantes*, e morava ahi, certamente de aluguer, o 6.º Conde de Odemira, D. Sancho de Noronha, raça quasi regia. Era homem da maior auctoridade e representação na Côrte, casado com D. Juliana de Lara, filha do Duque de Villa Real. Foi Mordomo-mór da Rainha D. Luisa, e falleceu em 12 de Dezembro de 1641.

---

1 Communicação do snr. José Ramos Coelho.

2 *Memorial das proezas dos cavall. da Tav. red.*, cap. xxxi.

3 Damião de Goes—*Chron. do Princ. D. João*, cap. xxx.

As suas ultimas semanas de vida foram-lhe cruelissimamente amarguradas por uma triste pendencia, em que elle não tinha rasão, com a Camara de Lisboa, por causa de uma cocheira mandada edificar na praia da Ribeira, defronte do predio em que habitava. Essas dissidencias, tão desagradaveis, constam dos documentos authenticos conservados no cartorio do Municipio; deram (está-se a ver) momentos de amargas indecisões ao Soberano; era o primeiro que reconhecia a justiça da Camara, mas doia-lhe de veras ser desagradavel ao pobre velho, a quem um despacho justiceiro magoava e rasgava as carnes. N'esse honrado despacho vê-se a justiça e a bondade innata d'el-Rei D. João IV (embora muitos nol-o queiram representar como um egoista sem alma): dá toda a rasão á Camara, mas tempera a crueza das palavras com a lenidade das concessões temporarias ao Conde.

Dizem assim as palavras do Rei, traçadas em Alcantara a 29 de Outubro de 1641:

«A Camara procedeu n'este negocio justificadamente; assim o declaro; e por fazer mercê ao Conde, encommendo á Camara que lhe permitta reedificar a cocheira, e usar d'ella em quanto pousar nas casas dos Diamantes, comtanto que, se mudar de vivenda, se derribe a cocheira, sem esperar outra ordem minha[1].»

Parece que a entrada nobre e principal da casa seria pela banda da terra, sobre a rua que hoje se chama, desde 14 de Fevereiro de 1882, de *Affonso de Albuquerque*, que antes se chamava *do Almargem*, antes d'isso, no seculo XVI, de *Affonso de Albuquerque*, segundo Christovam Rodrigues de Oliveira, e anteriormente ainda, tambem segundo esse escriptor, *rua dos Arcos*. Ainda lá se vê um portal nobre, onde campeou (mas isso não é já do nosso tempo) o brasão de armas dos Albuquerques: quinas e flores de lis.

Ás portas do Mar, junto á casa dos Bicos, começou uma vez, em 1578, no verão, já depois da saida d'el-Rei D. Sebastião para

[1] *Elementos* do snr. Freire de Oliveira, tomo IV, pag. 447 e seg.

Africa, uma grande briga entre gente do Duque de Bragança e uma companhia de Castelhanos, que ficara em Lisboa para receber soldo. Rixas velhas. O Capitão dos Castelhanos, homem valoroso mas muito prudente, tratou de recolher os seus soldados, o mais á pressa que poude, nas chamadas varandas do paço da Ribeira; e vendo crescer a mais de duzentos o numero dos soldados do Duque, tratou de saír logo, em pessoa, interpondo-se valentemente áquellas furias, e chegou a pôr-se de joelhos, bradando:

—Matae-me a mim, mas poupae os meus!

De nada valeu este acto de ousadia: o Capitão foi apedrejado e espancado, assim como foram arcabuzados todos os Castelhanos que appareciam. N'esta confusão, que certamente já amotinava o bairro, teve o Capitão maneira de ir ter com o Duque a toda a pressa, pedindo-lhe por mercê fizesse aquietar aquelles seus turbulentos. A plebe entrou a vosear contra o Duque; e a mais teria subido o desmando geral, se as Justiças Reaes não interviessem com toda a energia, prendendo os cabeças de motim.

Todas estas scenas, resultado da effervescencia em que se achava a Cidade e o Reino, se deram, pois, ali, entre a nossa casa dos Bicos e o terreiro do Paço[1]. Se as paredes falassem!

Em 1594 existia por este sitio, tambem *á porta do Mar*, a estalagem «da Nogueira», que ali tinha já doze annos, pelo menos, de existencia. A dona chamava-se Antonia Nogueira. Frequentava esta pousada gente de toda a ordem. Em Outubro do dito anno lá estava de hospede um Cavalleiro do Habito de Christo, João Barbosa de Almeida, do Conselho de Portugal em Madrid, o Padre Francisco Annes Trancoso, da Alhandra, e varios mais.

Ao-pé d'esta estalagem havia outra de uma Isabel Pires; tambem «dava pousada e cama a homens». A parte alta era mistica

[1] Herculano—*Opusc.*, tomo VI, pag. 103. É um manuscripto coevo, encontrado na Bibl. Nac., quem conta este e outros casos curiosissimos.

(apenas separada por uma parede de taipa que não chegava ao tecto) com as casas do Dr. Lançada, junto á Sé. Esta estalagem era muito menos afamada que a da Nogueira. Isabel Pires tinha uma sobrinha, do mesmo nome, que vendia castanhas na Ribeira, abaixo da Sé, junto á porta do Mar.

São tudo feições authenticas e pittorescas para a historia complexa dos costumes da velha Lisboa[1].

Basta, e passemos a diante.

Segundo se percebe em algumas vistas antigas, teve este palacio feição muito diversa de hoje, e era muito mais elevado, tendo agora lojas e um andar apenas. Nas lojas tem seis portas de irregular feitio; no andar, separado da parte inferior por um cordão de silharia, tem cinco janellas, não menos irregulares.

Em 1606 morava aqui, com sua mulher Leonor de Almeida, um tal Antonio Carvalho *vinhateiro,* termo que tenho achado em documentos velhos applicado a varios moradores de Lisboa, e que traduzo por proprietario vinícola, lavrador de vinhas, ou talvez negociante de vinhos[2].

A casa dos Bicos, como muito illustre e famigerada, merecia melhor chronista do que eu. Já o teve: foi o meu antigo amigo, mestre, e chefe, Antonio da Silva Tullio. Desde o tempo em que elle imprimia no seu *Archivo Pittoresco*[3] o seu estudo, novas pesquizas se teem feito no assumpto: o snr. Visconde de Sanches de Baêna publicou o seu *Resumo historico e genealogico da familia do grande Affonso de Albuquerque,* onde se esclarecem pontos que Tullio tinha deixado duvidosos; e alem d'este opusculo valioso, sei

[1] Informações dadas em 22 de Maio de 1892 pelo snr. Anselmo Braamcamp Freire, que as achou na Torre do Tombo, nos processos n.os 170 e 4359 da Inquisição.

[2] D'este Antonio Carvalho, nascido por 1561, e pessoa aliás sem a minima notoriedade, existe na Torre do Tombo o processo, para Familiar do Santo Officio, lettra A, M. 4, n.os 142 a 164.

[3] Tomo III, pag. 73 e seg.

de alguem (não estou auctorisado para o nomear), que tem colligido muitos subsidios para a historia da casa dos Bicos, e escreveu sobre o assumpto uma rica monographia, que oxalá sáia a lume. Isto faz que eu me veja inhibido de tratar a materia; passo pois por alto pela frontaria do velho edificio, que é um dos brasões de Lisboa, e convido o leitor a um agradavel passeio na antiga praça dos comestiveis, por antonomasia denominada a Ribeira.

CAPITULO XIII

Estuda-se, segundo autores antigos, o velho mercado do peixe e das frutas e hortaliças.—Considerações historicas, estatisticas, artisticas.—O Malcosinhado.- Quadros de costumes populares.

DEFRONTE d'essa casaria acabada de estudar, espalmava-se o largo terreiro, adjacente e roubado ao Tejo, e conhecido pela «Ribeira» propriamente dita. Aqui apparece-nos optimo guia; nada menos que Frei Nicolau de Oliveira, com o seu *Livro das Grandezas de Lisboa* aberto no Tratado V. Não esperdicemos tão boas informações.

Ha, diz elle, junto ao rio uma como praça de oitocentos passos de comprido, e cem de largo; e o bom Theatino Bluteau explica-nos em 1720, que «a Ribeira» vai desde as Sete Casas até perto do chafariz d'el-Rei. Eis ahi as dimensões, e as demarcações.

Seja assim; e divaguemos agora em tão desafogado logar; sitio é este, pittoresco e interessante entre todos, pela sua feição lisboeta, maritima e laboriosa, e pela extraordinaria variedade de mantimentos europeus, asiaticos, africanos, e americanos, offerecidos ali ao Povo em primeira mão.

Segundo a estampa de Braunio nos mostra, só uma parte d'este terreiro, que a pouco e pouco se foi augmentando, pela fuga das aguas e pela industria dos homens, era orlada de muralha ao longo do Tejo.

Já pouco a cima me reportei á carta regia de 16 de Setembro de 1487; ahi se mencionou a *muralha do mar* em frente do chafariz d'el-Rei. Quem a fez? D. João II? D. Affonso V? impossivel decidil-o. Aceitemos o facto; e assentemos n'outra coisa: essa nossa

tão famigerada Ribeira velha alastrava as suas opulencias n'uma orla de chão doada á Cidade desde Janeiro de 1248 por el-Rei D. Affonso III ainda Infante Regente.[1], orla que successivamente foi acrescendo, pelos motivos que apontei.

Ahi, pouco mais ou menos a partir do que é o nosso caes de Santarem, começava o abarracamento das vendeiras, composto, no principio do seculo XVII, de trinta e quatro cabanas, ou alpendres compridos, recobertos de telha verde, provavelmente do feitio dos logares que ainda conhecemos nas Ribeiras, velha e nova, e na praça da Figueira. Duas d'essas cabanas eram todas de madeira, e n'ellas se mercadejava sal. As demais eram tão grandes, que tres havia onde quarenta pessoas vendiam á vontade grande copia de caça, creação, ovos, e outros comestiveis vulgares.

Adiante d'estas cabanas da caça (vamos sempre seguindo Frei Nicolau), havia duas, onde estacionavam os empregados do Rei e os do Duque de Bragança encarregados (como já apontei) da cobrança do dizimo do peixe. Adiante, outra onde se pagava a dizima da hortaliça, e outra junto ao rio, onde os feitores abrigavam da chuva e do sol as suas importantes personalidades.

Seguia-se a praça do peixe, presidida, na casinha dos Almotacés, por um Vereador deputado pela Camara.

Nada menos de setenta vendeiras estanciavam ali diariamente, cada uma em seu *logar*, pelos quaes pagavam renda ao Municipio.

---

[1] Vide os *Elem. para a hist. do Mun. de Lisboa* compilados pelo snr. Eduardo Freire de Oliveira, tomo I, pag. 96.

Mealharia se chamava esse tributo, que era de seis vintens mensaes de cada teiga (cesta grande de palha), que assentassem no chão para as suas vendas. Deriva Bluteau o vocabulo de *mealheiro*, porque, diz elle, o tributo da mealharia se ia arrecadando no mealheiro do Senado[1].

Ganhavam tanto as vendeiras, que se sabia de algumas, a quem tal agencia grangeára peculio de quatro mil cruzados; lá o escreve Frei Nicolau; e mais modernamente, em 1730, diz o Francez autor da *Description de la Ville de Lisbonne* o seguinte:

«As peixeiras da Ribeira de Lisboa, tão bem afiadas de lingua como em qualquer outra parte, são de um aceio que as distingue, e ostentam ricos aderessos, pulseiras, collares, anneis, cruzes, brincos, tudo de oiro; e ha tal, que usa em si mesma até 1 marco de oiro em joias[2].»

Os *logares*, assim como as *cabanas* onde estanciavam os officiaes, que, por conta de varias auctoridades, presidiam ás vendas, eram, calculo eu, edificações ligeiras e de pouca estabilidade. Acha-se no cartorio da Camara um documento, pelo qual é mandada embargar a abertura dos alicerces de uma das taes cabanas dos officiaes do pescado[3].

Ora agora, antes de irmos adiante, e a proposito d'estas vendeiras:

Uma das maiores nobilitações da Ribeira de Lisboa é a seguinte, que julgo verdadeira pintura de costumes antigos, e prova da affabilidade com que sempre os Soberanos portuguezes trataram o Povo:

Muita vez, ás tardes, sahia a passeio, na sua liteira de duas urcas, a Rainha D. Catherina, mulher d'el-Rei D. João III; ia-se até á Ribeira; gostava de andar mettida entre as barracas da venda; já conhecia e chamava pelos seus nomes as mulheres; aceitava-lhes pádinhas de pão; e conversava com as raparigas populares, porque (lá diz D. Francisco Manuel, o narrador d'esta anecdota) presava-se

1 *Voc.*—Supp., verb. *Mealharia.*

2 Pag. 42.

3 Livro das obras do ordeamento do anno de 1663, fl. 83.

«tanto de mãe, como de senhora dos seus»; mas acrescenta: «tudo isso então parecia muito bem; mas se se fizesse agora, seria estranhado da politica d'este tempo[1]».

Havia n'esta Ribeira um caes chamado «da Rainha», onde se reuniram em 1580, a 2 de Fevereiro, os Vereadores da Cidade, a conferenciar sobre assumpto importante, que já n'outra parte referi[2]. Quererá essa denominação, caes da Rainha, recordar estes passeios da Soberana? Quem o sabe?

Se as mulheres da Ribeira offereciam á formosa irman de Carlos V pãesinhos molles, os Dominicanos da Senhora da Luz do Pedrogam não a tratavam peior (vá dito a proposito): costumavam mandar-lhe codornos, que eram uma especie de peros, creados nos seus virentissimos pomares. Os codornos, eram muito «gabados da Rainha D. Catherina, a quem os Padres mandavam cada anno cargas d'elles»—diz Leitão de Andrada na *Miscellanea*[3].

Pelo lado do mar seguia uma fila de

> .... mui fermosos caes
> rodeados de muletas,

diz o citado seiscentista copiando do natural[4].

Um d'esses caes era o da Madeira, a que allude a figura da Cidade de Lisboa no auto de Gil Vicente *Náo de amores*, dizendo do Principe da Normandia:

> Eu lhe irei logo falar
> lá ao Chafariz d'el-Rei
> quanto elle (o Principe) quizer falar,
> ou da Torre da Varanda,
> ou lá no Caes da Madeira,
> e veremos o que manda.

Esse caes chamou-se primeiramente *de Aldeia Gallega*. Servia de desembarque e estancia ás madeiras que chegavam pelo Tejo;

---

1 Apolog. dialog.—Visita das fontes, pag. 276.
2 *Lisboa antiga*, parte II, tomo VI, pag. 81.
3 Dial. I.
4 Relação em que se trata, etc.

e d'isso lhe proveiu o nome. Para o ter livre e desembaraçado, determinou a Camara se não aforasse[1].

Como houve esse caes de Aldeia Gallega, houve tambem, até ha bem pouco tempo, o caes de Santarem. Eram desembarques privativos dos mareantes d'esses sitios, a fim de evitar confusões.

Voltemos ao mercado do peixe; é só por si um mundo.

Para obviar a que a venda espalhada pelos largos bairros da Cidade e seus arredores estragasse o peixe, intervieram na materia os procuradores do Povo, em dias d'el-Rei D. João I; e referindo-se ao abastecimento de Lisboa, pediam que «todo o pescado fresco que hj vecsse em navjos, ou em bêstas, ou em collos de homens, que o levassem logo aa Praça[2]»; e noto que no seculo XVII a praça da venda do pescado era ao ar livre e sem cabanas; assim o ordenou a auctoridade, para obrigar as vendeiras a despachar quanto antes a sua mercancia, que a demora prejudicava. Junto ao rio tinham o seu posto cincoenta e quatro escamadeiras de peixe, «que ganham muy bem de comer a este officio, e muytas dellas são muy ricas»—diz o citado Frei Nicolau; e havia mais um sitio para a salga das sardinhas, mistér exercido por dezoito mulheres.

A venda do peixe seguiam-se, caminhando sempre para o Poente, nove cabanas de fructa verde e secca; e tão abundantes eram, que só em peros, nozes, e avellans de Galliza, se gastavam todos os annos cincoenta mil cruzados, não falando na fructa de varias partes do termo, as ricas maçans de Oeiras, peras, e ameixas de Camarate, Friellas, e Unhos, laranjas, limões, cidras, peras, maçans, e cerejas, de Cintra e Collares.

[1] Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. carmezim, fl. 49 v.

[2] Côrtes de Lisboa de 1389.—*Elucidario* de Viterbo—verb. *Collo*.

Não só essas fructas muito nossas appareciam nas cabanas, e d'ahi passavam a divagar pela Cidade inteira, ao som dos nossos melodiosos pregões, e dentro nos balaios das «Luizinhas das camoezas»; outras por alli se arrumavam nos seus cabazes, que (por desusadas) davam na vista aos estrangeiros. É notavel o modo como o «Pelegrino curioso» de Bartholomeu de Villalba descreve admirado, no seculo XVI, uma novidade vegetal: o côco. Eis as suas palavras textuaes:

«Son una fruta como avellanas, y tan grandes como bollas, e mas mediados; crianse en la India. El azeyte ó agua que de ellos sacan es bueno para el rostro, y las mujeres se sirven del, así como de la medula ó carne de dentro, que es muy buena de comer. Su madera ó capa exterior es fuerte y buena para la yjada; tiene unos ojos y encima un erizo fuerte tambien; labrase á torno[1].»

E pena, á vista de tantos pormenores, que nos não ficassem descripções artisticas e coloridas do conjuncto d'aquelle buliçoso acampamento diario da Ribeira! Aquillo não primava de certo em composturas de civilidade, mas seria muito engraçado como modelo (pouco para seguir) de gananciosas arteirices.

Mais interessante ainda para os estatisticos, é comparar a notavel differença nos preços dos generos desde o seculo XVII, por exemplo, até hoje. Quem quizer proceder a esse trabalho util, póde compulsar os preciosos dados que lhe ministra o *Archivo municipal de Lisboa*[2]. A differença é realmente sensivel.

Quem sáe de manhan, e vae, por desfastio, dar uma volta de observador á praça da Figueira, acabada de transformar n'um magnifico mercado no verão de 1885, ainda pode fazer idéa approximada do scenario e da comedia da antiga Ribeira de Lisboa: na

[1] *El Pel. cur.*, tomo II, pag. 58.

[2] 1862, n.º 114, pag. 907.

variedade dos trajos populares, na voseria geral, na petulancia do pedir, nas mesquinhezes do offerecer, nos encarecimentos do xarrôco ou da perdiz, na cantarolada pronuncia da saloia do termo, nas officiosas insistencias do expatriado de Tuy, nos calculados desdens do comprador, nos victoriosos commentarios da vendeira feliz, em summa: nos mil traços communs ao quadro antigo, e ao quadro moderno.

Repito: pelo lado dos costumes, e pelo seu aspecto frisante e caracteristico, prende-se o nosso mercado plebeu contemporaneo com o da antiga «Ribeira» á orla do Tejo.

E alem de tudo, ha ali para a gente da Cidade uns preciosos longes campestres, que, por um modo ou outro, lhe trazem ao coração (quando não seja senão por momentos) a paz e o socego da vida bucolica.

Olha-se para as alegres cabazadas de alperces, abrunhos, ou laranjas, e pensa-se nos pomares de Bemfica ou do Cacem. Espraia-se a vista pelos balcões de pedra, cobertos de couves-flor, nabiças e repolhos, e entrevê-se uma amostra das frescas hortas dos Olivaes ou de Odivellas. N'isto, ouvem-se balar saudades uns pobres cordeirinhos condemnados ao cutello, ou repenicar os gallos o seu canto.... do cisne; e sente-se a alma transportada, do meio d'aquelle borborinho, ás encostas solitarias da Paian, ou aos casalejos musgosos de Loures ou da Appellação. Entre o rumor voraz e egoista de tante gente, essas fugitivas notas vibrantes da desprendida vida rustica são delicias melancolicas, mas muito verdadeiras, para quem as saiba apreciar.

É uma confusão, mas confusão agradavel, e que nos antigos mercados da velha Lisboa havia de ter o mesmissimo sabor.

Alem de recordações mais ou menos bucolicas, ha n'estes mercados portuguezes outras, ignoradas nos de Londres ou París, e que nos falam de afastadissimas terras, e nos trazém como um perfume dos tropicos. Os ananazes brazileiros, que por cá se vendiam antes dos dos Açores, as bananas, os côcos, as castanhas da India, o mendobi, os maracujás, são fragmentos do opulento scenario das

terras que descobrimos e conquistámos. O saguí, a arara, o periquito, debalde se procurariam nos mercados de S. Petersburgo ou Vienna; e foram abundantissimos nos da velha Ulyssêa.

Todo aquelle que se habituou a examinar com attenção o variadissimo espectaculo que sempre offerece uma cidade grande, nota nas minucias revelações importantes. Lembro-me bem da quantidade de papagaios e macacos que se vendiam ha vinte e cinco ou trinta annos nos logares da antiga Ribeira nova de S. Paulo; e vejo quanto esses nossos hospedes teem escasseado na praça da Figueira. Que significa isso? significa a diminuição das nossas relações com o Brazil. Andaram d'antes muito mais espalhados nos lares de Lisboa aquelles animaes, ainda assim não raros hoje. Havia no seculo xvii mercado especial de papagaios, araras, e periquitos nas immediações da Sé[1]; e alem d'isso, havia (que hoje não ha) vendedores ambulantes de passarada exotica. Haja vista uma sensaboria que vem no velho Supico; é esta:

Passava certo estrangeiro ás portas de Santa Catherina, levando umas araras. Chamou-o da sua sege um sujeito, parou, e quiz entrar em ajustes. Mas como, se o estrangeiro não falava portuguez? O da sege era erudito; e como o latim, lingua universal, era então mais corrente do que é hoje, perguntou em latim para o homem das araras:

—*Intelligis linguam latinam?* (entendes a lingua latina?)

—*Intelligo* (entendo)—volveu o outro.

—Pois então.... —replica o primeiro em bom portuguez—quanto queres por essas araras?

Se é arara, vai á conta do bom do Supico.

Quem desejar deleitar-se a imaginar os nossos mercados antigos, leia o que refere, um tanto de fugida, o já citado Villalba y Estaña no seu livro *El Pelegrino curioso*. É isto:

«O que ao peregrino deu mais gosto foi aquella falda da Cidade sobre o rio; é coisa dignissima de ser notada: tanta multidão de

[1] *Voyages de M. de Monconys*, tomo i, pag. 123.

forasteiros, tanta barraca, tantas vendas de pão, toicinho, salchichas, ovos, peixe fresco e salgado, especiarias, queijos, legumes, frutas! Tudo quanto se pode pedir por bocca, ali está n'aquelle mercado, á beira-rio; tudo disposto em ruas, que o passeal-as era agradavel entretenimento.

«Notou o nosso peregrino — acrescenta Villalba — que mais de cincoenta mulheres vivem em Lisboa[1] pela seguinte industria: teem umas dornas de agua, e umas facas bem afiadas; quem comprou pescado fresco dá a essas mulheres uns seitis, e ellas, ali mesmo, em tanto tempo como resar uma Ave-Maria, logo o escamam, extripam, e lavam, de modo que, sem a mais leve repugnancia, pode ser comido apenas cada comprador chega a sua casa, bastando, para alliviar escrupulos, uma ligeira e ultima lavagem[2]».

Quanto a pescado, é certo que poucos portos haverá mais bem abastecidos d'elle, que o nosso. Lá o diz Bluteau:

«Entendo que não ha no mundo cidade mais regalada para dias de peixe. Algumas cem castas de peixe costumam vir á Ribeira de Lisboa[3].» (Aqui seria impossivel o desastre de Vatel.)

---

[1] Isto é tão exacto, que Frei Nicolau de Oliveira conta em cincoenta e quatro as escamadeiras de peixe segundo pouco acima fiz notar.

[2] Eis o texto castelhano: «Mas lo que al Pelegrino dió más gusto, fue aquella falda de la ciudad que da sobre el mesmo (sic) rio, que és cosa dignissima de ser vista: tanta multitud de naciones estrangeros (sic), tanta tendezuela, tantos bastimentos de pan, tozinos, salchichas, güevos, pescados frescos y salados, especias, quesos, legumbres, fructas; todo quanto por la boca se puede pedir está en aquel mercado, orilla del mesmo rio; tantas calles de ellas, que pasearlas todas era mucho entretenimiento. Echó ojo nuestro pelégrino á que más de cinquenta mujeres viven en Lisboa, solo con tener dos tinajones de agua y unos cuchillos bien amolados; que los que mercan el pescado fresco, les dan dos blancas por capazo, y alli en un corto rato, como rezar una Ave-Maria, luego lo escaman y estripan y lávan, de manera que sin asco alguno se puede comer llegado que es á la posada, ó á lo menos, enjuagarle (sic) ligeramente». *El Pelegrino curioso*, tomo II, pag. 56.

[3] *Voc.*—verb. *Lisboa*. E logo depois, traz o rol d'esses peixes, alguns dos quaes não conheço de todo.

Era tanto, era tantissimo, que só o dizimo da sardinha rendia ao Duque de Bragança 22:500 cruzados[1].

Oiçamos o que nos conta no assumpto Luiz Mendes de Vasconcellos:

«O pescado d'este rio e do mar d'esta costa de Lisboa —diz elle— é tanto e tão bom, que, como coisa tão manifesta, não ha que dizer, senão encommendar a quem o quizer saber, que passeie a Ribeira, onde se vende, e verá se o que digo se não poderá crer. Mas, por que não cuideis que uso, como os poetas, de encarecimentos, uma só coisa vos direi, que vos mostrará clarissimamente que são n'isto muito curtas as minhas palavras, e n'ella tambem vereis a grandeza d'este povo:

«É obrigada a Camara d'esta Cidade a dar cestos aos pescadores que chegam á Ribeira, para lavar o pescado que trazem; e os pescadores, em recompensa, dão (sem obrigação que a isso tenham) o pescado que querem a quem lhes dá estes cestos. Encommenda a Camara isto a certos homens, os quaes dão os cestos aos pescadores, e recolhem o peixe que elles de sua livre vontade lhe dão, do qual o terço é da Camara, e as duas partes dos homens que teem isto a seu cargo. Á Camara importa o terço oito centos mil reis, em que o traz arrendado; e com o que fica vivem onze homens, que tantos são os que dão estes cestos.

«E para que isto pareça tão grande coisa como é, se deve entender que nunca o terço será muito ao justo, e que o rendeiro que dá por elle oito centos mil reis, deve ganhar.

«E assim, que maior prova se pode dar, do muito pescado que vem a esta Cidade, e da muita grandeza do povo que o gasta[2]?»

Dizima, é que não pagava o pescado que os barcos traziam para ser vendido em proveito do culto da ermida de Santo Esp'rito, ou da egreja da Graça, segundo estatue o foral d'el-Rei D. Manuel, artigo *Pescado*. Santo André tambem tinha as suas regalias; porque quaesquer barcas que sahiam de Lisboa carregadas de sardinha

---

1 Frei Nicolau de Oliveira.—*Grand. de Lisb.*, ed. de 1804, pag. 22.

2 Luiz Mendes de Vasconcellos—*Do sitio de Lisboa*, Dial. II, pag. 202 da ed. de 1803.

para outras partes do Reino ou de fóra, pagavam (querendo) cada uma um real, ou mais, o que tudo se ia arrecadando n'um mealheiro; e depois, com esse producto faziam-se dois cirios grandes e dois pequenos, em honra do senhor Santo André, em cujo louvor se mandava tambem cantar annualmente uma Missa solemne. Lá o diz o citado foral manuelino, artigo *Marisco*.

Ainda tenho mais duas palavras para acrescentar.

A planta de Lisboa desenhada depois do terremoto de 1755 veiu dar feição completamente nova ao sitio. A Ribeira, que era «a praça onde se vendem todas as coisas de comer», como diz Luiz Mendes de Vasconcellos[1], tomou outra apparencia, e circumscreveu-se em area mais acanhada. O alvará de 2 de Janeiro de 1765 ordena ao Presidente do Senado mande fabricar as obras do mercado delineadas no plano e prospecto assignado pelo Conde de Oeiras, para ficar *perpetuamente* (!) servindo para as vendas publicas, e privativamente pertencendo ás pessoas das profissões n'elle mencionadas[2]. Isso ficou-se chamando até aos nossos dias (por assim dizer até antes-de-hontem) «a Ribeira velha», em contraposição á «Ribeira nova», que era a S. Paulo.

Em Março de 1837 ordenou a Camara Municipal a conclusão da obra do seu mercado da Ribeira velha, que ficou tal qual ainda o conhecemos[3]. Era a mesma traça das cabanas da Praça da Figueira, o mesmo ar, o mesmo movimento.

Aos variados misteres enumerados acima, e que faziam vida na *praça das berças* (como tambem se denominava a Ribeira), é preciso ajuntar o dos fritadores, arrebanhados na praia, no sitio

[1] *Do sitio de Lisboa*, Dial. II, pag. 218 da ed. de 1803.

[2] Frei Claudio da Conceição—*Gabinete hist.*, tomo XVI, pag. 131.

[3] *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa* em 1837, pag. 4.

entre o extincto edificio das Sete-Casas, e a travessa do boqueirão da Moita. Chamava o povo a esse sitio «o Malcosinhado». Era um agglomerado de infames taberninhas de cozinheiros muito maus, e d'ahi vinha o nome, que é visivelmente alcunha epigrammatica.

Já em 1552 existia o logar, e rechinava a industria. A Estatistica manuscrita da Bibliotheca explica isto assim, á margem, sob a epigraphe «Malcosinhado»:

«Ha n'esta Cidade outra maneira de vida, que estão junto da Ribeira dez cabanas, em que estão de continuo homens e mulheres com brazeiros de fogo assando sardinhas e peixe, de toda a outra sorte segundo o ha na Ribeira. D'onde comem homens e negros trabalhadores, que ganham na Ribeira, e os que se embarcam para fora nas barcas, e barqueiros; e sou informado que ganham assando e cozendo o dito cada dia cada um 600, 510 reis[1].»

No principio do seculo XVIII assim define Bluteau o Malcosinhado:

«Logar onde se vende caldo e carne cosida. *Forum coquinum* é de Plauto, que assim chama a uma praça de Roma, onde assistiam cozinheiros[2].»

Que differença entre essas duas descripções! A primeira é palpitante, cheia de verdade, e parece copiada de vista por alguem que teve a veleidade de se intrometter entre as cabanas do peixe frito, e observar. A segunda é rapida, sobria, e erudita; é que o bom theatino escrevia na sua cella, e curava por informações; tão castas e commedidas como elle. Para pintar é preciso ver.

Certamente. Mas ninguem dirá que não foi copiada do natural a descripção que o anonymo autor do livro *Voyage en Portugal et particulièrement à Lisbonne en 1796*[3] nos deixou dos *frigideiros*, que infestavam as pituitarias dos cidadãos. Vou traduzil-a, e o leitor julgará. Eram o *Malcosinhado*..... a retalho. Oiçam:

---

[1] *Estat. mss.*, fl. 46 v.

[2] *Voc.*—Supp., verb. *Malcosinhado*.

[3] Pag. 314 e seg.

«Escôa-se de vagarinho do vão de uma porta uma fumaceira gorda, fétida e grossa; vai subindo e escondendo parte do edificio. Gente de ambos os sexos atravanca a rua; ha muita agitação, muito movimento, oiço rumor, parece que vae fogo ali. Aproximo-me, atravez do povoléo; e que vejo? um fogareiro, umas grelhas, um homem gordurento e afumado, e uma mulher maltrapida e repugnante. Occupam-se em frigir e assar sardinhas; os freguezes estão á espera, para cada qual haver o seu quinhão.

«Eis ahi o que se chama um *logar de frigideiro*. São uns poisos ambulantes, que em todos os sitios de Lisboa se encontram, nas ruas, nos largos, ás portas, e mais que tudo ás das tabernas. Todo o dia, principalmente á hora das refeições, ali se estão frigindo e assando sardinhas, pescadas, e outros peixes ordinarios.

«Estes *logares* são de muita utilidade ao povo, que n'elles acha preparados almoço, jantar, e ceia, por pouco dinheiro. Cada qual leva comsigo o pão, compra cinco ou seis sardinhas fritas ou assadas, come ali mesmo, e fica satisfeito. Quem pode alargar-se um pouco mais, compra um copo de vinho na mesma taberna, e está prompto. Ás vezes, cinco ou seis pessoas celebram em commum as suas refeições, e fintam-se para algum vinho. Sentam-se no chão, ou nos degraus da escada de qualquer casa proxima, e assim conseguem um jantar mais demorado, e mais alegre; e ficam tão contentes, como se se levantassem de refeição opipara.

«Certo é que para os pobres é conveniente a quantidade d'estes *logares* fumegantes; mas a vizinhança é que não resa pelo mesmo breviario, e tem todo o incommodo do fumo e do pessimo cheiro, alem da bulha constante. Á hora dos jantares, as escadas das moradas particulares vêem-se obstruidas de plebe que para ahi vai comer, e até dormir a sésta! Ás vezes custa immenso aos moradores chegar da sua porta da rua aos seus aposentos.

«Com o pretexto das sardinhas, ha muita vez roubos. O ladrão esconde-se n'uma escada, entre a turba-multa, finge que adormece, espreita a occasião, penetra nas casas, furta, e torna a saír para o escuro da escada.

«Por isso é que estes *logares* dos frigideiros são o terror dos inquilinos. Foge-se de ir morar para onde ha frigideiros; mas de

pouco vale a prevenção, visto que estes logares são ambulantes e portateis; mudam de sitio, e estabelecem-se facilmente n'uma porta, ou debaixo de qualquer janella onde nunca estiveram. Uma bella manhan o inquilino dá por aquelle rumor que não conhecia, chega-lhe o cheiro das sardinhas, e o fumo da fritura; reconhece logo que vizinhança lhe coube em sorte. Que remedio? atural-a.»

No começo d'este seculo, o poeta Antonio Joaquim de Carvalho, descrevendo a ridicula ceia de certo barbeiro que dava um festejo em noite de Santo Antonio, exclamava:

Que excellente baixella!
Nem o Malcosinhado a tem mais bella[1]!

Ahi perco as memorias do sitio, que desappareceu na edificação dos annexos da Alfandega. Creio que não ha motivo para grande pena. Vejo que o plano de 1807 ainda nos mostra, ao Nascente da Alfandega, um acervo de casinholas, que devem ser o celebre *Malcosinhado*. E era. Pessoa de 73 annos, aqui residente nos Olivaes, me informa de que ainda em 1834 continuavam as baiucas, e o nome. Depois, tudo isso mudou.

Basta de peixe frito.

Em presença de tão minuciosas informações, não dirá o leitor que, servindo-lhe um banquete de peixe, o alimentei *de magro*.

[1] *Obras poeticas jocosas e serias*, pag. 17 e seg. Essa citação vem a pag. 27. A obra publicou-se em 1806.

CAPITULO XIV

Villa-Nova de Gibraltar.—A Misericordia.—Estuda-se esse venerando estabelecimento (hoje Conceição velha).

Seguia-se á famosa Ribeira do peixe um grosso de casas, entre o muro da Cidade e o mar. Eu conto o que isso era; vale bem a pena.

Aquelle fragmento de terreno junto á margem do rio, em que hoje vemos a Conceição velha, a Alfandega, e uma parte da Baixa, chamava-se ainda no fim do seculo XV «Villa-Nova», paragem toda essencialmente commercial, como ainda hoje, e onde, desde muito, enxamearam, n'uma especie de centro todo seu, os argentarios e mercadores israelitas, sempre laboriosos, sempre vivissimos.

Já n'outra parte disse, que houve umas poucas de *villas* adjacentes á Lisboa velha, e chamada cada uma *Villa-Nova*. Essa palavra *villa* não tem aqui a accepção que hoje lhe damos, de povoa menor que cidade e maior que aldeia; significa *cidade;* é como quem dissesse: a cidade nova, a parte acrescentada, a região moderna, o bairro novissimo da Capital.

Essa Villa-Nova, denominada «de Gibraltar», era (quanto a mim) a «Judiaria grande», para ahi transferida desde o sitio que el-Rei D. Diniz doou, em 1317, ao Almirante Peçanha: o bairro da Pedreira *hu morauão os Iudeus*.

Villa-Nova, pela importancia dos seus habitantes, alguns d'elles em altos cargos financeiros da Côrte, chamou a attenção dos governos. Foi no tempo d'el-Rei D. João I que a Vereação lisbonense impoz aos seus munícipes, e com auctorisação regia, o tributo do real d'agua no consumo do vinho para *casear Villa-Nova;* com o

que se substituia o antigo tributo chamado *adúa*, que na Cidade e seu termo se percebia para o mesmo intuito[1].

No reinado do senhor D. Duarte continuou a protecção official aos trabalhos do caseamento de Villa-Nova. É isto prova do que acima indiquei: esta povoação, já pela opulencia dos seus moradores, já pela sua actividade ambiciosa, merecia a attenção especial de um Governo, que insensivelmente alongava já os olhos pelo mar das conquistas. A carta regia de 8 de Abril de 1434 determina, que da imposição dos vinhos recebesse a Camara seis contos de libras por anno, destinadas áquelle fim[2].

E foi-se com effeito enchendo, a pouco e pouco, de edificações o dito largo terreiro extra-muros; e no meio d'ellas erguia-se, com a sua physionomia estranha, a *esnoga*, ou synagoga dos Judeus, transformada por el-Rei D. Manuel na bella egreja da Conceição dos Freires, que de todo desappareceu, e que o Padre Carvalho ainda descreve de vista, e minuciosamente.

É esse proprio Rei, quem nos dá a conhecer que em 1498 ainda o sitio se chamava *Villa-Nova*, e d'antes se chamava a *Judaria grande*. «Ficava — diz elle com toda a minuciosidade — a casa grande que foi esnoga dos Judeus, situada no logar a que hora chamam Villa-Nova, que foi pollo passado Judaria grande[3]».

Ao som d'essas palavras manuelinas, estou ouvindo o grave e compassado tanger dos bronzes da Misericordia. Aproximemo-nos, que esses bronzes historicos estão dizendo «D. Manuel»; e D. Manuel personifica o periodo das nossas opulencias, e do nosso es-

---

[1] *Adúa* ou *anadúva* (explica o *Elucidario*) era um imposto em dinheiro ou serviço pessoal, para reparo dos muros, castellos, e outras obras.

[2] Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. dos pregos, fl. 258, documento citado pelo snr. Freire de Oliveira a pag. 316 do tomo I dos *Elementos*.

[3] Doação da casa de Belem aos Religiosos de S. Jeronymo, e escambo com a Ordem de Christo, pela Judaria grande. — Hist. Gen., Provas, tomo II, pag. 256.

plendor artistico. Dêmos de esmola um pensamento amigo a essas paredes venerandas, que os terremotos aluiram em parte, que os homens não souberam respeitar, mas onde se conteem ainda, como n'um sacrario, muitas das mais nobres aspirações do velho Portugal.

. . . . . .

Quem hoje penetrar na arruinada e profanada capella historica de Nossa Senhora da Piedade da Terra-sôlta, no claustro da Sé de Lisboa, recorde-se de que ahi fundou em 15 de Agosto de 1498 a Rainha D. Leonor, por inspiração e conselho do excellente Padre Frei Miguel de Contreiras, a benefica Irmandade chamada «da Misericordia».

Tinha el-Rei D. Manuel, irmão da Rainha viuva, abalado para Castella com a Rainha-Princeza D. Isabel, sua mulher, a fim de se fazer jurar Principe d'aquelles Reinos. Deixou como Regente sua bondosa irman; e esta senhora, para quem as obras pias eram uma necessidade de coração, instituiu a sua Irmandade, e logrou alcançar do Soberano, á tornada d'elle, o donativo de um conto de réis de renda para tratamento de orphãos, e 500$000 réis para outras obras de caridade[1]; quantias então muito altas, e que a generosidade Real acrescentou.

Bastava a iniciação do seu grandioso e caridoso pensamento, para tornar esta Rainha crédora da gratidão de todos os Portuguezes; mas a Rainha não se limitou a iniciar. Pediu, insinuou, accumulou sobre a sua Irmandade beneficente as esmolas e bençãos dos grandes e dos pequenos, e até privilegios e isenções dos Summos Pontifices. É bello ver como todos os antigos escriptores portuguezes *se compõem* ao mencionar este instituto caridoso; percebe-se-lhes na voz o respeito á Fundadora; cada um leva uma homenagem a essa admiravel mulher, como quem depõe uma palma e uma saudade na campa humilde em que Ella dorme, acolá, na Madre-de-Deus.

---

[1] Damião de Goes — *Chron. de D. Manuel*, parte IV, cap. XXVI.

É bello ver como a sua alma ainda hoje está beneficiando este Portugal que ella tanto amou! Aquella Rainha, tão portugueza, é a mais nobre personificação do amor do proximo.

Tenho-o aqui patente diante dos olhos, o *Compromisso da Misericordia de Lisboa*. Lêl-o, é estudar a applicação pratica dos mais santos, dos mais puros dictames do Christianismo.

Alimentar famintos e sequiosos, vestir os que nem andrajos, sequer, possuem para se cobrirem, levar a esmola de uns maravedís aos presos e aos doentes, hospedar vagabundos, redimir do captiveiro os pobres soldados que o serviço da Patria retinha nas Moiramas, dar o ultimo leito em chão portuguez aos Portuguezes desamparados; tudo isto já é muito, e a Irmandade cumpria-o. Mas não se limitava a essas obras meramente corporaes; sabia que a parte mais nobre e mais alta do ser humano, a alma, tambem padece (e bem crueis) as suas fomes, as suas sêdes, as suas dôres, os seus desamparos, as suas nudezes, os seus captiveiros; e como o sabia, a Irmandade consagrava a esses outros deveres espirituaes os cuidados mais carinhosos.

Pelas prédicas, espalhava o bom conselho e a doutrina san; pelas escolas do seu recolhimento de orphans, ensinava a ignorancia; pelas visitas aos hospitaes e ás cadeias, condimentava o pão negro do encarcerado; pela sua devota companhia aos condemnados, consolava as tristezas congenitas com o ser humano; pelas suaves penalidades que o regulamento impunha aos contraventores dos deveres estatuidos, castigava os erros filhos da nossa fraqueza moral; promovia (era lettra expressa do Compromisso) pazes e reconciliações entre quaesquer pessoas que se soubesse andavam desavindas, e induzia-as a perdoar injurias em nome da caridade christan; soffria com paciencia os desmandos alheios; e emfim, cumpridos em vida os deveres fraternaes para com as almas, nem então afrouxava: continuava-lh'os depois da morte, em suffragios de todo o genero.

Se ha nada mais espantoso do que este suavissimo Instituto lisbonense!!..

E tudo se deveu (repito) ao espirito zeloso do inspirador da Rainha, o sempre memoravel Frei Miguel de Contreiras! O Compromisso redigido primitivamente por elle «parece foi inspirado por Deus», diz João Baptista de Castro.

Tambem, é incrivel a popularidade de uma tal Confraria de homens desinteressados, que do intimo se dedicavam ao bem alheio.

A nossa Princeza D. Joanna, mãe d'el-Rei D. Sebastião, ao recolher-se a Madrid, ia tão compenetrada, tão cheia da sympathia d'esta fundação essencialmente portugueza, que lá criou uma Casa de Misericordia, á imitação da que vira em Portugal; e assim — observa o chronista D. Manuel de Meneses — «foi ella n'aquelles Reinos a instituidora de tão santa caridade!»[1].

Ha mais: ha o preito que rendeu a este humilde Instituto o poderoso Monarcha Filippe II (I entre nós) no proprio momento em que era chegado ao apogeu da sua grandeza Real. Foi assim:

Quando em 1581 veiu a Lisboa, deteve-se em Almada, e ahi recebeu os comprimentos de toda a gente antes de desembarcar. Entre a procissão das corporações que lá foram e mandaram, appareceram dois irmãos da Misericordia. Introduzidos, ajoelharam, beijaram a mão ao Soberano, e levantando-se exposeram a Sua Majestade o que os levava: pedir-lhe protecção para tão caridoso e veneravel instituto. O Rei, que, a exemplo dos Monarchas portuguezes, era já considerado Irmão nato, recebeu-os com muita benevolencia, e prometteu guardar tudo quanto estivesse estatuido pelos seus antecessores. A despedida, querendo-se os dois emissarios tornar a ajoelhar para beijar a mão Real, não lh'o permittiu D. Filippe II, e levantando-os com carinhosa cortezia, lhes disse:

—Não; agora não. Quando chegastes, beijastes-me a mão como a vosso Rei; mas agora, que sou vosso *irmão*, não ha motivo para a mesma ceremonia[2].

Duas palavras sobre a Irmandade em si mesma:

[1] *Chron. de D. Sebastião*, cap. x, in fine.

[2] Frei Nicolau de Oliveira.—*Grand. de Lisboa*, trat. v, cap. iii.

Compunha-se de seiscentos irmãos: trezentos nobres, e trezentos officiaes mecanicos; alem d'esses havia mais vinte irmãos lettrados. Se, conforme as salutares ideias do tempo, era indispensavel provar nobreza para entrar no primeiro grupo, que ali servia de justo equilibrio, e infundia merecido respeito, é bem certo que para qualquer das duas classes eram exigidas provanças muito apertadas quanto a *limpeza* de sangue, virtude, boas obras, bom porte, etc.

Os irmãos, por outra, os valorosos soldados d'esta milicia do bem, tinham estricta obrigação de acudir a qualquer chamado do Provedor, seu chefe, acceitar quaesquer occupações misericordiosas, por mais difficeis que fossem, e cumpril-as com toda a caridade e humildade. Tinham tambem o dever de comparecer, sem se lhes admittir excusa, cinco vezes por anno na sua egreja:

dia da Visitação de Nossa Senhora, 2 de Julho, á tarde, para se escolherem os eleitores que haviam de nomear o Provedor e Officiaes da Meza;

dia de S. Lourenço, 10 de Agosto, á tarde, para a eleição dos Definidores, que eram os assessores e conselheiros da Meza em quaesquer assumptos de importancia;

dia de Todos os Santos, 1 de Novembro, á tarde, para acompanharem a procissão com que a Irmandade ia ao Campo de Santa Barbara buscar os ossos dos enforcados d'esse anno, a fim de lhes dar sepultura christan;

dia de S. Martinho, 11 de Novembro, pela manhan, para assistirem ás exequias de todos os irmãos defunctos no anno transacto;

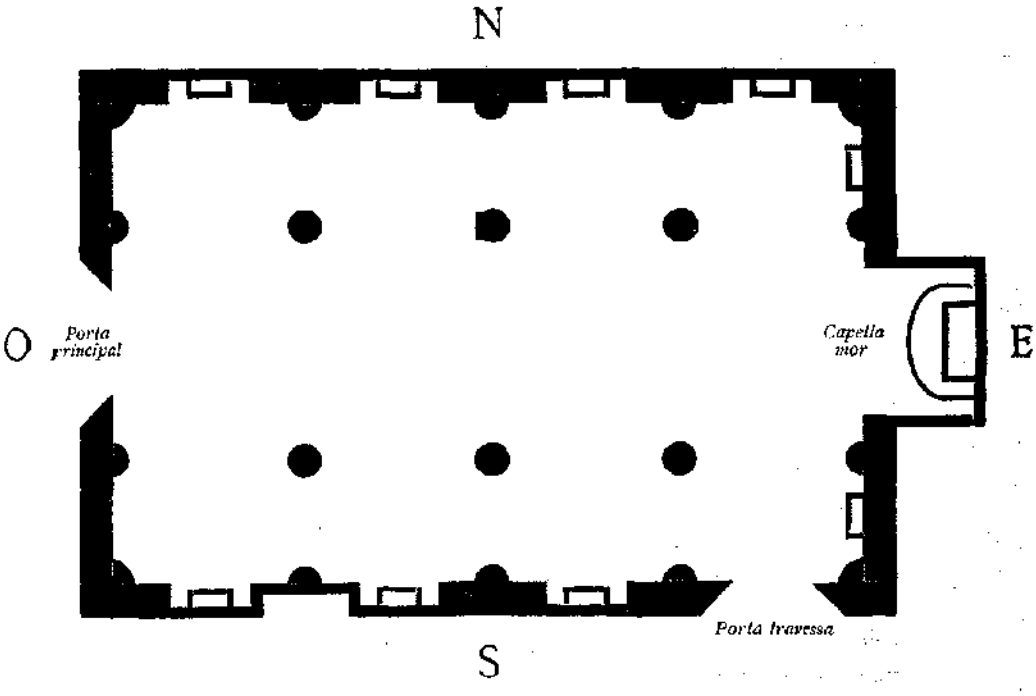
emfim—Quinta feira de Endoenças á tarde, para se encorporarem na commovedora procissão de penitencia com que se celebrava o dia.

Por alma dos seus dois principaes bemfeitores e fundadores, a Rainha D. Leonor, a 17 de Novembro, e el-Rei D. Manuel, a 13 de Dezembro, celebrava tambem a Irmandade solemnissimas exequias annuaes.

A capella da Terra-sôlta, na Sé, tornou-se mesquinho theatro para tanta faina; e foi por isso, que a mão poderosa do fundador

dos Jeronymos levantou a sumptuosa egreja de que apenas vemos hoje uma parte! Era «toda de cantaria, com uma altissima abobada da mesma pedra, e fundada sobre vinte columnas postas em sua devida correspondencia»—escreve Frei Nicolau de Oliveira[1].

A vista d'esta rapida descripção, podemos traçar um approximado plano do templo. Diz-nos o mesmo informador, que a abobada assentava sobre seis columnas inteiras, que em duas renques formavam as tres naves, e mais sobre quatorze meias columnas, do modo que a planta indica.



PLANTA APPROXIMADA DA ANTIGA IGREJA DA MISERICORDIA
(HOJE CONCEIÇÃO VELHA)
Segundo Fr. Nicolau de Oliveira

[1] *Grand. de Lisboa.*

Já em 1534, reinando el-Rei D. João III, é que foi transferida da capella primitiva para a sua nova casa a beneficente Irmandade[1]; e então poude alastrar-se muito á larga nos edificios annexos, que deviam formar um todo elegante, de que é pena não ficassem minuciosos desenhos. Não admira que os muitos prospectos que existem da velha Lisboa não mostrem a fachada da Misericordia, porque a mole immensa do terreiro do Trigo, Alfandegas, e Casa dos contos, interposta entre ella e o mar, escondia-a de todo.

No edificio inaugurado, como acabei de narrar, em 1534, havia, alem do templo e suas officinas e dependencias, as casas do despacho, os cartorios, um hospital para entrevados, e um recolhimento para treze meninas (o numero d'ellas foi depois muito augmentado); ahi entravam tambem porcionistas. Viviam todas no mais austero recato, sob a vigilancia da regente; e era tanto, que nenhuma senhora, por mais qualificada, podia penetrar lá dentro sem especial licença da Meza da Misericordia. Tinha vista sobre a egreja o asylo feminino, denominado de Santo Antonio, e uma grade de commungatorio.

Este sumptuoso casarão assentava pela frente sobre arcos (como os havia no Rocio, e em muitas outras partes da Capital). Eram dezeseis. Dentro n'elles havia lojas e sobrelojas, que se arrendavam a medideiras do proximo terreiro do Trigo, do qual logo falarei[2].

Tenho pena de não possuir pormenores descriptivos de templo tão interessante. O que resta é quasi nada, a não ser a sumptuosa entrada, que representa a porta travessa antiga, e agora principal, é unica. D'este bellissimo portal, cheio de caracter, mas hoje afogado entre as edificações pombalinas, havia immenso que dizer, mas receio avolumar esta parte accessoria do meu livro. A capella que fica hoje fronteira á entrada, e que é a maior, era antigamente uma das lateraes. Ha poucos annos a Junta de parochia, ou quem quer que foi, entendeu dever aperfeiçoal-a, alargal-a, e não sei que mais;

[1] Bluteau — *Voc.*, verb. *Misericordia.*

[2] A descripção minuciosa d'esses vãos, relativa ao anno de 1636, encontra-se no *Arch. Mun. de Lisboa*, 1862, n.º 119, pag. 951.

modificou sem dó a antiga architectura, e um dos ultimos restos velhos do edificio. Ninguem pode prever quando chegará o dia, em que uns certos deixarão de intrometter-se com assumptos de que nada entendem. Estes tyrannetes obscuros das confrarias, arvorados em mandões, teem ainda mais vandalismos na consciencia, do que as proprias Camaras Municipaes. Já não é pouco.

N'um altar da egreja da Conceição dos Freires conservava-se a antiga Imagem da Senhora da Conceição (outros chamam-lhe da Espectação), que se venerava na primitiva ermida do Rastello[1].

Julgam alguns que é a mesma que hoje se venera no primeiro altar a contar de baixo, do lado da Epistola, n'esta hoje chamada Conceição velha. Será. Muita vez é impossivel authenticar tradições, que nem por isso deixam de ser verdadeiras.

Quanto a quadros, havia lá muitos e valiosos, antes do terremoto. Em 1735 chegou aqui o pintor veneziano Pedro Guarienti, insigne restaurador; e parece que descobriu n'esta egreja originaes admiraveis de antigos pintores quinhentistas, como Gaspar Dias, Christovam Lopes, Braz do Prado, e o hespanhol Fernandes de Gallegos, do qual, diz um documento, «ha na mesma Santa Casa talvez tantos originaes, como no Escurial[2]».

Ás obras do edificio propriamente dito, emprehendidas pelo Rei «Feliz», e continuadas por seu filho, devemos acrescentar o adro, ou *taboleiro*, que se fez com provimento da Camara e licença do senhor D. João III[3], e que tão celebre se tornou na velha Lisboa; taboleiro sobre degraus, e onde duzias de camponezas do termo vinham sentar-se durante o dia, a vender flores ao publico. Lindissima ideia tiveram as saloias! as boninas da caridade.

---

[1] Carvalho da Costa—*Chorogr.*, tomo III, pag. 450.

[2] *Gazeta* de 17 de Fevereiro de 1735; apontamento dado ao autor pelo snr. Dr. Venancio Deslandes, que o achou entre os do Cardeal D. Frei Francisco de S. Luiz.

[3] Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. II d'el-Rei D. João III, fl. 121.

Encarecendo a abundancia de flores em Portugal, pondera no seculo XVII o insigne Antonio de Sousa de Macedo (permitta-se-me que o traduza):

«Muito rendem ao rei das flores os direitos que em Lisboa se lhe pagam, pelas que lá se vendem. Assim o ha-de crer quem tiver visto em todas as praças de Lisboa, e mórmente ao portal da Misericordia, a grandissima quantidade de rosas e outras flores, em grinaldas, em ramilhetes, e outras mil invenções, sem que entre inverno e verão se note differença[1].»

Um depoente, que tenho citado mil vezes, autor da sabida descripção metrica de Lisboa, canta assim:

Segue logo (ao Terreiro do Paço) uma rua
que tem de uma parte tendas,
da outra da Misericordia
uma das portas travéssas.

Ás escadas d'esta porta
infinitas camponezas
todo o anno estão vendendo
flores de cheirosas hervas.

Casa da Misericordia,
cujo gasto e cujas rendas
a tanto milhão de pobres
dá mui ordenada despeza;

onde se diz tanta Missa,
que desde antes que amanheça
até meio dia dado
as ouve quem quer que chega.

[1] «Los derechos que en la Ciudad de Lisboa se pagan a el Rei de las flores, que alli se venden, le rentam mucho dinero. Y assi parecerá a quien ubiere ido á Lisboa, y visto en todas sus plaças, mayormente a la puerta de la Misericordia, grandissima quantidad de rosas y flores hechas grinaldas, ramilletes, y otras mil invenciones, sin que entre invierno y verano aya alguna diferença.»

Flores de España, cap. I, excell. I.

A qual ordinariamente
tantos deixam por herdeira,
e com rasão, pois a Christo
para seus pobres se deixa[1].

Essa alegre feira florida durou até ao terremoto. O *Anatomico jocoso* refere-se-lhe ainda, quando, ao dar varios conselhos á um peralta da Lisboa velha ácerca do emprego do seu dia, e ácerca dos sitios onde deve pavonear-se, acrescenta n'aquella sua linguagem impagavel:

«Passar-se-ha á feira das flores, se o não obrigar a consciencia a que fique na das bestas; ali namorará sobre-posse a ramalheteira que lhe cahir em graça, armando com seus ramos ás *passagens*, e convidando as *chamarizes*, que houver no campo[2].»

Outro traço caracteristico da vida antiga: havia uma d'essas mulheres encarregada, por officio municipal, de preparar e vender as capellas e ramilhetes para adorno das festas camararias e procissões do Senado. Chamava-se ella, por signal, em 1645, Filippa Carvalho, e tinha o titulo de *capelleira da Cidade*[3].

Não só *flores* se vendiam aqui; tambem se vendiam *folhas;* por outra: vendiam os cegos, como no Pelourinho velho, como nos arcos do Rocio, uma das invenções menos felizes que teem vindo ao mundo: as gazetas. O citado *Anatomico* diz na sua *Carta de um amigo a outro:* Pedis-me que vos dê novas, «e vos mande gazetas; tirae-vos d'isso, que eu não sou porta da Misericordia, nem Pelourinho velho[4]». Pelos modos o epistolographo não era grande amouco d'essas senhoras-visinhas.

---

1 *Relação em que se faz uma breve descripção dos arredores mais chegados á Cidade de Lisboa,* Lisboa, 1626.

2 Tomo I, pag. 12. (Termos de caçador.)

3 Snr. Freire de Oliveira—*Elementos,* tomo IV, pag. 587.

4 Tomo II, pag. 168.

Vendiam-se aqui tambem passaros; e no vão dos arcos, e em ignobeis barracas toleradas pela policia, aninhavam-se ferros-velhos[1].

Alem d'essas industrias varias, outra havia, que adoptava como campo de exploração este mesmo adro da Misericordia; era a dos que desenhavam, a sangue e polvora, na carne de certos papalvos (perdoem a palavra) lettras, datas, crucifixos, sinos-saimões, e outras figuras; verdadeiro *tatouage* silvestre, a que ainda hoje os barqueiros, soldados, presidiarios, e marinheiros, são muito affeiçoados.

Ali estanciavam os mestres d'esta arte, que eram castelhanos; mostravam aos freguezes umas taboinhas enfiadas, muito sujas, onde se viam os modelos das diversas figuras. «Cada um – diz Coelho de Figueiredo — escolhia a Imagem da sua devoção, e despia o antebraço, em que a queria esculpida, e alguns em ambos os braços, o Santo Christo, a Virgem, o Santo do seu nome, ou da sua maior devoção. Logo o mestre riscava o contorno, e principiava com um instrumento agudo como uma agulha encavada, a picar, e julgo que lhe deitava polvora moida. Começava a sahir sangue, e tornava a entrar já com aquelle pó; e depois de muito tempo d'aquella repetição, era sécia do paciente dizer e affirmar *quasi que lhe não doía*.»

A egreja da Misericordia tinha grandes nomes a nobilital-a.

Quando em 1566 vieram para Portugal os ossos de Affonso de Albuquerque, por diligencias de seu filho, foram ao desembarcar depositados primeiro n'este templo[2].

Em 1655 aqui prégou o Padre Antonio Vieira o sermão do Bom ladrão, e o do Mandato. Oh! se aquellas abobadas fossem *phonographos!*

O terremoto grande aluiu e incendiou a egreja, a casa da Misericordia, o recolhimento das orphans, e o hospital de Sant'Anna.

[1] Francisco Coelho de Figueiredo—Annotações ao *Theatro* de Manuel de Figueiredo, tomo XIV, pag. 585.

[2] Damião de Goes—*Chron. de D. Manuel*, parte III, cap. LXXX.

De tudo, apenas ficou isenta a capella do Espirito Santo[1] (o Padre Castro chama-lhe do Santissimo Sacramento).

«Succedendo o grande terremoto do 1.º de Novembro — escreveu esse incançavel informador ultimo — cahiu do cruzeiro da egreja uma porção da abobada, e um campanario, que ficava por cima da porta da banda do terreiro; de cujo precipicio e ruina morreram algumas pessoas. Ficou o Padre Thesoureiro na sacristia todo o sabbado até quasi noite, e as orphans até esse tempo se conservaram no recolhimento; mas vendo que os tremores continuavam, se resolveram a sahir, e foram para a horta da Bica do Sapato, em companhia de um homem do azul, que era o porteiro, e do Padre Thesoureiro, que, com grande enleio, sem se lembrar de mais nada, deixando as portas da egreja e da sacristia abertas, expôz á maior ruina toda a sua fabrica, assim de ornamentos, que havia muitos e excellentes, por se acharem de proximo reformados, como de prata, de que apenas, por diligencia dos officiaes da justiça, se livraram algumas alampadas, podendo livrar-se tudo com socego, de ladrões e do incendio, porque este não entrou na egreja da Misericordia senão pelas 9 horas da manhan do Domingo seguinte.»

O mesmo Castro deixou muitos pormenores ácerca d'esta catastrophe na egreja e no recolhimento. Ao seu livro remetto o leitor curioso, acrescentando apenas, que a Misericordia foi transferida para o edificio da Casa professa dos Jesuitas, roubada á Companhia, como tudo mais que era d'ella. Ahi se encontra ainda hoje.

O primitivo edificio arruinado foi de novo erguido das ruinas. As obras da reedificação seguiram porém o estylo bastardo da architectura religiosa do seculo XVIII. Não vale a pena mencional-as.

Conta Volkmar Machado, que nos estuques trabalhou Felix da Rocha, pintor miniaturista e estucador brazileiro, que estudou em Roma; que o quadro da Senhora da Pureza foi pintado em 1770 pela pintora Joanna do Salitre; os de S. Miguel e da Senhora da Piedade, por Bruno José do Valle; a ultima ceia, por Joaquim

[1] Moreira de Mendonça — *Hist. dos terrem.*, pag. 128.

Manuel da Rocha; e o quadro de Nossa Senhora da Atalaya pelo francez (?) Gérard.

Basta da Misericordia. Temos muito mais que examinar. Sigâmos.

Comtudo, ainda narrarei uma historieta, que vem no citado livro de Villalba *El pelegrino curioso;* por brincar com o genio jactancioso dos Portuguezes, faz symetria com as outras em que mettemos a bulha os nossos visinhos Castelhanos. Ella aqui vai:

Diz o autor que nós outros gostamos immenso de que nos elogiem as coisas da nossa terra. Isso é verdade, e desgraçado do povo que não ler pela mesma cartilha. Uma vez andava um Portuguez a servir de guia a um Castelhano, e a mostrar-lhe as coisas notaveis de Lisboa. A cada edificio, a cada rua, a cada palacio, a cada ponto de vista, perguntava o de cá:

—Então, que vos parece?

Respondia fleugmaticamente o forasteiro, em tom quasi despresativo, e como que encolhendo os hombros:

—Bem.

ou

—Rasoavel.

ou

Soffrivel.

O cicerone sentia um pucaro de agua gelada correr-lhe pelas costas a baixo, a cada um d'esses termos sobrios e somiticos.

Conscio das grandezas da Misericordia, e certissimo de esmagar d'esta vez a altivez do Castelhano, levou-o lá, mostrou-lhe todo o edificio, explicou-lhe as esculpturas, encareceu-lhe as pinturas, expoz-lhe as rendas surdas do estabelecimento, brasão da caridade portugueza, especificou os incalculaveis beneficios que esta santa Casa espalhava, as lagrimas que enxugava em todo o Reino, e por fim, perguntou com ufania:

—E então? isto! que vos parece?

O Castelhano, pelo vezo, respondeu simplesmente:

—Bem.

O Portuguez não se poude ter; foi aos ares, e bracejando exclamou fóra de si:

—«Bem?» só isso?! Valham-me os quatro Evangelistas! Ficae sabendo vós, que esta Misericordia de Lisboa é só por si tão excellente.... como a propria misericordia de Deus Todo Poderoso.

CAPITULO XV

A Alfandega.—A Casa dos contos.—O terreiro do Trigo.—Computações estatisticas entremeadas de dados historicos.

EFRONTE do portal da Misericordia, mas um pouco desviado para o lado do Nascente, erguia-se, todo elle cantaria, um vasto edificio quadrangular, obra d'el-Rei D. Manuel e D. João III. Tinha uma das frentes, a do Norte, para o adro das vendeiras de flores, e para as escadas da mesma Misericordia; outra para a praça do peixe e Malcosinhado, ao Nascente; outra para o Tejo, ao Sul; e a outra emfim para o terreiro chamado «do Paço»; era a do Poente.

Olhemos. Vê-se do Tejo; é a cidadella da abastança de Lisboa; chamemos-lhe assim. Ali estão a repartição denominada Alfandega das Sete Casas, e a Casa dos contos, e o terreiro do Trigo; tudo no mesmo edificio, e tudo separado. Vamos ver como.

No andar alto, á parte do Nascente, as Sete Casas, secretaria importantissima, onde se despachavam, em sete repartições diversas, sete generos: 1.º os vinhos; 2.º os azeites; 3.º as carnes; 4.º as fructas; 5.º o carvão; 6.º a lenha; 7.º emfim—os escravos.

Sobre o mar corriam quatorze armazens, vastos e abobadados, onde se recolhiam as mercadorias de fóra, e por cima eram as casas de morada do importante personagem Provedor da mesma Alfandega.

Ao Poente, na parte que formava symetria opposta ás Sete Casas, ficava sobre o terreiro do Paço a Casa dos contos. Era uma

especie do nosso «Tribunal de contas», isto é, uma instancia onde prestavam contas todos os funccionarios que administravam bens e rendas do Estado, no Reino ou no Ultramar. Ahi havia um pessoal enorme, que isso foi sempre séstro da nossa *burocracia*[1]. Metade bem remunerada faria o serviço todo.

O lado Norte do quadrangulo..... (como hei de eu figurar isto, que me entendam sem illustrações ao texto?)

Imagine o leitor, que uma fatia do grande quadrilatero sobre a rua em frente da Misericordia (a nossa rua da Alfandega) era como um corredor descoberto, muito comprido, com uma entrada para o terreiro do Paço, e a outra para a Ribeira, isto, é uma ao Poente, e a outra ao Nascente. Corredor? não digo bem; era um grande claustro, achatado, comprimido, a ponto que as duas arcadas, ou partes, do Norte e do Sul, ficavam collocadas quasi junto uma da outra, apenas a trinta e dois pés de distancia, sem dar logar aos outros dois lanços, representados apenas pelas duas cabeceiras do mesmo corredor. A cada lado trinta e dois arcos sustentavam quarenta e oito casarões onde se recolhia trigo; e nos vãos dos arcos estacionavam cento e sessenta *medideiras*, e um cento de outras mulheres, que todas se empregavam, umas em medir, outras em joeirar o cereal para a venda.

Ao longo da parede da rua da Alfandega, e correspondendo ás costas dos trinta e dois arcos do Norte, via o transeunte trinta e duas lojinhas de bugigangas e ninharias, como alfinetes, oculos, agulhas, assobios, pennas, papel, etc. Finalmente, encostadas por fóra a este nobre terreiro do Trigo, construiram-se, com licença da Camara, quinze pequenas casas, com seus sobrados, em que trabalhavam

[1] Em 1712 dizia Bluteau: «Este tribunal (a Casa dos contos) que está em Lisboa em um sumptuoso edificio fronteiro ao Paço, e pegado á Alfandega, chama-se «dos contos», porque todos os que administraram bens Reaes e officios de contas, as veem dar a elle. A pessoa principal se chama Contador-mór». *Voc.*—verb. *Conto*.

os officiaes que fazem peças de folha de Flandres, vulgarmente chamados funileiros, ou latoeiros (intoleravel visinhança!)

Não sei se me fiz perceber; era difficil. O que mais uma vez admiro é a tenacidade, com que se apegam aos logares as diversas castas do pequeno commercio, e quanto a Lisboa pombalina, ao mudar de pelle em 1755, conservou na pelle nova os vestigios claros do que outr'ora tinha sido.

Por exemplo (sem sairmos agora d'estas immediações):

a Alfandega ficou pouco mais ou menos onde estava, mas augmentou muito as suas dimensões;

o terreiro do Trigo passou um pouco para o Nascente, mas não largou a praia, nem quasi o seu feitio velho;

os arcos, que eram uma das feições caracteristicas da antiga Lisboa, deixou-os no novo terreiro do Paço o plano de Eugenio dos Santos de Carvalho;

as *tendas*, ou lojas de variadissimas especialidades do genero quinquilharia, que em resumo enumerei, ainda por toda aquella rua da Alfandega se encontram a eito; ali achamos thesoiras, canivetes, candieiros, pennas, ferragens, vidros miudos, fitas, brinquedos, caixinhas, etc., etc., etc.;

os *arruamentos* de varias especialidades industriaes, que hoje ainda dominam em certas ruas da Baixa, como na do Ouro, na Augusta, na da Prata, na dos Fanqueiros, na dos Retrozeiros, na dos Algibebes, na dos Capellistas, etc., já no seculo XVI existiam em algumas ruas visinhas da celebre rua Nova[1];

a praça das berças e do peixe, emfim, lá continuavam, ha poucos annos ainda, com os seus *logares* verdes de antiquado desenho,

[1] Claramente o dizem, quando por outra parte o não soubessemos, os viajantes venezianos Tron e Lippomani por estes termos: «Junto da *rua Nova* ha muitas outras ruas, cada uma das quaes tem suas lojas de uma só especie de mercadorias». Viagem a Lisboa em 1580—*Panorama*, e *Opusc.* de Herculano, tomo VI, pag. 123.

na mesma área onde a formosa Rainha ia sorrindo comer as pádinhas que respeitosamente lhe vinham offerecer as suas regateiras.

Para quem sabe ver, a Lisboa nova tem, apesar de tudo, encantadoras recordações!

Esboçado, como ahi fica, o plano geral e as destinações diversas do grande edificio onde se alojava a Alfandega, a Casa dos contos, e o terreiro do Trigo, passarei a dizer algumas palavras mais detidas sobre cada uma d'essas tres divisões administrativas.

Foi el-Rei D. Manuel, diz Goes, quem «começou a casa da Alfandega de Lisboa, a qual acabou el-Rei D. João seu filho[1]».

Varios arcos que havia ao correr da rua da mesma Alfandega, e em cujos vãos se achavam *boticas* (como se chamava ás lojas) deu ordem o senhor D. Manuel para serem derribados; e ponderando o Senado que se perdiam as boticas, volveu o Rei que visto elle, Rei, perder o seu haver, pagasse a Camara essa perda[2].

Em principios do seculo XVII, segundo o testemunho de Luiz Mendes de Vasconcellos, rendiam annualmente os direitos da Alfandega 400 mil cruzados[3].

Em 22 de Julho de 1647 permittiu el-Rei D. João IV aos homens de negocio da praça de Lisboa construirem na Ribeira, junto á Alfandega, um armazem, á custa d'elles, pois de não terem já onde recolherem as mercadorias do seu trato recebiam muito damno[4].

Em principios do seculo XVIII dá-nos o grande Bluteau uma descripção minuciosa d'esta importante repartição. Por muito extensa não posso transcrevel-a aqui, mas recommendo-a, visto ser esta nossa Alfandega *a mais commoda e sumptuosa* das que o mesmo erudito polygrapho observára em varios Reinos que tinha corrido.

A Alfandega antiga tinha por entrada uma grande porta sobrepojada das Armas Reaes. Dava n'um largo corredor abobadado e la-

[1] *Chron. de D. Manuel*, parte IV, cap. LXXXV.
[2] Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. II d'el-Rei D. Manuel, fl. 15, cap. VIII.
[3] *Do sitio de Lisboa*, Dial. II, pag. 210 da edição de 1803.
[4] *Elementos* do snr. Freire de Oliveira—tomo V, pag. 81.

geado, de 60 pés de largo e 100 de comprido. Á esquerda de quem entrava era a vasta repartição chamada o *paço da madeira*, onde se despachava todo o genero de madeira que vinha de fóra do Reino, assim como arcos e aduellas para pipas e toneis, e alem d'isso nozes, avellans, peros de Galliza, bacalháos, etc.[1].

Mais para o interior achava-se um espaçoso pateo, que pela banda do Sul era orlado pelo rio. Todas as variadissimas pertenças e divisões aduaneiras se viam distribuidas convenientemente, segundo os serviços, pelas dependencias do largo edificio. Quem as quizer estudar procure as *Grandezas de Lisboa*[2], onde tudo isso vem á farta descripto e explicado.

Todo esse complicado e confuso dédalo de casarões magnificos foi completamente refeito pelo Marquez de Pombal depois de 1755; porém n'aquelles primeiros annos, que se seguiram á lamentavel catastrophe, armou-se no logar das ruinas, previamente varridas d'ali, uma alfandega toda de madeira; armazens provisorios, onde as fazendas accumuladas corriam graves perigos, como se vai ver.

Effectivamente, das 8 para as 9 horas da manhan de 31 de Maio de 1764, dia da Ascensão, diz o autor do *Gabinete Historico*[3], «percebeu-se fumo pelo telhado da Alfandega; correu-se logo a avisar d'isto os que tinham as chaves, e então se viu que o fogo tinha já feito grandes progressos. Deram-se logo todas as ordens precisas, e todos os soccorros para o atalhar, mas em vão; o incendio consu-

---

[1] Era o paço da madeira uma repartição onde se pagavam — segundo Frei Nicolau de Oliveira — certos tributos das fructas e madeiras, nozes, avellans, etc., que entravam de fóra. — *Grand. de Lisboa*, trat. I, cap. IV (ed. de 1804, pag. 25). Antes de se achar annexado á Alfandega, era o paço da madeira situado na Ribeira, em logar que não me é possivel indicar com exacção. Diz um documento da Cam. Mun. de Lisboa (livro dos pregos, fl. 305 v), que umas casas e torre junto do paço da madeira deu el-Rei licença que as construisse Henrique de Figueiredo.

[2] Tratado VII.

[3] Tomo XVI, pag. 90.

miu em breve a Alfandega e todas as mercadorias que em si continha».

Segundo o mesmo laborioso compilador, nunca se poude avaliar a perda; que foi consideravel é certo, porque os negociantes ali tinham avultada porção de generos, que iam retirando conforme lhes convinha.

D'entre os variados boatos que então correram, pareceu mais verosimil que, tendo os interessados da Companhia de Pernambuco passado parte da noite de 30 nos depositos da Alfandega, a examinar mercadorias que tencionavam vender, deixariam por acaso cahir algumas faiscas, que lavraram traiçoeiramente, e se atearam de manhan.

Para as despezas de uma reedificação completa e condigna, impôz o Governo um direito de 4 por cento em todos os generos; e emquanto duraram as obras, serviu de Alfandega o Arsenal de marinha, no lado fronteiro do terreiro do Paço.

Hoje é a Alfandega um colossal estabelecimento, que absorveu em si o espaço do terreiro do Trigo, e da Casa dos contos. Em 1834 alojou-se n'este edificio, com frente para o terreiro do Paço e para a rua da Alfandega, o Ministerio do Reino; este ampliou-se em 1859 com a nova Direcção geral da Instrucção publica. Os novos empregados, nomeados em Fevereiro de 1860 *(et quorum pars parva fui)* alojaram-se, mais o Conselho geral da Instrucção publica, n'uma serie de bellas salas sobre a rua da Alfandega. Quando d'ali saimos, as repartições aduaneiras invadiram tudo, e tendem hoje a alastrar-se ainda muito mais; signal de crescente desenvolvimento das rendas do paiz[1].

Duas noticias mais:

O painel da Senhora da Conceição na Alfandega das sete casas é de Joaquim Manuel da Rocha[2].

[1] Agora, Janeiro de 1893, alojou-se ahi, em parte do edificio da Alfandega, o Ministerio dos Negocios Estrangeiros, que se achava desde alguns annos no palacio Palmella no largo do Calhariz.

[2] Cyrillo—*Mem.*, pag. 117.

O edital do Governo civil de 1 de Setembro de 1859 encorporou as denominações das duas ruas seguidas, a *Nova da Alfandega*, e a *da Ribeira velha*, no titulo unico de *Rua da Alfandega*.

Passemos a falar do terreiro do Trigo outra vez. Para começar, notarei a sua proximidade da antiga *Padaria*.

Doou-o el-Rei D. Manuel á Camara de Lisboa[1]; a sua construcção porém levou muitos annos, e o seu acabamento entrou pelo reinado seguinte. O regimento velho (ou regulamento, como hoje diriamos) do terreiro do Trigo é de 1530; acha-se nos papeis municipaes, e saiu publicado por ordem de uma das modernas Vereações[2]. Para a conclusão da obra ordenou el-Rei D. João III, em carta regia de 12 de Maio de 1533, que o Thesoureiro mór da Fazenda Real emprestasse mil cruzados á Cidade[3].

Sobre a verga da porta principal d'esta repartição importante, via-se uma lapide com o seguinte lettreiro[4]:

PADRÃO

Para que todos, assim naturaes destes Reynos e Senhorios de Portugal, como Estrangeiros, sejão sabedores como esta cidade tem liberdade e franquia a todos aquelles que a ella trouxerem pam, e vier de fora dos Reynos e Senhorios de Portugal, e entrar pela porta desta Cidade, e for carregado em porto de mar Estrangeiro, este tal não pagará dizima nem siza, nem pagará alojamento de cazas para o tal pão agazalhar, porque a cidade lho dará assim no Terreyro como fora delle quando no Terreyro o não ouver.

Item toda a pessoa que trouxer pam dos Reynos e Senhorios de Portugal a esta cidade, este não pagará siza do tal pão que a esta cidade trouxer, e o alojará no Terreyro, e pagará por cada sobrado de todo sima a trinta réis por dia por cada huma destas, e não havendo alojamento no Terreiro emtão lhe

[1] Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. 1 de compras, fl. 5.

[2] No *Arch. Mun. de Lisboa*, de 1861, n.º 71, pag. 568.

[3] Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. II d'el-Rei D. João III, fl. 115, documento citado nos *Elem.*, tomo I, pag. 532.

[4] Vem a pag. 600 do *Archivo da Cam. Mun. de Lisboa*, n.º 75, de 1861.

será dado fora delle pela Ordenação da cidade, e pagarão pelo costume da terra salvo se os taes donos do pão tiverem cazas proprias.

Outrosim se algum pão vier de Reynos Estranhos, e descarregar em algum Porto destes Reynos de Portugal que não seja desta cidade, no tal Porto o tornar a carregar, e o trouxer por mar ou por terra a esta cidade, este tal pagará alojamento no Terreyro pelo preço assima declarado pela cidade pelo costume della o qual será dado pela ordenança da cidade salvo se tiverem cazas suas proprias e o quizerem agazalhar, e assim se entenderá em todo o pão que meterem pelos Portos destes Reynos de terras, convem a saber assim dos Reynos de Castella como dos outros Estrangeiros pagarão isso mesmo de alojamento pelo modo assima declarado, e para que a todos seja notorio a cidade o mãdou noteficar hera de mil e quinhentos trinta e quatro annos[1].

É muito para reler o periodo, em que Luiz Mendes de Vasconcellos exalta as opulentas abundancias do terreiro do Trigo, que elle primeiro deseja comparar a um lago d'onde saem muitos rios, e depois prefere assemelhar ao Oceano, d'onde se originam todos os caudaes. D'este immenso deposito frumentario sustentavam-se os particulares, os conventos de toda Lisboa, e muitos logares do Ribatejo; ali mediam constantemente o trigo aos compradores duzentas pessoas, e ás vezes para cima de trezentas, e para a sahida d'esse trigo havia muita gente que alugava saccos, e só n'isso enriquecia[2].

Por descargo de consciencia, devo confessar ao leitor, que nada do que ahi puz deixa de ser roubado. Para o servir, andei forrageando nos haveres de Damião de Goes e de Frei Nicolau de Oliveira. Valha-me ao menos a confissão; e serviu-me tambem o

[1] Tresllado do padrão q está posto na porta do Terreiro do trigo desta cidade da banda do Terreiro do Passo, porque a cidade liberta todo o pão que trouxerem a esta cidade os Estrangeiros de fóra dos Reynos e Senhorios de Portugal a não pagarem dizima nem siza nem alojamento. Este tresllado, de que possuo copia authentica feita em 1771, foi tirado pelo tabellião Theodoro da Costa de Sousa do proprio lettreiro de pedra, em 28 de Março de 1639. Acha-se na copia que tenho do *Foral da portagem* de Lisboa, fl. 30 v., offerecido á minha collecção por Anselmo Braamcamp Freire.

[2] Consulte-se o livro *Do sitio de Lisboa*, dial. II, ed. de 1803, pag. 207 e seg.

minucioso Ratton, que era um conversador, talvez um tanto massador para os contemporaneos, porém precioso para nós outros, que que já vamos longe d'elle.

Do livro d'elle extraio o seguinte periodo, feito das suas lembranças vivazes; se bem que escripto no primeiro quartel do seculo, pinta muito ao certo o velho terreiro do Paço, e compendia aos olhos dos meus leitores muitas coisas que tive o gosto de lhes explicar:

«Antes do terremoto de 1755 —diz Jacome Ratton— achava-se o Terreiro publico (do trigo) no sitio em que hoje existe a Casa da India, com uma das suas entradas para o terreiro do Paço, e outra para a Ribeira velha, unica praça destinada para a venda do peixe, fruta, hortaliça, etc.; ficando-lhe connexo o Açougue geral e o Haver do pezo, com serventias para as mesmas praças, e pela parte do mar a Alfandega grande e a do tabaco.

«Fronteiro a tudo isto pela parte do Poente, se achava o palacio do Soberano, que, principiando por um torreão da banda do mar (cujos baixos serviam de Casa da India) se estendia a occupar parte do lado do Norte do terreiro do Paço, communicando-se por cima dos arcos, debaixo dos quaes passava uma rua de Leste a Oeste.

«O lado do mar era bordado por um caes, o qual no dia do terremoto se sumiu, assim como tambem a Alfandega do tabaco[1].»

Chegou o dia 13 de Fevereiro de 1745. Ás 11 e meia da noite rebentou junto ao Tribunal das sete Casas um medonho incendio, pela explosão de uma porção de polvora n'uns armazens onde ella se vendia ahi ao pé[2].

Dez annos andados houve muito mais cruel calamidade: o terremoto.

«Os cabedaes consumidos na Alfandega Real, Casa da India, Jardim do tabaco, e Casas de negocio, —diz Moreira de Mendonça[3]— foram incomprehensiveis. Aquelles edificios eram muito

---

[1] *Recordações*, pag. 209.

[2] *Gabinete historico*, tomo IX, pag. 360.

[3] *Hist. dos terrem.*, pag. 142.

vastos, e se achavam sempre cheios de todo o genero de fazendas, que faziam abundante de tudo esta populosa Cidade.»

Logo no verão seguinte, de 1756, estava-se em Lisboa á espera da chamada *nau de licença*, e da *frota de Pernambuco*, que deviam entrar a barra até fins de Agosto, trazendo avultado carregamento de assucares e tabacos. Como a Alfandega e seus espaçosos armazens jaziam em terra, ordenou o previdente Marquez de Pombal, por Aviso de 12 de Junho de 1756, que sem demora se construissem barracas de madeira em toda a extensão da praia que mediava desde o chafariz d'el-Rei até á porta da fabrica do Estanco do tabaco, para n'ellas se guardarem provisoriamente os referidos generos, em quanto se não reedificavam as Alfandegas do assucar e tabaco[1]. Em todos os pormenores se viu então o pulso de ferro d'aquelle homem extraordinario.

Em 24 de Janeiro de 1777 deu o Governo d'el-Rei D. José o novo regimento do terreiro do Trigo, encarregando ao Senado da Camara a administração da casa, e o provimento dos officios, menos o de Administrador geral. Este regimento caducou perante outro, de 12 de Junho de 1779, que baixou assignado pela Rainha a senhora D. Maria I.

Em 1780 já ia muitissimo adiantada a construcção do edificio que hoje subsiste. Um poema coevo o confirma, dizendo:

> A Ceres um palacio se edifica
> sumptuoso, soberbo e sublimado;
> nem outro igual Sicilia lhe dedica
> aonde o seu respeito é venerado[2].

Para dar toda a amplitude necessaria á nova edificação do terreiro do Trigo, entendeu-se dever desannexal-o da Alfandega, e da Casa dos contos, e a nova casa que hoje vemos, ergue-se no sitio do antigo *Campo da lan*.

---

[1] *Mem. das princ. provid.*, pag. 307.

[2] *Lisboa reedificada*—poema por Miguel Mauricio Ramalho, Lisboa, 1780, canto III, estancia LXI.

A inscripção que se lê no frontispicio da casa diz assim:

JOSEPH: I.
AUGUSTO INVICTO PIO
REY E PAY CLEMENTISSIMO
DOS SEUS VASSALLOS

PARA SEGURAR A ABUNDANCIA DE PAÕ
AOS MORADORES DA SUA NOBRE E LEAL CIDADE DE LISBOA
E DESTERRAR DELLA A IMPIEDADE DOS MONOPOLIOS
DEBAIXO DA INSPECÇAÕ DO SENADO DA CAMARA
SENDO PRESIDENTE DELLE PAULO DE CARVALHO DE MENDONÇA
MANDOU EDIFICAR DESDE OS FUNDAMENTOS ESTE CELLEIRO PUBLICO

ANNO MDCCLXVI

A descripção do moderno terreiro do Trigo encontra-se na *Mnemosine Lusitana*[1].

Nós paremos aqui, e passemos á parte III d'este escripto.

[1] Tomo II, pag. 296.

LIVRO III

TERREIRO DO PAÇO E PAÇO DA RIBEIRA

CAPITULO I

Observa o autor com o leitor o velho terreiro do Paço.—Antigas medições.—Aterros ahi feitos por el-Rei D. Manuel.—Etymologia do verbo *bugiar*.—Considerações philologicas.—O caes e os taboleiros.—Parede de supporte.—As Ferrarias, d'ali tiradas por el-Rei D. Manuel.—Medições modernas da praça.

gora, depois d'este passeio, longo mas interessante, vamos entrar n'um dos sitios mais illustres de Lisboa; vamos penetrar na famosa praça, que usa desde seculos o titulo aristocratico de «terreiro do Paço», apesar da chrisma barbara que lhe impôz o Marquez de Pombal: «Praça do Commercio». Alastrando, no seculo XVI, os seus 620 passos de comprimento sobre 200 de largura, entre o edificio da Alfandega e do terreiro do Trigo, ao Nascente, a residencia Real e a Casa da India ao Poente e Nordeste, uma fila de predios e arcos ao Norte, e a cortina do caes da Pedra ao Sul[1], era o terreiro um nobre e desafogado logradoiro, ufania da população, e adorno da Cidade; estudemol-o, que o merece.

Esta quadra, que tão celebre veiu a tornar-se, considerava-se ainda de fundação recente, quando Frei Nicolau a mediu como aca-

[1] Frei Nicolau de Oliveira —*Grand. de Lisboa*, trat. V, cap. IV.

bamos de ver. Tudo isso fôra, havia pouco mais de cem annos, praia de cascalho, areias, ou lodos, como em geral toda a frontaria maritima da Cidade; ahi tinham sido *espalmadeiros*, logar, em que se *espalmavam*, ou querenavam, os navios, e até se construiam. Haja vista entre muitos outros documentos uma carta regia de 15 de Maio de 1508, em que el-Rei D. Manuel ordena ao Senado da Camara consinta na praia da Ribeira uma barraca do armador Fernão Gomes (já conhecido do leitor), barraca onde se guardavam as ferramentas necessarias «ao fazimento de hũa naão, q̃ na dita Rib.ra faz, ... e a nom ser p.a mais que p.a tres meses ou quatro, em que a dita naão será acabada[1]».

Esses *espalmadeiros* abertos, em que assim se fazia arsenal maritimo, foi el-Rei D. Manuel quem em grande parte os mandou aterrar, diz Damião de Goes, «com gram trabalho e despeza, até se ganhar ao mar, como agora está[2]».

Dos taes trabalhos e despezas, a que allude o chronista, resta documento n'uma phrase popularissima; a phrase é pouco parlamentar; ainda assim, peço licença para a dizer: é *mandar bugiar* alguem. Eu explico.

Bugio é o mesmo que macaco; mas não se trata aqui dos engraçados quadrumanos, que tanto nos fazem rir nas suas gaiolas do jardim Zoologico de S. Sebastião da Pedreira; trata-se de um engenho, o *macaco* ou *bugio*, com que se bate e afunda a estacaria de aterros e alicerces.

Diz Bluteau na palavra *bugiar*, que no tempo de Filippe II, quando se construia (em 1584) sobre estacas e massame o Forte do terreiro do Paço, de que logo falarei, se empregava no mover os bugios muita somma de gente da mais baixa esphera; d'ahi, como o bugiar era tarefa dura, brutal, e essencialmente plebêa, e como só se depor-

---

[1] Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. III d'el-Rei D. Manuel, fl. 2, documento citado nos *Elementos*, do snr. Oliveira, tomo I, pag. 402.

[2] *Chron. de D. Manuel*, parte IV, cap. LXXXV.

tava para essa tarefa a «arraia miuda», o gatuno, o vadio, entrou a phrase a tomar a accepção insultuosa e despresativa que hoje tem: *Vá bugiar*; isto é, vá trabalhar nos bugios dos aterros do terreiro do Paço, que você só para isso póde servir[1].

Até aqui vamos muito bem; só creio que se engana o douto diccionarista em attribuir ao reinado dos Filippes o que me parece seria, pelo menos, setenta ou oitenta annos mais antigo, e devia referir-se á construcção dos primeiros aterros da praça em dias d'el-Rei D. Manuel. A prova philologica d'este facto historico achei-a nas obras do precioso Jorge Ferreira de Vasconcellos.

Na comedia *Eufrosina*[2] diz Cariophylo a Zelotypo:

—Hy bugiar, que sois terra;

por outra: ide bugiar, meu insignificante. E logo depois diz Cotrim a Andrade[3]:

—Vai bugiar, que eu te seguro já se não costuma matar;

por outra: vai bugiar, que te dou segurança, ou certeza de que já se não mata ninguem; vai empregar-te n'esse trabalho para onde são mandados todos os que mereceriam pena de morte.

Ora a *Eufrosina* saiu (e parece que não era já a primeira edição)[4] em 1561; logo, já muito antes de 1561 era aceita, como dichote popular, esta injuria, que o tempo nos conservou mais de tres seculos.

Tambem na comedia *Aulegraphia*, do mesmo autor, diz o personagem Dinardo Pereira com modo arrenegado:

—Vão bugiar os fucaros, e quanto trato ha em Trapisonda[5];

por outra: vão bugiar os ricassos, que pouco caso faço d'elles, assim como de todo o commercio de Trapisonda.

---

[1] No tempo de Filippe II se fez em Lisboa o Forte do terreiro do Paço sobre estacas e massame, com um engenho a que chamavam «bugio», com que fincavam as pedras; e como era obra de gente baixa e de muito trabalho, passou em adagio—«Ide bugiar». Bluteau—*Vocabulario*.

[2] Acto V, sc. V.

[3] Sc. IX.

[4] Agora novamente impressa, diz o titulo; o que lhe suppõe talvez edição anterior.

[5] Acto I, sc. XIII.

Vejam como um simples dito, este plebeu «Vá bugiar», sobre o qual tanto brincou o cavalheiro de Oliveira n'uma das suas cartas, serve de farol na discussão de um ponto historico! E dizem que ha ninharias; não ha. Os mundos são moleculas, e as moleculas são mundos.

Preciso declarar, para minha ressalva, que a palavra em si mesma não prova o seu nascimento por occasião do aterro d'el-Rei D. Manuel; mas remonta-o para traz de 1580, e até, como acabamos de ver, para traz de 1561. Ora sessenta annos são periodo insignificante em questões linguisticas. Logo, é verosimil, ou antes não contrario á boa rasão, admittir que a palavra nascesse por occasião d'aquella faina, que os insoffridos desejos do Rei Venturoso, e talvez tambem alguma consideração no sentido de sanear a agglomeração de lodos e dejectos n'aquelles sitios ainda então alagadiços da bocca do esteiro, desenvolveram na orla maritima de Lisboa, e sobre tudo n'aquelle ponto: o nosso terreiro do Paço.

E ainda se não pensava em Paço, já por aquelles sitios se planeava desde 1478, ou antes, a obra de um caes para facilitar os desembarques, que eram feitos segundo o methodo primitivo, e por isso difficultosissimos para gente, mas sobre tudo para animaes. Em 20 de Agosto d'esse anno uma carta regia d'el-Rei D. Manuel ordena que, alem de outras obras, continue a do *caes da embarcaçam das bestas*[1].

Ha algumas providencias Reaes, que nos dão a conhecer a actividade crescente dos armazens que ali começaram a recolher os productos da Conquista; uma d'ellas é a carta de 8 de Maio de 1500, em que o Rei determina se dê principio á construcção de um caes,

[1] Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. 1 d'el-Rei D. Manuel, fl. 28, citação nos *Elementos*, do snr. Oliveira, tomo I, pag. 380.

«assy pello que dello se seguirá de muyta mais nobreza da cidade, como pello melhor maneyo e prouimẽto d'estas cousas do trauto da mercadarya, q̃ tam jeeralmẽte a todos toca[1]»; e logo outra de 21 do mesmo mez, em que se promette para o caes isenção de todo o direito ou tributo[2].

N'essas poucas palavras do Soberano mais negociante que temos tido, se vê quanto era então o commercio de alem-mar a alma da sociedade. Assim pois, o paço Real, edificado sobre os armazens da Casa da Mina, representa muito á propria, como symbolo, as aspirações do seculo: o esplendor da Realeza baseado no *trauto da mercadarya*.

E refere Damião de Goes: «Mandou —(o mesmo Rei)— fazer de novo o caes da pedra de Lisboa, e taboleiros de longo da praia, tudo de pedra canto[3]».

Desde esse caes até á Alfandega mandou el-Rei D. Sebastião construir uma parede onde aportassem as barcas do pescado[4]; o que não impediu que esta famosa praia do Terreiro servisse para construcção de navios, ainda no verão de 1574; ali se fez uma galé por ordem d'el-Rei D. Sebastião, emquanto este Soberano se achava em Cintra; chegando de lá, embarcou-se na galé, a 15 de Agosto, e desceu o Tejo até Belem, d'onde seguiu para a primeira jornada de Africa[5].

Depois do dito aterro e caes, que tanto melhoraram aquelle sitio, para onde confluiam os embarques e desembarques das armadas, entendeu tambem el-Rei D. Manuel dever tirar d'ali ao-pé as Ferra-

---

1 Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. 1 d'el-Rei D. Manuel, fl. 54, citação nos *Elementos*, do snr. Oliveira, tomo I, pag. 385.

2 *Id.*, liv. 1 de D. Filippe I, fl. 158, citação nos *Elementos*, do snr. Freire de Oliveira, pag. 386.

3 *Chron. de D. Manuel*, parte IV, cap. LXXXV. A estampa de Braunio colloca este caes, e muito bem, no terreiro do Paço, sob o n.º 130.

4 Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. 1 d'el-Rei D. Sebastião, fl. 128 e 145.

5 Barbosa Machado — *Mem. d'el-Rei D. Sebastião*, tomo III, pag. 594.

rias, que, no seculo XV e principios do XVI, eram na Ribeira, junto do muro velho; e como, tão proximas do terreiro novo, *fasiam muito nojo,* transferiu-as por cartas regias de 1 e 28 de Junho de 1509 para junto da Ponte de madeira, para alem da porta da Oura (pouco mais ou menos entre o nosso Corpo Santo e o nosso caes do Sodré[1]).

Com effeito, ha vestigio documental de terem as Ferrarias sido, em tempo anterior a 1509, no lado oriental do terreiro do Paço, mais sobre a Ribeira velha, ao longo do muro antigo, ali por onde veiu a ser depois a *Confeitaria,* e o *Haver de pezo,* hoje rua dos Bacalhoeiros, pouco mais ou menos[2].

Era um sitio operoso e mexido, e onde a população se achava muito agglomerada; procurado pela gente mercantil, por ser contiguo com a frequentadissima Rua Nova. Uma noite, em 1369, pegou fogo na Ferraria, da parte do mar; ardeu tudo, com grandes perdas, communicando-se o incendio á Rua Nova, e durando muito tempo[3].

Á Ferraria dirige a Maria Parda de Gil Vicente estas phrases, cujo sentido exacto não chego a penetrar de todo;

> Ó rua da Ferraria,
> onde as portas eram mayas,
> como estás cheia de guaias,
> com tanta loiça vasia!

Esses chãos das Ferrarias, junto ao muro, a par da Ribeira, desde o chamado Curral dos bois até ao Haver de pezo inclusive,

---

1 Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. III d'el-Rei D. Manuel, fl. 29 e 30, documento citado nos *Elementos,* do snr. Oliveira, tomo I, pag. 468.

2 A rua da Ferraria, *que agora* (em 1600) *é a Confeitaria e o Haver do peso,* diz Duarte Nunes do Leão a fl. 193 da Chron. d'el-Rei D. Fernando. A rua chamada antigamente a Ferraria chamava-se em 1735 *a Confeitaria,* como se vê a pag. 418 do tomo I da Hist. Gen., publicado n'esse anno.

3 Diz Fernão Lopes: «... Em Lisboa uma terça feira, ao serão, se alçou fogo na Ferraria da parte do mar, e arderam todalas casas d'aquella rua, e mui grã parte da Rua nova, e foi grande quelma, e muito haver perdido e furtado, e durou o fogo por grande espaço». Chron. d'el-Rei D. Fernando, cap. XXXIX.

pertenciam á Camara por doação d'el-Rei D. João I[1]. El-Rei D. Manuel afastando-as para longe em 1509 prestou bom serviço á Cidade, e muito em especial ao novo terreiro, que, segundo mostrarei, mereceu mil vezes attenção e sollicitude dos governantes.

No cartorio da Camara de Lisboa existe documento, em que el-Rei D. João III prohibia que na praia do terreiro novo se fizesse, como até então, varadoiro para navios[2].

Eram tudo os lineamentos primeiros para os futuros adornos d'esta vasta praça, que ainda em 1730, com ser formosa, era comtudo de irregularissima architectura[3], sendo ainda assim, como foi sempre, o centro naval, commercial, aristocratico, e politico, de Lisboa.

Era então este novo terreiro, assim conquistado ao Tejo para commodidade da Capital, mais restricto do que é. Na esquina Nordeste do torreão do nosso Ministerio da Guerra, aproximadamente, já batia o mar; na dimensão Leste-oeste tambem a praça era menor, e não regular, como é hoje, em que as suas arcarias symetricas emolduram nada menos que 35:520 metros quadrados, 185 no sentido Norte-sul, e 192 na direcção Leste-oeste[4].

---

1 Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. III d'el-Rei D. João I, fl. 19 e 20; liv. III de sentenças, fl. 189; liv. dos pregos, fl. 104 v.

2 *Id.*, liv. III d'el-Rei D. João III, fl. 64.

3 *Description de la ville de Lisbonne*, pag. 14.

4 Miguel Paes—*Melhoramentos de Lisboa e seu porto*, tomo I, pag. 135.

CAPITULO II

Motivos por que el-Rei D. Manuel intenta a fundação do paço da Ribeira.—Busca o autor fixar a data, muito approximada, d'essa fundação.—André Pires, Martim Annes, Pedro Nunes, provaveis mestres d'esta obra.—João de Castilho, mestre certo.—Tinha este Paço duas denominações.

ENTRO aristocratico e politico—disse eu ha pouco. Porquê? Por ser n'este ponto, desde el-Rei D. Manuel, a residencia do Monarcha.

A este Principe se deve, com effeito, a fundação do grande paço que ali campeou dois seculos e meio, conhecido pelo nome de *Paço da Ribeira*. Estudal o-hei. É uma larga pagina de Historia.

———*———

Com o seu espirito enthusiasta acompanhou esse Soberano o movimento naval, iniciado (ou antes efficazmente accrescentado) pelo seu antecessor. Interessou-se mais que ninguem nas entrepreZas longinquas da Conquista, e nas frágoas, por assim dizer domesticas, da construcção das naus e galés mais aventurosas que até então se tinham visto. As circumstanciadas narrações das derrotas de barra-em-fóra, escutava-as e lia-as com avidez; as tarefas da Ribeira-das-naus, presenciava-as.

Todos os dias vinha el-Rei lá do alto, do seu ninho roqueiro da Alcáçova, assistir em pessoa á labutação dos carpinteiros, calafates, pintores, e artilhadores dos galeões. Chegava á praia; e ou se entretinha passeando entre as renques dos operarios, ou descançava ao abrigo da calma nos armazens e barracas que já por ali havia; mesquinha residencia para tão opulento senhor.

Foi pois por então, n'esses maravilhosos annos do final do seculo xv, que lhe veiu á ideia edificar, á espalda d'aquellas mesmas naus que elle proprio baptisava, e impellia para o Mar Tenebroso, um poiso para si, á ourela do Tejo e á vista da foz.

Ahi poderia acordar escutando desde madrugada o rumor da marinha, deliciando-se no fragor dos camartellos, orchestra da civilisação do seu tempo. Ao levantar-se, veria dos eirados aquellas complicadas edificações navaes a estenderem no estaleiro o espichaço da *quilha,* a arquearem os *beques* armados de *esporões,* a erguerem o *cadaste* para o *leme,* a encastellarem a *dueta* nas *pôpas* de varandim, a aprumarem o *arvoredo,* a deslizarem na carreira, e a abrirem vôo para o suspirado Oriente dos sonhos do Rei «Feliz».

Depois, veria tornarem-se os galeões pejados de canella, pimenta, sedas, e oiro; veria tremular as bandeiras quadradas das capitainas; ouviria salamear a maruja; escutaria, como se escuta musica, o guinchar dos cabrestantes; contemplaria baloiçarem-se no calabre as urcas e carracas zorreiras, ou deslisarem ao socairo da praia as caravellas com as suas quatro azas triangulares; conheceria pelo seu bento nome cada náu ao passo que fosse surgindo e salvando os emboras da tornada!

Depois, ao cabo de annos, veria os mesmos barcos, espalmar para limpar dos limos e compôr as obras-vivas; iria então elle proprio, o Rei, mirar aquelles monstros que tanto mar tinham sabido correr, tantas pelejas tinham sabido aturar, tantos cabos desconhecidos tinham sabido montar, e agora ali jasiam, no seu hospital da terra, a convalescer para novas aventuras.

Ao espirito do successor de D. João II agradavam sobremodo aquellas variadas scenas maritimas; e assim, com um palacio á beira do Tejo, fical-as-hia, presenceando, a toda a hora, das rendilhadas varandas do seu solar.

Aquillo sim, que era sitio propicio para o paço de um D. Manuel.

Muito bem compendia isso tudo, que eu disse n'esses paragraphos ultimos, Gaspar Corrêa, quahdo escreve:

«E porque o aposento d'el-Rei era nos paços do castello de Lisboa, e folgava de ser presente, e ía e vinha cada dia estar nas

casas dos almazens, intendeu em mandar fazer casas pera seu aposento nos mesmos almazens; em que se fizeram nobres paços, e debaixo d'elles grandes casas para recolhimento e feitoria das mercadorias da India e Mina; o que depois, pelo tempo, se fez em muita perfeição, como hoje em dia parece[1].»

Ora a data certa da fundação não consta. É evidente, porém, que póde collocar-se entre o principio do reinado do Monarcha, e o anno de 1503, visto como no paço novo se representou então a farça de Gil Vicente *Quem tem farelos*[2]. Fica-nos assim reduzido ao curto periodo de dez (1495 a 1505) o numero de annos em que deveram começar os aterros do Terreiro, e em que se poz habitavel por seus donos o edificio Real. Mas ainda podemos estreitar esse periodo. Vejamos como.

Diz Damião de Goes, falando d'el-Rei:

«Depois que começou de conquistar a India —(note-se)— mandou de novo fazer os magnificos e sumptuosos paços da Ribeira de Lisboa, para onde se foi dos da Alcáçova, sem mais tornar a viver n'elles[3].»

Logo, entendendo aquellas palavras como referidas a tempos já posteriores á chegada de Vasco da Gama, e até mesmo á primeira partida de Pedro Alvares Cabral, limita-se a hesitação a cinco annos apenas.

Confirmação:

Quando em Setembro de 1499 chegou o Gama, veiu de Cintra el-Rei a toda a pressa, cubiçoso de presencear a entrada da flotilha; e como na Ribeira não havia paço, nem coisa que o parecesse,

---

[1] *Lendas da India*, tomo I, pag. 529.

[2] Indicação tirada das rubricas das obras do poeta. Ahi se lê: «Foi representada na mui nobre e sempre leal cidade de Lisboa ao muito excellente e nobre Rei D. Manuel, primeiro d'este nome, nos Paços da Ribeira, era do Senhor de 1505.»

[3] *Chron. d'el-Rei D. Manuel*, parte IV, cap. LXXXV.

foi obrigado a descançar na Casa da Mina, ali mesmo, ao rez das aguas[1].

Seis mezes depois, quando saiu Pedro Alvares Cabral, em 25 de Março de 1500, ainda el-Rei habitava *nos paços de cima* (na Alcáçova[2]).

Em Junho de 1502 nasceu no paço *da Alcáçova* o Principe D. João, que veiu a ser el-Rei D. João III.

No mesmo anno de 1502, quando o Gama voltou da segunda viagem á India, ainda os Soberanos viviam *nos paços de cima do Castello*[3].

O mesmo em Outubro de 1504, segundo conta o emissario veneziano a que já me referi, Cá Masser, dizendo que o Soberano, suspeitoso da vinda d'elle, o mandára chamar, e o recebera *no palacio sobranceiro á cidade*[4].

E accrescenta, como se estivesse pressentindo a nossa curiosidade:

«Habita sempre aquelle Serenissimo Rei na dita cidade de Lisboa, por ser a primeira do Reino, e digna de se lhe equiparar, tanto pelo tamanho, como pela situação, como pela actividade commercial, e por ser frequentada de mercadores de todas as nações do mundo. Tão verdade é isto, que me parece que só ella á sua parte vale por todo o restante do Reino. N'ella tem o Rei o seu palacio, edificado desde pouco tempo, na praia. Ainda se não acha concluido. Não é muito sumptuoso, antes é fabrica pouco alta, com pouco artificio, e pobre; é rasoavel habitação da Côrte, como supplemento a outros palacios[5].»

---

[1] *El-Rey estaua olhando da Casa da Mina, que depois se fez Casa da India,* Gaspar Corrêa—*Lendas da India,* tomo I, pag. 139.

[2] *Id. ibid.,* pag. 149.

[3] *Id. ibid.,* pag. 338.

[4] *Nel palaţţo, che è in cima de questa citta.—Relaţione,* etc., por L. de Cá Masser—*Archivio Storico Italiano,* tomo XXII, pag. 35.

[5] Não me satisfaz em todos os seus pormenores a traducção que fiz d'este italiano archaico. Para o leitor poder julgar por seus olhos, aqui lhe deixo o original, com a sua orthographia velha: «Abitta continuamente quel Serenissimo Re in quella città di Lisbona, per esser quella la prima di quel regno, e da

Pondo de parte essas apreciações severas em demasia, ainda mesmo na bocca de um Venesiano, habituado ás magnificencias do palacio dos Doges e da praça de S. Marcos, fixemos o que d'esse periodo se extrae quanto ao ponto que nos occupa: isto é: em principios de Outubro de 1504 ainda el-Rei morava na Alcaçova, onde recebeu o emissario; e por esse tempo ainda o paço da Ribeira andava em obras; *ancora quello non è compiuto.*

Que em Dezembro d'esse anno de 1504 ainda o Rei morava no castello, demonstra-o Damião de Goes, narrando o nascimento da Infanta D. Beatriz, em 31 d'esse mez, *na Alcáçova*[1].

Ao partir-se para a India o Vice-Rei D. Francisco d'Almeida, em 25 de Março de 1505, ainda «o aposento d'el-Rei era nos paços do Castello de Lisboa; e folgava de ser presente—(ás idas e vindas das armadas) —diz o minucioso e tão fidedigno Gaspar Corrêa— «e ia e vinha cada dia estar nas casas dos almasens[2]».

Em Outubro de 1505 accenderam-se umas pestes em Lisboa, e os Soberanos fugiram para Almeirim[3], e de lá para outras partes; mas o que parece innegavel é que em Dezembro d'esse anno habitaram, embora de passagem, nas casas novas da Ribeira, sobre os almazens (palavras textuaes, e já citadas, de uma testemunha) «em que se fizeram nobres paços, e debaixo d'elles grandes casas para recolhimento e feitoria das mercadorias da India e Mina[4]»; comprova-o, como acima apontei, a mencionada representação de um dos autos famosos de Gil Vicente. E digo que os Soberanos habitaram muito de passagem em Lisboa, obrigados de algum motivo de

---

equiparare, si de grandezza come de sito e de mercadanzia, e de abitazione d'universal generazione de mercadanti abitata. Si che parmi solum quella città sia per tutto il resto di quel regno, nella qual ha il suo palazzo in cima della terra nuovamente fabricato: ancora quello non è compiuto; non è molto di gran spesa, anzi una fabrica molto bassa, e con poco dessegno, e povera; assai rasonevolmente abitazione per sua corte a supplimento.» *Relazione,* etc., no tomo XXII do *Archivio Storico Italiano,* pag. 36.

1 *Chron. de D. Manuel,* parte 1, cap. LXXXII.

2 *Lendas da India,* tomo 1, pag. 529.

3 Goes—*Chron. de D. Manuel,* parte 1, cap. CI.

4 Gaspar Corrêa—*Lendas da India,* tomo 1, pag. 529.

força maior, porque logo em Março de 1506 os encontro em Abrantes, onde nasce o Infante D. Luiz. Ahi se conservaram mezes; em Julho de 1507 nasce lá o Infante D. Fernando. De lá foram-se para Evora, onde nasceu em Abril de 1509 o Infante D. Affonso.

Conclusão:

Póde collocar-se affoitamente entre 1500 e 1505 a edificação dos primitivos paços da Ribeira; e a sua inauguração pela Familia Real, póde attribuir-se ao mez de Dezembro d'este ultimo anno.

Os muitos materiaes, ferramentas, e engenhos da construcção, existiam ainda ali no verão de 1509, como se vê de um barracão que no sitio se fizera para se guardarem todos esses utensis, e que um documento dos livros Reaes no cartorio do nossa Camara Municipal nos denuncia[1]. Isso quanto a mim é presumpção de que os trabalhos de embellezamento continuaram por annos.

Seria estranho (pergunto eu) ás obras d'este paço o artista portuguez André Pires, «mestre das obras de pedra» em Lisboa? talvez não, com quanto a sua patente só seja de 1516[2].

É bem mais provavel que trabalhassem n'esta construcção magnifica o architecto e escultor Martim Annes, mestre das obras Reaes em Lisboa, e Pedro Nunes, que em 1504 substituiu a Martim Annes impossibilitado pela sua provecta idade[3]; mas é certissimo ter trabalhado o mestre de obras João de Castilho, ainda por ordem d'el-Rei D. Manuel e de seu filho D. João. Isto consta de uma carta d'este ultimo Rei, datada de Almeirim a 30 de Janeiro de 1541, onde se lê:

«Dom Joham etc. A quamtos esta minha Carta virem ffaço saber q̃ Johao de castilho caual.ro de minha casa mestre de minhas obras

---

1 Liv. III d'el-Rei D. Manuel, fl. 42.

2 Liv. XXIV d'el-Rei D. Manuel, fl. 53, e liv. XXV, fl. 54, na Torre do Tombo, communicação do Visconde de Juromenha ao Conde Raczynski, mencionada no *Dict. hist. art.*, pag. 233.

3 Liv. III d'el-Rei D. Manuel, fl. 45 na Torre do Tombo. Communicação do Visconde de Juromenha no *Dictionnaire hist. art.* de Raczynski.

me disse q̃ por el Rey meu sõr e padre que samta gloria aja, e p.ª my, lhe foram mãdadas ffazer as obras abaixo declaradas: saber—a obra..... dos pacos da Rib.ra da cidade de lixboa, as varamdas, sala, e escada, capela, e casas da R.ª minha sobre todas m.to amada e presada molher..... e os aliceces da capela q estava no allmazem..... e outras cousas meudas.....[1]»

Portanto, é innegavel que a mão do architecto dos mosteiros de Belem, de S. Francisco, de Thomar, da Batalha, e de Alcobaça, delineou alguns dos primorosos adornos que se admiravam no paço de Lisboa.

Este mestre construiu mais, aqui mesmo, n'esta praia, uns gigantes de pedra para amarração das naus da India; outro traço caracteristico para a physionomia do sitio[2].

Certo é (tudo o demonstra) que as obras do novo Palatino lisbonense duraram muito tempo. É pena que o auctor das Lendas da India, ou os das Decadas, ou os outros chronistas, ás vezes demasiado tagarellas, não alludissem, com algum pormenor descriptivo, a uma edificação, que tanto ennobreceu a Cidade! Desculpemol-os; o seu ponto de vista era diverso. Apenas Gaspar Corrêa deixa entrever que as obras se demoraram, quando, referindo-se aos aposentos Reaes sobre os armazens, escreve: «o que depois, pelo tempo, se fez em muita perfeição, como hoje em dia parece[3]».

N'outros sitios é este mesmo historiador succinto o mais que se póde ser. Quando descreve a chegada de Lopo Soares de Albergaria, terceiro Governador da India, ás praias de Lisboa, refere que todas as suas quatorze naus surgiram «diante dos paços d'el-Rei[4]». Nada mais. Pois estes paços d'el-Rei tinham nome, e não eram unicos em Lisboa.

Tinham até dois.

Como eram os Reaes aposentos collocados sobre os armazens aduaneiros da Mina, entrou o povo a dizer «paço da Casa

---

[1] Torre do Tombo, *Chancellaria d'el-Rei D. João III*, liv. XXXIV, fl. 2.

[2] Carta citada.

[3] *Lendas*, tomo I, pag. 529.

[4] *Ibid.*, pag. 562.

da Mina[1]»; outra denominação corria, e dizia-se indifferentemente «paço da Ribeira». Se me não engano, este cognomento proveiu das classes elevadas, que se tinham habituado a dizer *paço da Ribeira* quando a Côrte estava em Thomar, ou na Ribeira de Muja. Em Thomar havia, alem dos paços do Convento, os da Ribeira, onde, por signal, adoeceu da sua ultima enfermidade el-Rei D. Duarte em fins de Agosto de 1438[2]. Em Muja tinha o Soberano outra residencia, luxuosamente mobilada. E quantas mais! Existe uma carta de quitação a Diogo Rodrigues, almoxarife na Ribeira de Muja, pelas despezas feitas em tres annos[3]. Os cortesões, habituados áquella denominação, aceitaram-n-a sem custo referida ao paço novo de Lisboa.

---

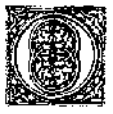
[1] Assim vem n'um documento regio de 1520. Vide *Lisboa antiga*, parte II, tomo VI, pag. 386, nota.

[2] Duarte Nunes — *Chron. d'el Rei D. Duarte*, cap. XVIII.

[3] Torre do Tombo — *Misticos*, liv. VI, fl. 147.

CAPITULO III

Busca-se descrever o primitivo paço, confrontando duas vistas antigas.—Damião de Goes.—A galeria das damas no paço de Evora.—As gravuras do *Theatrum Urbium*.—O estylo manuelino.



QUE fosse no seu primeiro tempo este miradoiro regio, não consta ao certo.

A mais antiga das duas vistas de Braunio[1], a bipartida, intitulada *Lisbona*, mostra sensiveis differenças da outra de pagina inteira, intitulada *Olissipo*.

Pouco mais ou menos onde hoje vemos o Ministerio do Reino, a bôca da rua do Arsenal, a da rua do Ouro, e parte do Ministerio da Justiça, apresentam-nos as duas estampas um edificio vasto, mas diverso em cada uma.

Na primeira (quanto se póde perceber) é já uma obra grande, mas com certa irregularidade.

Comecemos pela banda do nascente.

É, na esquina da esquerda de uma viella, um corpo alto, com lojas, primeiro andar, e segundo. No cume da parede vê-se um mirante, composto de um torreão pequeno, com telhado em corucheo, e acompanhado de terradinho coberto de tecto sobre columnellos. Este corpo tem nas lojas dois portões, o mais largo dos quaes é a porta publica chamada arco dos Pregos; do lado esquerdo do espectador ha um terraço, mais baixo que o primeiro andar, com duas outras portas, uma das quaes é a porta publica chamada postigo da Moeda. Na altura do andar nobre, vêem-se duas grandes janellas, ou

[1] *Urbium præcipuarum totius mundi theatrum*, vol. v.

antes quatro, agrupadas a duas e duas, e mais quatro sacadas unidas por varanda, que a imaginação se compraz em figurar lindamente rendilhada. No segundo andar ha seis janellas, ou antes tres bipartidas, correspondendo a tres salões, que se revelam em cima pelos tres bicos do telhado dos mesmos salões.

A este corpo segue-se outro, em plano mais fóra que o antecedente, e formando com elle um recanto em angulo recto. Na sua face principal tem em baixo portões, de que apenas se vê um; os mais ficam occultos. No primeiro andar varias janellas, que tambem nos ficam encobertas, menos duas, ou tres. No segundo andar cinco janellas, ou antes dez unidas a duas e duas, correspondendo a cinco salões que o telhado está revelando pela fórma já indicada; com uma differença: o occidental tem as empenas de nascente a poente. Entre o primeiro e o segundo andar parece correr um largo cordão de silharia. Na face que fórma o angulo reintrante vê-se uma serie de tres sacadas unidas por varanda.

Segue-se para o poente outro corpo mais baixo, com duas janellas grandes, ou quatro unidas a duas e duas, e em baixo uma porta. Telhado corrido. Esse corpo é flanqueado de uma torre alta, quadrada, com um portão no plano terreo.

Segue-se outro corpo, difficil de descrever; parece uma muralha alta, semi-acastellada, e que talvez fosse uma especie de fortificação da proxima porta do senhor D. Fernando chamada «dos Armazens», porta com a qual o dito edificio fórma esquina.

Voltemos um pouco atraz.

Da esquina do segundo corpo de edificio, que parece o mais amplo e mais nobre, sáe de encontro ao Tejo uma grande e formosa galeria composta de arcos sobre a praça, com um terraço por cima. Sobre este terraço ergue-se, retrahida, outra galeria de arcos, ou janellas, tambem coroada de eirado. Ao meio campeia uma elegante torre ameiada, com alto corucheo, e por baixo d'ella abre-se a porta publica denominada arco das Pazes.

Este bonito corpo saliente de galerias dá ao sul n'um edificio mais baixo, que avança sobre as ondas, em que se banha por tres lados. Todo de pedra, coroado de ameias, e respirando um ar guerreiro inconfundivel, é o bastião marinho que defende a casa dos Reis, é

o forte, cujo nome veiu depois a passar ao torreão filippino, segundo veremos.

Parece-me, ajudado de lente, avistar muito bem um nobre distinctivo ornamental d'este forte: as Armas Reaes ao meio, e (quem sabe?) as espheras armillares ás duas bandas. Não affirmo; dou apenas conta das minhas suppositões[1].

Ao nascente d'este bastião, surge outro corpo, mais puxado para dentro, com uma porta larga a abrir sobre uma longa ponte de embarque; esse corpo, dir-se-hia communicar por escada interior com o terraço dos arcos, e ser o caminho da Familia Real desde o paço até aos bergantins.

Tudo isso é posterior a el-Rei D. Manuel. Esse lanço foi acrescentado por el-Rei D. João III. Diz a tradição, e confirma-o um contemporaneo muito douto, nada menos que Damião de Goes, ter esse Monarcha emprehendido, desde o alicerce, *a fundamentis*, a construcção de um corpo novo, *aliud edificium*, no paço da Ribeira, com admiravel traça, *opere mirabili*, empreza que, logo que se concluisse, daria á Cidade o seu oitavo brasão[2].

É isso sem duvida a larguissima arcaria de que fala esse auctor, *porticus latissima*, á maneira da dos Jeronymos, ou antes á maneira de fortificação coberta, *velut musculus*, que enclausurava pelo poente o terreiro do Paço; esta arcaria, diz Goes, corre para o mar, *in mare prorumpit*; e na sua extremidade senhoreia a praia, *litori imminet*,

[1] O que se vê na gravura de Braunio aos dois lados das Armas Reaes parece um traço vertical com um borrão redondo ao meio. O borrão, quanto a mim, deve ser a esphera; e o traço é uma vara sobre que ella finge girar. Essa disposição, tal qual, encontra-se em antigos manuscriptos manuelinos da Torre do Tombo, onde o pintor quiz representar a esphera, como que enfiada n'uma verga metallica. O mesmo caracteristico enfeite, da esphera enfiada n'uma haste (que bem póde querer significar um sceptro) vi aos lados de um brasão das Armas Reaes por cima da antiga e nobre porta principal do Castello de Torres Vedras; com a differença de que ahi a haste termina n'uma cruz, o que é mais uma presumpção para a idéa de sceptro.

[2] «In ipso litore aliud edificium opere mirabili a fundamentis modo facere accepit potentissimus Joannes III Rex, Dominusque noster, quod quum ..... ad exitum perduxerit, octavum locum civitatis ornamenti obtinebit.» — Urbis Olisiponis situs, etc.

uma torre toda de cantaria, admiravelmente esculpida, *turris undique quadrato saxo mire exculta*[1].

Com este lindissimo complemento, ainda o senhor D. João III aperfeiçoou a obra de seu pae; deu á sua habitação mais largueza, quebrou-lhe a monotonia de uma só face, approximou-se do Tejo, e tomou assim posse indisputada e definitiva do lanço occidental da nobre praça. O vermos (segundo supponho, levado talvez de inconsciente miragem) as espheras manuelinas no topo da edificação, não contradiz a verosimilhança. Bem podia o Filho ter deixado n'esse emblema a recordação do glorioso Fundador.

Conversando commigo n'estes assumptos, e examinando as antigas gravuras da celebre galeria, notou-me um dia um amigo meu a tal qual semelhança entre essa obra do paço lisbonense, e a linda galeria-das-damas do paço de Evora: corpo alongado; arcarias praticaveis no plano terreo; por cima (quanto o estado moderno do edificio deixa perceber) vestigio de largas janellas; ao meio, um torreão acorruchado; e ao topo um terraço sobre tres arcos de ferradura, o qual, em Evora, vem a corresponder ao *forte* que entrava pelo Tejo dentro.

Ora se a galeria-das-damas é manuelina, é possivel que tambem o fosse o desenho d'esta formosa excrescencia, que el-Rei D. João ajuntou ao edificio de seu pae.

Ao poente d'esta galeria vê-se muito claro um jardim com arvoredo e canteiros contido n'um enquadramento regular de muro, mas isolado das edificações. E lá diz o Padre Duarte de Sande:

«Tambem tem este paço um jardim delicioso, com muitas arvores, plantas rescendentes, e alamedas repartidas em taboleiros de varias cores, que são um primor de arte[2].»

---

[1] «Ex regia, quam ibi desuper dominus Emmanuel amplissimam et sumptuosissimam sibi fabricatus erat, porticus latissima, velut musculus, ut demonstravimus, (a qua campus de quo paulo ante mentionem fecimus (o terreiro do Paço) a meridionali latere sepitur) in mare prorumpit, in cujus fronte ad Orientem versus turris undique quadrato saxo mire exculta litori imminet.»—Olisip. situs et figura.

[2] *Arch. Pitt.*, tomo VI.

Um primor d'arte, sim; não custa a crer. Primor o jardim, e primor o palacio.

Tudo isto, já se vê, é dito a medo; a gravura nunca é *rigorosa*, e muito menos o era no tempo em que não havia photographia, e em que um obscuro artista allemão se valia apenas de um desenho qualquer tirado em Lisboa sabe Deus por quem, e convencionalissimo em muitos accessorios. Dou apenas parte ao leitor da impressão que me causa o exame da referida gravura observada com lente, e commentada pelos meus modestos estudos artisticos; tambem ás vezes são um vidro de augmentar, com que se descobrem minucias, que á vista nua escapariam. Continuemos.

Passemos agora a examinar com igual minucia a outra estampa: a *Olissipo* (eu presupponho que o leitor se deu ao trabalho de as estender ambas diante dos olhos[1]:

N'este desenho, que é mais uma especie de planta approximada, do que um quadro perspectico, já avultam entre as duas representações do paço notabilissimas differenças.

Tudo levou volta, e não pequena.

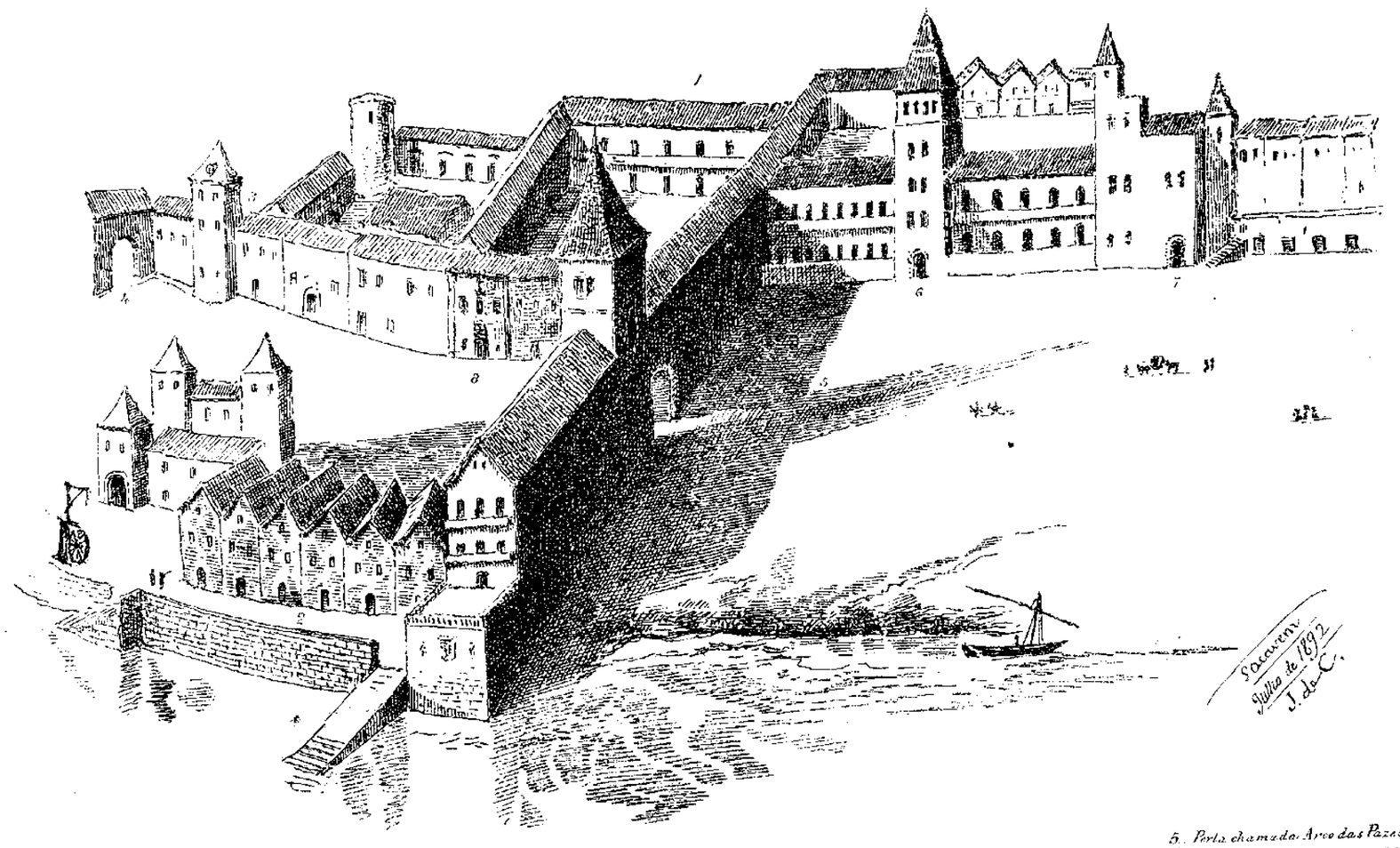
Esta vista é anterior a 1619, em que a porta *da Ribeira*, que constava de dois arcos (como lá se vê perfeitamente, communicando o terreiro do Paço com o Pelourinho velho) se demoliu para a sumptuosa entrada de Filippe II em Lisboa[2]; e é anterior, tambem, a 1584, reinado de Filippe I, anno em que se achava já levantado o magnifico torreão chamado *do Forte* (como logo veremos) no sitio onde a estampa ainda mostra os eirados fortificados na extremidade da galeria do senhor D. João III.

Portanto: o paço da Ribeira que ali contemplâmos é o d'el-Rei D. João III, ou, quando muito, d'el-Rei D. Sebastião.

---

[1] Estas estampas, raras, e difficeis de obter, acham-se hoje vulgarisadas por processos photolithographicos nos volumes da *Lisboa antiga;* agora n'este livro dou copia ampliada d'ellas na parte que se refere ao paço.

[2] Vide Lavanha.



1... Antiga Casa da India
2... Casa nova da India
3... Almasem das armas
4... Porta chamada dos Almasens

5... Porta chamada Arco das Pazes
6... Porta chamada Postigo da Moeda
7... Porta chamada Arco dos preços
8... Capella Real de S. Thomé

O PAÇO DA RIBEIRA

em tempo d'el-Rei D. João III

segundo George Braunio

---

reproducção photolithographica de um desenho á penna, ampliado, para o livro

A Ribeira de Lisboa

2ª vista

A manuelina Casa da India, soffrega com as opulencias que todos os annos recebia de fóra, mudou de logar e veiu para a margem do caes. Levantaram-se ali em renque armazens para esse trafego.

Os eirados da galeria, que emmoldurava pelo poente a area do terreiro, desappareceram, e foram substituidos por telhados.

As arcadas, que na primeira estampa formavam a base de um eirado resaido (provavelmente a «varanda da pela»), desappareceram tambem. Os architectos d'esse periodo acharam isso tudo pouco classico, talvez. O certo é que nas vistas subsequentes não torna a ver-se tão longa serie de arcos.

As frentes dos varios corpos do edificio primitivo mudaram de aspecto. Vêem-se varandas corridas, mais janellas, mais regularidade architectonica em toda a frontaria.

O jardim não apparece; visivelmente omissão do artista; o jardim ainda nos dias d'el-Rei D. José ali vicejava.

Mas vamos de vagar.

A linha que seguia desde a esquina do primeiro corpo até á porta dos Almazens, vê-se quebrada; tambem attribuo isso a lapso do buril. O logar do miradoiro da esquina da viella talvez lá esteja, porém mal indicado. O ponto de vista é ideal; só um passaro poderia contemplar com tal perspectiva o paço da Ribeira. Graças á altura a que o espectador é collocado, lança os olhos a uns pateos que se abrem por traz do paiacio, um dos quaes é o da antiga Casa da India.

O forte simplificou-se, perdeu a excrescencia do lado oriental, e (segundo se póde presumir) toda essa galeria d'el-Rei D. João III perdeu não menos o seu aspecto primitivo.

Dir-se-me-ha: «Tudo isto é vago». Bem o sei; mas não tenho culpa de que tivessemos deixado perder planos e alçados authenticos, que certamente houve, d'esta casa illustre. Se elles existissem, não teria eu passado, como acabo de passar, algumas das horas mais laboriosas da minha vida, occupado, enleiado, n'esta reconstrucção ideal!

Depois, veem nos livros velhos phrases truncadas a que é difficillimo achar o sentido verdadeiro.

Por exemplo:

Onde será a varanda de uma grande sala, a que se refere Garcia de Resende, quando diz, de passagem, na sua descripção da saída da Infanta Beatriz para Saboia em 1521 «uma sala grande e uma muito grande varanda»? Quem o poderá affirmar?

Sigamos agora algumas das indicações do indice de uma das gravuras de Braunio. Pouca ou muita, é luz que vem illuminar o quadro. Pelos n.os 7 e 8 ficâmos sabendo que os opulentos armazens chamados Casa da Mina, e depois Casa da India, mencionados, como acima disse, por Gaspar Corrêa, estiveram primeiro em sitio mais interior, junto ao paço, d'onde foram transferidos depois, como tambem indiquei, para uma serie de seis grandes casarões (que lembravam as nossas antigas teracenas de Santos), collocados á beira do Tejo, sobre um longo caes com varias linguetas. Repare o estudioso; e lá vê a indicação *Domus Indica vetus* (Casa da India antiga), n'um lanço de edificio com varanda junto de um pateo (esse pateo tem logo a sua historia); e adiante vê escripto *Domus Indica nova* (nova casa da India) no sitio a que me referi, junto ás aguas; e até lá descobre um guindaste, signal do trafego do desembarque das mercadorias de alem-mar. Que preciosidades não sobpesou esse valente engenho!....

O n.º 9 diz: *Armamentarium vetus, nunc atrium Regiæ;* isto é: Armaria velha, agora uma entrada do palacio. Essa armaria, collecção riquissima de armas, e que hei de em breve descrever, vê-se que tambem mudou de logar; o sitio, porém, onde primeiro esteve, deve referir-se, penso eu, aos dias d'el-Rei D. Manuel.

Peço sempre a quem tiver a perseverança de proceder a esta comparação, o favor de fazer certas concessões á perspectiva, e de não exigir o rigor que exigiria em photographias. Os proprios cortesãos do Rei Feliz haviam de achar-se (calculo eu) em graves embaraços, para nos explicarem claramente o paço antigo, se cotejassem comnosco as duas estampas do *Theatrum urbium*. É preciso partir do principio de que examinâmos dois documentos artisticos bem antigos, mas muito superficialmente feitos. Se todos soubessem os desenganos que ainda hoje se colhem no exame de gravuras e lithographias contemporaneas!!.... de cousas sabidis-

simas!!!.... vistas e revistas a toda a hora!!!!.... Mas em summa; adiante; nada de má lingua. Continuemos na peregrinação.

Eis ahi o *pouquissimo* que tenho podido estudar no assumpto. Esse *pouquissimo*, porém, tirado das estampas, alguma coisa dá, desde que a imaginação tenha licença para ver, nas vagas indicações de um buril pouco perito, um palacio em todo o estylo brilhante d'aquella era de prodigios.

Sim; devia ter este solar do fastuoso Rei um pronunciado cunho portuguezissimo. Ainda a nossa arte nacional vicejava com a sua feição pujante e cheia de significações allegoricas. Ainda não chegára á architectura a regra dos magros Vitruvios peninsulares; e em volta dos columnellos esbeltos herdados do ogival, enlaçavam-se vegetações de pedra, que retratavam a flora nova da Guiné, do Cabo, ou do Brazil. Nas pilastras, robustas como gigantes, desabrochavam motivos ornamentaes symbolicos, desusados no estylo classico: as cordas, as ancoretas, as sereias, as cruzes; e n'aquelle mixto singular de opulencias bysantinas e hispanicas dominava, por assim dizer, uma affirmação esthetica muito analoga á que veiu a presidir ás incongruencias pittorescas dos *Lusiadas*.

Na litteratura dos cancioneiros e das chronicas não influiram ainda Horacio e Tito Livio; assim como na architectura dos mosteiros e paços não entrára ainda a sobria imitação de *Romãos* e *Hellenicos*. Miranda, Ferreira e Barros, restauradores das lettras classicas, foram os nossos Brunelleschis litterarios; mas os architectos do paço da Ribeira ainda lhes não tinham dado ouvidos.

Nota o poderoso espirito da Baroneza de Staël, que muito se resentia a architectura veneziana do trato com o Oriente; é —diz ella com desdem— uma mescla de moirisco e gothico; desperta a curiosidade, mas desagrada á imaginação[1]. Escrevia essa talentosa mulher sob a influencia grega do primeiro Imperio dos Bonapartes;

[1] *Corinne*, liv. xv, cap. vii.

não acceitava o genero hybrido dos Venesianos, porque o não lograva então comprehender. Pergunto: poderia ella acaso aprazer-se na contemplação do nosso genero *manuelino?* certamente não; e comtudo o *manuelino* é uma referencia historica, é uma synthese artistica, é uma linguagem eloquente, é um padrão glorioso, é uma consequencia necessaria, é um symbolo nacional.

É um mixto do ogival e do moirisco? é; mas tem a força do classico. Não se limita a attrahir a curiosidade; fala á imaginação, á memoria, aos affectos. O nosso manuelino tem todas as graciosidades do ogival, toda a repoisada grandeza do romano, e toda a ardencia dos impetos meridionaes. É o passado, e é o futuro; lembra o solar medievo, e a exploração laboriosa das longinquas paragens asiaticas.

Tudo isso deveu, mais ou menos, achar-se estampado na face multiforme, dessymetrica, e vasta, do novo paço d'el-Rei D. Manuel e seu filho. Todas essas nobres tendencias artisticas haviam de brilhar n'aquellas frontarias de pedra nacional, aqui rutilantes de lioz, como a Misericordia velha, acolá torrejadas de minaretes, como um pagode indiano, além crespas de *diamantes,* como a Casa-dos-bicos, mais alem realçadas dos tons ardentes dos nossos lindissimos marmores da Arrabida. Esta mesma variedade de motivos ornamentaes, esta mesma polychromia lapidar, tinha seus quês do Oriente, e dizia bem na habitação realenga do senhor da conquista, navegação, e commercio, da Ethyopia, Arabia, Persia e India.

CAPITULO IV

Analyse, quanto possivel minuciosa, da *Casa da India e da Mina*, e tambem do *Almasem* da armaria.—Descripções antigas.—Opulencias desusadas.—Citam-se varios autores portuguezes e estrangeiros.

Procurarei dar a conhecer aos curiosos algumas das principaes notabilidades annexas ao grande edificio que nos achâmos estudando. Começarei pela Casa da India, seguindo aos *almasens* de armas. Desaferrolhemos, pois, essas pesadas portas, e penetremos, a despeito dos guardas, e a despeito das *mil fechaduras* em que falou Leitão de Andrada. «Tudo com mil fechaduras, como em Lisboa a Casa da India»—diz elle[1].

A Casa da Mina, depois accrescentada com a Casa da India *(domus Indica,* na estampa de Braunio), foi edificada, como vimos, antes do paço; muito antes. Com a construcção d'este, ficou-lhe conjuncta; depois foi transferida para armazens á borda do Tejo; até que, no correr dos annos, veiu a ter logar nos casarões terreos do grande torreão filippino que logo descreverei, e que se levantava um pouco atraz do sitio do nosso actual torreão do Ministerio da Guerra.

Essas importantes repartições aduaneiras, depois comprehendidas sob a denominação de Casa da India, e da Mina, e da Guiné, celleiros ou armazens das colheitas opimas das nossas successivas feitorias, eram, como digo, antes do paço, situadas na Ribeira[2]; defronte d'ellas ficavam as Ferrarias, até 1509, como acima indiquei.

Na Alfandega despachavam-se todas as mercadorias que chegavam de fóra, exceptuando as que vinham da India, «porque para

[1] *Miscell.*, Dial. VIII.

[2] Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. III de emprasamentos, fl. 7.

essas —diz Sousa de Macedo— «ay separada otra que llaman Casa de la India, con Provedor, Escrivanos, y otros oficiales[1]».

Ahi a temos pois a negacear-nos no espirito, a casa da India e da Mina, com as desusadas e espantosas opulencias, em que o nosso Ultramar nos ía a pouco e pouco dissolvendo. Esse armazem, pejado dos «mimos indianos», descreve-o o obscuro versejador da interessante *Relação* tantas vezes citada; e diz:

a grande casa da India,
officinas e dispensas,
casas adonde se aloja
tanto fardo de canella!

tantas drogas orientaes!
tantos quintaes de pimenta!
tanta massa! tanto cravo,
e tão preciosas pedras!

redondos fardos de arroz!
buzios, barbara moeda
de Ethyopes africanos
de retorcidas guedelhas!

aquelle branco marfim,
dentes tão grandes de feras,
que ha dente que por si só
quatro e cinco arrobas peza!

cassas, colchas, alcatifas,
e córtes de varias sedas!
ambar, coral, beijoim,
noz, incenso, e brancas perolas!

os varios brincos da China,
escritorios de gavetas,
mil obras tão marchetadas
de contadores e mezas!

finalmente tantas coisas,
que para poder dizel-as
me vai faltando a memoria;
e assi, passemos depressa[2].

[1] *Flores de España*, cap. x, excel. iv (ed. de 1737, pag. 139).
[2] *Relação em que se trata e faz uma breve descripção*, 1626.

Sim. Por mais poderosa que seja a memoria, cansa-se em pintar todo esse colorido e multiforme armazem, unico em toda a Europa, e que teve como um dos seus principaes brasões o contar por feitor o grande João de Barros[1]. Que exposição de arte ornamental não tinhamos ali! que museus de zoologia, mineralogia, e botanica, das regiões africanas e asiaticas! que lindissimas loiças da China! que esplendidos contadores marchetados! que apetitosos cofres! que sumptuosos troços de marfim! que ourivezarias nunca vistas! Tudo isso entornavam nas plagas de Lisboa as cornucopias do commercio; e tudo isso era o assombro do mundo.

Alem d'esses objectos, creio que muita da população estranhissima que os nossos galeões traziam a Portugal, quer como escravaria, quer como amostra, se havia de topar nas arcadas e vestibulos d'aquelle palacio de preciosidades: já o Ethyope retinto, ja o Cafre acobreado, já o Indio vestido de seda! todos aqui desterrados, todos chorando as lagrimas da nostalgia, todos tão vendidos entre nós como os seus patricios papagaios, saguis, ou elephantes, mas todos já pasmados e atonitos das nossas terras europêas, e trazendo, sem o saberem, trazendo, elles, os boçaes, novas notas desconhecidas e assombrosas para o grande concerto da civilisação.

Antonio de Sousa de Macedo, por exemplo, espirito arguto e observador, conta ter visto em Lisboa, na Casa da India, dois moços provindos de certa tribu de Cafres perto do Cabo da Boa Esperança, e que muito o espantaram pelo motivo seguinte: na dita tribu, ou nação, a fala com que os naturaes se communicavam não era a voz, era um systema especial de estalidos com a lingua. A quem os escutava parecia tudo a mesma coisa; mas os sujeitos lá se entendiam. Macedo experimentou-os, dizendo a um d'elles o que quer que fosse em segredo; elle repetia a pergunta por estalos ao companheiro, e este por estalos respondia muito a ponto. «Usei de toda a cautela – diz o narrador— por que não houvesse engano,

[1] «.... E inviando eu por rasão do meu cargo de feitor d'estas casas de Guiné e Indias o anno de 1534 a um Pero Fernandes.....» Barros—*Asia*, Dec. I, liv. III, cap. XII.

e vi ser verdade o que por vezes tinha ouvido, e não acabava de crer[1]».

O pessoal da Casa da India era numeroso. O *Summario* de Christovam Rodrigues lá o especifica; a saber:

Um Feitor; um Thesoireiro do dinheiro; outro Thesoireiro da especiaria; um Juiz da balança; oito escrivães; vinte e nove guardas; um guarda dos livros; um apontador; um porteiro da porta; oito trabalhadores; e outros, que orçavam por setenta, que andavam á carga das urcas.

A Casa da Mina, que parece conservava a sua autonomia, tinha:

Um Thesoireiro; um escrivão; um feitor da Guiné; seis trabalhadores, pelo menos. E todo esse pessoal labutava no trato constante de opulencias de todo o genero. Quem quizer fazer a idéa mais concreta do que n'estes armazens se accumulava, leia as muitas quitações, que existem, passadas a varios agentes, feitores, recebedores, almoxarifes, e outros, de objectos, fazendas, e quantias, de que tinham que prestar contas. Especialiso as quitações a Ruy de Castanheda[2], a Diogo Camello[3], e a Gonçalo Lopes[4]. Poderia citar outras, que tambem vi; mas bastam essas por agora; são listas preciosas sob muitos aspectos.

Resta estudar aqui outra maravilha do paço da Ribeira: o celebrado arsenal ou armazem de armas.

Ahi creou el-Rei D. Manuel um deposito, deveras opulento, «de corpos de armas e peões (palavras de Damião de Goes) e dois mil e quinhentos de homens de armas de cavallo, e oitocentos de acobertados, e muitos corpos de coiraças e outras armas, e muitas peças de artilheria grossa e miuda, e arcabuzes, espingardas, piques, lanças, e béstas, tudo em muita quantidade».

[1] *Eva e Ave*, parte I, cap. IV.
[2] Torre do Tombo—*Misticos*, liv. V, fl. 138 v.
[3] *Id., ibid.*, liv. VI, fl. 146.
[4] *Id., ibid.*, fl. 72 v.

A esse util deposito allude Resende, quando diz, já no tempo do filho do fundador:

As casas do almasem,
com armaria sem par,
fez só El-Rei que Deus tem;
vimos seu edificar.

E do mesmo estabelecimento escrevia o Venturino, sempre minucioso:

«Na segunda feira seguinte (isto foi em Dezembro de 1571)— fomos ver o arsenal ou armaria d'el-Rei, pegado com a praça principal, á beira do Tejo. Na verdade é coisa digna de espanto!

«Compõe-se de tres grandes salas, todas cheias. Os cossoletes que ahi ha são para cincoenta mil homens. N'outra, que fica por cima, estão lanças para outros; e n'outra morriões e arcabuzes para igual numero de soldados; os Portuguezes dizem que para cima de oitenta mil, alem de *trinta* mil armaduras inteiras para cavallaria. Em baixo estão cem peças de artilheria grossa, e cento e cincoenta de artilheria miuda, bem que muitas d'estas se podiam contar entre as de grande calibre. As munições são abundantissimas, assim como os materiaes para a fabricação; nem n'esta parte ha mais que desejar[1].»

Do mesmo magnifico arsenal escreve maravilhas Villalba, o nosso já conhecido viajante do seculo XVI, que reuniu as suas observações sob o titulo de *El Pelegrino curioso, y grandezas de España;* ahi diz elle que superintendia sobre o *almasem* úm fidalgo da Casa Real; pena é que o não nomeasse.

Já a entrada, observa o autor, era vasta; logo ahi viu mais de trinta peças de artilheria estropiadas, e andavam mestres a corregel-as. Em frente d'este vestibulo abria-se uma quadra terrea, onde jazia grande numero de excellentes peças, promptas a servir.

Subia-se uma escadaria, penetrava-se a um corredor, onde o viajante observou uma duzia de operarios pulindo, ou *acicalando*

[1] *Viagem do Cardeal Alexandrino a Portugal*—Vem no *Panorama*, e nos *Opusculos* de Herculano, tomo VI, pag. 92.

(termo technico antigo) armas varias. Entrou, e viu grandes salas cheias de toda a sorte de armas variadissimas.

Na primeira estavam os arnezes accumulados em grande numero; julgou que lh'o exageraram; elle, inda assim, calculou-o em conta superior a dez milheiros de arnezes completos, e diz que essas tres salas eram das melhores, se não as melhores, de toda Hespanha.

Mostraram-lhe os guias certas curiosidades dignas de nota; entre ellas (verdadeiro objecto de museu!) a pá da celebre padeira que em Aljubarrota chacinou Castelhanos. O sorriso incredulo e desdenhoso do visitante percebe-se-lhe na phrase.

Ao ler isto, lembrei-me de um caso analogo: ha na Bibliotheca Nacional de Lisboa um dos volumes da enorme Biblia pergaminacea tomada a el-Rei de Castella em Aljubarrota; veiu dos Frades de Alcobaça (o outro volume, diz a tradição escripta que foi doado ao Condestavel; que fim levaria?). Quando, na minha qualidade de antigo empregado, eu era nomeado pelo snr. Bibliothecario mór (nos bons e saudosos tempos d'aquella casa, hoje *remodelada!)* para fazer as honras do estabelecimento a alguns visitantes castelhanos, nunca (em minha consciencia o declaro) lhes magoei os brios patrioticos mostrando-lhes o malfadado volume. Os *cicerones* da armaria do paço da Ribeira não tiveram o meu escrupulo, e arranharam com a pá de Brites Fernandes o curioso Villalba. Ainda assim.... não houve grande mal.

Alguns annos depois, descreve em 1584 os mesmos almasens o Padre Duarte de Sande por tal modo, que se está a ver o cuidadoso empenho, com que nos successivos reinados se acrescentára aquella rutilante armaria.

«Vêem-se ali —diz o informador— enormes peças de artilheria fundidas de optimos metaes, algumas das quaes foram ganhas aos inimigos nos campos de batalha, e mostram-se como trophéus das victorias alcançadas; outras foram construidas á custa da Real fazenda para servirem nas guerras.

«Admiram-se varios repartimentos de diversas armas; estes com espingardas, aquelles com hastas; aqui espadas; acolá toda a casta de armamentos pesados e ligeiros, de ataque e de defeza. Alem

estão as bem figuradas estatuas de cavalleiros armados de ponto em branco, montados em cavalgaduras de pau, tão ao vivo affeiçoados, que podem reputar-se homens de lança em punho para a peleja.

«Finalmente: tão ricas em armas são estas salas Reaes, que (ao menos nos annos atraz) podiam armar e apparelhar para a guerra um exercito de setenta mil homens. Por onde aquelle arsenal gosa entre os Portuguezes grande fama; e não é sem rasão, pois podemos dizer que é d'ali, e d'esta cidade, que teem saído armados esses varões illustres vencedores de todo o Oriente[1].»

No tempo de Frei Nicolau de Oliveira, o applicadissimo escriptor, isto é em plena dominação filippina (porque esse monge nasceu em 1566, e falleceu em 1634), tinha havido alteração no logar da armaria; achava-se, quando se escreveram as *Grandezas de Lisboa*, nas costas da Casa da India; e esta, situada então junto ao torreão do Forte, era a mesma que no tempo d'el-Rei D. Manuel servira de armaria[2].

Tal collecção de riquissimos jaezes, riquissimos em absoluto, e ainda mais pelo lado artistico, foi-nos roubada pelo Governo intruso dos Castelhanos, e serviu de nucleo á celeberrima *armeria Real* de Madrid, infelizmente incendiada em 1884. «De tudo isto nos privou Castella» - - diz com lastima Luiz Marinho de Azevedo[3]. Pois bem: esse roubo foi providencial. Se tão preciosa collecção tivesse ficado cá, teria acaso resistido ao terremoto? e se tivesse resistido, teria escapado illesa á nossa mania innata de destruir, deixar perder, sumir, aniquilar, deitar fóra, substituir, remodelar?....

Diz Bluteau, que na casa da Camara da villa de Alfandega da Fé se conservava boa copia de armas, peitos, escudos, espaldares, e outros aderessos bellicos, e que no primeiro quartel do seculo XVII desfizeram tudo isso, e fizeram enxadas e arados. Que dor d'alma!

---

[1] *Lisboa em 1584* —serie de artigos traduzidos do original latino pelo snr. Antonio José de Figueiredo— *Arch. Pitt.*, tomo VI, pag. 79.

[2] «Junto a este forte está a Casa da India, que no tempo dos Reis antigos servia de almasens de armas, e é obra grande, forte, e custosa; e nas costas desta casa ficam agora os armazens das armas.»— *Grand. de Lisboa*, trat. V, cap. IV.

[3] *Livro das antig. de Lisboa*, pag. 88.

Somos assim. Dos arsenaes, em Lisboa, que de riquezas se sumiram desde 1834!

Portanto, do mal o menos: o roubo dos Castelhanos valeu á Peninsula a conservação de preciosidades sem conto.

Não sei se no primeiro quartel do seculo XVII, isto é, pelo tempo em que Miguel Leitão de Andrada rabiscava a sua *Miscellanea*, existiria ainda a nossa opulenta armaria no *almasem* do paço da Ribeira. Creio bem que não, e suspeito que já os Filippes nol-a tivessem empalmado. Diz Andrada:

.... Prevenidos.... «como o costumavam estar os Reis d'este Reino, que tinham dentro no paço um almasem de todas as armas, onde em uma hora, ou em um dia, se podiam armar vinte mil homens, porque havia nelle doze mil corpos de armas, muitos milhares de mosquetes e arcabuzes, e todo o genero de armas, e muita artilheria, tudo muito bem aparelhado e prestes[1]».

Esses verbos no preterito imperfeito fazem suppor que já o Lisboeta não podia admirar na sua cidade, como o Madrileno na sua, aquella famosa collecção de jaezes.

A guerra é sempre guerra; a invasão é sempre invasão; o dominio forasteiro é sempre um intruso, e quasi sempre um demolidor.

Mas que fizemos nós outros?—pergunta a nossa justiça íntima. Que fizemos ali, nas proprias terras de Castella, aonde tanta vez fomos levar, de espada em punho, o fogo da invasão? Occorre-me agora isto:

No tempo das desavenças entre o nosso Rei D. Affonso V e os Reis D. Fernando e D. Isabel, perpetrou a nossa mão-armada verdadeiros vandalismos nas terras dos vizinhos. Dil-o um Portuguez insuspeito, o esclarecido Damião de Goes.

Tinham-se, el-Rei D. Affonso e seu filho o Principe D. João, alojado em 1476 junto a Samora no mosteiro de S. Francisco. N'esse mosteiro os Portuguezes —escreve Goes— «ou por desprezo dos Castelhanos, ou com pouca reverencia das coisas sagradas, usaram

[1] *Miscell.*, dial. XV.

tantas semrasões, que, quando se d'ali partiu el-Rei, a casa ficou mais damnificada e destruida, do que o poderá ser se Moiros ou Alarves estiveram aposentados n'aquelle logar; do que —pondera o chronista com imparcialidade— coube boa parte da culpa a el-Rei D. Affonso; e d'isso foi reprehendido assaz rigorosamente pelo Cardeal de Castella D. Pedro de Mendoça, em uma carta que lhe mandou sobre os negocios da guerra e concertos da paz[1]».

Á vista d'isto, e de outros vandalismos crueis, prepotentes, e muita vez inuteis, que perpetrámos nas conquistas ultramarinas, releve-se ao Leão de Castella o ter (em proveito seu) salvo do perdimento inevitavel aquella armaria preciosa. O seu proveito redundou em proveito da Arte, e a Arte não tem patria.

Falta-me mencionar o pessoal, que, segundo o *Summario,* tratava do *Almasem do Reino e Armaria:*

Um Almoxarife do Almasem; um da Armaria; dois escrivães; dois porteiros; tres guardas; seis fundidores de artilharia; dois mestres de carpintaria, cada um com quatro obreiros; um mestre de arcabuzes com oito officiaes; tres ferreiros por contrato, cada um d'elles com dez obreiros; oito serradores; dois serralheiros, cada um com quatro obreiros; um sapateiro, que fazia saccos para polvora; um oleiro, que fazia panellas para polvora; trabalhadores em numero incerto; o custo d'estes andava annualmente por mil e quinhentos cruzados, e ás vezes dois mil cruzados.

Que movimento enorme não pressuppõe tudo isso!

E note-se que n'outras partes do Reino me consta ter havido armarias bem abastecidas. A de Santarem, por exemplo, era importante, a avaliar pelos items da quitação passada em 1513 aos herdeiros de um Alvaro Fernandes, recebedor da mesma armaria[2].

Tudo grandezas! tudo ruinas!

---

1 Goes—*Chron. do Principe D. João,* cap. LXXV.

2 Torre do Tombo—*Misticos,* liv. V, fl. 136 v.

CAPITULO V

Rapidas descripções do paço pelo Padre Duarte de Sande. — Desdens de Nicolau de Oliveira.—A capella Real de S. Thomé, Padroeiro das Indias.—Nascimento do Infante D. Henrique.—Autos varios de Gil Vicente n'este palacio representados.—Nasce o Infante D. Duarte.—Imposição do barrete cardinalicio ao Infante D. Affonso em 1516.—Em 1517 memoravel peleja de um elephante com um rhinoceronte n'um pateo da Casa da India.

Propõe-se o citado sabio Jesuita Duarte de Sande descrever o paço da Ribeira, «cuja vastidão, magnificencia, e commodidade é tão excellente — diz o escriptor — que os Reis de Portugal costumavam quasi sempre habitar n'elle». Lamento, porém, que o descrevesse em termos geraes, deslisando, sem menção detida, sobre edificio historico tão notavel, e (por infelicidade) tão pouco estudado!

«O que direi da regia habitação, — exclama o padre — dos seus porticos, dos seus pateos, das suas columnatas, das suas varandas e eirados, das suas salas e aposentos de todo o genero, que costumam alojar el-Rei, a sua numerosa familia, os irmãos e filhos d'el-Rei[1]!»

O que dirá? Diga o que souber. Examine, informe-se, descreva. Tenha o valor de arrostar com os Cerbéros malcreados; e deixando-se de generalidades, desça a pormenores. Não o fez; e quem perdeu fomos nós.

Oiçâmol-o sempre, ainda assim, que, n'esta inopia, até os pontos de admiração se tornam preciosos.

«No mesmo paço Real — diz elle — ha varias salas destinadas ás sessões de varios tribunaes. Em algumas reunem-se muitos juris-

[1] *Archivo Pittoresco*, tomo VI, pag. 79.

consultos peritissimos chamados Desembargadores do paço, os quaes julgam em nome d'el-Rei muitas causas civis e criminaes..... N'outras reune-se a mesa da Consciencia e Ordens, composta de outros varões não menos insignes por sua sciencia do direito e das leis, e cujo encargo é expedir e consultar os negocios das tres principaes Ordens militares do Reino, sujeitas ao Rei como seu grão-Mestre, e tambem aquelles, que versam sobre negocios ecclesiasticos, tocantes á consciencia d'el-Rei, que a final os resolve e sancciona com mais segurança e tranquillidade.»

Depois de taes palavras, e de muitos documemtos que demonstram a riqueza d'este ninho regio, como explicar o desdem com que Frei Nicolau se atreve a dizer que este paço «não é muy sumptuoso, nem grande[1]»? Confesso que não sei. Um autor, como elle, que se extasia a descrever o mercado, e a contar-lhe as cabanas, não devia, pergunto eu, pintar com mais demora e minucia o paço dos seus Reis? Não chegam estes meus leves reparos a ser censuras; devemos tanto a esses laboriosos informadores, que é indispensavel absolvel-os indulgentemente de qualquer omissão.

Visto, pois, faltarem cicerones coevos e authenticos, que nos descrevam o palacio da Ribeira, os seus salões, os seus eirados, os seus jardins, o seu estylo architectonico, a sua planta, a sua sumptuosa mobilia, estudarei agora, como podér e souber, uma das melhores joias da casa: a Capella.

---

1 «Tem el-Rei em Lisboa dois paços, um no Castello, e outro junto ao rio; e n'este, que não é muy sumptuoso, nem grande, costuma morar quando vem a esta Cidade, pela visinhança do rio, cuja vista é muy deleitosa..... ficando-lhe a vista sobre uma praça a que chamam Ribeira das Naus, onde se fazem e concertam muitas e muy grandes náus para a navegação da India.» *Grand. de Lisboa,* trat. IV, cap. IV.

Já n'outro livro[1], a proposito do paço da Alcáçova, esmiuncei a fundação d'ella, e as suas varias vicissitudes até ao seculo XVI. Aqui direi que, transferindo el-Rei D. Manuel a sua residencia para este novo paço á beira-mar, para elle transferiu com todas as suas antigas prerogativas a capella Real, mudando-lhe comtudo o orago, que era S. Miguel, e ficou sendo S. Thomé, o padroeiro da India; intenção occulta do augusto Fundador.

Na segunda das vistas de Braunio, observo a capella indicada sob o n.º 119.

Consultado o já ouvido Padre Sande, responder-nos-ha que o palacio «tem de mais uma capella, com numerosa collegiada composta de respeitabilissmos Ecclesiasticos, presididos quasi sempre por um Bispo. Fazem-se ali os divinos officios, com tal ordem, tão excellente e variada musica, vocal e instrumental, que mais se lhe póde chamar uma cathedral, que não uma capella.»

N'este templo se representou, na noite das Endoenças de 1508, por ordem da viuva d'el-Rei D. João II, o *Auto da alma*, composição de Gil Vicente[2]. Esse uso absurdo acabou; comtudo, sob o ponto de vista artistico, devia ser formoso e deslumbrante o espectaculo de autos bem ensaiados e bem vestidos, acrescentando ainda as suas vistosas galas profanas á pompa do ritual catholico.

Não poderiam acoimar-se de acanhadas taes galas na casa de um D. Manuel; e comtudo, consta que para o serviço liturgico pedira el-Rei emprestados ao mosteiro da Batalha paramentos, pratas, etc., o que tudo manda em seu testamento se restitua aos Frades[3].

A imaginação, pintora inexcedivel e inexhaurivel, reveste de pompas, desusadas hoje, o ceremonial religioso d'aquella capella Real; e o sombrio recinto só por si, adornado de brocados e lhama, alumiado de brandões e cirios, e povoado de uma Côrte que primava em opulencias elegantes, daria um formoso quadro a quem o soubesse delinear.

---

[1] *Lisboa antiga*, parte II, tomo III.

[2] Noticia tirada das rubricas das obras do Poeta.

[3] *Hist. Gen.*—Provas, II, 328.

Capellão mór era um Bispo. Vi na Torre do Tombo a nomeação do Bispo de Lamego D. Fernando de Vasconcellos em 1 de Setembro de 1516[1]; e vi tambem uma carta, em que el-Rei D. Manuel nomeia substituto a esse Prelado, ainda então simples *adayam* da Real capella, e que, segundo parece, não dava vasão ao muito trabalho que lhe incumbia com o expediente dos *alvaraaes* das confissões dos moradores da Casa. O substituto ficára sendo para esse fim, desde 29 de Fevereiro de 1515, João de Riminha, Capellão cantor[2].

E observo outra circumstancia: não era só el-Rei que tinha capella; o Principe herdeiro tambem tinha a sua. Vi na Torre do Tombo uma quitação do Soberano a Diogo Fernandes Cabral, Deão da capella do Principe, pelas despezas nos annos de 1509 a 1513, e pelas alfaias riquissimas de que era depositario o dito Deão[3].

Vamos agora folheando, tão rigorosamente quanto podér ser, os annaes d'esta celeberrima residencia.

Em Janeiro de 1512, nasceu aqui o Infante D. Henrique, futuro Cardeal-Rei.

Falei ainda agora da chistosa farça *Quem tem farellos*, representada em 1505, e no *Auto da alma* em 1508. Outros autos de maior vulto se celebraram ali, ora nos salões, ora na capella. Alem do auto *O velho da horta*, representado em 1512, mas não se sabe em que paço, houve mais. Por exemplo:

Meado Agosto de 1513, na despedida do Duque de Bragança D. Jayme para a expedição de Azamor, restrugiram as abobadas do salão grande com as estrophes enthusiasticas e ardentes do admiravel auto *Exhortação á guerra*, uma das obras primas do grande dramaturgo, e uma d'aquellas em que melhor se expande a nativa pujança d'aquelle estro e d'aquelle coração.

---

[1] *Misticos*, liv. v, fl. 214.
[2] *Id., ibid.*, fl. 152.
[3] *Id.*, liv. vi, fl. 132 v.

Depois, apparece chronologicamente a *Comedia do Viuvo,* representada em 1514; não se póde, porém, affirmar que o fosse n'este paço, mas é bem possivel.

Em 7 de Setembro de 1515 nasceu o Infante D. Duarte, filho d'el-Rei D. Manuel, e de sua segunda mulher a Rainha D. Maria[1].

Aqui recebeu em 1516 o Infantinho D. Affonso, com sete annos apenas, o barrete cardinalicio da parte do Santo Padre Leão X. Trouxe-lh'o de Roma D. Manuel de Noronha da Camara, Bispo de Lamego[2].

Do anno 1517 depara-se-me uma boa e divertida recordação.

Se eu podesse alargar-me, transcrevia aqui um chistoso capitulo da *Chronica d'el-Rei D. Manuel* por Damião de Goes[3], onde este peregrino historiador (cujo bello retrato me está agora, entre outros, olhando de uma parede do meu escriptorio) conta um duello façanhoso, presenceado no paço que estudâmos. É um trecho pittoresco, onde a erudição litteraria corre parelhas com a mais infantil ingenuidade. Vou extractal-o; e quem quizer saborear o quadro inteiro, recorra á Chronica.

Já o titulo do capitulo vale um milhão!

«De como el-Rei quiz ver per experiencia o que os scriptores antigos screvem do odio natural que á antre os Elephantes e os Rhinocerotas, pera ho que mandou em Lisboa meter estas duas espantosas alimarias em hum terreiro cerrado, e do que cada huma dellas fez.»

Sim; desejoso el-Rei, n'alguma hora ociosa, de averiguar por seus olhos o que affirmavam naturalistas, e que ao douto Virey parece fabula (vá dito de passagem) do odio inconciliavel entre rhinocerontes e elephantes, planeou uma justa *sui generis,* como diversão á Côrte, e (quem sabe?) como distracção á Rainha, que

[1] Goes—*Chron. de D. Manuel,* parte III, cap. LXXVIII. André de Resende—*Vida do Inf. D. Duarte,* cap. II.

[2] *Id., ibid,* parte II, cap. XLII.

[3] Parte IV, cap. XVIII.

definhava a olhos vista, minada de um mal que lhe ficára desde o nascimento do ultimo filho.

É preciso que se saiba (e aqui entra mais esta feição para o retrato do paço), que em frente da antiga Casa da India se espalmava um terreiro, ou pateo, de que lá em cima falei, cerrado de alta parede ameiada, com janellas de grades de ferro. N'esse pateo corria de banda a banda um passadiço, communicando os aposentos da Rainha com os de seu marido, passadiço feito de panos de Arraz pendentes, e (segundo se vê) obra ainda provisoria.

Eis ahi o theatro da scena desusada, que veiu alvoroçar alegremente os cortezãos de serviço, e encheu de cavalleiros, e damas da Rainha, as janellas e os eirados.

N'alguma loja do paço dos Estáos, ao Rocio, poisava um elephante d'el-Rei; era bicho ainda novo e cheio de fogo, trazido de Africa, ou de Goa, a bordo de algum galeão. Mandou-se buscar aos Estáos, e atravessou a Cidade, com grande gaudio dos burguezes, bamboleando no dorso o seu cornaca indiano, a cuja voz costumava obedecer. Tambem havia um rhinoceronte; e quanta casta de animaes curiosos não teriamos que admirar n'este emporio oriental chamado Lisboa! (De dois leões me lembro eu, que em Março de 1498 existiam n'uma jaula do paço do Castello, e aos quaes o Monarcha, por uma carta especial, manda pagar seiscentos reaes cada mez para mantimento[1]). O rhinoceronte, levado de ante-mão á Casa da India, já tinha sido mettido no pateo, e escondido atraz dos panos de armar, ferropeado como andava sempre, e á trela de outro Indio, que elle muito bem reconhecia, e que o tratava e lhe dava de comer.

Lavra em todos os espectadores anciedade, que se expande nas animadas conversações. O Colliseu de Roma, em tarde de pugna de gladiadores ou leões, nunca viu mais impaciencias nem mais nervosos commentarios.

E havia motivo para isso. É de si o rhinoceronte um desherdado, que, nada devendo á Natureza pelo lado da formosura,

[1] Torre do Tombo — *Chancellaria de D. Manuel*, liv. 32, fl. 30.

ostenta no seu aspecto suino, no grotesco da sua estatura, no acanhado das pernas, na coiraça mais que rude que o defende, e na desconfiada mysanthropia do olhar, não sei que ares repulsivos, que a final de contas não dizem com a sua indole pacifica, se bem que silvestre e retrahida. Não o atormentem, e nunca fará mal.

Quanto ao elephante (ou *aliphão,* como tambem escreviam) quem se não recorda d'aquelle seu olhar perspicaz, e do seu ar inoffensivo? Quem não sabe que é elle o mais intelligente dos quadrupedes, o rival do cavallo e do cão? Quem se não tem deliciado com as historias prodigiosas de que é assumpto no mundo inteiro? A Lisboa manuelina podia, só á sua parte, fornecer-nos de muitos casos.

Chegou o elephante. Houve um reboliço geral, e todos os olhos se fitaram na porta por onde havia de entrar. Abriu-se; penetrou a bisarma. Approxima-se o momento solemne! Tornou-se a fechar, e ficaram no mesmo recinto os dois athletas.

Deu ordem el-Rei para que se levantassem os panos do passadiço. Fez-se profundo silencio.

O rhinoceronte, dotado como é de ouvido finissimo, e faro não menor, maliciou novidade; olhou; avistou o outro animal; teve um abalo de furia; quiz atirar-se-lhe; e no menear do corpanzil, e no assoprar, e no sacudir e estrallar das orelhas, e no empuchar a cadeia com que o prendia o guardador, parecia expandir todos os seus rancores. Soltou-lhe o guardador um pedaço mais da cadeia; e elle lá vae, com o seu avançar de javali, elle lá vae, de focinho baixo, olhos torvos, elle lá vae, aos grunhidos, de encontro ao elephante.

Este, que se achava acaso de costas para elle *(de anca revôlta,* como diz Goes), revirou-se n'um prompto ao farejar a fera; alçou a tromba; e soltando urros de cavallo, dava todas as mostras do maior desassocego. O cornaca segurava-se no castello, a muito custo, porque as upas eram mais asperas que as de caravella no mar das Indias. O bicho tentou ir-se de arremettida ao inimigo; mas, ou pela inexperiencia da pouca edade, ou por prudencia de sabido, fez volta sobre si, e correndo desvairado para uma janella de grades, metteu por ellas a cabeça com vehemencia tamanha, que

logo torceu dois varões de ferro, atirou ao chão o Indio estatelado, e teve artes de enfiar o corpo inteiro pela abertura assim patente, galgar á praia, correr ao terreiro, e levar-se n'um impeto de fogo até á sua estrebaria dos Estáos. O medo põe azas.

O rhinoceronte, esse aguçava o grunhido suino, que tanto sabe aterrar os elephantes, e é o signal do maior furor d'elle; rasgava a terra com a arma anavalhada do focinho, e alçava a ignobil cabeça, quasi celebrando na sua algaravia de besta fera aquella rapida victoria.

A Côrte ria, e applaudia.

E pelas ruas! pelas ruas foi um alvoroto indescriptivel, quando os transeuntes viram passar de carreira o elephante, doido de susto, alheio a tudo, desattento a vozes, correndo sem se saber d'onde, nem para onde! Elle é que o sabia, e muito bem: buscava a sua poisada o manço e intelligente animal, que no seu intimo não tinha odios nem a gente nem a rhinocerontes, e nunca em sua vida poderia vir a perceber aquelle capricho, semi-pagão, semi-silvestre, do seu polidissimo senhor; capricho proprio da sanguinaria Roma velha.

Aquelle mesmo rhinoceronte, diz Damião de Goes que o mandou el-Rei D. Manuel, d'ahi a oito mezes, de presente ao Santo Padre Leão X. Embarcaram-n-o a bordo de uma nau, de que ia por capitão João de Pina, Cavalleiro da Casa, encarregado não menos de levar ao Pontifice uma rica baixella de prata doirada. Foi a embarcação até Marselha, onde se achava acaso el-Rei de França Francisco I.

Ver um rhinoceronte vivo é appetitoso, até para um Rei de França. A rogo d'este Principe, mandou João de Pina desembarcar o bruto; viu-o o Soberano, e viu-o a Côrte. Em troca de um magnifico ginete ricamente ajaezado, que lhe offereceu o Portuguez, mandou-lhe o Rei de presente cinco mil escudos de oiro.

Ao approximar-se das costas de Genova a nau de João de Pina, sobreveiu uma tormenta brava que a afundou. Tudo se perdeu. O rhinoceronte veiu dar morto á praia. Foi empalhado, e ainda assim levado ao Santo Padre.

Em presença d'este testemunho coevo e irrecusavel de Damião de Goes, fica prejudicado o que escreveu Filippe de Caverel, secretario, em 1582, de uma embaixada dos Estados de Artois a Lisboa. Conta elle que em certo dia foi ver um rhinoceronte que em Lisboa se mostrava, e que lhe parecia dever ser o mesmo que el-Rei D. Manuel em 1517[1] fizera brigar com um elephante. *Car il peut estre que ce soit le mesme, qui demeura lors victorieux de l'éléphant.*[2] Podia ser, porque esses animaes vivem muito; mas não era.

[1] O autor diz, por engano, 1513.

[2] Isto vem, com alguns outros extractos da relação da mesma embaixada, no *Boletim de bibliographia* redigido pelo snr. Annibal Fernandes Thomaz, n.º 10.

CAPITULO VI

Auto da *barca do inferno* em 1517.—Morte da Rainha D. Maria.—Novo casamento d'el-Rei D. Manuel.—Nascimento da notavel Infanta D. Maria.—Partida da Infanta D. Beatriz para Saboya.—Historia de umas perolas.—Relance de olhos á mobilia do paço da Ribeira.—Recepção de um Embaixador.—Doença e fallecimento d'el-Rei D. Manuel.

Pelos principios, talvez, d'este mesmo anno de 1517, assistia a Côrte á representação de um auto de Gil Vicente chamado *da barca do inferno*. Ponho aquella data, visto como a Rainha D. Maria falleceu pouco depois, e o auto, segundo diz a rubrica, foi composto para sua distracção, por se achar a Soberana já muito doente do mal que a matou.

Com effeito, a 7 de Março, entrava o luctо nos lares Reaes; e esta Princeza, de trinta e cinco annos apenas, sempre doente desde o nascimento de seu filho o Infante D. Antonio, dizia, nos seus aposentos do paço da Ribeira, o ultimo adeus ao mundo[1].

Deixou os seguintes filhos: o Principe D. João, a Infanta D. Isabel, que veiu a ser mulher do Imperador Carlos V, a Infanta D. Beatriz, que veiu a ser Duqueza de Saboya, o Infante D. Luiz, pae do Prior do Crato, o Infante D. Fernando, solteiro, o Cardeal

1 Positivamente diz Goes: «faleceo em Lisboa nos Paços da ribeira aos sete dias do mes de Março»—*Chron. de D. Manuel*, parte IV, cap. XIX.

No cap. II da *Trasladação dos ossos d'el-Rei D. Manuel e da Rainha D. Maria (Hist. Gen.*—Provas, tomo II, pag. 310) vem esta phrase: «A Rainha D. Maria..... ordenou que depozitassem em tanto seu corpo no Moesteiro da Madre de Deos, junto com Lisboa, onde ella falleceo».

Esta construcção é talvez um pouco ambigua, e alguem viu n'ella a asserção de ter a Rainha fallecido na Madre de Deus; mas é engano; falleceu em Lisboa; aquelle *onde* (apesar das duas virgulas) refere-se a *Lisboa*.

Infante D. Affonso, o Cardeal Infante D. Henrique, e o Infante D. Duarte.

Foi a Rainha, conforme attestam os seus contemporaneos, uma nobre figura, alta, esbelta, branca, olhos muito lindos; notava-se-lhe a parte inferior do rosto um pouco retrahida. Tinha um ar senhoril e serio, que sabia impôr-se.

Cumpriu o tempo os seus salutares effeitos; e, por motivos que Damião de Goes deixa suspeitar[1], resolveu el-Rei casar terceira vez. Logo em Maio de 1518 tinha o valido Alvaro da Costa, por ordem de seu amo, concluido em Saragoça o tratado matrimonial do mesmo senhor com D. Leonor de Austria, irmã de Carlos V.

A escolha foi acertada: era a joven Infanta a mais engraçada moça da Peninsula: espigada, loira, rosto cheio de attracção e innocencia, e uma voz de oiro, que os coevos encarecem entre as melhores das suas prendas naturaes. Tinha a distincção da Austriaca, a bondade da Flamenga, e o chiste da Castelhana. Fez sensação na Côrte portugueza; viu rendidos a seus pés o Rei e o Reino, e veiu depois a deslumbrar a elegante Paris. Compassiva e caridosa como era, teve a gloria de congraçar os dois poderosos rivaes, que amotinavam a Europa: Francisco I seu segundo marido, e Carlos V seu irmão. Motivou esse facto uns versos de Theodoro de Bèze, que alguma cabida teem por ventura n'este logar:

D'Hélène on chante les attraits.
Auguste Éléonor, vous n'êtes pas moins belle,
Mais bien plus estimable qu'elle:
Elle causa la guerre, et vous donnez la paix.

O que poderia talvez imitar-se assim:

Mais que Helena és linda e bella,
com mais terno coração:
guerra e fogo vão com ella;
é a paz o teu condão.

[1] *Chron. d'el-Rei D. Manuel*, parte IV, cap. XXVI in fine.

Depois de celebrado o seu casamento por procuração em Saragoça, partiu a juvenil Rainha, acompanhada de lustroso sequito, em Novembro do sobredito anno de 1518, e chegou á raia portugueza em 23, junto ao ribeiro de Sever. Feita a entrega da augusta senhora com todas as formalidades, caminhou o prestito para a villa do Crato, onde na mesma noite recebeu os nubentes, conforme o ritual catholico, o Arcebispo de Lisboa. Ahi no Crato demoraram-se dois dias, que foram de muita festa; ao cabo dos quaes partiram para a Ponte de Sôr, e na manhan seguinte para a Chamusca, onde se detiveram outros dois dias. D'ahi foram-se para Almeirim, onde se demoraram, assim como depois em Evora. A entrada solemne em Lisboa foi em Janeiro de 1521, com grande apparato, aposentando-se a Côrte no paço da Ribeira.

Quanto nos interessaria hoje saber a impressão que este paço causou na Rainha! com extensa vista de rio e de mar! com salões deveras opulentos! com a proximidade da faina maritima das construcções!

O que é bem certo, é que a chegada da Côrte a qualquer sitio (á propria Lisboa até) trazia o mais agradavel movimento ao pequeno commercio, e animava a população. Hajam vista as lamentações de duas comadres no *Auto das Regateiras* do velho Antonio Ribeiro Chiado, ao saberem que el-Rei saira de Lisboa para Almeirim! ao ponderarem a paralysação das vendas na Ribeira pela ausencia de tanta gente!

N'este paço nasceu a 8 de Junho d'este anno de 1521 a celebre e sempre respeitavel Infanta D. Maria, de virtuosa e erudita memoria[1].

D'ahi a dois mezes, em Agosto.... (quem não está vendo agora apparecer aqui o drama de Garrett, e a figura graciosa e linda de Emilia das Neves?) nas festas da despedida da Infanta D. Beatriz, duqueza de Saboya, applaudia toda a Côrte o novo auto do mestre, *Côrtes de Jupiter*.

Um pormenor pouco sabido mas precioso: el-Rei brindou sua filha com um fio de perolas riquissimo. Cento e sessenta annos as

---

[1] Goes—*Chron. d'el-Rei D. Manuel*, parte IV, cap. LXVIII.

conservou no maior apreço a Casa de Saboya; e em 1681, vindo a Lisboa o Marquez de Ornano, como Embaixador do Duque, tratar o casamento d'elle com a nossa mallograda Infanta, trouxe-lhe de presente, da parte do Noivo, as mesmas perolas de familia[1].

Assim como ficou o inventario dos moveis e adornos do paço da Ribeira em dias d'el-Rei D. João III, muito devemos lamentar que se não encontre completa a lista da recamara d'el-Rei D. Manuel. Comtudo, é muito possivel supprir em parte essa falta, á vista dos roes, que existem, de alfaias d'este Soberano e das Princezas.

Correr o paço era ver uma serie de objectos valiosos, que diziam a ultima palavra no adiantamento das artes sumptuarias: salas forradas de magnificos panos de raz, espelhos de ambar, cofres ricamente marchetados, cortinas de velludo, guadamecins, bancaes de raz, mesas de Allemanha, reposteiros de pano de Inglaterra, tocheiras cinzeladas, leitos aderessados de cortinas de brocado, velludo, ou damasquim, com cobricamas lavradas, mesas cobertas de manteis francezes para o jantar dos Soberanos, com todas as alfaias de prata, escudellas, picheis, agomis, albarradas, confeiteiras, e tudo n'este teor; quadros de mestre colgando as paredes: retratos de familia, assumptos sacros, e paizes.

Por aqui se entrevê, quanto a pequenina Côrte de Lisboa primava no trato e agazalho, e quanto a habitação do nosso fastuoso Monarcha sabia compendiar em si o pensamento dos descobrimentos e da conquista.

Comtudo, não forrageavamos só nos mercados estrangeiros; Portugal e suas possessões primavam em certos artigos, que até conseguiam exportar. Occorrem-me para exemplo os artefactos de marcenaria, que já desde o seculo XV eram notaveis. Diz Cadamosto nas suas *Navegações*[2] que os regatos caudalosos da Madeira faziam mover engenhos de serrar as magnificas arvores insu-

[1] *Hist. Gen.*, tomo VII, pag. 475.

[2] Cap. IV.

lanas, d'onde os artifices de lá engenhavam bufetes ricos, e mais obras, de que se proviam Portugal e outros reinos. D'esses bufetes eram uns de cedro muito cheiroso, e semelhante ao cipreste; outros de teixo, tirante a côr de rosa.

Pergunto: não haviam tão bonitos moveis, tão portuguezes, de adornar os salões do nosso portuguezissimo Soberano?

Ás listas de que já tenho falado, de objectos riquissimos da recamara Real, accrescentarei uma, inedita, de que tomei nota, de alfaias de prata e oiro mencionada n'um documento authentico[1].

A maneira como el-Rei D. Manuel por varias vezes recebeu n'este seu paço Embaixadores estrangeiros, é digna de relatar-se. As etiquetas quinhentistas, que hoje desdizem das nossas, teem por isso dobrado sabor.

Achava-se el-Rei coberto, e sentado no seu throno, ao topo da sala chamada dos Embaixadores. Abria-se a porta fronteira, e entrava o Enviado com o seu sequito; o Soberano portuguez levantava-se. O Enviado ia caminhando ao longo da sala, compassadamente; e quando chegava ao-pé do Monarcha, e se inclinava, este apenas levava a mão ao barrete, preparando-se para o tirar. O estrangeiro beijava-lhe a mão; depois entregava-lhe as suas credenciaes, que o Rei aceitava[2].

Essas etiquetas cortesans, viu-as o paço da Ribeira. A essas scenas presidiu el-Rei D. Manuel em grande e incomparavel pompa.

Aos cincoenta e dois annos de sua edade, foi el-Rei uma vez, subitamente, accommettido de uma ardente febre. «Era doença que

[1] Quitação passada em 15 de Julho de 1516 a Miguel Nunes por el-Rei D. Manuel — Torre do Tombo, liv. VI dos *Misticos*, fl. 153 v.

[2] Frei Luiz de Sousa — *Annaes d'el-Rei D. João III*, parte I, cap. XIV (ed. de Herculano, pag. 58).

andava na cidade —conta Frei Luiz de Sousa;— parava em modorra; matava a muitos». Estava-se em principio de Dezembro de 1521.

O apparato da enfermidade descontentou desde logo os physicos; deu ordem o senhor D. Manuel para que se mandasse recado ao Principe herdeiro. Desprecatado e alegre, saira este desde madrugada para uma caçada em Almeirim com seus irmãos os Infantes D. Luiz e D. Fernando. Chegou-lhes a noticia no sabbado 7 de Dezembro á meia noite; e tanto cavalgaram, a marchas forçadas, que logo no Domingo entravam todos tres, anciosos de cuidado, no paço da Ribeira.

Era el-Rei forte de compleição, mas de nada lhe valeram as forças. Assim que se espalhou a noticia, correram os Grandes para junto de seu amo, e velaram-n-o todos com sincero carinho. Ahi temos vivo Damião de Goes, que em virtude do seu cargo assistiu a tudo, e nos dará bons pormenores.

Adoeceu o Soberano uma quarta feira 4; conservaram-se os medicos em espectativa e observação até sexta feira 6; sangraram-n-o então. No Domingo, 8, confessou-se, pediu o Sagrado Viatico, e mandou lavrar testamento (com quanto existisse outro de 1517). Na segunda feira cortaram-lhe rente o cabello, que, por ser comprido, á moda do tempo, o incommodava.

Recrescia a anciedade e a angustia em toda a Familia. A Rainha e a Infanta D. Isabel, afim de se acharem mais proximas do querido enfermo, mudaram-se para uma camara visinha da d'el-Rei; o Principe D. João, que, segundo parece, estava a esse tempo morando no paço de Santos[1], mandou logo apromptar quarto no paço da Ribeira, sobre o *almasem;* e ahi dormia, prompto sempre á primeira voz. Recommendou a Damião de Goes o acordasse, quando o perigo recrescesse; o que o servidor cumpriu ponctualmente, indo chamar tres vezes seu joven amo; e o Principe erguia-se de relance, e corria a toda a pressa ver seu Pae.

Na quarta feira, 11, mandou o Rei reunir ao-pé de si os filhos, e ali os teve quasi o dia inteiro; depois, lançou a todos a sua ben-

[1] Frei Apollinario da Conceição.—*Dem. hist.*, pag. 247.

ção, e despediu-os. A noite de quarta para quinta foi horrorosa, assim como a manhan do dia 12, em que o tiveram por morto.

Do meio-dia em diante, até á noite, teve mais accordo, tomou algum alimento, e bebeu agua. Quiz então ver a Rainha, e teve-a junto a si uma boa hora e meia. O estado geral peorava gradualmente; e assim se ía passando a sexta feira 13, dia de Santa Luzia.

De tarde, pareceu acordar um tanto do seu torpor, abriu os olhos, e vendo junto ao leito o Duque de Bragança, ainda o conheceu, e disse-lhe a custo algumas palavras. Trouxeram-lhe um levissimo alimento para ver se se lhe sustentavam as forças. Entrou de novo a Rainha; elle sorriu-se, e falou-lhe affectuosamente, mostrando alegrar-se de a ver. Foi ungido; e perguntando-lhe alguem:

—Como se sente Vossa Alteza?

respondeu intercortadamente e em voz debil:

—Sinto muita afflicção, e muito cançasso.

Pelas quatro horas da tarde entrou o Soberano em artigo de morte. Queria Goes ir de novo chamar o Principe D. João ao seu aposento; mas não o deixaram, para não perturbar o moribundo.

Prelados e Religiosos em volta do leito psalmeavam a agonia; e o bom Rei, em voz mortiça, ía murmurando os Psalmos que sabia de cór.

Ás nove horas da noite acabou de penar, e, com todos os Sacramentos, entregou a alma ao Creador.

A sentida xácara de Gil Vicente ainda hoje pranteia aquella dor publica.

Pranto fasem em Lisboa,
dia de Santa Luzia,
por el-Rei Dom Manuel,
que se finou n'este dia.

Ás tres horas da madrugada foi o cadaver, depois de devidamente revestido, levado por toda a Côrte ao ainda então incompleto mosteiro dos Jeronymos em Belem. Ía o ataúde em cima de uma azemola, e entre nobres, clero, e povo, seguiam umas duas mil pessoas a cavallo, e mais de seiscentas tochas accezas.

E cantava Gil Vicente, o nosso troveiro immortal, testemunha coeva:

Já passada a meia noite,
tres horas antes do dia,

mettido em um ataúde
o que inda ha pouco regia,
o gran senhor do Oriente,
de seus paços se partia.

Seiscentas tochas accezas,
escuras a quem as via!
triste pranto até Belem!
nem passo não se esquecia!

Em terra fica enterrado,
porque assim mandado havia,
conhecendo que era terra
a mundanal senhoria!...

.....

Com estes ultimos traços termina, pela morte do Fundador, o primeiro periodo da chronica do nobre paço da Ribeira.

CAPITULO VII

Acclamação d'el-Rei D. João III.—O novo Rei e sua Madrasta a Rainha viuva.—Caracter muito portuguez d'este Soberano.—Peste em Lisboa.—Peregrinações da Familia Real fugindo ao contagio.—Casamento d'el-Rei em 1525.—Mais autos de Gil Vicente.—Obras no paço.—Presença de espirito do senhor D. João III.—O primeiro auto de Fé no Terreiro, presenceado das janellas Reaes.

Residiu por muitas temporadas o senhor D. João III n'estes paços, a que já então se achavam vinculadas tantas memorias de familia.

Fallecido seu pae, a primeira vez que o novo Rei saiu foi em grande pompa, a fim de ir celebrar no alpendre de S. Domingos a ceremonia da acclamação. Recolhida nos seus quartos ficou a juvenil Madrasta do Reinante, a Rainha-viuva D. Leonor.

E para se ver um requinte de respeito, que usou para com essa Princeza seu Enteado, bastará recordar o que nos contam os *Annaes* de Frei Luiz de Sousa:

Atravessou o cortejo a area do terreiro do Paço em direcção ás portas *da Ribeira,* por onde havia de entrar no Pelourinho velho, e seguir até ao Rocio e S. Domingos. Ordenou el-Rei D. João, que todos, até longe do paço caminhassem no maior silencio, caladas as charamelas e trombetas, para que estrondos nenhuns da festa podessem chegar aos ouvidos da Real Anojada. Ha occasiões em que as melodias mais alegres são tormento insupportavel. O silencio, a que n'esse lance, no acto inicial do seu reinado, obrigou el-Rei D. João os menestreis, é commovedor de singela eloquencia. Nem todos o entenderão talvez.

Confesso, com o maior desassombro e convencimento, que não creio o que se tem propalado ácerca de tendencias para sentimen-

tos amorosos entre esses dois Principes, orphanados do amor paternal e do amor conjugal; e pergunto apenas: não teria sido facil aos dois o vencerem, com beneplacito da Santa Sé, quaesquer difficuldades em nome de rasões politicas? não lhes teria sido agradavel annuir ás reiteradas supplicas dos seus vassallos, a começar pelo Duque D. Jayme e pela Vereação de Lisboa, e a acabar no ultimo popular de Alfama? Quem os tolhia? Quem?? a verdade do respeito filial que ambos consagravam ao Morto; a pureza do sentimento que os unia a ambos. Deixar falar a chronica soez da malevolencia escandalosa e hypocrita! nada vejo que me inhiba de julgar, que el-Rei D. João e a Rainha Leonor mantiveram, um e outro, inconcussa a sua dignidade. Foi sempre Lisboa um soalheiro de intrigas. Fujâmos a ellas, que envenenam.

. . . . . .

Celebraram-se com o devido luzimento as ceremonias rituaes, a acclamação, o juramento, a quebra dos escudos (ou *o pranto*, como lhe chamavam); tudo usos velhos nacionalissimos, uteis por mais de um modo: são fórmas brilhantes e muito coneretas do culto externo, indispensavel na politica e na Religião, e representam as usanças consagradas pelos seculos (o que nunca é indifferente para uma nação que deveras saiba prezar-se).

N'esse afferro aos usos velhos do Portugal de seus maiores, teve sempre o senhor D. João III muito cuidado. Rei pronunciadamente portuguez, homem clemente e de boas intenções, quiz sempre muito ás modas e aos usos nacionaes. Nas pequenas coisas se conhece a ihdole de cada um: este Soberano até no trajar era portuguez. A cada passo as chronicas encarecem o empenho dos cortezãos em adoptar costumagens forasteiras, nas etiquetas e no vestir. Elle reagiu quanto pôde contra esse empenho. Bastaria esse facto para resgatar muitissimas fraquezas.

Por alardo de cortezania para com a moça Rainha flamenga, terceira mulher d'el-Rei D. Manuel, ostentou o Paço inteiro, desde a chegada d'essa senhora a Portugal, a adopção das modas castelhanas e flamengas, com desprezo das nossas. E quem se oppoz a isso? quem deu exemplo de amor á tradição? Elle, o Principe. Lá o diz Frei Luiz de Sousa:

«E devemos-lhe, os Portuguezes, que, trocando, n'esta conjuncção, quasi toda a Côrte, e até a pessoa delRey, o trajo portuguez pelo castelhano e framengo, elle nem agora nem depois quiz acceitar nunca tal mudança. Galante e custoso, mas á portugueza.»

E n'outra parte ajunta isto, com maior minucia:

«Não pôde acabar comsigo deixar o trajo natural pollo estrangeiro, como então fez toda a Côrte. Ficou em lembrança que hia de trás delle —(isto é: atraz do uso)— vestido em hum pelote de brocado de pelo, com mangas trançadas, cortado sobre setim pardo; espada de ouro cingida, e cuberta huma capa frisada; gorra de duas voltas com seu firmal de preço. Tudo ao uso portuguez daquella idade[1].»

Depois dos preliminares do reinado que assim se estreava, deixou el-Rei o paço da Ribeira; e fel-o, «ou por se aliviar do nojo, a sy e á Rainha, com a differença do sitio —diz nos citados *Annaes* Frei Luiz de Sousa— ou porque já se devião começar a sintir na Cidade as mortes apressadas e principios de peste, que pouco depois se declararão demasiadamente»[2].

Foram primeiro para as bandas de Enxobregas, habitar as casas de D. Francisco d'Eça, que não sei quaes eram, e pouco depois passaram-se d'ahi para o lado opposto da Cidade, para o lindissimo paço de Santos, que logo analysarei detidamente, desde as suas origens historicas até ao seu estado actual.

Repito: não posso fixar quaes fossem as *casas de D. Francisco d'Eça;* sei apenas, que um fidalgo d'esse nome foi Embaixador d'el-Rei D. Manuel a Castella, em 1509, e que seu filho D. Pedro d'Eça fez uma capella em S. Francisco de Xabregas, e ahi se mandou enterrar[3].

Esta ultima circumstancia confirma o facto de ter essa familia, no sitio (então muito aristocratico) de Xabregas habitação propria,

[1] *Annaes,* parte 1, liv. 1, cap. IV in fine (ed. de Herculano, pag. 18 e 19).

[2] *Id.,* parte 1, liv. 1, cap. VI (ed. de Herculano, pag. 27).

[3] *Hist. Gen.,* tomo XI, pag. 686.

que hoje desconheço. Mais voltas tem levado aquella paragem, do que teve de *voltas* o labyrinto de Creta; e nem tantas dedilharam nos seus arrabis os poetas quinhentistas! O proprio respeitabilissimo convento de S. Francisco.... (horroriso-me ao referil-o) é hoje a fabrica de tabaco!!!

Basta, porém, de digressões.

Com o recrescer da peste em Lisboa, transferiu-se el-Rei desde Santos para o Barreiro, e a Rainha D. Leonor para o Lavradio com sua enteada a Infanta D. Isabel (depois mulher do Imperador Carlos V[1]).

Do Barreiro passou-se el-Rei para Almeirim, querendo que a Rainha e a Infanta lá fossem ter; o que todavia não chegou a realisar-se, por intrigas do Embaixador castelhano[2], a cujo despeito muito provavelmente se deve o alastramento das ruins e infundadas suspeições que ainda hoje lavram!

Casou el-Rei D. João em 1525 com a formosa Infanta castelhana, de dezoito annos, a senhora D. Catherina, irman do Imperador; e, na entrada d'essa Rainha em Lisboa, representou-se (parece que no paço da Ribeira) outro auto do fecundo dramaturgo, *Nao de amores*, tragicomedia.

Em 1527, o *Auto da Feira;*

talvez a *Mofina mendes* em 1534;

o *Triumpho do inverno,* n'este paço de Lisboa provavelmente, por occasião de um dos bons successos que teve aqui a Rainha D. Catherina;

afóra outras obras scenicas do mesmo autor, nas quaes as rubricas não especificam sitio nem data.

E assim (para glorificação das lettras o digo), vemos que a brilhante historia artistica do inspirado troveiro se acha quasi toda li-

---

[1] Frei Luiz de Sousa—*Annaes,* parte I, liv. I, cap. XI (ed. de Herculano, pag. 46).

[2] *Id., ibid.,* cap. XII (ed. de Herculano, pag. 51).

gada com este sitio da velha Lisboa. O apreço ás lettras, representadas pelo seu mais talentoso interprete, pelo assombroso Molière do primeiro quartel do seculo XVI, ou antes, pelo Shakespeare peninsular, começava de muito alto: vinha do Throno, e parece era imitado, até certo ponto, pelas classes mais cultas.

Que houve obras no paço da Ribeira em dias e por ordem d'el-Rei D. João III, é certo e demonstrado; consideraveis obras. Foi aquelle um periodo de actividade nas construcções.

Proviriam da necessidade de restaurar destroços causados dos terremotos que abalaram o Reino?

Em 1531, quinta feira 26 de Janeiro, tremeu o solo, e causou sustos em muita parte das provincias. «Em Lisboa —escreve um especialista— foi maior a impressão; e dizem que nos seus contornos se subverteram povoações inteiras. Cairam varios templos e palacios, e mais de mil e quinhentos predios; morreu muita gente[1]».

Póde bem ser que esta ou outra calamidade publica deixasse nas paredes Reaes algum vestigio grave, que obrigasse a reconstrucção, ou (quem sabe?) fizesse pensar o Soberano em mandar fazer n'outra parte residencia apropriada.

É do 1.º de Setembro de 1550 uma carta do Cardeal N. Gaddi a el-Rei D. João III, conservada na Torre do Tombo[2], em que esse principe da Egreja se refere ao gosto que o nosso Monarcha lhe manifestára por escripto, pela remessa, que o mesmo Cardeal já lhe fizera, do *modelo* (provavelmente os planos) de um paço Real; e diz o Cardeal, que opinavam os principaes architectos italianos que, mandado executar, seria este paço o mais bello e melhor imaginado que nunca se tinha visto. Por aqui se vê que a remessa

[1] Moreira de Mendonça—*Hist. dos terrem.*, pag. 54. Cita fontes.

[2] Corp. chron., parte II, masso 242, doc. 25, e reproduzida a pag. 412 do tomo VI do *Corpo diplomatico portuguez*. Communicação de Juromenha a Raczynski—*Dict. hist. art.*, pag. 129.

dos planos fôra anterior a Setembro de 1550; mas nada mais consta, nem se sabe que el-Rei desse ordem para a edificação.

É já impossivel especificar todas as obras feitas no paço da Ribeira; mas a comparação das duas vistas de Braunio algumas indicações póde dar-nos, como já lá atraz fiz notar. Ha documento official, em que el-Rei D. João III declara ter o mestre de obras João de Castilho construido aqui as varandas, sala, e escada, capella, e aposentos da Rainha D. Catherina[1].

Crescia o trato de alem-mar; as mutações do plano do paço ressentiram-se d'isso, segundo indiquei: ampliou-se em armazens a Casa da India, e os novos caes e guindastes estão a revelar a actividade commercial d'essa importante estação publica. Tudo obras d'el-Rei D. João III.

Ao mesmo tempo ia penetrando na architectura nacional o gosto classico. Está-se a perceber que houve alterações profundas no aspecto da casa. A galeria do plano terreo desappareceu, e as janellas do andar de cima foram mudadas, quem sabe se com o vandalismo brutal de que se queixa Augusto Filippe Simões ao tratar das lindas janellas da galeria das damas em Evora! Os terraços, que eram tão bello adorno d'aquelle corpo de edificio, foram substituidos por telhado corrido de duas aguas; e o pittoresco forte da extremidade ficou uma frente com duas varandas.

Approximarei d'esse facto da cobertura dos telhados com telha nacional um caso curioso, que nos vem revelar o sangue-frio do Rei. Conta-o Frei Luiz de Sousa nos já citados *Annaes;* extractou-o de apontamentos do Trinchante mór Ruy Lourenço de Tavora, communicados por seu bisneto Alvaro Pires ao nosso grande classico:

Na chamada sala baixa do quarto da Rainha D. Catherina no paço da Ribeira, jantava certo dia o Soberano. Faziam parede

[1] Torre do Tombo — *Chancellaria d'el-Rei D. João III,* liv. 34, fl. 2.

muitos officiaes da Casa, e outros nobres; trinchava Ruy Lourenço. Ia o serviço deslizando sereno, de vagarinho, entremeado de conversações graves, em que sempre viram os nossos Reis um dos mais saborosos acepipes da meza. Falava el-Rei com o Bispo de Vizeu; quando de repente.... (oh terror!) sem ninguem rastrear o que fosse, estremeceram as paredes com um repentino fragor, que parecia o estrallar da queda de muitos taboados, ou rebentar de trovoada sobre os tectos do palacio. Caíram de suas forças todos os circumstantes.

Da sala rasgavam-se portas sobre uma varanda, d'onde uma escada descia ao terreiro. Por ahi se escoou de tropél, accossada do medo, a companhia, no auge do susto, e suspeitando entradas de terremoto, ou analoga desgraça! O Bispo, colhido de pavor, cahiu na escada, e arrastou os que lhe iam apoz.

Com o seu ar grave e serio de Pessoa tão Real como era, só o senhor D. João III se quedou no seu logar, sem mostra de turbação; e á sua espalda Ruy Lourenço, que, apesar de cortado de temor, logo recebeu ordem para mandar indagar o que era.

Tinha sido isto:

Andavam obras nos telhados do paço. No alto de uma das aguas acogulavam-se encastelladas centenas de telhas em altas renques. Colheu-as a subitas o vento, metteu-lhes o hombro, arrojou-as a baixo, e vel-as vão escorregando em derrocada! E bastou esse fragor desusado, para amotinar um paço! e homens que em peleja não arredavam pé, eil-os enfiados de susto, e a tremer de pé e mão!....[1]

Muitas pessoas da Familia do Monarcha nasceram nas camaras da Ribeira.

Em Abril de 1529 a Infantinha D. Isabel; em Fevereiro de 1530 a Infantinha D. Brites; em Março de 1539 o Infantinho D. Antonio;

[1] Vide Frei Luiz de Sousa—*Annaes d'el-Rei D. João III*, parte I, liv. IV, cap. X (ed. de Herculano, pag. 234).

que todos tres morreram meninos; não falo aqui dos outros, nascidos em Coimbra, em Alvito, em Almeirim.

Eram tudo motivos de apego e amisade dos nossos Reis a estas paredes já então historicas.

Agora uma nota lugubre:

Das janellas d'este seu paço, um Domingo 20 de Setembro de 1540, assistiu el-Rei D. João com muitos prelados e outros Grandes da sua Côrte ao primeiro auto-de-Fé celebrado no terreiro do Paço pela Inquisição, então recentissima entre nós. Presidia ao acto D. João de Mello, Bispo do Algarve; prégou o padre frei Francisco de Villa Franca, eremita de Santo Agostinho. Era Inquisidor Geral o Infante D. Henrique; saíram penitenciadas vinte e tres pessoas[1]!

---

[1] Isso diz o erudito Rivara n'uma commemoração historica publicada na *Rev. Univ. Lisbonense*, de Castilho (Antonio Feliciano), tomo III, pag. 43.

CAPITULO VIII

Continua-se com o reinado d'el-Rei D. João III.—Embaixada do Rei de Ceylão.—Pinta Francisco de Hollanda os retratos da Familia Real.—Entretenimentos artisticos dos Principes.—O livro da recamara d'el-Rei D. João e da Rainha D. Catherina.—O *bric-à-brac* reinando nas salas modernas; verbera-se esse uso absurdo.—Casamento do Principe D. João.—Habitam os noivos uma casa contigua ao paço.—Scenas lugubres; morte do Principe; sustos da Princeza.—Nascimento do senhor D. Sebastião.—Cortejo de pezames e despedida.—Usos antigos.

Quem podesse, seguindo narrativas coevas, que infelizmente nos faltam, descrever a vida intima da primeira Familia do Reino n'este seu esplendido solar! os seus dias ali, á beira do Tejo, ouvindo o marulhar das aguas, e o retroar dos camartellos da Ribeira das naus!

Applicando o ouvido ás phrases truncadas de chronistas e outros escriptores, alguma coisa se rastreia, que nos faz entrever o que quer que seja parecido com a verdade.

Vejâmos uma scena official:

Era tal o nosso prestigio no Oriente, que em 1541, vindo de Goa para Portugal quatro naus de viagem, chegaram n'ellas uns Embaixadores do Rei de Ceylão, senhor da Cotta. Trazia-os a Lisboa uma singularissima requisição: pedir ao senhor D. João III quizesse de sua mão coroar por senhor da Cotta um neto do dito Rei de Ceylão; e, assim como se enforcavam em estatua, e em estatua se queimavam malfeitores, do mesmo modo havia o Soberano de Portugal de coroar *em estatua* o ausente Principe. Para o que, vinha a bordo um fiel retrato d'este, em vulto, esculpido em oiro, e mais uma corôa de oiro estrellada de pedraria, tudo resguardado n'um cofre, que os Embaixadores fizeram desembarcar.

Annuiu el-Rei D. João III a esse honroso pedido, e n'uma festa solemne no paço, diante da Côrte, e em toda a pompa, coroou a

estatua de oiro. Festas notaveis, de caracter puramente oriental, e que só na asiatica Lisboa do seculo XVI podia a Europa presencear[1].

Com a imaginação, assistimos ora ás recepções de Embaixadores estrangeiros, ora ao despacho do Rei com os seus escrivães, ora aos entretenimentos intimos da Familia Real, que em tudo revelavam gosto, e cultura.

Consta, entre outras coisas, ter o insigne Francisco de Hollanda pintado os retratos d'el-Rei e da Rainha para serem remettidos a Castella, de presente á Princeza D. Joanna, já noiva do nosso ephemero Principe D. João[2].

Como certamente foram copiadas do natural essas pinturas, é bem de crer que n'alguma sala do paço fossem executadas. De mais, Francisco de Hollanda, pintor, cortezão, e (confessa-o elle proprio com ufania) o primeiro Portuguez que em Portugal escreveu sobre pintura[3], era muito acceito a el-Rei D. João III, como já o fôra o pae d'este artista, Antonio de Hollanda, que, por signal, deu o desenho para um sceptro que o Monarcha mandou lavrar de oiro portuguez[4].

O Rei, e seu digno irmão, o celebre Infante D. Luiz, entretinham-se a desenhar[5], bem provavelmente sob a direcção do mestre Francisco, e apreciavam tudo quanto era gosto apurado em arte; nobre tradição já herdada da linha paterna.

Quando se achava tratado o casamento entre o mallogrado Principe e a Princeza D. Joanna, mandaram, o noivo e seu tio o Infante D. Luiz, aprestar de novo muitas espadas e joias, que elles e os seus cavalleiros levaram ás festas; e para esses objectos, quem deu o risco, assim como para os magnificos arreios e caparazões

---

1 Frei Luiz de Sousa—*Annaes d'el-Rei D. João III*, parte II, cap. VII (ed. de Herculano, pag. 319).

2 Raczynski—*Les arts en Portugal*, pag. 64.

3 Manuscrito de Francisco de Hollanda no livro *Les arts en Portugal*, pag. 53.

4 Raczynski—*Les arts en Portugal*, pag. 64.

5 *Id., ibid.*, pag. 69.

dos cavallos? Francisco de Hollanda[1]; e quem executou essas obras? provavelmente artistas nossos, pois é certo que já cá se fabricavam bellissimas armas, se bem que as mais apuradas provinham de Milão[1]. Tinhamos cá, em tempo de Frei Nicolau, doze armeiros, treze officiaes que esculpiam cabos para espadas, quinze cutelleiros, sete espadeiros, alem de cento e trinta e dois ourives de oiro e prata. Tudo isto levanta muito o nivel artistico da Lisboa antiga, e revela aos nossos olhos scenas preciosas do viver domestico da Familia Real nos opulentos salões do seu paço da Ribeira.

Opulentos, sim. A sumptuosidade, a variedade da mobilia e ornamentações d'este paço, é impossivel descreverem-se de fugida. Possuia el-Rei D. Luiz um antigo rol manuscrito, intitulado: *Livro da recamara dos Reis D. João III de Portugal e D. Catherina,* e que Vilhena Barbosa analysou e extractou[2]. É aquelle o mais precioso guia que se conhece, para completar o desenho do interior d'este paço; inventario authentico de todos os bens moveis ali achados por occasião do fallecimento do Soberano. Deslumbra esse livro!

Como amostra, vai aqui um trecho:

Depois de referir um sem-numero de objectos riquissimos, de trajo pessoal e adorno das salas, chega o inventario ao capitulo dos retratos. Eis os que pendiam n'aquellas magnificas paredes, sobre os panos de brocado, damasco, e velludo, que as revestiam:

um retrato d'el-Rei D. João III;

outro da Rainha D. Catherina; (seriam os que pintou Francisco de Hollanda?)

outro d'el-Rei D. Fernando V de Aragão, avô materno da Rainha;

mais treze de differentes Principes estrangeiros;

um d'el-Rei Filippe I, Archiduque de Austria, marido da Rainha D. Joanna «a Louca», e pae da nossa Rainha D. Catherina;

outro do Imperador Carlos V;

outro do Infante D. Carlos, filho do Rei Filippe II de Castella;

outro da grande Rainha Isabel «a Catholica», avó dos nossos Reis;

---

[1] Elle proprio o conta no seu mss. Vide Raczynski — *Les arts en Portugal*, pag. 65 e 66.

[2] Em folhetins n'um periodico portuense.

outro da Rainha D. Joanna «a Louca», mãe de Carlos V, e da nossa Rainha D. Catherina;

outro da Rainha D. Maria, Regente de Flandres, filha do dito Imperador;

outro da Rainha de Dinamarca;

outro da Imperatriz D. Isabel, mulher do Imperador Carlos V, e Infanta nossa;

outro da Princeza de Dinamarca;

outro do Principe castelhano D. Filippe, (depois Filippe II);

e até emfim o «retrato de uma dama, que por engenho lhe bolem as meninas dos olhos».

«Os retratos — observa o meu mestre Vilhena Barbosa — eram quadros de pintura a oleo, e deviam ser (pelo menos na sua maior parte) obras de arte de grande primor, pois que na Côrte de Hespanha, d'onde vieram muitos d'elles, achavam-se ao serviço do Imperador Carlos V, e, depois, de seu filho el-Rei D. Filippe, alguns dos celebres pintores d'aquelle tempo, entre elles Ticiano, Affonso Sanches Coelho, e seu primo Claudio Coelho, ambos portuguezes, mau grado dos nossos visinhos, que, por este ultimo ter nascido em Madrid, posto que de pae portuguez, pretendem despojar-nos d'essa gloria artistica.»

Tão valiosa galeria de retratos, dos quaes uns seriam de corpo inteiro, outros em busto, imaginâmol-a facilmente como um dos melhores adornos do palacio. Que bem não ressairiam aquelles personagens historicos sobre o fundo opulento dos guadamecins e velludos!

Uma coisa tenho muita vez ponderado comigo: o uso do *bibelot* propriamente dito, isto é, a bagatella artistica, a velharia preciosa para adorno, é invenção moderna, me parece. Este accumular de objectos raros sobre as mezas das salas, este fadigoso alardo de exquisitices, este transformar em genero de museus as habitações elegantes, é mania hodierna.

Ora mas os salões da Ribeira haviam de ostentar um sem-numero de moveis, grandes e pequenos, que, segundo a nossa classi-

ficação actual, entravam sem duvida no numero dos *bibelots;* com uma differença, muito essencial:

Na sala moderna accumulam-se na mesma prateleira, no mesmo consolo, sobre a mesma mísula, ou dentro na mesma *vitrina,* todos os tempos, todas as modas, todas as escolas. Vemos um antiquissimo idolo chinez, acotovelando um candieiro de barro de Pompeia; uma caixa Pompadour esmaltada, ao pé de uma chicara do Japão; um bule de Saxe, em companhia com um manicusso da Guiné; uma estatueta de terra-cotta por Machado de Castro, a responder a uma tampa desemparelhada de loiça do Rato. Todo o caso está, para o colleccionador d'estas *feiras-da-ladra* de sala, em que as procedencias sejam authenticadas, e em que as especies sejam muitas; a propria confusão augmenta o encanto.

Na casa quinhentista, pelo contrario, cada objecto entrava na sua destinação, e estava no seu verdadeiro e genuino papel. Assim, as arcas, os cofres varios, por mais ricos que fossem, jaziam no guarda-roupa, ou nos sitios onde eram necessarios segundo as suas destinações; as cadeiras de coiro, ou madreperola, enfileiravam-se nas salas; as ricas mezas com seus bancaes, os bufetes flamengos torneados e marchetados, amezendavam-se junto ao azulejo da parede, ou postavam-se ao centro dos salões; as baixellas e bandejas triumphavam sobre aparadores na sala da meza; os candelabros e tocheiras para brandões estavam tanto nos seus logares respectivos, como os reposteiros ou as sobre-portas nos seus. Não havia invasões nas attribuições reciprocas; cada alfaia morava onde devia morar; e o ter vindo da China ou das Flandres, da Italia ou de Goa, não lhe dava direito para exhibições deslocadas.

Isto, creio, devia ser assim, n'um tempo em que não havia museus, e em que o *bibelot*, que a final não passa de uma pobre moinha das artes sumptuarias, não existia, ou não era apreciado como tal.

Tenho visto fragmentos de panos de raz colgados como alardo; casacas de seda collocadas sobre cadeiras á vista; plumas velhas, saias de avoengas, e joias, penduradas nas paredes. Reprovo quanto posso essa invasão do ferro-velho nas salas, e amaldiçôo a mania anti-artistica da collecção de ninharias, quando essa mania quer

impôr-nos como supra-summo do bom gosto o *basar*, isto é a desordem, a confusão, a accumulação, a dessymetria, o cahos.

O antigo paço da Ribeira, onde certamente reinava a ordem, e onde tudo se achava no seu logar, presenceou as brilhantes festas da chegada da linda Princeza D. Joanna, cuja Real presença alvoroçou, como todos sabem, as lyras contemporaneas. A morada dos noivos não era porém no recinto do paço propriamente dito, mas sim nas casas que Alvaro Peres de Andrada possuia contiguas ao paço, sobre o chamado arco dos Pregos[1].

Alvaro Peres de Andrada era filho do conhecido Fernão Alvares de Andrada, Thesoireiro mór d'el-Rei D. João III. Casára Alvaro com D. Guiomar de Castro, filha do Conde da Feira e de sua segunda mulher.

Na casa pois d'esse homem, viveu o infeliz e joven Principe D. João, tão prematuramente arrancado ao carinho dos seus! Essa casa apparece perfeitamente clara nas estampas que acima analysei. Quanto a mim, deve ser o corpo de edificio em cujo alto avulta o miradoiro a que alludi, e em cujas lojas se abre o arco dos Pregos.

Ha na *Chronica d'el-Rei D. Sebastião* por D. Manuel de Meneses (ou por quem quer que é) alguns traços fugitivos que pintam pormenores da festividade do noivado.

A esplendida flotilha em que o Soberano foi ao Barreiro buscar sua nora, chegou ao grande caes que estava feito diante, —diz o autor— e pegado nas varandas dos paços da Ribeira. «Estando tudo muy bem armado de panos ricos, tomou Sua Alteza a Princeza pela mão, e a levou até fóra; e á entrada das varandas estava o Principe, e com elle o Cardeal Infante, seu tio, e alli se fizeram suas cortezias de parte a parte.»

Mais a diante menciona-se a «sala grande do paço», onde os noivos foram recebidos por palavras de presente[2].

[1] D. Manuel de Meneses— *Chron. de D. Sebastião,* cap. VI.

[2] Cap. III.

Creio que a varanda larga, que se espalmava sobre a arcada, seria a antiga e famigerada *Varanda da pela*, d'onde se disfructava tão linda vista, e onde costumavam passear as damas de serviço. Por signal, que ahi se deu uma agoirada scena que as antigas memorias costumam narrar ainda tremulas de horror.

Depois das grandes alegrias do casamento do Principe D. João com sua prima, entrou a ennoitar-se de tristezas aquelle paço da Ribeira. Começou o Principe herdeiro a adoecer, e as esperanças todas de tão auspicioso noivado a murchar de dia para dia. Uma vez, sendo já alto serão, velava sentada junto ao leito do marido a triste noiva; o enfermo adormecera; e ella, agradecendo a Deus aquella tranquillidade, onde já as suas veleidades de enfermeira carinhosa se atreviam a ver melhoras, contemplava-o em silencio, meio encostada ao travesseiro d'elle, e com os olhos marejados de lagrimas quasi maternaes. A um lado da camara, apenas se erguia uma tocha de cera, bruxuleando entre o silencio do paço inteiro. De repente, sem ter visto abrir-se a porta, deu a Princeza pela presença de uma dona alta, vestida de negro, a modo de luto, caminhando para ella, caminhando, caminhando sem rumor de passos; a Princeza aterrada olhava com arripios para a estranhissima apparição, sem achar uma palavra que dissesse; a dona chegou-se, e calada, subtil, deu um trinco com os dedos, e assoprou, como quem dissesse:

—Todas as grandezas d'este mundo desfecham em nada!....

E sumiu-se.

E a noiva, mal acordada d'esse pesadelo lugubre, tremia, mas soffria calada o susto, só por não acordar o seu dormente querido.

Crescendo o mal, e pressentindo-se para breve o nascimento de um Principesinho, todos os cuidados da Côrte eram repartidos entre o enfermo, e a graciosa enfermeira; e como teimava a Princeza em não espairecer, em não sair sequer ao jardim do paço, levavam-n-a as damas, á força, a tomar cada noite algum exercicio, passeando na varanda da Pela.

Uma noite, achava-se a Princeza sentada a uma janella da varanda, acompanhada de algumas senhoras da sua camara; e viu, ou creu ver, na sua allucinação nervosa, um troço de Moiros armados, e com tochas na mão, salamcando uma algaravia sinistra, correndo ao longo da varanda para a parte do forte, e despenhando-se no mar, bradando *Ly! Ly! Ly!* Isto, que assim a assombrou, tornou a representar-se-lhe varias outras vezes; e, querendo as damas distrahil-a, mais se lhe exacerbava o delirio; e, querendo persuadil-a de que seria chacota de mascarados no intuito de lhe darem aquelle espectaculo, mandou a Princeza que revistassem as portas; e portas, e corredores, e a escadaria para o caes, tudo se achou aferrolhado e deserto! d'onde recresceu em todos o susto de tão pavorosas visões d'aquelle espirito enfermo.

Esses casos lugubres contavam os cortezãos entre si, e eram illustrações da variada chronica do paço da Ribeira.

O Principe morreu; e no seio da pobre mãe, já palpitava em embrião o Desejado; e o Desejado nasceu.

Ha um fugitivo quadro, traçado pela penna de um dos chronistas do heroe de Alcacer-Kibir, onde nos ficou uma singularissima etiqueta antiga:

Em 12 de Maio do anno triste 1554, ia estranho alvoroço no palacio do arco dos Pregos; recebia a Princeza Viuva todas as pessoas admittidas aos actos da Côrte; mas recebia-as como? ao fundo de uma sala, sentada n'uma cadeira, e toda litteralmente embuçada e coberta n'um manto, que a envolvia, e apenas deixava perceber figura humana. Sem ser vista, e sem ver, ia a Princeza ouvindo da sua Camareira os nomes dos diversos titulares, e senhores, e senhoras, que chegavam em fila, e lhe beijavam a mão, que a Princeza tinha saída fóra do rebuço[1].

N'esse mesmo dia á noite abalou para Xabregas, e depois para Castella.

[1] *Chron. de D. Sebastião* por D. Manuel de Meneses, cap. x.

CAPITULO IX

Fala-se da capella Real outra vez.—Luxo nos ceremoniaes ecclesiasticos.—*Desacato horrivel commettido na capella por um herege.*—Baptisado do pequenino Principe D. Sebastião.—O relogio da torre da capella; anecdota do tempo.—Adoece e *morre* el-Rei D. *João III.*—Seu funeral.

Quanto á capella Real, não afrouxou el-Rei D. João III na devoção paterna, e obteve do Santo Padre Adriano VI, que por Breve de 22 de Maio de 1522 lhe concedesse o resar-se lá, todos os sabbados da Mãe de Deus, e nas terças feiras de S. Miguel, Officio e Missa solemne, exceptuados os dias em que houvesse festa duplex, pois n'esse caso se celebraria o Officio no dia immediato[1].

Ha um pormenor, que mostra o apuro do luxo artistico-religioso em que então se vivia cá: el-Rei D. João encommendou a Francisco de Hollanda (nada menos) o desenho para as Hostias que se usavam em todos os mosteiros de Portugal; desenho que depois foi gravado no cunho por um tal Frei Lopo (outro nome para os annaes da nossa gravura[2]).

Era mestre da capella Real em 1551 Francisco Rodrigues; chantres Manuel Cardoso e Antonio Fernandes, todos capellães e cantores[3]. No tempo de Bluteau chamava-se por antonomasia «Bispo cortesão» ao prelado de titulo *in partibus*, que presidia ao côro e aos pontificaes na capella Real[4].

---

[1] *Hist. Gen.*, tomo III, pag. 491. O Pontifice Adriano VI reinou desde 9 de Janeiro de 1522 até 24 de Setembro de 1523.

[2] Raczynski—*Les arts en Portugal*, pag. 63, referindo-se ao manuscripto do proprio Hollanda.

[3] *Hist. Gen.*, Provas, II, 318.

[4] *Vocab.* verb. *Cortesão.*

Que n'esta casa ecclesiastica se conservou sempre muito esplendor, prova-o a menção que certo autor nos faz de «toda a Capella del-Rey, com suas charamellas e trombetas, que de quando em quando tocavam alguns motetes, e cantavam psalmos e hymnos» na festa do Corpo de Deus em 1557[1].

Á capella Real em dias d'el-Rei D. João III refere-se um caso lastimoso, em cuja descripção será melhor não nos determos: o desacato commettido por um fanatico hereje, inglez de nação, contra a Hostia Consagrada, no proprio momento em que o padre Julião Soares, capellão do Paço, a erguia entre as suas veneraveis mãos. Não se deu o triste facto na capella, mas sim n'uma sala, onde o Rei, como muitas outras vezes, desejou assistir ao santo Sacrificio. Foi isto um Domingo 11 de Dezembro de 1552, logo depois de celebrados os desposorios dos Principes[2].

A esse desacato infame, seguiu-se, terrivel castigo: o perverso foi queimado vivo no terreiro do Paço, em frente das janellas do palacio, assistindo toda Lisboa.

No oratorio particular do paço da Ribeira celebrou-se, em 27 de Janeiro de 1554, o ceremonial do baptisado do pequenino Principe que veiu a ser o Rei D. Sebastião. Foram padrinhos el-Rei D. João III avô do neophyto, e o Infante D. Luiz, e madrinha a Rainha D. Catherina. Foi o menino levado á Pia pela Camareira mór D. Joanna d'Eça, e lançou-lhe as aguas lustraes o Cardeal D. Henrique[3].

Aos dias do dito Soberano liga-se uma anecdota engraçada, que vem na collecção de Supico[4]. Eil-a:

1 D. Manuel de Menezes—*Chron. de D. Sebastião*, cap. XVII *in fine*.
2 *Id., ibid.*, cap. V.
3 *Id., ibid.*, cap. IX.
4 *Apophtegmas*, tomo I, pag. 56.

Conversava el-Rei com alguns cortesãos uma noite; deram onze horas no relogio da torre da capella.

— Onze horas! já?! não póde ser — exclamou o Monarcha; e logo acrescentou:

— Que grande mentiroso que saiu o nosso relogio!

E respondeu D. Pedro de Almeida, Alcaide-mór de Torres Novas:

— Quer Vossa Alteza que elle fale verdade, meu senhor? pois mande-o afastar do paço.

Uma vez (foi, por signal, uma sexta feira 11 de Junho de 1557), caiu o Soberano com um ataque apopletico. Eram duas horas da tarde. Foi um reboliço indescriptivel no paço da Ribeira; juntos em consulta os medicos todos á cabeceira do Real Enfermo, presididos pelo Physico mór, declararam urgente uma sangria, e perigosó o mal. A Rainha D. Catherina, com a sua energia costumada, não sossobrou; mandou chamar sem demora ao seu mosteiro da Graça o Bispo de Leiria D. Frei Gaspar do Casal, para confessar el-Rei. Confessou-se, e commungou. Foi geral o sentimento de Lisboa inteira; fecharam-se as lojas, e começaram preces em todas as igrejas, e imponentes procissões, entre as quaes uma concorridissima, desde a Sé até S. Domingos, á bôca da noite.

O estado do Rei aggravava-se. Teve a Rainha o valor de querer ouvir aos homens da sciencia a verdade, fosse qual fosse; e elles disseram, que no estado d'el-Rei só Deus podia influir: aquella vida preciosa via-se condemnada. Foi então que a irman de Carlos V mostrou quem era, como mulher animosa, e como esposa dedicada. refreando as lagrimas, e tomando entre as mãos um Crucifixo, approximou-se de vagarinho ao leito do agonisante, e acordando-o suavemente do lethargo em que jazia, entregou-lhe a Cruz, e disse-lhe, cheia de doçura, mas com auctoridade maternal:

—Vamos! animo! Lembrae-vos de que morreis.

O Rei, entreabrindo os olhos, escutava pela ultima vez aquella voz amiga, e parecia attender ao que lhe ouvia. A Rainha continuava com exhortações espiritualistas, lembrava áquelle poderoso da terra o que valem as grandezas mundanas, e mostrava-lhe Deus como

termo d'esta vida transitoria. Mandou vir a Uncção, que foi administrada ao enfermo.

Achavam-se na camara muitas pessoas, alem da Rainha: a grande Infanta D. Maria irman d'el-Rei; a Infanta D. Isabel, filha do Duque D. Jayme e viuva do bonissimo Infante D. Duarte; seu filho o senhor D. Duarte; o Cardeal Infante D. Henrique; D. Frei Gaspar do Casal, e muitas donas do Paço. Pediu el-Rei, como pôde, ao seu amigo o excellente Jorge da Silva o ajudasse a bem-morrer, recitando com elle o Credo; acabado isso, a Rainha, vendo seu marido a entrar em artigo de morte, pôz-lhe ella propria na mão uma véla benta, e esteve com elle até ao fim. A respiração foi quebrando a pouco e pouco, intercortando-se, e seriam onze e meia da noite quando o filho d'el-Rei D. Manuel rendeu a alma ao Creador.

Foi logo um pranto horroroso na camara. A varonil Rainha, que tão animosamente cumprira os seus amargos deveres, caiu então de toda a sua dor, e levada em braços foi encerrar-se no seu oratorio.

O terreiro do Paço enchera-se de gente. A Cidade inteira jazia em funeral.

. . . . . .

Vestido o Cadaver com o habito da milicia da Ordem de Christo, e postos ao seu lado o estoque e o escudo de Cavalleiro, chamados a Lisboa muitos Grandes que então se achavam nas suas terras, como o Duque de Bragança, o Marquez de Villa-Real, e outros, logo na tarde do seguinte dia, sabbado, foram os Reaes despojos collocados n'um ataúde de velludo negro, sobre duas mulas ajaezadas de lucto; e entre innumeravel concurso de gente, e alas interminaveis de monges, nobres, e povo, foi o despojo do senhor D. João III levado ao mosteiro de Belem.

CAPITULO X

Reinado do senhor D. Sebastião.—Habita el-Rei com intervallos o paço da Ribeira.—Obras.—Projecto de edificação de uma igreja de S. Sebastião no terreiro do Paço.—Junho de 1578.—Despede-se el-Rei da sua Lisboa, e marcha para o abysmo.

Ficou algum tempo morando no paço da Ribeira a Rainha D. Catherina. N'esse mesmo mez (Junho de 1557), com os ceremoniaes devidos, foi acclamado, a 16, el-Rei D. Sebastião, sendo a Augusta Avó declarada e reconhecida sua Tutora.

Habitou intermittentemente n'este paço a Familia Real. Segundo consta, procedeu-se a novas obras n'este reinado. Na minuciosa conta que dos actos da sua regencia na menoridade do Sobrinho deu o Cardeal Infante, lê-se:

«Dispendeu-se grande copia de dinheiro na reedificação e ornato de muitas igrejas, seculares e religiosas, como tambem no Palacio Real, não saindo tão copioso gasto da fazenda de Vossa Alteza[1]».

Muitas e frequentes vezes encontramos o Rei-menino e sua Avó ausentes, no Castello, ou por Cintra, por Almeirim, por Enxobregas, por Santos-o-Velho, e até (segundo mostrei n'outra obra) pelo sitio de Nossa Senhora da Graça[2].

Alem de que esta continuada peregrinação dos nossos antigos Principes de cidade para aldeia, de aldeia para villa, de villa para quinta, de quinta para cidade, era então uma especie de costume, havia tambem as romarias a tal ou tal Santuario, novos incentivos á locomoção perenne em que andava a Côrte. Se isso era fatigante, tambem tinha seu lado util.

---

[1] Barbosa Machado.—*Mem. d'el-Rei D. Sebastião,* tomo III, pag. 21.

[2] *Lisboa antiga,* parte II, tomo IV.

N'alguma das estadas do joven Rei no paço da Casa da Mina, teve um sonho aquella alma sempre entregue a devaneios: ideou edificar, ali, no extremo do terreiro, uma sumptuosa egreja ao Santo Martyr do seu nome. Foi um sonho. Essa obra, que primeiro se planeára para a Moiraria, chegou a começar-se á borda do Tejo, mas nunca se concluiu, nem deixou outro rasto senão algumas das cantarias ornamentaes, que hoje se admiram nas pilastras de S. Vicente de Fóra[1].

N'uma das estampas de Braunio vejo eu, junto á Alfandega, um edificio de mediana altura, e por acabar, segundo creio. Esse edificio, que nem na outra estampa, nem na de Lavanha (nem em outra alguma) se encontra, não será acaso o vestigio dos principios da igreja de S. Sebastião, em breve demolidos?

Alem de cantarias ornamentaes em S. Vicente, outro vestigio ficou: refiro-me á *carta de instituição,* em que o Rei Cardeal, proseguindo no proposito de seu Sobrinho, marca o pessoal e os rendimentos do novo templo, determina «mandar proseguir e acabar a obra da Igreja do bemauenturado martyr sam Sebastiam, que —(el-Rei)— mandou fundar no terreiro dos Paços da Ribr.ª d'esta cidade de lisboa por rasão do uoto que iuntam.te com a Camara da ditta cidade fez»; — são expressões do referido documento.

N'elle ordena o Cardeal, que o Prior tivesse a cura das almas dos vadios da Ribeira e dos forçados das galés, e delineia tudo mais quanto respeita á ceremonia interna da casa. Esta carta de instituição tem a data de 28 de Agosto de 1579[2].

Em 14 de Junho de 1578, saiu el-Rei D. Sebastião dos seus paços da Ribeira em grande estado. Montava um soberbo cavallo, e trajava de telilha entre parda e azul perfilada de troçal de oiro.

[1] Veja-se o que disse na minha *Lisboa antiga,* parte II, tomo IV. Tenho d'então para cá muitos mais materiaes relativos ao assumpto.

[2] Torre do Tombo, gaveta 11, masso 8, n.º 25. Este documento foi-me denunciado amigavelmente pelo snr. José Ramos Coelho.

E diz um dos seus chronistas: «Nunca se mostrou mais airoso no corpo, e alegre no semblante, que n'este dia, conciliando com tal attracção os olhos e corações dos seus vassallos, que lhe auguravam o imperio de todo o mundo».

Adiante marchava o Alferes mór D. Luiz de Meneses, erguendo na mão esquerda o estandarte Real, damasco carmesim aberto em duas pontas, e franjado de prata; de uma banda o Crucifixo bordado a oiro; da outra as Armas de Portugal com corôa de Imperador. Á direita d'el-Rei ia o senhor D. Antonio, Prior do Crato; á esquerda o Duque de Aveiro. Seguiam-se em duas longas filas todos os fidalgos da Côrte. Assim chegou este luzidissimo prestito ao adro da Sé.

Collocado o joven Rei no seu throno, celebrou Missa solemne o Arcebispo D. Jorge de Almeida; e prégou o Dominicano Frei João da Silva. Acabada a Missa, benzeu o Arcebispo aquelle estandarte ... que era (quem o poderia predizer?) o symbolo rutilante da nossa ruina.

Quando el-Rei, de volta do templo, desembocava no terreiro do Paço, restrugiram com o maior enthusiasmo as acclamações de todo o povo que apinhava o largo. O Soberano apeou-se junto ao caes, e embarcou.

Estava escripto, no livro do seu destino, que nunca mais havia de ver o paço da Ribeira.

CAPITULO XI

Chega-se ao reinado de D. Filippe I.—Obras no paço.—É transferida para outra parte a capella Real.—Habita na Ribeira o Rei D. Filippe I em 1581.—Em 1582 aqui fallece o Duque de Alba.—Chega em 1583 o Cardeal Archiduque.—A Guarda dos Tudescos.—Construcção de um parapeito á beira-Tejo.—Edifica-se em 1584 o magnifico torreão chamado do Forte.—Palavras de antigos escriptores.—Vista de olhos á proxima Ribeira das naus.—Sáe para os Paizes Baixos o Cardeal Archiduque.—Caso acontecido com Christovam de Moura n'uma sala do paço da Ribeira.—Projectam-se novas obras, e algumas se realisam.—O baluarte.—Espanto de coevos ácerca d'este palacio.—Entra a Vice-Rainha Duqueza de Mantua.—Sua reclusão, e expulsão em 1640.

TRAZEM-NOS agora as datas a uma epoca muito notavel do nobre edificio: o reinado dos Filippes.

Logo desde o anno seguinte ao do fallecimento do Cardeal, se encontram obras, que revelam plano preconcebido de tornar o paço habitavel pelo chefe da vastissima Monarchia. No anno de 1581 mudou-se a capella Real do sitio onde se achava; e por memoria se mandou esculpir no logar onde estivera, desde o tempo do fundador, a seguinte inscripção:

DEO OPTIMO MAXIMO
SUB HONORE DIVI THOMÆ APOSTOLI
HIC REX EMMANUEL CAPELLAM REGIAM
DICAVIT, ET TRANSLATA FUIT. ANNO
M. D. LXXXI.
LOCUM PROFANARI VETAT RELIGIO[1]

[1] *Hist. Gen.*, tomo III, pag. 178.

O paço foi temporariamente habitado n'esse anno de 1581 por D. Fillppe I quando se dignou de fazer-nos a honra de visitar Lisboa.

Em 12 de Janeiro de 1582 aqui falleceu o velho Duque de Alba, D. Fernando Alvares de Toledo, o *glorioso* vencedor de Alcantara[1].

Depois morou aqui o Vice-Rei Cardeal Archiduque Alberto, desde o verão de 1583, em que chegou.

Deveu ser por então que o Governo de Madrid mandou organisar, para defensa d'este Principe, a Guarda alleman, chamada dos Tudescos. Como os soldados de serviço estanciavam na grande sala de entrada do paço, começou ella desde então a denominar-se *sala dos Tudescos*, nome que a tornou tão conhecida depois[2].

Os reinados intrusos não se desleixaram de reparar o paço, no que se gastavam annualmente 800$000 réis, ou 3:500$000 réis da nossa actual moeda[3]; e os gastos com o material da capella e o seu pessoal importavam em 5:735$470 réis[4]. Em 2 de Janeiro de 1592 fez D. Filippe II o regimento para ella[5].

O mesmo Filippe de Castella nobilitou a face maritima da praça com a construcção de um parapeito mandado edificar por alvará de 9 de Novembro de 1604. Continuava a obra em 1605[6].

Ao parapeito seguiu de perto o magnifico torreão chamado por uns *do forte*, e por outros *da Casa da India*, todo de cantaria,

[1] D. Luiz Vidart — *El Duque de Alba*, estudio biographico — No *Almanaque de la Ilustracion* de 1886.

[2] *Lisboa antiga*, parte II, tomo VII, pag. 350.

[3] Luiz de Figueiredo Falcão — *Livro em que se contem toda a fasenda, etc.*, ed. de 1859, pag. 15.

[4] Nicolau de Oliveira — *Grand. de Lisboa*, ed. de 1804, pag. 342 (trat. X, cap. II).

[5] Existe no vol. XXIII da *Collecção de S. Vicente*, na Torre do Tombo, pag. 115.

[6] Segundo se colhe de uma consulta d'esse tempo feita pelo Vereador Jeronymo Vieira Pinto. Vide nos *Elementos* do snr. Freire de Oliveira, tomo II, pag. 150. A pag. 153 ha outra allusão á obra.

na extremidade da extensa galeria joannina, que vinha investindo de encontro ao Tejo; obra aquella pouco mais ou menos do anno de 1584.

E diz Frei Nicolao de Oliveira:

«Vendo a majestade d'el-rei D. Filippe I d'este nome em Portugal, como prudentissimo que era, de quanta importancia era a assistencia da pessoa Real n'este paço, mandou faser, fora d'elle, no fim de um grande corredor que estava feito, um forte de pedraria, da melhor e mais perfeita obra, assi de fora como de dentro, que se sabe em Europa, d'onde não só podesse ver o que se fasia, mas tambem lhe ficasse servindo de maior recreação, vendo d'elle quasi todo o rio, e suas embarcações, assi da parte do Oriente, como do Occidente[1].»

O architecto d'esse famoso torreão, que já apparece em todas as estampas dos seculos XVII e XVIII, foi o insigne Filippe Tercio, ou Terzo, ou Terzi, autor de S. Roque, de S. Vicente, e de muitas outras obras notaveis, engenheiro italiano ao serviço de Portugal desde alguns annos, e que, tendo acompanhado el-Rei D. Sebastião a Africa, lá ficára captivo algum tempo[2].

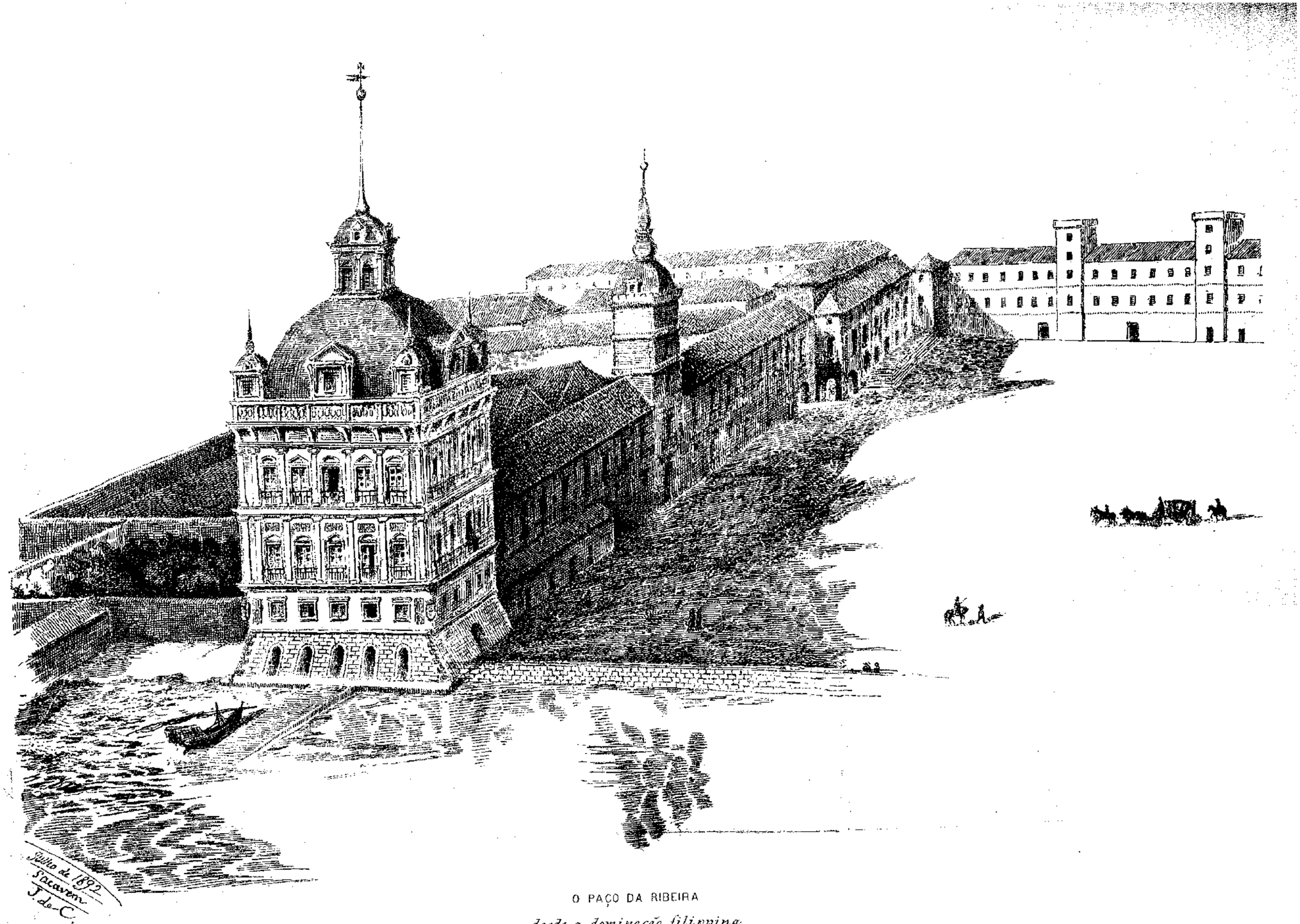
Temos vistas coevas, que é indispensavel estudar.

Comecemos pela que geralmente apparece nas edições do livro de Lavanha *Viagem ..... d'el-Rei D. Filippe II ..... ao Reino de Portugal*. Refere-se ao anno de 1619, e é desenho de um artista portuguez Domingos Vieira Serrão, pintor da Casa Real. Vilhena Barbosa apreciava muito esta gravura, e tinha-a pela vista mais fidedigna da nossa linda Cidade.

Aqui já se desvaneceu toda a feição archaica do palacio. Ás irregularidades pittorescas succedeu a ordenada symetria do estylo renascido. As janellas enfileiram-se em renques. Tres torres, espa-

[1] *Grand. de Lisboa,* trat. IV, cap. IV.

[2] Raczynski—*Dic. hist. art.,* pag. 230.



O PAÇO DA RIBEIRA

desde a dominação filippina

segundo Domingos Vieira Serrão

---

reproducção photolithographica de um desenho á penna, ampliado, para o livro

A Ribeira de Lisboa

3.ª vista

çadas egualmente, repartem a antiga frontaria primitiva sobre o terreiro. A galeria d'el-Rei D. João III, a torre central, tudo se afinou á italiana. O velho forte viu-se transformado pela vara magica de Terzi n'um torreão triumphal de severa e sabia architectura.

«Um forte de pedraria da melhor e mais perfeita obra, assim de fora como de dentro»,—repete Carvalho da Costa em 1712[1].

Quadrangular, massiço, mas grandioso e elegante nas suas proporções, erguia esse torreão enorme o seu vulto branco em dois andares, de cinco altas sacadas coroadas de attica, não contando as janellas pequenas da sobreloja, nem os mezaninos sobre a ultima cornija.

As oito pilastras de ordem dorica do primeiro andar, correspondiam a outras oito de ordem jonica no segundo; e as esquinas, á altura da sobreloja, flanqueavam-n-as os brasões do Reino.

A cupola arredondada e vasta era digno remate da arrogante fabrica, onde o genio do architecto imprimira notavel cunho de grandeza e simplicidade.

Como se está percebendo, mudou de todo, depois d'esta obra, o aspecto antigo. Ao primeiro edificio, mais mesquinho, cortado de janellas embrincadas de columnellos e rendas de pedra, succedeu a feição classica e fria das composições de Filippe Terzi. Sobre o paço do Sonhador das Indias, o throno de marmore do Usurpador. Em vez das linhas quebradas e pittorescas, dos eirados e dos corucheos, em estylo todo portuguez, as linhas rectas e pautadas dos bastardos Vitruvios de Madrid. Em logar do devaneio, o predominio, o pezo do facto consummado.

Isso era o grande torreão filippino. Havia tambem ao rés do Tejo, quasi ao meio da linha meridional da praça, uma pequena fortificação militar, a que se chamava o *baluarte de S. João,* ou *o forte da Vedoria.* Ahi se conservava a repartição denominada a

---

[1] *Chorogr.*, tomo III, pag. 342.

Vedoria da Provincia[1]. O livro *Explication de l'estampe de la Ville de Lisbonne* tambem diz que lá se via um fortim com ameias, conhecido sob o nome de forte da Vedoria[2].

Julgo esse forte obra filippina, como muitas outras. Em 1626 perguntavam os Governadores á Camara, afim de informar o Governo de Madrid:

«Diga-me a mesa se está feita a obra do baluarte do Terreiro do Paço. É Lx.ª, a 28 de Julho de 1626.»

Respondeu a Camara:

«Respondendo ao q̃ V. S.ria manda perguntar, diz a cam.ra que o baluarte se vai repairando, e os officiaes estão n'elle actualm.te trabalhando, e com toda a breuidade se lhe dara fim .....[3].»

Como este bello terreiro se considerava, até certo ponto, uma especie de logradoiro do paço Real, quem julgava ter «á sua conta a administração d'aquella praça» era um funccionario aulico, o Provedor das Obras Reaes, officio que andava na familia dos Carvalhos Patalins (depois Soures). Isso motivou certos respeitosos protestos do Senado da Camara. Eu explico:

Da parte da Alfandega, no terreiro do Paço, costumavam estanciar os chamados *guarda-fatos*, que eram uns homens approvados pela Camara, e cujo mistér se cifrava em guardar ali (a troco de uns cobres) quaesquer objectos que lhes confiassem, e ter mão nas cavalgaduras da gente que vinha do termo com encommendas, ou a tratar dos seus negocios. Para esse *officio* municipal tinham licença, mas nada pagavam ao Municipio.

Havia mais por ali um certo numero de vendeiras, que, offerecendo agua fresquinha, e fructas da estação, ganhavam a sua vida honradamente; mas estas pagavam á Camara dois tostões annuaes (isto é uns sete tostões de hoje).

1 João Baptista de Castro—*Mappa*, lista dos fortes.

2 Pag. 9.

3 *Elementos* do snr. Oliveira, tomo III, pag. 236.

Um bello dia o Provedor das Obras Reaes, Gonçalo Pires de Carvalho, mandou participar a essa gente que d'ahi avante haviam de pagar a el-Rei o seguinte: os guarda-fatos 3 cruzados por anno (uns 3$800 nossos), e as vendeiras 30 réis por mez (ou uns 1$000 réis annuaes de hoje, salvos os erros). Falando ellas em licença da Camara, foi-lhes declarado pelo agente do Provedor, que não era necessaria. Recusando-se algumas a esta disposição nova, foram prezas. A Camara, em nome d'ellas, e em nome do que reputava a justiça, reclamou perante o Rei Filippe em 28 de Janeiro de 1634[1].

O que seguiu não me consta, mas imagino que não teve provimento a desarrasoada veleidade de Gonçalo Pires; e mais me consta, ter depois el-Rei D. João IV ordenado, que os logares do chão do terreiro e da praça das verças (a Ribeira dos comestiveis) corressem por ordem da Cidade, sem aluguer nem pensão alguma[2]. Tolerancia, generosidade, e justiça.

Junto ao palacio dos Usurpadores continuava a grande faina maritima official da Ribeira-das-naus, como nos aureos dias do Fundador.

O quadrinho, que d'este trecho interessante da praia lisbonense nos deixou em 1584 o padre Duarte de Sande, é tão completo, que desejo fazel-o admirar. Eil-o: Diz elle: «O arsenal maritimo occupa um espaço vastissimo, fechado em parte pelos muros da cidade —(a cerca d'el-Rei D. Fernando)— e em parte pelas obras do mesmo paço, e estende-se até ao mar. Construe-se ali todo o genero de navios, e especialmente essas grandes naus e galeões, que abriram a navegação da India, e a conservam ainda com as continuas derrotas. É admiravel aqui, na verdade, a abundancia de tudo que é necessario para abastecer a armada, pois não falta grande quantidade de mastros, vergas e calabres muito ensebados

---

[1] *Elementos* do snr. Freire de Oliveira, tomo IV, pag. 10.

[2] Cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, livro 1 do dito senhor, fl. 21.

e compridos, e toda a sorte de pêz e alcatrão; nem a arte de amollecer o ferro e o aço, nem finalmente as machinas e engenhos para levantar pesos, abundando Lisboa em subido grau de tudo isto, quer de invenção portugueza, quer de importação estrangeira[1].»

Quando em 1595 teve de saír de Lisboa o Cardeal Archiduque, por ser transferido para o governo dos Paizes baixos, ficaria quasi deserto o paço, conjecturo eu, visto como os diversos membros da Regencia, que succedeu áquelle Principe, que eram D. João da Silva, Conde de Portalegre, e D. Miguel de Castro, Arcebispo de Lisboa, e D. Francisco Mascarenhas, Conde de Santa Cruz, e D. Duarte de Castello Branco, Conde do Sabugal, e Miguel de Moura, moravam de certo nos seus respectivos palacios.

No paço da Ribeira seriam talvez as secretarias, as sessões de certos tribunaes, etc.

E a proposito:

Entra n'este logar um caso que nos conta na sua preciosa obra *Dominio sobre a fortuna*, o insigne politico e litterato Antonio de Sousa de Macedo, que o ouvira algumas vezes a seu proprio pae, testemunha presencial.

Ía D. Christovão de Moura, Marquez de Castello Rodrigo, grande valido de Filippe II de Castella, e Vice-Rei em Portugal por Filippe III, atravessando uma sala do paço, seguido de numeroso cortejo de funccionarios e pretendentes, recebendo, de uns e outros, requerimentos e memoriaes, e distribuindo aqui esperanças, alem palavras ocas, acolá sorrisos, e nunca desenganos a tempo (manha antiga de politicos). Adiantou-se um Soldado da India, homem firme e sizudo; e entregando ao Marquez o seu memorial, tomou a liberdade de recordar que desde longo tempo andava pretendendo em causa justa, e ainda não obtivera despacho. Respondeu o Vice-Rei com sobrecenho, pensando talvez na phrase do

[1] *Arch. Pitt.*, tomo VI, pag. 79.

grande Amador Arraes «Sam muytos os que pedem, e pouco o que se lhes póde dar[1]»:

—Assim será; mas tenho muita gente para despachar, e não posso despachar a todos com brevidade.

Deteve-o o pretendente, e atravessando-se-lhe com respeitosa franqueza, tornou com muita confiança:

—Senhor, despache Vossa Senhoria os *homens,* e deixe a *gente.*

Surprezo o Marquez com esta soltura descostumada, volveu com benevolencia, e reflectindo no conceituoso dito do Soldado:

—Pois vá Vossa Mercê em paz, e hoje mesmo o despacharei[2].

Logo em 1609, em carta régia de 10 de Março, recommenda Filippe II á Camara de Lisboa, que, projectando vir breve ao Reino, faça ella as obras que se julgarem necessarias no paço da Ribeira, onde tencionava o Real hospede aposentar-se; e como a fazenda não podia com esses dispendios, a Camara havia de tomal-os a si, tirados do *real do vinho e da carne* concedido para obras publicas em Lisboa[3].

O Monarcha intruso não veiu em 1609 como tencionava, mas veiu em 1619. Mandou então o Marquez de Alemquer, Vice-Rei de Portugal, concertar e embellezar os paços da Ribeira, no sentido de os tornar condignos de tão opulento habitador[4].

Em 1610 renovou-se a Capella *com grande magnificencia,* e o seu pateo tambem, por ordem do Marquez de Castello-Rodrigo, Vice-Rei pelos Soberanos intrusos[5].

Só a *sala grande,* onde se celebraram as Côrtes d'esse anno de 1619, forrada de riquissimas tapessarias, media 103 palmos de

---

1 *Dial.* IV, cap. III.

2 *Dominio sobre a fortuna,* cap. XXI.

3 Cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, liv. 1 de D. Filippe II, fl. 129, citação nos *Elementos* do snr. Oliveira, tomo II, pag. 178.

4 *Id., ibid.,* fl. 129, 131, 134, 138.

5 João Baptista de Castro—*Mappa de Port.,* citando varias fontes.

comprido, sobre 55 de largo. Póde ver-se o plano d'essa estancia historica, no interessantissimo e raro livro de Lavanha[1].

Se dermos ouvidos ao espanto dos escriptores que nos falam, mais ou menos minuciosamente, no paço, convencer-nos-hemos de que era geral a admiração e o pasmo que a vasta mole despertava. Edificio unico em Lisboa, e em todo Portugal!

«Serve agora — diz em 1584 o padre Sande — de não pequeno embellezamento a este palacio o baluarte que se construiu até á praia, e está bem fortificado e bastecido de artilheria e de todas as machinas precisas[2]».

«Um grande e alto forte de obra nova e muito vistosa, em cujos muros bate o mar em maré cheia» — diz frei Nicolau de Oliveira, na transição do seculo XVI para o XVII[3].

Em 1626 refere-se ao paço filippino o escriptor anonymo da *Relação*, tantas vezes citada, descriptiva da Capital, e canta assim:

Os paços d'el-Rei famosos,
machina soberba e immensa,
os tectos de cujas salas
competem co'os das estrellas!

Aquella primeira sala
rodeada de janellas,
onde sempre, aos seus turnos,
assiste a guarda tudesca!

Os compridos corredores!
quartos de tanta grandeza
onde infinita familia
facilmente se aposenta!

[1] *Viagem de D. Filippe a Portugal.*
[2] *Arch. Pitt.*, tomo VI, pag. 79.
[3] *Grand. de Lisboa*, trat. V, cap. IV.

As grandes salas de cima,
e outras mil casas soberbas,
em cuja capacidade
cabem tantas excellencias[1]!

e n'outro sitio admira o mesmo autor

aquelle forte Real,
cuja formosa presença
eleva mais o *sentido*,
que toda a oitava esphera.

Tambem o contemplou, ancioso de commoção, o Vieira Lusitano ao voltar de Roma; e diz o livro, já depois do terremoto:

Assim chegou lá té onde
aquelle edificio regio
que foi dos Filippes obra
se levantava soberbo;

de cuja insigne memoria
nem hoje os vestigios vemos.
Tanto poder tem o Fado!
tanto vigor tem o Tempo[2]!

E n'outra parte:

Ultimamente, defronte
do torreão do terreiro
do Paço as velas ferrando,
com grão prazer fundo deram.

Defronte, digo, d'aquelle
magnifico *monumento*,
que fôra desde os Filippes
sempre habitaculo regio;

[1] *Relação em que se trata*, etc.
[2] *O insigne pintor*, pag. 445.

deliciosissimo pela
vista do mar, a que o mesmo
já majestoso edificio
predominava soberbo[1].

«O paço onde os Soberanos portuguezes costumavam habitar —escreve em 1628 o viajante francez M. de Monconys[2]— é edificado á beira-rio, a meio da Cidade. É um grande torreão quadrado, de quatro andares; tem bellos salões e camaras, que olham para o mar. No terceiro pizo fica a livraria do Rei, com as estantes de nogueira. D'esse torreão sáe para o lado da terra uma galeria de cem passos de comprido, cortada ao topo por outras duas que formam com ella uma cruz, e adornadas de varandas em dois andares».

Como se vê por essa lista de citações, que ainda podiam augmentar-se, houve um consenso de elogios á majestade e elegancia do paço em geral, e do torreão do forte em especial.

Depois de se ausentar o Rei *de facto*, voltou o paço a albergar funccionarios elevados, e tribunaes. Ahi encontro em Julho de 1633 habitando o Vice-Rei D. João Manuel, Arcebispo de Lisboa[3].

Esse alto personagem ecclesiastico e politico cedeu esta residencia em Janeiro de 1635 á Duqueza de Mantua, Margarida de Saboya, que chegou a Lisboa investida nas funcções de Vice-Rainha. Acompanhava-a, na qualidade de assessor ou conselheiro, o velho e nobre Marquez de la Puebla, estadista serio, cujos avisos a teriam sem duvida afastado do errado caminho em que a embrenhou, malquistando-a, o ambicioso e vingativo Miguel de Vasconcellos[4].

Era essa Princeza, então de quarenta e seis annos, filha de Carlos Manuel, Duque de Saboya, e da Duqueza Catherina Michaella

[1] *O insigne pintor*, pag. 278.
[2] *Voyages de M. de Monconys*, tomo IV, pag. 32.
[3] *Hist. Gen.*, tomo XI, pag. 541.
[4] *Id.*, tomo VII, pag. 42.

de Austria; enviuvára, havia vinte e tres annos, de Francisco de Gonzaga, Duque de Mantua e de Monferrato. Virtuosa e energica, tinha apenas um contra para nós: representar os nossos oppressores.

A revolução veiu encontral-a no seu posto. Cumpriu a Duqueza o que devia ao Rei de Castella, e obrigada da força cumpriu o que devia á justiça da nossa causa. Não sossobrou, e mostrou-se, antes de mais nada, senhora.

Os amotinados obrigaram-n-a a sahir do paço da Ribeira, onde já não a prendiam vinculos alguns, e recolheram-n-a no paço de Xabregas. Não a julgando bem vigiada, enclausuraram-n-a no mosteiro de Santos-o-Novo. Depois foi mandada pôr na fronteira, com todas as honras militares e politicas devidas á sua cathegoria[1].

[1] *Hist. Gen.*, tomo VII, pag. 94 e 146.

CAPITULO XII

Sobe ao throno el-Rei D. João IV.—Descreve-se o paço da Ribeira no seculo XVII.—Acclamação do novo Soberano.—Entram a proposito varios cavallos celebres na Historia portugueza.—Baluarte, Bardez, e outro.—Deliciosa morada o paço da Ribeira.—O Terreiro.—O chafariz de Apollo.—Trechos de antigos autores.

Pela restituição dos legitimos herdeiros do throno de D. Manuel á Capital do Reino, com a subida d'el-Rei D. João IV, coube ao paço da Ribeira, onde se tinham dado as terriveis scenas do alvorotado e alvoroçado dia 1 de Dezembro de 1640, a honra de tornar a ser a residencia do Rei; condigna habitação, certamente, do chefe da regenerada Monarchia.

O estrangeiro, ou o provinciano, que, desembocando do lado da Alfandega no terreiro do Paço, contemplasse pela primeira vez a residencia do Rei de Portugal, sentia-se de certo dominado pelo ar de grandeza d'aquella desdobrada e nobre linha de sacadas, terminando ao Sul no magnifico torreão.

O torreão tinha o andar terreo, as sobre-lojas, o primeiro andar, e emfim o segundo, tudo de optimo aspecto, de architectura classica muito correcta, coroado de platibanda, e sobrepojado de um zimborio arredondado acabando em lanternim.

Como o torreão era ressaído, formava canto com o resto do edificio, que ostentava sobre a praça dezasseis ou dezassete janellas sacadas muito grandes, na altura do primeiro andar do torreão. Depois da decima-septima janella, contada n'uma boa gravura que possuo (alem de muitas outras do mesmo assumpto), seguia-se uma galeria ou varanda, com loja e dois andares, sendo o segundo no

mesmo plano do primeiro do paço, e com uma escadaria em baixo, que dava entrada para a sala dos Tudescos. Era o corpo da Guarda Real.

Tudo isto grandioso e rico; bella pedra lavrada, como sempre os nossos artifices a souberam lavrar.

Foi pois este o poiso realengo, onde o pausado vencedor da astucia e força filippina, desembarcado ao som de acclamações n'aquella praia historica, a 7 de Dezembro, veiu assentar a sua morada de Rei; e foi d'ali, d'aquelle solar de tantos avós, que no dia 15 de Dezembro, n'um grande tablado erguido debaixo das sacadas, elle deu ao seu Povo o espectaculo do ceremonial da Coroação.

Ia el-Rei vestido de risso pardo bordado de oiro; botões e collar de diamantes, do qual pendia o Habito de Christo n'um circulo tambem de diamantes; espada doirada, e opa comprida de téla branca lavrada de ramos de oiro. Terminado o acto solemne, cuja pragmatica o leitor pode ver na *Historia Genealogica*[1], desceu el-Rei ao terreiro do Paço, com todo o seu sequito.

Esperava-o o seu famoso andaluz «Baluarte», coberto de manta de velludo negro guarnecida de passamanes e galões de oiro, e ricamente ajaezado. Montou el-Rei, e debaixo do pallio, e levado de redea por D. Pedro Fernandes de Castro (na ausencia do Conde de Monsanto) encaminhou-se com toda a Côrte para a Sé Cathedral a dar graças a Deus, entre as alegrias espontaneas da Cidade inteira, e ao som do vibrar de todos os campanarios de mosteiros e freguezias.

Este brioso cavallo «Baluarte» tem a sua biographia; eil-a:

Nascêra nas manadas de um cavalheiro rico de Sevilha, creador de gado e bom cavalgador, D. Alonzo de Tortolledo, que no verão

---

[1] Tomo VII, pag. 100 e seg. O meu amigo o snr. Manuel de Macedo Pereira Coutinho, da Casa de Verride, desenhou o apparatoso quadro da coroação do Rei. Foi gravado em madeira. Possuo, por favor do illustre autor, o esboço a lapis, que fórma um dos mais apreciaveis adornos artisticos da minha habitação em Sacavem.

de 1640 o levára para venda á feira d'aquella cidade. Era um cavallo feito, de corpolencia e elegantissimo, grande ar, muito brio, e com todos os signaes das mais apuradas raças das Hespanhas.

Acertou chegar por então a Sevilha Antonio Galvão de Andrade, o conhecido estribeiro, encarregado da compra de um optimo andaluz para o Duque de Bragança D. João. Apressou-se em ir ver o tal, que lhe inculcaram como de bom sangue e promettedor de altas prendas.

—Quanto quer pelo bicho?—perguntava Antonio Galvão acariciando o nobre fucinho do mursello, e extasiado, como entendedor, na brilhante postura do animal.

D. Alonzo, encarando com soberania o Portuguez (a quem aliás não conhecia por emissario do Duque) respondia com modo balofo, para encarecer a sua propriedade em farroncas de meridional:

—Olhe, meu caro senhor, excusa de se cansar; um cavallo d'este jaez não nasceu para cavalhariças particulares; um portento d'esta marca só é digno do nosso Rei D. Filippe, ou do Duque de Bragança. Como Usted o não vem comprar para qualquer dos dois, não o leva.

—Porquê?—perguntou Galvão curioso e sorrindo com finura, ao passo que examinava os dentes do bruto.

—Porque já lh'o disse: uma estampa d'estas, só para el-Rei, ou para o Duque de Bragança.

A negociação, ainda assim, foi proseguindo, e conchavaram-se no preço o emissario e o vendedor. Pagos sem demora os quatrocentos e setenta e cinco cruzados do ajuste (824$125 réis de hoje), qual não foi o espanto do cavalheiro, ao saber .... que era com effeito comprador o Duque de Bragança?!

Veiu para Villa-Viçosa o estimado bucéphalo; e quando disseram ao Duque achar-se já o animal á manjadoira, desceu o novo dono a contemplal-o. Pasmado da estatura e força do monstro, maior que a marca, exclamou apenas se lhe approximava:

—Isto não é um cavallo, ó Galvão; é um baluarte.

D'onde, lhe ficou o nome proprio de «Baluarte».

Depois, mandou-o ir ao picadeiro dar uma volta, e reconheceu-lhe, com o seu faro de bom cavalgador, o leve e seguro pisar, a

mansidão, a arrogancia dos meneios de cabeça, a intelligencia com que escutava, a graça com que movia aquelles olhos negros, sacudindo a juba e a cauda roçagante.

O velho e peritissimo Antonio Galvão, de cujo livro tirei estes casos, acha em tudo isto prophecias: prophecia, dizer o Tortolledo que só o Duque de Bragança ou o Rei podia comprar tal prenda, quando com effeito era o *Duque*, e dentro em pouco era o *Rei;* e prophecia o chamar-se-lhe *Baluarte,* quando d'ahi a mezes, sobre esse baluarte vivo, havia D. João IV dominar os seus inimigos.

Todas as musicas do prestito, todas as acclamações populares, todo o estrondo da artilheria dos navios e do Castello, ouviu sereno, desde o paço da Ribeira até á Sé, o garboso e magnanimo Baluarte, «sem que se adiantasse, nem retirasse —diz Galvão— nem atravessasse, como animal que conhecia, com seu instincto, que devia não tirar a Pessoa Real de baixo do pallio, nem pisar a Nobreza, pois não merecia pisada, pelo grande applauso e gosto com que acompanhavam a seu Rei natural[1]».

Tal foi, talhado de molde pelo destino, o cavallo triumphal do senhor D. João IV. Tal foi o baluarte sobre que se ergueu entre vivas, musicas, e orações, a dynastia que hoje nos rege.

Pouco mais de sessenta annos havia, que n'outro fogoso corcel, chamado «Bardez», saía a campo, com os seus brios tão mallogrados, o infeliz Amadis de Gaula de Alcacer-Kibir. Entre Bardez e Baluarte.... vai um abysmo de amarguras[2].

Lembra-me, a respeito de Bardez, o que nos conta a *Miscellanea* de Andrada. Não foi esse o ultimo cavallo d'el-Rei D. Sebastião. Bardez ficou inutilisado, com um tiro de escopeta no pescoço. Depois do desbarate, ia-se el-Rei, conforme podia, levando a travez da turba-multa, em confusão medonha, entre uma grita infernal.

---

[1] Antonio Galvão de Andrade—*Arte da cavallaria*, pag. 13 e seg.

[2] Barbosa Machado—*Mem. de D. Sebastião*, tomo IV, pag. 410.

Bardez caminhava a muito custo, esvahido em sangue. Quem lhe podera dizer, pobre innocente animal, que n'aquella hora torva era, elle só, o sustentaculo do ultimo Rei cavalleiro da dynastia de Aviz?! Bardez é um heroe da nossa Historia.

N'isto, cruza-se com o Soberano, no meio d'aquella confusão de mortos e feridos, o valente Capitão Jorge de Albuquerque Coelho. Mal se podia ter no seu cavallo ruço escuro, e nem já forças tinha para se apear. Recebera uma arcabuzada na verilha da perna direita, levava uma setta embebida no peito, a cabeça a escorrer sangue, e a mão e as canellas iam rasgadas de cutiladas. Vê o seu Rei, e pergunta-lhe, cheio de cuidado.

—Como vem Vossa Alteza?

—Eu bem estou —volveu o senhor D. Sebastião;— mas este meu cavallo é que já não póde dar passada.

Tornou-lhe o Albuquerque:

—Senhor, o meu cavallo está muito bom para Vossa Alteza se servir e salvar n'elle.

—Pois bem; acceito-o—disse el-Rei.

—Senhor, sim, que para esta hora estimo eu ter-vol-o guardado. Salvae-vos n'elle; salve-se Vossa Alteza! já nada mais temos que fazer.

—Apeae-vos pois.

—Eu, senhor? mandae a esses soldados que me apeiem; eu por mim já não posso.

Tiraram-n-o os soldados ao collo, a grande custo. Não se pôde ter em pé, e caiu de costas. Isto fez a maior impressão ao juvenil Monarcha; e chegando-se ao guerreiro, disse-lhe com ar condoído:

—Quanto me peza, Jorge de Albuquerque, ver-vos d'essa maneira!

—Senhor! salve-se Vossa Alteza, que é o que nos importa agora; eu morro contente, ao serviço de Deus e do meu Rei.

Mysterios da Providencia! o desgraçado Capitão, salvou-se e voltou ao Reino. Foi elle, por signal, quem contou tudo isto a Miguel Leitão de Andrada. O Rei, tendo achado successor ao infeliz e valente Bardez, pereceu n'aquelles areaes. Pereceu? pelo menos sumiu-se.....

Portanto, entre Bardez e Baluarte, passa est'outro cavallo de guerra, o ultimo auxiliar do desgraçado mancebo.

Depois d'esta digressão ácerca de tres corceis celebres na Côrte portugueza, tornemo-nos ao paço da Ribeira, e aos dias d'el-Rei D. João IV.

Deliciosa morada devia ser o paço da Ribeira, nas mãos do opulento e fastuoso Duque de Bragança, que no seu ninho de Villa-Viçosa tinha aquelle paraizo que o snr. José Ramos Coelho magistralmente nos descreve na sua preciosa *Historia do Infante D. Duarte*. E se não, vejamos: boa casa, salões espaçosos e ricamente colgados, vista desafogada sobre o Tejo, jardim, e em frente o magnifico terreiro, frequentado sempre de cavalleiros e peões, regado a miude, e orlado desde 1604, segundo apontei, com um conveniente parapeito de resguardo[1].

O nosso terreiro do Paço! um dos theatros historicos mais variados de toda a Peninsula! Quantas scenas ali se teem passado, já politicas, já particulares, já aristocraticas, já plebêas, já de sangue, já de fogo, já de festa! Só a descripção d'ellas dava um livro, uma galeria de arrebatar.

Alem das curiosas scenas dos *bugios*, a mais antiga que se me apresenta ao espirito, no verão de 1513, é o exercicio que ali vinham executar todos os dias, antes da saída para Azamor, os terços do sombrio e mysterioso Duque D. Jayme[2]. Sempre era isso mais pittoresco, do que ver passar amanuenses para as secretarias de Estado!

Prestava-se aquelle terreno plano aos alardos da milicia, e ás correrias dos elegantes cavalleiros e cortesãos antigos. «Offerece — diz o padre Sande— aos cavalleiros e fidalgos portuguezes o mais bello sitio para passear e espairecer, especialmente no estio, em que, pela

1 Documento datado de 9 de Novembro de 1604, no Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. 1 de provimento de agua, fl. 63. Vide este livro, pag. 307.

2 *Hist. Gen.*, tomo v, pag. 507.

amenidade do sitio, pelo vento fresco do mar, e pelas regas quotidianas de agua levada em carros para esse fim, parece estar convidando a todos para tão bello logradoiro[1]».

No tempo de D. João IV havia no terreiro um vistoso chafariz, «com quatro bicas, e em cima a figura de Apollo, de excellente escultura, tudo de pedra marmore» — diz Carvalho da Costa[2].

Quem erigira esse chafariz, não o sabia eu ao certo até m'o dizer o precioso livro, ainda em via de publicação, *Elementos para a historia do Municipio de Lisboa*[3]; e ponderava comigo mesmo: ou foi ainda o 3.º Filippe, ou já o Restaurador. Qualquer das hypotheses póde talvez inferir-se de palavras de D. Francisco Manuel de Mello na *Visita das fontes*, onde diz o engraçado polygrapho:

«Fonte do terreiro do Paço, vinda agora para aqui de mandado d'el-Rei.»

Qual Rei? perguntava eu.

Achei a resposta nos mencionados *Elementos;* foi D. João IV.

Em 18 de Março de 1652 mandava o Senado pagar aos mestres empreiteiros do chafariz planeado por el-Rei «p.ª fremozura da praça do terreiro do Paço», a quantia de dois mil cruzados, por conta, a fim de correrem logo com a obra.

Do citado dialogo das fontes conclue-se que junto ao chafariz estanciava uma sentinella. Esse chafariz durou até ao terremoto. O autor, que tambem ignoro quem fosse, devia ter sido artista de alto merecimento, segundo o testemunho do bom juiz Vieira Lusitano. Falando do chafariz, chama-lhe:

> obra que bem merecia
> estimação e respeito,
> por ser de um autor insigne
> admiravel monumento[4].

[1] *Arch. Pitt.*, tomo VI, pag. 79.
[2] *Chorogr.*, tomo III, pag 342.
[3] Pelo snr. Eduardo Freire de Oliveira, tomo V, pag. 344.
[4] *O insigne pintor e leal esposo*, pag. 445.

Ao mesmo chafariz allude na sua Egloga VI Domingos dos Reis Quita, por estas palavras:

> Ali, sobre uma fonte collocado,
> um Apollo se vê de jaspe duro,
> com a lyra na mão, mais bem lavrado
> que os que Montano fez do cedro puro;

e o *Anatomico jocoso* refere-se a algum desconcerto na canalisação, pelo qual adveiu longa estiagem ás aguas do chafariz.

«Adeus, Apollo do terreiro do Paço —diz o *Anatomico*— que, pelo téu achaque de dor de pedra, não estás corrente para a prisão dos meus suspiros[1].»

N'uma ou outra vista antiga do terreiro do Paço apparece o chafariz; só porém nas posteriores aos reinados filippinos. Percebe-se que era desenho elegante e com certa harmonia de linhas. Constava de um tanque, do meio do qual se levantava n'um pedestal uma urna como esphera achatada, com quatro bicas. Essa urna, adelgaçada em collo de bilha, servia de poiso a uma estatua de Apollo.

Eis tudo que sei; não é muito, mas esse mesmo *pouco* tinha aqui o seu logar.

[1] Tomo I, *Lamentações saudosas*, pag. 301.

CAPITULO XIII

Alma nova no Paço desde a chegada dos legitimos senhores.—A *buena-dicha* da Rainha.—Obras e arranjos domesticos.—Nomes de alguns mestres.—A livraria.—O salão da musica.—Testemunhos de autores antigos.—Uma inscripção latina preservativa dos coriscos.—A capella Real em dias d'el-Rei D. João IV.—Pintores e pinturas.—Embaixadas de amisade á nova dynastia.—O Marquez de Graville.—Filippe Meadowe.—Adoece e morre el-Rei.

El-Rei D. João IV, de quem vinhamos tratando, fez crear alma nova ao paço. Expulsos os parasitas, ficou a nobre residencia servindo ao cabeça da nova e auspiciosa Monarchia. Para ali, como disse, veiu o Rei depois de chamado de Villa-Viçosa, e pouco depois, pelo Natal de 1640, chegou a Rainha D. Luisa de Gusmão, nomeando a sua Casa, e tomando para Camareira mór a Marqueza de Ferreira. As scenas tristes e lamentaveis do 1.º de Dezembro nunca mais lembraram.

Contavam as chronicas domesticas do lar solarengo dos Duques de Medina-Sidonia o seguinte: uma vez certo Moiro astrólogo, a quem o Duque velho, a troco de alguns maravedís, tinha querido ouvir a *buena-dicha* da familia, como alegre diversão de alguma tarde de verão no campo, predisse, pelo exame da palma da mão da joven D. Luisa, que algum dia os seus cabellos negros haviam de adornar-se com uma corôa de Rainha. O mesmo se deu com a Imperatriz dos Francezes, a quem uma bruxa adivinhou (sendo ainda muito creança a nobre Condessa de Teba) os seus altissimos destinos.

Cumpriram-se em Paris os da formosa Imperatriz Eugenia em 1852; cumpriram-se em 1640, em Lisboa, os da sua parenta, a gentil e energica filha de Medina Sidonia.

Sessenta longos annos tinham passado, sem que o paço da Ribeira hospedasse os seus legitimos senhores; tinham-se aquellas paredes historicas deshabituado da antiga etiqueta portugueza; e não ha, nem póde haver, Côrte sem etiquetas. Que fez o novo Rei? legalisou-as.

Quem quizer entranhar-se n'esses assumptos, tem os regimentos promulgados logo em Dezembro de 1640[1].

Quanto ao edificio em si mesmo, carecia tambem de reformas; procedeu-se n'elle a obras, mais ou menos consideraveis, obras a que não foram estranhos o canteiro Agostinho Rodrigues, fallecido em 1653, e o seu successor João Fallardo, escultor[2].

Aconchegou-se de razes aquella serie de salas, mobilou-se tudo, chamou-se um pintor illustre, José de Avellar Rebello, que adornou de pinturas a fresco o denominado *salão da musica*, onde el-Rei gostava muito de o ir ver trabalhar[3], e creou-se, ou ampliou-se, a livraria propriamente musical do palacio. Essa livraria foi laboriosamente accumulada por espaço de annos, e a ella se refere o testamento do mesmo Monarcha[4]; já em 1649 se lhe imprimia o catalogo[5]; e era bibliothecario um capellão d'el-Rei, por nome João Alvares Frowo, ou Frovo[6], mencionado por Innocencio.

«Com despeza consideravel e diligencias particulares —narra um contemporaneo, o cortezão Dr. Antonio de Sousa de Macedo,

[1] *Hist. Gen.*—Provas, tomo IV, pag. 735, 738 e seg.

[2] Torre do Tombo—livro do senhor D. João IV, fl. 246. Communicação do Visconde de Juromenha ao Conde de Raczynski, vide *Dictionnaire*.

[3] Cyrillo Wolkmar Machado—*Mem.*, pag. 76.

[4] *Hist. Gen.*—Provas, IV, 770, 771.

[5] Vide o titulo exacto a pag. 243 do tomo VII da *Hist. Gen.*

[6] *Hist. Gen.*, tomo VII, pag. 241.

que se ufana de ter n'ellas auxiliado o seu Rei *(em muitas o servi,* diz elle)— ajuntou uma numerosa livraria das obras musicas melhores e mais exquisitas, e a tinha disposta com notavel curiosidade e clareza, para facilmente se achar n'ella qualquer papel[1]».

E quanta vez se não iriam buscar com todo o empenho á livraria taes ou taes sonatas, taes ou taes trechos de musica sacra, para se cantarem ali, em familia, no *salão da musica!* Haviam muita vez de ser prata de casa, composições do proprio Rei.

«O senhor Rei D. João o IV não cantava —diz no citado logar Sousa de Macedo— mas, sem controversia, foi na musica o mais sciente do seu tempo. As composições que com nome supposto communicava ao mundo, por superiores eram logo conhecidas por suas em toda Europa.»

E informa-nos o mesmo escriptor, cujo estylo agradavel, e cuja sábia linguagem fazem da *Eva e ave* deliciosa leitura, de outro engraçado pormenor: a assiduidade com que se entretinha em taes passatempos de espirito elevado o Soberano, que hoje alguns nos querem apresentar apenas como um gulotão, caçador, egoista, e dormente. Não; el-Rei D. João IV não foi isso; quanto a mim, a verdade do seu caracter, um tanto retrahido, ainda está por descobrir.

Ponctualissimo como era, segundo Macedo, nos conselhos, e no despacho com os seus Ministros, era-o tambem no estudo e na pratica da musica.

«Todos os dias depois de jantar tomava uma hora de allivio (regra dos que sabem trabalhar); e esta era exercitar e ensinar os seus musicos, que tinha muito escolhidos, e quasi sempre em canto dos Officios Divinos, para que seu exercicio em tudo fosse louvavel[2].»

«Amou a musica com tanto gosto e inclinação —diz o sempre citavel D. Antonio Caetano de Sousa,— que foi eminente n'esta arte, sendo tanta a curiosidade, que nem as grandes occupações de Rei lh'a poderam diminuir para deixar de a seguir em quanto viveu. Assim,

---

[1] *Eva e ave,* parte I, cap. XXIII.

[2] *Id.,* loc. cit.

todos os dias se levantava ás 5 horas, e até ás 7 se empregava no estudo da musica; depois continuava com os negocios e governo de seus Reinos; e tanto que acabava de jantar, nas horas da sesta, que eram para o descanso, se empregava em provar as musicas que lhe vinham de fóra, para ver as que havia de mandar cantar na sua Capella, e com os signaes que lhes punha as approvava ou reprovava; e sempre concluia esta prova com um *Miserere*[1].»

D'el-Rei D. João IV consta-me outra coisa, que me parece o liga á historia d'estas paredes celebres; é isto:

Tinham os monges da Pena, em Cintra, grande receio dos raios, que tantas vezes assolavam e retalhavam aquelles pincaros serranos. Achando-se de visita ao mosteiro, em 1636, certo sacerdote romano, deixou lá por memoria as seguintes palavras, a que alguns chamarão versos, e a que elle atribuia grandes virtudes:

Christus Rex venit in pace,
Et Deus homo factus est.
Verbum caro factum est.
Christus de Virgine natus est.
Christus per medium illorum ibat in pace.
Christus crucifixus est.
Christus mortuus est.
Christus sepultus est.
Christus resurrexit.
Christus ascendit.
Christus imperat.
Christus regnat.
Christus ab omni fulgure nos defendat.
Verbum caro factum est.
Christus nobiscum est.

Depois d'isto devia orar-se Padre nosso e Ave Maria.

1 *Hist. Gen.*, tomo VII, pag. 240.

Mandou el-Rei copiar e esculpir essas linhas, collocando-as «nas aguas furtadas da nova abobada de seus Reaes paços[1]». (Os da Ribeira?)

Nas reformas e melhorias que D. João IV executou no paço, e a que allude de fugida, mas com elogio, um contemporaneo d'ellas, Frei Nicolau de Santa Maria[2], em 1640, deve incluir-se, talvez em primeiro logar, a da sua Real capella, á qual deu novo regulamento em 1652[3].

O logar da capella variou, como já apontei. Tinha-a posto n'um sitio o fundador do palacio; em 1581 mudou-a D. Filippe para outro; el-Rei D. João IV quiz construil-a de novo (não sei se mudando-a outra vez), e estabeleceu-a provisoriamente, emquanto edificava a nova, na grande sala dos Tudescos[4]. Parece que depois, com o andar dos annos, veiu a ser no logar d'essa sala a séde do tribunal da Mesa da Consciencia e Ordens, em dias d'el-Rei D. João V, se interpreto bem palavras de D. Antonio Caetano de Sousa[5].

N'esta incerteza em que nos deixaram ficar os contemporaneos, não posso portanto dizer ao certo o logar onde, logo no dia 1 de Janeiro de 1641, se ouviu ressoar na capella de S. Thomé, em presença da nova Côrte, a voz eloquentissima do Padre Antonio Vieira, prégando o sermão de boas festas.

No decurso de trinta annos teve Lisboa o prazer de tornar a ouvir com frequencia o talentoso e vibrante orador na capella dos Reis legitimos; seria longa a enumeração d'essas datas, que os sermões de Vieira commemoram.

As obras emprehendidas na capella por el-Rei D. João IV duraram muitissimo tempo, attendendo certamente á calamitosa qua-

---

1 *Agiologio Lusitano*, tomo II, pag. 479.

2 *Chron. dos con. regr.*, parte II, pag. 105.

3 Real Archivo da Torre do Tombo — *Coll. de S. Vicente*, pag. 136.

4 *Mappa de Port.*, ed. de 1870, tomo III, pag. 102. *Sanct. Mar.*, tomo I, pag. 297. *Gab. Hist.*, tomo X, pag. 114.

5 *Hist. Gen.*, tomo III, pag. 178.

dra que o Reino atravessava. Creio que uns quinze ou dezasseis annos depois de começadas, ainda ellas não viam o fim, segundo se colhe do testamento do mesmo Soberano, no logar em que elle pede com muito empenho á Rainha D. Luisa tome a seu cargo o concluil-as.

O mesmo senhor, já no leito da agonia, chamou o Capellão-mór, e disse-lhe: «Não quiz Deus que acabasse a capella; e parece-me que me fez n'isto mercê; porque se a acabara podera ter vangloria do que fizesse; mas não a acabando, aceitará Nosso Senhor a vontade que tive de o servir, sem eu ter a vangloria de o ter feito[1]».

Dos melhoramentos ahi realisados no seculo XVII pouco sei; apenas colhi do repositorio de Cyrillo Wolkmar Machado[2] que João Gresbante, pintor inglez estabelecido em Lisboa, pintára na capella do paço da Ribeira um quadro do Concilio de S. Damaso, e o portuguez Marcos da Cruz outros quadros que o livro não especifica[3].

Consta que ao fundo da nave, mesmo em frente do altar mór, ficava a tribuna da Familia Real[4].

Calcule-se o esplendor das frequentes festas que ali se presenciearam, quando todos os antigos escriptores se não cançam de encarecer a maneira admiravel como Lisboa, em geral, celebrava o ritual catholico. Ha um pormenor que diz tudo: só em *aromas e cheiros das egrejas*, gastava a Capital, no seculo XVII, mais de vinte mil cruzados annuaes[5]! O que seria o resto!

Deixando por agora essas recordações, aqui vão mais algumas datas para a historia chronologica do celeberrimo paço.

Em 28 de Janeiro de 1641 reuniram-se Côrtes dos tres Estados na sala dos Tudescos; e outras houve ainda no mesmo reinado.

---

[1] *Gab. Hist.*, tomo IV, pag. 193.
[2] *Memorias*, pag. 79.
[3] *Id.*, pag. 80.
[4] *Voyages de M. de Monconys*, tomo I, pag. 121.
[5] Frei Antonio Brandão—*Mon. Lusit.*, tomo III, pag. 169, col. 1.ª

Em 7 de Agosto d'esse anno (1641) subia Tejo acima uma brilhante armada franceza, trazendo Embaixador, para reconhecimento da dynastia nova, o joven Armando de Maillé-Brézé, Duque de Fronsac e de Caumont, Marquez de Graville e de Brézé, Conde de Beaufort, etc., rapaz de vinte e dois annos apenas, e que aos seus predicados de talento e virtude (mallogrados cinco annos depois) reunia ser sobrinho de Richelieu, filho de uma irman, casada com o Marquez Urbano de Brézé.

Teve logo audiencia, conduzido desde bordo, n'um rico bergantim, pelo Conde do Vimioso. Recusou a hospedagem offerecida no palacio do Côrte-Real, e ficou morando no seu navio[1].

Ha outra data que se liga intimamente com esta casa: é 26 de Abril de 1648, nascimento do Infante D. Pedro, que veiu a ser D. Pedro II[2]; tudo novos motivos de affecto da familia de Bragança ao nobre paço manuelino.

Trazem-nos agora as datas outra recordação de familia; esta é tristissima:

O dia 1 de Novembro de 1649 foi lugubremente assignalado pela noticia que a el-Rei D. João IV chegou do fallecimento de seu irmão o senhor D. Duarte no castello de Milão, a 3 de Setembro antecedente.

O nosso distincto poeta e alto historiador, o snr. José Ramos Coelho, deixou a vida d'aquelle Principe conscienciosamente estudada na sua obra monumental. D'esse livro extrahirei, com a devida venia, o que se refere ao assumpto.

«Sabido com certeza — escreve o snr. Ramos Coelho — a 1 de Novembro o fallecimento do Infante, expediu-se no outro dia aviso ao Presidente da Mesa da Consciencia e Ordens para que os Ministros e Officiaes d'ella posessem lucto.....

«O lucto d'el-Rei e da Côrte pelo Infante foi o seguinte: fecharam-se as janellas de todas as casas do paço, deixando só, em cada

[1] *Hist. Gen.*, tomo VII, pag. 165.

[2] *Id., ibid.*, pag. 425.

uma, uma parte do postigo aberta para entrar alguma luz. Suas Majestades e Altezas conservaram-se oito dias recolhidos, falando apenas aos seus muito domesticos. Passados elles, deram audiencias privadas, e acceitaram pesames das pessoas principaes, abstendo-se das audiencias publicas, e do despacho com os Tribunaes até ao ultimo dia.

«O vestuario de Sua Majestade e Alteza foi capa com capello, e roupeta de baeta por frizar até ao chão, voltinha redonda, chapeo com mais de meia aba por forrar, trança do mesmo, sapatos escodados, espada envernizada, isto até á vespera das exequias, na qual, e no dia d'ellas, Sua Majestade e Alteza poseram capuz com carapuça.

«O mesmo lucto trouxeram os creados d'el-Rei, os Titulos e Conselheiros de Estado e Guerra, e os Ministros dos Tribunaes.

«Passado o dia das exequias, Sua Majestade e Alteza tiraram da capa o capello, e conservaram o cabeção e volta redonda, ficando em golilha, e cortando uma mão travessa do comprimento do vestido. Este lucto observaram seis mezes Sua Majestade e Alteza, e a Côrte. Nos restantes seis mezes Sua Majestade e Alteza usaram vestidos curtos de baeta.

«Os soldados da guarda Real andaram com capas sem capello, e roupetas de baeta, uma mão travessa a baixo do joelho, sapatos escodados, espadas envernizadas, chapeos de lucto, e voltas cahidas não muito grandes[1].»

A 29 do mesmo mez houve solemnes exequias na capella Real. Prégou o Padre Antonio Vieira. Lamento não poder transcrever aqui a descripção, que d'essa ceremonia funebre, e do catafalco armado ao centro da nave, nos deixou o citado autor. Receio alongar demasiado o capitulo. Colho as vellas.

Em 16 de Abril de 1656 entra no Tejo a armada ingleza commandada pelos generaes Montague e Blake. N'esse mesmo dia dá

[1] José Ramos Coelho—*Historia do Infante D. Duarte*, tomo II, pag. 678, citando o Mss. da Bib. Nac., B, 12, 32, fol. 283.

el-Rei D. João audiencia a Filippe Meadowe, que o vinha comprimentar como agente diplomatico do vil usurpador Cromwell, alcunhado Protector da Inglaterra[1].

Morava habitualmente n'este seu paço hereditario o «Restaurador», e ia de vez em quando espairecer-se á quinta de Alcantara, muito querida de todos aquelles senhores. Logo hei-de falar d'ella. No dia 25 de Outubro de 1656, achava-se lá, quando foi accommettido de uma grande dor n'uma ilharga; teve de recolher sem demora ao paço da Ribeira, e caiu de cama para mais não se levantar. Está-se a perceber alguma congestão ou inflammação de figado, doença vulgar nos membros da Casa de Bragança.

Póde o leitor consultar uma erudita e muito interessante dissertação sobre este assumpto (a proposito da enfermidade que matou o senhor D. Duarte) pelo meu amigo o snr. D.or Xavier da Cunha[2].

A *Historia Genealogica* e o *Gabinete historico*, trazem sobejos pormenores do andamento do mal, que a 6 de Novembro derrubou o Restaurador; poupo-os ao leitor d'estas minhas paginas. Notarei apenas uma circumstancia:

Entre muitas pessoas de varias classes, que o moribundo mandou chamar junto ao seu leito de dor, concorreram os Religiosos Arrabidos. Tinham ido em procissão até á capella Real, ahi tinham resado a ladainha, depois do que, entraram na camara d'el-Rei, que os convidou. Cantaram segundo o ritual da sua Ordem; e tão concertados, e tanto em solfa, que o enfermo, bom entendedor da arte musical, notou com grande gosto o quanto elles observavam as regras e entoavam com sentimento; e acrescentou para o Camareiro mór, com a sua enfraquecida voz de moribundo:

—Não ouvi ha muito tempo coisa que tanto me agradasse! Isto deve dar ideia das harmonias do Ceo!....

Tal é o poder consolador que tem a musica!.....

.....

Pouco tempo depois, era cadaver o neto dos Braganças.

---

[1] *Quadro elementar*, tomo XVII, pag. 103.

[2] Appensa ao vol. II do livro acima citado do meu amigo o snr. Ramos Coelho.

CAPITULO XIV

Entra em scena el-Rei D. Affonso VI.—Frei Francisco da Cruz e as suas devoções.—Toma *casa* á parte o Soberano.—Ceremoniaes e etiquetas.—Trata-se do casamento da Infanta D. Catherina com o Rei Carlos II de Inglaterra.—Pormenores; scenas diplomaticas em Londres e em Lisboa.—Chega a embaixada de Eduardo Montagu, Conde de Sandwich.—Saida da Rainha da Gran-Bretanha.

Logo do começo do tempo d'el-Rei D. Affonso VI ha um curioso caso ligado com o paço da Ribeira. Quem o conta é Frei Lucas de Santa Catherina[1]; é singular, e merece repetido; pinta as exagerações da devoção, e serve para mostrar onde chega o arrojo heroico de certos ascetas.

Conhecia Lisboa inteira ao virtuoso Dominicano Frei Francisco da Cruz, sujeito abrazado em caridade, e cujo viver se cifrava em pedir, para esmolar. Chegavam a fiar d'elle avultadas quantias a Rainha D. Luisa, el-Rei D. Affonso, os Duques de Aveiro, e outros Grandes; e por mais que lhe enchessem as mãos, nunca se lhe dava a elle o coração por satisfeito. Costumava levar sempre pendente do braço um cabazinho; ao sair do convento, trasbordava; durante o dia ia-o distribuindo; ao tornar-se para a cella, trazia-o cheio outra vez.

Damus petimusque vicissim, clamava o Romano, quasi dizendo que dos pedidos nascia o dar, e das dadivas o pedir. Abençoada a caridade de Frei Francisco da Cruz, que á maneira de chuva se lhe resolvia em nuvem, e á maneira de nuvem desfechava outra vez em agua do Ceo.

---

1 *Hist. de S. Domingos*, parte IV, liv. I, cap. XXV.

Muitas devoções aninhava na alma este bom Padre; e de tanta mansidão era o seu porte e o seu falar, que aos pobres e ás creanças se figurava regalo o escutarem-n-o e seguirem-n-o aonde quer que fosse. Mas entre tantas devoções, uma sobrelevava: a da Santa Cruz, cujo nome elle adoptara por seu.

Onde acertasse de topar um Cruzeiro, caia em joelhos, e orava; se o via pouco tratado de mãos caridosas, tomava elle a si aquella orphandade da Cruz, e tinha artes de lhe melhorar o culto; se a via desallumiada, allumiava-a; se a via afogada de hervas parasitas, por suas proprias mãos lhe fazia praça; se a via envergonhada de musgos roedores, limpava-a; se a via desprezada dos transeuntes, pregava junto d'ella, com o fito em attrahir a attenção dos indifferentes; n'uma palavra: onde quer que se erguia um Cruzeiro, punha elle o coração.

Certa vez (foi por signal na festa da coroação d'el-Rei D. Affonso VI), todo o terreiro era um palmito; e das varandas do paço se descia para um como theatro, ou palanque aderessado de pannos ricos, onde tinha de celebrar-se o acto politico da exaltação do Monarcha. Passou Frei Francisco, e olhou: deteve-se; examinou a vistosa gala do estrado, a magnificencia do docel. Senão quando, dá com os olhos no sitial d'el-Rei! tinham-n-o collocado, por acaso e inadvertencia, em plano superior ao de certa Cruz, que ali, algures, n'uma parede do palacio, se levantava. Ao encarar com o Madeiro negro, ajoelhou o Frade, e entoou uma saudação devota inventada por elle (com mais devoção que eloquencia); depois ergueu-se, e, com a liberdade que dão as cans e a virtude, subiu-se ao sitio, e a poder de suas debeis mãos tanto fez, tanto puxou, que (sem dar accordo do Soberano cuja era a festa) arrancou a Cruz, e tomando-a aos hombros, e seguido de muita gente, ou devota ou curiosa, a foi levando, direito á Calcetaria, ao Almada, ás portas de Santa Catherina, até S. Roque. Ahi entrou affoito no pateo do palacio do Marquez de Niza (hoje Companhia das carroagens lisbonenses!) e em altos brados pediu de esmola um logar onde se collocasse e venerasse condignamente aquella foragida.

Quiz o Marquez levantar-lhe no seu pateo um altarzinho, que ainda muitos annos depois se conservava.

Taes eram os arrebatamentos da devoção (um tanto importuna e descabida, talvez) do bom Frei Francisco.

Memorando aqui este caso de ascetismo enthusiasta, desejo mostrar a austera ousadia d'aquelle homem pobre e humilde, que assim se atrevia a infligir tão dura lição a uma cidade inteira, e em tal dia, como o da coroação de um Soberano.

Até 1660 não tinha el-Rei D. Affonso VI casa á parte; por outra: era Soberano, mas vivia como filho-familias, em tudo sujeito á Regente, sua Mãe. Quando cumpriu dezasseis annos, mudou isso um pouco de figura.

Para um rapaz é acontecimento memoravel calçar o primeiro par de botas, e outro acontecimento, de mais tomo ainda, é começar a habitar sósinho um quarto exclusivamente seu. Imagino o que o joven Monarcha sentiu, quando lhe deram aposentos separados, e quando a mão de uma Fada lhe «assignou para sua habitação um quarto do paço, que novamente se havia fabricado, á borda do Tejo»—palavras do grande Sousa[1]. Era o magnifico torreão do Forte, de novo mobilado e aderessado (assim interpreto aquelle *fabricado novamente*).

Essa concessão materna causou maior commoção, certamente, ao joven Rei, do que a primeira voz, que em Novembro de 1656 o tratou por *Majestade*. Uma acclamação Real é sempre uma festa a desabrochar sobre luctos. Os Reis, que teem coração como nós, hão de sentir isto mesmo, como nós o sentiriamos. Mas que prazer não foi para Affonso VI o ouvir:

—Vossa Majestade vae desde já passar a governar..... no Forte. Aquellas salas vão ser suas; aquelle recinto vae ser consagrado ás suas minimas veleidades de senhor. Por ora Vossa Majestade *reina* em Portugal, Algarves d'aquem e d'alem-mar, India, e Brazil, mas não *governa;* pois, meu senhor, desde já vae Vossa

1 *Hist. Gen.,* tomo VII, pag. 363.

Majestade reinar e governar. Onde? ali, no Forte do paço da Ribeira. Já não é pouco.

Esse dia grande, não direi na Historia portugueza, mas de certo na existencia do Rei, foi 7 de Abril de 1660; em 23 de Agosto já recebeu nos salões do Forte os comprimentos e parabens pelo seu decimo setimo anniversario.

Cabe aqui extractar o regimento, que a Rainha mandou guardar n'esta especie de primeira emancipação do Herdeiro do throno; é curioso como etiquetas.

D'entre os varios officiaes móres escolheram-se cinco para ás semanas acompanharem o Real Mancebo de dia e de noite, e o dirigirem; os poucos annos d'elle (e talvez as suas tendencias) assim aconselhavam.

Foram tudo personagens de primeira plana; a saber:

o Mordomo-mór D. João da Silva, Marquez de Gouvêa, Conselheiro de Estado;

o Camareiro-mór João Rodrigues de Sá e Meneses, Conde de Penaguião, Conselheiro de Estado;

o Estribeiro-mór D. Diogo de Lima, Visconde de Villa-nova da Cerveira;

o Reposteiro-mór Luiz de Vasconcellos e Sousa, Conde de Castello-melhor, Gentil-Homem;

finalmente, o Porteiro-mór Luiz de Mello, Capitão da Guarda portugueza.

Cada um d'elles entrava de semana por sua vez, e dormia no paço, tendo como auxiliar, ou ajudante, outro funccionario da Côrte, que tambem entrava por turno semanal, não dormindo no paço, mas tendo obrigação de lá estar ás 7 horas da manhan, e comendo com o Official-mór seu companheiro.

Ás 7 horas levantava-se o joven Rei; já se tinha erguido o Official-mór, da cama onde dormia junto á porta de seu Amo; apresentava-se-lhe, dava-lhe a camisa, e ajudava-o a vestir-se. Seguia-se o almoço da Pessoa Real; depois d'elle a Missa; logo depois o despacho; entravam os varios tribunaes que tinham de tratar alguma coisa com o Rei; acabada essa ceremonia *pro forma,* passava-se ao jantar. Seria meio dia, pouco mais.

Encaminhava-se o Soberano duas vezes por dia ao quarto da Rainha-mãe, a quem beijava a mão; nas horas vagas ia tambem visitar á sua camara a Infanta D. Catherina, e faziam-n-o conviver quanto possivel com o Principe D. Pedro.

Depois de jantar indicava-lhe o Official-mór de serviço umas ou outras pessoas com quem podia ter algum tempo de agradavel palestra «procurando sejam as gratas a el-Rei (não havendo inconveniente) — diz o documento — e sendo na qualidade e nos costumes as que convem, desviando a Sua Majestade de tudo o que lhe póde dar ruim exemplo, assim de obra como de palavra».

Ás 2 horas começavam as lições, de que ainda o regio Alumno parecia carecer; aperfeiçoava-se em ler e escrever, e arranhava latim; conjugar *monco mones*, e declinar *cujusdam cujusdam cujusdam*, é um passatempo como outro qualquer. Ás lições não assistiam os officiaes de semana, a fim de deixarem o estudante mais á vontade com os mestres.

Parece que o appetite do Real Menino era real (com *r* pequeno), porque terminada esta secca ia merendar. Sobre a merenda ia dar lição de equitação ou de esgrima; e uma vez por semana, pelo menos, sahia pela cidade a passeio, de coche ou a cavallo.

Era antes (ou depois) da merenda a occasião de serem introduzidas a beijar a mão d'el-Rei pessoas de consideração que desejassem essa honra; comquanto fóra d'essas horas, não havendo impedimento, era tambem admittido um ou outro personagem de grande qualidade.

A ceia era cedo; depois d'ella entretinha-se o Rei com os seus amigos; mas recommendava o papel que esses entretenimentos fossem, segundo a idade requeria, mais quietos e de menos estrondo que os que o Herdeiro da Corôa até então costumava. A fim de corrigir quaesquer leviandades ou grosserias, para que propende a mocidade ás vezes, e que tão improprias são de sangue principesco, insistia o auctor do regulamento em que os fidalgos de semana procurassem sempre entreter a el-Rei, contando-lhe ou recordando-lhe exemplos grandes de grandes Reis, lendo-lhe chronicas, e mostrando-lhe em D. Affonso Henriques, D. João I, e D. Manuel figuras dignas de imitação, e em D. Sancho o Capello, D. Fernando, e

D. Sebastião escolhos para temer. Alem da nossa Historia havia tambem de conhecer a nossa Chorographia, a Politica, e a Genealogia das familias portuguezas.

Para o serviço interior da casa estavam designados quatro moços da guarda-roupa, alguns moços da camara, um thesoireiro, quatro reposteiros, e alguns mais se fosse urgente.

Quando acabava o dia, e que o Rei se recolhia á sua camara, ia o Official-mór despil-o, e depois deitava-se-lhe á porta.

Isto tudo, está-se a ver, era nos dias ordinarios; nos de gala, em que devia comparecer a Côrte, os varios Officiaes-mores tomavam os logares que a pragmatica lhes indicava.

Conclusão, e corollario:

Devia ser uma secca monumental a que assim era condemnado o Real Pupillo. Tudo isto a exemplo das etiquetas já seguidas com o mallogrado Principe D. Theodosio[1].

Oh abençoada liberdade dos subditos!.... Oh pesadissima escravidão dos Reis!....

Não posso concluir esta parte do meu estudo referida a el-Rei D. Affonso VI, sem mencionar a commovente scena de familia que este paço presenceou, por occasião da despedida da Infanta D. Catherina para casar com Carlos II da Gran-Bretanha. Quem quizer conhecer as esplendidas festas celebradas no terreiro do Paço, com toirada que deu brado, n'esse anno de 1661, leia o folheto *Festas Reaes na Côrte de Lisboa ao feliz casamento dos Reis da Gran-Bretanha*[2].

Esse casamento merece mencionado aqui, mais de espaço: não só pela sua altissima significação politica em tal conjunctura, mas tambem pelo seu desusado esplendor. Foi, até certo ponto, agradavel para Portugal uma nova alliança de familia com a Gran-Bretanha; mas o innegavel é que, já pela ufania que teve a Côrte

[1] *Hist. Gen.*—Provas, tomo v, pag. 3 e seg.

[2] Biblioth. nac. de Lisboa, coll. Cabrinha, 2803.

ingleza em se ligar assim com o velho e nobilissimo Sangue Portuguez, já pelas miseraveis vantagens materiaes que soube extorquir nos, no nosso aperto, as demonstrações do jubilo dos Inglezes tocaram o seu auge.

Era nosso Embaixador, e concluira, o melhor que lhe fôra possivel, os preliminares do tratado, o Marquez de Sande, Francisco de Mello; e conta elle proprio em carta á Rainha Regente a senhora D. Luisa de Gusmão, uma circumstancia que o lisonjeou no seu orgulho de homem, e de Embaixador. Foi isto:

Faltava annunciar o Soberano inglez ao seu Parlamento o projectado matrimonio; e uma vez pediu ao Marquez de Sande que fosse a casa do General Montagu para ver de lá passar um cortejo que o havia de interessar. (Montagu, era o celebre Conde de Sandwich, negociador das pazes entre Castella e Portugal; em virtude dos seus cargos habitava no paço.)

Com effeito, a 21 de Maio de 1661, achava-se o Marquez de Sande n'uma das janellas do aposento de Montagu, quando viu sahir do paço, em grande estado, el-Rei Carlos II, seguido de todos os Lords do Reino, vestidos das suas opas ricas, e em toda a pompa da pragmatica da Côrte de Inglaterra. Quando avistou o Embaixador de Portugal, fez-lhe o Soberano tres vezes cortezia, e o Duque de Yorck, seu irmão (e posteriormente seu successor), levou a mão á Corôa dueal que lhe cingia a testa, e figurou desejar tiral-a como quem tira um chapéu. Não se podia prestar mais alta homenagem ao representante de um Rei amigo.

Chegado o imponente cortejo ao Parlamento, subiu el-Rei ao throno, os Lords ás suas cadeiras, e os Communs ficaram de pé. Proferiu o Monarcha um breve discurso, dizendo que um motivo forte o obrigava a congregar as duas Casas legislativas; e concluiu:

—«Tenho para vos dar uma boa nova. Vós ha muito que me desejaes ver casado; agora vos digo, que, não só estou resolvido a aceitar Esposa, mas brevemente havereis aqui a Serenissima Infanta de Portugal, D. Catherina, por vossa Rainha.»

Romperam todos em hourrahs e vivas do maior enthusiasmo, e por segunda vez desejaram ouvir do regio Noivo a agradavel noticia. Serenado aquelle festival rumor, narrou el-Rei o que estava

tratado com o Marquez de Sande, as vantagens que d'esses ajustes tiraria a Inglaterra, e as obrigações que tão poderosa nação devia a Portugal.

Ao discurso do Throno seguiu-se o do Chanceller, que foi eloquente, e frisou certos pontos que el-Rei indicára apenas: depois do que, desfilou o prestito com a etiqueta observada ao entrar.

Na tarde do mesmo dia 21, era o nosso Embaixador recebido em audiencia pelo Soberano. Acompanhavam-n-o ao penetrar no gabinete Real o Conde de Manchester, e o Conde de Sutherland, João Gordon[1].

Feitos os comprimentos do estylo, perguntou Carlos II ao Portuguez, se conhecia aquelle retrato; e apontava-lhe para um grande retrato da Infanta D. Catherina, pintado a oleo, e que ali pendia da parede em sitio de honra.

Respondeu o Marquez:

—Sim, meu senhor; conheço-o muito bem; e diante d'estas testemunhas digo que, se o Original não excede muito em belleza aquella copia, póde Vossa Majestade reputar-me o mais indigno homem do mundo.

El-Rei abraçou-o; e o Marquez ajoelhando abraçou el-Rei tres vezes pelas pernas. Ao levantar-se o Embaixador, perguntou-lhe o Soberano com ar alegre, alludindo á conclusão dos preparos do casamento:

—Bem; sou homem de palavra? sou *bom portuguez?*

—Vossa Majestade é o que é; e não lhe concedeu Nosso Senhor só a superioridade sobre os demais homens; concedeu-lhe alem d'ella o ser sempre o mesmo. Vossa Majestade parece-me talvez culpar-me de desconfiança na sua palavra Real, attendendo ás minhas repetidas instancias para a ultimação do negocio que

[1] O Marquez de Sande na sua carta apenas diz o *Conde de Manchester* e o *Conde de Soderdel*. Não pude atinar com este segundo titulo, tal como lá vem escripto, e imaginei-o adulteração provavel de Sutherland? Com effeito, ambos os titulares cujo nome escrevi no meu texto são do tempo, e ambos altos partidarios de Carlos II. O Conde de Manchester falleceu em 1671, e o de Sutherland em 1663.

me desvelava; mas Queira Vossa Majestade notar, que eu como Francisco de Mello, nunca duvidei; como Embaixador, precisava escrever e instar.

O Rei achou graça á *distincção*, e, depois de mais algumas palavras, despediu o Marquez.

D'ali passou este a comprimentar no seu aposento o Duque de Yorck, que o abraçou, e o tratou «muito cortez e amorosamente»— diz a carta.

D'ali passou ao quarto da Duqueza de Yorck, Joanna Hyde, filha do Conde de Clarendon, e cunhada d'el-Rei. Fez-lhe um pequeno discurso, a que a Princeza respondeu com expressões benevolas, alludindo aos seus bons sentimentos para com a Infanta, e ao muito que desejava conhecel-a.

D'ali emfim recolheu-se o Marquez ao seu palacio, já de noite, precedido de quatorze tochas accesas. Não achou menos digno da sua alta posição o ir passar com todo aquelle apparato pela Embaixada de Castella, de caso pensado, para que os nossos rivaes se mordessem de inveja ao considerar os augmentos do nosso poderio politico. Chama-se a isto uma *pirraça* bem feita.

Em sua casa achou o Marquez a banda da musica do Rei de Inglaterra atroando em nossa honra o socego do bairro, e tocando em signal de alegria muito brilhantes peças até á madrugada. Em frente do palacio da Embaixada juntára-se povo basto; o palacio illuminou-se, na rua accenderam-se fogueiras, e correram para todos os populares fontes inesgotaveis de bom vinho. O Embaixador deu nas suas salas uma ceia primorosa a varias damas da Côrte e fidalgos inglezes, presenteando-as com brincos de ambar.

Usos desapparecidos[1].

No dia 23 veiu visitar officialmente ao Marquez de Sande o Chanceller de Inglaterra, honra muito notavel, e que não era costume conferir-se ao corpo diplomatico. Para maior realce, ia o Chanceller acompanhado de dois Gentis-homens, que lhe levavam as

[1] Veja-se essa curiosa carta, que extractei (ás vezes formaes palavras), no tomo XVII do *Quadro elementar*, pag. 199 e seg.

insignias do cargo: uma massa doirada, e uma bolsa de velludo encarnado com as Armas inglezas bordadas[1].

N'isto aprestava-se a Inglaterra para enviar a Portugal um Embaixador, que por sangue e posição fosse digno do acto. Escolheu o nobre Eduardo Montagu, membro da familia d'esse appellido oriunda de França. Era militar valente, de prestigio e audacia, e muito popular no Reino Unido. Tinha pelejado primeiro nas phalanges desordeiras do indignissimo Cromwell; possuia até o commando de uma esquadra ao tempo da morte d'esse impostor. Passou-se com todas as suas forças á parcialidade de Carlos II; e taes serviços lhe prestou, e tão indispensavel conseguiu tornar-se, que o fizeram Barão de Montagu de S. Neot, Visconde de Hinchinbroke, e Conde de Sandwich.

Foi este homem, que tão invencivelmente sabia impôr-se, o escolhido pelo Governo da Gran-Bretanha para a missão de vir a Portugal buscar a Noiva.

Com effeito, chegou o dia 23 de Abril de 1662, e entre desusadas pompas assistiu Lisboa toda ao embarque d'esta Infanta, que (segundo sua propria Mãe confessou n'uma carta intima) fôra creada com resguardo de Portugueza, e mais para o util do que para o agradavel.

Vale a pena descrever por miudos uma tal festa, a maior que até então celebrára a Dynastia nova; vale a pena fazer reviver esse dia celebre, que assim amotinou a grande Lisboa, mas, apezar das flores e dos repiques, deixou para sempre um sulco de lagrimas no coração maternal da Neta dos Medinas-Sidonias.

Achava-se tudo a postos, a Côrte toda avisada por circulares, e o povo enchendo as ruas, aderessadas de damascos e invenções. O paço da Ribeira tremolava de bandeiras. Despediram-se (e era para sempre) as duas Rainhas, Mãe e Filha, e no quarto da Rainha-mãe entraram el-Rei D. Affonso VI e seu irmão o Infante D. Pedro, e sahiram de novo, precedendo dois passos as duas senhoras, e indo a Rainha da Gran-Bretanha á direita da nossa. Ás quatro

[1] *Quadro elementar*, tomo XVII, pag. 204.

Pessoas Reaes seguiam todos os officiaes da Casa, e do quarto da Rainha D. Luisa encaminhou-se o prestito para a chamada *casa grande,* onde era o docel.

Ahi achavam-se esperando todos os titulares; encorporaram-se no cortejo, e na outra quadra, que era a chamada *sala grande,* estavam os tribunaes, e os fidalgos particulares; encorporaram-se tambem, sem precedencias, e desceu tudo pela escada; atravessou-se a *sala dos Tudescos,* até á varanda que ficava no topo da escada que ia para o pateo da capella. Parou-se ahi, as duas Rainhas depediram-se, com algumas palavras maguadas; mas, por mais que a Filha quizesse pôr-se em joelhos e beijar a mão de sua Mãe, esta o não consentiu, agarrando-a e acarinhando-a nos braços. Lançou-lhe por fim a benção; depois do que, a Rainha da Gran-Bretanha seguiu pela escadaria, entre seus dois Irmãos; antes porém de virar as costas a sua Mãe, insistiu muito para esta senhora se recolher, o que de todo não foi possivel.

No entretanto, já no terreiro do Paço desfilavam, sem precedencias, as liteiras e os coches da Côrte, para esta passar, segundo o estylo, antes do coche Real; os Corregedores do civel e do crime iam a cavallo no logar que lhes competia. As longas e lacrimosas despedidas das Rainhas, e a vagarosa descida de tanta gente pela escada deram tempo para tudo.

Chegou ao réz dos degraus o coche, todo elle doirados e pinturas, que havia de transportar os Principes. Antes de subir a elle, revirou-se respeitosamente a Rainha nova para sua Mãe, e fez-lhe mesura profundissima, ao que Sua Majestade, muito commovida, correspondeu outra vez com a sua benção. Subiu a Rainha da Gran-Bretanha, e tomou o logar de honra no coche; el-Rei D. Affonso e o Infante detiveram-se esperando que sua Mãe se recolhesse acompanhada do sequito dos officiaes e das damas. Entraram então os dois Principes, indo el-Rei á esquerda de sua Irmã, e o Infante no assento dianteiro.

As ruas, areadas e juncadas de espadanas, viam-se armadas a capricho. O Senado da Camara tinha distribuido em quinhões a tarefa, ordenando que houvesse igualdade no desenho das armações, e não a diversidade e o *ad libitum* que se usava nas procissões

ordinarias. As bôcas das ruas tinham sido entregues aos officios, recommendando-se-lhes elegancia e bom gosto.

Desde o paço até á Sé, todos os caminhos que havia de seguir o cortejo eram orlados de alas dos terços, nos seus trajos de mais apuro; e antes de passar o prestito divagaram desde manhan dansas e folias de populares lisboetas e saloios. Esta alegria geral, ainda a augmentava o continuado repique de todos os sinos de igrejas e conventos.

Tornando da Sé a nova Rainha, com seus irmãos, em coches, e acompanhados do mais luzido cortejo, apearam-se á entrada do pateo da capella, e seguiram ao jardim do paço, até á ponte de madeira, onde havia de ser o embarque para bordo da esquadra ingleza.

E diz um poeta do tempo:

Entraram no jardim, que ufano estava
vendo-se entrar da bella companhia,
e entre as flores cortez agasalhava
a flor da Lusitana Monarchia.
A musica das aves o alegrava,
e agora d'esta vez o entristecia,
a verde poupa, o celebre pausage[1],
ver que só era a vista de passage.

D'ali, por onde o Tejo a leve prata,
mais conhecida que a doirada arcia,
junto com a Ribeira das naus ata,
formando de oiro e prata uma só teia,
de madeira uma ponte se dilata
sobre o rio, que as aguas senhoreia,
por onde el-Rei e Sua Alteza entraram
com a Rainha, e d'ella se embarcaram[2].

As vistas que existem do paço como era por esse tempo, e, entre ellas, duas que tenho, e que representam com a maior mi-

[1] *Pausagem* era o que hoje dizemos *paiçagem?*

[2] Possuo este poemeto na edição conimbricense dos Versos do autor, Villas-boas e Sampayo, o conhecido escriptor da *Nobiliarchia.*

nucia todas estas scenas, dão bem clara a ponte do embarque Real, saliente muitas braças para o Tejo. Que de lagrimas não ouviu essa ponte!

Um ultimo esclarecimento, e bem curioso:

Na igreja parochial de S. Thomaz, em Londres, onde foi celebrado o casamento do Rei inglez com a Infanta, existe um antigo reposteiro, em que se vê bordada uma vista de Lisboa; certamente em memoria do acontecimento[1].

Agora deixemos Londres, e voltemos ao paço da Ribeira[2].

---

[1] Veja-se o *Quadro elem. das rel. polit. e dipl.*, tomo XVIII, pag. 263, nota 254.

[2] Aponto a quem quizer estudar este assumpto alguns folhetos e outros escriptos, raros, cuja noticia devo ao meu obsequioso amigo o snr. dr. Xavier da Cunha:

«Relaçam da forma com qve a Magestade delrey da Grão Bretanha, manifeſtou a ſeus Reynos, tinha ajuſtado ſeu caſamento, com a Sereniſsima Infante de Portugal, a Senhora Dona Catherina», &c. ..... Em Lisboa, Na Officina de Antonio Craesbeeck. Anno 1661. Folheto in-4.º Bibl. Nac.—Reserv. n.º 274.

«Relaçam diaria, da jornada, qve a Serenissima Rainha da Gram Bretanha D. Catherina fez de Lisboa a Londres, indo já deſpoſada com Carlos II. Rey daqvelle Reyno. E das feſtas, qve nelle ſe fizeraõ até entrar em ſeu Palacio, Anno de 1662.»—Lisboa ..... Na Officina de Henrique Valente de Oliueira..... Anno 1662. Folheto in-4.º Bibl. Nac.—Reserv. n.º 274.

«Relacion de las fiestas qve se hizieron en Lisboa, Con la nueua del caſamiento de la Sereniſsima Infanta de Portugal Doña Catalina (ya Reyna de la Gran Bretaña,) con el Sereniſsimo Rey de la Gran Bretaña Carlos Segvndo deſte nombre. Y todo lo que ſucedió haſta embarcarſe para Inglaterra.—Lisboa..... En la Officina de Henrique Valente de Oliueira ..... Año 1662. Folheto in-4.º Bibl. Nac.—Reserv. n.º 274 Hist. n.º 15:121 (preto).

Festas do casamento da Infanta D. Catherina com El-Rei d'Inglaterra (no Paço da Ribeira). Vid. varias noticias disseminadas no Cod. ms. B-9-37 da Bibl. Nac. de Lisboa.

CAPITULO XV

Toma posse do palacio do Côrte Real o Principe D. Pedro.—Entra para o paço da Ribeira o Escrivão da Puridade Conde de Castello Melhor.—Menção de João de Conti.—Começam os tormentos d'el-Rei D. Affonso VI.—Constitue-se Governador do Reino o Principe.—Vae habitar tambem no paço da Ribeira.—Côrtes na sala dos Tudescos em 1668.—Audiencias a Embaixadores estrangeiros.—Casa o Regente com sua cunhada.—Noivado em Alcantara.—Tornada a Lisboa.—Historia de um passadiço.—D. Rodrigo de Meneses declara guerra ao passadiço.—Prisão d'el-Rei e saída para Angra.

O SENHOR D. Affonso VI foi um leviano, sem educação; seu irmão, um ambicioso arteiro. Ambos pagaram ainda em vida os seus desmandos.

Quem diria ao Duque de Bragança, chefe da nova dynastia, que o paço da Ribeira, nobilitado por elle, havia, dentro em poucos annos, de ser o carcere do Herdeiro da Corôa!

. . . . . .

Terminadas as festas do casamento da Infanta Rainha da Gran-Bretanha, entendeu a Rainha-mãe conceder mais largas ao Principe D. Pedro, e permittiu-lhe que em 4 de Junho d'esse anno de 1662 tomasse posse do palacio que lhe tinha sido concedido como apanagio: o Côrte Real, de que logo tratarei muito detidamente[1]. Julgo ver n'isto um acto de prudencia da parte da Rainha: importava separar aquelles dois irmãos, que nunca tinham sabido entender-se, e cuja vida ia ser um duello torpe de todas as horas. Pobre mãe! nada conseguiu. Só, já sem marido, sem a filha estremecida, e sentindo vergar o animo e o braço ás responsabilidades mais tre-

[1] *Hist. Gen.*, tomo VII, pag. 365.

mendas, luctou como as mães sabem luctar. N'esses lances é grandiosa e commovedora a figura da Rainha.

Junto da camara de seu Real Amo, dormia no paço da Ribeira um d'aquelles que o perderam: o famigerado João de Conti[1]. Em 1662 mandou el-Rei domiciliar-se com sua familia n'um quarto do paço (justamente nos aposentos onde tinha habitado o mallogrado Principe D. Theodosio), o Escrivão da Puridade Conde de Castello-Melhor, um d'aquelles rarissimos que o poderiam ter salvo, se o infeliz soubesse dar ouvidos a alguem[2].

Em 2 de Agosto de 1666 levantava-se Lisboa, alvoroçada desde manhan, á noticia de estar a entrar a barra, trazendo a seu bordo a nova Rainha de Portugal, uma possante armada franceza de dez naus de guerra, do commando do General Marquez de Ruvigny (o mesmo que depois se naturalisou inglez, e obteve em Inglaterra o titulo de Conde de Galloway). Tudo mirava e remirava o Tejo; e a armada, subindo de vagarinho, e saudada pela artilheria dos nossos navios e fortalezas, dava fundo em frente da praia da Junqueira. Foram logo para bordo da nau almirante o Conde de Castello-Melhor, a Marqueza sua mãe, nomeada Camareira-mór da Rainha, o Conde de Santa Cruz, seu Mordomo-mór, Manuel de Sousa da Silva, seu Aposentador-mór, e o seu Védor D. João de Sousa. Pelas 6 horas da tarde sahiram do paço el-Rei e o Principe D. Pedro, e, com uma esquadrilha de bergantins doirados e empavezados, seguiram para a capitaina. Ao tocarem a amurada rompeu uma salva geral.

Feitos os comprimentos á nova Soberana, regressaram com ella para terra, e desembarcaram n'uma ponte magnifica erigida ali na

[1] *Hist. Gen.*, tomo VII, pag. 367.
[2] *Id., ibid.*, pag. 377.

praia da Junqueira; entraram nos coches, e seguiram para a egreja do convento das Flamengas, onde o Bispo de Targa lançou as bençãos aos Noivos. D'ahi entraram no paço de Alcantara, e o Infante seguiu para a quinta de Luiz Cesar de Meneses, que já estava para isso preparada. É o actual palacio de seus netos os snrs. Marquezes de Sabugosa.

Casado el-Rei D. Affonso, apenas dezasseis mezes fez vida marital com a Rainha D. Maria Francisca. Seguiu-se o drama que todos sabem, e que é um dos mais ascorosos quadros dos tempos modernos: separam-n-o de sua mulher legitima, entre peripecias de um escandalo inqualificavel, encerram-n-o prezo no seu quarto, e arrancam-lhe o poder. Para requinte de hypocrisia, deixam-lhe os titulos vãos da Realeza!

Quanto á Rainha-mãe, retalhada de dores moraes, e depois de desesperada lucta domestica, desamparára o paço, e tinha ido desde 1663, encerrar-se no seu querido mosteiro das Grillas, onde falleceu tres annos depois.

Livre do irmão, e livre da mãe, elege-se a si proprio Governador do Reino o Principe D. Pedro, e chama para Secretario de Estado, em 23 de Novembro de 1667, um antigo Ministro de seu pae, Pedro Vieira da Silva. N'essa noite, como bom carcereiro que não quer perder de vista o condemnado, mudou-se para o paço da Ribeira (até ali tinha morado ora em Queluz, ora no Côrte-Real).

Escolheu o Principe os aposentos cujas janellas caiam sobre a Ribeira das naus, constituindo prisão de seu irmão primogenito os quartos onde Sua Majestade até então vivia. Fez, porém, na economia interna do palacio algumas modificações; a saber: mandou tapar de pedra e cal uma serventia que da sala dos Tudescos levava para o Forte, a fim de interceptar a convivencia do Rei com as suas *patrulhas,* gente baixa e vil, com quem elle, contra a etiqueta e dignidade, se dava muito, derogando-se demasiado, e deixando-se levar de exemplos pouco sãos. Ficou livre a escada do quarto da Rainha D. Maria Francisca (esta Princeza, como o leitor de certo se recorda, já não habitava no paço; achava-se recolhida entre as freiras da Esperança), escada que subia da Secretaria de Estado para cima; de sorte que, para haver toda a certeza de vi-

gilancia no enclausurado, quem houvesse de passar para o quarto d'elle havia necessariamente de fazer caminho pelo do Principe; era uma portagem, com vigias attentissimos[1].

Poupo a quem me lê a enfadonha narração das mesquinhas intrigas com que foi ralado, e queimado a fogo lento, D. Sancho II (engano-me).... D. Affonso VI, e humilhado, que ainda é peor. Deus perdoe aos cabeças do tenebroso trama.

Pergunto apenas:

Para evitar a ruina do Reino, não haveria acaso outra saída, a não ser o captiveiro do Soberano?

E não a havendo, era de todo impossivel deixar de o atormentar, rebaixando-o aos olhos dos seus, embucetando-o no castello de Angra, e a final apertando aquella grandeza em poucos palmos de ladrilho no paço de Cintra?

Creio bem que poderá ter-se livrado Portugal d'esse labéo.

Sem ter em captiveiro a aguia de Waterloo, coube a Pedro II a triste gloria de ter adivinhado Hudson Lowe.

Em 27 de Janeiro de 1668, de tarde, celebrou-se na sala dos Tudescos do paço da Ribeira a primeira sessão das Côrtes convocadas para ser jurado o Principe Regente. Presidiu este senhor no throno, mas sem insignia alguma da Realeza. Proferiu o primeiro discurso, em nome do Principe, o Prior-mór de Palmella D. Manuel de Noronha; depois recitou a proposição o Secretario de Estado. Foi jurado o Principe, servindo de Condestavel o Duque do Cadaval, e de Guarda-mór da Pessoa Real o Conde de S. João, Camarista de semana. Fez a segunda oração o D.or Pedro Fernandes Monteiro em nome dos Tres Estados. Destinou-se o mosteiro

[1] Pormenores tirados do livro *Monstruosidades do tempo e da fortuna*, pag. 25.

de S. Domingos para as conferencias do Clero; Santo Eloy para as da Nobreza; S. Francisco para as do braço do Povo[1].

Começou o Regente a exercer, sem o minimo rebuço, todas as funcções da Realeza, em quanto seu irmão escabujava de furia entre os razes do seu doirado carcere.

No esplendido salão do torreão do Forte deu o Regente audiencias solemnes ao Embaixador de Inglaterra, o nosso já conhecido Eduardo Montagu, Conde de Sandwich, ao Barão de Battaville, Embaixador de Castella, e ao Abbade de Saint-Romain, Embaixador de França, que todos vieram firmar e sellar as pazes do valente Portugal com o seu poderoso visinho. Esse salão dos Embaixadores era rico. Em volta corria uma teia, como nas egrejas, para dentro da qual dava o Porteiro-mór ingresso ás pessoas a quem isso competia. Ao fundo levantava-se um throno com docel[2].

Foram passando os mezes.... e os escrupulos tambem.

Em 2 de Abril de 1668 celebrava o Regente as suas nupcias com sua formosa cunhada, e ia em som de festa noivar para o paço de Alcantara! Rescendiam deliciosamente os laranjaes do jardim, cantavam rouxinoes por todas as balsas da tapada, arrulhavam as pombas, murmuravam melancolias cheias de doçura as fontes dos pomares; os noivos contemplavam das janellas a lua a mirar-se no proximo Tejo; sim; e nem lhes occorria, sequer, a lembrança de que, obra de meia legua pela veia da agua acima, além, a dois passos, á beira d'esse mesmo Tejo, em carcere de marmores, rugia

[1] *Monstruosidades*, pag. 34.

[2] Esses pormenores descriptivos deprehendem-se da descripção que D. Antonio Caetano de Sousa *(Hist. Gen.*, tomo VII, pag. 472 e seg.) nos deixou da recepção do Embaixador de Saboya Marquez de Ornano, em 25 de Março de 1681, pelo mesmo Principe Regente.

maldições um triste! um Rei sem Reino! um irmão sem irmão! um homem sem amigos! um marido sem mulher!

. . . . . .

Ir habitar a Rainha D. Maria Francisca no paço da Ribeira, onde habitava tambem, encarcerado, seu primeiro marido.... era repugnante, a ella propria. Determinou, ao deixar o remanso da alegre Alcantara, ir morar no palacio do Côrte Real (no nosso largo do Corpo Santo), separado do paço da Ribeira apenas pela Ribeira das naus; para o que, deu ordem o Regente a que se construisse um passadiço entre os dois palacios; como quem hoje communicasse a sala do Risco com as secretarias da Fazenda e da Marinha por um corredor que fosse costeando a nossa rua do Arsenal (se em vez dos edificios que lá estão houvesse apenas muro).

Esse projectado passadiço deu muito que falar; era dispendioso, e era antipathico ao publico. A maior parte da gente (como sempre succede) limitou-se a esbravejar em familia, e depois pensou n'outro assumpto. Houve comtudo um homem de brio, D. Rodrigo de Meneses, que se atreveu a arrostar contra a vontade do Regente. Chegou-se a elle, e exprobrou-lhe o excusado de tal obra; lembrou-lhe que em tempo d'el-Rei seu pae, no paço da Ribeira tinha morado a Côrte toda, el-Rei D. João, a Rainha D. Luisa, duas Infantas, D. Joanna e D. Catherina, o Principe D. Theodosio, e dois Infantes, D. Affonso, e elle D. Pedro, e alem d'esses senhores, todo o pessoal do seu serviço; e se tudo tinha cabido muito á larga n'aquella bella e grande casa, porque não podiam agora o Principe e sua mulher morar ali?

O Principe, inventor do passadiço, não levou a bem as observações de D. Rodrigo (talvez por isso mesmo que no seu intimo as achava justas). Tinha empenho no passadiço; sabia-lhe bem aquella união dos dois palacios. Napoleão III não veiu a sentir mais ufania em ligar as Tulherias com o Louvre, do que elle em levantar aquelle corredor que unisse a casa dos Mouras Côrtes-Reaes á casa de D. Manuel. Enfureceu-se, e respondeu desabrido ao seu censor. Fel-o com tal excesso o Regente, bilioso de natureza, que D. Rodrigo se viu constrangido a pedir licença para se ausentar da Côrte; e retirou-se para Cascaes, onde foi desabafar com as ondas a sua

imprudente veleidade de dizer verdades leaes a quem não as queria ouvir.

O astuto Principe, que não achava prudente afastar adeptos, cahiu em si, e mandou chamar o fugitivo. Recebeu-o affavel, e mostrou ter esquecido tudo. Não lhe era difficil o generoso rasgo, quando, de mais a mais, os pedreiros iam continuando com affinco a oitava maravilha, symbolo e monumento d'aquelle reinado tortuoso, estreito, e baixo: o passadiço[1]!

O passadiço concluiu-se. Ha planos e vistas antigas, onde elle perfeitamente se reconhece, com as suas frestas de calaboiço.

Em 26 de Abril d'este anno de 1668, dia anniversario do Regente, mudou-se elle com toda a sua casa para a Ribeira, e a Rainha para o Côrte Real. Commemorou-se essa festa de familia com Missa solemne na capella, prégando D. Luiz de Sousa, irmão do Capitão da Guarda alleman, e Lente de Prima na Universidade de Coimbra[2].

O drama ia continuando, lugubre, a desenrolar-se. Cada mez, cada semana, accrescentava alguma scena.

O certo é que a presença do Rei legitimo em Lisboa incommodava de veras o homem do passadiço. Affonso VI desthronado, inutilisado, surgia ainda para o seu algoz como um phantasma. Tornava-se mistér afastal-o para bem longe. E alem de tudo, era um inutil que ainda occupava umas salas do paço. Com que direito? O Regente, que já lhe empolgára um Reino, sentia a falta d'aquelles aposentos. Urgia expellir d'ali aquelle intruzo.

Vejamos o que se fez.

Em 24 de Maio de 1669, pelas 9 horas da noite, insinuava-se respeitoso na camara d'el-Rei Affonso VI o Padre Confessor Ma-

[1] Esta historieta vem nas *Monstruosidades*, pag. 45.

[2] *Monstruosidades*, pag. 47.

nuel Fernandes, a quem coube missão espinhosissima. Era homem de cincoenta e cinco annos, muito entrado no paço, e muito sagaz. Com semblante estudadamente aberto, disse para o triste preso em ar risonho:

—Meu senhor, é chegado o tempo da libertação de Vossa Majestade. Sua Alteza manda perguntar se lhe agrada ir para Almeirim; n'esse paço estará Vossa Majestade a seu sabor, e alliviará o pezo das horas com o entretenimento da caça.

Ficou atonito el-Rei, e alegrou-se.

—Agrada-me, sim; —respondeu elle— quando parto?

—Quando Vossa Majestade o levar em gosto—tornou o emissario.

—Pois então, já—volveu o Rei, ainda incredulo.

—Pois seja assim; e prepare-se Vossa Majestade.

—Eu?—volvia o captivo olhando melancolicamente em vólta da camara.—Nada tenho que preparar, a não ser alguma roupa.

E logo o Padre e dois creados foram enchendo dois bahus com fato e objectos miudos que D. Affonso indicava, ao passo que elle proprio ia buscar a sua espada e afivelava na cintura o torreão, dizendo:

—Padre, como me não avisastes mais cedo, para não sahirmos tão tarde?

—Senhor, —dizia o Jesuita, a quem a obediencia ao Principe, e as rasões fortissimas de Estado constrangiam a mentir— porque esta é a melhor hora; está esse povo barbaro recólhido; e se entendesse que Vossa Majestade ia sair, poderia commetter algum insulto.....

Pareceu el-Rei conformar-se com estes motivos, e respondeu:

—Bem está. Vamos.

Na antecamara encontrou-se o grupo, el-Rei, o Padre, e os dois creados, com um Titular, que recebêra ordem de acompanhar seu antigo amo. Deteve-se el-Rei, e perguntou-lhe:

—Conheceis-me a mim por vosso Rei?

O Titular abaixou a cabeça, e de olhos no chão nada respondeu.

—Não me ouvistes? pergunto se me conheceis por vosso Rei— interrogava o irmão do Regente.

O outro, com ar de muita submissão, não achava que dizer; acudiu el-Rei em tom amargo:

—Bem vos entendo; mas só vos lembro uma coisa: assististes ao acto em que todos me juraram Rei.

Seguiu o rancho. Na outra sala, disse el-Rei para o Padre:

—Olhae lá. Não quero saír sem me despedir de meu irmão.

—Está Sua Alteza já recolhido—foi a resposta em voz branda e cautelosa.

O Rei nada disse; carregando o sobrolho caminhou. Desceu ao pateo da capella; e achando ahi soldados em fórma, excitou-se com aquella vista, que ainda mais carrancuda tornavam os clarões avermelhados das tochas, e o silencio geral; e exclamou, pondo a mão no punho da espada:

—Que é isto agora? Querem-me matar?

—Não, meu senhor —atalhou o Padre em som mellifluo— estes soldados são para segurança da pessoa de Vossa Majestade.

N'isto, adiantou-se uma carruagem do paço, el-Rei entrou com o Titular, a carrossa rodou, saiu a todo o galope, e enfiou para as bandas da Esperança.

- Para onde vamos!? observou o infeliz — Aonde me levam!? Este caminho vai para Belem, não para Almeirim.

—Senhor —respondeu o companheiro— se Vossa Majestade não vae para Almeirim, irá para a Ilha Terceira. Ahi estará com liberdade, e seguro. Assim o pediram a Sua Alteza seu cunhado el-Rei da Gran-Bretanha, e a Rainha irman de Vossa Majestade.

El-Rei ouviu, concentrou-se, e nada mais disse senão:

—Já que assim o querem, assim seja. Deus seja louvado!

Horas depois, dava o Rei-prisioneiro entrada na fortaleza de S. Julião.

Na manhan seguinte, depois de uma noite de anciedade e susto, que bem se póde imaginar, lançou o captivo os olhos á extensão brilhantissima das aguas, que pareciam sorrir-se para elle. Viu ancoradas na bahia de Paço de Arcos umas fragatas de guerra. Perguntou para que eram. Respondeu-lhe alguem, que se destinavam

a transportar Sua Majestade aos Açores. Pediu por favor para o deixarem confessar-se antes da partida. Metteram-n-o n'uma falua, e levaram-n-o a S. José de Ribamar. Entre lagrimas sinceramente commovidas receberam os bons dos Religiosos aquelle Grande da terra, assim humilhado pelo poder de Deus; confortaram-n-o, animaram-n-o. Ao saír d'ali, confessado e commungado, ía outro aquelle atribulado espirito.

Quando a falua abicava junto á fragata, desceu o Conde do Prado a escada do portaló, a receber el-Rei; e offerecendo-lhe o braço para o ajudar a subir, tornou este senhor com ar de muita dignidade:

—Andae, Conde; os Reis não necessitam arrimo; e a quem tem o de Deus, nada falta.

E subiu ligeiro.

Achava-se nomeado Commandante da esquadrilha Francisco de Brito Freire, caracter serio, e Portuguez da tempera velha. Apenas el-Rei embarcou, foi o Commandante chamado ao paço da Ribeira. Ahi lhe deram um papel com as suas instrucções; eram: que levasse á Ilha Terceira o Rei de Portugal, e o tivesse lá prezo, com rigor extraordinario; ao mesmo tempo conferia-se a este Official o alto cargo de Governador perpetuo da Ilha, e o titulo de Visconde, com que se lhe mascaravam as vilezas da missão de carcereiro. Saíu Francisco de Brito; e lendo estas ordens do Regente, viu no cumprimento d'ellas muita quebra na sua honra. Reflectiu, e não pôde acabar comsigo que aceitasse o odioso encargo. Foi-se direito ao Collegio da Companhia de Jesus, e ahi combinou com o confessor o que houvesse de fazer. Apressou-se um dos Padres em communicar no paço a austera repugnancia d'aquelle homem; mandaram-lhe amigos para o convencer; e elle, inabalavel! Desenganado de que não era Francisco de Brito Freire homem de torcer-se a villanias, enfureceu-se o Regente, mandou-o prender por um Corregedor, e encarceral-o n'uma masmorra da torre de Belem. A logica de Pedro II corria parelhas com a sua magnanimidade, e n'aquelle coração tenebroso viviam, paredes-meias, os despeitos com as tiranias.

Em vez do prezo, foi nomeado Commandante da armada, Governador da Ilha, Luiz Velho; e Alcaide-mór do castello de Angra,

Manuel Nunes Leitão, Sargento-mór de batalha. Ha sempre d'estes esfaimados, que abocam soffregos como cães as migalhas que resvalam de mais alto.

No dia 30 de Maio saiu barra em fóra o infeliz Monarcha, assim glorificado pelos seus mesmos infortunios, e pela maneira nobre como os soffreu[1].

Quem é que não tem culpas? Feliz quem as sabe remir com a dignidade!

---

1. *Monstruosidades do tempo e da fortuna*, pag. 80 e seg. O que ahi fica é em muitas phrases textualmente transcripto do dito livro. Ao autor d'essas memorias cabem pois todas as responsabilidades.

CAPITULO XVI

Reinado d'el-Rei D. Pedro II.—Inscripção latina no thesoiro da capella Real.—Morte da Infantinha D. Luisa Josepha.—Versos palacianos de Thomaz Pinto Brandão.—Caso passado na sala dos Tudescos.—Morre a Infanta D. Isabel.

El-Rei D. Pedro II deixou tambem vestigio de obras suas no paço da Ribeira.

No sitio chamado a *Calcetaria*, junto á casa da Moeda, que era ali pelo canto nordeste do nosso Pelourinho (como logo direi) edificou esse Soberano a casa que ficou servindo de thesoiro da capella Real. Na frente lia-se a seguinte inscripção em lettras de bronze, composta pelo Conde da Ericeira D. Luiz de Meneses:

SACRAM ÆQUE SUPELLECTILEM
REGII SACELLI
HÆC DOMUS CONDIT,
AC VERE REGIAM CONDITORIS MUNIFICENTIAM,
PIETATEM, RELIGIONEM, APERIT,
AUGUSTISSIMI VIDELICET PRINCIPIS PETRI,
CUJUS AUSPICIIS, ET EXPENSIS
ERECTA, COMPTA, DILATA EST.
ANNO AB ASSERTA ORBIS SALUTE
M. DC. LXXXII
A VINDICATA LUSITANA LIBERTATE XLIII.

Logo tornarei a falar n'este edificio do thesoiro da capella[1].

[1] O que ahi fica exarado foi colhido no *Mappa de Portugal* de João Baptista de Castro.

As opulencias do thesoiro da capella davam per si sós a bitola das ostentosas devoções dos nossos Principes.

— ✠ — —

Seria encorpado o rol de casos fugitivos, mais ou menos engraçados, com cuja relação e commentario muito se entretinha a Côrte. Os poetas e poetastros que o digam, aqui, alem, ao longo das suas sylvas poeticas, de semsaborissima e banal memoria muitas d'ellas, umas impressas, outras manuscriptas. Tudo lhes servia, áquelles ociosos menestreis de côrte: o penteado da sr.ª D. Fulana, os *signaes* da sr.ª D. Cicrana, os arrufos da sr.ª D. Beltrana, uma abalada para Salvaterra, uma toirada, um sorriso da Rainha, uma palavra de el-Rei, tudo lhes era assumpto de madrigal. E que madrigaes! que mal empregado dispendio de innegavel talento lamentâmos hoje nos volumes da *Phenix*.

Hajam vista umas decimas de Thomaz Pinto Brandão a uma queda que a joven Infanta D. Francisca (filha do mesmo Rei D. Pedro), deu ao passar na sala dos Tudescos, de caminho para assistir á novena de S. Francisco Xavier. O motivo da queda, parece ter sido uma profunda mesura, com que a Princeza quiz saudar um Crucifixo que havia na dita sala. Assim garganteia, como verdadeiro gallo que era, o *Pinto renascido*:

A verdade, em consciencia,
é que indo a fazer na sala
com bem donaire e mais gala
ao Christo uma reverencia,
por bizarra consequencia
christãmente tropeçou;
e porque, quando passou,
em um nicho o tinha visto,
fez uma mesura ao Christo,
e com ella ajoelhou.

A proposito d'esse engenhoso poeta:

Como era de esperar, varias vezes se referem os seus versos ao paço da Ribeira. Uma vez, falando de uma toirada no terreiro,

allude ao telhado em fórma de cupola, que tinha o torreão do Forte, e que já descrevi; e exclama:

> E eu tomára, fugindo aos seus agoiros,
> do zimborio do Forte ver taes toiros[1].

Outra vez, n'um soneto, menciona as exequias solemnes do Santo Padre Clemente XI na Patriarchal, e com tanta preoccupação, que chama *mausoleo* ao simples *catafalco,* e chega a considerar, nos seus enthusiasmos lyricos, que:

> de um varão tão clemente como pio,
> muito apenas a cinza tem guardada.

Falei na sala dos Tudescos, magnifico recinto, onde habitualmente, como em antecamara condigna de tal paço, se achavam os soldados da guarda alleman. (Ainda hoje na primeira sala do paço se acham postados os archeiros, que são a mesma guarda regia.) Preciso contar um caso que ahi se deu, na famosa sala dos Tudescos, e que mostra o insoffrimento do genio altivo do Conde da Torre d'esse tempo. Foi isto:

Estava lá o dito Conde, com muita outra gente da Côrte (foi no anno de 1669), quando, por descuido, certo funccionario, cujo nome não consta, lhe deu um involuntario encontrão. Agasta-se o Conde, sente referver todas as suas iras, e, sem mais tirte nem guarte, arranca a espada, e fere o supposto aggressor. Houve um reboliço muito grande; o Principe Regente, informado do caso, e muito sentido de tamanha infracção do respeito devido ao paço, mandou prender o Conde; mas já este, que, do alto do seu orgulho balôfo, caira em si, tivera modo de se esconder. Era homem «de luzidas prendas, e por ellas bem visto do Principe» — diz um

[1] *Pinto renascido,* pag. 351.

coevo; mas tão altivo e insolente, que teve a infelicidade de cair n'um excesso d'aquelles[1].

Antes cair como a Infanta D. Francisca.

Uma irman d'esta senhora, a mallograda Infanta D. Isabel, falleceu no seu quarto do paço da Ribeira ás 9 horas da noite de sabbado 21 de Outubro de 1690. Poucos dias antes, a 13, tinha sido a approvação do seu testamento, á qual Sua Alteza assistiu assentada n'uma cadeira. Infelizes vinte e um annos!

Era a Infanta, diz um autor coevo, alta, espigada, gentilissima; branca e loira, de olhos azues cheios de bondade, nariz muito fino e comprido, dentes esplendidos, e grande ar[2].

No paço da Ribeira esteve hospedado em 1704, achando-se el-Rei no Côrte-Real, o pretendente ao throno de Castella, Archiduque de Austria (Carlos III). Os pormenores d'essa hospedagem, que são interessantes, tral-os D. Antonio Caetano de Sousa[3].

---

1 *Monstruosidades do tempo e da fortuna*, pag. 77.

2 *Hist. Gen.*, tomo v, pag. 353; tomo viii, pag. 405; *Provas*, tomo v, pag. 348.

3 *Id.*, tomo vii, pag. 525 e seg.

CAPITULO XVII

Estuda-se, a proposito do paço da Ribeira, o pouco conhecido paço de Alcantara. —O que eram no principio do seculo XVII os sitios de Alcantara.—Etymologia.—A moira Iza.—quadros por Frei Luiz de Souza e Frei Lucas de Santa Catherina.—Em 1621 existia a Quinta Real.—El-Rei D. João IV ahi residiu em 1641.—Ahi recebe o enviado de França.—Morre o Principe D. Theodosio.—Scenas das desavenças entre os dois irmãos D. Affonso e D. Pedro passadas em Alcantara.—Aqui mora el-Rei D. Affonso VI e a Rainha D. Maria Francisca.—Entrada dos noivos em Lisboa.—Aqui mora a nova Rainha D. Maria Sophia.—Versos de um cortesão.—Uma toirada perigosa.—O couteiro Manuel Rodrigues.—Exercicios espirituaes da Rainha.—Vem habitar em Alcantara em 1693 a Rainha da Gran-Bretanha.—Menciona-se Du-Guay Trouin.—Na capella de Alcantara recebem a Confirmação os nossos Infantes; festa de familia.—Adoece el-Rei D. Pedro.—Carlos III pretendente de Castella.—Acclamações populares ao Marquez das Minas.—Recrudesce a enfermidade do Rei.—Seu fallecimento.—Em tempo d'el-Rei D. João V vão as Pessoas Reaes divertir-se á tapada de Alcantara.—O terremoto de 1755.—O Infante D. Antonio tem por palacio um coche.—Aqui mora em 1770 o Cardeal da Cunha.—A gorada fabrica de Francisco José Dias.—Obras em tempo da senhora D. Maria II.—Destruição da quinta pelas ruas do bairro da Tapada.

DERECIA aqui a sua chronica o paço de Alcantara, tão ligado como esteve com o da Ribeira, para o leitor ficar sabendo que de memorias interessantes ali se destroçaram com a abertura das novas ruas do bairro da Tapada! Tenho porém medo de me embrenhar por esse caminho vicinal, que me vai afastar demasiado do paço da casa da Mina. Limitar-me-hei a recordar aos estudiosos algumas poucas noticias d'aquella vivenda tão bem situada, á beira do Tejo, e adornada de uma tapada espessa, onde, desde os lâparos até aos javalis e aos gamos, tudo se encontrava a rodo para desfastio de horas feriadas.

Isto, em descampado alegre, e muito perto das fainas da Capital, era dobradamente agradavel e convidativo.

Quem lê a Relação metrica descriptiva da Lisboa de 1626, dá com um quadrinho bucolico dos sitios de Alcantara, diversissimos então do que são hoje; e mira

> ..... a ponte de Alcantara
> sobre uma fresca ribeira,
> cujas crystallinas aguas
> por entre montes e serras
>
> vê correndo brandamente,
> como escutando de veras
> as cantigas que ali cantam
> as rusticas lavadeiras.

Por esta singela amostra se está percebendo risonha aquella paragem hoje carrancuda, atravancada, e bulhenta; ermo afastado então dos centros de Lisboa, bom para banhos, com muita largueza, muita verdura, a visinhança da serra do Monsanto, em summa: um conjuncto de qualidades recommendaveis em residencia de verão.

A etymologia do nome de Alcantara é arabe, e significa *a ponte*; o que mostra antiquissima a existencia ali de uma ponte sobre o rio que vem de longe desaguar no Tejo.

Para não faltar á mussulmana Alcantara o sainete das lendas, tambem constava no sitio não sei que tradição de uma moira chamada Iza, ahi algures sepultada.

> A campa d'Iza alvejando
> a escuridão vai cortando

diz a Marqueza de Alorna (Alcippe), e explica em nota: «Iza, moira sepultada na margem do rio de Alcantara, e cuja campa alveja e se percebe de longe[1]».

[1] *Obras poeticas*, tomo II, pag. 194.

Frei Luiz de Sousa pinta «defronte, como painel, as rochas de Almada, vestidas em parte de verdura, parte ao natural descompostas; e, contra a bocca da barra, larga e formosa prospectiva até se perder a vista no mar[1]».

Frei Lucas de Santa Catherina completa o quadrinho, e accrescenta:

«Não é menos deliciosa vista a que se offerece da parte da terra fresca e viçosa das aguas saborosas e crystallinas de dois celebres regatos (teem por berço e nome os sitios da Pimenteira e da Horta Navia), que juntos e engrossados em pouco rio correm....[2]»

Era pois n'este torrão ameno, e justamente apreciado, que se erguia, a mesquinha distancia do Tejo, sem edificações que a affrontassem, e um tanto desviada da margem do rio Alcantara, a casa suburbana onde os nossos Soberanos costumavam recrear-se. Não sei quem fundasse esta quinta, nem como entrassem os Reis na posse d'ella; sei que em plena dominação filippina já a citadissima *Relação* de 1626 diz isto, ao descrever o sitio:

> A quinta d'el-Rei famosa
> logo aqui não nos esqueça,
> de invenções de agua, e de flores,
> e figuras tão diversas.

Vilhena Barbosa descobriu que outro esquecido escriptor seiscentista, Martim Affonso de Miranda, em 1621, encarece esta residencia, não por ser grande, mas por ser então «de sua Majestade e pela sumptuosidade de seus edificios, differença de brincos, variedade de figuras, como tambem pela abundancia das aguas, multidão de arvores de espinho, amenidade e frescura de odoriferas e alegres boninas, etc.[3]».

---

[1] *Hist. de S. Domingos*, parte III, liv. VI, cap. XV.

[2] *Id.*, parte IV, liv. III, cap. IX.

[3] *Tempo de agora*, dialogo I.

Inclina-se o nosso notavel antiquario (e diz que *com algum fundamento*) a que este palacio viesse para a Corôa por sequestro durante o Governo intruso; pena é que, seguindo o seu costume, seja tão pouco explicito, e occulte qual era o *fundamento*. Eu por mim, com a devida venia, não o conheço; o que sei é que já dois escriptores, induzidos pelo sympathico prestigio d'aquella penna, repetem a mesma conjectura sem lhe conhecerem a base[1]. Nos cartorios da Casa Real não existem, segundo o mesmo informador, titulos alguns de acquisição da quinta de Alcantara[2].

Fontes, lagos, repuchos, arvoredo, buxos, e estatuas, taes eram os adornos d'estes lindos jardins Reaes, que, na phase de decadencia, chegaram aos nossos dias.

Não era isto Versailles, não era Saint-Cloud, não era Villa-Viçosa; mas era um agradavel retiro, como, um seculo atraz, tinha sido o paço de Santos-o-velho.

Tantos attractivos namoraram as vontades da dynastia de Bragança, e fizeram com que esses senhores habitassem por varias occasiões nos seus paços de Alcantara, apesar de algumas aprehensões que attribuiam a taes logares menos boa reputação no capitulo salubridade.

Em Janeiro de 1644 chegou aos ouvidos d'el-Rei D. João IV que um seu visinho, Desembargador do Paço e Conselheiro, Antonio Coelho de Carvalho, proprietario de uma quintarola á margem do ribeiro de Alcantara, fizera por ali tropelias com que o povo desadorava; por exemplo: tinha tapado de pedra e cal um caminho tido e havido por logradoiro publico e serventia de outras fazendas; tinha mandado fincar estacaria vedando tambem terrenos reputados communs. El-Rei escreveu á Camara em 27 d'aquelle mez a ordenar-lhe se informasse e o informasse[3].

[1] Pinho Leal no seu *Portugal antigo e moderno*, verb. *Alcantara*, e o snr. Freire de Oliveira nos *Elementos*, tomo v, pag. 356 nota.

[2] *Archivo Pittoresco*, tomo II, pag. 153.

[3] *Elementos* do snr. Freire de Oliveira, tomo IV, pag. 536.

Passou tempo, mas ignoro a consulta da Vereação. Tres annos andados, volta o Rei á carga, e escreve em 18 de Agosto de 1647:

«Os moradores do logar de Alcantara se me teem queixado que, sendo aquelle sitio muito sadio, de alguns annos a esta parte ha n'elle graves doenças, por causa do dr. Antonio Coelho de Carvalho tomar as aguas do rio, que corre pelo dito logar, para regar a sua quinta, e se seccar com isso o rio, e dos bafores d'elle e da agua que fica encharcada se originarem as doenças referidas; e porque é justo acudir a semelhante queixa, o Senado da Camara, ouvindo o mesmo Antonio Coelho de Carvalho, e fazendo as vistorias que convierem para tomar inteiro conhecimento d'este negocio, me consulte logo o que sobre elle lhe parecer, pela Secretaria do Expediente.»

Com effeito a Camara foi examinar o sitio, e projectou uma obra custosa, como foi mudar o leito do ribeiro; isso originou nova representação do publico; mas não sei o que seguiu[1].

Não parece comtudo ter havido motivo forte para a continuação dos receios, visto como em todo o tempo do seu reinado el-Rei D. João IV e a Familia Real habitaram muitas vezes no paço de Alcantara.

Logo no outomno de 1641 ahi os encontro. Em 9 de Outubro do dito anno ahi assignava el-Rei um Decreto[2]; em Maio de 1642 ahi se achava outra vez gosando as perfumadas aragens da primavera[3]; em Maio de 1644 outra vez[4]; e ainda estava em Junho[5]; outra vez em Maio e Junho de 1645[6].

---

1 Estes documentos extrahidos do cartorio municipal, acham-se transcriptos nos *Elementos* do snr. Oliveira, tomo v, pag. 84.

2 Vem a pag. 334 do tomo i da *Historia dos estabel. scient. e litt.* por José Silvestre Ribeiro.

3 *Elementos* do snr. Freire de Oliveira, tomo iv, pag. 459.

4 *Ibid.*, pag. 535, e *Hist. dos estabel.*, tomo i, pag. 335.

5 *Elementos*, tomo iv, pag. 545.

Ibid., pag. 583, e 592.

Em Maio e Junho de 1646, ahi torno a encontrar o mesmo Soberano. Ha um coevo, o francez Monconys, que assim conta a sua visita a esta quinta; é curiosa narração pelos pormenores, se bem devâmos dar sempre certo desconto a estes forasteiros e forasteiras, que se divertem a *fazer espirito* á custa de quem os hospeda e obsequeia.

«A 26 de Maio — diz Monsieur de Monconys — assisti á audiencia do snr. Embaixador de Inglaterra, que foi longa. El-Rei deixou-lhe fazer as suas tres cortesias, e approximar do docel, e só depois é que lhe tirou o chapeo, cobrindo-se logo, assim como o Embaixador, e ambos ficaram de pé. D'ahi foi o Embaixador aos quartos da Rainha, e depois de a ter saudado, fez tambem saudações a todas as senhoras e *dueñas* (sic), que faziam parede em volta do aposento, todo colgado de formosas tapessarias da China bordadas de oiro e seda com grandes figuras.

«A 20 de Junho fui a bordo da fragata do Cavalleiro du Parc comprimentar o snr. Lanier, recem-chegado, e a quem varios Grandes do Reino visitaram[1]. De tarde lá voltei para o acompanhar á audiencia. El-Rei mandou-lhe o seu bergantim, que o foi desembarcar na Boa-Vista, onde estavam tres coches á espera. Levaram-n-o ao paço de Alcantara, onde o tinham ido esperar quasi todos os Francezes aqui residentes. Chegou á noitinha.

«Esperava por elle o Rei na primeira sala, com a cintura encostada a um bufete junto á parede do fundo, debaixo de um docel. Nem menção fez sequer de corresponder ás saudações, nem á entrada, nem quando o snr. Lanier falou, nem quando saiu. Esteve sempre immovel como estatua. Junto ao Soberano, viam-se tres Grandes fazendo parede, sempre cobertos excepto quando o dito snr. Lanier se ia retirando; então comprimentaram-n-o. Elle entregou ao Rei as suas credenciaes, depois de as ter collocado em cima da propria cabeça, e beijado. Os seus dois filhos, que tambem

[1] Era Ministro, ou Embaixador de França. Menciona-o tambem o autor anonymo do livro *Description de la Ville de Lisbonne*, pag. 24. Esse diplomata succedeu ao Marquez de Rouillac, que em Dezembro de 1645 ainda cá era Embaixador. Monconys, tomo 1, pag. 102.

se achavam presentes, saudaram o Monarcha e beijaram-lhe a mão; e depois o snr. du Parc.

«Durante esta audiencia, vieram pôr em cima da mesa duas velas de cera branca em dois pequeninos castiçaes de escriptorio. Era já tão tarde, que se não via o Rei, e elle nem leu as credenciaes.

«Acabado isto, o snr. Lanier foi comprimentar a Rainha, que se achava na mesma sala, um pouco para a direita, mas não debaixo do docel. Os filhos tambem o imitaram; depois do quê, foi o snr. Lanier dormir a Belem, aonde o Rei o enviou[1].»

A ser exactissima toda esta relação, deprehende-se d'ella a mesquinhez de certas etiquetas, e outra circumstancia ainda: vê-se que era uso então acompanharem os estrangeiros os seus ministros ou enviados nas recepções a que os admittia o Chefe do Estado. O mesmo se pratica ainda nos Estados barbarescos. Em Zanzibar vi eu quasi toda a colonia portugueza acompanhar o seu Encarregado de Negocios e Consul Geral á audiencia de S. A. o Sultão.

Em Julho de 1646 continuava el-Rei em Alcantara, segundo se deprehende da data de certos documentos[2].

O mesmo em Maio de 1647[3]; em Maio e Junho de 1649[4]; em Maio de 1651[5]; em Junho de 1652[6]; em Maio de 1653, quando ahi morreu o esperançoso e grande Principe D. Theodosio[7]; em Maio de 1654[8]; em Abril e Junho de 1655[9]; em Abril, Maio e Junho de 1656[10]; por signal que n'esse paço celebrou el-Rei a noite de S. João com uma ceia que importou em.... 3$453 réis, e um

1 *Voyages de M. de Monconys*, tomo I; e nos *Elementos* do snr. Oliveira, tomo IV, pag. 613 ha um documento que prova a estada do Rei aqui em Junho de 1646.

2 Snr. Freire de Oliveira—*Elementos*, tomo V, pag. 21, 38 e 42.

3 *Ibid.*, pag. 64.

4 *Ibid.*, pag. 158 e 159.

5 *Ibid.*, pag. 297.

6 *Ibid.*, pag. 353.

7 *Ibid.*, pag. 428.

8 *Ibid.*, pag. 456.

9 *Ibid.*, pag. 519, e 522.

10 *Ibid.*, pag. 549, 550 e 554.

jantar no dia seguinte, que lhe custou.... 49$180 réis[1]! Em Julho ainda el-Rei ahi se conservava, e esteve até Outubro; um dia adoeceu gravemente, e foi transportado para Lisboa, onde falleceu em Novembro d'esse anno de 1656[2].

Á vista d'essas citações, irrecusavelmente authenticas, fica de todo prejudicada a affirmativa do douto Vilhena Barbosa, que escreveu:

«É certo que esta vivenda esteve desprezada durante todo o reinado de D. João IV e regencia da Rainha D. Luisa de Gusmão.»

Vê-se exactamente o contrario: nos dezasseis annos do seu reinado, nunca o Soberano deixou passar muito tempo sem ir tomar os ares salutiferos dos seus jardins de Alcantara.

Dou-lhe rasão: o paço da Ribeira era muito mais sumptuoso; o de Alcantara muito mais conchegado. Na Ribeira havia salões altos e vastos, marmores, escadarias; em Alcantara, o *conforto* de uma poisada suburbana, resumida mas alegre. Na Ribeira, um jardim pequeno, custoso, rachitico, e onde, em vez de rouxinoes, se ouviam camartellar os estaleiros das naus; em Alcantara, sombras, espessuras, horizontes, e liberdade. Confessemos que devia saber bem uma tal *villeggiatura* ao antigo caçador das brenhas de Villa Viçosa.

Para communicar os jardins com a tapada, havia um passadiço, como ponte, sobre a denominada hoje calçada da Tapada. Este passadiço, que saía de um terraço da *quinta da Nympha,* foi demolido em 1834[3].

Da disposição da casa em si mesma pouco se sabe. Apenas me chegaram alguns pormenores n'umas instrucções que redigiu o Secretario de Estado Pedro Vieira da Silva para a ceremonia do funeral do Principe D. Theodosio. Á falta de noticias mais substanciaes, aqui vae esse mesmo pouco:

---

1 Pinho Leal—*Port. ant. e mod.,* art. *Alcantara.*

2 *Elementos,* tomo v, pag. 593, 606 e 617.

3 Vilhena Barbosa—*Archivo Pittoresco,* tomo II, pag. 153.

Vê-se que diante do paço se alastrava um pateo; e bem póde ser que o muito espaço que hoje ahi tem o largo do Calvario seja vestigio d'esse pateo. D'elle penetrava-se para o palacio por uma loja de entrada, á qual se subia por um degrau. A escada tinha ao meio um patamar, ou *taboleiro*. Duas casas separavam a escada da sala grande (onde por signal se armou a capella ardente do Principe). Creio que directamente entre esta sala grande e outra saída para a rua mediava a chamada *galeria*, com janellas (talvez sobre o jardim).

Eis ahi tudo quanto pude escutar, prestando ouvidos com attenção ás instrucções do Secretario de Estado.

El-Rei D. Pedro II e D. Affonso VI aqui residiram tambem. Aponta Vilhena Barbosa no mencionado artigo ter sido no paço de Alcantara que em 1662 começou a revolução d'aquelle ultimo Principe contra sua mãe, no sentido de assumir as redeas do Estado; e diz o instruido escriptor, esboçando rapidamente o prologo do tristissimo drama politico:

«Saiu D. Affonso VI dos paços da Ribeira onde residia com a Familia Real, no dia 21 de Junho de 1662, e dirigiu-se para o palacio de Alcantara, sem que se percebesse o seu designio.

«Apenas ali chegou, estando acompanhado do Conde de Castello Melhor, fez expedir cartas a toda a Nobreza, Tribunaes, Prelados, etc., convocando-os ali para lhe assistirem ao acto de tomar posse do governo do Reino.

«Não se realisou este acto no palacio de Alcantara, porque, desconcertados os planos dos ministros da Regente por aquella imprevista e energica resolução d'el-Rei, veiu a Rainha D. Luisa a um accordo, em virtude do qual entregou os sellos do Estado a seu filho D. Affonso VI, no dia 23 do mesmo mez, celebrando-se a ceremonia nos paços da Ribeira com a solemnidade usada em taes casos.

«Foi portanto aquella a primeira scena do longo drama, em que se combateram tantos e tão oppostos interesses.»

Esta quinta, pois, teve, como theatro, papel conspicuo em todas as scenas tenebrosas que macularam dois reinados. O primeiro documento official em que a vejo mencionada é o Decreto de 24 de Novembro de 1667, onde o Principe D. Pedro diz aos Tribunaes, nos seus arrasoados hypocritas:

«..... Desde o dia em que algumas pessoas levaram a el-Rei meu senhor a Alcantara, e tumultuariamente lhe fizeram tomar n'aquella quinta o governo de seus Reinos,..... se não fiou Sua Majestade de mais pessoas que d'aquellas e d'outras escolhidas por elle.....[1].»

N'este paço de Alcantara tiveram o seu primeiro poiso em 1668 os Reaes Noivos: el-Rei D. Affonso VI e a Rainha D. Maria Francisca. Já n'outro capitulo contei isso.

Em 29 de Agosto saíam do paço de Alcantara, e direitos a Santos-o-Velho, á Esperança, calçada do Combro, portas de Santa Catherina, e Chiado, davam entrada triumphal no paço da Ribeira[2].

Na mencionada igreja do mosteiro de Religiosas descalças de Santa Clara, vulgarmente chamadas as Flamengas, veiu depois a casar o Principe Regente com essa mesma sua cunhada a senhora D. Maria Francisca. Esta Princeza residiu muita vez na agradabilissima quinta de Alcantara.

No 1.º de Junho de 1672 passou esse mencionado Rei D. Pedro, ainda Principe, de Lisboa para o seu paço de Alcantara; e ahi, uma tarde, divertindo-se a toirear, correu o maior perigo, porque o toiro lhe rompeu o freio ao cavallo, este desbocou-se, e ia arrojar ao chão o cavalleiro, se elle se não agarrasse com inaudito vigor a uma columna que topou na volta da praça, largando ao mesmo tempo as estribeiras e a sella[3]. Foi um verdadeiro prodigio de gymnastica, applaudidissimo de certo pelos cortesãos.

---

[1] *Hist. Gen.*, Provas, tomo v, pag. 50.

[2] *Id.*, tomo vii, pag. 398 e seg.

[3] *Monstruosidades do tempo e da fortuna*, pag. 198.

El-Rei D. Pedro morria por esta vivenda, e parece que tinha rasão. Ali descançava, ali tinha os seus entretenimentos validos, e alem do bom ar e desafrontados horizontes, pescarias e caçadas.

A proposito de caçadas, e caçadores:

Occorre-me um caso de boa caturreira ali passado. Foi isto:

Habitava na tapada de Alcantara um couteiro velho, mais experto que os coelhos d'aquellas encostas, e mais sagaz que as raposas. Despejado de lingua... n'isso não falemos; era servo antigo, a quem as cans franqueavam liberdades. Truão com chiste e bons repentes. Triboulet feito caçador. Manuel Rodrigues se chamava aquelle bruto, para quem fadigas de monte e asperezas de invernia se tornaram familiares desde tenros annos.

Todos os fidalgos do paço o conheciam; e el-Rei achava muito sabor em lhe aguçar as respostas. Não havia caçada grande ou pequena, sem elle. Ninguem, lá no seu tanto, conseguia como elle pôr de bons humores a companhia; ninguem aventava melhor a cama do javali ou a pista do gamo; ninguem destrinçava tão bem o rasto de pelo dos coelhos entre as urzes, ou a rapida piogada de toda a sorte de veações. Em Manuel Rodrigues entrando no rancho, levavam codilho os perdigueiros, os alões, e os galgos de melhores narizes. Elle, só por si, desbancava a matilha de Salvaterra; até no ladrar!

Uma vez andava á caça el-Rei D. Pedro, e levava comsigo, entre os seus gentis-homens, o burlesco e incançavel companheiro; e dizlhe el-Rei para travar palha com elle:

—Ah Manuel Rodrigues! Quantos centos de coelhos me não terás tu comido nos quarenta annos do teu serviço de couteiro! hein?

Olharam todos para elle, sorrindo; e elle muito serio respondeu, franzindo a encortiçada cara, e gesticulando:

—Eu, meu senhor?! raios me partam já aqui, o ceo me subverta por essa ribanceira a baixo, se tenho comido um só coelho a Vossa Majestade.

—O Manuel —volvia o Rei - isso não se póde acreditar: estares n'uma coutada d'estas quarenta annos, e não me teres comido coelho nenhum!! Não póde ser, Manuel; vê lá o que dizes!...

—Arrebentado me veja eu aqui já, se tenho por costume comer coelhos.

E ficou seriissimo, com ar muito convicto, cheio de intimativa, sincero no rosto e no gesto. El-Rei, que o tinha aliás em boa conta, e não queria offendel-o, atalhou (até mesmo para o não ouvir accumular mais improperios):

—Pois basta, basta, Manuel; já te creio.

E foi caminhando.

—Coelhos! eu? —continuava o couteiro— Nunca. Mas agora láparos, isso todos os dias. Bem tolo fôra eu, se deixasse de comer láparos para roer coelhos!....

Gargalhada geral. E Manuel Rodrigues comicamente carrancudo[1].

Pelo meio, ou fim, de Abril de 1682 saiu do Côrte Real a Rainha D. Maria Francisca, e foi estabelecer-se na quinta de Alcantara, fazendo exercicios espirituaes por dez dias consecutivos; e foi n'essa occasião que escreveu, com o talento raro de que era dotada, meditações poeticas e devotas que existem[2].

Em Agosto de 1687 passou el-Rei D. Pedro a segundas nupcias com a senhora D. Maria Sophia Isabel de Neubourg. Esta Princeza habitou varias vezes na quinta de Alcantara.

Por signal que uma tarde, andando a passear com as damas no jardim, apeteceu-lhe lavar as mãos na fonte denominada *da Nympha*. Achava-se presente o velho capitão da Guarda alleman D. Fran-

[1] Supico—*Coll. de apopht.*, tomo I, pag. 126.

[2] *Hist. Gen.*, tomo VII, pag. 734.

cisco de Sousa, e como cortesão discreto e poeta de madrigaes, improvisou um romance settisyllabo que principiava:

En el cristal de una fuente
lavava Clori sus manos,
si no fuè que los cristales
en sus manos se lavaron[1].

Em 20 de Janeiro de 1693 entrou em Lisboa, depois de ausencia de annos, a Rainha viuva D. Catherina de Inglaterra. Seu irmão el-Rei D. Pedro foi com a Côrte esperal-a ao caminho, encontrando-se ambos na calçada do Lumiar. A Rainha passou ao coche de seu irmão, recebida com grandes expansões carinhosas por toda a gente, e foram ambos até á quinta de Alcantara. A Rainha D. Maria Sophia estava lá á espera; saiu até ao topo da escada receber sua cunhada, e tornou-se com o Rei para o Côrte Real, ficando a Rainha de Inglaterra em Alcantara até ir (como contei n'outro livro[2]) para o palacio dos Condes do Redondo a Santa Martha.

Agora aqui vai uma noticia, que se não liga com o paço de Alcantara, mas vem, de certo modo, ligar-se com o Tejo, e com a Ribeira de Lisboa; eis o seu logar chronologico.

Em 1693 aportou em Lisboa, no seu navio *Le Profond*, o atrevidissimo corsario Du Guay-Trouin; e em Março de 1694 aqui voltou na sua fragata *La Diligente*. Foi então que o *Vidame* d'Esneval, Embaixador do Rei Luiz XIV em Portugal, encarregou o mencionado commandante de transportar a França secretamente os Condes do Prado e da Atalaya, dois desordeiros, matadores do

[1] Barbosa Machado—*Bibl. Lusit.*, tomo II, pag. 265.
[2] *Lisboa antiga*, parte I, tomo unico, pag. 253.

Corregedor do Bairro-alto[1]. Tudo isso conta o mesmo Du-Guay-Trouin nas suas *Memorias*[2], que bem curiosas são.

No outomno de 1703 (o tempo das caçadas) gosava a Familia Real a frescura das sombras da quinta de Alcantara. Determinou el-Rei D. Pedro que em 31 de Outubro recebessem o Sacramento da Confirmação seus filhos, o Principe D. João, e os Infantinhos D. Francisco, D. Antonio, e D. Manuel, na egreja do contiguo templo das Freiras Flamengas.

Saíu el-Rei acompanhado de seus filhos, e dos Grandes, e entrou na egreja. Junto ás escadas do altar principal estava sentado, revestido de pontifical, o Bispo Capellão-mór, do lado da Epistola; e do lado do Evangelho, defronte, o Bispo de Elvas D. Antonio Pereira da Silva, com capa de asperges e mitra. Ao entrarem os senhores, levantaram-se. El-Rei, o Principe, e os Infantes tomaram assento debaixo da cortina, e a Côrte nos seus logares respectivos. Saíu primeiro o joven Principe, ajoelhou ao altar mór sobre uma almofada que lhe poz o Duque do Cadaval D. Nuno, que servia de Mordomo-mór. Conferiu-lhe o Bispo Capellão-mór o Chrisma, sendo padrinho o Padre Miguel Dias, da Companhia. Seguiram-se os Infantes com o mesmo ritual[3].

No Oratorio particular d'este paço recebeu tambem n'esse dia o citado Sacramento a Infantinha D. Thereza, pequenina de sete annos apenas. Festas de familia, nas quaes a primeira Casa do Reino mostrava a sua fidelidade ao culto religioso, base de toda a civilisação.

O final do anno de 1704 e os principios do seguinte foram para el-Rei D. Pedro II muito trabalhados de doença. Os salões do Côrte-

[1] Vide *Lisboa antiga*, parte I, pag. 277.

[2] Pag. 10 e 13.

[3] *Hist. Gen.*, tomo VIII, pag. 12.

Real viam-n-o ir-se definhando, n'um estado morbido de incontentabilidade horrorosa. Em 14 de Fevereiro de 1705 mudou-se para a casa do Conde do Vimioso (que ficava no que é hoje a nossa rua do Alecrim, pelas alturas do palacio Farrobo). Não se sentiu bem, e pensou em ir para Azeitão; mas os medicos oppozeram-se-lhe. Em 12 de Março passou para a quinta de Alcantara, e experimentou algumas melhoras[1].

Essas melhoras aguentaram-se pouco; a ponto de ser necessario, no declinar do anno 1705, vir a Lisboa, expressamente contratado e recommendado pelo nosso Ministro em Londres D. Luiz da Cunha, um medico escocez de alta reputação, o D.or Creigon (ou talvez Craig). Encontrando porém mais alliviado o Real Enfermo, retirou para Inglaterra[2].

Pairava comtudo a morte sobre os nossos palacios Reaes.

Em 31 de Dezembro d'este mesmo anno, pelas 10 horas da noite, no paço novo da Bemposta, falleceu a Rainha D. Catherina; achava-se el-Rei residindo em Alcantara, e pouco bem de saude.

Foi certamente por causa d'esse lucto fraterno, que el-Rei recebeu em audiencia, sem as formalidades costumadas, no seu palacio de Alcantara, em Janeiro de 1706, um Moiro nobre, que el-Rei de Mequinez mandava de Embaixador á Côrte de Inglaterra, e que em Lisboa esteve de passagem. Serviu de interprete Antonio Corrêa da Franca, Escrivão da Fazenda da Casa de Bragança[3].

Ha d'este mesmo palacio outra memoria, que é impossivel deixar de gravar aqui; é gloriosissima.

Lavrava na visinha Castella a guerra entre Filippe V e as pretenções da Casa de Austria. O pretendente, que assumira o nome de Carlos III, e como Rei Catholico era reconhecido por nós, defendia á força de armas a sua causa. N'essa campanha trabalhosis-

[1] *Hist. Gen.*, tomo VII, pag. 580, e 581.
[2] *Ibid.*, pag. 610.
[3] *Ibid.*, pag. 611.

sima entrou com muito esplendor o valente Portugal; e os nomes do Conde da Atalaya, do Visconde de Fonte-Arcada, do Marquez de Alegrete, do Conde de S. João, do Marquez de Fronteira, do Marquez das Minas, e de tantos outros, brilharam e ficarão para sempre brilhando nos fastos da Peninsula. Nos fastos da Peninsula tem a espada portugueza o mais honroso logar.

Acclamado o Rei Carlos III solemnemente em Madrid a 2 de Julho de 1706, foram de lá despachados emissarios, que levassem a noticia ás diversas Côrtes interessadas no assumpto; a Lisboa chegou a bom correr D. João de Sousa, filho do Marquez das Minas. Sensação inexcedivel de prazer e alvoroço em Lisboa inteira. O enviado foi logo recebido por el-Rei D. Pedro no paço de Alcantara, e o publico, sabendo que á espada do mesmo Marquez se devia a melhor parte de tão brilhantes resultados, acclamava o nome d'esse general ausente, e percorria as ruas com musicas e enthusiasmo.

Uma turba-multa enorme correu a Alcantara, e apinhando o pateo em frente do paço expandia-se em vivas a el-Rei, e pedia em altos gritos a sua presença. O senhor D. Pedro chegou á varanda, acclamado pelo Povo; mas fazendo signal de silencio, disse estas palavras apenas, que resumem tudo:

—Aqui, não; vão para casa da Marqueza das Minas.

Os vivas redobraram, e dentro em pouco a Marqueza (que morava á Esperança, no palacio do Duque de Aveiro) era alvo de estrondosa ovação da parte dos populares.

Sempre incommodado de espirito, sempre nervoso e descontente, procurando instinctivamente allivio na mudança de logar, e talvez tambem por causa de obras emprehendidas no paço de Alcantara, vemos el-Rei D. Pedro sair d'ahi, e mudar-se no outomno de 1706 para o grande palacio muito proximo, que tinha pertencido a Sebastião de Carvalho, e então era do Desembargador José Fiuza Corrêa. Ainda lá existe esta enorme casa, como que escondida e apartada da passagem publica, na travessa do Fiuza; para quem

segue da ponte é a segunda serventia á mão direita na rua de Alcantara, e finda na travessa do Quebra-Costas[1].

Ainda em 5 de Dezembro de 1706 saiu el-Rei da quinta do Fiuza, e foi á de Alcantara assistir na tribuna aos Officios Divinos, e ouvir um sermão. Jantou ahi, e ahi caiu mortalmente ferido do seu ultimo ataque de figado, que, sobre outras enfermidades, o derrubou á 1 hora da tarde de 9 de Dezembro.

Conta D. Antonio Caetano de Sousa, que, logo que se recolheu o doente ao leito, fez reparo n'uma coisa: não era aquella a mesma camara onde fallecera, tão novinho, havia já cincoenta e tres annos, ao meio dia e meia hora de 15 de Maio de 1653, seu mallogrado irmão o Principe D. Theodosio?!... Isso pareceu impressional-o; e quiz certificar-se. Viu entrar Christovam de Almada, que assistira ao passamento do Principe, e perguntou-lhe se não estava lembrado de ter sido ali. O velho cortesão dissimulou com prudencia, e, por uma fraude piedosa, respondeu que já lá ia muito anno, e que de todo se não podia recordar....

.....

A primeira pessoa, diz Sousa, que beijou a mão ao novo Rei o senhor D. João V, foi seu irmão o Infante D. Francisco. Deu-se isso por signal, no caminho do paço da Ribeira para Alcantara, aonde elles se dirigiam a toda a pressa para se informarem da saude de seu pae já moribundo. Cruzou-se com o coche d'elles, na rua direita da Esperança, junto á extincta egreja dos Barbadinhos, um creado a cavallo, que ia correndo levar a triste noticia. Parou; e ali soube o Principe.... que era Rei!

Ainda em 1731 havia na tapada javalis e gamos. Lá mataram as Pessoas Reaes tres javalis e um gamo em 18 de Janeiro[2]; seis dias depois, a 24, assistiram ao combate de um javali com um toiro;

---

1 *Hist. Gen.*, tomo VII, pag. 650 e 654.

2 *Gazeta de Lisboa* de 1731, n.º 4, pag. 32. Communicação do snr. Anselmo Braamcamp Freire.

a 26 tornaram a presenciar o ferocissimo combate de um toiro com quatro javalis successivamente[1]. Entretenimentos brutaes!

Quando veiu o terremoto grande, o Infante D. Antonio, filho d'el-Rei D. Pedro, mandou fazer duas barracas na quinta Real de Alcantara, para habitar. Ficavam no jardim defronte de um grande tanque que tinha de comprimento 168 palmos, 164 de largo, e 8 de alto. Emquanto as barracas se não concluiram, habitou o Infante dentro de uma carroagem! Essas barracas foram até ao fim (1757, anno em que falleceu) a sua casa. Ao tempo em que saiu á luz, no reinado do senhor D. Miguel, o tomo XIII do *Gabinete historico*, diz Frei Claudio que uma d'ellas se achava inteiramente destruida; a outra ainda existia, se bem que arruinada[2].

Em 1770 parece era no paço de Alcantara a residencia do Ministro Cardeal da Cunha. Em 6 de Junho, anniversario natalicio d'el-Rei D. José, ahi deu o dito Cardeal um esplendido banquete aos Ministros estrangeiros, aos funccionarios, e á Côrte[3].

Diz Vilhena Barbosa, que foi cedido o palacio (vicissitudes das coisas humanas!) a um Francisco José Dias, com o fim expresso de ahi estabelecer uma fabrica de chitas; e que, não tendo sido cumprida essa clausula, tornou a propriedade em 1808 para a Casa Real. Não sabendo quem era este Dias, procurei-o nos Almanacks, e en-

[1] *Gazeta de Lisboa* de 1731, n.º 5, pag. 39, Communicação do mesmo meu amigo.

[2] Pag. 249.

[3] *Gabinete Historico*, tomo XVI, pag. 325.

contrei-o em 1820 Deputado da Real Junta do Commercio[1]. É tudo quanto sei.

N'esse anno de 1808 doou o Principe Regente D. João esta quinta ao seu guarda-joias João Lourenço de Andrade, que ali fez melhoramentos na horta e nos pomares[2].

No tempo da senhora D. Maria II fizeram-se obras, e era o palacio destinado a habitação de senhoras nobres, antigas servidoras das nossas Rainhas. Ahi conheci desde 1859 a snr.ª Marqueza de Nisa, D. Thomasia de Mello, e era frequentador de umas agradaveis quartas-feiras, em que S. Ex.ª recebia pessoas de suas relações.

«A quinta — diz em 1863 o sempre mencionavel antiquario do *Archivo Pittoresco* — consta de um jardim para onde deita uma frente do palacio, anterior ao terremoto de 1755, de pomares, e de uma horta ajardinada com um grande tanque.»

Ainda ha poucos annos escrevia Velloso no seu *Roteiro:*

«É digno de ser visto o palacio e quinta do Calvario, principalmente a quinta, que é formada de diversas peças, sendo as principaes a quinta da Nympha, o Jardim, Calvarinho, Teixeira, e Cemiterio.»

Depois entra n'estes pormenores:

«Defronte da porta principal do palacio ha um bello lago. Ao sul do lago está uma horta ajardinada, tendo no centro um pequeno tanque com uma estatua de pedra. Na quinta da Nympha ha um tanque razo, que tem uma ilha no meio, com alegretes, e ao pé do muro uma fonte com tanque de cantaria[3].»

Levado ali hoje, levado n'estes annos ultimos, reconheceria o Duque de Bragança este seu querido retiro suburbano de Alcantara? Apenas o reconheceria. A frente do palacio para o largo actual

---

1 *Almanack* d'esse anno, pag. 415.

2 *Archivo Pittoresco*, tomo II, pag. 153.

3 *Roteiro* de 1869, art. *Calvario*.

(que talvez seja o antigo pateo) caiu em 1755, e foi reedificada com mesquinhez. Para as trazeiras é que ha sacadas nobres com bello aspecto, e havia jardins, onde ainda penetrei. Antes da abertura das ruas novas, havia arvoredo, buxos muito velhos, e restos magnificos de quinta senhoril.

Já que tudo isso desappareceu, conservem-se ao menos estas memorias.

Concluirei recommendando ao leitor os dois artigos de Vilhena Barbosa no *Archivo Pittoresco*[2]. O primeiro traz uma gravura representando um tanque com estatua na quinta da Nympha.

[2] Tomo II, e tomo VI.

CAPITULO XVIII

Resolve-se o autor a tratar do paço da Ribeira em tempo d'el-Rei D. João V.—Retrato do Rei.—Quanto elle amava esta residencia.—Reformas emprehendidas por elle na Ribeira. Descripções de coevos.—Funcções esplendidas no paço.—Pinturas de Quillard no quarto da Rainha D. Maria Anna de Austria.—Um incendio em 1745. -A magnifica livraria Real.—Pinturas de Vieira Lusitano.

Toma agora logar o periodo de maior esplendor do nobre paço da Ribeira: os dias d'el-Rei D. João V.

Onde este magico entrava, entrava a luz, entrava a elegancia, entrava a côr, entrava a fórma. Possuia o especialissimo condão de fazer brotar impossiveis ao seu contacto. Em elle apparecendo, com o seu ar magnifico, andavam genios invisiveis ao serviço dos seus devaneios. O seu sorriso era uma primavera. N'aquella fronte desassombrada reflectia-se com toda a luz o bello sol de Portugal. Dizer «D. João V» é dizer galanteio, é dizer graça, é dizer amor. Os Reis d'aquelle feitio, quando teem ao seu serviço os aguçosos galeões da India, deixam impresso nas suas obras um cunho para os seculos. Brotavam flores sob os passos d'elle, como sob os de Péricles, de Leão X, ou de Luiz XIV.

D. João V está bem longe de ser um impedcavel. Mas tambem, não é apenas, como muitos julgam, um leviano. Havia n'elle a materia-prima de um Soberano de primeira ordem. O que o amesquinhou foi não ter quem o educasse, e ser um perdido-de-mimos. Mas quem o avalia despreoccupadamente, pasma da grandeza do seu animo. Letras, artes, beneficencia, industrias, tudo elle fomentou; digo mais: preparou as aspirações *modernas* do reinado seguinte.

Alem de tudo, sobrava-lhe o valor pessoal, e não desconheceu as responsabilidades do seu duro officio de Rei. Haja vista (e nada

mais mencionarei aqui) a maneira briosa como elle, adivinhando Pedro V, se portou no verão e outono de 1723, quando uma epidemia feroz dizimou na Capital tres a quatro mil pessoas! No referver da mortilha o Rei ficou entre os seus subditos, mandou recolher muitos Grandes que fugiam para fóra, e com a sua presença no foco do mal deu animação e nobilissimo exemplo[1].

Entre as suas loucuras (que aliás não pretendo louvar, nem justificar), teve artes o sympathico fanfarrão, portuguez até á raiz dos cabellos, de alliar a sua galanteria ingenita com o seu convicto mysticismo; e alliou esse mysticismo com o amor entranhado do Bello. Quem lhe estranharia, pois, que soubesse erguer o seu lar solarengo da Ribeira, já tão cheio de tradições piedosas e artisticas, e tão povoado de sacrosantas memorias de familia, ao rol dos mais bellos, dos mais opulentos, paços Reaes da Europa?

Nascido em 1689 no proximo paço do Côrte-Real, que logo estudaremos, foi el-Rei baptisado na capella do paço da Ribeira em 19 de Novembro; ahi foi tambem armado por seu Pae Cavalleiro da Ordem de Christo em 1696, e em 1697 reconhecido e jurado herdeiro do Throno, em acto solemne perante a Côrte, na sala dos Tudescos; aqui foi acclamado Rei em 1707; em 1708, com dezanove annos, aqui desposava a formosissima filha da Casa Cesarea, a Archiduqueza Maria Anna; em 1711 nascia-lhe aqui a sua primogenita, a Princezinha D. Maria Barbara, que (sem o saber) motivou o voto da edificação de Mafra, e veiu a ser Princeza das Asturias; em 1712 o Principe D. Pedro, que só durou dois annos; em 1714 o Principe D. José, depois Rei; em 1716 o Infante D. Carlos, prematuramente fallecido aos vinte annos; em 1717 o Infante D. Pedro; e em 1723 o Infante D. Alexandre, fallecido de cinco annos apenas.

[1] *Description de la ville de Lisbonne*, 1730, pag. 162. Pinto Brandão no *Pinto Renascido*, pag. 10 e 11, allude ao mesmo contagio.

Quantas recordações de familia não ligavam pois aquelle Rei aos tectos da Ribeira! era o seu paço querido, e como tal o tratou, o ampliou, o embrincou, o adornou de todos os requintes.

Quem hoje penetra nas secretarias do lado occidental da praça, quem entra n'aquellas salas, prosaicas no todo e nos pormenores, quem se escoa por aquelles corredores escusos, e se perde n'aquelle derrancado labyrinto, arrostando o mau modo de continuos e serventes... não pensa que houve ali duzentos e cincoenta annos um paço primoroso e riquissimo, uma serie de salões qual a qual mais bello, colgados de razes e guadamecins, e mobilados de tudo quanto a invenção de marceneiros, entalhadores, doiradores, e esculptores produzia de melhor. Para as camaras e salas do paço da Ribeira mandava a Persia os seus tapetes mais elegantes, e engenhavam adornos os primeiros pintores europeus. Para os jardins do paço da Ribeira contribuia a Flora dos tropicos com as flores mais raras; e o Tejo, cheio de sol, e rutilando de galeões doirados, dava áquelles maçissos de murtas, buxos, e laranjeiras, entremeados de viveiros de aves raras, e orlados de varanda em balaustres sobre o rio, o mais esplendido fundo ornamental.

D. João V responde dignamente a D. Manuel.

O fastuoso edificador de Mafra foi o reformador e consideravel ampliador da antiga fabrica manuelina da Ribeira, e adornou este paço lisbonense «com escadas magnificas, e casas novamente pintadas com ricos adornos»—nota D. Antonio Caetano[1].

N'outra parte refere-se este compilador infatigavel ás tapessarias finissimas, «e de excellentes debuxos, com que augmentou o grande numero das antigas de Raphael, Ticiano, Rubens, e outros insignes inventores e debuxadores»; e aos «preciosos moveis»; e ás «prôçolanas exquisitas da China»; e ás «baixellas de prata fabricadas pelos mais peritos artifices»; e á «excessiva copia de oiro e de grandes e

1 *Hist. Gen.*, tomo VIII, pag. 262.

brilhantes diamantes»; e ás «pinturas dos mais famosos mestres[1]». É um não acabar de elogios, nada exagerados.

O grande Diccionario de Moréri, na edição de 1759, que tenho á mão, faz uma mistura de noticias ácerca de Lisboa, casando coisas anteriores ao terremoto com outras subsequentes; e diz do paço da Ribeira isto, que é vago, mas rigorosamente exacto (salvos os anachronismos):

«O paço do Rei é o principal ornamento da Cidade. Na sua extensão, e na sua magnificencia, mostra ser a morada de tal Principe. Dão os aposentos n'um eirado que entesta com o mar, e optimo para passeio. Fecham-n-o balaustradas, e um torreão no fim[2].»

É mais explicito o depoimento de outro estrangeiro, que em 1730 descrevia assim a praça e o palacio sem o preconcebido proposito firme de nos deprimir:

«Fica o paço d'el-Rei de Portugal no centro da Cidade, á margem do rio, n'um largo chamado o terreiro do Paço. Corre-lhe a fachada principal em toda a extensão do dito largo, e remata n'um pavilhão, ou torreão magnifico, defronte do qual veem dar fundo os navios, e de cujas varandas tem el-Rei o gosto de os estar vendo entrar e saír, e estende olhos até ao proprio Oceano, tanto quanto a vista póde dar.

«O palacio em si é muito vasto; os aposentos desafogados e ricamente aderessados. De uma parte alastra-se o edificio ao longo do Tejo, e da outra pelas ruas proximas; e tem no centro um pateo quadrangular, circumdado de edificação assente sobre porticos, debaixo dos quaes estanceia uma quantidade de mercadores, que ali vendem tudo quanto ha mais raro no mundo[3].»

Colmenar, em tempo d'el-Rei D. João V, deixou na sua obra um precioso esboço d'este palacio. Eil-o:

---

[1] *Hist. Gen.*, tomo VIII, pag. 272.

[2] Louis Moréri—*La grand Dictionnaire historique*, verb. *Lisbonne*.

[3] *Description de la ville de Lisbonne*, pag. 11 e 12.

«Entre os melhores edificios de Lisboa é o mais notavel o paço Real; dá logo em cara a quem chega a esta Capital pela banda do Tejo. Fica mesmo á beira da agua, no extremo da praça de que já falei, por modo que o Soberano póde das suas janellas disfructar quantos navios entram ou sáem. É grande o paço, regular, e magnifico. Os aposentos muito aceados, e ricamente aderessados no inverno; de verão despenduram-se todas as tapessarias. Figuram entre os maiores ornamentos dos salões as largas vistas sobre o rio até ao mar.

«É este paço um edificio quadrado, com zimborio, e quatro torrinhas ou mirantes, duas plataformas de balaustres, duas galerias cruzadas de cem passos de comprido, dois andares, e varandas nas sacadas.

«Não foi assim de seu principio. Dois Reis ou tres ali trouxeram obras, nomeadamente Filippe II, que mandou construir o grande torreão sobre o Tejo, a um canto da praça Real.

«Ha salões esplendidos, taes como o dos Tudescos, onde se reunem as Côrtes, o dos Conselhos de Guerra, e os de varios Tribunaes. A capella do Rei fica n'um dos extremos, riquissima, e toda rutilante de oiro e azul.

«No terceiro andar, é a livraria, onde se admira grande somma de bons livros, em estantes de nogueira. Começou-a o Rei Affonso V, no seculo xv.

«Ao entrar no recinto d'este paço encontra-se o visitante n'um pateo quadrado, rodeado de arcadas onde os mercadores vendem artefactos raros e preciosos da India ou de outras terras estrangeiras[1].»

Ainda melhor do que esses autores nos esclarece Frei Claudio da Conceição, quando nos faz saber quanto o citado Monarcha melhorou a casa «com a escada principal do quarto da Rainha, delineada e executada pelo architecto Antonio Canavarro, e com casas novas excellentemente pintadas, e ricos adornos. Reedificou ou-

1 *Description et délices d'Espagne et de Portugal*, ed. de 1471, tomo III, pag. 266.

tras, quando succedeu atear-se o fogo em um dos quartos do mesmo palacio, que ennobreceu e estendeu com outras muitas obras; alem dos quartos que fez para o Principe D. José em 1728, e outro para as Serenissimas suas Netas, por cima dos armazens da Ribeira das naus, que se acabou no principio do anno de 1749[1].»

Creio que ás obras emprehendidas por el-Rei D. João V nos seus paços da Ribeira póde assignar-se data posterior a 1708, anno do seu casamento com a Archiduqueza, porque d'esse anno em diante augmentaram no lar dos nossos Reis as pompas e etiquetas. Não é para admirar, que, recomeçando os saraus e concertos, os jantares e recepções, e dobrando o pessoal da Côrte, fosse indispensavel acudir com edificios novos, e em estylo moderno, ás exigencias da nova vida da Casa Real.

Desde a chegada da Rainha, observa a *Historia Genealogica*, sempre os senhores comeram em publico, ao som de musica, e em presença da Côrte; e isso continuou no anno seguinte. Á noite havia concertos e serenatas, e até mesmo representações theatraes executadas pelas damas do paço, em theatrinho especial armado n'uma sala, «com bastidores e tramoias compostas pelos melhores engenhos da Côrte». Outras vezes, por festas de annos, e outros anniversarios alegres, representavam em toda a pompa os musicos da capella Real; e entre essas representações «houve algumas — diz o citado livro — com muitas machinas e mutações[2]»; festas (está-me parecendo) que não desdiriam em Versailles, e onde não desdiria Luiz XIV.

Especialiso a esplendida *soirée* de 10 de Janeiro de 1728 no quarto da Rainha. Tinha-se fabricado de proposito um theatro n'uma antecamara, e assistiram a esta festa, celebrando os esponsalicios da nossa Infanta D. Maria Barbara com o Principe das Asturias D. Fer-

[1] *Gabinete Historico*, tomo XI, pag. 375.
[2] *Hist. Gen.*, tomo VIII, pag. 73.

nando, a Familia Real, os Cardeaes, o Patriarcha, as Damas, os Embaixadores, e a Côrte.

Á noite viram todos das varandas do palacio soberbos fogos de artificio no terreiro do Paço, delineados pelo habil architecto Canevari, a quem a *Historia Genealogica* chama por lapso Canavaro[1], e o *Gabinete historico* Canavarro, como já se viu.

O theatro com que el-Rei D. João V desenfastiava algumas vezes os seus serões, era, me parece, apesar das suas *tramoias, mutações,* e *machinas,* provisorio. Não me consta o nome dos actores que ali entretivessem a Côrte, habituada nos theatros publicos de Lisboa a applaudir, por exemplo, a Isabel Xamarra, *representante famosa,* como lhe chama Thomaz Pinto Brandão, ou o Moci, cantor italiano, ou a vivissima *Rosa gallega*, cantarina castelhana, que todos tres mereceram decimas do *Pinto Renascido,* e a quem os peraltas e faceiras dedicavam enthusiasmos.

Ficou reservado para el-Rei D. José, como em breve mostrarei, dotar Lisboa e o paço com um theatro vasto, regular, e opulento.

Logo mencionarei palavras authenticas, em que um escriptor coevo se refere com certa minucia ás obras do senhor D. João V; aqui acrescentarei isto:

N'essa vasta parte do palacio chamada «o quarto da Rainha» eram os tectos das antecamaras pintados por Pedro Antonio Quillard, artista francez do seculo XVIII, fallecido em Lisboa em 1733, na flor dos annos (segundo me informa um Diccionario biographico estrangeiro). Pintava Quillard no genero de Watteau, de quem fôra alumno. Aos onze annos já desenhava com tanta correcção, que el-Rei Luiz XV lhe mandou dar uma pensãosinha para o animar. O motivo da vinda do mestre a Portugal foi este: andava certo naturalista Suisso a estudar a nossa flora; carecendo de quem lhe desenhasse os exemplares, fez com que o esperançoso mancebo o

---

[1] Tomo VIII, pag. 388 e 390.

acompanhasse. Chegado este aqui, logo se tornou conhecido; el-Rei D. João V agraciou-o com uns 960$000 réis annuaes, e empregou-o nas obras do paço[1].

Á vista d'estas circumstancias, que estão a revelar muito merito no talentoso discipulo de Watteau, não custa a crer que os tectos das salas da Rainha D. Maria Anna ficassem lindissimos.

Tanto maior é por isso a pena que faz o fogo que ahi se ateou n'essas salas em 14 de Dezembro de 1745[2].

Julgava-se tudo apagado, mas por desgraça tinha ido lavrando nos forros do tecto; e pelas 4 horas da madrugada de 14 para 15 rebentou com toda a força, devorando seis grandes salas, e damnificando outras. Correu muita gente ao paço, e entre ella muita nobreza, e assistiram o Principe D. José e os Infantes. Distinguiram-se, pela actividade com que levavam a agua, os Frades de S. Francisco da Cidade, os Agostinhos descalços, os Congregados do Oratorio de S. Filippe Nery, os Trinitarios, e os Padres da Companhia. Foi um alarma geral. Ninguem pereceu, mas houve terrivel susto na cidade inteira; e é de crer que os destroços fossem muito mais para lamentar, se se não tivesse atalhado o fogo desde a banda da casa da Galé, por onde poderia communicar-se á Basilica Patriarchal, e desde o lado da Ribeira das naus, na parte que ficava contigua á varanda que cobria os armazens Reaes das armas[3].

Tudo quanto ahi deixei, descriptivo do paço em si mesmo, é vago, bem sei, mas é o que ha. Planos architectonicos, descripções minuciosas da celebre casa, não conheço eu, nem creio se conheçam; pois é pena, que o assumpto dava para muitissimo! basta

---

1 *Dictionnaire universel historique*, etc., 1810 a 1812, 20 vol., Cyrillo—*Ment.*, pag. 97.

2 *Gazeta de Lisboa*, de 1745, n.º 52, pag. 1040, e *Gabinete Historico*, tomo IX, pag. 376 e seg.

3 Este ultimo paragrapho é quasi textualmente copiado do *Gabinete Historico* de Frei Claudio da Conceição.

considerar que o lado occidental do terreiro, até ao Arsenal, todo o nosso Pelourinho, as casas altas do Ferragial de Cima, o Côrte-Real, e uma extensão que dominava boa parte da rua Nova dos Ferros, tudo era a habitação dos nossos Reis. Das janellas que deitavam sobre a dita rua Nova (como quem dissesse approximadamente a nossa rua *dos Capellistas)* viu o Soberano e a Rainha D. Maria Anna de Austria, desfilar uma solemne procissão de graças pelo nascimento do senhor D. José (depois Rei) em Agosto de 1714[1].

N'esta mingua de noticias, que pinta o nosso já tão inveterado desleixo, contentemo-nos com o que ha.

Mencionarei, como uma das joias do palacio, a magnifica livraria, «que mal cabia — segundo diz o *Gabinete Historico* — em uma grande sala no edificio chamado *o Forte*[2]».

Da antiga livraria hereditaria da Casa de Bragança, existia um pequeno resto; já vimos que el-Rei D. João IV o tinha acrescentado; el-Rei D. João V mandou collocar essas preciosas reliquias n'uma sala do Forte, com janellas sobre o terreiro, no primeiro andar, e adquiriu uma numerosa e admiravel livraria, — diz em 1741 D. Antonio Caetano de Sousa — «em que se vêem as edições mais raras, grande numero de manuscriptos, instrumentos mathematicos, admiraveis relogios, e outras muitas coisas raras, que occupam muitas casas e gabinetes».

Eram milheiros de volumes, que a munificencia Real punha á disposição dos eruditos; favor insigne, que vinha completar o alto amparo e protecção com que o mesmo Rei valeu a tantos homens de lettras, mandando imprimir, e com grande luxo, as obras historicas e litterarias d'elles[3].

A livraria ardeu, já se vê, com tudo mais, em 1755. Diz Moreira de Mendonça:

[1] *Hist. Gen.*, tomo VIII, pag. 338.
[2] *Gabinete Historico*, tomo XI, pag. 335.
[3] *Hist. Gen.*, tomo VIII, pag. 273.

«Ardeu a Bibliotheca Real, que era numerosissima e selecta. O senhor Rei D. João V, o Maximo, a tinha augmentado com grande numero de livros modernos, e todos os antigos que se descobriram pela Europa, e com grande copia de bons manuscriptos[1].»

Quando o tempo serenou um pouco, entrou logo el-Rei D. José a juntar livros para o logar dos que tinham perecido. Exemplo:

Nicolau Francisco Xavier da Silva, homem muito applicado, e membro da Academia Real de Historia, tinha reunido uma livraria preciosa; foi-lhe comprada pelo mencionado Soberano, para se reparar — diz Barbosa Machado — «a magnifica bibliotheca, que o sublime espirito de seu Augusto Pae (D. João V) formára no palacio, a qual reduziu a cinzas o horrivel incendio que devorou grande parte de Lisboa no fatal anno de 1755[2]».

Nos sumptuosos salões de recepção, de que será sempre lastima não nos terem ficado inventarios, podiam admirar-se (afóra retratos herdados, alguns dos quaes fizeram talvez parte da recamara d'el-Rei D. João III), uma serie de retratos a oleo dos filhos d'el-Rei D. João V pelo Vieira Lusitano. O proprio pintor-escriptor, tratando de outros quadros seus que pereceram, diz assim:

> e tanto foi dos retratos
> do mesmo pincel já feitos
> da régia prole, que todos
> no paço Real arderam[3].

[1] *Hist. dos terrem.*, pag. 129.
[2] *Biblioth. Lusit.*, tomo IV, pag. 258.
[3] *O insigne pintor*, etc., pag. 3.

CAPITULO XIX

É instituida a nova Patriarchal lisbonense.—Pompas desusadas do ritual ecclesiastico.—Augmenta el-Rei D. João V a capella.—Sua descripção.—Palavras de antigos escriptores.—Opulencias.—Mencionam-se os sinos da capella.—Sinos no seculo XVI.—Canevari edificador da torre sineira.—Abastece-se de agua abundante o paço da Ribeira.—Bizarrias do Soberano.—O sitio da *Campainha*.—Entrevê-se a guarda tudesca.—Recebe el-Rei D. João um Embaixador *portuguez*.—Adoece e morre o Monarcha.—Suas pompas funebres.

PELA Bulla *Apostolatus Ministerio* de 1 de Março de 1710, concedia o Santo Padre Clemente XI a el Rei D. João V uma grande alegria: a promoção da capella Real a Collegiada insigne, sob o titulo de S. Thomé Apóstolo, com seis Dignidades, dezoito Conegos, e doze Beneficiados. Passados seis annos, a Collegiada insigne era elevada por Bulla pontificia de 7 de Novembro de 1716 *In supremo Apostolatus solio*, a Cathedral metropolitana e Patriarchal, sob o titulo de Nossa Senhora da Assumpção. Desdobrou-se Lisboa em duas Lisboas: a Oriental, com a antiga Sé metropolitana, e a Occidental com a nova Patriarchal.

Esta mutação na Egreja Lisbonense celebrou-se em Lisboa com muitas festas; especificarei apenas os versos de Thomaz Pinto Brandão[1]; nem tanto era preciso para lhe despertar o estro.

A pompa com que el-Rei D. João V revestiu a nova Egreja da Lisboa Occidental, já no edificio, já nos trajos rituaes dos Ex.mos Principaes, dos Ill.mos Monsenhores, Conegos, Beneficiados, Mestres de ceremonias, Cantores, e outras figuras, não se descreve. Todas essas grandezas correspondem ao insaciavel animo do Soberano,

[1] *Pinto renascido*—Soneto, pag. 17 e 27.

que para cumprir um voto edifica o maravilhoso Escurial mafrense, com a sua pedraria eterna, e os seus carrilhões; para dotar Lisboa com meia duzia de pipas de agua, levanta um aqueducto rival das obras romanas; para melhorar a capella lateral de um templo pobre de Jesuitas, gasta 2 milhões de cruzados; para remunerar o Sacerdote que a inaugura, dispende outro milhão; para uso particular das suas devoções, possue uma Capella quasi Papal; e para sua residencia não se contenta com uma só Lisboa, mas inventa duas Lisboas!

Entrar na capella Real d'el-Rei D. João V em dia solemne, assistir ahi a uma Missa de Pontifical ou a um *Te Deum*, era penetrar no Paraizo, e escutar as citharas dos Anjos.

O templo em si mesmo, descrevem-n o alguns autores, mas com muita mais minucia Barbosa Machado, na sua relação da Festa do Corpo de Deus de 1719.

Graças a esse autor, ficamos sabendo que el-Rei acrescentou quasi no dobro as dimensões do templo herdado de seus maiores, templo que já em 1700 era formosissimo por dentro, forrado todo de azul e oiro[1].

Ficou de tres naves a egreja, sendo mais larga a do meio, sustentada em arcos sobre grossos e elevados pilares de cantaria esculpida no gosto italiano. As paredes lateraes rasgadas de vidraças, ostentavam nos intervallos d'ellas bellissimas pinturas de mestres do seculo XVII, que infelizmente Barbosa não nomeia; representavam:

S. Damaso condemnando heresias (deve ser o já citado quadro de Gresbante, ou Gisbrant);

S. Verissimo com suas irmans soffrendo o martyrio;

Santo Antonio fazendo milagres;

S. Gonçalo fabricando a sua ponte;

S. João de Deus exercendo caridade para com o proprio Christo;

[1] *Voyages faits en divers temps en Espagne, en Portugal, en Allemagne, et ailleurs.* Par Monsieur M.—Amsterdam, MDCC, vide nas *Noites de insomnia* de Camillo Castello Branco, n.º 2, pag. 54.

Santa Engracia morrendo;
Santa Isabel Rainha de Portugal; e
Santa Senhorinha no claustro.

O resto da descripção, que é apetitosissima, mas encheria demasiado o meu texto, póde o estudioso vel-a no citado livro, e não ha de dar o seu estudo por perdido.

«A séde da Patriarchal lisbonense — escreve em 1730 um estrangeiro viajante — é na capella do paço do Rei. Quanto á sua architectura e ás suas pinturas, são muito vulgares; mas o templo é muito vasto. Alem do Altar mór, ao topo do côro, ha doze outros altares, magnificamente ornamentados. Ha uma grande tribuna de dois andares, com rótulas, d'onde o Rei e a Rainha ouvem habitualmente Missa. Nos Domingos e dias Santos, officia sempre o Patriarcha, ministrado por dezoito Conegos, todos mitrados. O côro, composto de uns trinta ou quarenta Beneficiados, é acompanhado por musica á romana, sem instrumentos; e entre o crescido numero de vozes que ali se ouvem, ha muitas excellentes[1].»

Quem hoje passa pelo nosso largo do Pelourinho, recorde-se de que uma parte do terreno occupado pela Patriarchal antiga é occupado pela egreja parochial de S. Julião (S. Gião), que não era bem ali, mas que houve conveniencia em edificar n'esse sitio conforme consta do «Plano» de 12 de Junho de 1758. «Ha Sua Magestade por bem — diz o reedificador de Lisboa — que esta (egreja de S. Julião) se possa mudar para o largo da antiga Patriarchal; fundando-se em parte do terreno que era da referida egreja, na conformidade do Breve que o mesmo senhor impetrou de Sua Santidade[2]».

E diz Moréri no seu Diccionario:

«É a egreja Patriarchal um dos templos mais magnificos que hoje se conhecem na Europa, quer pela profusão e riqueza de todas as alfaias do culto, quer pela quantidade dos ministros, todos em vestes episcopaes, quer pelas etiquetas do serviço, quer finalmente pela escolha dos musicos, que são dos mais peritos da Italia[3].»

---

[1] *Description de la ville de Lisbonne.*
[2] *Memorias das princip. provid.*, pag. 343.
[3] Louis Moréri — *Le grand Dictionnaire historique*, verb. *Lisbonne.*

Algumas das alfaias rutilantes d'esta famosa Patriarchal, descreve-as o autor do *Mappa de Portugal,* e revelam bem o que seria o resto.

Exemplos:

Nove riquissimos castiçaes, e uma cruz admiravel, tudo feito a capricho em Roma, no anno 1732, segundo risco do artista Antonio Arrighi, e avaliado em 300 mil cruzados (ou 120 contos de réis!).

«Toda a machina de prata, excellentemente doirada, que formava a grande cruz —explica o Padre João Baptista de Castro— se levantava na altura de dezassete palmos, desde a planta do pé, de figura quadrangular, que tinha tres palmos e meio de diametro.

«Era esta obra no seu genero unica e singular, e mereceu as attenções e elogios do sacro Collegio Pontificio, Principes, e Nobreza Romana, a primeira vez que lhes foi manifesta. Com a mesma admiração —continua o narrador, testemunha de vista— foi applaudida de todos os cavalheiros toscanos e Côrte florentina; e verdadeiramente a obra, a ideia, e a materia, vencia o mais encarecido louvor. Viam-se distribuidos, com admiravel symetria, pelas bases e balaustres, assim da cruz como dos castiçaes, muitos symbolos, jerogliphicos, e genios, cherubins, e estatuas, umas de vulto, outras de meio relevo, com differentes acções, que alludiam com propriedade aos mysterios de Christo e de Maria Santissima; outros caracterisavam a magnificencia da Santa Egreja Patriarchal; outros o imperio da Majestade portugueza no Reino e suas conquistas; porém tudo guarnecido com muitos e polidos festões da mesma prata doirada, com muitas tarjas e quartellas de perfeitissimo lapislazuli, com muitos engraçados esmaltes, e embutidos de epigraphes, de pedras, e diamantes preciosissimos[1].»

Note-se que o mesmo bom informador nos diz que essa cruz e esses castiçaes só em casamentos, baptisados, ou acclamações Reaes iam ornar a banqueta do altar da capella mór. Nas outras funcções solemnes appareciam outros adornos inferiores a estes, se bem que já riquissimos.

---

[1] *Mappa de Portugal*, 3.ª ed., tomo III, pag. 109 e 110.

Havia na Patriarchal uma Irmandade denominada «da Senhora das Sete Dôres», erecta em 1723, mas cuja origem particular remonta a 1716, anno em que um dos Capellães da Casa, o Padre Bernardo Pinto dos Santos, começou a venerar uma Imagem da Virgem, obra de Alberto Durer, que existia no altar da Piedade[1]. Bellezas artisticas de todo perdidas!

Alem de preciosissimas reliquias conservadas com o mais fundo respeito n'este rico templo, era tambem digna de nota a Pia baptismal, feita de varias qualidades e côres de pedras, rodeada de bellas grades de bronze doirado, e acompanhada de um grande painel do Baptismo de Christo, executado em Roma em 1745 por Agostinho Mastucci[1].

Por isso diz Sousa, com a maior exacção, que el-Rei D. João enriqueceu a Egreja de Lisboa, e a ornou «de muitas pedras preciosas de grande valor, de oiro e prata, e diversos metaes, brocados, sedas, bordados os mais perfeitos e polidos que se podem ver; de sorte que tem um rico thesoiro, a que ajuntou um grande numero de musicos dos mais celebres na sua arte, observando-se em tudo uma exacta perfeição na celebração dos officios divinos, seguindo as regras do ceremonial que se observa em Roma, na pompa, na grandeza, no apparato, e na magnificencia; de sorte — conclue esse escriptor, testemunha ocular — que o modo e serviço da Santa Egreja de Lisboa não só excede a todas as Capellas Reaes da Europa, mas ainda ás mais celebres Cathedraes da Christandade![2]»

Ora el-Rei D. João V não sabia parar. A torre da egreja, foi por ordem d'elle guarnecida de muitos sinos, em dois andares de ventanas, ou sineiras; no primeiro andar oito sinos, dois a cada face da torre; no segundo andar, se bem que houvesse quatro sineiras, todo o espaço interior era occupado pelo sino grande, que se via a travez d'ellas, dos quatro lados.

O 1.º sino pesava 800 arrobas, e só tocava nas festas de primeira classe, e nas exequias por Pessoas Reaes, Patriarchas, Cardeaes, e Principaes;

---

1 João Baptista de Castro — *Mappa* — parochia da Santa Egreja Patriarchal. *Hist. Gen.*, tomo VIII, pag. 235.

o 2.º, 152 arrobas; tocava nas festas de segunda, e dobrava a Fidalgos titulares, Monsenhores, e Conegos;

o 3.º, 110 arrobas; dobrava aos Beneficiados;

o 4.º, 87 arrobas; dobrava aos Capellães;

o 5.º, 77 arrobas; dobrava aos Sacristas;

o 6.º, 35 arrobas;

o 7.º, 29;

o 8.º, 25;

o 9.º, 22;

a garrida, 2 apenas[1].

O luxo dos sinos era antigo em Portugal, e não sómente em Lisboa, que tantos campanarios sonoros e festivaes alegravam, até que ha poucos annos uma ordem do Governo Civil entendeu dever amordaçal-os. Querer pôr açaimo em rouxinoes é barbaridade propria das espeluncas burocraticas da travessa da Parreirinha! Que respondeis a isto, ó sinos da Penha, de S. Paulo, da Pena, das Necessidades, das Chagas, e de Santa Izabel?

No seculo xvi havia já por aqui bellissimos campanarios; e não só em Lisboa: honrava-se Coimbra com uma orchestra completa nas torres de Santa Cruz.

«Em uma destas torres —diz um coevo— estam os sinos do moesteyro, q̃ sam noue. s. cinquo grãdes, e os outros meaõs. Estes sinos, quem os ouuir tanger parece q̃ nõ tem preço, porque sam feytos por tal arte, que hũs sam tiples, outros tenores, outros cõtras baxas, outros cõtras altas, e algũs parece que tẽ duas vozes, em modo q̃ todos iuntos tocados tem hũ nõ sey que, que se sam dias ou nouas de afflicam dobram o nojo; se de prazer, o prazer[2].»

Esse delicioso *não sei quê*, tão cheio de vibração religiosa e poetica, não o entendem todos.

Portanto não insistamos, e voltemos ao velho paço da Ribeira.

Alem da torre sineira, que era obra d'el-Rei D. João V, o homem dos carrilhões de Mafra, mandou esse senhor apear outra torre antiga que havia no paço, e que se chamava por antonomasia

---

[1] Pormenores do grande João Baptista de Castro no *Mappa*.

[2] Mendanha — *Descripçam do Moesteyro de S.ta Cruz*.

«do relogio», e mandou a edificar de novo, segundo o risco do insigne architecto romano Antonio Canevari.

«O grão Canevari» lhe chama o bom juiz Vieira Lusitano:

> Quasi cinco horas contavam
> no relogio da gamenha
> torre do grão Canevari,
> que lhe ficava fronteira[1];

e Cyrillo diz: «a celebrada torre do Relogio[2]».

N'essa nova construcção, que em vistas do seculo XVIII se percebe, mandou-se collocar um bom relogio moderno, para substituir e encovar o *mentiroso,* que D. Pedro de Almeida, em dias do senhor D. João III, queria se afastasse da Côrte. Os sinos d'esta torre tocavam no dia de Reis, no de S. Vicente, no Sabbado de Alleluia, no Domingo de Paschoa, no Sabbado e Domingo do Espirito Santo, durante a Procissão do Corpo de Deus, na festa da Conceição, e nas festas alegrissimas do Natal[3].

Outro melhoramento consideravel recebeu d'el-Rei D. João V o paço da Ribeira: o abastecimento de agua em abundancia. Velloso de Andrade assim o conta:

Havia um proprietario de certo predio ás Cruzes da Sé, que tinha no seu terreno um poço de agua nascediça. *Seu terreno* não é a expressão exacta; o pobre homem, alcançado para com a Fazenda Nacional, vira entrarem no seu haver as garras do sequestro. Podia pois o Soberano apossar-se logo da agua, mas não quiz. El-Rei era alma muito grande; isso era. Mandou avaliar a casa; foi computada em 300$000 réis; mandou entregar 800$000 réis ao ex-proprietario, lavrando-se escriptura de compra em 3 de No-

---

[1] *O insigne pintor,* pag. 579.

[2] *Mem.,* pag. 180.

[3] João Baptista de Castro *Mappa,* ed. de 1870, pag. 109.

vembro de 1739. Pouco depois falleceu o vendedor; e el-Rei concedeu á viuva que ali ficasse morando. Isto tudo é Real.

As aguas, encanadas para o paço da Ribeira, abasteceram os banhos, o jardim, e as cosinhas do Monarcha, e ainda hoje correm no Arsenal e na Alfandega.

A essas lymphas allude pelos annos de 1754 o autor do folheto *Explication de l'estampe de la Ville de Lisbonne,* dizendo que uma fonte abastece a copa ou a cosinha do paço regio[1].

Havia n'este palacio, para a banda do jardim, segundo se me figura, um sitio chamado «a Campainha», que não sei bem o que era. Vejo-o mencionado muita vez.

Em 1626, diz a *Relação* citada:

> O logar da «Campainha»,
> onde de varias maneiras,
> conforme as embarcações,
> ha mil ancoras diversas.

Na descripção do embarque da nossa Infanta D. Catherina, Rainha da Gran-Bretanha, em 1662, diz D. Antonio Caetano de Sousa:

«Chegaram ao paço pela parte da *Campainha*, onde era o jardim, junto á Ribeira das naus[2].»

Por ahi vemos pois que era sitio junto ao jardim do paço, passagem para a ponte dos embarques Reaes, e não menos pertença da proxima Ribeira das naus, que ahi tinha deposito de ancoras; mas ha documento mais moderno, em que tambem se prova que ahi morava alguem: «morador n'esta Côrte, junto á Campainha» é em 1713 uma phrase de certo processo que vi, para Familiar do Santo Officio[3].

---

[1] *Dans les Offices ou Cuisines du Palais Royal il s'en trouve une* (fontaine), pag. 15.

[2] *Hist. Gen.*, tomo VII, pag. 296.

[3] Torre do Tombo—Habilitação de André Fernandes de Paiva.

No quarto do paço da Ribeira denominado «da Campainha» morou o Infante D. Francisco, desde que em 1707 seu irmão el-Rei D. João V lhe deu casa[1].

Visto que já nos encontrámos na Ribeira das naus, que ficava contigua á residencia régia, como o nosso Arsenal da Marinha ás Secretarias de Estado da Guerra, da Marinha, e da Fazenda, quero mostrar aos meus companheiros de passeio uns arcos, que talvez fossem a tal porta «da Campainha», e que formavam communicação para a dita Ribeira das naus. Fala d'elles o Vieira Lusitano na sua auto-biographia, por estes termos, não lhe esquecendo a guarda alleman que ali estacionava:

> Apeou-se junto aos arcos
> que davam para a Ribeira
> das naus passagem, á porta
> que tinha guardas tedescas[2].

Compunha-se de tres companhias de alabardeiros a celebre Guarda tudesca (hoje *dos archeiros). Tudesca* no nome, mas constituida, como hoje, de gente portugueza, homens de officio na maior parte. Cada companhia tinha oitenta soldados, todos uniformemente vestidos: de pano esverdeado, como os creados de libré da Casa. Nos dias ordinarios compunha-se a Guarda do paço de vinte alabardeiros apenas, tirados das tres companhias; e faziam tambem guarda cá fóra cincoenta soldados de um destacamento de Infanteria[3].

Em 1729 deu-se no paço da Ribeira uma scena curiosa: a recepção de um Embaixador..... portuguez. Um Portuguez enviado politico ao Rei de Portugal. Eu conto.

---

1 *Hist. Gen.*, tomo VIII, pag. 419.
2 *O insigne pintor*, pag. 562.
3 *Description de la ville de Lisbonne*, pag. 66.

Achava-se missionando na Côrte do Grão-Mogol um Jesuita nosso, o Padre Manuel de Figueiredo. Era o Mogol o mais poderoso dos soberanos da India occidental, principe riquissimo, dominador de quarenta provincias, que blazonam de reinos. Ou em Agra ou em Delhi residia o personagem; travou relações com os Portuguezes, antes de outros quaesquer europeus; e percebendo sagazmente a superioridade d'estas civilisações, quiz estreitar com ellas relações intimas, que redundassem em prosperidade do seu vasto imperio. Mandou uma embaixada de amisade ao nosso Vice-Rei João de Saldanha da Gama; e para Embaixador alcançou nada menos que o nosso Missionario. De Goa embarcou o Padre Manuel de Figueiredo para Portugal, chegando a Lisboa em Fevereiro de 1729 com o pessoal asiatico da embaixada.

Deu-lhe el-Rei D. João V audiencia, como a representante de Principe amigo, recebeu os presentes que lhe mandavam de tão longe aquelles nobres Mahometanos, e protegeu dois, que faziam parte da missão, e traziam altas incumbencias scientificas. Chamava-se um Pedro Gy, Mogol de nascimento e Christão de crença, e chamava-se o outro Xeque Guy; vinham encarregados de conferir as taboas astronomicas, usadas na India, com as nossas, e estudar os instrumentos astronomicos europeus. Louvavel intento! é o alastrar progressivo e invencivel da civilisação[1].

Morava o senhor D. João V no chamado quarto do Forte; como quem hoje dissesse: no andar nobre do torreão do Ministerio da Guerra. Bella vista de Tejo até á barra; aposentos ricamente mobilados; em confortos e adornos, tudo quanto a imaginação possa conceber. E no meio d'essas opulencias, agonisou oito annos el-Rei!

Derrubára-o uma paralysia, que lográra transformar o brilhante Soberano n'uma sombra. Já lá ia o tempo das aspirações doiradas, dos galanteios, dos amores freiraticos; tinha fenecido como um so-

[1] *Hist. Gen.*, tomo VIII, pag. 260.

pro aquella mocidade robusta e formosa, que parecia dever ser eterna! O Torreão do Forte era o mausoleo de marmore de um cadaver. Curvado, immovel, quasi mudo e indifferente, com um rosario entre os dedos precocemente senis, sentado dia e noite n'uma cadeira de braços.... assim se apagava aquelle Homem unico.

Em 29 de Julho de 1750 pelas 11 horas da noite, recebeu el-Rei a extrema-Uncção, administrada pelo Cardeal Patriarcha; e em 31, pelas 7 horas da tarde, rendeu a alma ao Creador.

Embalsamado o corpo, foi em 2 de Agosto conduzido para a sala grande do palacio do quarto novo. Em 3 celebrou o Prelado officio solemne de corpo presente com cinco absolvições. Ás 9 horas da noite foi o novo Rei D. José com os Infantes, seu irmão e tios, lançar agua benta sobre o ataude, com as cortesias do estylo; depois do que, sahiu o feretro em grande pompa até S. Vicente de fóra.

Ia o cortejo na seguinte fórma:

Rompiam a marcha seis porteiros da cana a cavallo; seguiam-se os dois corregedores do crime da Côrte; depois os titulares e outros fidalgos que exerciam officios na Casa Real; depois os grandes; os presidentes dos tribunaes; o Duque Regedor; os cantores, capellães, beneficiados, e conegos da Basilica Patriarchal, todos a cavallo, e entoando psalmos; logo depois, tambem a cavallo, o Marquez de Gouvêa, Mordomo-mór. A este seguia-se, todo coberto de panos de lucto, o coche magnifico onde ia o caixão, rodeado de moços da camara com tochas accezas. Atraz do coche ia o Marquez de Marialva, Estribeiro-mór, a cavallo; depois o Capitão da guarda alleman D. Manuel de Sousa; seguia-se o coche de estado, todo envolvido em lucto; e emfim os soldados da guarda em duas alas, ladeando os coches.

Tal foi a ultima homenagem publica presenceada pelo paço da Ribeira ao brilhante Monarcha D. João V[1].

1 Veja-se a *Gazeta de Lisboa* de terça feira 11 de Agosto de 1750 (n.º 32 do anno).

CAPITULO XX

Succede no throno de seus maiores el-Rei D. José.—Descripção minuciosa do paço da Ribeira por um anonymo antigo.—Obras emprehendidas por este Rei.—Reside no torreão do Forte.—A sala dos Embaixadores.—O theatro da Opera no paço.—Relance a algumas representações theatraes na antiga sociedade alta.—O architecto Bibiena edifica o theatro novo d'el-Rei D. José.—O architecto Azzolini.—O theatro da Ajuda.

EL-REI D. José, succedendo no throno a seu pae, nunca imaginou que, cinco annos andados, todas aquellas grandezas, accumuladas por D. Manuel, D. João III, D. Sebastião, o Cardeal, os Filippes, D. João IV, D. Affonso VI, D. Pedro II, e D. João V, e augmentadas por elle proprio, haviam de parar em nada! Todas aquellas opulencias haviam de aluir, alagar-se de terriça, arder, sumir-se para sempre!!....

Camillo Castello Branco, por quem ainda andam de lucto as Lettras portuguezas, publicava em 1874 nas suas preciosas *Noites de insomnia* extractos de um manuscripto que achou, e cujo autor infelizmente se não nomeia, onde um erudito do seculo XVIII consignava em termos minuciosos a descripção do paço em tempo d'el-Rei D. José. «É a mais detida descripção que ainda vimos»—diz Camillo.

Oiçâmos pois esse tal autor anonymo, que parece ter conhecido de perto o edificio, e com os seus pormenores nos vinga do silencio de outras testemunhas oculares.

Segundo tão bom informador, continha o edificio dentro em si tres grandes quadras, ou pateos, com galerias á volta.

Ha na minha collecção de estampas um plano antigo, que perfeitamente designa todas as tres quadras.

A quadra que ficava junto da egreja patriarchal, chamada «pateo da Capella», era rodeada de arcadas com largas janellas no andar superior. Por baixo das arcadas (como hoje em Paris no *Palais-Royal*) abrigavam-se lojas de tudo quanto se podia imaginar precioso, até oiro, e diamantes. Logo voltarei a falar d'isso tudo.

D'este pateo communicava-se por um vasto portico voltado ao Sul, com outra quadra sobre o comprido, não menos rodeada de galerias, e tambem com lojas ricas; sobre essa galeria caíam as janellas do chamado «quarto da Rainha». Ao pé erguêra el-Rei D. João V a alta e majestosa torre de marmore, com dois sinos para os quartos de hora, e outro de timbre mais grave para as horas. Já o leitor me ouviu ha pouco falar d'essa torre.

Sobre a Ribeira das naus edificára o mesmo Soberano outra ala chamada «quartos dos Infantes», e terminada ao Poente por uma formosa varanda, ou terrado, gradeada de balaustres de marmore primorosamente lavrado, sobre cujos pilares se assentavam, de onde em onde, vasos de jaspe cheios de murta e flores. Tudo (está-se a perceber) no mais apurado estylo da era.

Toda a fachada oriental do palacio, isto é, a que dava sobre o terreiro do Paço, era occupada por uma espaçosissima galeria, que pegava pelo lado do Sul com o magnifico pavilhão denominado «o Forte», obra de Filippe Terzi por ordem de D. Filippe II. É essa justamente a galeria a que allude Sousa, e que partia «do canto da Torre que fica da parte do rio, até ao outro canto da varanda de pedraria que fica da parte da terra» (palavras d'elle)[1].

[1] *Hist. Gen.*, tomo VIII, pag. 16.

Diz mais o anonymo redactor do manuscripto de Camillo, que se tinha delineado fechar com o mesmo risco toda a praça em volta, com outro pavilhão fronteiro, no sitio da Alfandega. Nunca vi esta noticia, mas é curioso notar como esse plano veiu a realisar-se, graças ao lapis de Eugenio dos Santos de Carvalho, e ao quero-posso-e-mando do Marquez de Pombal.

Contigua a este lanço (diz o manuscripto) corria uma varanda de arcos que dava serventia para a *sala dos Tudescos*. Essa varanda de arcos, era a mesma que Sousa chamou ha pouco *varanda de pedraria*, e que apparece em todas as estampas do tempo. A sala dos Tudescos era o que é hoje no paço d'el-Rei a sala dos archeiros, ou a primeira sala, onde se acham os archeiros, successores da antiga guarda tudesca, ou alleman, e que veem em alas bater com o conto das alabardas no chão, á entrada de cada visitante de cathegoria.

Essa *varanda* communicava com «outro quarto, não menos majestoso, com suas galerias, cirados, e torreões»; ahi assistiam habitualmente os Infantes, irmãos ou filhos dos Reis, e em 1754, quando o autor escrevia, servia este quarto de residencia á Rainha-mãe, a senhôra D. Maria Anna de Austria. Havia ahi «grandes e preciosas antecamaras, com tapeçarias e moveis inestimaveis, e pinturas dos mais insignes autores», observa o nosso bom chronista.

Residia el-Rei D. José, como alguns dos seus predecessores, no torreão filippino chamado «do Forte»; era este torreão a melhor habitação de todo o palacio. «As suas antecamaras, salas, e gabinetes, encerram —diz o autor— o mais precioso que póde a terra dar, porque as tapeçarias de oiro, prata, velludo, damasco e outras sedas, quadros de admiraveis pinturas, e toda a mobilia, dão a conhecer a soberania da Majestade que o occupa». Que pena não ter querido descer a mais pormenores topographicos!

«A casa dos Embaixadores —continua o relator— é a melhor da Europa.»

(Ficava no segundo andar do torreão.)

«Ha n'este palacio uma notavel Bibliotheca, constante de muitas casas de livros, com manuscriptos, os mais raros; e, sem duvida —pondera elle— se estivesse em ordem, como as bibliothecas do Vaticano, e d'el-Rei de França, e da Sorbona, não lhes seria inferior; para o que, muito concorreu a curiosa applicação e magnifica despeza do senhor Rei D. João V, mandando comprar fóra consideraveis collecções.»

Continuemos a escutar este bom informador:

«Para o lado do rio —prosegue elle, em 1754— tem este palacio um bello jardim com grande eirado, com viveiro abundante de todo o genero de aves raras, especialmente pombas e rolas de varias castas. Não se póde dar mais aprasivel espectaculo no mundo, que a vista d'este jardim sobre o mar.»

(Quem tal crerá hoje!!)

«O senhor Rei D. João V accrescentou outro quarto a este palacio: é o que fica no largo da Patriarchal, e corre até ao theatro da Opera. Consta este augusto edificio de varios corpos e muitas galerias, todas de apuradissima arte, obra do famoso architecto Frederico – (Frederico Ludovice),— em que os marmores apostam duração com a eternidade.»

(Vaidades humanas. Poucos mezes andados, essa *eternidade* mostrava o que valia.)

«Dois lanços d'este quarto abrem para o largo da Patriarchal, e em meio de cada um avulta um portico grandioso, levantado em grossas columnas marmoreas, com capiteis corinthios excellentemente folheados.»

(Póde o curioso cotejar esse periodo com a gravura de Le-Bas que representa as ruinas da Patriarchal.)

«Todo o restante d'este primoroso edificio é feito de polidissima cantaria, com formosos lavores e remates, com oculos romanos na cimalha, que lhe dão graça e belleza. O saguão que vai do largo da Patriarchal, e atravessa este quarto para a *Campainha*, é a melhor peça de arte d'esta Cidade, porque as quatro columnas de jaspe que tem na frente de duas escadas lateraes, são perfeitissimas no trabalho dos lavores[1].»

Agora duas palavras sobre o theatro da Opera do paço da Ribeira.

N'este paço Real, que viu os autos de Gil Vicente, nunca esfriou o gosto das representações e dos entretenimentos analogos. Depois da Restauração de 1640 houve no *salão da musica* muitos concertos a que assistiu a Côrte. Em festas dos seguintes reinados celebrou-se com lindissimas *serenatas* dos mais peritos mestres de capella o anniversario de tal Pessoa Real, ou a noticia de tal victoria contra as armas castelhanas ou hollandezas. No tempo do senhor D. João V, já mencionei os theatrinhos de sala, em que umas vezes as damas do paço, outras os artistas de profissão, mandados vir de Italia, representavam vistosos dramas allegoricos, com grandes *tramoias* (como se dizia), ou com lindissimo e complicadissimo scenario (como diriamos hoje).

Quando cá veiu em 1728 o Marquez de los Balbazes, D. Carlos Spinola de la-Cerda, pedir a mão da nossa Infanta D. Maria Barbara para o Principe das Asturias, deu o paço da Ribeira sumptuosas festas. Na noite da recepção do Embaixador houve fogos de vistas espantosos no terreiro do Paço, e concerto no quarto da Rainha; e n'uma antecamara tinha-se levantado um palco para os musicos[2].

Acha-se menção de varias festas theatraes na alta sociedade da Lisboa antiga. Exemplo: o Embaixador do Rei D. Carlos II de

[1] Camillo Castello Branco—*Noites de insomnia*, n.º 8, Agosto de 1874.

[2] *Hist. Gen.*, tomo VII, pag. 390.

Castella, Marquez de Castel-de-los-Rios, D. Manuel de Semenat y de Lanuza, celebrou esplendidas funcções dramaticas em sua casa; elle proprio compunha os versos, e seus filhos representavam. Na ultima festa deu-se a comedia *El mejor escudo de Perseo,* allegorica ás armas das Quinas dadas por Christo ao nosso primeiro Soberano[1].

Alem d'este Embaixador estrangeiro, occorre-me o nosso Marquez de Marialva, D. Diogo, que em 22 de Julho de 1713, para celebrar o 22.º anniversario de sua mulher, a Marqueza D. Joaquina Maria Magdalena da Conceição de Meneses, senhora da Casa, celebrou no seu palacio do Loreto (os faladissimos *casebres,* hoje praça de Luiz de Camões) um sumptuoso baile acompanhado de representação theatral, festa aristocratica memorada por Thomaz Pinto Brandão[2].

Tudo isso prova o gosto que tivemos sempre aqui pela musica. «D'este bem fomos enriquecidos — diz Coelho de Figueiredo — no meio do seculo passado, e já antes, ouvindo aqui os melhores musicos que se conheceram na Europa, e a mais completa orchestra que tinha Soberano algum[3]».

Andava no ar da Côrte o desejo, a necessidade artistica, de se possuir cá edificio apropriado; e não acabo de entender como é que D. João V resistiu á tentação de deixar vinculado o seu nome a esse brilhante melhoramento. Um theatro edificado por Elle! que maravilha! some-te pela terra dentro, theatro de Versailles!

Coube ao filho realisar a ideia; e logo depois de 1750 mandou fazer uma casa de espectaculo no Torreão da Casa da India (o Forte, que o leitor já conhece). Ahi cantaram actores italianos mandados vir de proposito. O theatro era porém provisorio[4].

---

1 *Hist. Gen.*, tomo VIII, pag. 448.

2 *Pinto renascido,* pag. 312.

3 Notas ao *Theatro de Manuel de Figueiredo,* tomo XIV, pag. 441.

4 «..... Musicos e actores, que vieram de Italia depois de 1750 para o primeiro theatro que o senhor Rei D. José I mandou fazer no Torreão da Casa da India.» Francisco Coelho de Figueiredo — Notas ao *Theatro de Manuel de Figueiredo,* tomo XIV, pag. 555.

Foi em 1753, sob o desenho do Italiano, architecto decorador, João Carlos Bibiena (ou Bibiani), que o Rei levantou um theatro novo, no outro extremo do seu paço, para as bandas do que é hoje a nossa rua do Arsenal. N'esse anno inaugurava-o a Côrte em grande gala.

O edificio, como é de suppôr, era magnifico, mas «acharam-lhe os curiosos duas frialdades – conta Coelho de Figueiredo —: ser a platêa muito comprida, e sem aquella graça que teve o de Salvaterra, que, sendo mais pequeno, teve tanto em seu logar as proporções, que de qualquer parte se lograva bem a scena, o que não succedia no grande theatro. A segunda, que insensivelmente se achavam os espectadores distrahidos, com os olhos na riqueza da casa, que era branca, e muito oiro em ornatos, esquecendo-se da scena[1]».

O já mencionado Bibiena, que parece ter-se achado bem com o nosso clima, o nosso céo, a nossa vida, a nossa gente, mandou vir de Italia o architecto e pintor decorador Diogo Azzolini para o auxiliar nas pinturas e scenographias do theatro Real da Opera. Em 1767 trabalhava este ultimo nas decorações do theatro Real da Ajuda, até 1787 anno em que falleceu[2].

Do theatro Real do paço da Ribeira fala ainda o autor da narração incluida nas *Noites de insomnia*; e diz, descrevendo a terceira das quadras interiores do vasto edificio do paço:

«Para o lado do theatro da Opera fórma este quarto uma quadra pequena, com sumptuosas galerias, para a qual se entra por um grande vestibulo fronteiro á Patriarchal; mas a serventia ou passagem para o theatro é a mais arrogante e majestatica obra de Lisboa. Aqui os marmores são de maneira cinzelados, que nem a cera seria capaz de mais tenues arabescos. A natureza é vencida pela arte, porque os bustos, as carrancas, os festões, os relevos, os capiteis, os frisos, as folhagens, são coisa tão prodigiosa, quanto é mais de assombrar a qualidade de pedra tão rija para impressões tão delicadas.»

---

[1] Notas ao *Theatro de Manuel de Figueiredo*, tomo XIV, pag. 412.

[2] Cyrillo—*Mem.*, pag. 190, citado no *Dict.* de Raczynski.

Tudo isso é o lado do enthusiasmo e do encomio; oiçâmos tambem as reprehensões. Havia-as, é certo. O Bispo do Pará, nas suas *Memorias*, lamentando os milhões que Portugal dispendia em apparatos, concede que el-Rei D. José tenha um theatro e se divirta; mas reprova com toda a energia que se dê de ordenado a um cantor do theatro regio, como se deu a um tal Egipcielli, trinta e seis milheiros de cruzados (14 contos e tanto!)!!

«Não condiz com um reino que S. M. achou na ultima miseria, vendo-se na edade de ferro, podendo aliás seu pae fazer que elle vivesse na edade de oiro; e não havendo este de sobejo, —(são tudo palavras do Bispo)— não se póde, nem deve, sustentar a magnificencia, o esplendor, e o gosto de um theatro com uma orchestra soberbissima, respeitada pelos Embaixadores estrangeiros como a primeira do mundo.....

«Haja concertos de musica; mas quem não póde ter orchestra de quarenta e oito instrumentos, tenha-a de dezasseis[1].»

Depois d'aquellas narrações, rapidas mas fidedignas, e d'estas apreciações, que na sua mesma severidade estão confirmando o esplendor das representações da Côrte, convido o leitor a deitar os olhos á gravura de Le Bas, que representa a *ruina* completa do theatro da Opera depois de 1755. Desenganos d'este triste mundo.

Sim, o theatro do paço da Ribeira veiu de todo a baixo com o terremoto; mas o gosto dos Soberanos por esse genero de divertimento continuou. Que o diga o theatro do paço da Ajuda (o paço *velho*, o abarracado, e não o actual), onde tantas operas se representaram! Em 17 de Novembro de 1772 lá esteve Twiss, e deixou engraçados pormenores do serão Real. Dava-se a opera *Ezio* de Metastasio; a orchestra era excellente. Senhoras, não assistiam ao espectaculo, a não serem as damas da Rainha; actrizes não havia;

[1] *Memorias* de Frei João de S. Joseph Queiroz, Bispo do Grão Pará, com introducção e notas de Camillo Castello Branco, pag. 184.

eram substituidas por homens *educados* desde creanças para esse mistér de tiples; «et l'illusion est parfaite» — diz o viajante[1].

Durante todo o espectaculo conservavam-se os assistentes no mais profundo silencio. Nos intervallos ninguem voltava as costas para a Familia Real. Junto á tribuna do Soberano havia um pequenino camarote, onde se achava, sósinho, o Cardeal Patriarcha! As entradas eram gratuitas; admittia-se todo o sujeito bem vestido[2].

Etiquetas diversissimas das de hoje, e que nos dão a norma, creio que exacta, das que certamente se observavam na Opera do paço da Ribeira.

Os actores italianos (bons musicos, é de crer) mandados vir de proposito por el-Rei D. José para o seu primeiro theatro, o provisorio, o do Forte, de que acima falei, traziam comsigo familias. As creanças d'esses artistas, já creadas no gosto da arte, representaram de 1754 para 1755 no theatro do Bairro-alto. «Estas creanças — diz Coelho de Figueiredo — sabiam perfeitamente de cór os seus papeis, entravam no caracter que representavam, e na acção, como entraria o Poeta e as pessoas instruidas e de muita malicia..... parecendo que as creanças tinham a malicia e o conhecimento que expressavam. Entre esses actores fazia uma distincta figura uma menina, que apenas se fazia entender[3]».

Tambem tivemos isso ha poucos annos em Lisboa no Gymnasio: uma actriz italiana de oito ou nove annos, prodigio de talento, victima de trabalho precoce. Executava papeis amorosos com um fogo e uma verdade tão bem fingida no gesto, na expressão do rosto e da voz.... que era um horror! Como tudo que é anti-natural, aquella pobre creança desagradava a poder de agradar. Era um fructo verde, amadurecido entre algodão, e a dedo. Fazia arripios o pensar sequer no fim prematuro que esperava aquelle aborto.

---

[1] *Voyage en Esp. et en Port. en 1772 e 73*, pag. 10.

[2] *Ibid.*, pag. 12.

[3] *Theatro de Manuel de Figueiredo* — annotações de Francisco, no tomo XIV, pag. 555.

Era um triste arlequim do sentimento, um macaco sublime da vida humana. Reflectia a existencia, sem a comprehender.

Tornando-me ao segundo theatro da Opera d'el-Rei D. José, deixarei aqui as medições exactas:

Desde um beco que ali havia, chamado «da Fundição» (vestigio certo da officina da antiga Casa da Moeda, e a que logo alludirei), até ao Arco do Oiro, tambem chamado por ultimo «Arco da Ribeira das naus», e que logo estudaremos, tinha o theatro cento e oito varas, quatro palmos, e quatro decimos de palmo[1].

[1] Tombo da Cidade.

CAPITULO XXI

Entra-se com o leitor no chamado pateo da Capella.—Observação de um transeunte.—Preceitos do *Anatomico jocoso*.—Os *capellistas*.—A Patriarchal destruida pelo terremoto grande.—Suas varias transferencias.—Providencias dos governantes.—Incendios.—É apanhado o incendiario.—O largo da Patriarchal queimada.—Seus embellezamentos nos tempos modernos.—Conclue-se o estudo do celeberrimo paço da Ribeira destruido em 1755.

Ao escutarmos o anonymo escriptor apresentado ao publico pela mão de Camillo, ouvimos-lhe mencionar tres *quadras* contidas no recinto do paço, e ouvimos-lh'as descrever. A primeira era o «pateo da Capella»; sobre a segunda caíam as janellas do «quarto da Rainha»; a terceira, a que já me referi, era para o lado do «theatro da Opera», e entrava-se para essa quadra por um vestibulo fronteiro á Patriarchal.

Duas palavras mais sobre o pateo da Capella.

Assim o descreve a *Relação* de 1626:

> ..... um grande pateo
> todo lageado de pedras,
> figura quasi quadrada,
> mas não de quadra perfeita[1].

Em volta eram arcadas ou porticos, dentro nos quaes muitos lojistas vendiam ao publico uma infinidade de variadissimas mercadorias[2]. Ali, porém, elles só tinham as fazendas; não habitavam; á noite fechavam as lojinhas, ou logares, e íam ficar a suas casas.

---

[1] *Relação em que se trata*, etc.

[2] «Sous lesquels quantité de marchands débitent tout ce que le commerce peut fournir de plus rare en marchandises.» *Description de la ville de Lisbonne*, pag 11.

Uma vez, passando no pateo da Capella um homem, e vendo o acanhado das lojas, disse:

— Então os donos moram aqui? n'estes agulheiros!?

Foi-lhe respondido que não; e exclamou o tal:

—Oh que gente nescia! de dia sem mulher, de noite sem fazenda![1]

Pois a fazenda d'esses mercadores era importante; ali encontrava-se todo o genero de alfaias preciosas, coisas de fóra, objectos de adorno; era um não acabar. Já um seiscentista menciona

> as varias mercadorias
> que dentro nas ricas tendas
> de diversas invenções
> ha no pateo da capella[2];

e o *Anatomico* cita, como capellistas de nomeada no seculo XVIII, Francisco Cardoso, Manuel de Moura, e Manuel da Fonseca.

Era o pateo da capella Real passeio muito habitual da senhora elegante. Nos muitos e variadissimos conselhos que lhe dá o engraçado *Anatomico jocoso*, está este:

«Por nenhum modo falte em ir de vez em quando á rua Nova, e á Capella, a correr todas as lojas (ainda que nada compre). E tambem na rua dos Ourives fará o mesmo; mas no tempo principal, que é nas antevesperas das Endoenças, vá em todo o caso á Capella refazer-se de fitas, leques, signaes; e seja tudo comprado na loja de Francisco Cardoso, ou de Manuel de Moura, e lhe venderão tudo com notavel encarecimento do genero.»

Continua o autor por estes termos, onde, debaixo do papellinho recortado e doirado do epigramma, se estão a perceber muitas verdades da Lisboa velha:

«Faça sempre n'esta funcção das Endoenças alguma peça nova, ou manto de lustro, ou sáia de crespos de Lamego, ou guarda-pé de algum modo moderno; e seja a seda da loja de Manuel da Fon-

---

1 Supico, *Coll. de apopht.*, tomo I, pag. 307.

2 *Relação em que se trata*, etc.

seca, que se não acha lá mais que aquelle córte, de uma peça que foi para o paço; e não deixe de dizer isto ás amigas com quem se visitar.

«Tambem a aia não falte em deitar sapatos novos, e umas luvas de pallas, que foram de sua ama, e um bocado de fita de tela já usada, a qual porá no collarinho da camisa, que a isto chama-se bigode (que tal monstruosidade fazem as modas, que põem bigodes nas mulheres[1]!)»

Como aquelles mercadores tinham as suas lojas no pateo da capella Real, chamava-lhes o povo *os capellistas*, e ás suas lojas *capellas;* denominação já antiga, e usada antes de 1551 quando Christovão Rodrigues de Oliveira escrevia o seu *Summario*. «Mercieiros, que estão em Capellas, —diz elle— trinta e seis[2].»

Na reconstrucção da Baixa pelo Marquez, todos esses mercadores do genero *de capella*, termo consagrado pelo uso, e ainda agora em pleno vigor, ficaram arruados na rua Nova d'el-Rei, ali ao-pé; mas prevalecendo o costume da designação, tirou d'elles nome a propria rua, e ficou «dos Capellistas». Hoje ha *capellistas* em todos os bairros da Cidade, e nem sequer suspeitam a origem do seu titulo: a capella Real do paço da Ribeira!!

Essa capella Real, constituida, como já disse, Patriarchal Lisbonense, e muito augmentada em alfaias e privilegios nos dias d'el-Rei D. João V, encerrava, só á sua parte, um mundo de valores ao tempo do terremoto.

«Que riquezas não continha a Santa Egreja Patriarchal, —exclama o mil vezes citado Moreira de Mendonça na sua *Historia dos terremotos*— em que se não via senão prata e oiro, que sendo

[1] *Anatomico jocoso*, tomo 1, pag. 80 e 81.

[2] Edição de 1755, pag. 115.

muito o valor do seu peso, era inestimavel em muitas peças o seu feitio»[1]!

Em Abril de 1751 demoliu-se o edificio do thesoiro da Capella, acima mencionado, construido por el-Rei D. Pedro; foi quando el-Rei D. José concedeu as casas e o sitio da Calcetaria ao Collegio dos Principaes da Patriarchal, para ahi estabelecerem o tribunal da Congregação da administração da fazenda e thesoiro patriarchal[2].

Alem das riquezas d'esse thesoiro, quantos bellissimos quadros, nacionaes e estrangeiros, não opulentavam aquellas paredes! Só Vieira Lusitano, á sua parte, lá tinha muitas télas, que elle proprio enumera com certa minucia[3]. Trabalhou para o bispo.

*

No 1.º de Novembro de 1755, achavam-se no côro, que era ao meio do templo, as varias Dignidades acabando de resar terça antes da Missa, quando rebentou a catastrophe. O terror foi indescripivel; e deram se circumstancias verdadeiramente horrorosas. Quizeram todos fugir; o tropel ás portas tornou-se medonho; e pessoas houve, que, pensando evitar maiores males, se atiraram das janellas ao pateo, ficando estropiadas. Em summa: o que ali se presenceou, e por Lisboa inteira, não tem descripção; e é probabilissimo que, a não estar a Familia Real então ausente n'uma das suas casas de campo no sitio de Belem, e o Infante D. Manuel nas Necessidades[4], houvesse que lamentar interrupção forçada na Dynastia de Bragança.

Suspendeu-se uns dias o serviço dos officios rituaes na Patriarchal; assim devia ser: houve fugitivos, houve feridos, e houve mortos.

De alguns trechos da correspondencia trocada entre o Cardeal e Sebastião José de Carvalho, se percebe terem surgido entre esses

---

1 Pag. 141.

2 João Baptista de Castro — *Mappa*, no sitio em que trata da capella Real.

3 *O insigne pintor*, pag. 422.

4 Moreira de Mendonça — *Hist. dos terrem.*, pag. 119.

dois magnates, e talvez até entre os ministros da Basilica e o seu Prelado, uns longes de divergencia quanto ao templo que houvesse de escolher-se como temporario successor da destruida Patriarchal. Em seu Aviso de 22 de Novembro seguinte á derrocada, lembra Sebastião José ao Cardeal Patriarcha a egreja do Menino Deus junto ao Castello, declarada em bom estado pelos technicos. Passam dias, e em 28 escreve outra vez Carvalho ao Cardeal lembrando-lhe a egreja do Convento dos Loyos no Beato Antonio, e rogalhe dê sem demora as suas ordens no sentido de se estabelecer lá quanto antes o serviço da Basilica.

Em 30 responde o Cardeal, com um tom de vago azedume apenas reprimido, observando que esta ordem de 28 vem destruir a de 22; que, para cumprir a primeira, já elle Prelado encetára trabalhos, que ficam inutilisados com a resolução nova; e que, pelo que respeita ao convento dos Loyos, seria menos boa a escolha, attendendo á distancia, attendendo a que os ministros da Basilica perderam tudo, attendendo a que não podem ir duas vezes por dia de Lisboa ao Beato, e attendendo a que lá não se encontram casas bastantes para elles alugarem, no caso de quererem ir residir perto da sua provisoria egreja.

N'este ponto apparece uma representação do corpo camarario da Basilica, declarando a el-Rei que a egreja do Menino Deus é inacceitavel, por exigir certas obras, não pequenas, ao passo que S. Bento dos Loyos seria sitio optimo, já pelo perfeito estado do convento, já pela facilidade que no Beato havia de achar accommodações de aluguel para todos!

Triumphante com esta declaração (muito provavelmente suggerida e exigida pelo futuro Marquez de Pombal), dirige-se este de novo ao Patriarcha, e diz: tanto não seria incommoda aos ministros da Basilica a residencia no Beato Antonio, que elles proprios a pediram; portanto urge collocar no Beato a séde, embora provisoria, da Patriarchal lisbonense.

E ainda assim, o Cardeal resistiu. Querem saber como? (Tambem houve quem se atrevesse a resistir ao omnipotente Ministro.)

Constou-lhe achar-se disponivel, e em bom estado, a ermida de S. Joaquim e Sant'Anna no palacio dos Marquezes de Abrantes ao

Calvario[1]; para lá se transferiu, por immediata ordem de Sua Eminencia, o serviço patriarchal.

Era templo acanhado, de certo, como ainda hoje se vê, para as liturgias trabalhosas d'esta Egreja Lisbonense. Ahi comtudo se reuniram os Principaes, Monsenhores, Conegos, Beneficiados, etc., resando, por turmas, pela primeira vez, as vesperas da Conceição. Mas no dia 21 de Dezembro, estando-se ás Matinas, sentiu-se outro abalo que apavorou extraordinariamente aquelles ministros; em consequencia do que, erigiram logo um altar no jardim do palacio, e ahi concluiram as suas obrigações do dia. Assim proseguiram no dia 22 e no dia 23, até se armar uma barraca em melhor sitio do mesmo jardim, onde em 24 se começou a officiar.

E o senhor Patriarcha? esse, que era D. José Manuel, da Casa da Atalaya, viu-se expulso do seu lar pelo fracasso inesperado, e abarracou (como muitissima outra gente de todas as cathegorias) no sitio de Campolide, algures; d'ahi datou algumas peças officiaes, que existem.

Tendo-se por incapaz do seu provisorio destino a mencionada ermida de S. Joaquim, pensou-se muito á séria na transferencia dos actos religiosos para algum dos templos poupados pelo tremor de terra. Occorreu a egreja de S. Bento.

Mandou o Prelado ao Engenheiro Tenente Coronel Carlos Mardel que informasse no caso; e Mardel entendeu que a installação da Patriarchal em S. Bento era facil; deu conta de tudo ao Prelado em 16 de Novembro, e este enviou-o conferenciar com o primeiro Ministro. A conferencia não se realisou, por causa da muita lida do talentoso Engenheiro da Casa da Moeda, mas existe a sua informação por escripto. Pelo que, logo em 17 Sebastião José de Carvalho deu auctorisação ao Prelado para a conveniente transferencia, sendo as despezas feitas pelo cofre da fabrica, incluindo os soccorros pecuniarios (por conta dos vencimentos futuros) aos membros do Clero patriarchal, de todo falhos de vestuario, casa e ali-

---

1 Na rua hoje ainda chamada *de S. Joaquim*, que principia no extremo da rua de Alcantara, e finda ao poente na Junqueira.

mento! O resolvido se communicou ao Rev.do D. Abbade Geral dos Bentos.

No dia 18 Eugenio dos Santos de Carvalho, Capitão de Engenheiros, e architecto que veiu a ser da reedificação da Capital, procurou o Patriarcha, e expôz-lhe a sua opinião, diversa da de Mardel quanto á solidez das paredes de S. Bento. Segundo elle, eram precisas obras. O Prelado enviou-o ao grande Ministro, que auctorisou reforço em certa parede da capella mór, etc. Houve alguns attritos e divergencias de opinião na Congregação camararia e nos mestres consultados; e como, por esses motivos, se fosse espaçando a sobredita transferencia da Patriarchal, com grave incommodo dos ministros religiosos, e desgosto do publico, baixou um officio energico de Sebastião José, em 2 de Dezembro, ordenando sem demora a installação em S. Bento.

E ainda assim, nada se fez. Os Principaes lembraram, em vez de S. Bento, outro edificio. Vejamos.

No sitio em que verdeja hoje o lindissimo jardim da praça do Principe Real, era um ermo (como quasi tudo em volta) onde o Conde de Tarouca tinha principiado a edificar um grande palacio para si. Bellos ares, lindas vistas de Tejo e campo, largueza para se alastrar; tinha tudo aquelle alegrissimo alto da Cotovia (como se dizia então). Chamava o povo a essa grande obra principiada «Obras do Conde de Tarouca»[1]; e a area occupada pelo que já se erguia sobre os fortes embasamentos media 326 palmos em quadro[2].

Adaptou-se a obra ja feita ao novo destino de Basilica Patriarchal. As divisorias eram frontal; concluida uma casa, levantou-se ahi um altar, e Monsenhor Carlos Pery de Linde celebrou a ceremonia da benção em 16 de Junho de 1756.

Ora de 18 de Maio de 1756 apparece um aviso de Sebastião de Carvalho, approvando a transferencia da Patriarchal, «do quintal da Ermida de S. Joaquim, em que existe, —dizem as palavras formaes do aviso— para as tres casas que se fabricam, pertencentes

[1] Allude-lhes de passagem Francisco Coelho de Figueiredo no *Theatro de Manuel de Figueiredo*, tomo XIV, pag. 21 e 603.

[2] João Baptista de Castro—*Mappa*, 3.ª ed., tomo III, pag. 119.

ao edificio de madeira, destinado para a mesma Patriarchal no sitio das Obras do Conde de Tarouca»; palavras de irrecusavel exacção, que parecem estar em desaccordo com João Baptista de Castro. Com effeito, diz este admiravel compilador, que logo depois da benção começaram ali os officios divinos, e continuaram até 8 de Junho de 1757, em que se achava concluida a egreja nova. Tudo se póde harmonisar, segundo creio: os officios do Cabido continuavam em S. Joaquim, e já nas obras de Cotovia havia culto desde Junho de 1756.

Com effeito, a procissão do Corpo de Deus realisou-se n'esse anno com grande esplendor, saindo do edificio construido á pressa nas obras do Conde; e como em volta eram campos, traçaram-se de relance algumas serventias que o prestito havia de atravessar. A proxima rua ainda hoje chamada *da Procissão* (até que um dia a Camara entenda dever chrismal-a), é vestigio do giro então seguido pela pompa religiosa. O meu amigo José Gomes Goes, cuja memoria era riquissima, disse-me uma vez ter visto em certa escriptura designado um predio que confrontava com a *Rua da Procissão do Corpo de Deus*. Tudo isso joga muito bem com o referido aviso de 18 de Maio, onde se lê:

«Pelo que respeita ao gyro que ha de fazer a Procissão, se acha instruido o dito Arquitecto, por planta que o mesmo Senhor —(el-Rei D. José)— approvou, conforme admitte o sitio..... e a conjunctura presente, para *não* impedir as serventias da Igreja, e para facilitar os preparos das ruas[1].»

A egreja nova constava de tres naves; a principal media 40 palmos de largo; as outras duas, 18; de comprimento 171 palmos até á capella mór, que tinha 30 palmos de largura e 40 de comprido. Era ahi o recinto dos Principaes. O cruzeiro, muito cheio de luz, tinha um zimborio oitavado com 80 palmos de largura. N'esse cruzeiro abriam-se duas capellas, cada uma com 40 palmos de largo e 65 de fundo: a da banda do Evangelho continha a Eucharistia; a fronteira era dedicada á Senhora da Piedade. O corpo

[1] Amador Patricio—*Memorias das principaes providencias*, etc., pag. 204.

do templo tinha mais cinco capellas pequenas e uma grande a cada lado. D'estas maiores, a da banda da Epistola media 40 palmos de largo e 91 de fundo, e servia de Basilica; a sua fronteira, 36 de largo e 65 de comprido. Eram pois ao todo treze altares, afóra o da sacristia, e o da capella interior dos Monsenhores.

«Fizeram-se tambem vinte e quatro cubiculos — escreve Castro — para os Ex.mos Principaes, casas de paramentos para o Em.mo Patriarcha, casas da fabrica, da congregação, de thesoiro, de armarios, e para outras officinas precisas. Fizeram-se tres coretos para musica, uma tribuna para as Majestades, outra para as damas; e sobre o portico, ou atrio, da egreja, que consta de 36 palmos de largo, e 90 de comprido, ha outra tribuna, que occupa o mesmo espaço, a qual serve para verem d'ella as Majestades as funcções da egreja, e a procissão de Corpus-Christi.

«Em o angulo da parte do nascente, e dentro do recinto, ha de ficar a torre, que constará de duas ordens de sineiras, e no alto d'ellas, para firmeza da mesma torre, o sino grande, que escapou da ruina só com a perda de uma aza[1].»

Treze annos permaneceu ali a Patriarchal. No dia 10 de Maio de 1769, de tarde, rebentou em todo o edificio um incendio voraz, em cuja extincção trabalharam, denodados e dedicadissimos, os Frades de S. Pedro de Alcantara, conseguindo salvar muitos objectos valiosos. Como a Basilica ficava de novo sem casa propria, passou logo no dia seguinte a celebração dos officios a ser na egreja de S. Roque.

Foi então muito para ver a maneira nobremente resignada, por que o elevado espirito do Conde de Taroúca, proprietario do edificio incendiado, encarou o seu infortunio!

Sem se deixar abater por aquelle inesperado revéz, ergueu-se para Deus, e pediu á poesia, e ás suas crenças de christão, se não o esquecimento, ao menos a conformidade.

Existe felizmente o soneto de desabafo, composto pelo atribulado Conde n'aquella solemne conjunctura. Tem a melhor cabida

---

1 *Mappa*, 3.ª ed. tomo III, pag. 120.

n'este logar. Que formosa é a arte, quando se illumina do suave clarão religioso!

SONETO

Voraz incendio, horrivel instramento
de estrago, não me affijas! determino,
tolerando a inclemencia do destino,
disputar-lhe o favor co'o soffrimento!

Cruel ou brando, arrebatado ou lento,
erras por indulgente, ou por malino;
se obras como castigo, és mui benino;
se offendes como acaso, és mui violento.

Nada me altera o golpe exorbitante;
que em mim, ser venturoso ou desgraçado
produziu sempre effeito semelhante.

Mais me temo a mim mesmo do que ao fado;
receio tanto o excesso de constante,
que degenera o firme em obstinado[1].

No templo de S. Roque permaneceu a Basilica sete dias, passando para o convento de S. Bento (hoje as Côrtes). Deu-se ahi outro incendio na vespera do dia de Todos os Santos de 1771, desastre que felizmente pôde logo ser atalhado, conservando-se aqui a Patriarchal até 5 de Janeiro de 1772. Foi então transferida para S. Vicente de fóra. Terceiro incendio, que d'esta vez se ateou na capella historica de Nossa Senhora do Pilar[2].

Não sei em que se basearam as suspeitas, que apontaram sem remissão o antigo armador Alexandre Franco Vicente como autor d'este crime, e o indigitaram como causador dos incendios anteriores. Com effeito era esse homem quem arrecadava as chaves, e administrava todas as armações e paramentos; entre elles um docel de damasco carmesim, e outro roxo, ricamente franjados de

[1] Vem este Soneto a pag. 152 das *Memorias de D. Frei João de S. José, Bispo do Gran Pará.*

[2] *Gabinete Historico*, tomo x, pag. 128 e 129.

oiro. Ahi começariam os indicios, por se ter averiguado que as franjas tinham sido trocadas n'outras falsas. Foi então, que o Padre Prioste da Patriarchal mandou recado ao armador, chamando-o á sua presença; elle, em vez de comparecer, fugiu a unhas de cavallo para Faro. De Faro saltou para Ayamonte, na margem oriental do Guadiana; mas, tendo ordem de prisão emanada de Lisboa, foi capturado uma vez que tornou imprudentemente a apparecer em Faro.

Conduzido á Capital, acareado com testemunhas, confessou tudo: declarou ser o autor dos anteriores incendios, com o fito em encobrir os valiosos roubos que fizera. Tudo isso, com muitos pormenores, consta do *Gabinete Historico*, para onde remetto os curiosos[1].

Aqui basta saber, que esse sacrilego e relapso desgraçado foi, por sentença de 26 de Janeiro, e accordam de 28, d'este anno de 1773, condemnado a ser, com baraço e pregão, arrastado á cauda de um cavallo, e açoitado, e conduzido ao alto da Cotovia, onde amarrado a um poste o queimaram vivo, ahi, no proprio sitio do primeiro attentado.

* * *

Toda esta muito estirada e enfadonha narrativa veiu trazida pelo estrago que o terremoto de 1755 causou á Patriarchal no paço da Ribeira. E ainda não terminou a digressão:

O destroço do templo e officinas annexas deixou o alto da Cotovia, no sitio das Obras do Conde de Tarouca, um monte de entulho, que ali durou quasi um seculo. O povo chamava aquella grande extensão «largo da Patriarchal queimada» e tambem «largo das Pedras». Ali matavam-se porcos, construiam-se umas barraquinhas immundas, a cantaria era levada, hoje, amanhan, sabe Deus com que bullas; e onde tinha campeado com as suas sedas e os seus oiros a Patriarchal d'el-Rei D. José, faziam vazadoiro publico ainda em 1841!

---

[1] Tomo XVII, pag. 87 e seg.

Por Aviso de 26 de Março d'esse anno, prohibiu a Camara que se tornassem a atirar para ahi quaesquer detritos ou lixo, e determinou que para isso se fosse á rua dos Poisos a Campo d'Ourique[1].

Com o andar dos annos, viu Lisboa que tinha um commodissimo logradoiro desaproveitado.

Em Maio de 1852 o Vereador Conde de Rio Maior participa em sessão camararia aos seus collegas, que tinha empregado toda a gente de que podia dispôr na sua repartição, em terraplanar o largo da Patriarchal queimada[2].

Em Setembro seguinte, como andassem obras na Escola Polytechnica, permittiu a Camara á respectiva Junta administrativa o mandar lançar entulho no dito largo, comtanto que fosse só nos logares marcados pela administração da limpeza[3].

Em sessão de 14 de Janeiro de 1855 o Vereador Ayres de Sá Nogueira propoz se mandasse illuminar convenientemente o largo da Patriarchal, applicando se para tal fim os candieiros que de varios sitios se tinham tirado[4].

Em sessão de 11 de Agosto determinou a Camara mandar collocar n'esse largo, já então chamado «praça do Principe Real», os candieiros necessarios[5].

Em sessão de 16 de Agosto de 1859 foi lido um relatorio do engenheiro Carlos Pezerat ácerca da vistoria a que tinha procedido com os engenheiros da Companhia das Aguas para a construcção de um grande repuxo sobre o reservatorio excavado na praça do Principe Real. Foi approvada a planta[6].

Em sessão de 1 de Fevereiro de 1864 o Vereador Lopes dos Anjos obteve a auctorisação que pediu para collocar na mesma praça trinta bancos[7].

1 *Collecção de providencias*, etc., em 1841, pag. 170.
2 *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa*, em 1852. pag. 36.
3 *Id.*, pag. 82.
4 *Annaes do Mun. de Lisboa*, anno de 1856, n.º 1, pag. 5.
5 *Id.*, n.º 10, pag. 75.
6 *Id.*, 1859, n.º 48, pag. 393.
7 *Arch. Mun. de Lisboa*, 1864, n.º 215, pag 1716.

N'esse mesmo mez andava-se construindo a escadaria que liga a orla occidental do largo com a rua da Procissão, fazendo desapparecer uma ribanceira.... demasiado pittoresca em meio de uma cidade.

Páro aqui; mas não pude deixar de enfeixar essa serie de noticias, que todas veem a proposito da Patriarchal destruida pelo terremoto no terreiro do Paço.

Duas palavras mais sobre o palacio em si mesmo, e vou concluir.

O terremoto deixou feito um montão de destroços o vasto paço da Ribeira, e o incendio subsequente acabou de destruir preciosidades sem conto. Faz pavor considerar o que ali se perdeu!

Aquelle edificio, que el-Rei D. Manuel tinha erguido sobre os opulentos armazens da Casa da Mina, e acrescentado com tanto gosto; aquelle paço mariabo, onde elle habitou com as suas tres Rainhas e seus filhos; aquella casa de familia, tão consideravelmente augmentada por el-Rei D. João III, e habitada por elle, pela Rainha D. Catherina, e pelos Reis D. Sebastião, D. Filippe I em 1581, D. Filippe II em 1619; essa importante casa, a melhor do Reino, em que moravam os Governadores, o Cardeal Archiduque, e a Duqueza de Mantua; esse palacio, tão melhorado pelo senhor D. João IV, e por seus filhos D. Affonso e D. Pedro; esse ninho, que o magico D. João V transformou n'uma especie de Queluz á beira do Tejo, e que el-Rei D. José dotou com um theatro riquissimo; esse museu de primores, de opulencias, e de obras de arte nacionaes e estrangeiras, que era o espanto da Peninsula..... tudo isso.... bastou meia hora para o destruir!

Da fabrica manuelina, nem amostras restam!

Do *forte* filippino, do celebre torreão, onde residiram os Reis brigantinos, nem vestigios! conservou-se-lhe a figura, ao menos, a linha geral, no desenho do novo terreiro do Paço por Eugenio dos Santos de Carvalho; e hoje o torreão do Ministerio da Guerra é (sem a cupola, que aliás se projectou) uma imitação do pensamento de Filippe Terzi.

Das importantes reedificações por el-Rei D. João V, apenas se aponta no Arsenal, como ultima reliquia, a chamada «porta da galé». Mais nada. E as formosas columnas e pilastras historiadas, que adornam a portada da egreja de S. Domingos (parochial de Santa Justa e Rufina), pertenceram á entrada da capella Real, ou Patriarchal, do *mesmo* Soberano[1]. Repare o curioso, e verá esculpido nos capiteis o monogramma do Monarcha: o J entrelaçado com o V, e o R (João V Rei), tudo repetido em symetria e em sentido contrario, e sobrepojado de Corôa; monogramma frequente em ornatos do tempo do elegante Principe[2].

Dos accrescentos, emfim, com que el-Rei D. José enriqueceu ainda o solar de seus maiores, dos seus dois grandes thesoiros «cheios de joias, oiro, e prata lavrada», que, vendo-se nas funcções regias, —blazona um escriptor do seculo passado— admiravam pela sua abundancia e feitio, e de que nunca aliás apparecia senão uma parte minima[3], do magnifico theatro cheio de marmores e oiros, onde cantaram os primeiros artistas, e onde se pavoneava toda a Côrte, nada, nada absolutamente, nada resta que possa attestar-nos o sitio, ao menos, onde campearam essas magnificencias que abrilhantavam o nome portuguez.

Considerando em globo tudo que n'estes derradeiros capitulos ficou tão laboriosamente armazenado, e fazendo um apanhado geral da pittoresca e variada chronica do paço da Ribeira, sobram motivos de lamentar a nossa incuria!

Contra os terremotos, não ha que dizer; o de 1755 foi uma calamidade sem nome, a que não houve resistir. Mas, pergunto, não

---

1 Cyrillo Volkmar Machado—*Memorias*, pag. 177.

2 Ha na Bibliotheca Nacional um jogo completo da *Historia genealogica* perfeitamente encadernado em carneira carmesim, e tendo aos cantos o mesmo monogramma coroado.

3 Moreira de Mendonça—*Hist. dos terrem.*, pag. 141.

deviam ter ficado algures planos exactos, descripções minuciosas, alçados, córtes fidedignos, de tão importantes e nobres edificações?

Não devia cada projecto de novos accrescentos ser depositado na Torre do Tombo, n'uma secção especial?

Não deviam as Vereações ter ao seu serviço uma repartição de artistas e archeologos, encarregados de salvar o retrato dos grandes edificios publicos e particulares?

Não é obrigação zelar cada individuo, e cada Cidade, e cada Nação, as suas glorias e os seus brasões?

O desprezar essas coisas é prova de uma depressão miseranda no senso moral.

No paço da Ribeira não deviamos ver um edificio particular; deviamos contemplar um monumento publico. Todos os estylos de architectura, desde o manuelino na sua infancia, até aos mais arrojados e fulgurantes desmandos da *rocaille*, ali se achavam representados. Todas as maneiras de ornamentação e de pormenor, todas as mobilias, todos os usos sociaes, tinham ali, mais ou menos, os seus documentos. Os terremotos, esses manda-os Deus, e é inutil reagir contra elles; mas (repetil-o-hei sempre) tinhamos obrigação de possuir livros especiaes, gravuras, e planos, que hoje, que tudo se transformou, dessem ideas certas e claras das paginas dispersas d'aquelle opulentissimo folio historico de pedra e cal.

— ✻ —

E depois, o que a Arte acharia ali para assumpto dos seus devaneios! que esplendida galeria!

As scenas do viver d'el-Rei D. Manuel davam á farta para quadrinhos flamengos de interior, e do maior appetite. Moro, Christovão de Utrecht, ou Grão Vasco, haviam de interpretar admiravelmente aquella vida dos primeiros povoadores do paço: os jantares do Rei servido pelos seus officiaes; as suas devoções na capella; as representações de autos nas salas da Côrte; as cavalgadas chegando ao terreiro; o salvar das armadas da India; os adeuses da Infanta Beatriz; mil paineis que estou vendo, e não sei reproduzir!

Os reinados intrusos ministravam bellissimas telas a Van-Dick ou Velasques, sombrias como o paço, e como a epocha.

No reinado do Restaurador podia um Bento Coelho ou um Rubens pendurar, por aquellas paredes, admiraveis retratos cheios de côr.

Mignard, Lebrun, e Quillard, estavam talhados para chronistas a pincel das serenatas e concertos d'el-Rei D. João V e D. José, quadros de Côrte muito peninsulares: os menuetes e as mesuras, reflectindo-se no azulejo ainda mourisco. Um verdadeiro encanto isso tudo. E tudo *morto*! .... E tudo esquecido! ....

Afastemo-nos; é já tempo, que isto tudo é tristissimo. Mas antes de proseguir n'esta revista minuciosa da linha marginal do Tejo, detenhâmo-nos uns minutos, falando ainda do terreiro do Paço.

Será porém no capitulo seguinte. Estou cansado de tanto observar na minha velha camara-ardente .....

.....

CAPITULO XXII

Mais algumas palavras ácerca do terreiro do Paço.—O açougue.—As antigas *Carniçarias*.—Descrevem se varios assumptos ligados com este.—Os confeiteiros.

Vamos a algumas palavras finaes sobre a celebre praça, que (por mais que teimem em lhe alterar o nome velho) é e ha de ser sempre para nós outros, povo de Lisboa, o *terreiro do Paço*.

Não me occorreu ainda agora falar do açougue, que ahi esteve estabelecido (por menos bom criterio de nossos maiores, me parece).

Pergunto: era esse o logar proprio para tão triste e repugnante casa? ali! ao-pé da habitação dos Soberanos!

Pois ahi a collocaram nos fins do seculo XVI, salvo o erro; e direi em que me fundo.

Ha no cartorio do Municipio a doação que á Cidade fez D. João I em 4 de Setembro de 1425, de um «campo que ora está devasso —palavras textuaes do documento— junto com o nosso almasem, que foram já casas junto com a torre do dito almasem, que partem com a rua que vai da porta do ferro para as carneçarias[1]». A *Estatistica* manuscripta da Bibliotheca Nacional (1552) menciona a *rua dos Almazens velhos*, assim como Christovam Rodrigues de Oliveira no seu *Summario*, que a põe na freguezia da Sé, e mais o *beco do Almazem*. Carvalho da Costa na *Chorographia* ainda tambem regista a *rua dos Almazens*, na freguezia da Magdalena, e o dito

[1] O intuito da doação era o estabelecimento das *Fangas da farinha*—Cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, liv. II do dito senhor, fl. 37, citado nos *Elementos* do snr. Freire de Oliveira, tomo I, pag. 99.

Christovam Rodrigues tambem se refere a uma rua denominada *Sobre o muro do almazem velho,* freguezia da Sé. Attenta a proximidade das duas citadas parochias, póde-se calcular que esses *Almazens* sejam os mesmos *Almazens velhos.*

Essa rua *das Carniçarias,* ou *das Carniçarias velhas,* é mencionada na *Estatistica,* em Christovam Rodrigues (freguezia da Magdalena), e em Carvalho da Costa (mesma freguezia); e já Gil Vicente cantava:

> Triste quem não cega em ver
> nas Carniçarias velhas
> muitas sardinhas nas grelhas[1]!

Desembocava na rua de *D. Gileanes* (corruptamente denominada tambem *de D. Julianes),* que era na freguezia da Magdalena[2]; a qual rua *de D. Gileanes* desaguava no Pelourinho velho, «pouco mais ou menos na intersecção da actual rua dos Capellistas e da rua da Prata»—diz Herculano, que estudava conscienciosamente antes de pôr a penna no papel[3].

Temos com certa approximação o sitio das *Carniçarias velhas.*

O nome provinha-lhe de terem ahi estado os açougues publicos; lá o deixa entender o mencionado Rodrigues Lobo, quando explica:

> *las Carniçerias viejas*
> *le llaman los naturales,*
> *porque en otra edad primera*
> *era el rastro de las carnes*
> *allí.....*[4].

Este autor, escrevendo pelos annos de 1619, referia-se ao tempo, já passado então, em que fôra ali o açougue. Logo, não custa a

---

1 Pranto de Maria Parda.

2 Francisco Rodrigues Lobo—*Jornada de D. Filippe,* Obras, ed. de 1723, pag. 683, col. 2.ª

3 *O monge de Cister,* cap. XVIII, in fine.

4 *Jornada de D. Filippe em 1619*—Obras, ed. de 1723, pag. 683, col. 2.ª

crer que no começo da usurpação filippina, ou nos fins do reinado do Cardeal, fosse de lá transferido para o proximo terreiro do Paço, talvez para maior facilidade no desembarque do gado.

A demonstração é um tanto vaga, mas não tenho melhor.

O que tenho é a descripção minuciosa d'essa cruenta casa no terreiro, em 1730. Escreve certo autor estrangeiro:

«Notavel é o açougue principal de Lisboa (sito no terreiro do Paço) tanto pela sua largueza, como pelo seu aceio e ordem.

«São as paredes interiores revestidas de azulejo, e cobertas de grossa quantidade de peças de carne, penduradas na altura de seis pés, e d'ahi para cima. Cada comprador aponta para a fazenda que deseja, e logo os moços, collocados n'uns balcões ou estrados em volta, lh'a entregam ao longo de uma taboa disposta a drede.

«Ao centro d'este recinto ha um assento onde poisa um empregado munido de balanças, e impede as confusões, mandando logo attender com justiça qualquer freguez lesado[1].»

Outro livro francez, composto pelo meio do seculo XVIII, diz isto:

«Mais a diante, ao Norte —(do terreiro do Paço)— vê-se o açougue, onde toda a casta de carnes se vende segundo a taxa estabelecida, taxa ali collocada á vista do publico todas as semanas[2].»

---

1 «La boucherie principale, qui est située sur la place du Palais, est remarquable tant par son étendue et sa propreté, que par la bonne police qui s'y observe. Tous les murs en dedans sont plaqués de petits carreaux en faïence, et couverts d'une quantité prodigieuse de viande, exposée à la hauteur de six pieds, et au dessus; les acheteurs indiquent les pièces de viande qu'ils souhaitent, et aussi-tôt les bouchers, qui sont sur des étaux fort propres en manière de théatre, les leur délivrent le long d'une planche posée très commodément pour celà. Il y a au milieu de cet enclos un siége pour un commissaire, avec des balances; et cet officier est toujours présent, afin d'empêcher le désordre, et de rendre justice sur le champ à ceux qui auraient été lézés.» *Description de la Ville de Lisbonne*, 1730, pag. 39.

2 «Plus avant, au Septentrion, on voit la Halle aux Boucheries, où toutes les viandes se vendent suivant la taxe, qu'on y met toutes les semaines, et non au delà.» *Explication de l'estampe de la Ville de Lisbonne*, pag. 8.

Na grande gravura de Walker sobre desenho de Lemprière (seculo xviii) apparece sob a rubrica *l* um edificio ao nascente do terreiro do Paço, face septentrional, e designado *The Butchery*. Da estructura pouquissimo se percebe.

Finalmente Francisco Cocilho de Figueiredo consignou estas palavras nas suas preciosas annotações varias ao *Theatro* de seu talentoso irmão (principios d'este seculo):

«..... A esquerda o grande edificio do açougue, —(no terreiro)— de que se provia a Cidade toda até ao 1.º de Novembro de 1755, que logo se espalharam os talhos pelos suburbios. Eram dois altos e largos corredores postos na figura de uma cruz, com uma porta em cada um dos quatro topos; a principal para o Sul; sobre esta ao natural estavam um boi, um carneiro, um chibato, e um porco á esquerda..... Ouvi dizer — conclue o narrador — que fôra obra dos Filippes[1].»

Isto que elle ouviu dizer, concorda com o que acima conjecturei.

Aquelles bichos, ali collocados como annuncios de si proprios, desafiavam com a sua vista o appetite carnivoro dos Lisboetas; e não era mesquinho esse appetite, a julgarmos pelo que tinha sido desde tempos muitos anteriores.

Das carnes que Lisboa consumia, escreve Frei Nicolau:

«São muitas e muy gostosas, e de muita substancia, em especial vacas, carneiros, bodes, e cabras, e gado preto, que são porcos, de que este Reino he abundantissimo.»

Conta esse autor, que só no açougue publico de Lisboa se matavam, no fim do seculo xvi, ou principios do xvii, pelo menos onze milheiros de cabeças de gado vacum, cem mil carneiros, quinze mil cabras e bodes, annualmente; omittindo o que se matava em açougues particulares, em mosteiros e casas de fidalgos, que ou recebiam rezes das suas terras, ou as iam comprar na feira do Rocio; e omittindo tambem o que se gastava no abastecimento das armadas[2].

1 *Theatro de Manuel de Figueiredo*, tomo xiv, pag. 374.

2 *Livro das grandezas de Lisboa*, ed. de 1804, pag. 22.

Só os direitos da casa das carnes andavam, segundo este Frei Nicolau, arrendados em 32 contos de réis (ou 55 mil cruzados) somma então muito mais avultada do que hoje.

Outra industria (essa agradavel e elegante) viera estabelecer-se nas vizinhanças do paço dos nossos Reis: os confeiteiros; e arruados deram nome á celebre *Confeitaria*. Diz um viajante em pleno reinado do senhor D. João V:

«Ha n'esta rua uma singularidade: com quanto esteja ao nivel do Tejo, sempre salgado, e não diste d'elle mais de trezentos passos, tem a Confeitaria nas suas casas poços de agua doce bellissima. Quem vai ás lojas comer gulodices, segundo é uso, bebe-lhes em cima agua; e os moradores não querem outra[1].»

Essa agua provinha certamente dos poços, que (segundo n'outro livro estudei) lá estão ainda, n'aquellas immediações, e se abastecem do antiquissimo caudal das thermas romanas. Como todos estes assumptos se acham ligados!

[1] *Description de la ville de Lisbonne*, 1730, pag. 44.

CAPITULO XXIII

Descripção minuciosa das varias portas publicas que abriam sobre o terreiro do Paço.—O arco *da Moeda*.— Onde era a Moeda.—O arco *dos Pregos*.— Morada do Principe D. João.—Menção rapida d'el-Rei D. João V.—O arco *dos Barretes*.—A porta *da Ribeira*.—Sua demolição.—O Pelourinho velho e o Haver do pezo.—Escrivães e calligraphos.—O grande Marquez de Pombal extasiado ante a calligraphia do seu tempo.

Quer agora descrever as varias portas da Cidade, rasgadas na muralha d'el-Rei D. Fernando, e que desembocavam no terreiro do Paço. Peço attenção.

Primeiro, junto do corpo da Guarda Real, na face occidental do terreiro, abria-se, no edificio do paço, a porta denominada arco das Pazes, a qual communicava o dito terreiro com o pateo interior da residencia regia chamado praça do Relogio. Ignoro a origem d'esse nome das *Pazes*.

A parede seguia até ao canto, e voltava em angulo recto. Já na face septentrional da praça abria-se outra porta, a que o povo dava o nome de arco da Moeda. Porquê? eu explico:

Não vem para aqui o pouco que tenho podido apurar sobre as origens da casa da Moeda; bastará recordar que desde o seculo XVI a tinham perto dos seus nobres paços da Ribeira os Reis de Portugal. Sob o numero 132 a indica o Mappa da Braunio, *Domus monetæ*, fóra da residencia Real, e (quanto se póde julgar) collocada pouco mais ou menos no sitio, talvez, da intersecção da nossa rua dos Retrozeiros com a do Crucifixo; isso vem tornar muito

confuso o motivo por que essa porta de que estamos tratando, no terreiro do Paço, se chamasse *da Moeda* pelo mesmo tempo. *Porta quæ dicitur postigo da Moeda* é o n.º 66 da mesma estampa.

Suggiro uma conjectura.

No paço da Alcáçova, que n'outro livro descrevi tão minuciosamente quanto pude, havia a torre *albarran*, ou *do haver*, «em que se guardavam a bom recado os dinheiros da Corôa, que sobejavam dos gastos ordinarios»—explica Santa Rosa de Viterbo. Podia ser, que a torre do paço da Ribeira ao sopé da qual se abria, como a estampa indica, a porta *da Moeda*, fosse destinada no paço novo a encerrar quantias maiores ou menores do numerario que se fabricava na officina do n.º 132; podia julgar-se isso, se não houvesse palavras de antigos autores dos seculos XVII e XVIII, que positivamente dão no plano terreo do paço a Casa da Moeda. Do que tudo eu infiro, que umas officinas da fabricação da moeda estariam aqui, em tempo de Braunio, e outras no outro sitio. (Occorre-me agora, para exemplo, a Imprensa Nacional, que hoje tem umas dependencias no palacio da esquina da travessa do Pombal e da rua da Escola Polytechnica, e outras no largo do Rato.)

Os autores a que me referi, são em 1619 Francisco Rodrigues Lobo na sua descripção da jornada de D. Filippe III de Castella a Lisboa[1], Frei Nicolau de Oliveira nas *Grandezas de Lisboa*, o insigne Bluteau, e um estrangeiro. O primeiro diz:

La Casa de la Moneda,
que por la entrada de un arco
a la calle nueva offresce
vista occulta y passo franco,
sobre la qual tiene El Rei
un quarto de su Palacio.

Ahi temos perfeitamente pintada a communicação do terreiro do Paço com a rua Nova pelo arco chamado porta da Moeda, arco dominado por um lanço das edificações do paço.

---

[1] *Obras*, ed. de 1723, pag. 693, col. 1.ª

Frei Nicolau menciona, descrevendo as festas da entrada do mesmo Monarcha, um arco triumphal na rua Nova, armado «á porta da Casa da Moeda»; era a porta que fazia correspondencia com a acima mencionada, e cahia sobre a celebre rua Nova[1].

Bluteau, que de tudo sabia, e tudo estudava com sagacidade rara, declara que em 1716, anno em que a sua penna traçava o artigo *Moeda* no Vocabulario, se achava esta importante repartição publica «muito accrescentada, com a inscripção latina sobre a porta, que se fez de novo». Bluteau não marca ao certo o sitio da Moeda; mas que ficava ainda nas lojas do paço, é indubitavel. Era, diz elle, a Moeda sujeita ao Tribunal da Fazenda; presidia-lhe o Védor da Fazenda da India, e na sua ausencia o Thesoireiro da Moeda. Reuniam-se em meza, sob a presidencia d'esse funccionario, dois Juizes da balança, e dois escrivães da receita e despeza. Os outros cargos provia-os o referido Thesoireiro, a saber: o fundidor, o afinador, e o ensaiador, os contadores, os branquidores, os fornaceiros, os cunhadores, e dois porteiros: um da casa do thesoiro e outro da porta. Tinha a Moeda regimento de 9 de Setembro de 1686, que póde interessar a quem deseje profundar o assumpto; menciona o o *Repertorio* de Fernandes Thomaz.

O autor estrangeiro a que alludi, é o viajante que traçou a *Description de la Ville de Lisbonne*, impressa em 1730.

Escreve elle:

«Na região Oriental da Cidade, á beira do Tejo, é a Casa da Moeda, onde se fabrica dinheiro com tanta perfeição, pelo menos, como em França. Mesmo ao pé fica o Arsenal[2].»

Na parte IV d'este meu livro estudarei com o meu leitor a mudança da Moeda para o sitio então chamado *as Portas do Pó*, onde ainda se conserva. Desde que essa transferencia se realisou, esqueceu ao publico (e muito depressa) o motivo certo por que continuava a dizer porta, ou arco, ou postigo, *da Moeda*, ou *Moeda velha*. A

[1] *Grandezas de Lisboa*, trat. I, cap. III (ed. de 1804, pag. 15).

[2] On trouve dans la partie Orientale, sur le bord du Tage, un Hôtel des Monnoyes, où l'on fabrique des Espèces avec autant de propreté au moins qu'en France. On voit tout auprès l'Arsenal. Pag. 28.

porta mesma deixou, parece-me, de servir ao publico, absorvida por alguma remodelação nova das paredes do paço; pelo menos, não era facil a todos o reconhecel-a. O seu logar, explica-o Frei Apollinario da Conceição em 1750 aos coetaneos por estes termos, como quem lhes dá uma novidade:

«Infiro ser —(a porta chamada da Moeda) — por aquelle sitio d'onde vemos, no terreiro do Paço, por baixo do quarto do senhor Infante D. Antonio, uma porta com distincto portal de pedra, pelo laço que fórma na verga e galantes hombreiras; porque pelas suas costas, com pouca differença, era a que chamam *Casa velha da Moeda*, segundo o demonstra seu portal, cujo frontispicio fica quasi defronte da rua dos Ourives do oiro[1].»

Eram então, como se vê, sitios confusos, até mesmo para os eruditos; não admira; as cidades mudam de aspecto com uma rapidez assustadora. Já el Rei D. Manuel ali mandara fazer mudanças consideraveis. Exemplo:

Lopo Dias, Cavalleiro da Casa, casado com Violante Rodrigues, tinha obtido d'el-Rei D. João II, por carta datada de Lisboa a 28 de Abril de 1492, o aforamento, em tres vidas, de umas casas que pertenciam ao Almasem, e estavam «junto com ha porta da moeda, que vay pera a Rua noua» — diz um documento. Passados annos, quiz el-Rei D. Manuel mandar derribar a sacada, ou varanda, ou terrado saliente, que as ditas casas tinham da banda da rua da Sapataria, assim como as de todas as outras casas da dita rua, que assim ficou mais nobre e ancha. Em compensação d'esses destroços, foi accrescentada aos foreiros uma vida a mais na posse do fôro, recebendo Lopo Dias uma tença annual de 30$000 reaes[2].

Apresenta-se agora a exame a porta, ou *arco, dos Pregos*. É o numero 67 do Mappa de Braunio. Este e o seguinte, chamado *dos*

[1] *Demonstração historica*, pag. 204.

[2] Carta dada em Lisboa a 22 de Maio de 1511, Torre do Tombo — Liv. v *dos Misticos*, fl. 77 v.

barretes, tiravam os seus nomes de «dez tendas de marçarias abastadas» que ali tinham assento, conforme o que ficou registado a fl. 40 v. da tantas vezes mencionada *Estatística* manuscripta em pergaminho conservada na Bibliotheca; tambem ahi se lê que eram tendas tão ricas, «que, segundo o que n'ellas se enxerga, valem mais de 4 mil reaes cada uma».

Mais explicito é Rodrigues Lobo especificando o genero de mercadoria que dava nome ao sitio. Canta o poeta da *Primavera:*

En principio de la calle
que llaman Arco dos pregos,
porque aquel mismo lugar
suele ser mercado dellos[1].

Este arco possuia entre as suas recordações uma verdadeira saudade historica: junto d'elle tinha um predio, pegado com o paço da Ribeira, Alvaro Peres de Andrade. Ahi morava, com porta por dentro para o paço de seu Pae, o mallogrado Principe D. João, e ahi morreu a 2 de Janeiro de 1554[2]. Já acima tratei d'isso tudo, no capitulo VIII d'este mesmo Livro.

Formava, como os outros arcos do lado do Norte do terreiro, uma passagem d'este para a rua Nova; e era ahi.... (como hei de eu contar isto?) era por ahi que atravessava no tempo das suas cegueiras amatorias, de caminho para Odivellas ou para outra parte, o elegantissimo senhor D. João V. Sahia de casa muito embuçado, guardando uma especie de respeito ao lar, e caminhava de cabeça derrubada, seguido de algum gentil-homem; ao chegar ao arco dos Pregos, descobria-se, entrava no coche, e era outro. E dizia o Conde de Coculim com a liberdade de creado intimo:

— Sua Majestade ali perde a vergonha[3].

Se o Rei tinha no coração um torrão de assucar, outras doçuras houve ahi desde seculos, como já pouco acima apontei; e chegaram

---

1 *La Jornada del Rei D. Filippe III*—Obras de Lobo, romance XLI.

2 D. Manuel de Meneses—*Chron. de D. Sebastião*, cap. VI.

3 *Mem. ined.* de Frei João de S. José Queiroz Bispo do Gran-Pará, com introducção e notas de Camillo Castello Branco, pag. 154.

ao terremoto: os confeiteiros do arco dos Pregos; era este um dos seus arruamentos, e de certo muito frequentado.

Antonia he confeiteira,
e o seu Arco é dos Pregos

diz o *Anatomico*[1].

Seguia-se o *arco dos Barretes*, a que no tempo de Frei Apollinario (1750) se costumava chamar *arco do Ajongue*. D'este nenhuma noticia interessante pude topar. Braunio designa-o, sob o numero 68, *Porta quæ dicitur arco dos barretes*. Era o arruamento dos carapuceiros, que nas suas tendas offereciam aos transeuntes toda a sorte de barretes e gorras, como hoje, na proxima rua da Alfandega, se enfeiram carapuços, bonés, e chapeos ordinarios.

E emfim, somos chegados á mais oriental das portas rasgadas na linha septentrional do terreiro do Paço, a n.º 69 de Braunio, *Porta ripæ, vulgo Porta da Ribeira*. As outras eram serventias mais ou menos excusas; esta era a maior, a mais elegante, a mais concorrida. Quando em 1581 cá esteve D. Filippe I, já se podia considerar arruinada esta porta, que (a bem dizer) eram duas a par, segundo muito bem nos mostra Braunio e outros. Quando em 1619 cá tivemos Filippe III, mandou o Senado da Camara demolir alguns casebres que tinham trepado acima d'esta porta (como acima de muitas outras), e derrubar a propria porta. N'esse sitio desafogado se ergueu, na vistosissima entrada do Rei castelhano, o arco triumphal dos Inglezes[2].

[1] Tomo IV, pag. 59.

[2] Sobre tudo isso derrama muita luz e dá explicações minuciosas a Carta do Presidente do Senado ao Vice-Rei. Vem nos *Elementos* do snr. Freire de Oliveira, tomo I, pag. 442 e seg.

Eis as palavras com que se expressa Rodrigues Lobo na sua descripção da jornada Real[1]:

El ilustre Consistorio
quando dispuso la forma
de la entrada de su Rey,
tan alegre y tan costosa,

pareciendo que las puertas,
hasta entonces espaciosas;
para tan grande Monarcha
eran estrechas y angostas,

hizo que se derribassen
muchas casas muy hermosas
fundadas sobre los arcos
que eran de la ciudad propria,

puestos por tierra los muros
porque a Phelippo se rompan;
quedó una plaça opportuna
libre, alegre, y espaciosa.

Communicava esta porta entre si duas praças: a grande area do terreiro do Paço, com o mesquinho recinto do celebre Pelourinho velho; por isso Frei Nicolau de Oliveira, nas *Grandezas*[2], não duvidou escrever *Porta do Pelourinho*. Pelourinho, ou picota, como todos sabem, era a *columna Mænia* dos povos medievos. No fôro romano a columna Mænia era o logar do castigo dos criminosos; nas cidades e villas christans tinha egual emprego, e figurava, alem d'isso, como insignia de jurisdição municipal. Na frente do paço de Santos erguia-se (como adorno, ou talvez como antigo padrão de couto) um pelourinho, que el-Rei D. Manuel doou em 1510, segundo n'outro capitulo demonstrarei, ao Senado da Camara para ser collocado na praça do Pelourinho. Certamente ahi campeou

[1] Obras de Lobo, ed. de 1723, pag. 678.
[2] Pag. 11 da ed. de 1804.

muitas dezenas de annos esse pequenino monumento, cuja fórma infelizmente ignoro.

No largo do Pelourinho velho desembocavam varias ruas de um lado e outro, sendo a primeira á direita, isto é ao Nascente, a do *Haver do peço*. Tudo isso nos disse em verso o nosso minucioso Rodrigues Lobo[1].

(O *Haver do peço*, ou *aver-de-peço*, e por corruptella *veropeço*, era sitio onde se vendiam ao publico os generos de consumo, por balanças officiaes aferidas para garantia. Era ainda em 1814 no logar em que antigamente tinha sido, quando era «elegante edificio, que —segundo Coelho de Figueiredo— fazia lembrar os claustros de Belem[2]»).

Oh! quem podesse ver, com toda a sua physionomia antiquada e caracteristica, esta praça lisbonense do Pelourinho velho, tão cheia de tradições, e onde triumphava cada dia, em arabescos e lançados de penna, a calligraphia mercenaria dos escrivães de officio! A calligraphia, e a litteratura tambem; porque não? apuravam adjectivos e superlativos nas cartas amatorias e nos requerimentos, com a mesma seriedade e fleugma com que apuravam o claro-escuro dos grossos e finos, ou espenicavam de serpentinhas enleiadas alguma arrogante e vistosa inicial de soneto lisonjeiro.

Damião de Goes no seu opusculo latino sobre Lisboa, *Urbis Olisiponis situs et figura*, descreve o sitio assim:

«Directamente ao sahir d'esta porta (da Ribeira) apparece uma praça, que se chama do Pelourinho velho. Ahi acharás sempre não poucos homens abancados a mezas; podem chamar-se notarios ou escrivães, sem estarem, comtudo, investidos em taes officios pelo Municipio, e tiram d'esse modo de vida a sua subsistencia. Compenetram-se do sentido do pensamento das pessoas que os vão procurar, e redigem, e ali mesmo escrevem, o que se lhes encommenda, e o entregam ás partes mediante o preço ajustado segundo o assumpto; por fórma tal, que para mandadeiras, cartas amorosas,

---

[1] *Jornada*, ed. de 1723, pag. 681, col. 2.ª

[2] *Theatro de Manuel de Figueiredo*, tomo XIV, pag. 374.

elogios, discursos, epitaphios, versos, louvores, necrologios, requerimentos, contratos, e tudo mais de qualquer genero que exijas d'elles, acham sempre o estylo apropriado; coisa que em parte nenhuma das cidades da Europa vi eu jámais[1].»

Se Goes nos apresenta aqui os escripturarios do Pelourinho estranhos a nomeação official, é certo que tambem os havia de nomeação camararia. Christovam Rodrigues no seu *Summario* enumera «doze escrivães do Pelourinho postos polla Cidade», e Frei Nicolau de Oliveira nas *Grandezas* refere-se aos mesmos doze, mas omitte a investidura municipal. El-Rei D. Manuel, como que para nobilitar esta occupação quasi litteraria, prohibiu que a exercessem officiaes mecanicos[2].

As palavras de Goes apparecem quasi textualmente na *Viagem de Tron e Lippomani a Lisboa* em 1580; não vejo pois motivo para as repetir[3].

Ha mil occupações e cargos, que insensivelmente vão desapparecendo com a transformação gradual das sociedades. É correr as listas de Christovam Rodrigues ou de Frei Nicolau, e observar quantos mistéres são hoje lettra morta! Estes escrivães do Pelourinho correspondiam ao tempo em que poucos sabiam ler, e pouquissimos escrever; com o augmento de certa illustração nas classes populares, tornaram-se inuteis, ou pelo menos dispensaveis.

---

1 E regione hujus portorii forum, quod «veteris pali» vocatur, apparet, in quo semper non pauci homines mensis assistentes reperies, quos notarios, vel librarios, vocare possimus, nullis tamen Civitatis ministeriis obligatos. Hi omnes ex hoc vitæ genere sibi alimentum suppeditant, quod omnium accedentium, mentesque suas explicantium, sensum assequantur, ordineque in eodem ipso loco subito schedis scribant, petentibusque dato pro ratione materiæ pretio tradant; in tantum ut literas, epistolasque amatorias, elogia, orationes, epitaphia, carmina, laudes, parentalia, petitiones, syngraphia, et cujuscumque generis alia, quæ ab eis postulareris, ad ea habeant dispositum scribendi stylum, quod nullibi in totius Europæ urbibus fieri vidi.—*Opuscula*, pag. 35.

2 Cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, liv. IV d'el-Rei D. Manuel, fl. 73.

3 *Panorama*, e tambem *Opusculos* de Herculano, tomo VI, pag. 123.

N'umas palavras do grande Marquez de Pombal (aliás sobre assumpto diverso), vem este facto explicado de passagem, e muito bem. Em 1775 diz elle isto:

«..... Quando até ao anno de 1750 era rara a pessoa que escrevesse uma carta legivel, ha hoje a mesma raridade de achar quem escreva mal em Lisboa; de sorte que, em cada vez que se quer nomear um escripturario para qualquer das Contadorias, do Real Erario, das Juntas da Fazenda, da Junta do Commercio, das Companhias geraes, e das outras Repartições publicas, apparecem resmas de papel inteiras em memorias e petições, de lettras formosissimas[1].»

Formosissimas, sim; nada ha mais elegante, mais graciosamente requebrado, do que o pennejado da escripta pombalina. Cada linha é um passo de dança; cada paragrapho, um menuete calligraphico. Ahi está a explicação da morte dos doze secretarios que o publico mantinha. Ninguem mais precisou d'elles.

Não é um progresso visivel? é de certo. A creança largou as andas, e caminhou.

Ficam estudadas, para illustração do texto dos capitulos antecedentes, as varias portas com que o velho terreiro do Paço (que, note-se, ficava extra-muros) se communicava com o interior da Cidade.

Dito isto, continuarei.

[1] *Observações secretissimas* do Marquez de Pombal sobre a collocação da Estatua equestre. *Gabinete Historico*, tomo xvii, pag. 307.

CAPITULO XXIV

Medições do antigo terreiro do Paço.—Arrazamento da praça pelo terremoto de 1755. O Decreto de 16 de Janeiro de 1758 estatue a sua nova fórma.—Palavras de antigos viajantes.—Medições modernas do mesmo largo historico.

Em 1730 o autor do livro *Description de la Ville de Lisbonne*[1] dava ao terreiro do Paço apenas uns quatrocentos passos de comprido sobre duzentos de largo; e no seculo XVII Luiz Mendes de Vasconcellos na sua obra *Do sitio de Lisboa*[2] limitava-se a avalial-o maior que o Rocio, «medindo dos paços até os Contos»; e acrescenta: «o qual (terreiro do Paço), tendo pela parte de terra estas illustres e Reaes fabricas dos Paços e Contos, tem pela do mar ordinariamente tantos navios postos com as proas em terra, e outros ancorados no mar, que os mastros e entenas parecem um grande bosque de espessas arvores.»

O Padre João Baptista de Castro, descrevendo o terreiro na transição para o novo risco pombalino, diz isto:

«Uma das maiores praças que tinha Lisboa era este espaçoso terrapleno, em o qual a vista do palacio Real, e outros illustres edificios da parte da terra, com a variedade das muitas embarcações grandes e pequenas no mar vizinho, formavam uma bella perspectiva.

«Désfigurou tudo o terrivel incendio successivo ao terremoto, reduzindo a cinzas quanto encerrava tão famoso palacio; e sobretudo, com perda irreparavel, a preciosissima e vasta Bibliotheca régia, cheia de innumeraveis corpos de livros rarissimos e codices manuscriptos.

---

1 Pag. 14.

2 Dial. II (pag. 227 da ed. de 1803, que é a que possuo).

«O palacio se tem demolido, para se projectar outro artefacto, e formar uma nobilissima *praça do Commercio*, com varias accommodações para os tribunaes[1].»

Não pararam ahi os destroços causados da espantosa catastrophe.

«O impeto das aguas — diz outro coevo, o minucioso Moreira de Mendonça — desfez o formosissimo caes da Pedra, que discorria na marinha do terreiro do Paço desde os armazens da Alfandega até quasi á frente do forte da Vedoria[2].»

O Decreto de 16 de Janeiro de 1758 ordenou se fizesse o novo terreiro, e determina o como; e foi o Capitão engenheiro Eugenio dos Santos de Carvalho quem soube dar corpo, e forma condigna, ao alto pensamento do insigne Ministro.

Hoje, que ha dezenas de annos ali se vê e se admira tão desafogado e concertado logradoiro, hoje que já umas poucas de gerações se habituaram a olhar aquella architectura nobre, uniforme, mas fria, como symbolo do pensar e sentir d'aquelle grande homem, que tanto pensava, e nada sentia, é curioso e interessante ouvir as considerações que ácerca da Baixa escrevia o viajante Twiss em 1772[3]. A Baixa pombalina, regular e pautada, começava a sair dos escombros; o povo assistia atonito á resurreição de Lisboa; e Twiss assentava no seu livro de viagem:

«Estão-se n'este momento edificando umas poucas de ruas parallelas, cortadas de outras em angulos rectos. Cobrem o bairro do antigo paço Real da Ribeira destruido pelo terremoto de 1755. Chama-se a principal d'ellas rua Augusta. Correm-lhe, pelos dois lados, passeios orlados de columnellos[4].

[1] *Mappa de Portugal*, 3.ª ed., tomo III, pag. 216, nota 4.ª.

[2] *Hist. dos terrem.*, pag. 134.

[3] *Voyage en Esp. et en Portugal en 1772 et 1773*, pag. 4.

[4] O francez diz *poteaux*; o termo technico dos architectos pombalinos é *columnellos*; o povo dizia *frades*.

«As casas novas teem quatro ou cinco andares.

«Tambem se acabou de levantar agora uma praça commercial, ou bolsa, com porticos onde se reunem os negociantes; este edificio vai fazer frente a uma bella praça quadrada, que ha de ter uma estatua equestre do Reinante.»

Levou seu tempo a acabar a praça. Quando em 1775 se inaugurou a estatua, ainda a maior parte dos edificios em volta do terreiro (a não ser do lado oriental) estava por fazer; para essa festa publica levantou-se um simulacro de madeira pintada, representando as secretarias e as arcadas como tinham de vir a ficar.

O Major inglez W. Dalrymple nota em 1774 que ainda por toda a Cidade era visivel o destroço do terremoto; ruas inteiras jaziam arrazadas. «Comtudo —diz elle— algum bem ha de derivar-se de tamanha desgraça. Dos escombros de uma povoação informe e sem plano está brotando uma formosa Capital[1]».

Essa *formosura* da demasiada e fatigante regularidade da Baixa pombalina, mereceu, com rasão, a Volkmar Machado palavras de cortez ironia:

«Em quanto á Cidade, seguiu Eugenio dos Santos muito ao pé da lettra a descripção da Nova Salento de Fénelon, sem reflectir que um sabio póde ser mau architecto. Monsieur Palte tambem adoptou semelhante systema no seu Tratado de Architectura, o qual posto em praxe produz um effeito monotono e triste. Todos os nossos sentidos aborrecem as reperições, e ver a mesma coisa nos arruamentos, nas praças, nos palacios, e até nos templos[2].»

Eis aqui, para quem gosta de informações positivas, as actuaes medições do terreiro do Paço:

É um parallelogrammo de 722:100 palmos quadrados; a saber: os lados do Norte e do Sul medem 830 palmos; os do Nascente ao Poente, 870 palmos.

---

[1] *Travels through Spain and Portugal in 1774*, London, 1777, 4.°, 1 vol.

[2] *Coll. de Mem.*, pag. 193.

Area da arcada do Norte: 20:416 palmos quadrados;

Area da arcada do Nascente: 14:300;

Area da arcada do Poente: 14:300;

Area do vão de cada arco 90 palmos quadrados; numero dos arcos nos tres lados da praça: 86; area total do vão de todos os arcos (exceptuando o da rua Augusta), 7:740 palmos quadrados.

Area total da praça com as arcadas: 793:664 palmos quadrados.

Area da planta do monumento central, que é elliptica: 4:116 palmos quadrados.

Nos extremos das duas alas, do Nascente e do Poente, ha os dois torreões do Ministerio da Guerra e da Alfandega, que avançam sobre a praça; a planta d'essa porção saliente é para cada torreão um parallelogrammo, cuja area é de 4:440 palmos quadrados; total da area absorvida pelos dois torreões: 8:880 palmos quadrados.

Deduzindo da area total da praça esse espaço dos torreões e o do monumento, ficam de espaço livre 780:668 palmos quadrados.

Dando a uma pessoa 9 palmos quadrados, calcula-se que na area da praça e suas arcadas podem caber 86:740 pessoas[1].

---

[1] Todo esse bonito e curioso estudo é tirado, muita vez quasi formaes palavras, de um artigo intitulado *Calculo demonstrativo da area da Praça do Commercio de Lisboa, e do numero de pessoas que póde conter*. Vem na «*Mnemosine Lusitana*» de 1817, n.º XVIII, e é assignado por J. C. Silva, que julgo ser o talentoso gravador Joaquim Carneiro da Silva.

CAPITULO XXV

É construido antes de 1772 o torreão do lado da Alfandega.—Gravuras citadas a proposito.—Depoimentos litterarios.—Providencias administrativas ácerca do terreiro do Paço em 1756, 1823, e outras datas.—Arborisação da praça.—O recinto do terreiro do Paço é só por si um mundo.—Viaja-se em volta d'esta praça.—As arcadas; sua variadissima physionomia.—Obras dos paços do Concelho.—O Martinho da neve.—Conclue-se com palavras de Sousa de Macedo.—Nobreza do terreiro.

O TORREÃO da Alfandega foi o primeiro que se fez a valer; já estava feito em 1772; o seu collega do Poente demorou mais sessenta ou setenta annos.

N'uma das quatro bellissimas gravuras de Wells (collecção) sobre aguarellas a sepia por Noël, tenho o terreiro do Paço em 1792, e não apparece ainda o torreão do Poente.

Possuo tambem uma linda estampa ingleza, a agua forte, colorida, desenhada por L'Évêque, e publicada em 1817, onde se vê o terreiro com o torreão oriental; em vez do occidental ha só tapumes de madeira; e a inscripção diz que n'esse estado se achava a praça em 1775.

Ha outra soberba gravura em cobre, dedicada ao Duque de Lafões, em que tambem o torreão do Ministerio da Guerra não apparece.

Quando nos principios d'este seculo Francisco Coelho de Figueiredo annotava o *Theatro* de seu irmão, dizia, referindo-se ao torreão occidental: «logar que se conserva imperfeito na Real Praça do Commercio, por terem dado de si para baixo as estacas agudas com pontas de ferro; e talvez d'aqui nascesse não se usar mais d'estas nos fundamentos[1]».

1 *Theatro de Manuel de Figueiredo*, tomo XIV, pag. 555.

Finalmente, em Novembro de 1842 escrevia o sr. General Costa Cascaes isto assim:

«Ainda não ha muitos annos, que, para estabelecer o alicerce do torreão occidental da praça do Commercio, foi preciso cavar, pregar estacas, e estancar muita agua[1].»

Da tendencia que mostram sempre esses alagadiços terrenos a dar de si, é prova o estado dos edificios quasi todos da banda do Poente. Comtudo a *orthopedia* das Obras publicas alguma coisa tem conseguido.

Haverá cincoenta annos era o terreiro do Paço (quanto a alinho e asseio) bem diverso do que é hoje; e em tempos mais antigos foi um horror.

«O terreiro do Paço, onde já esteve o carvão»—é uma phrase official do aviso regio de 25 de Julho de 1756[2], e que revela a incuria que outr'ora reinou em Lisboa.

Um edital de 2 de Maio de 1823, mandado pôr em vigor pelo de 20 de Agosto de 1833, estatue certas providencias policiaes que se haviam de observar nos caes e praças, e exceptua por então, temporariamente, as *caixas de assucar*, que no terreiro do Paço se conservavam despachadas por baldeação.

Eram umas caixas enormes, da fórma de parallelipipedos, feitas de boa madeira, por isso chamada «de caixa», e empregada depois na marcenaria. Os gaiatos, de que havia enxames, punham as suas ambições em lambel-as.... por fóra. Nunca houve gulodice mais platonica!

A postura da Camara, de 13 de Agosto de 1841, mandada vigorar por edital de 9 de Setembro seguinte, determina um grande melhoramento na praça: veda o transito de vehiculos ou cavalgaduras pelos passeios e pelo centro do terreiro do Paço; outra de 24 de Outubro de 1842 prohibe que os arraes e mestres de falúas e

---

[1] Artigo na *Revista universal lisbonense*, tomo II, pag. 95, col. 1.ª

[2] *Collecção de provid.*, pag. 170.

outros barcos grandes do Tejo amarrem no caes das Columnas, a não ser o tempo indispensavel para carga ou descarga.

Em Julho de 1851 officiou a Camara Municipal ao Administrador geral da Alfandega grande, pedindo-lhe desse ordem para que os homens da companhia braçal não atravessassem carregados de fardos o centro do terreiro do Paço[1].

Em sessão de 11 de Dezembro de 1865 propoz o vereador Polycarpo José Lopes dos Anjos a arborisação do terreiro do Paço, proposta approvada unanimemente[2]. Não succedeu a mesma unanimidade com a opinião publica: houve pessoas illustradissimas que se oppozeram a tal projecto.

O Rei D. Filippe II, verdade seja, ordenou se plantassem arvores nos rocios dos arrabaldes de Lisboa, e se não cortassem sem licença da Camara[3]; mas uma coisa são os rocios dos arrabaldes, outra uma praça riscada segundo regras architectonicas, e calculada a produzir taes e taes effeitos artisticos.

Aquellas arvores ali hoje não teem (salvo melhor juizo) razão de ser.

Uma de duas: ou crescem e copam, ou ficam engoiadas e rachiticas. No primeiro caso, mascaram as linhas grandiosas do traçado, e inutilisam os esforços da arte. No segundo caso (e foi o que succedeu) obrigam a natureza a representar tristissimo papel defronte das obras humanas.

Querem-se ali as arvores como toldos, e chapéus de sol dos transeuntes? Então para que servem as arcadas? Querem-se as arvores como enfeite? Umas pobres vassoiras reviradas nunca enfeitaram uma praça.

A Real Associação dos architectos e archeologos representou logo ao Governo, oppondo-se á arborisação, em nome da belleza ar-

---

1 *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa* em 1851, pag. 17.

2 *Arch. Mun. de Lisboa*, 1865, n.º 313, pag. 2512.

3 Cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, liv. 1, d'el-Rei D. Filippe II, fl. 204.

chitectonica da praça. O Ministerio do Reino em 19 de Dezembro enviou a representação ao Governador civil para elle informar; este funccionario, em 23, remetteu-a á Camara; e esta em sessão de 27 discutiu o assumpto, e manteve a sua resolução[1].

A arborisação fez-se em 1866. Manda quem póde.

Quem examina com attenção o terreiro do Paço acha n'elle um mundo; mundo que se divide em partes, cada uma das quaes é de estudo interessante. Esta moderna praça, como o jardim de Alphonse Karr, ou como o quarto de De Maistre, dava, por si só, um livro. Vamos correl-a em volta, muito por alto.

Em frente do torreão occidental (do Ministerio da Guerra), ha a certas horas do dia o espectaculo da chegada e partida dos vapores do Barreiro e Seixal, levando e trazendo Alemtejanos, cujos trajos se reconhecem logo.

A arcada do Poente tem diversas physionomias.

Primeiro vemos militares, que entram e sáem do seu Ministerio, ou pretendentes á espera de algum prócere, e fazendo da rua ante-camara, até poderem balbuciar duas palavras a S. Ex.ª

Seguem-se, n'uma transição muito esfumada, as portas do Ministerio da Marinha; conhecem-se pela gente que ahi estanceia, e entra, e sáe: officiaes de mar, marinheiros de ordens, empregados africanos e indianos, cuja côr docentia é o seu melhor (ou peior) distinctivo.

Depois ha sempre affluencia de gente ás caixas do Correio, e ás varias repartições postaes: o estrangeiro, que não sabe a quem deve dirigir-se; o provinciano boçal, que deseja mandar vir pelo

[1] *Arch. Mun. de Lisboa*, de 1866, n.º 315, pag. 2527.

correio uma cesta de gallinhas; ou o gordo sujeito pachorrento, que sécca os empregados com perguntinhas, e toma posse do balcão. (É indispensavel que o leitor saiba, que foi aqui, n'este réz do chão do Ministerio da Fazenda, que principiou no 1.º de Março de 1881 a funccionar o Correio, que tinha estado, desde a sua installação por conta do Governo, no palacio do Monteiro mór aos Paulistas. Outra data memoravel.)

D'esse ponto até ao fim da arcada, tem o politico o seu melhor barometro em tempo de Camaras abertas. Ali se encontram os deputados até á 1 hora e meia, os grulhas balôfos, os pretendentes biliosos e atarefados, os influentes de segunda plana, que julgam mover o mundo, os que desejam parecer omnipotentes no seu circulo, e emfim a grei insaciavel dos requerentes:

race d'Agamemnon, qui ne finit jamais!

Foi em 13 de Maio de 1797, dia de annos do Principe Regente D. João, que pela primeira vez se abriu a «Real Bibliotheca publica da Côrte», creada no anno antecedente pela senhora D. Maria I; data celebre nos annaes d'esta praça.

E sabem onde era? No segundo andar onde é hoje a Direcção geral dos Proprios nacionaes.

Em 1834, quando a chamada Liberdade supprimiu as associações religiosas, e expulsou os Frades dos bens que tão legitimamente lhes pertenciam (do mesmo modo que uma quadrilha de salteadores me póde, em nome da força, expulsar a mim d'este escriptorio que é meu) foi a Bibliotheca transferida para S. Francisco.

A arcada do Ministerio do Reino já tem outro aspecto; ahi ha sempre paradas as carruagens dos altos politicos que veem procurar instrucções (não direi *instrucção)* áquelle quartel-general da galopinagem politica.

Instrucção, achavam ahi nossos avós no começo d'este seculo, se comprassem livros na lojinha agenciada debaixo da arcada por

um tal Antonio Manuel Polycarpo, livreiro que bastas vezes annuncia na ultima pagina do *Almocreve das petas*. Isso acabou.

Era ali até 1863 a Camara municipal. Do incendio, a que assisti, na noite de 19 para 20 de Novembro d'esse anno, e que me deixou as mais dolorosas impressões, incendio que destruiu incalculaveis preciosidades artisticas entre os trabalhos da repartição technica da mesma Camara, não me occuparei, visto que Vilhena Barbosa tratou esse assumpto, e muito bem, no *Archivo Pittoresco*[1]. Direi apenas, que os poucos objectos salvos do incendio constam de um edital da Camara em 1 de Dezembro[2].

Desalojada da sua casa a Vereação, foi funccionar provisoriamente n'uma sala que lhe emprestou o Governo civil no palacio da travessa da Parreirinha[3]. O Governo, que projectava edificar na esquina da rua do Oiro a séde do Ministerio do Reino, determinou se expropriasse ao Municipio o terreno necessario, traçando-se entre o dito Ministerio, e o edificio que houvesse de levantar-se para a Camara, uma rua isoladora, communicando a do Arsenal com a dos Capellistas (rua Nova d'el-Rei)[4].

Com effeito, em sessão camararia de 8 de Novembro de 1866 o vereador Vaz Rans communicou ter já dado posse ao Governo, em nome da Camara, do terreno destinado ao Ministerio do Reino, e expropriado ao Municipio[5]; e, logo em sessão de 26 d'esse Novembro, era encarregado o seu architecto o snr. Domingos Parente da Silva, que substituia o bom Pezerat (impossibilitado pela mais pertinaz e cruel doença) de delinear o projecto do novo solar da Camara lisbonense[6]. O talentoso artista não tardou em desempe-

1 Tomo VI, pag. 297.
2 *Arch. Mun. de Lisboa*, 1863, n.º 206, pag. 1646.
3 *Id., ibid.*, n.º 206, pag. 1647.
4 *Id.*, 1866, n.º 352, pag. 2841.
5 *Id., ibid.*, n.º 360, pag. 2909.
6 *Id., ibid.*, n.º 362, pag. 2926.

nhar-se da incumbencia, e apresentou uma bella Memoria ácerca da reedificação dos paços do Concelho[1].

Em 28 de Março de 1867 o vereador Rodrigues da Camara propoz fossem convidados para examinarem, em commissão technica, o projecto, os artistas Pedro José Pezerat, Rambois, e Cinatti, quanto á parte decorativa; quanto á construcção, Pires da Fonte e Costa Sequeira; quanto á parte scientifica, Feijó e Cascaes. Foi approvada a proposta[2].

Approvados tambem os planos, remetteram-se pela Camara ao Governo; e em 2 de Abril de 1867 o Ministro das Obras publicas devolveu ao Presidente da Camara as plantas e alçados (oito folhas de desenhos), e ordenava-lhe mandasse copiar esses desenhos, restituindo ás Obras publicas os originaes para serem devidamente archivados[3].

Logo em 16 de Abril determinava a Camara annunciar arrematação em hasta publica, a 6 de Maio seguinte, para o fornecimento da cantaria necessaria[4].

O Municipio ficou tão satisfeito com a obra delineada pelo seu architecto, que em sessão de 10 de Junho o Presidente D.or Mendonça propoz para esse artista a gratificação de 500$000 réis, e em quanto durasse a construcção a gratificação mensal de 20$000 réis[5].

Na arcada da Justiça, que é mais morta, reinam os engraxadores de calçado, symbolicos em todas estas paragens burocraticas!

A Junta do credito publico dá tambem uma feição sua á população que ahi formiga em certos prasos do anno, em nome das inscripções de assentamento: viuvas, procuradores, proprietarios....

---

1 *Arch. Mun. de Lisboa*, 1867, n.º 370, pag. 2987.
2 *Id., ibid.*, n.º 378, pag. 3059.
3 *Id., ibid.*, n.º 379, pag. 3067.
4 *Id., ibid.*, n.º 381, pag. 3087.
5 *Id., ibid.*, n.º 389, pag. 3147.

Continuando, vemos ahi a estação da «Guarda principal», que mistura com o elemento civil o militar, e traz ás 11 horas da manhan, quando se rende o posto, uns minutos de boa musica marcial ao rapasio e aos ociosos.

Segue-se a arcada chamada «do Martinho da Neve», ou, mais correctamente, «do Anselmo».

Isso ahi tem a singularidade de ser, n'esta grande praça, toda ella orlada de edificios do Estado, a unica propriedade particular. É ponto para muito pittoresca observação, pela affluencia, quasi exclusiva, de Ribatejanos áquelle café, chegados nos comboios de Santa Apollonia, e que ali vão almoçar. Toda a manhan na arcada estanceiam saloios, arrumando ao longo das paredes laranjeiras e limoeiros para venda, com as raizes embrulhadas em fetos. Depois, pelas 3 horas da tarde, passam os negociantes para a sua *praça*, e no verão ali descansam a tomar uma carapinhada, ou uma pyramide de sorvete de morango e leite. Á tarde e á noite é sitio deserto.

Apesar da boa fama da sua *neve*, não julgue o sr. Martinho, dono d'essa muito afreguezada casa, ter sido elle o primeiro que introduzisse na Capital tão delicioso refrigerante; a neve é já velha entre nós; usava-se, no passado regimen, para preparo de muitos productos culinarios, como hoje se usa n'este clima que tanto precisa ás vezes de correctivo aos excessos thermometricos.

Quando no verão de 1619 aqui veiu D. Filippe de Castella, o Secretario de Estado Christovão Soares, recommendando muito á Camara os preparos com que se devia celebrar em Lisboa tão fausto acontecimento, lembra-lhe *que se faça algum assento sobre neve, por conta da Cidade.* Obrigou-se pois um Paulo Domingues, *neveiro,* morador ás Fangas da Farinha, a trazer a Lisboa quatro cargas diarias de neve; e obrigou-se a Camara a prestar uma casa no terreiro do Paço, e outra ás portas de Santa Catherina, para a venda d'ella a 40 réis o arratel[1]. Portanto, os nossos avós foram to-

[1] Vide nos *Elementos* do snr. Freire de Oliveira, tomo II, pag. 439 e seg., texto e notas.

mar neve ao terreiro do Paço, como ainda hoje vamos (ou podemos ir).

Este palacio da arcada foi construido depois do terremoto por Anselmo José da Cruz, senhor do Sobral, e Fiscal das Obras publicas. Morava elle ahi em 1791[1], e seu filho Sebastião Antonio da Cruz Sobral, Desembargador extravagante da Casa da supplicação[2].

Passou o predio ao genro de Anselmo, o illustre Geraldo Wenceslau Braamcamp de Almeida Castello Branco, 1.º Barão do Sobral, que ahi morava em 1820[3], e teve em 3 de Janeiro de 1830 um terrivel incendio n'esse palacio; incendio em que até morreu gente, por exemplo Luiz Ferreira da Silva, confeiteiro estabelecido na rua Nova d'el-Rei (Capellistas), n.º 124.

Passou o predio ao filho segundo do Barão, que era Anselmo José Braamcamp, e d'este á sua filha a snr.ª D. Luisa Maria Joanna Braamcamp, Baroneza de Almeirim pelo seu casamento. Ficou em partilhas ao segundogenito dos snrs. Barões de Almeirim, o snr. Anselmo Braamcamp Freire, que em Junho de 1889 o vendeu ao snr. Ernesto George, allemão, gerente da Companhia dos vapores transatlanticos.

A ultima arcada, finalmente, em frente e perpendicular á do botequim, a que vae correndo ao longo da face oriental da praça, tem horas no dia em que parece positivamente o inferno, com o despacho e saida de mercadorias da Alfandega!

Já foi tempo, em que essa frontaria de palacios ostentava com orgulho a maior importancia politica, em quanto ali esteve, até á esquina, o Ministerio do Reino. Isso acabou, e a Alfandega invadiu aquelles salões onde dominaram Passos Manuel, Rodrigo da Fonseca, o Duque de Loulé, o Conde de Thomar, o Duque de

[1] *Almanack* do tempo, pag. 225.
[2] *Almanack*, pag. 162.
[3] *Almanack*, pag. 72.

Saldanha, e quantos mais! Essa arcada tem ao fim a *praça*, onde ás tres horas da tarde enxameiam os negociantes e banqueiros; é o seu fôro romano[1].

Teria muito e multissimo que dizer a respeito de cada um dos fragmentos ahi apontados; mas não posso, sobre ponto tão accessorio da minha obra, escrever um longo livro.

Comparado com o que foi em tempos que já lá vão, é hoje o terreiro do Paço um dos sitios mais mortiços de Lisboa. Antigamente esteve ali a morada regia, e portanto accumulava-se n'esse grande centro nervoso a actividade do alto viver elegante da capital. Hoje, só algumas horas por dia se percebe que é o terreiro do Paço a séde do Governo. O mais do tempo vê-se um ermo de Saharah. Os centros commerciaes, elegantes, e operosos, mudaram de poiso; as secretarias de Estado nem são commerciaes, nem elegantes.... nem operosas.

Uma ultima palavra:

Diz Antonio de Sousa de Macedo, recordando-se de Frei Nicolau de Oliveira, que, ao crear o Mundo, anteviu Deus o largo dominio que tinham de vir a exercer os Portuguezes; e, por isso, tudo lhes soube azar á proporção dos desejos: a barra do Tejo, tão famosa, e a bahia do Tejo, tão capaz e desimpedida! Para quê? Para caberem n'este emporio os tributos, e os enormes galeões que os costumavam trazer a Portugal[2].

E eu acrescento com a minha emphase de bom Portuguez que sou:

Para corresponder dignamente a todos esses dons de Deus, faltava-nos um atrio á grande Cidade. Temol-o: é o TERREIRO DO PAÇO.

---

[1] Como este paiz está sempre em reformas, ha pouco passou para a parte do edificio da Alfandega sobre a esquina septentrional o Ministerio dos Negocios estrangeiros, que até Dezembro de 1892 esteve ao Calhariz.

[2] *Flores de España*, cap. v, Excell. II, ed. de 1737, pag. 34.

LIVRO IV

DA RIBEIRA DAS NAUS Á ESPERANÇA

CAPITULO I

Vista de olhos á Ribeira das Naus.—Um Inglez intruzo entre os nossos operarios.—Desconhecida estatua equestre d'el-Rei D. João V.—Protecção do mesmo Rei ao Arsenal da Marinha.—Entra-se no exame do celeberrimo palacio do Côrte-Real.—Genealogia dos Côrte-Reaes.—Casa que essa Familia possuia ao Espirito Santo da Ribeira.—D. Margarida Côrte-Real, herdeira, toma por marido D. Christovam de Moura.—Duas palavras a respeito d'elle.—Projecta D. Christovam reedificar o palacio de sua mulher.—Começam as obras em 1585.—Um conselho do Rei Filippe II.—Accepções varias da palavra *presente*.—Jazigo dos Côrte-Reaes em S. Francisco da Cidade.—Herdeiros de D. Christovam.—Descripções do palacio por autores antigos.—É confiscado em 1640 por el-Rei D. João IV.—Doação ao Principe D. Pedro em 1654.

AGORA, deslisando de vagarinho pela frente da Ribeira das Naus, falemos d'ella, mas só de relance, que temo ficar ahi.

A historia da Ribeira das Naus, se alguem a podesse escrever completa, seria um dos capitulos mais interessantes da nossa chronica nacional, com as apreciações do computo das despezas feitas, o desenho da physionomia da arte nautica ao longo dos successivos reinados, a chronica fidedigna da valente Marinha militar portugueza, a nomenclatura dos navios ali construidos, e a biographia dos nossos habilissimos mestres. *Nossos*, repito, e muito *nossos*; portuguezes dos quatro costados; o que briga com uma asserção de certo viajante, que em 1730 presenceou aqui as tarefas da engenharia nautica dirigidas

por um *constructor inglez*, que parece era reputado por muito perito no seu mistér[1].

Pergunto aos manes d'el-Rei D. João II, aos do Infante de Sagres, aos de Bartholomeu Dias, e aos de todos os nossos navegadores, se não estremecem ao ver aqui, intruzo, a dar ordens na Ribeira das Naus, que as deu ao mundo, aquelle Inglez, que pelo nome não perca!

Então que figura fazia ao pé do sentencioso forasteiro o nosso *Patrão mòr da Corôa?* Assim se denominava, conforme Bluteau, o que presidia á fabrica das naus na Ribeira. Tinha, como regalia inherente á sua qualidade, o direito de andar pela cidade com bengala. Isto em 1720[2]. Tem muita graça. E aquella bengala, por assim dizer, *official,* aquelle bastão distinctivo de uma auctoridade portugueza, abaixava-se ante o anonymo bretão?! Protestâmos todos.

Outra noticia nos dá ahi aquelle mesmo viajante, e que nunca vi n'outra parte: que na Ribeira das Naus, ou no *Arsenal,* como elle diz, existia desde pouco tempo, em 1730, a estatua equestre do Rei[3].

Submetto as minhas duvidas a quem tenha estudado o assumpto, e possa dizer-me se o tal estrangeiro foi, ou não, enganado.

Que esse Rei, cujo animo chegava a tudo, emprehendeu obras que mereciam estatua, e creou aqui o denominado «Arsenal», é certo. «É obra sua o Arsenal de Lisboa, para o corte das madeiras, que se tiram dos pinhaes com machinas admiraveis, que facilitam o trabalho»—diz um coevo[4]; e que seu filho, depois da catastrophe de 1755 aqui levantou, por mão de Eugenio dos Santos de Carvalho, os edificios que lá vemos, é não menos certo[5]. A analyse porém d'esse estalleiro não é para mim; limito-me a mencionar a

---

1 «Sous la conduite d'un constructeur anglais, qu'on dit fort habile dans cet Art.» *Descript. de la Ville de Lisbonne*, pag. 29.

2 *Vocab.*—verb. *Patrão.*

3 «On voit tout auprès l'Arsénal, qui est fort beau, où l'on a fait élever depuis peu la Statue Équestre du Roi.»

4 *Hist. Gen.*, tomo VIII. pag. 259

5 Cyrillo—*Mem.*, pag. 193

sala-do-Risco, bem notavel pelo seu tamanho, a Escola naval, o Museu das Colonias, a Inspecção do Arsenal, etc., que tudo se aloja nos mesmos casarões colossaes[1].

Depois da Ribeira das Naus, apparecia-nos, mais ao Poente, o arrogante palacio do Côrte-Real, que o povo chamava, sem saber porquê, «a Côrte-Real».

Compunha-se o palacio de quatro lanços com uma quadra ao meio; flanqueavam-n-o quatro torreões acoruchados, com altas grimpas: dois para a terra, e dois para o Tejo; e d'estes ultimos destacavam-se dois compridos cirados, sobranceiros á linha da agua, que lhes vinha beijar o embasamento. No intervallo entre estes cirados, um jardim.

Grande e nobre edificio! merece demorado commentario; vamos a elle.

Da familia portugueza dos Côrte-Reaes conta cada genealogista sua origem diversa; é muita vez assim. Até os ha, que a fazem provir de um guerreiro francez, Raymond de la Coste, que, segundo elles julgam, esteve em 1147 na tomada de Lisboa, mas de quem nunca ouvi falarem as memorias coevas.

D'esse Francez dizia-se descendente Vasqueannes da Costa em tempo d'el-Rei D. Fernando; e d'esse Vasqueannes foi filho outro Vasqueannes, o primeiro que usou da alcunha de *Côrte-Real*, transformada em appellido de estirpe. Conta-se que era sujeito todo ce-

[1] Quem quizer esclarecimentos muito authenticos sobre todos estes assumptos, póde consultar a bem elaborada obra do snr. José Candido Corrêa, 1.º Tenente da Armada, Lente e Secretario da Escola naval—*Memoria ácerca das construcções e armamentos navaes e dos estabelecimentos de ensino que lhes dizem respeito*—que precede o *Catalogo official dos objectos enviados á Exposição industrial portugueza em 1888*. É um consciencioso estudo feito por um technico. Recommendo-o muito ao leitor, e só lamento ter conhecido tão tarde este livro.

remonioso, versado em praxes e etiquetas, muito valido d'el-Rc D. Duarte; e dizia brincando este senhor:

—A minha Côrte só é de veras *Real*, quando n'ella está Vasqueannes.

Bastou um dito assim (a celebridade ás vezes caça-se com teias de aranha), bastou essa amabilidade do Monarcha, para que os cortesãos entrassem a chamar ao valido o «Côrte-Real»; e de tão lisonjeira denominação (valha a verdade) se formou o nome d'esta raça illustre.

Avulta pois como primeiro d'ella:

VASQUEANNES CÔRTE-REAL, Alcaide mór de Silves e Tavira, terras onde ainda hoje existem do mesmo appellido pessoas nobres. D'esse Vasqueannes foi irmão Gil Vasques da Costa, armado Cavalleiro em Africa por D. Duarte de Meneses em 1429[1]. Teve Vasqueannes por filho, alem de outro:

VASQUEANNES CÔRTE-REAL, 2.º do nome; Escudeiro Fidalgo da Casa do senhor D. Affonso V em 1477[2]. Teve por filho:

JOÃO VAZ CÔRTE-REAL, que foi Porteiro mór do Infante D. Fernando. Descoberta a Ilha Terceira, do grupo açoriano, por uns mareantes que regressavam de Cabo-Verde para Portugal, foi primeiro donatario d'essa nova Ilha o Flamengo Jacome de Bruges, por carta de 1450. Fallecendo elle, dividiu-se a Ilha em duas capitanias: a de Angra foi dada a João Vaz Côrte-Real, e a da Praya a Alvaro Martins Homem, «aventureiros descobridores da Terra do Bacalhau». João Vaz ainda era vivo em 1496; a 3 de Fevereiro fez testamento em Angra. Foi casado com D. Maria de Abarca, e entre outros filhos teve primogenito:

VASQUEANNES CÔRTE-REAL, 3.º do nome, Védor da Fazenda d'el-Rei D. Manuel, do seu Conselho[3], e Capitão mór da Ilha Terceira, e da de S. Jorge, que elle descobriu a 28 de Abril de 1450. Foi notavel cavalleiro, e muito aceito a seu amo, o qual por testamento

---

1 Azurara—*Chron. do Conde D. Pedro de Meneses*, cap. XXII, e XXXVI.

2 *Hist. Gen.*—Provas, tomo II, pag. 35.

3 Menciona-o D. Antonio Caetano de Sousa na *Hist. Gen.*, tomo III, pag. 215, e tomo XI, pag. 686.

manifestou em 1517 o desejo de que lhe fosse dada a Alcaidaria de Tavira[1]. Em Tanger derrubou e feriu n'uma peleja o Moiro Ali-Baxá, sendo por isso captivado. A despeito das allegações de outros Portuguezes envolvidos no mesmo recontro, que todos blazonavam ser autores do atrevido feito de armas, declarou o proprio Baxá ter sido Vasqueannes o seu vencedor, e reconhecel-o por uns canhões azues que lhe vira. Casou Vasqueannes com D. Joanna da Silva, filha do seu visinho Garcia de Mello, e de sua primeira mulher D. Filippa Pereira da Silva. Fundou o morgado dos Côrte-Reaes, e jazia n'uma das capellas collateraes da parte do Evangelho na egreja do convento de S. Francisco de Lisboa[2]. Tinha uma campa de pedra negra de nove palmos de comprido e quatro de largo; na parede do lado do Evangelho lia-se n'uma lapide este epitaphio:

ESTA CAPELLA HE DE VASQUEANES CORTE-REAL, CAPITÃO E GOVERNADOR DAS ILHAS TERCEIRA E S. JORGE, ALCAIDE MÓR DE TAVIRA, VEDOR DA CASA D'EL-REI D. MANUEL, E DO SEU CONSELHO, E DE D. JOANNA DA SILVA SUA MULHER, FUNDADORES DO MORGADO DOS CORTES REAES, A QUAL FUNDOU, E DOTOU PARA SEU ENTERRO E DE SEUS SUCCESSORES[3].

Teve Vasqueannes Côrte-Real, alem de outros filhos, a Manuel Côrte-Real, que segue.

Manuel Côrte Real herdou a casa de seus paes, e casou com D. Brites de Mendoça, Dama da Rainha D. Catherina mulher d'el-Rei D. João III. Era D. Brites filha de Inigo Lopez de Mendoça.

Possuiam estes Côrte-Reaes, no sitio chamado em antigas eras «o Espirito-Santo», na Ribeira de Lisboa, onde é hoje o nosso «Corpo-Santo», um solar contado[4]; asserção de Gasco, que se

[1] 1.º Testamento d'el-Rei D. Manuel — *Hist. Gen.* — Provas, tomo II, pag. 335.

[2] *Historia da Ordem de S. Francisco* por Frei Manuel da Esperança, parte I, pag. 242, col. 2.ª

[3] Luiz Montez Mattoso — *Memorias sepulchraes do Real Convento de S. Francisco da Cidade*, mss. que pertenceu ao Cardeal S. Luiz, e hoje pertence ao snr. D.or Venancio Deslandes, que teve a bondade de m'o emprestar.

[4] Coelho Gasco — *Antig. de Lisboa*, mss. da Biblioth. Nac. de Lisboa, fl. 293.

confirma com o que diz Christovam Rodrigues de Oliveira, ao mencionar entre os sitios d'esta freguezia dos Martyres a chamada «Cerca de Manuel Côrte-Real[1]». Creio que edificou essa casa o pae d'este Manuel, o Vasqueannes Côrte-Real acima referido, Védor d'el-Rei D. Manuel. Effectivamente, andando elle n'esse empenho, parece que lhe embargou as obras a Camara, ao que teve de acudir o proprio Rei mandando que lh'as desembargassem[2].

O certo é que em 1517 já existiam, e como taes eram officialmente mencionadas, as casas *de Vasqueannes Côrte-Real*[3].

Cotejando documentos, vê-se que a edificação do paço da Ribeira chamou para aquellas paragens a attenção dos poderosos, e surgem ali, por esse primeiro quartel do seculo XVI, algumas das mais nobres residencias senhoris das immediações de Cata-que-farás. Logo mencionarei algumas.

Esta dos Côrte-Reaes observo que se levantava mesmo sobranceira ás aguas, na esquina de um boqueirão, talvez abrigo de barcos, e talvez avoengo do boqueirão do Corpo Santo, que ainda conhecemos. No molhe opposto parece eram, em certa distancia, as teracenas. Pelo menos, é tudo quanto posso inferir do exame attentissimo de uma das gravuras de Braunio.

Filho d'aquelle Manuel Côrte-Real foi, entre outros, Vasco Annes Côrte-Real, primogenito.

VASCO ANNES CÔRTE-REAL, 4.º do nome, 5.º Capitão mór de Angra, herdou a casa paterna sendo já de muita edade, diz o linhagista Manço de Lima. Casou com D. Marianna da Silva, filha de D. João Mascarenhas e de D. Margarida Coutinho. Teve (alem de um filho que morreu em Alcacer-Kibir, e de outras filhas) por herdeira sua filha D. Margarida Côrte-Real.

D. MARGARIDA CÔRTE-REAL, foi uma abastada proprietaria de officios e bens de raiz. Falleceu em 25 de Junho de 1610[4], tendo sido casada com um dos personagens mais conspicuos d'esse tempo,

---

1 *Summario*, ed. de 1755, pag. 20.

2 Cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, liv. IV d'el-Rei D. Manuel, fl. 36.

3 Alvará de 1517, Torre do Tombo, liv. VI *dos Misticos*, fl. 145.

4 *Hist. Gen.*, tomo XII, pag. 347 e seg.

D. Christovam de Moura, a quem a posteridade (com alguma crueldade, quanto a mim) tomou por typo de traidores, e de quem fez o Conde Julião do seculo XVI. Façamos aqui uma pausa.

Quem era esse D. Christovam? era filho-segundo de D. Luiz de Moura Estribeiro mór do Infante D. Duarte, Alcaide mór de Castello-Rodrigo, e membro do Conselho do Cardeal-Rei; foi sua mãe D. Brites de Tavora. Ainda muito novinho, em 1552, metteram-n-o pagem da Princeza D. Joanna, mãe d'el-Rei D. Sebastião; affeiçoou-se-lhe, foi lhe grato, e seguiu-a quando essa Princeza, depois de viuva, se partiu para Castella. Chegou a ser seu Estribeiro mór.

Sabemos o que póde o habito, e o que em certas almas póde a gratidão. Quando sua ama falleceu, D. Christovam, affeito ao viver da Côrte de D. Filippe II, e não tendo motivos fortes que o chamassem a Portugal, deixou se ficar ao serviço de Castella. Estava consummado o revitamento politico; Portugal era uma parte do grande todo peninsular; que podia D. Christovam? aceitou o facto, como muita outra gente, e gente honradissima.

Ahi temos nós Frei Bernardo da Cruz, o minucioso autor da Chronica d'el-Rei D. Sebastião[1]; esse Frade, excellente homem, era visivelmente grande partidario de Castella; a cada linha se está vendo o seu pendor para D. Filippe, e a sua persuasão dos direitos d'elle. Nem todos os *filippinos* foram traidores. É possivel, a seculos de distancia, avaliar, julgar, e sentenciar; durando certas crises politicas, é difficillimo.

Os que chamavam a D. João IV e seus adeptos «os rebeldes de Portugal» não julgavam, no fôro mais intimo da consciencia, ter absoluta rasão? ou pelo menos toda a rasão relativa? O direito, segundo a linha genealogica, pertencia á Duqueza D. Catherina, *mulher* representante de *varão,* o qual vinha a ser um dos derra-

[1] Editada por Alexandre Herculano, e Costa Paiva (depois Barão do Castello de Paiva).

deiros na ordem dos filhos d'el-Rei D. Manuel; ao passo que os adversarios d'aquella Princeza se pronunciavam pelo que julgavam o direito mais conforme á opportunidade das exigencias politicas, e seguiam a Filippe II, *varão* representante de *mulher primogenita*.

A poderosa rasão da conveniencia das maiorias, a noção da ordem e do bem geral, a suprema lei da salvação publica, tudo são causas que actuam fortemente. Por isso muitos dos sectarios de Castella, obcecados (ou não obcecados) quebravam lanças, com energia, e cheios da melhor fé, pelo mesmo que nós hoje, em boa fé e com energia, chamamos *usurpação*. N'aquelle escuro periodo de perturbação moral, lograriam elles, acaso, distinguir claras e nitidas as raias entre a legalidade genealogica e as conveniencias da Peninsula?

De mais a mais ha outra circumstancia ainda: era sonho, já antigo, de bons Portuguezes a união dos dois thronos. El-Rei D. Fernando, bisneto de Sancho IV de Castella, chegou a cunhar moeda como Soberano de Castella e Portugal. El-Rei D. Manuel chegou a ser jurado Principe herdeiro das duas corôas. Em 1580 apparecia o ensejo facil de realisar o sonho, e constituir uma nação poderosissima. Muita gente aproveitou esse ensejo, e se manifestou, uns por um modo, outros por outro.

Haveria então perigo para a seguridade do Estado em deixar a Duqueza subir ao poder? houve quem julgasse que sim; houve quem previsse os rios de sangue que haviam de correr, e desejasse evital-os; houve quem entendesse que, nas melindrosas aperturas de 1580, achando-se Portugal fraco e desmoralisado, mais lhe convinha fazer parte de uma nacionalidade grande, sob o pulso de ferro de Filippe o Prudente, do que levantar sobre os escudos a Casa de Bragança. Se este derradeiro alvitre succedesse, não seria sem graves luctas internas. Conjurar a guerra civil, quizeram-n-o certamente muitos adeptos filippinos.

Houve-os sinceros? Quem o poderá negar?

Houve os vilmente comprados? Ninguem tenta contestal-o.

Mas, respondam, não está esse *processo* no animo de todos os governantes, antigos e modernos? Não fazem o mesmo (em ponto pequenino) os Governos chamados *constitucionaes*, comprando elei-

tores, comprando jornalistas, comprando deputados? e julgam-se deshonrados por isso?

N'este vai-vem das politicas humanas, n'esta fluctuação eterna das opiniões humanas, quem póde affirmar que morre abraçado á verdade absoluta em politica? Sejâmos tolerantes.

Fala-se das demasias de severidade empregada contra os que se oppunham ao Governo filippino. Mas, por Deus! qualquer das duas parcialidades que houvesse vencido precisava estribar-se na força. Para o filippino, vencedor, todo o brigantino era um traidor á Patria. Depois de 1640, todo o filippino era para o brigantino um miseravel. D'ahi as intolerancias, e os excessos, ás vezes crueis, mas quasi sempre logicos: a cadeia, a confiscação, as artimanhas filhas da natureza humana, toda ella egoismo.

Ás machinações do gabinete castelhano, respondem as porfiadas diligencias do gabinete portuguez; ás astucias, as astucias; aos livros, os livros; ás calumnias, as calumnias; aos pamphletos, os pamphletos; ás batalhas, as batalhas. Ás condemnações de muitos patriotas de Portugal, respondem as sanguinosas execuções do Rocio. Ao supplicio durissimo do innocente senhor D. Duarte, responde, toda lagrimas, a mulher do innocente Duque de Caminha.

Chama hoje alguem rebeldes, e infames, e traidores, aos sequazes de Affonso Henriques, Conde suzerano que desfraldou pendão de independencia? não; mas certamente lh'o chamaram os puritanos leonezes.

Accusa hoje alguem os partidarios de um D. João I, que se rebellou contra a estricta legitimidade da Rainha Beatriz? não; mas accusaram-n-os os legitimistas que tinham jurado essa Princeza.

Quer alguem mal aos adeptos do Prior do Crato, que, erguendo-se como pretensor, calcava aos pés os direitos da senhora D. Catherina, mais legaes que os seus? não; mas quiz-lhes o maior mal a facção dos brigantinos, e a opinião geral dos castelhanos.

Portanto: sejamos mais indulgentes do que usamos ser, para com os chamados *traidores*, que sustentaram os Filippes desde 1580 até 1640.

Isto tudo redunda em indulgencia e tolerancia para com D. Christovam de Moura, de quem vinhamos falando.

D. Christovam de Moura aceitou o facto realisado; lá teve os seus motivos; porque havemos de crer que fossem torpes?

Para tratar certos negocios em Portugal, entendeu D. Filippe mandar cá D. Pedro Giron, Duque de Ossuna, e mais D. Christovam. Este (diz um chronista) «foi para isto eleito por ser portuguez, posto que creado em Castella no serviço da Princeza D. Joanna, e depois no d'el-Rei, por ter pae, e irmãos, e muitos parentes fidalgos em Portugal[1]». E do mesmo D. Christovam affirma o insuspeito Antonio de Sousa de Macedo, com o seu criterio de homem de bem, que «foy hum varão prudentissimo[2]».

O certo é que D. Filippe estimou cordealmente a D. Christovam, o nomeou Gentil-homem da sua Camara, Conde de Castello-Rodrigo, e depois Marquez, Conde de Lumiares (titulo que ficou pertencendo aos primogenitos da Casa), Sumilher de corpus, Camarciro mór, do Conselho de Estado, Vice-Rei e Capitão General de Portugal.

Pergunto apenas, se o aceitar essas mercês do Rei effectivo (para elle Rei *legitimo*, ou Rei *necessario*) lhe imprimia labeo de traidor. Tanto, como a muitos outros Grandes, a começar pela Casa de Bragança.

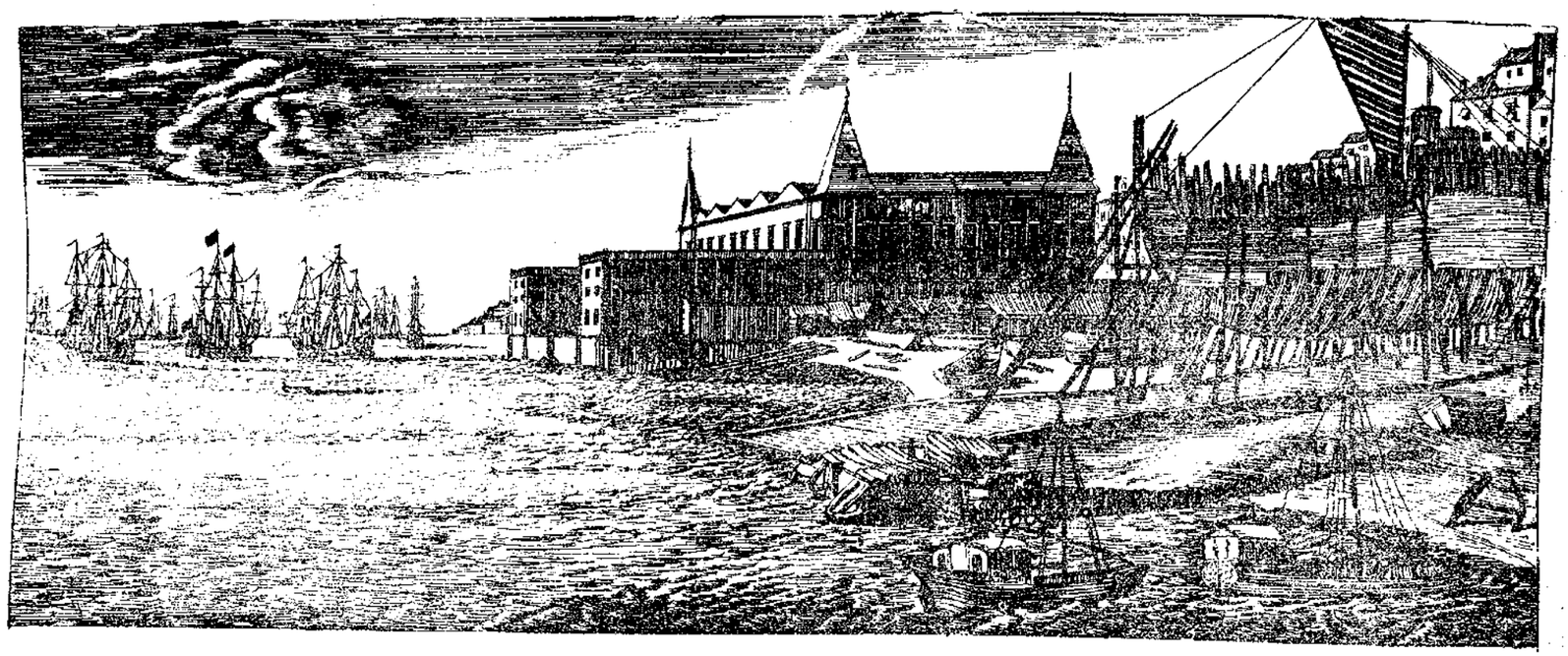
Aos olhos das idéas de hoje, esses filippinos de boa-fé enganaram-se; um engano não é um crime; e repito com o talentoso lyrico francez Achille Millien:

Non, non! je me refuse à jeter l'anathème
Aux braves qu'a trompés le caprice du sort!

. . . . . .

Rico, poderoso, omnipotente, embriagado do fumo das grandezas supremas, quiz D. Christovam possuir em Lisboa residencia

[1] Frei Bernardo da Cruz — *Chron.*, cap. XCV.
[2] *Dominio sobre a fortuna*, cap. XXI.



PALACIO DO CÔRTE-REAL

no largo do Corpo-Santo

reproducção phololithographica de uma antiga

gravura de van-Merle

correspondente á sua alta representação. O antigo solar «do Espirito-Santo da Ribeira», que lhe coube por cabeça de sua mulher, a supra-mencionada D. Margarida Côrte-Real, era já mesquinha gaiola para tão alentado passaro. Traçou pois ahi com mão larga, um palacio vastissimo, e que veiu a ter em Lisboa, como diz Coelho Gasco, «o primeiro logar na majestade»; ficou competindo «com as principaes casas senhoris da Europa», e declarava bem «o alto espirito do prudente Marquez de Castello-Rodrigo[1]». Palavras de testemunha de vista, e fidedigna.

Pelas estampas que ficaram da Lisboa velha se vê o que era de sumptuosa esta vivenda, alastrada n'um largo trato de terreno, com os seus quatro corucheos carregados de grimpas, com as suas longas filas de nove sacadas nobres, fóra as dos torreões, os seus dois terraços sobre a agua, e o seu recinto murado e resguardado. Sobrepojando o portão principal, viam-se esculpidas em marmore, e dominando o largo do Corpo-Santo, as armas de Moura e Côrte-Real em duas pallas, assentes na Cruz de Calatrava, Ordem de que era Mestre o Marquez D. Christovam[2].

Começou-se a edificar esta mole magnifica em 1585 segundo se crê[3].

Acerca da sua construcção, ha em Supico uma anecdota, que não quero deixar de escrever aqui.

Tinham as obras consumido a avultada renda de D. Christovam de Moura, e via-se elle talvez a pique de suspendel-as. Occorreu-lhe pedir a seu Real amo algum subsidio extraordinario; mas, temia recusa. Trazia, á cautella, na algibeira o prospecto do edificio, e aguardava ensejo, que parecia não ter de chegar. Uma vez, andando Filippe II a passear com o valido n'uma galeria do paço de Madrid, disse para o Marquez:

—Grande palacio andais fazendo na Ribeira de Lisboa, segundo ouvi, Marquez.

---

[1] *Antig. de Lisboa*, fl. 293, etc.

[2] Coelho Gasco—*Antiguidades*, fl. 295 v.

[3] Snr. Eduardo Freire de Oliveira—*Elementos*, tomo II, pag. 517, nota. Este snr., que não improvisa, certamente viu algures, e em bom sitio, tal noticia.

—Sim, meu senhor —volveu este;— é grande, como convem a um ministro de Vossa Majestade. A proposito: aqui tem Vossa Majestade os planos. Infelizmente, meu senhor, falta-me a fazenda. Está prompta a parte inferior, apenas;— e accrescentou sorrindo: espero que Vossa Majestade agora mande concluir os altos.

—Marquez —respondeu o Rei rindo com malicia— tomae o meu conselho, que é de prudente: alugae os baixos, e com as rendas fareis então os altos[1].

Não sei se D. Filippe auxiliou a final as minguas do Ministro; o que sei é que o bairro marinho de Cataquefarás, a que Herculano chama muito bem «bairro de pescadores[2]», viu o novo palacio do Corpo-Santo (ou do Côrte-Real) ir a pouco e pouco erguendo as suas filas de sacadas, os seus torreões, e a linha atrevida dos seus eirados amphibios. Com todo esse plano admiravel, ficou sendo uma das habitações sumptuosas de Lisboa, e, até certo ponto, quasi rival do paço da Ribeira.

Ha outra anecdota (preciosas vinhetas são estas para a Historia seria!) ha outra anecdota, que ainda poderia ser trazida a proposito do palacio; allusão clara aos beneficios financeiros que de seu amo recebia o Marquez:

Passava ali certo homem conversando com um amigo; e, como diz um anexim que «quem faz casa na praça, uns dizem que é alta, outros que é baixa», commentaram, já se vê, a edificação.

—Grande casa! —diz um.— O dono fel-a? ou veiu-lhe já dos seus passados?

—Fel-a —tornou o outro.— Não foi dos seus *passados*, mas seria talvez dos seus *presentes*.

Fallecido a 26 de Dezembro de 1613, foi D. Christovam sepultado em Lisboa, no mosteiro de S. Francisco, em mausoleo de jaspe, sem epitaphio, na capella de Santa Helena, que era dos Côrte-Reaes, avoengos de sua mulher. Aos dois lados do altar viam-se dois mausoleos de pedra lioz e preta[3].

---

[1] *Coll. de apophtegmas*, tomo I, pag. 57.

[2] *O monge de Cister*, cap. XIX.

[3] Frei Manuel da Esperança—*Hist. de S. Francisco*, parte I, pag. 243, col. 1.ª

No da parte do Evangelho havia um escudete com o brasão de armas dos Mouras, os sete castellos em tres pallas, e o letreiro seguinte:

OSSADA DE DOM LVIS DE MOVRA,
PAI DE DOM CHRISTOVÃO, PRIMEI-
RO MARQVES DE CASTEL RODRIGO[1]

No da parte da Epistola lia-se o seguinte por baixo do um escudete em lisonja com as armas dos Tavoras:

OSSADA DE D. BEATRIZ DE TAVORA
MAY DE D. CHRISTOVAM DE MOURA
PRIMEIRO MARQUEZ DE CASTELLO RODRIGO

Sobre o arco da mesma capella via-se um escudo, que devia ser o dos Côrte-Reaes[2].

Ao illustre D. Christovam de Moura, fundador do palacio do Côrte-Real, ou antes total reconstructor, e notabilissimo ampliador, do solar velho dos Côrte-Reaes, succedeu seu filho D. Manuel de Moura Côrte-Real.

D. Manuel de Moura Côrte-Real, 2.º Marquez de Castello-Rodrigo, e Conde de Lumiares, Governador e Capitão das Ilhas Terceira, do Fayal, e do Pico, Commendador na Ordem de Alcantara, Gentil-homem, etc. Foi escriptor genealogista mencionado por Sousa e Barbosa Machado, e (a crermos Coelho Gasco) «digno senhor de todos os louvores que se podem d'elle dizer». Alem de tudo mais, era muito curioso de antiguidades, prenda rara em Portugal, onde os amadores da archeologia são expostos á irrisão no

1 Coelho Gasco—Primeira parte das *Antig. de Lisboa*, fl. 292 v.

2 Luiz Montez Mattoso acima citado—*Mem. sepulchr.* Este não traz a partição das linhas dos epitaphios. A fórma do de D. Luiz de Moura é tal qual se vê em Coelho Gasco d'onde o copiei. O escudo, segundo Montez Mattoso o traz, está muito mal debuxado.

pelourinho dos parvos.... e das parvas. Casou com D. Leonor de Mello, filha do Marquez de Ferreira. Morava em Novembro de 1616 em Lisboa no seu palacio «do Côrte-Real». Ahi se celebraram a 19 os tratados antenupciaes do casamento da irman do mesmo D. Manuel com o Conde do Vimioso[1].

Alem de outros filhos teve de sua mulher o Marquez D. Manuel de Moura Côrte-Real a:

D. Francisco de Moura Côrte-Real, 3.º Marquez de Castello-Rodrigo, Conde de Lumiares, Grande de Hespanha, Embaixador, Vice-Rei na Sardenha, etc. Casou com D. Anna de Moncada, filha do Duque de Montalto. Não importa aqui seguir essa linha.

Se não existissem muitas estampas, de que possuo algumas, que nos mostram claramente a fórma e importancia d'este palacio celebre, bastaria a admiração com que d'elle falam os contemporaneos, para nos demonstrar quanto era estimada em Lisboa aquella bonita peça de architectura filippina.

Depois de mencionar uma capella que havia n'este largo, e de que vou dentro em pouco tratar, diz o poeta da *Relação* de 1626:

> Junto d'ella logo as casas
> de architectura soberba
> de Mouras Côrte-Reaes,
> de bem Real apparencia.
>
> E ha milhares de fragatas
> na praia aqui junto d'ellas,
> em que por pouco dinheiro
> quem quer no mar se recreia[2].

Depois d'esse autor portuguez, oiçamos como fala da casa o viajante francez Monconys em 1628:

---

[1] *Hist. Gen.*—Provas, tomo v, pag. 686 e seg.

[2] *Relação em que se trata*, etc.

«A residencia do Marquez de Castello-Rodrigo — diz elle em plena dominação castelhana — é situada á beira do mar, e é das mais magnificas de Lisboa. Tem quatro formosos lanços de edificio flanqueados de torreões, e uns terraços onde se passeia, e que dominam o Tejo[1].»

Como illustração ao texto, denuncio aos estudiosos uma bellissima gravura em cobre assignada por *van Merle*, e intitulada *Veüe et Perspectiue du Palais du frere du Roy de Portugal a Lisbonne.* Tenho-a nas minhas collecções. O primeiro plano representa a Ribeira das Naus; ao fundo o vulto imponente do palacio, e muito ao longe as tercenas de Santos. Mais ao longe a barra[2].

Consummada a revolução heroica de 1640, a primeira vez que se me depara menção d'este palacio é em Agosto de 1641: mandou-se aprestar para residencia do Embaixador de França, o qual aliás se não serviu do offerecimento[3].

Em 15 de Março de 1642 decretou el-Rei D. João IV a confiscação dos bens da familia Castel-Rodrigo: a quinta de Queluz (hoje da Casa Real), e o palacio do Côrte-Real[4]. Em 17 de Agosto de 1654 concedia o mesmo senhor esses bens a seu filho o Infante D. Pedro, que depois veiu a ser el-Rei D. Pedro II[5].

---

1 *Voyages de M. de Monconys,* tomo IV, pag. 32.

2 Vai reproduzida n'este volume.

3 Vide pag. 332 d'este mesmo livro.

4 Data que achei no livro do snr. José Ramos Coelho.—*Historia do Infante D. Duarte,* tomo I, pag. 450. O autor reporta-se ao Mss. da Biblioth. Nac. de Lisboa F–2–30–fl. 111.

5 O alvará de doação é o seguinte; conservo a graphia do registo existente na Torre do Tombo:

Eu el Rei faço saber aos que este alvara virem que p.ª faser m.ce ao infante dom pedro meu m.to amado e presado filho; hei por bem dar lhe p.ª si e susesores de sua casa a quinta de q̃lus e suas pertenças q̃ foi do marques de Castello Rodrigo e a pesue oje por minha faz.ª condeclaração q̃ constando q̃ he demorguado lha concedo enq.to durar a ausencia dos susesores e seçando ella

Com isto dou por terminada a primeira parte da chronica do celeberrimo palacio que nos occupa.

Descancemos uns minutos.

---

largara o infante livrem.te o que for do morguado sem duvida ou embargo algũ ou se compora com osusesor do morguado se o susesor do morguado o quizer faser q̃ sera senpre intervindo euidente vtilidade do morguado e nesta confirmidade lhe faço tãobem m.ce das casas q̃ chamão Corte Real e forão do mesmo marques e este aluara se cumprira como nelle se contem e valera posto q̃ seu efeito aja de durar mais de hũ anno sen enbargo da ordenação do L.º 2.º titt.º 40 en contr.º m.ci do couto (?) o fes en lx.ª a desasete de agosto de seiscentos cincoenta e quatro Jacinto fagundes Pereira o fez escrever—Rej.

Chancellaria d'el-Rei D. João IV, liv. xxvii, fl. 22.

CAPITULO II

Hospeda-se no Côrte-Realgo Conde de Sandwich em 1662.—N'esse anno passa o Principe D. Pedro a habitar n'este palacio.—Para aqui se muda de Queluz.—Como apreciam esta casa magnifica dois antigos viajantes.—Recepções da Rainha D. Maria Francisca no Côrte-Real.—Um duello no pateo.—Despeitos e arrogancias do Marquez de Cascaes; scena de altivez presenceada n'estas salas.—Nasce em 1669 a Infanta D. Isabel.—Doença da Rainha em 1671.—Seu fallecimento em 1683 em Palhavan.—Chegada da Rainha D. Maria Sophia em 1686.—Enumeram-se os nascimentos de outros Principes n'este mesmo palacio.—Aqui morre em 1699 a Rainha D. Maria Sophia.—Para aqui vem habitar em 1700 a senhora D. Luisa, Duqueza do Cadaval.—Chegada do Principe Jorge de Darmstadt em 1702.—Sai el-Rei D. Pedro para a guerra da Beira.—Sua tornada e morte.—É restituido o palacio do Côrte-Real aos herdeiros dos seus antigos donos, e por elles vendido á nossa Familia Real.—Incendio em 1751.—Versos que esta calamidade motivou.—Restauram-se os estragos; aqui se instaura a Casa do Infantado.—Medições do predio, e descripções authenticas.—Descobre-se o jardim do palacio em 1883.

O Côrte-Real não ficou morando o seu novo senhor, que era um menino de seis annos apenas, nascido em 1648, e creado por seus paes no paço da Ribeira.

Em 1662, desde 10 até 13 de Março, foi no Côrte-Real hospedado o conde de Sandwich, Embaixador de Inglaterra nomeado para acompanhar a Londres a nossa Infanta, sua Rainha. Era Eduardo Montagu, de quem já falei n'um dos capitulos antecedentes[1].

1 *Hist. Gen.*, tomo VII, pag. 293. Existe um folheto intitulado *Relação da hospedagem feita em 10 de Março de 1662 ao Conde de Sandwich, Embaixador Extraordinario d'el-Rei de Inglaterra;* mas por mais que o procurei, foi-me impossivel achal-o.

Foi então, em 1662, que, tendo chegado aos quatorze annos o joven Principe D. Pedro, obteve de sua mãe a Rainha D. Luisa a appetitosa mercê de ter casa á parte e sobre si, indo habitar o seu palacio do Côrte-Real[1].

No referver das desavenças com o irmão, tinha-se retirado para Queluz, d'onde vinha todos os dias ao Grillo saber da Rainha mãe, a qual se achava agonisante no seu mosteiro, em Fevereiro de 1666, e ahi falleceu[2]. Persuadiu então ao Principe o Conde de Castello-Melhor, que, para evitar a fadiga d'aquella jornada diaria, se mudasse outra vez para o Côrte-Real, pelo menos em quanto durava a doença da Rainha[3].

Entrou o Principe a affeiçoar-se deveras á grande casa, até então pouco menos que erma, e fez n'ella residencia quasi definitiva para o resto dos seus dias. Digo *pouco menos que erma*, visto como as lojas e baixos do palacio se arrendavam já no tempo d'el-Rei D. João IV a varios inquilinos, segundo indica certo documento do nosso Municipio lisbonense[4]. Serviu o conselho de D. Filippe.

Durante o reinado de D. Pedro ha um viajante estrangeiro, que nos deixa entrever este paço magnifico, alindado a primor, guardado vigilantemente por tresentas sentinellas vestidas de pardo agaloado de verde[5].

«O palacio onde mora D. Pedro e a Rainha —assim diz o citado viajante— é composto de quatro pavilhões pequenos, e dois

---

1 *Hist. Gen.*, tomo VII, pag. 430.

2 O nobre mosteiro acha-se roubado, profanado, e hoje em via de demolição (Setembro de 1890) tendo os despojos mortaes da Rainha sido arrancados do sitio onde era ultima vontade d'Ella que a deixassem dormir. Isto tudo em nome de uma tyrannia que se alcunha hypocritamente de LIBERDADE!!! Portugal vai á véla.

3 *Hist. Gen.*, tomo VII, pag. 400.

4 Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. 1 d'el-Rei D. João IV, fl. 209.

5 *Voyages faits en divers temps*, etc. Extracto nas *Noites de insomnia* de Camillo Castello Branco, n.º 2, pag. 54.

cirados, onde aquella Princeza vai de tarde tomar ar com as damas. Está ali sempre o regimento da armada, e as ante-camaras estão sempre atalayadas[1].»

E diz outro narrador estrangeiro:

«Mora el-Rei D. Pedro n'um palacio particular, por elle comprado no tempo em que ainda era Infante, isto é durante o reinado do senhor D. Affonso VI[2]. Fica este palacio á ourela do Tejo; compõe-se de quatro formosos lanços, e flanqueiam-n-o quatro torreões. Tem mais dois cirados, e galerias para passeio ao rés das aguas. Foi o edificio confiscado ao Marquez de Castello-Rodrigo, por ter este Marquez seguido a parcialidade castelhana ao tempo da revolução. Verdade seja, que, segundo o tratado entre as duas Corôas, todos os seus bens deviam ter-lhe sido restituidos; mas o certo é que ainda esta propriedade lhe não foi entregue. Chamam-lhe o palacio do *Corpo-Santo,* por causa da capella que lá existe[3].»

Essa phrase *que lá existe* brevemente vai ser commentada n'um dos seguintes capitulos. Significa existir no proximo largo (e não no palacio) uma capella com aquella invocação.

A essas nobres paredes achou-se ligada no seculo XVII, por algumas datas, a historia intima da Casa Real.

Estava-se em Setembro de 1668. Nas suas salas do Côrte-Real dava audiencia a Princeza (ex-Rainha) ás senhoras da Côrte, que iam entrando. Assistia á recepção o Mordomo-mór Duque do Cadaval. No pateo e no largo do Corpo-Santo estanciavam os coches, á espera. Lá em cima succediam-se umas ás outras as mesuras,

---

1 *Voyages faits en divers temps,* etc. Extracto nas *Noites de insomnia* de Camillo Castello Branco, n.º 2, pag. 55.

2 Engano.

3 Don Juan Alvares de Colmenar—*Annales d'Espagne et de Portugal,* tomo III, pag. 268 da ed. de Amsterdam, 1741.

emquanto a formosa Franceza distribuia sorrisos e phrases de melliflua amabilidade áquelle rancho de elegantes e nobres Portuguezas.

N'isto ouve-se um tropel no pateo, um altercar violento, e um retinir de ferros. Sobresaltou-se a Princeza D. Maria Francisca, e voltando-se para o Duque do Cadaval, que tinha corrido a uma das janellas, e mandado a baixo um recado por um moço da Camara, perguntou muito inquieta:

— Que é isso, Duque?

O Duque percebera tudo; mas o certo é que a Mulher do Regente entrara no seu estado interessante, e eram poucos todos os resguardos.

— Minha senhora — volve o gentil Mordomo-mór inclinando-se, e forjando com dextreza uma innocente historieta — tinha-se soltado um cavallo, e andavam os lacaios para o apanhar; peço a Vossa Alteza que socegue.....

Socegou, e foi continuando na audiencia; mas a verdade não era aquella: tinham-se encontrado no pateo dois moços; um, sizudo filho do Conde de Villa-Flor; o outro, filho do Conde de Valde-Reis, rapaz turbulento e mal avisado; não se sabe o que houvera; mas, ou fosse rixa antiga, ou caso de precedencia, ou resto de discussão ao jogo, ou qualquer coisa assim, descompozeram-se, e arrancaram as espadas, batendo-se ali mesmo, no sagrado recinto de um paço, sendo a final apartados, agarrados, e prezos.

Graças á presença de espirito do Duque, tudo correu ás maravilhas, e a melindrosa saude da Princeza não perigou[1].

Conheço outro caso, muito caracteristico, como historia de costumes, passado aqui.

Andava o Marquez de Cascaes, D. Alvaro Pires de Castro e Noronha, a pretender com grande empenho certo despacho: falou mais de uma vez ao Principe Regente, mas sem resultado. Ora o

---

[1] *Monstruosidades do tempo e da fortuna*, pag. 57.

Marquez de Cascaes era Conde de Monsanto, senhor de não sei quantas villas, Alcaide mór de Lisboa, tres vezes Official mór, Conselheiro de Estado, Conselheiro de Guerra, Embaixador Extraordinario em Paris, que sei eu? tinha tudo quanto se póde ter; e alem d'isso, e antes d'isso, era Castro

> ..... da antiga Casa Castro,
> já d'antes do Real tronco d'estes reinos
> por grande conhecida—

como diz Antonio Ferreira.

Pois bem; mas quem tem pouco, quer muito; quem tem muito, quer tudo; e quem tem tudo, quer, alem de tudo, mais alguma coisa. Essa coisa cubiçada era para o velho e caprichoso Marquez..... ser Governador das armas de Cascaes! Parece incrivel, mas é verdade.

O Principe Regente, importunado uma e muitas vezes, prometteu apresentar a pretenção ao Conselho de Estado; e o Conselho votou contra. Queria talvez evitar-se o precedente de entregar os senhorios feudaes na mão armada dos seus titulares. Occorreu (quem sabe?) a politica de D. João II....

Ficou furioso o nobre ancião, e foi logo ao paço do Côrte-Real, onde se achava o Regente. Apenas o avistou, desembainhou a espada, e atirou-lh'a aos pés, com impeto de grande colera; e tanto, que a espada foi escorregando na alcatifa, e só parou ao embater n'uma porta.

Com aspecto severo, perguntou o Regente em voz aspera e alta:

—Que quer dizer isto, Marquez? que desatino é este?

—Isto, meu senhor, —volve o insoffrido— é mostrar que espada que não serve para defender a Vossa Alteza Real, mande-a Vossa Alteza dar a um dos seus lacaios.

Sentiu-se o Principe, e reprimindo o seu impulso, contentou-se em segurar o outro pela capa, e dizer-lhe:

—Se eu não considerasse que não passas de um velho tonto, deitava-te d'aquella janella a baixo. Vai para tua casa, e já.

Interpozeram-se logo alguns cortesãos ali presentes, retiraram o desatinado, que se recolheu á sua morada, no Castello, a esperar as Reaes ordens.

As Reaes ordens não tardaram: significava-se-lhe que dentro em tres dias saisse da Côrte.

Dentro em tres horas saiu[1].

Correu tempo. Uma vez mandou-lhe o Regente acabar o desterro. Respondeu o inquebrantavel isto assim: que estimava muito que Sua Alteza se desse por satisfeito com o castigo que lhe dera; e que elle, Marquez, tambem estava muito satisfeito com a resolução que tomara de não voltar nunca mais á Côrte. No seu exilio da villa de Ançan veiu a fallecer em 1674[2].

Na noite dos Reis, 6 de Janeiro de 1669, da 1 hora para as 2, deu a Princeza D. Maria Francisca á luz uma Infanta, com a maior felicidade. Foi muita a alegria da Côrte, que se achava ali na espectativa do successo; repicaram logo os sinos da Capella do visinho paço da Ribeira, e communicou-se a festival melodia a todos os bronzes da Cidade. Logo de manhan celebraram-se graças na dita Capella na presença de todos os officiaes da Casa; prégou o grande Padre Antonio Vieira[3].

Essa Infanta, a senhora D. Isabel, fallecida no visinho paço da Ribeira aos vinte e um annos, em 21 de Outubro de 1690, chegou a ser jurada Princeza herdeira; jaz no mosteiro das Francezinhas, fundação de sua Mãe, extincto desde 9 de Março de 1890.

Nos primeiros dias de Dezembro de 1671, enfermou gravemente a Rainha-Princeza D. Maria Francisca; reconhecendo-se que eram

1 *Monstruosidades do tempo e da fortuna*, pag. 51.
2 *Hist. Gen.*, tomo VIII, pag. 542.
3 *Monstruosidades do tempo e da fortuna*, pag. 69.

bexigas, mudaram-se todas as outras Pessoas Reaes para o quarto do Forte. Melhorou em breve a doente[1].

Não falleceu aqui, mas sim em Palhavan, em Dezembro de 1683.

No Côrte-Real havia embarque facil n'um caes a meio do jardim, caes que a bellissima gravura que citei de van Merle apresenta muito claro; e a Pessoa Real que ali morasse não necessitava ir embarcar ao Forte do paço da Ribeira. No Côrte-Real embarcou a 11 de Agosto de 1686, em grande gala, n'um riquissimo bergantim el-Rei D. Pedro II, para se ir a bordo buscar sua segunda mulher a Rainha D. Maria Sophia. O desembarque dos noivos foi n'uma rica ponte construida sobre a da Casa da India, d'onde se communicava com o pateo da Capella. Por ahi seguiu a pé o cortejo nupcial[2].

No mesmo Côrte-Real nasceu d'este segundo matrimonio do senhor D. Pedro II, em 30 de Agosto de 1688, o Principe D. João, fallecido menos de um mez depois.

Em 22 de Outubro de 1689 nasceu ás 9 horas e meia da manhan outro Principe do mesmo nome, que depois veiu a ser el-Rei D. João V.

Em 25 de Maio de 1691 o Infante D. Francisco.

Em 15 de Março de 1694 o Infante D. Antonio.

Em 24 de Fevereiro de 1696 a Infanta D. Thereza.

Em 3 de Agosto de 1697 o Infante D. Manuel.

Em 30 de Janeiro de 1699 a Infanta D. Francisca.

Finalmente aqui falleceu, uma terça feira, 4 de Agosto de 1699, ás 5 horas e meia da tarde, com trinta e tres annos, a Rainha D. Maria Sophia Isabel de Neubourg.

---

1 *Monstruosidades do tempo e da fortuna*, pag. 189.

2 *Hist. Gen.*, tomo VII, pag. 491 e 495.

Vestido o cadaver, foi transportado do Côrte-Real para o quarto do Forte no proximo paço, d'onde saiu em funeral para S. Vicente[1].

A senhora D. Luisa, filha legitimada d'el-Rei D. Pedro, enviuvou do Duque do Cadaval, D. Luiz, em 13 de Novembro de 1700; saiu logo de casa, e hospedou-se no Côrte-Real, onde permaneceu todo o tempo da viuvez, até casar com seu cunhado, o Duque D. Jayme[2].

Em 29 de Julho de 1702 teve audiencia do mesmo Soberano, nas salas do Côrte-Real, o Principe Jorge de Darmstadt recem-chegado a 15, a bordo de uma fragata ingleza, e hospedado na Embaixada da Allemanha, que era no palacio do Visconde da Asseca a Santos-o-Velho[3].

Em 28 de Maio de 1704 sahiu do Côrte-Real el-Rei D. Pedro, e foi para a Beira ajudar com a sua pessoa a campanha contra os Castelhanos em favor do pretendente Carlos III. Tornou a entrar no seu querido palacio a 17 de Novembro[4]; mas em breve adoeceu no correr de Dezembro.

Já descrevi com minucia essa doença e o fallecimento d'el-Rei, quando lá em cima tratei do paço de Alcantara.

Voltemos agora um pouco atraz:

Terminadas as nossas desavenças com Castella, e publicadas as pazes em 1668, foi o palacio do Côrte-Real restituido á descen-

[1] *Hist. Gen.*, tomo VII, pag. 748.
[2] *Id.*, tomo VIII, pag. 470.
[3] *Id.*, tomo VII, pag. 510.
[4] *Id.*, *ibid.*, pag. 558 e 574.

dencia dos antigos possuidores, a quem tinha sido confiscado. Eram então os Principes Pios de Saboya, Marquezes de Castello Rodrigo em Castella; mas a Familia Real portugueza continuou no palacio pagando de renda aos donos 5:000 cruzados.

Em 26 de Janeiro de 1751 o Principe D. Felisberto Pio de Saboya Moura Côrte-Real Spinola e La-Cerda, Marquez de Castello-Rodrigo e Almacer, Duque de Rochera, Grande de Hespanha de 1.ª classe, senhor dos morgados dos Côrtes-Reaes e dos Mouras, vendeu esta residencia historica, mas para elle completamente inutil, por um juro Real de 5:000 cruzados annuaes ao nosso Infante D. Pedro (depois Rei D. Pedro III)[1].

Por ordem do novo proprietario, que ahi tencionava vir morar, começaram logo obras grandes de adornos e aperfeiçoamentos, até que, em 1751, pegou fogo n'uma sala onde os pintores preparavam collas e tintas. O fogo foi lavrando surdamente, e só se deu por elle ás 7 horas, quando já tinha invadido até á primeira sala dos porteiros da canna. Foi tal a violencia do sinistro, que em quatro horas arderam cento e oitenta e cinco quartos, em que se contaram dezoito salas Reaes, e os quatro torreões dos cantos, «ficando só livres as duas formosas varandas que saíam do palacio para o rio, e as casas que havia por baixo com algumas cavalhariças» — conta Frei Claudio da Conceição. Foi um horror; perderam muito do que tinham varios creados da Casa Real que habitavam no palacio, e teria sido total a perda, se não viessem em nosso auxilio as tripulações de naus inglezas então surtas no Tejo[2].

A este incendio famoso dedicou Frei Estevam Pereira Penharanda, poetastro do tempo, um romance hendecasyllabo em vinte e tres coplas, intitulado *Expressões sentidas, com que no lastimoso incendio do palacio da Côrte-Real desafogou o coração do mais fiel passallo de Portugal.* — 4.º — sem anno nem logar de impressão[3].

---

[1] Diz isso o snr. José Ramos Coelho no seu citado livro *Historia do Infante D. Duarte*, n'uma nota que se lê a pag. 719 do tomo I, e cita o Real Archivo da Torre do Tombo, Documentos do Ministerio do Reino, masso 637.

[2] *Gabinete historico*, tomo XII, pag. 64.

[3] Barbosa Machado — *Bibl. Lusit.*, tomo IV, pag. 115.

Os estragos foram reparados, segundo creio; em 1755, quando veiu o terremoto, achava-se alojado no Côrte-Real o *tribunal da Casa do Infantado*[1].

Segundo o Tombo da Cidade (do qual existe copia na Bibliotheca, por lettra do incançavel e perseverante José Valentim de Freitas), tinha o palacio pela sua principal frente occidental na direcção Norte-Sul, sobre o largo do Corpo-Santo, de torre a torre, 39 varas, 3 palmos, e $\frac{3}{10}$ de palmo. Seguia na mesma direcção, em frente da torre, e de encontro ao Tejo, um corpo com terraço (ou varanda) por cima, de altura de 44 varas e $\frac{5}{10}$; e tinha de comprimento 33 varas, 2 palmos, e $\frac{2}{10}$; total 72 varas, 5 palmos e $\frac{4}{10}$ de palmo.

A frente oriental opposta á do Corpo Santo era de iguaes dimensões á outra, e com igual terraço sobre o Tejo.

Para o nascente seguia-se ainda um terreno, onde havia o picadeiro, a cavalhariça, o palheiro, e outras dependencias; esse terreno, occupando todo o comprimento da frente oriental, tinha de fundo, até confinar com a Ribeira das Naus, 36 varas, 1 palmo, e $\frac{2}{10}$ entrando

[1] Isso diz Moreira de Mendonça na sua *Hist. dos terrem.*, pag. 129. Esse tribunal foi transferido (não sei se logo depois de 1755) para o palacete de um só andar contiguo pelo lado do Norte com o paço da Rainha (hoje Escola do Exercito), na esquina para o Cabeço de Boia (agora rua da Escola do Exercito). Esse palacete, que pertencia á Casa Real, e actualmente pertence ao Ministerio da Guerra, foi cedido em Junho de 1857 para habitação de um Guarda roupa, e Fidalgo Cavalleiro, Joaquim de Sousa Pereira Pato, da illustre Casa dos Patos de Alcochete, como compensação da perda, que o advento do regimen constitucional lhe trouxe, do seu officio de Escrivão da Camara no Conselho da Fazenda. Era casado este snr. com a snr.ª D. Maria da Madre de Deus Infante de la Cerda Castello-Branco, da antiga Casa da Torre da Murta. De ambos é filho um dos meus melhores e mais antigos amigos, João Caetano Pato Infante de la Cerda, que desde a edade de tres annos gosava a mercê da sobrevivencia no officio de seu pae, e desde a sua meninice continua a habitar no mesmo palacete. No tempo em que a Rainha D. Catharina morou no seu bellissimo paço contiguo, servia o palacete como residencia de creados e creadas nobres da mesma Augusta senhora.

n'essa conta uma estreita serventia que isolava do dito terreno o corpo do palacio. O palacio tinha dois andares, como as estampas mostram, e as confrontações d'elle e do terreno adjacente eram estas:

pelo Sul, o Tejo;

pelo Nascente, a Ribeira das Naus:

pelo Norte, a rua (ou viella) chamada da Côrte-Real, de que logo falarei;

pelo Poente, o Largo do Corpo-Santo.

Do velho e soberbo palacio, nada, absolutamente nada se conserva; a não serem (segundo se me quer figurar) os alicerces da ala do nascente, sobre os quaes assenta, ou deve talvez assentar, a sala-do-Risco. Quem observa um plano moderno de Lisboa, vê quanto esta sala diverge da linha perpendicular ao Tejo, linha seguida pelas paredes dos Ministerios no terreiro do Paço. A sala-do-Risco afasta-se d'essa linha em angulo obtuso, nada motivado, e converge para o Poente, como nos planos antigos se vê que tambem convergiam os terrados do Côrte-Real. Imagino que houve desejo de aproveitar parte dos paredões fortissimos do palacio velho; e note-se ter eu dito, pouco acima, que do grande incendio escaparam *as duas formosas varandas*.

Um ultimo esclarecimento, e bem curioso:

Entre os mezes de Junho e Setembro de 1883, andavam no Arsenal da Marinha obras para o alargamento da officina das machinas, situada junto á banda occidental da sala-do-Risco. Tratava-se de cavar o alicerce, mas as difficuldades eram muitas, por ter apparecido ahi agua, que impedia o trabalho; foi necessario rasgar fundo, e metter estacaria sobre que assentassem os ditos alicerces. O meu amigo o snr. Carlos de Pezerat, que dirigia a obra como Engenheiro das Obras publicas, achou então os restos de um

jardim de estylo portuguez; a saber: quatro angulos rectos dos muros de antigos alegretes, dispostos em quadrado, tendo ao centro os restos de um tanque circular. Esses murosinhos mediam cerca de 1 metro de altura, e eram guarnecidos de azulejo na face interior; e o chão ladrilhado; tudo em muito soffrivel conservação. O snr. Pezerat levantou a planta, e entregou-a ao Digno Par Jayme Larcher. Confrontando-a com um plano da Lisboa desapparecida, viu que esse tal jardim, cujo fragmento acabava de ser desentulhado por acaso, devia ter pertencido ao palacio dos Côrtes Reaes á beira do rio, cuja muralha marginal primitiva tambem se achou nos desaterros, encostada a um lado d'esse rectangulo, que se via ter sido uma especie de mirante á beira do Tejo.

Correu logo muita gente a presenciar o achado, commentado em geral com pouquissimo criterio; houve até quem levantasse a insustentavel versão de não sei que piscina de banhos romanos!! Isto é sabido: em as classes elevadas apreciando uma antigualha, dizem: é romana; em sendo o povo, diz: é moira. Nem romana nem moira: fez parte da edificação magnifica ali construida por D. Christovam, com todo o arreganho do luxo do fim do seculo xvi. Era um fragmento do jardim, outr'ora tratado, florido, perfumado, por onde espaireceu sem duvida muita vez o poderoso Ministro filippino, e onde, n'algum canteiro, quem sabe se não brotariam, entre fructas de primoroso regalo, os *melões de inverno*, de que (segundo a *Miscellanea)* fôra introductor em Portugal o Marquez de Castello-Rodrigo[1]?

Tambem em 1883 appareceram ossos, que (segundo ouvi então) eram de um bicho feroz, hyena, se não me engano, que se suppunha ter vivido n'alguma jaula do jardim do paço, e ter sido sotterrado em 1755[2].

[1] *Dial.* IV.

[2] A maior parte d'esta narrativa ultima foi-me ministrada pelo snr. Pezerat em carta de 27 de Setembro de 1890, escripta do Porto em resposta a perguntas minhas.

CAPITULO III

Examina-se a praça do Corpo-Santo.—Varias portas publicas que sobre ella se abriam.—As Fontainhas, e o seu Arco.—Onde era este Arco.—Propriedade que os Mouras ahi algures possuiam.—O que era o boqueirão da Côrte-Real.—Esse arco das Fontainhas tinha tambem os nomes de arco do Corpo-Santo, e de arco de Cata-que-farás.—O postigo dos Cobertos.—*Dos Cobertos* porquê?—Postigo do Carvão, tambem conhecido como arco do Espinho.—Esculpturas d'essa porta.—A Tanoaria.—Lopo Mendes.—A Fundição.—Origens da Tanoaria no seculo XIV.—A porta da *Oira*.—Estuda-se quanto possivel essa celebre entrada.—A origem de tal denominação é desconhecida.—Scenas medievas.—Aderesso da porta da Oira em 1521.—Habitações nobres por estes sitios.—Casa de D. Alvaro da Costa.—Seus descendentes habitaram ahi.—O Postigo do Côrte-Real.—Medições.

Uma vista de olhos agora ao largo, ou praça, na frente occidental do palacio acabado de estudar nos antecedentes capitulos; é o nosso largo do Corpo-Santo.

Corria em 1755, diz o Tombo da Cidade, na direcção Norte-Sul; tinha de comprimento 52 varas, 3 palmos, e $\frac{2}{10}$ de palmo; de largura ao Nordeste 38 varas, 2 palmos, e $\frac{3}{10}$, e ao Sul 22 varas, 2 palmos, e $\frac{5}{10}$. Pelo Nascente caia sobre elle o paço do Côrte-Real, e pelo Poente o Convento dos Dominicanos.

Temos que estudar:

1.°— As varias portas de serventia publica da muralha que se abriam sobre este largo;

2.°—A ermida de Nossa Senhora da Graça, tambem denominada do Corpo-Santo, e que assignalou o sitio;

3.°—O convento dos Dominicanos.

Passaremos a atacar o primeiro assumpto: as varias portas publicas patentes sobre o largo do Corpo-Santo, ou da Côrte-Real,

nome este que (mesmo depois de já não existir o palacio dos Mouras) se não tinha desapegado do logar. Em 1791, por exemplo, o Vice Consul de Dinamarca em Lisboa João Pedro Rocks vem indicado no *Almanack* como morador *defronte da Corte-Real*[1]; e depois vem como morador *ao Corpo-Santo*[2]; prova de que tudo soava o mesmo.

Havia proximo e superior ao Corpo-Santo, um pouco para a banda do que é hoje o Ferragial, um sitio chamado «as Fontainhas»; *rua das Fontainhas* mencionam João Baptista de Castro, e Carvalho da Costa. O logar em que ficavam as Fontainhas vem bem demarcado n'um antigo contrato de 1616, onde se lê: «Por humas casas que estão onde chamam as Fontainhas n'esta Cidade, junto ao postigo que vai do terreiro do Corpo-Santo para S. Francisco..... 1500 cruzados[3]».

Esse *postigo*, tambem ultimamente chamado «arco das Fontainhas», tinha de largo 2 varas, 3 palmos, e $\frac{3}{10}$. «Porta do Corpo-Santo» se lhe chamava anteriormente. (As denominações mudavam ás vezes; com a differença de que para essas mudanças, que o bom-senso publico ordenava, havia motivos; hoje para as alterações dos lettreiros basta a veleidade de uma Camara, ou de um vereador sequer.)

Ficava a alludida porta pouco mais ou menos na parte inferior da nossa calçada do Ferragial, e abria-se na muralha da Cidade. Como disse, era o nome d'esta porta em 1755 *arco das Fontainhas*, segundo se vê no Tombo; antes d'isso foi *porta*, ou *postigo*, do Corpo-Santo, ainda nos fins do seculo XVI, como se vê em Braunio, e em varios documentos[4]; antes d'isso foi tambem *porta*, ou

[1] Pag. 316.

[2] Pag. 321.

[3] *Hist. Gen.*—Provas, tomo V, pag. 688, contrato do casamento de D. Affonso de Portugal, 4.º Conde do Vimioso, com D. Maria de Mendoça.

[4] O postigo do Corpo-Santo *sobe do Corpo-Santo para S. Francisco*, diz um papel de 1625, mencionado nos *Elementos* do snr. Freire de Oliveira, tomo III, pag. 169.

postigo, de Cata-que-farás, como constava de escripturas que viu Frei Apollinario da Conceição, relativas ao anno de 1542[1].

Ahi algures possuia a familia dos Mouras outra propriedade (me parece) onde nasceu a 4 de Novembro de 1538 o faladissimo Miguel de Moura, Escrivão da Fazenda Real, Secretario de Estado, Escrivão da Puridade, e um dos Governadores do Reino, filho de Manuel de Moura de Sampayo e de Brites Gomes Teixeira[2]. Diz elle proprio na sua autobiographia: «no palacio de Cata-que-farás[3]».

Essas taes Fontainhas, que deram nome ao sitio acima mencionado, corriam em regato pela ladeira abaixo, saiam por pé da porta de Cata-que-farás, e desaguavam no Tejo pelo chamado boqueirão da Côrte-Real, servindo assim de divisão natural entre as duas parochias limitrophes, de Nossa Senhora dos Martyres e de S. Paulo[4].

Esta alludida porta «de Cata-que-farás», «do Corpo-Santo», ou «das Fontainhas», ficava muito proxima da ermida de Nossa Senhora da Graça, da qual logo tratarei.

Continuemos.

De junto do paço do Duque de Bragança (hoje *Hotel de Bragança*) seguia pois o muro da Cidade pelo monte abaixo em direcção ao Côrte-Real; por isso um documento official de 1625 planeia «dar serventia ao muro que vai das casas do Duque para as do Marquez de Castel Rodrigo[5]». Esse muro antes de chegar ao palacio do Côrte-Real fazia angulo recto, e corria parallelamente á beira do Tejo a caminho do terreiro do Paço.

No extremo, quasi, do pequenino lanço que vinha da porta de Cata-que-farás, abria-se para o largo outra serventia, a porta ou postigo dos Cobertos.

---

[1] *Demonstr. hist.*, pag. 200.

[2] Barbosa Machado.— *Biblioth. Lusitana*, tomo III, pag. 478.

[3] *Vida do Secretario de Estado Miguel de Moura, escripta por elle mesmo.* Traz bastantes dados biographicos d'este celebre politico o snr. Freire de Oliveira nos *Elementos*, tomo II, pag. 81.

[4] *Demonstr. hist.*, pag. 419.

[5] *Elementos*, tomo III, pag. 163.

«Dos Cobertos» porquê? porque desembocava na rua assim chamada já em 1552[1], e que provavelmente tirava nome de alguns arcos ou galerias cobertas, sobre que assentavam os predios. N'esses Cobertos, designados «da Ribeira das Naus» para os distinguir de outros, viviam no seculo XVIII uns quatrocentos moradores, freguezes da Patriarchal «por terem sua residencia dentro dos muros do Paço» —explica o grande Padre J. B. de Castro[2]. Seguia essa rua approximadamente na directriz de parte da nossa moderna rua do Arsenal, e ia andando até outra porta aberta na muralha, e conhecida por «postigo do Carvão», primeiro; e depois, ao tempo do terremoto, por «arco do Espinho». Por elle se passava, como nota Frei Apollinario, da rua da Tanoaria para a da Fundição, antigamente chamada a «Ferraria pequena». Tinha «seu portal de pedra lavrada —conta o mesmo escriptor— como qualquer outra das portas antigas, e de cada banda uma pequena cabeça, formadas nas hombreiras em desigual correspondencia; a do lado direito é de mulher; a do esquerdo, de homem. Bem poderia ser —(conjectura elle)— fossem por algum caso atroz punidos pela Justiça, como os da rua Nova dos Ferros[3]».

Não pôde Frei Apollinario rastrear o motivo da collocação d'aquellas cabecinhas, nem o da denominação «do Espinho», com que, diz elle, desde 1643 é assim conhecido este Arco, nem a rasão por que Braunio o ommittiu no seu mappa, tendo-o Christovam Rodrigues de Oliveira incluido no catalogo das ruas d'esta parochia[4].

Como disse, pelo arco do Espinho passava-se da rua da Tanoaria para a da Fundição, que d'antes se chamava «a Ferraria pequena»

1 Estat. mss. da Bibl. nac.

2 *Mappa*, 3.ª ed., tomo III, pag. 232.

3 Demonstr. hist., pag. 201.

4 Na edição do *Summario* de Oliveira, feita em 1755, vem a pag. 20 o *postigo do Carvão* designado, com erro typographico, como *do catuão*; um *t* por um *r*, e o *u* vogal pelo *u* consoante.

— diz o mesmo Frei Apollinario; e essa aproximação de nomes leva-me a crer que o postigo fosse o mesmo que no muro abriu no fim do seculo XV Lopo Mendes, que deve ser Lopo Mendes do Rio, amigo d'el-Rei D. João II. O terreno que ia ao longo do muro desde esse postigo até á parede das casas de Vasqueannes Côrte-Real (predecessoras do sumptuoso palacio dos Mouras), doou el-Rei D. Manuel á Camara, menos 5 braças pegadas com o muro, que ficavam reservadas para certa obra projectada[1].

A Tanoaria, que ficava *na raiz do Monte de S. Francisco* (phrase incidente de um pergaminho velho), como hoje fica a rua do Arsenal, vem já mencionada por Christovam Rodrigues de Oliveira, nas freguezias dos Martyres e de S. Julião; e a *Estatistica* de 1552 chama-lhe rua *dos Tanoeiros* (que é o mesmo). Diz João Baptista de Castro que se extinguiu em 1714. O mencionado morro de S. Francisco era para esse lado uma vertente a pino, um precipicio de barrocal; chamavam ahi «a Barroca».

N'outro livro a analysei[2].

Se já acabâmos de ver mencionada a Tanoaria no meio do seculo XVI, não creio que possâmos remontar-lhe a origem para lá do primeiro quartel do seculo XIV. Foi, com effeito, em 1318, que uns quinze tanoeiros ali quizeram arruar-se com suas tendas e casas. Era sitio apropriado, longe da povoação, e á beira da agua: «na

1 Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. dos pregos, fl. 314 v.

2 Mandou el-Rei D. João III á Camara contribuisse para o gasto que se fez com um enorme paredão que se construiu na Barroca defronte da Tanoaria; do que se lavrou o respectivo contrato em 23 de Maio de 1550, outorgando por parte da Camara o D.or Christovam Mendes de Carvalho, D. Duarte da Costa, Manuel Côrte-Real, e Francisco Corrêa, Vereadores, e bem assim os Procuradores da Cidade, Diogo Soares e Bartholomeu Alvares, de Paredes, e os quatro Procuradores do Povo (ou dos misteres) Estevam Fernandes, Braz Dias, correeiros, e Lançarote Pires, armeiro, e Diogo Fernandes, cereeiro, e da outra parte Manuel da Camara do Conselho d'el Rei, Capitão e Governador da Ilha de S. Miguel. Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. 1, de contratos, fl. 12.

ribeira do Tejo, ao pee da barroca, alem da porta da Oura»; assim vem designada essa fita de terreno marinho, que tinha sido doada aos Frades do sobranceiro Convento franciscano, para alargamento de suas officinas. Ajustaram-se no preço os tanoeiros, e vendeu-lhes a terra o syndico do convento[1].

D'onde se vê que a povoação primeira d'esse sitio suburbano se deve aos tanoeiros, e não passa, como apontei, alem do seculo XIV, ainda no reinado d'el-Rei D. Diniz.

Para o Nascente do arco do Espinho continuava a rua, e quasi a igual distancia da porta dos Cobertos rompia-se no muro a celebre, a celeberrima «porta da Oura».

Quem compulsa a nossa historia velha, a cada passo topa com a menção da porta da Oura. Era, por muito conhecida, vulgarissimo ponto de referencia para os narradores de topographias lisbonenses.

O curioso é que o titulo da porta *Douro,* ou *da Oura,* ou *da Oyra,* ou *do Ouro* (como se vê escripto em documentos), é mais antigo que o muro; por outra: antes d'el-Rei D. Fernando cingir Lisboa com a sua cerca torrejada, já ali havia (parece) um lanço de muro levantado por D. Diniz. Dil-o o Padre Esperança[2], e n'esse muro uma porta chamada do Ouro, ou *da Oura,* como insiste o dito autor que se deve dizer, e se dizia em 1656; segundo elle, é a denominação primitiva e genuina.

Nunca vi em mais parte alguma que o fundador das Escolas geraes ali fizesse muro. Para quê? á borda da agua? Seria como obra de fortificação? mas ali!!

Logo apresentarei uma conjectura.

Em tempo de D. Affonso IV, já os particulares pensavam em edificar no sitio. Consta do cartorio do nosso Municipio ter o mesmo

---

[1] Frei Manuel da Esperança — *Historia serafica da Ordem dos Frades menores de S. Francisco,* parte I, pag. 187.

[2] *Historia serafica,* loc. cit.

senhor, em 31 de Agosto de 1329 doado á Camara o campo *á porta da Oyra, onde seccavam o pescado,* para ahi se poderem construir predios; e recommenda o doador que as ruas sejam espaçosas, de modo que o povo possa andar desembargadamente a pé e a cavallo, deixando-se bastante espaço em frente das taracenas, e um bom terreiro junto ao mar[1]. Vê-se que el-Rei já se achava farto do dédalo alfamense.

«O sitio da Oura — escreve um autor moderno — era então (dias de Affonso IV) um arrabalde de Lisboa, ficando no extremo Oeste do presente Arsenal de Marinha, e abrangendo o largo do Corpo-Santo e visinhanças. A tercena edificada sobre o terreno então cedido a el-Rei, tornou-se o nucleo das futuras construcções, que para o serviço maritimo se foram fabricando no volver dos seculos até ao actual edificio, obra do Marquez de Pombal[2].»

O documento visto na Torre do Tombo por esse autor, dizia ter a Camara feito contrato com el-Rei Affonso IV sobre «huum canpo que o dito Concelho ha na dita Cidade (Lisboa) no logo que chamam a Oira, en no qual canpo noso senhor el-Rey dom affonso, o quarto, sol de teer suas Galees»..... Cedeu o Municipio ao Soberano o campo mediante certas vantagens, «de guisa que possam hy ffazer taracena pera starem quatro galees[3]. E outrosi o canpo em que seem as casas em que el-Rey tam a madeira, juntas com o muro das Taracenas, e huma casa que he contra o mar, que fez o almoxarife da Taracena pera teer madeira».

Do contexto d'essa transcripção, deduzo: 1.°, que n'este sitio, abrigadas com a Barroca, era uso estanciarem as galés do Rei; 2.°, que o senhor D. Affonso IV desejava edificar ahi uma taracena; 3.°, que, alem da que elle projectava, já havia outras, com um muro, e uma casa para guardar madeiras, feita pelo Rei, e outra pelo al-

---

1 *Elementos para a hist. do mun.*, tomo I, pag. 97.

2 Conde de Villa Franca — *D. João I e a alliança ingleza*. Nota B no fim do volume.

3 Noto essa accepção da palavra taracena. Não significa ahi armazem de retem nem de utensis nauticos; é talvez antes doca, ou pequeno porto de abrigo, ou (quem sabe?) estaleiro de construcção.

moxarife. Não ha, pois, ousadia demasiada em crer que el-Rei D. Diniz fosse o autor das taracenas anteriores, do muro, e portanto da porta que a esse arsenal conduzia, logar de embarque e desembarque, com certa feição bellica e monumental.

D'onde proviesse o nome de *Oura*, ou *Ouro*, não sei; alguns autores derivam-n-o de *aura*, viração, dizendo que era sitio aquelle muito arejado; parece-me pueril a etymologia; lembro a medo que o Porto tambem lá tem o seu sitio do *Ouro*, á beira-rio. Teriam as quebradas do monte de S. Francisco sido theatro de antigas explorações auriferas, como os fronteiros barrocaes da Adiça e Almada? daria essa exploração nome ás ribanceiras onde veiu a assentar-se o mosteiro franciscano?

Na expansão que Lisboa ia tomando para o Poente, a porta da Oura, com as suas muralhas, o seu cáes, e o vulto arrogante dos seus armazens abaluartados, era o mais luxuoso dos sitios por onde se aportava em Lisboa nos seculos XIV e XV.

Fernão Lopes, na sua *Chronica d'el-Rei D. João I*[1], descreve uma solemne procissão Real, e diz que «leuarão o estandarte das armas ditas de Portugal, e chegaram com elle até a *porta Douro* (sic), que he junto á ribeira de agoa, e foi alli entregue a Gonçalo Rodrigues».

Á *porta do Ouro* (sic) foi recebido com muito apparato, vindo de Alverca e do Tojal pelo Tejo abaixo, el-Rei D. Affonso V ainda menino, quando a Rainha sua mãe o entregou (de emprestimo) aos tios d'elle, os Infantes D. Pedro e D. Henrique, em 1439, a fim do mesmo Rei assistir ao ceremonial da investidura do Infante D. Pedro na Regencia.

[1] Parte 1, cap. 112.

«El-Rei veiu até Lisboa pelo rio — diz Duarte Nunes — e foi recebido á Porta do Ouro com muito apparato e celebridade, e d'ahi levado á Sé e aos paços da Alcáçova.

«El-Rei sómente e os Infantes iam a cavallo; os Condes e mais senhores todos a pé. E o que serviu a el-Rei do estribo foi o Infante D. Pedro, com muito acatamento e reverencia, como fazia em tudo mais. E aos 30 de Dezembro do dito anno foi el-Rei posto em seu throno; e em seu nome fez o Doutor Diogo Affonso Manga-ancha uma fala, cujo fundamento foi approvar e confirmar a eleição que se fez do Infante D. Pedro, e encommendar-lhes o obedecessem como á sua propria pessoa[1].»

Que lindissimas scenas todas essas, de tão puro sabor de idade media!

Reflectindo: não vejo que houvesse, ao longo da velha Alfama, sitio proprio a uma chegada, assim triumphal. O terreiro do Paço não existia; e no resto da extensa ribeira lisbonense os areiaes e cascalhos, atravancados de construcções nauticas, e destituidos de caes espaçosos, repelliam a idéa da agglomeração das phalanges da Côrte, e da chegada dos vistosos bergantins. Esses actos, pois, iam insensivelmente procurar, á porta da Oura, um terrapleno já feito e desembargado, algum caes muito commodo para o abicar das embarcações, e d'ahi trajecto plano e livre até á Sé, aonde quasi sempre se dirigiam em primeira mão estas romarias Reaes, politicas sim, mas antes de mais nada religiosas.

E accrescentarei: parece que para desembarques solemnes e apparatosos continuava ainda no seculo XVI (pelo menos no primeiro quartel) a estar em uso a porta da Oura, apesar de já existir o terreiro em frente do paço da Ribeira. Recordo ao leitor a entrada publica vistosissima d'el-Rei D. Manuel com sua terceira mulher a Rainha D. Leonor em Janeiro de 1521. As contas da despeza feita existem no cartorio do Municipio, e revelam esplendor extraordinario, já nas pinturas e adereços dos ricos bateis que foram á Banda d'alem buscar as Pessoas Reaes, entre um cardume de

[1] Duarte Nunes do Lião — *Chron. de D. Affonso V*, cap. VII.

outros barcos, galés e caravellas do cortejo, já na pintura e nos adornos da porta da Oura, já no levantamento de cadafalsos e arcos, até ao paço da Ribeira, já na somma enorme de veludos, damascos, setins, para bandeiras, toldos, e trajos de foliões, etc.[1]! É um verdadeiro deslumbramento!

Eram muitas as casas aristocraticas edificadas nas vizinhanças da porta da Oura. Citarei algumas.

Jorge de Mello, Fidalgo da Casa Real, obtivera d'el-Rei D. Manuel doação do *ar* das estrebarias Reaes, que ali ficavam na banda da terra da nossa rua do Arsenal (mais ou menos); isto é: licença para construir sobre as estrebarias os andares que podesse. Eram defronte d'ellas as *boticas dos ferreiros*, para ali transferidas em 1509, como o leitor se lembra de eu ter dito. Ora para que se não perdesse a vista do Tejo, que Jorge de Mello podia gosar das suas varandas, prohibiu el-Rei que as mencionadas ferrarias, cuja altura eram vinte palmos, fossem jamais levantadas a maior pé-direito; e prohibiu mais, que á parte do mar, até onde quer que a maré de aguas vivas descobrisse, se construisse casa alguma[2].

Ahi ao-pé tinha outro palacio D. Martinho de Castello-Branco, Conde de Villa-Nova de Portimão, e Veador da Fazenda Real. Tambem lucrou, e não pouco, com a concessão feita a Jorge de Mello.

A mesma Fundição, «n'esta cidade, na rua da Fundição junto á Côrte-Real», possuia casa hereditaria o Monteiro mór Garcia de

[1] *Elementos*, tomo I, pag. 514 e seg.

[2] Alvará de Almeirim a 14 de Fevereiro de 1517. Torre do Tombo, liv. VI, *dos Misticos*, fl. 145.

Mello. Comprou-lh'a el-Rei D. Pedro II; e el-Rei D. João V fez d'ella doação a seu irmão o Infante D. Francisco[1].

Fernão Lourenço, já conhecido do leitor, o riquissimo feitor da Casa da India, edificava pelos annos de 1502 um predio em Cataque-farás[2].

N'esse mesmo anno ahi tinha residencia um amigo e companheiro do senhor D. João II, o sabido Lopo Mendes[3].

Junto a esta mesma Porta do Ouro, mandada alargar por el-Rei D. Manuel (dil-o-hei de passagem[3]), aforou terreno um valido d'esse Monarcha, Alvaro da Costa, então, em 1515, Camareiro e Guarda-roupa d'el-Rei. Foi este o caso:

Diogo de Vasconcellos, Fidalgo da Casa Real, vendêra-lhe o direito a mil e duzentas corôas de oiro, que recebêra como mercê do Soberano; Alvaro da Costa assentára-as em tença obrigatoria, e recebia de juro 12$000 reaes. Requereu, e foi-lhe permittido tirar d'esse juro 7$010 reaes para pagar o aforamento «das tendas dos ferreiros, que sam antre a porta doura e as cassas de Jorge de Vascõcellos», afim de n'esse sitio construir um predio. Ficou-lhe, pois, a tença reduzida a 4$990 reaes[4].

Fez-se a casa, e sem demora. Em 1517 já existia, porque um alvará d'esse anno menciona «a porta d'oura, que está junto com

1 *Hist. Gen.*, tomo v, pag. 358, tomo viii, pag. 415. Este Monteiro mór tinha outras casas na rua das Portas de Santo Antão, do lado esquerdo de quem ía do Rocio. Vide um documento de 1625 sobre fortificação dos muros e portas — *Elementos*, tomo iii, pag. 167.

2 Vide este mesmo volume, pag. 84.

3 Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. ii, do dito senhor, fl. 40, cap. vii.

4 Carta datada de Lisboa a 20 de Setembro de 1515. Torre do Tombo, liv. v, *dos Misticos*, fl. 178 v.

as casas de Alvaro da Costa[1]». Ahi ficaram morando muitos dos descendentes d'este valido, que em poucos annos ía obter a regalia do titulo de *Dom*.

Em 1599 ahi pousava D. Gil Eannes da Costa, Presidente do Senado, ao tempo de uma terrivel peste que então grassou; e tão acertadas foram as providencias tomadas por elle, que, morrendo duzentas a trezentas pessoas por dia, «a pessoa alguma da sua casa tocou o mal — diz D. Antonio Caetano de Sousa — vivendo no meio da Cidade[2]».

Em 1704 ainda o Armeiro mór D. Antonio da Costa possuia como seus avós a residencia do *arco do Ouro*[3].

Em 1708 calculo que ahi não morava a familia, visto como n'essa casa foi hospedada em 18 de Outubro, por conta d'el-Rei D. João V, a estrangeira Condessa de la Tour, recem-chegada com a Rainha D. Maria Anna de Austria, e que era sua Camareira mór, assim como todo o resto do numeroso sequito da mesma Rainha se alojava ou no paço ou nos palacios proximos[4]. Imagino que o predio continuou na posse dos Viscondes de Mesquitella, netos e representantes de D. Alvaro, até ao terremoto de 1755, que lh'o arruinou, segundo diz Moreira de Mendonça[5].

Tinham tambem aqui, na Tanoaria, vizinhança d'esta mesma porta da Oura, um predio os Duques de Bragança. Esse predio pertencia, por doação vitalicia d'el-Rei D. Manuel, a Lopo de Figueiredo, mas era *do patrimonio do Duque de Bragança* - diz o mesmo Rei — o que me parece dever significar que era o Duque

[1] Alvará de Almeirim a 14 de Fevereiro de 1517, Torre do Tombo, liv. VI, *dos Misticos*, fl. 145.

[2] *Hist. Gen.*, tomo XI, pag. 891.

[3] *Hist. Gen.*, tomo VII, pag. 537.

[4] *Hist. Gen.*, tomo VIII, pag. 61.

[5] *Hist. dos terrem.*, pag. 134. Por todo o exposto se vê, que no sitio da porta da Oura esteve muitos annos, em poder de seus legitimos donos (ou antes *depositarios)* o celeberrimo Livro das Armas das familias nobres do Reino. Esse

senhor directo do terreno. Lopo de Figueiredo consentiu em largar o dominio util em favor do Duque; e em compensação obteve do Soberano uma tença annual vitalicia de 18930 reaes, dobro do rendimento do predio[1].

Segundo alguns, e a despeito de D. Antonio Caetano de Sousa, tinha o primeiro Duque, D. Affonso, nascido aqui á porta da Oura. Seria n'essa casa? e influiria essa circumstancia no desejo que teve seu neto em consolidar o dominio util no directo d'esta residencia[2]?

A esta porta, de que vinhamos tratando, edificada (segundo parece) por D. Diniz, e incluida no numero da cerca nova por el-Rei D. Fernando, deu o povo ao longo dos annos o titulo de *porta do Ouro,* e *da Oura,* e o de *arco do Ouro,* e *da Oura;* e alem d'isso

Livro espantosamente illuminado em pergaminho, é verdadeira maravilha, digna da mais alta admiração. Por morte do ultimo senhor vincular da Casa em 1890, fizeram-se partilhas de todos os bens, e o Livro das Armas passou para o poder do actual representante da familia. Tive o gosto de ver aquella joia artistica, na tarde de 20 de Novembro de 1890, dia em que jantei com o meu excellente e para sempre saudoso amigo D. Antonio da Costa de Souza de Macedo, na sua casa da rua da Cruz de Pau n.º 57. Tudo quanto se diga da execução é pouco. Tambem então vi, pela primeira vez, o grande Livro de horas que pertencia á Casa do Armeiro mór; póde considerar-se um dos primores flamengos da miniatura em pergaminho. São tão nitidas e limpas as côres d'aquellas paisagens, e o azul d'aquelles céus, que fazem o effeito de vistas em camara escura. Um assombro! Raczynski fala d'estes dois livros, e attribue-lhes grande valia.

Quanto a mim, o Livro de horas deve ser considerado propriedade indisputavel da familia Mesquitella. O Livro das Armas parece-me antes *propriedade nacional,* entregue em deposito nas mãos do Armeiro mór para o auxiliar no exercicio do seu supposto cargo.

1 Falando d'essas casas diz o Rei: .... «as quaes ssam do patrimonio do duque de bragamça meu muyto amado e prezado ssobrinho. E por quamto elle (Lopo) ora deixou pera as darmos e fiemarmos ao dito duque, Temos por bem e nos praz que des primeiro dia de Janeiro que ora passou da era presemte de mill e quynhẽtos em diamte elle tenha e aja de nos de temça em cada huu anno assy em sua vida etc.» Alvará de 9 de Março de 1500. Torre do Tombo, liv. II, *dos Misticos,* fl. 252.

2 Vide *Lisboa Antiga,* parte II, tomo V, pag. 67.

(como lá mostrei a cima ao falar no theatro do paço da Ribeira), tambem lhe chamaram *arco da Ribeira das Naus*.

Como era paragem essencialmente marinha, ahi na praia contigua se costumava seccar o peixe; e o chão consagrado a esse mister deu-o el-Rei D. João IV á Camara[1].

Para estudar o lanço do muro desde a porta «do Corpo-Santo» (ou «de Cata-que-farás») até á «dos Cobertos», e á «da Oura», tivemos de avançar um pouco para o Nascente, e deixámos por mencionar outra das serventias publicas que desembocavam no largo da Côrte-Real; era o chamado postigo da Côrte-Real.

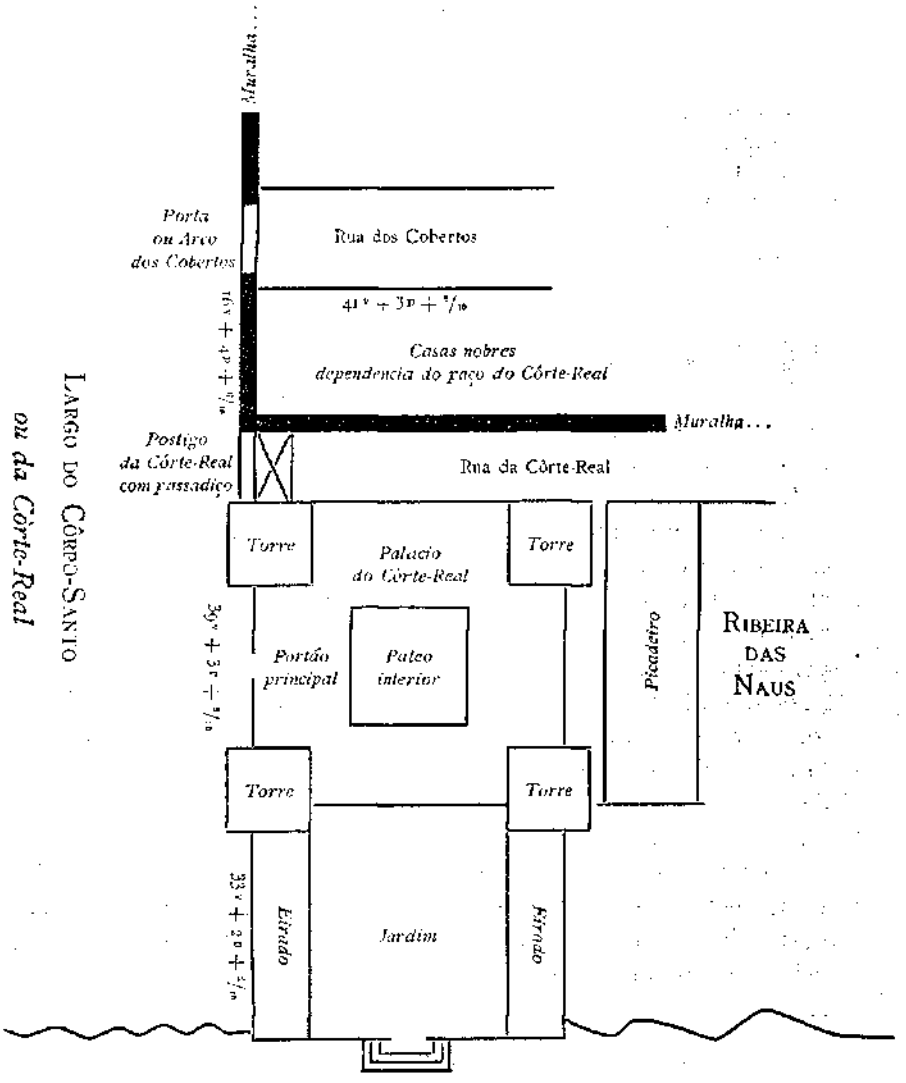
Rez-vez com o torreão Noroeste do palacio dos Mouras, entrava uma estreita rua chamada da Côrte-Real. Justamente na embocadura d'essa rua para o largo abria-se uma pequena porta, entre o dito torreão, e umas casas nobres, que iam desde ahi até á porta dos Cobertos, na distancia de 16 varas, 4 palmos, e $\frac{6}{10}$ de palmo, casas dependentes do palacio grande, e cuja frente deitava sobre o largo. As duas fachadas lateraes d'esta casa, uma sobre a rua dos Cobertos, e a outra sobre a rua da Côrte Real, mediam de extensão 41 varas, 3 palmos, e $\frac{3}{10}$ de palmo. Tinham lojas, dois andares, e um passadiço, debaixo do qual era a entrada da rua da Côrte-Real para o largo. Recapitulando, e para maior clareza: partiam estas taes casas: pelo Poente com o largo do Corpo-Santo; pelo Nascente, com outros predios, que ultimamente eram do Infantado; pelo Norte, com a rua dos Cobertos (ou rua direita do arco dos Cobertos); pelo Sul, com a estreita rua da Côrte-Real[2].

No angulo do torreão do canto Nordeste do paço da Côrte-Real, esta rua (continuando aliás para o Nascente) formava angulo recto, e seguia até ao Tejo, separando do corpo do palacio o terreno do picadeiro e das cavalhariças, cuja banda oriental partia com a Ribeira das Naus.

[1] Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. II do dito senhor, fl. 31.

[2] *Tombo da Cidade.*

Tudo isto dito assim, faz muita confusão; mas se o leitor quizer seguir o plano que apresento, verá que é simplicissimo.



CAPITULO IV

Teracenas edificadas n'esta paragem por el-Rei D. Manuel.—A ermida do Corpo-Santo.—Invocam-se antigos escriptores.—Nossa Senhora da Graça e S. Pedro Gonçalves.—Festas.—Descreve-se a ermida e a sua escada.—Medições.—Os vadios da Ribeira.—Protege-os o *pae dos velhacos*.—Providencias d'el-Rei D. João III em 1546.—Allusão a um moderno Americano muito benefico.

Tudo n'estas immediações era maritimo, e se ligava com o mar: a linha meridional da praça ia beber no Tejo; n'essa linha enxameava (já desde o seculo XIV, e antes, como indiquei) a faina diaria da secca do peixe; o palacio dos Côrte-Reaes, meio em terra meio na agua, recordava uma familia de labutadores atrevidos, cujos galeões, no seculo XV, tinham sulcado em todas as direcções a face do Oceano; e a população que por ali se reunia, era de marinheiros e barqueiros, frequentadores das tavolagens do Cata-que-farás. Alem d'isto, o homem que melhor personifica o nosso trafego naval, o grande Infante D. Henrique, possuia n'estes logares, junto á repartição chamada Casa de Ceuta (ou de Seyta, ou de Çepta) duas teracenas, por doação de seu sobrinho el-Rei D. Affonso V, em carta de Santarem a 8 de Março de 1449, as quaes elle já disfructava, mas de que então ficou senhor[1]. Que maior nobilitação quer o sitio?

Por esta mesma paragem mandou depois el-Rei D. Manuel levantar outras teracenas, ou armazens de provimento nautico, e deposito de cereaes[2]; foram famosas; até depois de desapparecidas deixaram rasto nos livros antigos.

---

[1] Torre do Tombo, liv. IV, *dos Misticos*, fl. 24 v.

[2] Mandou el-Rei D. Manuel fazer *as tercenas de Cata-que-farás*. Damião de Goes—*Chron. de D. Manuel*, parte IV, cap. LXXXV.

«Entram todos os annos n'este porto — diz o velho Luiz Mendes de Vasconcellos — mais de tres mil navios, e a maior parte d'elles carregados de trigo. É bem grande prova d'isto as grandes fabricas, que alguns particulares teem feito para recolher este trigo, como se vê nas capazes tarecenas (sic) da Pampulha e Corpo-Santo, porque não sei cidade das que hoje ha, a que não bastassem para seu celleiro só umas tarecenas d'estas, de que Lisboa tem tantas[1].»

Finalmente, n'esta praça, ás abas do Côrte-Real e á espalda da Ribeira das Naus, a propria ermida que ali campeava tinha por orago o Santo que os mareantes mais vezes invocavam nas tribulações: S. Telmo.

Em 1626 assim canta o narrador metrico da *Relação:*

A diante o «Corpo Santo»,
uma curiosa egreja,
cujo edificio é custoso,
com ser uma obra pequena.

E explica o nosso excellente Bluteau:

«O que na cidade de Lisboa chamamos o Corpo-Santo não é palacio; é uma ermida, ou o bairro, em que por uns degraus de pedra se sobe a uma pequena egreja, dedicada ao Santo que os homens do mar costumam invocar nas tormentas, e lhe chamam alguns Santelmo ou São Telmo, e outros gritam disendo: Salva, salva, Corpo-Santo[2]!»

E vem outro narrador, o autor do *Sanctuario Marianno,* e escreve:

«Deu-se áquella casa o titulo de Corpo-Santo por causa de se venerar n'ella uma Imagem de S. Pedro Gonçalves, a que os maritimos e navegantes chamam «Corpo-Santo», e os Castelhanos «San

[1] *Do sitio de Lisboa,* Dial. II, ed. de 1803, pag. 207.

[2] Bluteau — *Apologia do autor,* no tomo II, do *Supplemento,* pag. 573.

Telmo»; e..... concorrem áquella casa, a visital-a e a pagar-lhe os votos que fazem; e com esta occasião se começou a denominar aquelle sitio «o Corpo-Santo», e parece ser tambem n'elle muito antigo[1].»

Esmiunçando mais, tira o mesmo escriptor o assumpto a limpo, dizendo-nos que esta muito antiga ermida era dedicada a Nossa Senhora da Graça, sendo sua administradora a Irmandade dos pescadores do mar alto, do bairro da Pampulha. Está-se a perceber que S. Telmo, o «Corpo-Santo» prevaleceu na denominação á legitima Padroeira da ermida, assim como a Senhora da Esperança fez esquecer no mosteiro chamado «da Esperança» a Senhora da Piedade, primitivo orago da casa.

Este S. Pedro Gonçalves Telmo, essencialmente ligado com a gente do mar, e de quem trata Frei Luiz de Sousa na sua *Historia de S. Domingos*, tinha grande fama na marinheira Lisboa. «Alem da ermida propria, que tem no bairro a que dá nome de Corpo-Santo» —diz o insigne estylista— tem capellas e confrarias no convento de S. Domingos, nas egrejas parochiaes de S. Miguel e Santo Estevam de Alfama, e na egreja das Chagas[2]».

Seria a ermida da Graça anterior a 1412, segundo pensam alguns; mas João Baptista de Castro, sempre tão meticuloso, parece não admittir essa versão. Em todo o caso, julga o citado *Sanctuario Marianno* que a ermida foi reformada e reparada cerca de 1594.

Tinha uma Irmandade, que sustentava o culto, e um hospital; e as esmolas recebidas andavam por 50 cruzados annuaes[3].

Celebrava-se ali grande festa no dia da Senhora dos Prazeres; ia S. Telmo debaixo do pallio em procissão com grande acompanhamento, por varias hortas e casas particulares, até S. Domingos do Rocio, onde os Frades lhe faziam vistoso recebimento no claustro do mosteiro[4].

---

[1] *Sanct. Mar.*, tomo I, pag. 344 e seg.

[2] *Hist. de S. Domingos*, parte I, liv. IV, cap. XXIII e XXIX.

[3] Summario de *Christovam Rodrigues de Oliveira*, lista das egrejas não curadas.

[4] João Baptista de Castro—*Mappa*, tomo II, pag. 157.

Que lindeza de costumes todos estes! Como estas coisas (hoje proscriptas) acompanhavam e aqueciam de alegrias a vida popular!

Quanto á posição e feitio da ermida, temos o testemunho de Braunio, e a descripção que faz d'ella o *Sanctuario Marianno*.

Braunio mostra-lhe a frontaria voltada ao Sul; empena de bico; porta ao meio, janellas dos dois lados da porta, e uma rosaça, ou janella *maior*, por cima. Não creio, porém, possa merecer absoluta confiança esse depoimento.

O *Sanctuario Marianno* diz-nos que para a porta da ermida se subia por uma escada de pedra de quinze degraus, no fim da qual se espalmava um patamar, ou pequeno adro, com parapeito, que formava sobre a rua uma especie de pulpito. D'esse pulpito se aproveitava o excellente e bondoso Jesuita, Padre Ignacio da cartilha, e ia prégar d'ali á turba que o escutava; e em memoria d'esse uso do mestre ia quasi sempre, nas tardes dos domingos, um Jesuita doutrinar depois n'aquelle mesmo sitio os vadios da Ribeira.

Não era isolada esta ermida, como alguem suppõe; o Tombo da Cidade fal-a partir com outras propriedades, e colloca-a sobre o lado Norte da praça. Tinha de frente 7 varas, 2 palmos, e $\frac{7}{10}$; de fundo 11 varas, 3 palmos, e $\frac{5}{10}$.

Voltando aos vadios da Ribeira: não eram poucos; Lisboa teve sempre esse sestro desgraçado: criar vermes na pelle. O *fadista* desordeiro, jogador, e avinhado da Mouraria é um verme parasita; o *marialva*, ocioso, frivolo, ignorante, impertigado, e jogador por officio, é o fadista nobre do Chiado; tudo, a final de contas, bichos importunos, e cuja utilidade se desconhece. E começam cedo! D'antes tambem era assim. Desde pequenos andavam os vadios a *gandaiar* pela Ribeira. Vejo no livro *Grandezas de Lisboa*[1], que havia

[1] Ed. de 1804, pag. 183.

no seculo XVI, assalariado pelo Senado da Camara, um homem cuja missão era procurar a rapasiada pobre desencaminhada, encaminhal-a, e agenciar-lhe modo de vida. Chamavam-lhe o *Pae dos velhacos*, e tinha ordem de não consentir *andarem moços perdidos*, e dar-lhes *amo*. Se o leitor viu o que eu escrevi na *Lisboa Antiga*[1] ácerca da ermida dos Fieis de Deus, ha de reconhecer que o ermitão de lá era uma especie d'este *Pae dos velhacos*.

Essa providencia do Senado dimanava do espirito de duas ordens Reaes (ao que supponho): uma era o alvará de 6 de Maio de 1536, em que el-Rei D. João III derermina que «os moços vadios de Lisboa, que andam na Ribeira a furtar bolsas, e fazer outros delictos,» sejam desterrados para o Brazil[2]; a outra ordem saíu datada de Almeirim a 30 de Março de 1546, e dizia assim:

«Vereadores, procurador e procuradores, dos mesteres da minha cidade de Lisboa, Eu El-Rei vos envio muito saudar. Eu sou informado que muitos moços se veem da Beira, e Alemtejo a essa cidade sem quererem estar com amos, e se fazem ladrões e tafues, e outros maus costumes, e não tem ontras pousadas senão debaixo das tendas da Ribeira, onde se agasalham de noite, e d'ahi sahem a fazer travessuras, e os alcaides os prendem dizendo que os acham depois do sino, e a Misericordia os mantem nas cadêas e fazem com elles gasto. Pelo que vos encommendo que vós ordeneis uma pessoa que tenha cuidado dos moços que á dita cidade vierem, que forem de doze annos para cima, até serem emancipados, a qual lhe ordene que trabalhem, e castigue os mal acostumados, e por isto ser cousa de tanto serviço de Nosso Senhor, e, por se não perderem, eu receberei n'isso muito prazer, e a Misericordia ha-de ter cuidado dos moços que fazem até os doze annos.

«Gaspar Pimenta a fez em Almeirim a trinta dias de Março — Era de mil e quinhentos quarenta e seis. — Bastião da Costa a fez escrever. — Rei[3].»

---

[1] Parte I, *O bairro alto*.

[2] Duarte Nunes — *Coll. de Leis extrav.*

[3] *Archivo do Mun. de Lisboa*, 1862, n.º 113, pag. 903. Documento do cartorio da Camara, liv. III *d'el-Rei D. João III*, fl. 20.

Observando pois o zêlo com que assim se empenhava a auctoridade na extirpação de tão perigoso cancro, consideremos de que utilidade não eram ali, no foco da vadiagem, as predicas paternaes dos Jesuitas, essa gente sempre calumniada, sempre atacada, mas sempre firme, e sempre na brecha das beneficiações moraes!

E que outro motivo presidiu á fundação da Casa Pia no castello de S. Jorge em 1780 pelo Intendente geral da Policia Diogo Ignacio de Pina Manique, senão «limpar a Cidade de grande numero de creanças miseraveis e vagabundas, de um e de outro sexo, que n'ella enxameavam, e a quem tal principio de vida transformaria em futuros criminosos[1]»?

Como assumpto associado, mencionarei a philanthropia de certo Americano opulento, que fundou ha annos um lindissimo instituto para regeneração de rapazes vadios. Honra a quem tão bom uso faz da sua riqueza[2]!

[1] Snr. Cesar da Silva — *Noticia da Real Casa Pia de Lisboa*, Coimbra, 1892, pag. 3.

[2] No jornal lisbonense *A Democracia*, de 26 de Outubro de 1879, mostraram-me um folhetim sobre essa fundação do Americano.

CAPITULO V

Duas palavras ácerca dos Dominicanos irlandezes do Corpo-Santo.—Frei Domingos do Rosario.—Inauguração do convento em 1659. O terremoto de 1755.—Restauração da casa.—Medições.—Camaras opticas do Corpo-Santo.—Mercado do carvão.—Venda do leite na mesma praça.

Dito o que eu sabia da ermida do Corpo-Santo, passemos ao convento dos Dominicanos.

Aqui apresenta-se logo, no limiar da narrativa, a suave e ascetica figura do veneravel Padre mestre Frei Domingos do Rosario, irlandez, fundador d'esta casa, do mosteiro das Monjas do Bom Successo, e Bispo eleito de Coimbra. Um perseverante, com os olhos no Ceo!

Tinha elle aggremiado primeiramente os seus Religiosos, desde 1633, n'uma poisada de aluguer ás Fangas da farinha, freguezia de S. Julião, junto á Calcetaria (como quem dissesse: entre o principio inferior da rua Nova do Almada e o Pote das almas). Ás Fangas era o Pateo das comedias, pegado ao palacio que ahi possuia na rua dos Cabides a familia Barbacena, com janellas sobre o dito pateo, que serviam de camarotes para ouvir as representações[1]. Quem capacitará de semelhantes coisas o convento da Boa-Hora, hoje transformado em tribunal, e edificado, n'estes mesmos sitios mencionados, para os Agostinhos descalços!?

Da tal poisada era urgente saír, fundando algures casa propria; mas como? Valeu ao bom Frei Domingos a Rainha D. Luisa, que era sua confessada, e comprou-lhe terreno aos Remolares.

---

[1] Carvalho da Costa—*Chorogr.*, tomo III, pag. 485.

Foi em 4 de Maio de 1659, que, precedendo as licenças indispensaveis, e escolhido o sitio, ali ao-pé da velha ermida do Corpo-Santo, se dedicou á Senhora do Rosario e a S. Domingos o novo mosteiro irlandez. Presidiu á ceremonia o Bispo titular de Targa, e o eleito de Lamego, D. Francisco de Sottomayor; assistiram os Inquisidores, Ministros de Tribunaes, Prelados, muita outra gente illustre, e a Communidade de S. Domingos de Lisboa. Orou Frei Fernando Sueiro, prégador d'el-Rei, e tocou a musica da Capella Real.

Nos principios do seculo XVIII assim descreve o sitio e o convento o citado chronista dos Dominicos:

«Achou-se este (sitio) em um pedaço de campo livre e direito, que corre entre o Remolares e o Corpo-Santo. Aqui se levantou o Collegio com a frontaria e porta da egreja no terreiro da Côrte-Real. É a casa na architectura de pouca fabrica, antes de quem fundava aula, que vivenda; ou antes, de quem lavrava armazem para prover os soldados de Christo, que palacio para os recolher com descanço e regalo.»

Foram a pulos as obras da casa, bafejadas dos edificantes exemplos dos moradores, que povoaram de Missionarios a Irlanda, e aqui educaram crescido numero de mancebos. A sua chronica são paginas de sangue; muitos dos primeiros Padres d'este convento foram Heroes; alguns d'esses Heroes foram Martyres[1].

Padeceu de veras a casa em 1755. «Um Religioso irlandez que se achava a esse tempo dando a Communhão, — diz um contemporaneo, o Padre Castro — animou fortemente aos fieis, e desembaraçando-se intrepido d'entre as ruinas, prevendo maior perigo, e não largando das mãos a sagrada Pixide, com ella caminhou até á egreja parochial de Santa Isabel acompanhado de innumeravel povo, que a altas vozes ia implorando a misericordia do Todo Poderoso. Depois se restituiu para uma decente ermida que se fez no seu antigo convento, onde era portaria, em quanto se não cuida em maior commodo[2]».

---

1 *Hist. de S. Domingos*, parte IV, por Frei Lucas de Santa Catherina, liv. IV, cap. XVII (tomo IV, pag. 728).

2 *Mappa de Portugal*, Parochia de S. Paulo.

Restaurou-se o convento, dando-lhe exteriormente a apparencia burgueza do risco regular pombalino. As seguintes medições referem-se ao tempo do terremoto, e são tiradas do Tombo da Cidade:

O corpo do convento e a frontaria da egreja tinham sobre a praça da Côrte-Real, na direcção Norte-Sul, 16 varas, 2 palmos, e $\frac{9}{10}$ de palmo; de fundo tinha o edificio 26 varas e 3 palmos[1].

Saíndo do convento, mas sem largar o Corpo-Santo, direi que ahi se estabeleceram no principio d'este seculo, ou ainda no anterior, camaras opticas que o povo ia ver[2].

Ainda ha cincoenta e cinco annos era no largo do Corpo-Santo a venda de carvão. Repetidas queixas dos moradores obrigaram a Camara a publicar o edital de 10 de Março de 1835 prohibindo no boqueirão do Corpo-Santo a referida venda, e transferindo-a para o Caes-do-tojo da Bica do Sapato (as carvoarias já conhecidas do leitor, a baixo da casa dos Abreus de Freitas de Santa Apollonia), e para o Caes-do-tojo da Boa-Vista[3].

Finalmente, um edital de 14 de Dezembro de 1863 destina como praça para venda de leite o mencionado boqueirão do Corpo-Santo.

---

1 Acerca d'este Collegio de Frades irlandezes póde consultar-se a *Hist. dos estabelecim. litt. e scientif,* por José Silvestre Ribeiro.

2 Francisco Coelho de Figueiredo—Annotações ao *Theatro de Manuel de Figueiredo,* seu irmão, tomo XIV, pag. 608.

3 *Collecção de providencias da Cam. Mun. de Lisboa,* em 1835, pag. 42.

CAPITULO VI

O sitio marinho de Cata-que-farás.—A Cruz de Cata-que-farás.—Remonta-se ao seculo XV, pelo menos, esta denominação singular.—Providencias d'el-Rei D. Manuel que melhoram estes logares.—Prohibem-se agglomerações de madeiras.—Calçamento do rocio de Cata-que-farás.—Faz-se um chafariz.—A ponte de madeira.—Os Remolares.—Casas de pasto no sitio em tempo d'el-Rei D. João V.—Versos de Garção.—Praça moderna dos Remolares.—Calça-se em 1840.—A meridiana em 1860.—Os saloios e a meridiana.—Monumento ao Duque da Terceira por Simões de Almeida em 1877.—Os Sodrés.—O Hotel Central.—Rapida digressão sobre antigas hospedarias lisbonenses.—O nosso caes do Sodré á noitinha.—Marinheiros inglezes; grosserias d'esses bretões avinhados.—Acaba em 1834 o uso de serem arrojados aqui ao Tejo os cadaveres dos cavallos.—Venda de carvão.—Providencias municipaes sobre o aceio e compostura d'estas praias.

PARA o Poente do Corpo-Santo, esse trato de terrenos denominado Cata-que farás era um agglomerado de viellas, presididas, por assim dizer, pela *Cruz de Cata-que-farás*. Ressentiam-se dos dois elementos que as frequentavam: pescadores, e desordeiros. No tempo da dominação filippina foi ali algures o tribunal especial dos Castelhanos, e a sua cadeia.

Cruz de Cata-que-farás,
celeberrima frequencia
de Hespanhoes, que n'esta parte
teem sua audiencia e cadeia

diz a *Relação* de 1626; e a Maria Parda, que ali divagava de tavolagem em tavolagem, já proferia na primeira metade do seculo XVI esta enigmatica exclamação:

Rua de Cata-que-farás,
que farei, e que farás?

Eram muito frequentes em Lisboa os cruzeiros; mais ou menos, falavam ao coração do Povo, e elevavam-lhe os sentimentos. Os nossos governantes municipaes, desde 1834, não o entenderam assim: declararam guerra a esses cruzeiros, alguns dos quaes eram muito bonitos, e (até como pecas ornamentaes) mereciam conservados. Em vendo uma Cruz, abaixo com ella!

Aqui, no bairro marinheiro, dizia bem o symbolo christão. Lá resa o annexim: *Se queres aprender a orar, entra no mar.*

Perguntam-me certamente pela etymologia de tão extravagante denominação, Cata-que-farás, ultimamente syncopada em Catefarás, antes que a travessa d'esse nome fosse chrismada em travessa do Alecrim por uma das nossas vereações, que não coram de se occupar de reformas tão *minusculas*, tendo tantas outras coisas que fazer[1]!

Nada posso dizer ao certo sobre a origem do nome; pertence por ora ao grupo dos indecifraveis na longa lista das ruas lisbonenses; mas é certissimo remontar pelo menos ao seculo XV.

El-Rei D. Manuel, autor, como diz Damião de Goes, das taracenas de Cata-que-farás, promulgou algumas providencias, que parecem tendentes a melhorar o sitio. Exemplos:

O mercador Jacome de Olanda obteve por carta de 30 de Novembro de 1512 licença regia para aforar á Camara um chão no salgado junto a Cata-que-farás, a fim de ahi arrecadar, como já arrecadava, mastros de navios. Teve tambem licença para cobrir esse chão, podendo edificar *no ar* casas de habitação[2]. Isto faz lembrar os telheiros que ainda hoje ha no Arsenal da Marinha.

[1] Edital de 31 de Dezembro de 1885.

[2] Liv. III d'el-Rei D. Manuel, fl. 127, no cartorio do Municipio.

Ordenou em .. de ..... de .... que se calçasse o chamado Rocio de Cata-que-farás[1].

Em carta regia de 4 de Abril de 1499 mandou fazer um chafariz com um telheiro no mesmo populoso sitio[2].

Finalmente existia ali, entre o que é hoje a Moeda e os Remolares, a celebre ponte de madeira, que tantas coisas viu, e

> em que a frota brazileira
> todos os annos pejada
> seus ricos partos despeja,

como diz o Vieira Lusitano[3]. *The wooden bridge*, lhe chama n'uma das rubricas a soberba gravura ingleza, que possuo, de Lemprière. Essa ponte, de certo renovada muita vez, parece ter-se conservado longas dezenas de annos[4].

Por estas immediações, apparece-nos o sitio dos Romulares, ou antes Remolares, nome que a tantas discussões tem dado azo, discussões em que não tenho elementos para entrar[5].

Depois do terremoto, toda esta desalinhada paragem mudou de aspecto, e melhorou.

---

1 Liv. II d'el-Rei D. Manuel, fl. 40 v. Este livro não existe já, desde muito, no Municipio. Vejo-o citado n'um antigo Indice manuscripto da Bibliotheca.

2 Liv. II d'el-Rei D. Manuel, fl. 40 v., cap. II. Livro desapparecido.

3 *O insigne pintor*, pag. 570.

4 Já existia em Outubro de 1512, segundo consta do cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. III do mesmo senhor, fl. 123.

5 Recommendo aos leitores uma serie de artigos publicados em Dezembro de 1887 no jornal *O Commercio de Portugal*, intitulados *O Cata-que-farás e os Romulares*. O autor, que julgo ser o muito estudioso e applicado snr. Gomes de Brito, meu collega no amor que tem consagrado ás antiguidades lisbonenses, mostra ter compulsado com alto criterio documentos impressos e manuscriptos. Pena é que o autor não colija em volume muitos artigos que sobre estas antigualhas municipaes tem publicado, e onde revela sempre nobres tendencias de pesquisador conscienciosso e respeitador das vellharias. Com essa publicação prestaria bom serviço á nossa causa commum.

Garção escreveu estas palavras, em que, referindo-se a alguem seu contemporaneo, pinta uma das feições do sitio:

> Quando vendia cebo aos Remolares,
> em fetida baiuca.....[1]

«Os Remolares, onde se lançam os estrumes das cavalharices» —dizia ainda o aviso de 25 de Julho de 1756[2]. Já, passados alguns annos, essas phrases perderam provavelmente toda a actualidade, visto haverem sido construidos pela Camara, em 1768 (sendo presidente Paulo de Carvalho), o caes dos Remolares, e a praça e caes da Ribeira. Vejamos:

Traçou-se no antigo sitio dos Remolares um pequeno largo regularissimo, ao topo da bella rua do Alecrim, limitado sobre o Tejo pelo caes supramencionado. A architectura dos edificios ficou subordinada ao plano de Eugenio dos Santos.

Em Dezembro de 1849 deliberou a Camara proceder ao calçamento da praça logo que terminasse o do Rocio[3].

Adoptara-se já, com toda a segurança, o systema das calçadas-mosaico, inventado pelo benemerito General Eusebio Candido Pinheiro Coelho Furtado, e ensaiado primeiro no Castello de S. Jorge. Trabalhavam n'essas obras os grilhetas, ou presidiarios, que todos ainda vimos atravessar Lisboa carregados de cadeias, como se estivessemos em Marrocos ou Zanzibar (felizmente isso acabou, ou modificou-se). A esses infelizes operarios dava a Camara Municipal a gratificação de 40 réis diarios. Começou a obra do empedramento da praça dos Remolares em Janeiro de 1850; e logo em Maio officiou a Vereação ao Governador do Castello, pedindo-lhe completasse o numero dos grilhetas que trabalhavam n'essa calçada[4]. Fez-se a obra «com um desenho tão bello e elegante, —diz o engenheiro

1 Farça *A Assemblêa.*

2 *Providencias sobre o terremoto,* pag. 170.

3 *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa,* em 1849, pag. 29.

4 *Id.,* em 1850, pag. 12.

Miguel Paes n'um curioso folhetim publicado no *Diario de Noticias*[1],— que se tornou notavel, a ponto de ser reproduzido em grande numero de livros e jornaes estrangeiros da especialidade.»

* * *

Os usos novos iam impondo necessidades novas, e a sollicitude das vereações acudia com disvelo ora a um ora a outro ponto d'esta longa ribeira, conforme as exigencias e commodidades do publico e da civilisação moderna. Apresentarei alguns factos.

Em Julho de 1834 dirigiu a Camara Municipal um officio ao Governador das armas da Côrte e provincia da Estremadura, pedindo providencias contra o que usavam alguns quarteis de cavallaria, que era mandarem deitar ao Tejo os cadaveres dos cavallos. Para evitar isso, promptificava-se a Camara, apenas avisada pelos Commandantes dos corpos, a mandar conduzir os cadaveres aos cemiterios dos irracionaes no Valle-Escuro e na Triste-Feia[2].

No largo do Corpo-Santo era a venda do carvão; como por ali augmentava o transito, entendeu a Camara em Março de 1835 transferir essa venda para outras localidades[3].

As antigas ordens (a que já me tenho referido) de se não arrojarem detritos ás praias do Tejo, ordens sempre renovadas, mas sempre illudidas, ressuscita-as com energia a postura de 30 de Agosto de 1841, mandada vigorar por edital de 25 de Setembro seguinte, prohibindo que desde o Beato até Belem se lance á margem do Norte qualquer coisa que possa, pouco ou muito, entulhar ou obstruir o rio. Ficavam obrigados todos os donos de predios e estaleiros, com serventia sobre o Tejo, a conservar limpas as suas testadas. Tudo isso era fundado, em que a maior parte do nosso littoral se achava já estragada, a ponto de se verem entupidos os canos reaes do despejo[4].

---

1 N.º 6:267, de Julho de 1883.

2 *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa,* em 1834, pag. 15.

3 *Id.,* em 1835, pag. 11.

4 *Collecção de providencias,* etc., pag. 188.

Entre o nosso caes do Sodré e a Ribeira Nova era uso, até não ha muitas dezenas de annos, arvorarem-se pela rua, junto ás paredes, e nos recantos, lojas volantes de barbeiro para os embarcadiços e outros. Esse pejamento ridiculo, veiu cohibil-o a portaria da Camara de 10 de Maio de 1842[1].

Em Agosto de 1843 mandou a Camara remetter ao Governador Civil uma representação, em que o Administrador do Bairro do Rocio pedia providencias para evitar o escandalo com que mulheres das ultimas classes, pouco affeitas ao freio do pudor, e rapazes em completo estado de nudez, iam banhar-se em pleno dia no caes do terreiro do Paço[2].

Em 14 de Outubro de 1844 prohibe a Camara aos pescadores, que prendam as redes nas arvores da alameda da Junqueira, para não as aluir e arrancar[3]; e, não falando n'outra postura, de 15 de Janeiro de 1846, approvada por accordam do Conselho de Districto de 10 de Fevereiro seguinte, em que se estatuem varias providencias policiaes (de pouco interesse) relativas aos barcos dos caes da Cidade[4], mencionarei o edital de 6 de Setembro de 1850, que veda aos barcos da palha o demorarem-se perto da praia do Corpo Santo, por medo das faúlhas da officina fundidora de metaes no proximo arsenal da Marinha[5].

Em Setembro de 1850 annunciou a Camara ficar prohibido estacionarem barcos carregados de palha na praia do Corpo-Santo[6].

Mencionarei mais o edital de 25 de Outubro de 1850, que se insurge contra o abuso de atracarem os arraes ás cantarias dos caes, especialmente do do terreiro do Paço, enterrando grossos pregos nos intervallos das lageas, atravancando a passagem, e deturpando por todos os feitios estas entradas da capital[7].

---

1 *Collecção de providencias*, pag. 199.
2 *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa*, em 1843, pag. 17.
3 *Id.*, em 1844, pag. 233.
4 *Collecção de providencias*, pag. 250.
5 *Id.*, pag. 316.
6 *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa*, em 1850, pag. 18.
7 *Id.*, pag. 319.

Pouco depois, encontro mais o regulamento de 26 de Fevereiro de 1852 quanto ao modo do desembarque dos generos variados no celebre caes do Tojo da Boa Vista, de horrivel memoria[1]; e (para concluir estes enfadonhos indices) direi que em Setembro de 1852 approvou a Camara o projecto de representar ao Governo no sentido de se definirem praticamente as attribuições do Capitão do porto sobre o regimen das praias[2]. Logo tornarei ao assumpto.

Voltemos detidamente aos Remolares.

Em 1860 havia ao centro da praça uma escadaria circular de poucos degraus, e de 2 metros de diametro, tendo ao centro, sobre um pedestal, uma meridiana, ou relogio de sol. Essa meridiana (como tantas coisas inoffensivas e uteis!) tornou-se alvo dos epigrammas, mais ou menos agudos, do Lisboeta. Ha uns certos sujeitos inuteis, que só sabem rir, rir de quem trabalha, epigrammar a quem serve. A meridiana era proveitosa; fazia o seu serviço, e cumpria-o bem; andava ás ordens do sol, e obedecia-lhe ponctualissima, em beneficio dos proprios ociosos que a desprezavam. Pois era moda dizer mal d'ella.

Contavam-se muitos casos; dizia-se, por exemplo, que um pobre saloio, para quem um instrumento assim se figurava novidade inaudita, ouvindo dizer que era relogio se lhe aproximara, e, desconfiado de que o pretendiam enganar, applicara o ouvido, e tornara a applical-o, concluindo (depois de maduro exame) que seria talvez relogio, mas estava parado.

Outro beócio chegando ali ás Ave-Marias, quando já não havia sol, esperou pacientemente que se accendessem os candieiros de gaz da illuminação municipal, e foi depois consultar a meridiana..... que lhe disse não sei bem o quê.

A meridiana foi emfim substituida (e com vantagem) pelo monumento do Duque da Terceira, cuja primeira pedra se assentou

1 *Collecção de providencias*, pag. 361.

2 *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa*, em 1852, pag. 76.

em 24 de Julho de 1875. A estatua, obra do nosso correcto escultor, e meu amigo, o snr. José Simões de Almeida Junior, ergueu-se em 4 de Julho, e foi inaugurada em 24 do mesmo mez, em 1877, 44.º anniversario do desembarque do Duque em Lisboa com as tropas constitucionaes do seu commando.

Viviam n'aquelles sitios desde tempo antigo, proprietarios que lhes vincularam o nome. Encontrei, em antigos tombos, Antonio Sodré Pereira Tibau, Duarte Sodré Pereira Tibau, etc., donos de predios pelo Ferragial, rua da Pelada, e pela praia; e diz Antonio da Silva Tullio n'um seu artigo sobre os Remolares[1], que Vicente Sodré «descendente de Fradique Sodré, inglez que passou a este Reino no tempo de D. Affonso V, edificou ali grandes predios que vinculou, concorrendo tambem para a cortina e obra do caes, que é um dos mais centraes que tem Lisboa, e que dá melhor serventia aos navios ancorados no Tejo».

São pois esses Sodrés e esses Tibaus que deram nome ao antigo *beco do Tibau*, ali á borda da agua, e ao nosso *Caes do Sodré*.

Esta praça dos Remolares, ou do caes do Sodré, hoje chamada *do Duque da Terceira*, tem na sua face oriental um dos primeiros hoteis de Lisboa: o Central. Ahi se hospedaram Reis, Principes, e celebridades de todo o genero. Seria muito curiosa a lista da romaria, e interessantissima para a Historia.

Em tempo de Frei Nicolau de Oliveira havia em Lisboa noventa estalajadeiros. Das nossas estalagens em geral faziam pessima ideia os viajantes de fóra; e um nacional, o loquacissimo Miguel Leitão de Andrada, diz d'ellas: «São peçonhentas quasi todas as d'este nosso Portugal»; e contrapõe-lhes as forasteiras[2].

[1] *Archivo Pittoresco*, tomo III, pag. 3.
[2] *Miscel.*, dial. IV.

Na praça dos Remolares esteve albergado em Fevereiro de 1646 o muita vez mencionado Monconys, em casa de um tal Almeida; e pagava 2 vintens diarios pelo seu quarto[1]. Parece que não se dava por satisfeito com o tratamento, visto accrescentar: «As estalagens aqui são pessimas, e é preciso quasi sempre dormir no sobrado, e contentar-se cada qual com um pequeno colxão[2].»

Em 1730 o anonymo autor da *Descripção de Lisboa* diz:

«As boas hospedarias, quasi todas francezas, inglezas, e hollandezas, são carissimas. Na melhor, que é franceza, situada á beira do Tejo, n'um largosinho chamado o *Remolares,* levam 6 francos por dia; e as outras mais somenos, onde possa hospedar-se gente decente, custam 48 soldos até 3 livras. N'umas e n'outras se está mal, mas o passadio é supportavel. Esta carestia excessiva provém da escassez da freguezia; pelo que, a maior parte dos viajantes que se demoram n'aquella Côrte, ou outras pessoas que só lá vão de passagem, se hospedam em casa de amigos, ou alugam um aposento. Quem toma este ultimo alvitre, tem de contentar-se com pouca mobilia, e ordinaria: uma meza, meia duzia de cadeiras de palhinha, alguma loiça de barro, e umas camas como se usam em Portugal, isto é sem leito nem cortinas, e consistindo apenas n'um enxergão com dois colxões, que á noite se estendem em cima de umas esteiras de junco muito limpinhas. No de mais, como as casas, sempre muito caiadas, teem de roda azulejos, e são muito alegres por pouco que o viajante escolha sitio alto, passa-se bem sem tapessarias. Por este systema faz-se grande economia, e acha-se cada um muito mais agradavelmente albergado do que nas estalagens, que são nos andares terreos, e pela maior parte nos bairros mais horrendos[3]».

---

[1] *Voyages de M. de Monconys,* tomo I, pag. 112 e 128.

[2] *Ibid.*, tomo III—Les hostelleries y sont très mauuaises, et il faut presque tousiours coucher sur la terre, se contentant d'un petit matelas pour lit.

[3] Les bonnes auberges, qui sont presque toutes françaises, anglaises, et hollandaises, sont fort chères. Dans la meilleure, qui est française, et située au bord du Tage, sur une petite place appellée le *Remolares,* il en coûte six francs de ce pays là par jour; et celles au-dessous, dont d'honnêtes gens puissent s'ac-

Parece ter havido em tempo d'el-Rei D. João V aos Remolares duas casas de pasto estrangeiras: uma de Monsieur Bró, e outra de Madame Mantelle. A ellas allude Thomaz Pinto Brandão n'um seu *Romance*[1].

Em 1796 havia duas hospedarias reputadas as melhores: a da *Piemonteza*, e a da *Calçada da Estrella*[2].

Basta de hospedarias, e já talvez sobra. Tudo veiu a proposito do elegante Hotel Central; no sitio d'elle estava em 1849 o hotel de M.me Lenglet, e em 1845 vejo n'um roteiro mencionada M.me Julia.

Quem passa á tardinha pelo caes do Sodré, vê do lado do Poente, aos pés do quarteirão opposto ao do *Hotel Central*, duzias de homens ali agglomerados, ali conversando, e reconhecel-os-ha logo por gente do mar: capitães mercantes, e pilotos, e mestres, e barqueiros, e marinheiros, tudo ali se junta diariamente, a falar,

---

commoder, coutent 48 sols à trois livres. On est mal logé dans les unes et les autres; mais on y est passablement bien traité. Cette cherté excessive vient de ce qu'il se présente peu de monde pour y loger: elle est cause que la plupart des voyageurs qui font du séjour en cette Cour, ou autres personnes qui y vont pour des affaires passagères, logent chez des amis, ou loüent des appartements. Les personnes qui prennent ce dernier parti se contentent ordinairement de très peu de meubles, et des plus médiocres; c'est l'affaire d'une table avec six chaises de paille, d'un peu de vaisselle de terre, et des lits fort en usage dans le pays, c'est-à-dire sans bois ni rideaux, consistant seulement en une paillasse et deux matelas, qu'on étend le soir sur des nattes ou tissus de jonc fort propres; au surplus, comme les maisons sont toujours bien blanches, qu'elles ont partout un placage de fayence à hauteur d'appui, et sont fort riantes, pour peu qu'on choisisse les hauteurs, on se passe volontiers de tapisserie. De cette façon on épargne considérablement, et l'on se trouve encore agréablement logé en comparaison des auberges, qui sont dans des fonds, et la plupart dans les plus vilains quartiers.—*Description de la ville de Lisbonne*, Paris 1730, 8.°, 1 volume, pag. 43.

[1] A pag. 322 e seg. do *Pinto Renascido*.

[2] *Voyage en Portugal et particulièrement à Lisbonne*, pag. 58. Ahi faz o autor muitas considerações sobre preços, etc.; mas não tenho espaço para as transcrever.

e a ver o Tejo, e a estudar a apparencia meteorologica da barra, e a encontrar amigos, e a saber noticias commerciaes, e a entender-se com os negociantes; em summa: a labutar no seu officio.

Pois bem: quem ahi passar, lembre se de que ha seculos assim é, mais por aqui, mais por ali; reunião aquella essencialmente masculina, e onde nunca apparece o elemento feminino. Já a antiga mulher alfamista fiava ou cosia em casa, em quanto o homem lidava na Ribeira ou nos galeões. «O marido barca, e a mulher arca» — observa o rifão.

Para comprovar a antiguidade d'estes pequeninos *meetings* habituaes de maritimos, ha, entre outros, o testemunho artistico da gravura em aço por Lemprière, que é *do fim* do seculo XVII, e onde o sitio dos nossos Remolares vem indicado como *the water-men's plying place*; e ha tambem testemunho litterario, que ainda remonta a usança bem mais longe: é o de Balthazar Telles, que dá tambem o Corpo-Santo, no seculo XVI, como ponto habitual de reunião de estrangeiros e maritimos, nossos e de fóra, chusma de gente rude, e os chamados ribeirinhos, maráus, moços do sacco, da ceirinha, e outros[1].

Nas suas relações de intimidade com o mar, sempre o Lisboeta propendeu desde tempo antigo para o Tejo, que imita o Oceano, que ruge como o Oceano, que sabe carrear galeões, como o Oceano, e borrifa ha seculos e seculos a face prasenteira da fidalga Olisipo. A azafama das construcções navaes, e a das entradas e saídas de levas de gente, trouxe sempre ás nossas praias extraordinario bulicio, muita vez desordeiro; e o antigo Cata-que-farás, e o antigo Corpo-Santo, e os antigos Remolares, e o moderno caes do Sodré, presenciaram frequentes desavenças entre catraieiros portuguezes e marinheiros inglezes de navios de guerra surtos no Tejo.

Lembra-me que taes excessos e desmandos são já muitissimo antigos.

[1] *Chron. da Comp.*, tomo II, pag. 221.

Em dias d'el-Rei D. Sancho I, no anno de 1190, houve n'estas praias fortissima briga entre o povo de Lisboa e maritimos de barcos inglezes. Lá o conta a *Monarchia Lusitana*[1].

A grosseria d'estes brutaes filhos de Albion é notoria, e provoca represalias. Essa gente julga entrar n'um paiz conquistado ao entrar em Lisboa; e não admira..... quando «todo o mundo é seu». Sequiosos de vinho barato, como bebados avaros que são, fazem das viellas o theatro das suas proezas, e enxovalham em cada taberna o nobre e nobilissimo Leopardo britannico.

[1] Tomo IV, pag. 41, liv. XII, cap. XIV.

CAPITULO VII

As Casas caídas.—O largo do Stephens.—Quem era este Inglez.—Fabrica de refinar assucar creada em 1751 a S. Paulo.—O estrangeiro Smits.—Egreja de S. Paulo.—Medições antigas.—Descripção da frontaria do moderno templo parochial de S. Paulo.—Quadros da antiga egreja e da moderna.—A S. Paulo affluiram sempre muitos estrangeiros.—Versos velhos—O novo mercado de S. Paulo chamado da Ribeira Nova.—Venda de pão e outros comestiveis no largo de S. Paulo.—É prohibida em Dezembro de 1835.—Historia minuciosa do chafariz de S. Paulo.—As tavolagens da Boa-Vista.—Vinho e sangue teem regado esta praia.

Vamo-nos approximando dos arredores da povoada parochia de S. Paulo. Não sei determinar onde era, por ahi, o sitio chamado «as Casas caídas», mencionado em varios documentos do cartorio municipal. Que era chão da Camara, e no qual a mesma Camara mandára fazer um chafariz, é certo[1].

Passemos agora ao largo do Stephens, cujo nome recorda um rasgado homem, o negociante inglez William Stephens, esse mesmo a quem a grande Marqueza de Alorna (Alcippe) dedicou um soneto[2].

E merecia bem tal consagração litteraria. Foi Stephens um dos melhores auxiliares industriaes de Portugal; para sua gloria bastar-lhe-hia ter fundado a fabrica de vidros da Marinha Grande. Era um emprehendedor activo e experto, cuja individualidade não pas-

1 Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. 1 *de compras*, fls. 47, 53, e 87.

2 *Obras poeticas*, tomo II, pag. 165.

sou despercebida ao sagacissimo Pombal. Falam d'elle, e muito, as *Memorias das principaes providencias* ácerca do terremoto.

Ha um facto que sobremodo illustra e ennobrece o largo de S. Paulo: foi ahi que se estabeleceu a primeira fabrica vista em Portugal para refinar assucar. Concedeu el-Rei D. José por decreto de 14 de Julho de 1751 ao estrangeiro Christiano Henrique Smits licença para a fundação d'esse util estabelecimento «no largo de S. Paulo —diz Frei Claudio— quasi defronte da Casa da Moeda, onde se vendeu o dito assucar a preço de tostão, seis, sete, e oito vintens cada arratel[1]».

(Mas note-se que esse largo de S. Paulo, anterior ao terremoto, não era, nem por pensamentos, a actual praça de nome identico: era mais ao Poente; basta considerar que a orientação do eixo maior do templo parochial era de todo contraria á da egreja que hoje ahi se ergue: a porta principal virava á barra.)

É indispensavel estudar agora esse templo, que, sem ser dos celebres da Capital, merece comtudo a nossa attenção n'esta variada peregrinação que emprehendemos.

Antes do terremoto, segundo acabei de notar, a frontaria da egreja olhava ao Poente; e o terreno fronteiro, chamado «o Adro», tinha 120 varas de comprido, de Nascente a Poente, e de largura, de Norte a Sul, 38 varas, 1 palmo e $\frac{6}{10}$.

Inclusa n'esse terreiro erguia-se a egreja, com a sua frente de 20 varas, 2 palmos, e $\frac{5}{10}$, e o seu fundo de 47 varas. Desde a cabeceira do templo até ás primeiras casas, do lado do Nascente, iam 5 varas, 3 palmos, e $\frac{4}{10}$, ficando o corpo do mesmo templo a igual distancia dos limites austral e boreal do seu adro[2].

[1] *Gabinete historico*, tomo XII, pag. 64.
[2] *Tombo da Cidade*.

Uma das gravuras da collecção de vistas por Le Bas lá apresenta a egreja de S. Paulo n'um tal estado de destroço, que difficilmente póde o espirito restaural-o; assim como tambem é difficillimo, ou antes impossivel, destrinçar a verdade quanto á era da fundação da parochia. Quando Christovam Rodrigues de Oliveira escrevia o seu *Summario*, em 1551, parece não existia, visto que elle, tão minucioso, a não menciona; mas a estampa de Braunio, que pouco mais moderna é (apenas uns vinte ou vinte e cinco annos), lá nos mostra a egreja de S. Paulo, com o adro perfeitamente claro.

Carvalho da Costa apenas diz que esta parochia se formou desannexando uma parte da dos Martyres, e outra da de Santos, mas não marca a data. Descreve a egreja, chamando-lhe «das mais majestosas que tem esta cidade». O tecto então (1712) era todo apainelado de primorosa pintura; sobre o arco da capella mór via-se um quadro com a conversão de S. Paulo, pintura de Stopo. Eram nove as capellas, alem da maior, em que estava S. Pedro e S. Paulo; do lado do Evangelho a do Sacramento, com quatro capellães, a de Santa Catherina, a das Almas, e a da Piedade, imagem notabilissima; do lado da Epistola, a da Senhora da Boa Viagem, com irmandade da Junta do Commercio, a de Santo Antonio, a da Senhora da Luz, a de S. Francisco Xavier, e a de S. João Baptista[1].

Da reconstrucção posterior a 1755, a actual, não conheço o autor.

O frontispicio, aliás não destituido de certa elegancia algum tanto afeminada, consta de uma parte central ressaída, acompanhada de dois outros corpos muito estreitos, coroados dos campanarios; tudo symetrico, pautado, e friamente correspondido. O avançamento central é coroado de frontão, e incluso entre duas pilastras doricas, sobre as quaes assenta uma cornija de banda a banda da fachada. O tympano do frontão abre-se n'uma luneta gradeada de fórma ellyptica. Sobre a intersecção das empenas levanta-se uma Cruz de ferro apeanhada n'um pequeno acroterio; e aos extremos inferiores dois vasos de remate pyriformes.

Tem esta fachada tres altas janellas, das quaes é dominante a central, e, por baixo de cada uma, tres portas para o pequenino

---

1 *Chorographia*, tomo III, pag. 482.

adro gradeado. A porta do meio é coroada de um medalhão em baixo relevo representando a conversão de S. Paulo; sobre a porta da esquerda do espectador está a estatua de S. Pedro executada por Antonio Machado, architecto e esculptor dos começos do reinado da senhora D. Maria I, como diz Cyrillo[1]; sobre a da direita a estatua de S. Paulo.

Os dois campanarios erguem-se com certo desgarre, no estylo italianado que tanto ficou dominando entre nós, com os seus remates em tampa de saladeira, as suas ventanas bem proporcionadas, os seus cantos ornados de columnellos de ordem jonica; e por baixo de cada ventana um relogio.

A egreja antiga possuia quadros de um mestre do seculo XVII, o enigmatico Marcos da Cruz[2]; a moderna tem do pincel de Joaquim Manuel da Rocha «o famoso painel de S. Pedro e S. Paulo» (expressão de Cyrillo)[3]. O tecto, vasta composição de architectura *di sotto in su*, foi executado pelo pintor ornatista Jeronymo de Andrade, ajudado de José Thomaz Gomes, Vicente Paulo, e Gaspar José Raposo[4].

O sitio de S. Paulo parece ter sido notavel pela continua affluencia de domiciliarios estrangeiros.

> A diante está S. Paulo[5],
> onde nações estrangeiras,
> hespanhola, catalan,
> italiana, e tudesca,
> a franceza, a biscainha,
> siciliana, e flamenga,
> finalmente quantas ha,
> parecem dar obediencia.

[1] *Mem.*, pag. 255.
[2] Cyrillo Volkmar Machado—*Mem.*, pag. 80.
[3] *Ibid.*, pag. 117.
[4] Cyrillo—*Mem.*, pag. 207, e *Mnem. Lusit.*, tomo II, pag. 40.
[5] Diz a *Relação* de 1626.

E o *Anatomico jocoso*[1], que é a miscellanea mais curiosa que se póde imaginar, enfia estes versos, incomprehensiveis muita vez, mas onde alguns traços se encontram authenticos para a pintura do quadro:

Este.....
é o bairro de S. Paulo,
que até lá nos tanoeiros
domina casas e quartos.

Aqui a prosapia do vinho
raizes estende ha annos,
e tão generoso o tronco,
como o publicam os ramos.

Oitenta e sete tabernas
conta em seu estreito espaço,
não falando nas despensas,
nem entrando aqui os armarios.

Mas que muito, se este sitio
é aquelle «mare magnum»,
em que, sem lastro ou com elle,
entram naturaes e estranhos!

Madama laranja ali,
e Monsiur biscoito saltam;
ella anda n'uma roda,
elle sempre anda estallando.

Arde quotidiana a bulha,
mas nunca nenhuns se matam.
Mettem mão porém nos copos,
a folha só cachimbando.

Varias nações de mistura
ali talvez se baralham,
varias gentes, varios ritos,
uns com outros encontrados;

[1] N'um auto a pag. 185 do tomo III.

d'onde talvez o pagão
abomina o baptisado.
De todo o mundo concorrem
a habitar aqui, sadios,

que aqui todos teem saude,
inda que passem seus tragos.
Portuguezes mil, mal digo:
ratinhos aqui não faltam,

que inda que teem sua cruz,
tão alegres vão passando,
que, sem encolher os hombros,
soffrem lances mui pesados.

A maior parte das allusões contidas n'esses versos escapam talvez á sagacidade do maior pratico. O que d'elles se deduz em globo é que a affluencia para todo este lanço da beira-mar era já muitissima. Essa affluencia significava a expansão da Lisboa velha para os lados da Barra, expansão que data de seculos, e que depois do terremoto se accentuou e não pára.

Tudo isso exigiu providencias novas ao espirito perspicaz do grande Ministro; entre ellas a creação do novo mercado de S. Paulo, chamado «a Ribeira nova». É de 13 de Abril de 1771 o decreto estatuindo o modo da venda, distribuição dos viveres, e aluguel dos logares na Ribeira de S. Paulo, que ficava entre a cortina do caes marginal do Tejo e as costas do quarteirão que fórma o lado meridional do largo de S. Paulo. Chegava a ser um passeio agradavel percorrer este pandemonium da beira-mar.

Segundo me informa pessoa que chegou a ver tal mercado na sua feição primeira, as barracas, ou cabanas, dos vendedores não tinham plano; eram umas baiucas breadas, de tecto esconço, ou de duas aguas, e altas, e baixas, e mal arruadas. Determinou a Municipalidade reformar este mercado importante, e em Julho de 1834 annunciou por edital, e pelas folhas periodicas, a arremata-

ção da obra dos melhoramentos a que mandou proceder na Ribeira nova[1].

Isso apparecia ultimamente como exactissimo retrato da praça da Figueira, já na disposição, já na abundancia de pescado e outros viveres. A vizinhança das aguas e da população barqueira dava feição peculiar ao sitio, que não primava pela polidez da loquella.

O mercado da Ribeira nova foi ha poucos annos arrazado. No largo que elle deixou, pensou-se em edificar o Correio, e ventilaram-se a esse respeito varios alvitres na imprensa. Começou o trabalho dos alicerces, mas era tal a quantidade de agua apparecida, que se interrompeu a obra[2].

No largo novo de S. Paulo, junto a esta Ribeira nova, no seculo XVIII, vendia-se pão em barracas fixas e volantes, que a antiga incuria municipal, e a necessidade, ali deixavam estacionar. Tudo isso prohibiu o edital de 3 de Julho do citado anno de 1771, com o fito em attrahir população ao mercado novo. Veiu outro edital, de 17 de Julho de 1809, e constituiu o dito largo praça privativa da hortaliça em Lisboa.

Vê-se que as tolerancias continuaram no largo em frente da egreja reedificada, e lá se via cada dia estabelecer-se, por costume, uma especie de feira. Baixou em Dezembro de 1835 uma determinação municipal prohibindo toda a casta de venda que se usava no largo de S. Paulo[3].

Quanto ao chafariz de S. Paulo, tão util n'estes sitios, diz-nos a *Memoria* de Velloso de Andrade (bom livro, e bem feito), que já em tempo do Marquez de Pombal se tratou de pôr ali uma fonte dos sobejos do chafariz do Loreto. Foi isso em Novembro de 1774, mas não passou de projecto.

Em 1821 e 1823 pediram os parochianos á auctoridade attendesse á mingua de agua que ali padeciam; em 1826 tornaram a

1 *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa*, em 1834, pag. 15.

2 No verão de 1892 construiu-se ahi um novo Circo, denominado Piatti.

3 *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa*, em 1835, pag. 23.

insistir, allegando a distancia do chafariz da Esperança, e o descommodo que isso causava a um bairro frequentadissimo de maritimos. Como nada se obtivesse, tornaram os parochianos, depois de gorado o faladissimo projecto de um poço artesiano, a pedir á Camara em 1848, a 23 de Março, tivesse dó d'elles! Chegou esse dó á Camara em sessão de 16 de Novembro; deliberou-se fazer um chafariz no largo de S. Paulo, segundo o risco antigo projectado pelo Conde de Oeiras, com leves alterações de que se encarregou o architecto Malachias Ferreira Leal. Em 29 de Outubro de 1849 correu a primeira agua; importou toda a despeza de tão grande melhoramento apenas em 3:204$895 réis[1].

Por aviso de 26 de Fevereiro de 1850 determinou a Camara Municipal que a bica do lado do Poente do Chafariz novamente construido ficasse destinada para o serviço da gente do mar exclusivamente[2].

Depois de 1849 é que se calçou de mosaico o largo de S. Paulo, na fórma em que hoje se vê, apresentando o desenho «dois grandes rectangulos com estrellas centraes, cujos raios se estendem até aos lados[3]».

Eis ahi o que sei. O largo de S. Paulo, um dos de mais chata e trivial apparencia que ha no orbe terraqueo, não tem grandeza, não tem vista, não tem tradições, e não tem architectura; mas é central, e passam-lhe a cada minuto os carros americanos ao longo da face Norte. Já é uma vantagem.

Toda essa praia chamada «da Boa Vista», se podesse contar a sua chronica, tinha para volumes. Por ali, em innumeraveis *tavolagens*, teve aula o deus Baccho, e os seus cortesãos não são por

[1] Alem da *Memoria* por Velloso de Andrade, consulte-se a *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa*, em 1848, pag. 30.

[2] *Collecção de providencias* da Camara em 1850, pag. 307.

[3] Miguel Paes—Folhetim sobre *Empedramento das praças*, *Diario de noticias* n.º 6:267, de Julho de 1883.

via de regra dos mais pacificos. Não mencionando de novo as allusões do *Anatomico jocoso*, refiro que ha no cartorio municipal muitas referencias a tabernas e taberneiros do Corpo-Santo e da Boa Vista; e ha o soneto de Tolentino

> De descalços miqletes rodeado,
> por escuro armazem da Boa-Vista.

Ainda hoje, quem contar os armazens de vinho d'essa populosa arteria, desde o bello deposito do snr. Eschrich até ao ultimo botequim de má-morte, ha de chegar a numero alto.

Não só com vinho se tem regado aquella praia: com sangue tambem.

Na Boa Vista houve nas vesperas da segunda saida d'el-Rei D. Sebastião para Africa algumas brigas ferozes entre bandos de Portuguezes e Tudescos; e uma durou horas; verdadeira batalha, muito cruenta[1].

Aspecto de Lisboa em 1578.—Herculano, *Opusculos*, tomo VI, pag. 101.

CAPITULO VIII

O forte de S. Paulo.—Sua rapida historia, e suas medições.—A Casa da Moeda, para aqui transferida por el-Rei D. João V.—Em que anno?—Menção da importantissima Junta do Commercio.—Quaes eram os seus fins.—Sua extincção em 1720.—Soneto de Thomaz Pinto Brandão.—Companhias do Gran Pará e Maranhão, e do Commercio de Pernambuco e Parahiba.—Soneto de Quita.—Occupam essas Companhias a praia a juzante da Moeda.—É chamado Vieira Lusitano.—O boqueirão da Moeda.—Melhoramentos municipaes do sitio.—Predios novos no logar da antiga praia.—Conclue-se com uma inscripção que lá está.

Contando do largo de S. Paulo em diante, a maior parte d'aquelles predios tinham, não ha muitos annos, aspecto muito velho, e alguns d'elles empena de bico; é observal-os com attenção, e ver ainda quasi intacta em alguns a mesma physionomia com que dominavam a praia, e encaravam o Tejo em primeira mão, e os espalmadeiros, e as caravellas varadas de pròa na areia.

Logo em seguimento á egreja parochial de S. Paulo, via-se do mar, no sitio onde é hoje a «praça de D. Luiz», um forte, a pouca altura da agua, com aspecto desmantelado e triste, como ainda as minhas vagas reminiscencias m'o deixam entrever. Da entrada do forte lembro-me muito bem; era um nobre portão pombalino, ao fundo de uma reintrancia no topo occidental da rua da Ribeira Nova, na esquina Sul da travessa de S. Paulo.

A sua fundação (confesso lealmente) não a conheço; vejo porém já o forte de S. Paulo na vista ingleza de Lemprière, muitas vezes citada n'estes meus livros, e creio vel-a na seiscentista. Ultimamente era um pobre fortim pouco artilhado, com parapeito de ameias so-

bre o rio, e um certo ar de veterano coxo e triste, com sua perna de pau, á beira das aguas a meditar nos tempos que lá vão. Segundo medições officiaes feitas por occasião da venda do terreno em 1864[1], tinha as seguintes marcações: pelo Norte, cordeando de Nascente a Poente, 49 metros e 10 centimetros; pelo Nascente, cordeando de Norte a Sul, 40 metros; pelo Sul, de Nascente a Poente, 44 metros e 50 centimetros; pelo Poente, de Sul a Norte, 27 metros e 80 centimetros, comprehendendo tudo uma area de 1:600 metros quadrados. Pelo Norte confrontava com a rua da Ribeira Nova; pelo Sul, com terrenos da Camara; pelo Nascente, com casas de Francisco Antonio Vieira, e da Camara; pelo Poente, com a praça de D. Luiz.

Conheci-o mal, e por isso pouquissimo posso dizer do velho forte.

Possuo um fiel desenho do seu portão, alem do qual se avista uma nesga da Cidade, e junto de cujas hombreiras estaciona a sentinella, passeando de espingarda ao hombro.

Pelo Poente do forte de S. Paulo, cuja transformação completa logo descreverei, quando tratar da sua successora, a praça de D. Luiz, temos a Moeda.

Funccionou a Casa da Moeda muitos annos por baixo de uma parte do paço Real. Entendeu não sei que Rei, e com muito criterio, dever desalojal-a d'ahi. Foi transferida para perto, para o sitio da Calcetaria.

(A Calcetaria era na base do morro de S. Francisco; a entrada d'essa serventia ficava na vertente inferior da nossa actual calçada de S. Francisco[2]. Tornejava a Calcetaria em direcção ao que é hoje a rua do Arsenal[3].)

---

[1] *Arch. Mun. de Lisboa*, 1864, n.º 261, pag. 2087.

[2] Isso se deprehende do que explica João Baptista de Castro na nota 3 da pag. 181 do tomo III da ultima edição do *Mappa de Portugal*, ao tratar da freguezia de S. Julião, e especialmente da dita calçada de S. Francisco.

[3] Morador *na Calcetaria, junto ao Arco do Ouro*, é uma phrase do requerimento de André João da Cunha para Familiar do Santo Officio.—Torre do Tombo—*Familiares*.

Quando a Moeda saiu d'essa sua antiga séde nos baixos do paço, entre o terreiro e a rua Nova, ficou-se chamando aos casarões onde ella estivera, *a Moeda Velha*[1].

Passado tempo, determinou el-Rei D. João V dever transferir da Calcetaria a Moeda para sitio desembaraçado, onde não causasse empacho, e fixou-a n'uma casa, que, segundo testemunha D. Antonio Caetano de Sousa—«lhe fez construir de novo, com muita largueza e commodidade, a S. Paulo, da banda do mar[2].

Para isso aforou á Camara um terreno por 45$000 réis, segundo n'outra parte referi[3].

Quando ao certo se realisasse tão acertada transferencia, não sei eu; mas deve collocar-se pouco mais ou menos entre os annos de 1708 e 1729. Na primeira d'essas duas datas casou o Rei, e entrou a tomar gosto ás consideraveis obras do melhoramento e alargamento do paço, obras que pareciam incompativeis com a Moeda ali tão proxima; e em 1729 publicava Francisco Leitão Ferreira, erudito parocho do Loreto, as suas *Noticias chronologicas* onde diz isto:—«temos visto transferir-se a Casa da Moeda, do sitio onde estava na freguezia de S. Julião, antes de se entrar na rua Nova, quasi fronteira á dos Ourives, para a freguezia de S. Paulo, e casas da Junta do Commercio[4]».

Logo em 1730 diz um autor francez:

«Á beira do Tejo, para a parte do Poente de Lisboa, vê-se a Casa da Moeda, onde se fabrica o dinheiro, com tanta perfeição, pelo menos, como em França[5].»

Para animar os mestres, que trabalhavam com tão peregrino acabamento, foi el-Rei D. João V em pessoa ver os trabalhos dos

---

[1] Dá-o claramente a perceber Frei Apollinario da Conceição, a pag. 204 da sua *Demonstração*, quando diz que o edificio entre o terreiro do Paço e a rua Nova, onde tinha estado a Moeda, era já em 1750 chamado a *Moeda velha*, «por respeito da que depois na Calcetaria, e pela que ha ao presente (1750), onde foi a Ribeira da Junta».

[2] *Hist. Gen.*, tomo VIII, pag. 260.

[3] Pag. 86 d'este volume.

[4] Noticias chronol. da Univ. de Coimbra, pag. 74.

[5] *Description de la ville de Lisbonne*, 1730, pag. 28.

moedeiros; e, diz D. Antonio Caetano de Sousa, «com a sua singular viveza fez todas as reflexões que cabem nos mais peritos artifices[1].» Se os Soberanos bem considerassem quanto a sua presença anima! n'elles reside metade da civilisação dos Povos.

Isso por ahi, onde veiu a ser a Moeda, eram quasi tudo, como acabamos de ouvir a Leitão Ferreira, predios ou armazens, da poderosa Junta do Commercio; terrenos mandados aforar a ella ao longo da praia da Boa Vista, por ordem d'el-Rei D. Pedro II[2]. Ahi se ficou chamando, segundo Carvalho da Costa, «Ribeira da Junta do Commercio[3]», e ahi perto houve tambem, conforme esse autor, o *Beco Novo*, ou *da Junta*, que era em S. Paulo, da banda do mar.

A Junta do Commercio, ou, mais exactamente, «Junta da Companhia geral do Commercio do Estado do Brazil» era um tribunal creado em 1649, com jurisdição exclusiva, e por iniciativa dos «homens do Commercio». Representaram estes a el-Rei D. João IV o desejo que tinham de fundar uma Companhia poderosa, que, sem onerar a fazenda publica, trouxesse por sua conta no mar trinta e seis naus de guerra, em duas esquadras, para guardarem e comboyarem as frotas que vinham do Brazil carregadas. No estado cahotico do nosso trato ultramarino então, por causa das aggressões castelhanas e hollandezas, era isto um rasgo de verdadeiro patriotismo da parte dos negociantes. Foi-lhes aceito em Fevereiro o offerecimento, e depois confirmado por alvará de 10 de Março.

Esse numero grande de naus viu-se reduzido por ordem superior a dez, porque (antigo costume da nossa terra) a Junta ia-se tornando um Estado no Estado: era enorme o seu pessoal em terra e mar; eram activissimas as suas fainas de construcções nauticas, ali, ao longo d'aquella praia, que se chamava a Ribeira das

[1] *Hist. Gen.*, tomo VIII, pag. 269.

[2] Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. I d'el-Rei D. Pedro, fl. 305, 359, e liv. III do mesmo senhor, fl. 422 e 432.

[3] *Chorogr.*, freg. de S. Paulo.

Naus da Junta, ou a Ribeira da Junta do Commercio; eram incalculaveis as suas exigencias, as suas influencias politicas e burocraticas, e por fim a desordem da sua administração financeira, o pezo dos seus encargos e dos seus compromissos indeclinaveis. D'ahi desmandos, anarchia, clamores, interesses enredados, um horror, que motivou o alvará de 1 de Fevereiro de 1720[1].

«Á morte da Junta do Commercio, enterrada na Corôa», dedicou o engenhoso Thomaz Pinto Brandão um soneto engraçado, que vem no *Pinto renascido*. Diz assim:

Deu fim á vida, e juntamente á alma,
aquella mal creada, e bem nascida,
que dava a tanta gente a alma e a vida,
e por quem hoje tanta se desalma.

No enterro geral não levou palma,
por ser nos seus desmandos conhecida;
mas corôa levou, bem merecida!
Requiescat in pace, sempre em calma.

Bem a pezar dos paes por quem foi feita,
passou a outra vida esta defunta,
onde já terá dado conta estreita.

O mal de que morreu, não se pergunta,
pois todos a uma voz —«Foi bem desfeita!»—
dizem; sem mais razão, que ser mal-junta.

Qualquer pessoa, ainda mesmo não tendo lido os fastidiosos documentos da creação e extincção da Junta, deprehende d'esses versos, que nos seus setenta annos de existencia não sorriram prosperidades á Companhia, visto como, ao transferir-se-lhe a administração para o Conselho da Fazenda, se consignou, para pagamento das grandes dividas que deixava a Junta, todo o rendimento do contrato do pau do Brazil, e 1 por cento do oiro que vinha na frota annual do mesmo Estado.

[1] *Hist. Gen.*—Provas, tomo IV, pag. 756 e seg.

Portanto, podemos ainda restringir o periodo de annos da transferencia da Moeda para aqui, e collocal-a para depois do anno de 1720, em que morreu a Junta do Commercio, e em que os seus armazens foram dados á Casa dos moedeiros[1].

Por alvará de 7 de Junho de 1755, instituiu-se outra repartição: a Companhia geral do Gran Pará e Maranhão; e por outro de 13 de Agosto de 1759 a Companhia geral do commercio de Pernambuco e Parahiba, corporações destinadas a promover e favonear o commercio ultramarino das terras que eram ainda então possessões nossas, e que a imprevidencia nos roubou.

Á creação d'essa Companhia primeira, que tanto promettia, dedicou Domingos dos Reis Quita o seu soneto

Rompentes quilhas, que do Tejo undoso[2].

Estabeleceram-se tão aguçosas corporações commerciaes, que se propunham levantar o credito dos generos ultramarinos e servir-lhes de canal, nos terrenos contiguos pelo Poente com a Moeda, até ao que é hoje a Companhia do gaz.

Vejo que as novas Companhias se extinguiram tambem. Existia, já em 1840, uma Junta liquidataria dos haveres d'ellas, a qual funccionava no chamado *pateo das Companhias, á Moeda*[3].

Não havia communicação proxima com o mar; e por isso o pateo da Moeda era desde muito uma especie de serventia publica tole-

[1] A junta foi restaurada por el-Rei D. José em seu Decreto de 10 de Setembro de 1755 com Estatutos confirmados por Alvará de 16 de Dezembro de 1756, e elevada a Tribunal pela Carta de lei de 5 de Junho de 1788. Denominava-se *Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas, e Navegação.*

[2] Vem a pag. 114 do tomo 1, das suas *Obras poeticas.*

[3] *Almanack estatistico* de 1840, pag. 251.

rada. Haja vista Vieira Lusitano, que, morando defronte, no predio da esquina da «Bica pequena», onde agora se estão fazendo grandes obras[1] para a estação do elevador, atravessou o mencionado pateo, quando embarcou com sua mulher para certa excursão de recreio á Outra-Banda. Diz elle assim:

> Por dentro passam d'aquelle
> pateo, que por linha recta
> quasi fronteiro lhe estava,
> onde a pecunia se engenha[2].

Não existia, repito, a communicação que hoje ha entre a rua de S. Paulo e a praça de D. Luiz. O boqueirão da Moeda, ou *rua occidental da Moeda,* tem pouco mais de quarenta annos. Eu explico.

N'uma sessão camararia de Julho de 1847 lia-se um officio do Governador Civil, incluindo copia de uma portaria do Ministerio da Fazenda sobre a utilidade da abertura de uma passagem ao lado da Moeda. Respondeu a Camara, não ser ella quem projectava esse melhoramento, mas sim a Junta liquidataria das extinctas Companhias do Gran Pará, Maranhão, Pernambuco, e Parahiba. Estas Companhias, extinctas havia annos, estavam vendendo em lotes o terreno que ali possuiam á borda do Tejo, e, para melhor serventia dos predios que ali viessem a construir-se, desejavam abrir a mencionada rua[3].

A rua fez-se; primeiro chamou-se *boqueirão,* porque era inundada de agua, e ainda me recordo muito bem de ver fragatas de carga ao longo do tal boqueirão; depois do Aterro, foi promovida á cathegoria de *rua* Occidental da Moeda, por proposta do Vereador José Carlos Nunes em sessão de 21 de Agosto de 1865[4].

Em Setembro do mesmo anno de 1847 mandou a Vereação remetter ao seu architecto, afim de ter a necessaria execução, um

---

[1] Agosto de 1890.

[2] *O insigne pintor,* pag. 174.

[3] *Synopse dos prin. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa,* em 1847, pag. 17.

[4] *Arch. Mun. de Lisboa,* 1865, n.º 297, pag. 2381.

officio em que o Director da Moeda pedia, para seu governo, o alinhamento da tal rua nova, e o prospecto que havia de dar á nova fachada da casa[1].

Parte dos amplos terrenos da Junta liquidataria, desde a Moeda até á actual Companhia do gaz (antigo quartel da Brigada de Marinha), são hoje cobertos de altissimos predios, feios como a noite dos trovões; e outra parte fôra comprada em 1841 pela Camara, e ahi se edificou o predio azulejado, de um só andar, onde ha uma Escola Municipal, e d'onde, até á linha da rua de 24 de Julho são as abegoarias e outras officinas da Camara. Lá está dentro da loja, á mão esquerda de quem entra, a seguinte inscripção por mim copiada:

ESTE EDEFICIO TEM DE FRENTE PARA O NORTE 220 PALMOS
PARA O SUL 230, AO NASCENTE 570, E AO POENTE 549.

FOI MANDADO CONSTRUIR, E EM PARTE REEDIFICAR O QUE
A
CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA HAVIA COMPRADO
Á
JUNTA LIQUIDATARIA DAS COMPANHIAS DO GRAM PARÁ E MARANHÃO,
PERNAMBUCO E PARAHIBA
POR ESCRIPTURA DE 15 DE NOVEMBRO DE 1841,
E ESTA OBRA FOI FEITA TODA Á CUSTA DA FAZENDA DA CIDADE
E SE CONCLUIU NO ANNO
DE
1848.

1 *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa*, em 1847, pag. 22.

CAPITULO IX

O sitio chamado das portas do Pó.—A bica dos Olhos.—Menciona a um antigo proverbio.—A Companhia do Gaz, e a antiga Brigada Real da Marinha.—Calçada de Salvador Corrêa de Sá, hoje de S. João Nepomuceno.—Descripção do sitio da Boa-Vista por um escriptor do primeiro quartel do seculo XVII.—Narração do esboroamento do morro de Santa Catherina no seculo XVI.—Providencias de D. Filippe n'este espantoso acontecimento.—Nova queda do monte em 1621.—Documentos curiosos.—O monte ameaça ruina em 1882.—A Camara toma providencias acertadas.—Horrorosa maneira como em Lisboa se dava sepultura aos negros.—Como el-Rei D. Manuel entende providenciar a isto em 1515.

Havia um sitio, aqui á Moeda, que muito vez vejo citado, e a cujo nome nunca pude aventar etymologia: fallo das *portas do Pó*. Será nome de homem? póde ser. Pó era appellido. Que o diga Fernando Pó, a quem João de Barros, provavelmente com motivo, chama *Fernão do Pó*. «Rua direita das Portas do Pó» era o nome de uma parte da rua hoje chamada «da Boa-Vista», prolongamento da «de S. Paulo».

Perto do começo d'essa rua, na esquina da travessa do Marquez de Sampaio (antigo beco do Conde de Sampaio) está a conhecidissima bica «dos Olhos», de que trata o *Archivo Pittoresco*[1]. D'ella diz o *Romancero* de Segura, dirigindo-se á Cidade:

Tienes en tu sancto asseo[2]
agua sancta tan felice,
que el que en los ojos enferma
con ella salud recibe[3].

[1] Tomo V, pag. 264.
[2] Recinto.
[3] Fl. 67 v.

Até 1857 tinha esta bica um pequenino tanque a diante; em sessão de 13 de Agosto ordenou a Camara Municipal se mandasse proceder á limpeza do encanamento da mesma bica, e um Vereador informou ser conveniente substituir o antigo tanque por uma pobre concha, ou bacia, que lá está. Philosophias transcendentes[1].

—Corre como a «Bica dos olhos»—diz o annexim popular, querendo significar um andamento vagaroso.

Defronte da bica dos Olhos, um quasi nada ao Poente, é hoje a Companhia do gaz, e ali esteve desde o seu principio. Era ahi o quartel da antiga Brigada Real da Marinha.

Em frente, quasi, da Moeda levanta-se, em direcção ao Monte de Santa Catherina, a calçada de S. João Nepomuceno, d'antes conhecida por *de Salvador Corrêa de Sá*. Esse titulo, referido a tão illustre personagem, mostra que elle ahi teria casa, conjectura que no meu espirito se corrobora com a certeza de que *ao bairro de S. Paulo* morava Salvador Corrêa[2].

Subamos a calçada de Salvador Corrêa de Sá, e demos um olhar a esse alto, desafogado e alegrissimo, que se coroava, ainda não ha trinta annos, com as ruinas da egreja velha de Santa Catherina.

> Oiteiro da Boa Vista
> com parapeitos de pedra,
> onde tem gente do mar
> uma ordinaria assistencia!

exclamava em 1626 o anonymo autor da descripção de Lisboa.—

> D'aqui n'uma larga praia,
> formosa por excellencia,
> parecem muitos navios
> que veem de partes diversas;

[1] *Annaes do Mun. de Lisboa*, n.º 42, pag. 341.

[2] Vide o que diz Soriano, na *Hist. do reinado d'el-Rei D. José*, pag. 42.

são varias embarcações,
de alto bordo e das rasteiras:
urcas, náos, galés, pataxos,
setías e caravellas.

Aqui se lançam a monte,
e de ordinario dão crena;
fazem de novo e desfazem
as embarcações já velhas.

A meio quasi da praia
o monte correu de terra,
que outra vez, já n'outros tempos,
correndo fez maior perda[1].

Da egreja de Santa Catherina, cujos restos desmantelados ainda conheci, não tratarei, por sair um pouco fóra do meu ponto. Já alguma coisa disse d'ella na *Lisboa Antiga*[2]; e o muito mais que d'então para cá me tem chegado á noticia, reservo-o para outra occasião.

Fallemos só do monte, que a historia d'elle liga-se infelizmente com a da Ribeira.

Correndo o anno de 1597, a 22 de Julho, pelas 11 horas da noite, acordavam em sobresalto os moradores do sitio, ao ouvirem uma voz de homem, que passava, e parecia fugir, gritando:

[1] *Relação em que se trata e faz uma breve descripção dos arredores mais chegados á cidade de Lisboa,* 1626, folheto raro.

[2] Parte 1, *O Bairro alto.* O erudito snr. Francisco Marques de Sousa Viterbo publicou ha semanas, no *Diario de Noticias,* um artigo com bellissimos materiaes muito authenticos para a historia da antiga parochial de Santa Catherina; documentos relativos ás obras, etc., tirados da papelada da irmandade dos livreiros, conservada no cartorio da freguezia da Lapa. Prestou com essa publicação mais um bom serviço, que deve accrescentar-se aos que este estudiosissimo archeologo, historiador, e critico, tem prestado ás artes e ás lettras da nossa terra. Nota escripta em Janeiro de 1893.

—Fujam! fujam todos, que vem o monte abaixo!

Espavorida saiu a allucinada turba, e n'um tropel indescriptivel, desamparando as casas e os haveres, procurou cada qual, como podia, abrigo algures, longe d'esta paragem maldita, que assim se subvertia.

Cento e dez propriedades de casas, em tres ruas, não tardaram a cair de rondão, com uma parte do monte, desaggregado do cabeço das Chagas que lhe era contiguo, e atirado sobre a Ribeira.

É isso que diz Moreira de Mendonça; é isso que ainda hoje se conta; e parece ouvir-se ainda aquella voz sobrenatural acautelando os desprecatados dormentes.

Sobrenatural? não creio. Aquillo foi algum retardatario transeunte, que percebendo, por qualquer signal, a imminencia do risco, o annunciou em altos gritos.

Faço ideia do susto do dia seguinte! quantas versões! quantos pormenores horriveis! que medonhas apprehensões! Temia-se que ao cabeço de Santa Catherina se seguisse o das Chagas, e n'esse caminho de terrores não havia parar.

Apparece um documento, que mostra que o Rei Filippe I informado do que acontecera, tomou o assumpto em muita consideração. Recommenda de Madrid á Camara de Lisboa um de dois expedientes: ou fintar-se a Cidade, ou ser tributada por algum tempo, afim de se proceder á obra dos reparos, combinando primeiro tudo com D. Gileannes da Costa, Presidente da Vereação.

Os custos eram enormes. Opinavam os Vinte e Quatro dos misteres serem necessarios mais de 300:000 cruzados; pelo que, o mesmo Rei ordena á Camara em 15 de Dezembro do dito anno, que, visto ter sido escolhido como fonte de receita o imposto, fosse enviado para Madrid o traçado e orçamento da obra toda, para se deliberar[1].

[1] *Elementos* do snr. Freire de Oliveira, tomo II, pag. 98 e 99.

Segundo se deprehende de irrecusaveis documentos do cartorio municipal, continuaram no primeiro quartel do seculo XVII os esboroamentos do terreno. Lisboa vergou longas dezenas de annos sob aquelle terror que a ameaçava.

Em 13 de Fevereiro de 1621, das 8 ás 10 horas da manhan arruinou-se desaggregando-se, como uma avalancha sobre a estrada da Boa Vista, uma nova parte do alto de Santa Catherina. Assim se collige de um requerimento feito pelos moradores da parochia ao Vice-Rei em principios de Março ou fins de Fevereiro (não tem data, mas rastreia-se esta pela do despacho do Vice-Rei). O requerimento resava assim:

«Dizem os freguezes desta Igreja de S.ta Caterina de Monte Synai e moradores destes Bairros, abaixo assinados, q̃ a Camera desta cidade estaa muy apostada acodir cõ effeito a roina deste monte, por ser terceira vez que tem aroinado cõ esta ultima, q̃ foi sabado, 13 do mes de feu.ro de 621, das oito horas de pella manhã atee as des; e porq̃, sem ajuda de V. Ex.ª e seu fauor este repairo senão pode fazer, como comũ á necessidade precisa de todos nos, e em comum de toda esta cidade, pedimos a V. Ex.ª seja seruido de nos emparar cõ sua autoridade e fauor, dandoo á consulta, q̃ a camera sobre esta materia quer fazer a S. Mg.de, escreuendolhe V. Ex.ª juntam.te as rezois q̃ ha pera senão reparar na despeza q̃ se ouuer de fazer em tão util obra, pois toda seraa pouqua a respeito de se perder tão formoso monte, como este de S.ta Caterina, q̃, alem de emnobreçer esta cidade, he refugio de todos os moradores della. Perdese juntam.te hum templo dos melhores della, q̃ se não tornará a fazer cõ quarenta mil crusados, o qual, se caír, não som.te se perde o ualor delle, senão ariscase todo este Bairo, por elle ser o q̃ o sustenta. Todo he de casas nobilissimas e de m.to ualor, o que tudo ficará seguro se se fizer huã barbacã ou muralha que o sustente, q̃ não será tanto o custo q̃ não seja mays o proueito e renda, q̃ ao pé della a cidade pode fazer, que lhe fica pera sempre; e do real da agoa pode S. Mg.de mandar fazer esta obra, de q̃ toda esta cidade ficará tão agradecida, como nós em particular, de V. Ex.ª ajudar a camera neste requerim.to, e o tomar á sua conta, porq̃ cõ o seu fauor e emparo se dê logo principio a cousa

tão necessaria ao bem commum de todos os moradores desta cidade, como do zello e christandade e valor de V. Ex.ça se spera.

E. R. M.[1]»

Teve este despacho:

«Vejase na camara da vereação, e consultese o que parecer.»

Em Março de 1621, tratava o Senado de desentupir a estrada da Boa Vista, marginal do Tejo, obstruida com os escombros da desaggregação occorrida n'esse inverno. Quem lê o *assento* da Vereação de 20 do citado Março, percebe quanto era já importante essa arteria cidadan, hoje muito prejudicada pelo Aterro, e reconhece que junto ás aguas, abaixo do monte, era então o chamado *caes das negras*.

Diz um assento da Camara:

«Aos 20 dias do mes de março de 621 se asentou, pelos abaixo asinados, q̃ u.to a nesesidade q̃ ha de se acudir ao despejo da terra, q̃ caio da ruina de Santa Cn.a sobre o caminho e cais das negras, que logo, sem mais dilação, se ponha em pregão o dito despejo e entulho da terra e a obra do dito cais, somte na forma da trasa q̃ se uio em mesa, feita por theodosio de frias, architecto da cidade; e q̃, pa comesar a dita obra, se pesa o dro nesesro emprestado pa se pagar, tanto q̃ Sua Mg.de deferir ao q̃ nesta parte a cidade lhe tem seneficado; q̃ senão pode esperar pelos inconuenientes q̃, de asim estar resulta ao pouo, cuja seruentia esta de todo impedida, e padeserem os moradores daqueles bairos grandes discomodidades[2].»

Ora esses terriveis sustos, que tanto atormentaram o seculo XVII, renovaram-se ha poucos annos outra vez.

---

[1] Cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, liv. II mistico de contratos, fl. 240, *Elementos*, tomo II, pag. 582.

[2] *Id.*, liv. II de Assentos, fl. 167. *Elementos*, do snr. Freire de Oliveira, tomo II, pag. 585. Ha em nota varias consultas do mesmo Senado, attinentes ao assumpto.

«Ha algum tempo — dizia o Vereador Osorio aos seus collegas em sessão de 21 de Setembro de 1882 — que os moradores de uma parte da freguezia de Santa Catherina e da freguezia de S. Paulo estão justamente preoccupados com o aspecto perigoso que apresenta o Alto de Santa Catherina, uma parte do qual ameaça desmuronar-se!»

Com effeito, como apontava o mesmo funccionario, o lado meridional do Monte, que descança sobre casas da rua da Boa Vista, parecia querer desaggregar-se, ou fosse por causa de desaterros ultimamente feitos, ou pela continuação das antigas tendencias d'aquelle solo. Para prevenir os males que podiam resultar, propunha o sr. Osorio que, de accordo com engenheiros do Governo, fosse o da Camara examinar o monte, para socegar a justa inquietação dos bairristas[1].

A sollicitude da Camara e do Governo mandou reforçar uns gigantes que já havia; e hoje podem, creio eu, dormir descançados os moradores de cima e os de baixo, e os filhos e netos d'elles.

Outro assumpto, ainda assim ligado com estes sitios:

Para se ver um traço caracteristico do desleixo que antigamente dominava em alguns ramos da administração sanitaria de Lisboa, basta ler a carta regia de 13 de Novembro de 1515, em que el-Rei D. Manuel ordena ao Senado ponha por obra a seguinte importante providencia. Querem ouvir?

Por muito benevolos que fossem em geral os costumes portuguezes, e por muito que os illuminasse a ideia christan, é bem certo que o escravo não era homem; a custo passava de irracional. O escravo trazido das conquistas, arrastava sob o açoite uma vida ralada de nostalgia e humilhações; e depois de morto era atirado ao acaso para qualquer praia, mal coberto de terra; e tão mal coberto, que os cães vadios não tardavam em ir cevar-se n'aquelles restos.

[1] *Arch. Mun. de Lisboa*, 1882, pag 523.

A maior parte d'esses negros eram arrojados nas ribanceiras do alto que depois se chamou *de Santa Catherina*.

Para que se não julgue que exagero, venha o proprio Rei D. Manuel confirmar o que escrevi. Oiçam-n-o:

«Nos ssomos çerteficado — diz elle — que os escravos que falleçem nesa çidade, asi dos tractadores de guinee, como outros, nam ssam asy bem ssoterados, como devem, nos llugares omde sã llamçados, e que sse llãçam sobre a teerra em tall maneira que fiquã descubertos, ou de todo ssobre a teerra, sem cousa allguma delles se cobryr, e que os caeẽs os comeem; e que a maior parte d'estes escravos se llãçã no monturo que estaa jumto da Cruz[1] q̃ estaa no caminho q̃ vay da porta de santa C^ta p^a santos[2], e asy tanbem em outros llugares pellas herdades dhy darredor; E que posto que nysso tenhaeẽs provydo com pennas, e provejaeẽs todo ho posiuell, se nã remedea como deve.»

El-Rei então forcejava remediar; e que fez? Para obviar aos deleterios resultados da podridão de tantos cadaveres insepultos, achava elle «q̃ ho milhor remedio sera fazer-se huũ poço, o mais fumdo que podese ser, no llugar que fose mais comvinhauell e de menos imcomvyniemte, no quall se llãçasem os ditos escravos.»

Lembrava mais que para melhor se gastarem os corpos, e se combaterem os miasmas putridos, se deitasse ali, n'esse boqueirão maldito, «alguma camtidade de call virgem» de quando em quando[3].

Tal é nas melhores almas o pezo do preconceito, que o bondoso Rei julgava no mais são da sua consciencia ter cumprido com todos os dictames da commiseração, mandando atirar aquelles *irracionaes* para o fundo de um poço.

Pergunto: estará n'isto a origem do proximo *Poço dos Negros*?

---

[1] Eis ahi a *Cruz de pau*.

[2] Perfeitamente caracterisadas as encostas depois chamadas *de Santa Caterina*.

[3] Póde ver-se a integra d'esse repugnante documento nos *Elementos*, do snr. Oliveira, tomo I, pag. 509 nota.

CAPITULO X

Menção do palacio dos snrs. Condes e Marquezes de Sampayo edificado em 1712.—O pateo da Gallega. Beco de Francisco André.—Quem seria Francisco André?—Palacios do largo do Conde Barão.—O Conde Barão de Alvito e os Almadas, Provedores da Casa da India. Rapido e triste exame do mosteiro da Esperança.—A quinta da Sizana.—Ahi funda D. Isabel de Mendanha um cenobio para senhoras nobres.—Augmentos da casa.—A Rainha D. Catherina ahi habita ao-pé das freiras.—É expropriado e arruinado o convento.—Descripção do largo.—Historia da rua de D. Carlos, que liga o Aterro com o largo da Esperança.—O Cruzeiro da Esperança.—Sua descripção.—Festas publicas.—Demolição do Cruzeiro em 1835.—O bonito chafariz.

Não desejo passar sem mencionar, na esquina occidental do beco do Marquez de Sampayo o palacete d'essa familia. Na esquina lê-se a data 1712.

Um pouco adiante segue se o pateo da Gallega, rodeado de edificações bem antigas, e que todas, se podessem falar, tinham, para contar, historias curiosas. Diz José Liberato Freire de Carvalho algures (creio que nas *Memorias* da sua vida), que ahi esteve estabelecida uma loja maçonica. Não sei o predio, nem o andar.

Segue-se o beco de Francisco André. Quem era Francisco André?—pergunta o leitor. Não lh'o sei dizer ao certo. Afigura-se-me algum maritimo, que ahi tivesse habitação ao réz da praia; mas tenho encontrado varios com o mesmo nome. Francisco André era no seculo XVII um capitão de navios, natural de Mattosinhos, e mencionado no velho livro *Monstruosidades do tempo e da fortuna*[1].

[1] Pag. 115.

Francisco André apparece-me em 1634 assignando em Lisboa documentos publicos[1]. Francisco André foi um Francez natural de Avinhão, e casado com a Lisboeta Antonia Rodrigues Roussada[2]. Alem d'estes deparou-se-me o Capitão de mar e guerra Manuel André, vivo em 1717[3].

A qual dos mencionados Franciscos Andrés coube a honra de assignalar com o seu nome aquelle sitio? Decida quem souber. Eu por ora limito-me a juntar aqui estes materiaes como facilitação a futuros pesquizadores.

Muito acertadamente andou a Municipalidade trocando a denominação do beco dos Serradores no seu antigo titulo de Francisco André. As tradições manteem se. Respeita as tradições, quem se respeita. Porque não ha-de respeital-as sempre a Camara?

Os dois palacios grandes do largo do Conde-Barão a saber, aquelle casarão immenso que faz esquina para a rua dos Mastros, e que era dos Condes-Barões de Alvito, e o outro ao Nascente, que faz esquina para a rua das Gaivotas, e pertenceu aos Almadas Provedores da Casa da India, devem ter muitos vestigios de antiguidade. O primeiro não conheço eu por dentro. O segundo tem signaes de grande vetustez, taes como uma parte da frente toda de pedraria, e um lindissimo claustro interior do seculo XVI (mas talvez do principio, me parece).

No primeiro moraram, muitas dezenas de annos, os donos; ainda em 1745 lá encontrei habitando o Conde Barão, segundo consta

---

1 Snr. Oliveira — *Elementos*, tomo IV, pag. 31 e passim.

2 Torre do Tombo, Familiares, Processo de Antonio André, M. 11, n.os 415 a 430 da lettra A.

3 *Hist. Gen.*, tomo VIII, pag. 226.—É preciso notar que tambem encontrei uns *Andrés*, pae e avô do familiar do Santo Officio Antonio Thomaz, em 1676. N'esses homens, gente aliás humilde, Thomás André, natural de Aveiro, e Francisco André, natural de Mortagoa, esse nome parece uma especie de appellido. Torre do Tombo, Familiares, Antonios, M. 20, n.º 616.

do depoimento de uma testemunha em certo processo para Familiar; e quarenta annos antes, em 22 de Fevereiro de 1705, ali fallecia D. Vasco Lobo, 2.º Conde de Oriola e 9.º Barão de Alvito. Ora este D. Vasco tinha casado com a filha do dono do palacio limitrophe, D. Ignez Margarida de Lencastre, filha de Christovam de Almada, senhor de Ilhavo e Carvalhaes[1].

No segundo, ainda em 1820 morava o Provedor da Casa da India D. José Maria de Almada e Castro de Noronha Lobo[2].

Existem agora ahi (1893), desde poucos annos, os escriptorios e officinas da *Companhia editora*. Um lanço do claustro acha-se obstruido de edificações, e portanto esta linda peça, unica em toda Lisboa, miseravelmente deturpada. É bem triste ver que sempre as conveniencias do util calcam aos pés os fóros da Arte!

Temos um pouco a diante o mosteiro da Esperança. Falemos d'este importante cenobio.

O logar, hoje tão bulhento, e tão quesilento, era ha tres seculos alegrissimo e muito campestre. Lisboa tem visto mutações de scenario ainda maiores.

O sitio da Esperança, diz no seu tempo Frei Fernando da Soledade—«é um dos mais alegres que tem Lisboa, e lhe veiu nascendo com propriedade o primeiro titulo que teve de *Boa Vista*, posto que este se derivasse do monte em cujas raizes se plantou o mosteiro. Nos seus principios —continua o chronista— estava apartado da Cidade; porém como ella se estendeu tanto para o Occidente, ficou no interior d'ella[3]».

No primeiro quartel do seculo XVI, era ali uma quinta chamada da *Sizana;* n'essa quinta edificou D. Isabel de Mendanha um mosteiro para recolhimento de senhoras nobres, dedicado á Virgem da Piedade. Por isso se chamou geralmente a esta casa claus-

[1] *Hist. Gen.*, tomo XI, pag. 268.
[2] *Almanack*, pag. 550.
[3] *Hist. de S. Francisco*, tomo IV, pag. 217.

tral «Nossa Senhora da Piedade da Boa Vista»[1]. Como era paragem maritima, e frequentadissima de nauticos, ahi se estabeleceu uma irmandade de pilotos e mestres, com o titulo de Nossa Senhora da Esperança; e tanto cresceu em haveres e importancia esta associação religiosa, que prevaleceu sobre o primitivo orago do mosteiro o orago da confraria.

D. Joanna d'Eça, viuva do donatario da Madeira Pedro Gonçalves da Camara, e Camareira mór da Rainha D. Catherina, reedificou a casa[2]; e esta Soberana, triste e desenganada do mundo, construiu junto ao mesmo mosteiro uma casa para seu hospicio; e depois abriu para o côro uma porta de communicação, indo muita vez acompanhar nos exercicios as suas visinhas e amigas, as Franciscanas[3]. Creio que a Rainha não tinha tirado a necessaria licença papal; pelo que, os seus escrupulos a obrigaram a alcançal-a ulteriormente; isso explica a Bulla *Exigit celsitudinem,* em que o Santo Padre Paulo IV absolve a mesma Augusta Senhora de todas as censuras em que houvesse incorrido. A Bulla é de 18 de Agosto de 1558[4].

Ao fundo da sua praça tinha ultimamente o mosteiro da Esperança um ar aldeão, que era só por si uma delicia. Á esquerda, desde o canto do largo, principiava um muro alto, em que se rasgava, no angulo, o portão do pateo das freiras. Esse pateo, deserto, hervoso, e a trasbordar de silencio, era muito digno de ser contemplado por quem gostasse de saborear estes contrastes de luz e sombra, de rumor e quietação. Ao muro ficava contigua a egreja, com

1 Esse nome de «Boa Vista», observarei que muito mais se estendia do que hoje. Na inquirição de um familiar do Santo Officio do seculo XVII, vi estas palavras: na Boa Vista, junto ao mosteiro das Inglezinhas, freguezia de Santos. Torre do Tombo, *Familiares*, Processo de *Antonio de Seixas,* M. 4 n.º 175.

2 *Hist. Gen.,* tomo XI, pag. 710.

3 — Frei Fernando da Soledade — *Hist. de S. Francisco,* tomo IV, pag. 221.

4 Real Archivo da Torre do Tombo, M. 15 de Bullas, n.º 22. Communicação do meu amigo o snr. José Ramos Coelho.

a sua linda porta e o seu adro azulejado. Para diante umas casas pequenas, dependencias do mosteiro, creio eu, seguiam até á esquina da rua da Esperança para a do Poço dos negros. Baixas, irregulares, musgosas, completavam, com as suas sacadas, cheias de manjericões e sardinheiras, aquelle fragmento de quadro provinciano.

Eu bem sei que estou a falar grego; muitas pessoas hão de rir d'estas apreciações. Pois saibam que Alberto Haupt, o intelligentissimo architecto allemão, deu muito valor ao mosteiro da Esperança, e até lhe copiou fragmentos, que estampou no seu recente livro; e saibam mais, que outro allemão, Rackzynski, o severo, o intolerante, escreveu isto, que traduzo:

«Esta egrejinha da Piedade da Esperança tem uma apparencia irregular, mas pittoresca a mais não poder ser. Fórma um dos lados de uma resumida praça, e faz angulo com um chafariz, cuja architectura e cuja situação produzem muito bello effeito. Os azulejos que emmolduram o portal do templo não deixam de ter certa graça; são de desenho facil, e em estylo *rócóco*, segundo o costume de quasi todos os que representam grupos, figuras, ou ornatos architectonicos[1].»

Durou até ha poucos annos este respeitabilissimo convento, ligado a alguns factos historicos; e mais duraria, com um tudo-nada de boa vontade, se não houvesse em quem nos governa, desde cincoenta annos, o proposito firme, e mal disfarçado, de acabar de vez com os ultimos vestigios de uma das instituições a que mais deve a Humanidade: o Monachismo. Sob pretexto de *expropriar por utilidade publica* (?!), vão-se commettendo vandalismos todos os annos. Os Municipios, e a *utilidade publica,* na sua expansão de melhoramentos materiaes (muita vez discutiveis), não sabem cohibir-se, e para melhor estirarem os braços demolem seja o que for. Deixem demolir; é por *utilidade publica*. O camartello das vereações vai completando cada dia a obra nefanda de Joaquim Antonio de Aguiar.

Isto em nome da Liberdade!!!....

---

[1] *Les arts en Portugal,* pag. 402.

Até ha pouquíssimos annos todos venerámos ali o mosteiro da Esperança. Era uma companhia no sitio, e um foco religioso. Áquella casa honesta quanto não deveu a população proletaria! O culto n'aquelle cenobio era mantido com a maior ordem e decencia. O canto bellissimo das monjas e recolhidas era uma suave concitação ao Bello. Em summa: a caridade do exemplo, e a caridade da esmola tinham ali dobrada valia n'um bairro desordeiro, pobre, e muita vez faminto.

Tudo acabou. Vivam os demolidores que só sabem demolir!

O pensamento de arrazar o mosteiro da Esperança, já de bem longe arma o pulo.

Em 1865 já se pensava muito n'uma grande rua que ligasse o largo da Esperança com as Côrtes; e em officio de 26 de Junho perguntava o Governador Civil á Camara, se já estava esse projecto approvado pelo Governo. Mandou-se informar a repartição technica[1].

Em 1879 projectava-se mais do que isso: uma avenida desde o Aterro até ao Rato! e em sessão de 18 de Novembro apresentava á Camara a sua commissão de obras e melhoramentos o projecto e orçamento para o primeiro lanço da dita avenida, que era a rua entre o Aterro e S. Bento[2].

No anno seguinte, a 29 de Novembro, já as expropriações que havia para fazer se achavam orçadas, e subiam a 22:550$000 réis[3].

O negocio não parava. Em sessão camararia de 13 de Dezembro de 1880 o vereador Almeida propunha a expropriação immediata de parte do convento e cerca da Esperança, bem como de alguns predios pertencentes ás freiras, para se abrir a tal rua, que se chamou primeiro *do Duque da Terceira*[4].

[1] *Arch. Mun. de Lisboa*, 1865, n.º 289, pag. 2311.
[2] *Id.*, 1879, pag. 642.
[3] *Id.*, 1880, pag. 648.
[4] *Id.*, *ibid.*, pag. 673.

Em 23 de Novembro de 1881 deliberou a Camara proceder a essas expropriações[1]. Tudo isso afinal se fez; e a tal famigerada rua que leva do Aterro ás Côrtes, e se chama «de D. Carlos», foi inaugurada no dia da acclamação do actual Rei em 28 de Dezembro de 1889.

Está salva a Patria.

A egreja onde a voz eloquente do Padre Antonio Vieira exaltou em 1669 o Sacramento da Eucharistia, a egreja, quasi unico resto do famoso cenobio, vê-se cortada a meio pela linha da rua. Serviu primeiro de cavalhariça, e agora é deposito de um posto de incendios.

. . . . . .

Entre o mosteiro da Esperança e as primeiras casas da rua direita que vai para Santos, levantava-se o denominado «Cruzeiro da Esperança», defronte das pilastras da escadaria do chafariz.

Era um telheiro collocado sobre postes de ferro grossos, com vidraças de roda, e duas escadas circulares de cantaria algum tanto ordinaria; dentro havia de um lado uma Imagem da Senhora da Piedade, com o Senhor morto nos braços, e na parte opposta um Crucifixo. Pendia do alto uma lampada que os fieis accendiam á noite.

Eis ahi a unica descripção que sei d'este monumento desapparecido; encontrei-a nos apontamentos e mais papeis do bom José Valentim de Freitas, conservados no Museu da Real Associação dos Archeologos. Esta descripção não é por lettra do citado architecto, mas tem emendas da mão d'elle.

«No dia da festividade da Santa Cruz —continua, formaes palavras, o autor, seja elle quem poder ser— os moradores da freguezia de Santos concorriam com algumas esmolas, e empenhavam-se em solemnisar e render as homenagens devidas áquelle repeitavel monumento, não só com grandes fogueiras e muito fogo, na vespera, como tambem armando um coreto, onde se collocava uma banda de musica marcial.

[1] *Arch. Mun. de Lisboa*, 1882 (sic), pag. 72.

«O largo da Esperança achava-se todo juncado de flores, buxo, espadana, e muita areia encarnada; o cruzeiro estava todo ornado de sedas e de flores com muitas velas de cera dentro toda a noite e dia accezas; a concorrencia do povo era numerosa. No dia da festividade celebrava-se Missa cantada, com Sacramento exposto, no convento das Religiosas da Esperança; davam-se muitas esmolas aos pobres, e era um dia de alegria e festejo para os moradores d'aquelles sitios.

«Este monumento foi mandado demolir de noite por um partido da Camara Municipal, sendo levados para a cerca da Esperança a Cruz e alguns objectos, e a Senhora foi conduzida para o convento onde ainda existe segundo nos informam.»

É exacto isso. Em Janeiro de 1835 sollicitou e obteve a Camara a remoção da Imagem sagrada que se venerava no cruzeiro; e logo depois, foi este demolido[1].

Um edital da mesma Camara de 1 de Junho de 1854 prohibe as festas de arraiaes que era uso velho celebrarem-se em algumas praças da Capital[2].

O chafariz da Esperança é uma elegante concepção. Não sei como o não demoliram ainda. É que não repararam em que toda aquella cantaria, depois de britada, dava uma boa somma de metros cubicos de cascalho para as novas avenidas. Que importa ao *progresso*, que fosse autor do desenho do chafariz o talentoso architecto e antigo engenheiro militar Carlos Mardel!?[3]

O que é bem certo é que toda aquella composição, leve e graciosa, tem o que quer que seja das antigas mobilias de Côrte; faz um bonito fundo á empena do predio a que se encosta. Oxalá o entendam sempre assim os Municipios; e sobretudo: não queiram *aperfeiçoar* o que está. Está bem assim. Não bulam; pelo amor de Deus! não bulam!....

---

[1] *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa*, em 1835, pag. 5.

[2] *Annaes do Mun. de Lisboa*, 1858, n.º 12, pag. 108.

[3] Cyrillo—*Memorias*, pag. 194.

CAPITULO XI

Inventa Damião de Goes um appellido novo.—Os Lencastres.—Palacio dos Duques de Aveiro no largo da Esperança.—Scenas passadas n'esse palacio.—Ahi habitam os Marquezes das Minas. Restos que ainda existem do palacio.—A cova da Onça.—D. Affonso de Lencastre victima de um desgosto, e recluso em sua casa.—Visita de D. Filippe II em 1581 á Duqueza de Aveiro n'esta residencia da Esperança.—D. Filippe III repete a visita em 1619.—Pragmaticas.

Suggere Damião de Goes na sua *Chronica do Principe D. João*[1] um singular alvitre! Queria o nosso douto historiador, que a familia Lencastre usasse, em vez d'esse appellido, o de *Joanne*, como uma especie de patronimico a recordar o grande Rei progenitor de tão illustre ramo genealogico. Lencastre com effeito não é representação; e o sangue que dos Lencastres inglezes tem esta familia, é feminino, é afastado; ao passo que o nome proposto tinha pronunciada individualidade, e significação clara por varonia.

Seja como for, prevaleceu o appellido Lencastre nos descendentes do senhor D. Jorge, divididos hoje em tres linhas principaes: a Casa de Abrantes, a das Alcaçovas, e a da Louzan.

Ora muitos Lencastres se encontram nos registos historicos como habitando na parochia de Santos, ou n'ella sepultados; mas nem todos devem julgar-se moradores na nobre vivenda chamada o paço de Santos, que logo estudaremos.

Eu me explico: os Lencastres Duques de Aveiro, alem de terem no Castello um palacio, onde se fez o hospital dos soldados, tinham outro em Azeitão, onde nasceram muitos d'elles, e se deram

[1] Cap. CIV.

esplendidas serenatas e caçadas; e possuiam tambem em Lisboa outra morada magnifica, defronte do mosteiro da Esperança.

Quando o leitor, vindo pela rua do poço dos Negros, e atravessando o largo da Esperança, tomar para a rua direita, que vai ter ás Bernardas, e que era, até ao meio do seculo passado, a grande arteria que alimentava a Cidade por aquella banda, repare na casa que faz a esquina da esquerda, para a rua direita e para o largo, casa moderna, sem apparencia, com o seu canto redondo, e um todo vulgarissimo, que está a dizer: aluguel.

Pois saiba que ahi mesmo foi o palacio urbano dos netos d'el-Rei D. João II, os poderosos e altivos Duques de Aveiro, raça turbulenta e insaciavel, que varias vezes mostrou quanto já lhe pareciam estreitas, na fronte dos seus insoffridos primogenitos, as corôas ducaes hereditarias de Aveiro e Torres Novas. Era ahi. Ninguem o suspeita. Provas:

Braunio na sua vista de Lisboa sob o n.º 133 apresenta-nos, no extremo da estampa, á esquerda, entre o cruzeiro da Esperança e o Tejo, uma casa que designa como *Palatium Ducis de Aueirroa* (sic) palacio do Duque de Aveiro. Ficava no recinto parochial de Santos, e isso concorda com o facto de nos apresentar a *Historia Genealogica da Casa Real* muitos membros da familia Aveiro baptisados e casados na dita freguezia.

Em 1548, por exemplo, celebrou-se n'este palacio o casamento do Commendador mór de Aviz D. Luiz de Lencastre com D. Filippa de Meneses[1].

Na magnifica estampa por Lemprière, gravura em aço, apparece-nos um palacio no sitio correspondente ao marcado por Braunio, mas designado como do Marquez das Minas *(The Marquis's*

1 *Hist. Gen.*, tomo XI, pag. 263.

das Minas House). Poz-me tal descobrimento, confesso, em grave embaraço, e muito mais, cotejando com esse testemunho artistico o de D. Antonio Caetano de Sousa, que diz que o palacio Minas era defronte do convento da Esperança[1]. Mas felizmente, reparei em que o mesmo D. Antonio Caetano de Sousa diz n'outra parte (em 1745): «a casa do Duque de Aveiro, que fica defronte do mosteiro da Esperança[2]»; e tudo conciliam muito bem certas palavras de Antonio Carvalho da Costa, ao enumerar as casas nobres da parochia de Santos-o-Velho; diz elle: «as dos Duques de Aveyro, em que morão os Marquezes das Minas[3]»; isso dissipou logo as minhas duvidas todas.

Se o leitor ainda tem algumas, póde comparar esse fragmento da vista de Lemprière com o estado actual da casa. Hoje mascara-lhe a frontaria meridional, que outr'ora deu sobre o Tejo, o enorme predio novo que faz esquina para a calçada do Marquez de Abrantes; é preciso penetrar entre um e outro predio, o velho e o novo, por um saguão, ou corredor, que lá está, guardado por uma porta de ferro.

Ainda antes de 1882, anno em que se construiram os predios novos que tornejam para a calçada do Marquez de Abrantes, via quem passava n'esta calçada a frente do palacio que olhava para a banda do Tejo. O mais caira pelo terremoto de 1755[4]. Essa tal frente posterior era nobre, com uma fila de sacadas no primeiro andar, e outras de peitos em cima. Havia mais um terraço saido, não grande. Tudo isto dava para uma especie de buraca muito funda provavelmente ao nivel antigo da praia, e a que chamavam no sitio, não sei porquê, *cova da onça*. Essa cova era cheia de tanoarias.

Vem mencionada com esse nome (que ainda me lembro muito bem de lhe ouvir dar) nos *Annaes do Municipio*[5]; e em 1860 era

---

[1] *Hist. Gen.*, tomo XII, parte II, pag. 1061.

[2] *Id.*, tomo XI, pag. 99.

[3] *Chorogr.*, tomo III, pag. 532.

[4] Entre os principaes palacios aluidos, menciona effectivamente Moreira de Mendonça—*Hist. dos terrem.*, pag. 129, o dos Duques de Aveiro.

[5] N.º 47, pag. 385.

reputada a *cova da onça* sitio tão pouco limpo, que em sessão camararia de 23 de Julho foi auctorisado o vereador Fernandes Chaves a mandar lá applicar alguns desinfectantes a requerimento do Conselho de saude[1]. Lisboa ainda então precisava d'elles.

Nas suas casas de Santos (que outras não podiam ser senão estas dos Duques de Aveiro), falleceu na vespera do Natal de 1578 um filho-segundo do Duque de Coimbra D. Jorge, e irmão do Duque de Aveiro. Eu conto.

Chamava-se D. Affonso de Lencastre, e era Commendador mór de Santiago. Casado com D. Violante Henriques, filha do primeiro Conde do Redondo, tivera varios filhos. Retirou-se do mundo para clausura voluntaria e quasi religiosa em sua casa, e falleceu no isolamento da mais amarga mysanthropia. Ora, cotejando as datas, creio encontrar para essa resolução estranhissima n'um opulento senhor de sete commendas, alem da maior, a tristeza invencivel em que o deixou a morte do seu primogenito, D. Jorge (nome do avô) na batalha de Alcacer-Kibir, a 4 de Agosto, quatro mezes antes[2]!

Quando em 1581 entrou D. Filippe II em Portugal, usurpando a corôa que lhe não pertencia, vivia aqui a Duqueza de Aveiro D. Magdalena Giron com sua filha D. Juliana de Lencastre herdeira de toda a sua enorme casa. Entregou o Rei a juvenil D. Juliana á Imperatriz D. Maria de Austria para a crear no seu paço.

Era uma grande honra, certamente, e para os Aveiros um bom prognostico de valimento; não o entendeu assim o coração ardente da Duqueza Magdalena; e foi tal a sua saudade de uma filha estremecida, a menina dos seus olhos, que deixou o seu palacio, e foi

[1] *Arch. Mun. de Lisboa*, 1860, n.º 31, pag. 242.

[2] *Hist. Gen.*, tomo XI, pag. 77.

sepultar-se viva, com o luto austero de recolhida, no mosteiro de Santos[1].

Passaram sobre isto uns vinte e oito annos.

Quando em 1619 esteve em Lisboa D. Filippe III, correu com seus filhos os mosteiros de Lisboa, e entre elles foi ao da Esperança. No dia em que visitou este ultimo, deixou com as freiras a Princeza e a Infanta, e atravessou o largo para visitar em casa d'ella a Duqueza de Aveiro, que era então a mencionada D. Juliana de Lencastre.

Mal se soube no palacio ducal que se approximava el-Rei, o Duque com seus cinco filhos, o Duque de Torres Novas D. Jorge de Lencastre, D. Affonso, D. Pedro, D. Luiz, e D. Antonio, saíu acompanhado de muitos parentes, a receber o Soberano á porta do *saguão,* como se dizia, ou da loja de entrada, como diriamos hoje. Ahi beijaram todos a mão d'el-Rei, o qual por mercê especialissima logo mandou cobrir os quatro meninos (os dois Duques pae e filho, esses pela sua cathegoria tomavam por si mesmos tal honra).

A Duqueza esperava no primeiro patamar da escadaria. Beijou a mão d'el-Rei e do Principe, e todos subiram á sala do docel. Sentou-se el-Rei debaixo do docel em cadeira posta sobre uma esteira, e mandou logo que se trouxesse uma almofada para a Duqueza. Esta sentou-se ao lado d'el-Rei.

El-Rei perguntou pelas filhas dos Duques, D. Magdalena e D. Marianna. Foram mandadas chamar, e entraram na sala acompanhadas de seus dois irmãos, o Duque e D. Affonso; beijaram a mão d'el-Rei, e este mandou-lhes dar almofadas sobre a mesma esteira.

Durou muito tempo a visita Real, com a mais graciosa familiaridade da parte do Monarcha, e assistiam em pé muitos senhores,

[1] *Hist. Gen.,* tomo XI, pag. 86.

castelhanos e portuguezes, cobertos os que eram Grandes. Ao levantar-se el-Rei para saír, acompanharam-n o até á porta da sala as filhas do Duque; a Duqueza continuou por mais duas salas; d'ahi não consentiu el-Rei que passasse, e despediu-se d'ella com muitos encarecimentos e gentilezas; o Duque, seus filhos, e todos os mais parentes, desceram até ao portão da rua[1].

[1] Tudo isso quasi textualmente o extrahi do livro de João Baptista Lavanha--*Viagem de D. Filippe*, pag. 72.

CAPITULO XII

O jardim dos Duques de Aveiro.—Em 1648 é cedido pela Duqueza D. Maria de Guadalupe aos Capuchinhos francezes.—Edifica-se o mosteiro d'elles, chamado dos Barbadinhos.—Testemunho de antigos escriptores.—Arde o edificio, e depois da extincção dos conventos é vendido ao negociante Robim.—Ainda resta a profanada egreja, transformada em escola.—Junto d'esse templo recebe el-Rei D. João V pela primeira vez o titulo de *Majestade*.—O palacio Aveiro foi confiscado em 1659 ao Duque D. Raymundo.—Pleitos originados d'essa confiscação.—Sentença em 1668 em favor de D. Pedro de Lencastre, Bispo, Arcebispo, Inquisidor mór, e Duque.—Historia minuciosa de um agglomerado de casebres entre a Esperança e o Tejo.—Demolem-se.—Menção da rua do Merca-tudo;—Esse homem era avoengo (por affinidade) do fallecido professor e academico João de Andrade Corvo, ministro e diplomata.

Para o Poente do palacio Aveiro, isto é, ao longo da nossa actual rua Direita da Esperança, entre ella e a praia, até á actual travessa dos Barbadinhos (ou talvez um pouco para cima) alastravam-se, dominando o Tejo, os não muito vastos jardins dos Duques. Não sei que nos ficasse d'elles descripção, que nos habilite a julgar se, pelo seu luxo, pelo seu tratamento, pela sua amenidade, e pelas suas obras de adorno artistico, seriam dignos dos opulentos personagens a quem pertenciam. E é pena. Os jardins particulares de Lisboa primaram sempre no apuro e elegancia. O que não seriam estes!

Em 1648, conforme diz o bom João Baptista de Castro, cedeu a Duqueza de Aveiro D. Maria de Guadalupe de Lencastre aos religiosos Capuchos francezes da provincia da Bretanha chamados vulgarmente *Barbadinhos*, o jardim do dito palacio da Esperança para edificação do mosteiro de Nossa Senhora da Porciuncula, ou dos Anjos. Generosidades verdadeiramente Reaes.

«Por baixo das casas do Duque de Aveiro» — escreve d'esse convento o autor do *Agiologio*[1] poucos annos depois da fundação; palavras que é preciso commentar. Vejamos.

Por baixo entendo eu não se refere senão á corrente do Tejo; esse hospicio, ou convento, era *a baixo*, ou *por baixo* da casa do Duque, por isso que ficava algumas braças á juzante d'ella, e não porque ficasse em plano inferior; pelo contrario: a rua Direita da Esperança vai subindo desde o largo para o Poente.

Certo antigo autor francez refere-se por estes termos ao dito convento dos Capuchinhos:

«Ha aqui tambem um convento de Capuchos francezes, todos da provincia da Bretanha. A sua fundação foi assim:

«Em 1641 embarcaram para a Guiné alguns religiosos d'esta provincia, como missionarios; e arribando alguns d'elles á ilha de S. Thomé, deram ao Governador a noticia da subida do Duque de Bragança ao throno de Portugal. Em vista de tão boa nova, permittiu lhes o Governador que se estabelecessem em S. Thomé, e deu-lhes, mais a gente da terra, todo o auxilio necessario.

«Tendo-se, no correr do tempo, os Hollandezes assenhoreado de S. Thomé, fugiram-lhes alguns religiosos, e correram a estabelecer-se em Pernambuco. Passada alguma trégoa, como recomeçassem as hostilidades, tiveram os Capuchos a felicidade de prestar alguns serviços aos Portuguezes; do que tudo informou a Sua Majestade portugueza o Governador de Pernambuco, encarregando de levar a correspondencia um dos ditos padres, chamado Frei Cyrillo.

«O snr. Lanier, que por esse tempo era Embaixador de França em Lisboa, apresentou a el-Rei o Frade; e este déu a S. M. tão minuciosa e certa conta do estado dos negocios do Brazil, que muito contentou o Soberano. Quiz este presenteal o, e favorecer-lhe a familia, mas o Religioso tudo engeitou; apenas supplicou licença para ter um hospicio da sua Ordem em Lisboa a fim de facilitar a passagem dos missionarios. Concedeu-lhe tudo o Rei, e deu-lhe alvará de licença em 1647.

---

[1] Tomo II, pag. 667, col. 2.ª

«Ao mesmo tempo, cedeu aos religiosos o Duque de Aveiro um jardim com algumas habitações contiguas, á beira do Tejo, e ahi veiu a construir-se o convento com a sua egreja[1].»

Á beira do Tejo, sim; é perfeitamente a situação da casa.

No muro da pequenissima e alcantilada cerca dos Capuchos batiam as aguas então; falando do mosteiro diz o já citado *Agiologio:* «o qual, por bater n'elle o mar, serve de baluarte da terra».

Chamava o povo a estes frades «Barbadinhos», porque usavam compridas barbas; e chamava-lhes indifferentemente «Capuchinhos», por causa do capuz que lhes envolvia a cabeça. A proposito: na sua *Miscellanea* traz Miguel Leitão de Andrada uma etymologia que faz rir: *Capuchinho,* segundo elle, vem do substantivo italiano *capo,* cabeça, e do adjectivo *chino,* inclinado, como quem dissesse: os frades da cabeça inclinada, curva, ou baixa, por ser uso d'elles andarem sempre n'essa humillissima postura.

Desde o estabelecimento d'estes virtuosos padres francezes ali, a sua rua tomou tambem o nome de *rua Direita dos Barbadinhos francezes*[2].

A casa ficou pobre e muito modesta; ainda me lembro confusamente de ver de pé o mosteiro velho, escapo illezo do terremoto, na esquina da travessa dos Barbadinhos, com as trazeiras para o Tejo, no mesmissimo sitio e na mesmissima orientação das altas casas de aluguel que lá vemos hoje, recobertas de azulejo, edificadas sobre o velho alicerce pelo rico armador e negociante Robim, e pertencentes hoje aos seus herdeiros.

O convento ardeu antes de 1845; pelo menos é o que deprehendo de certa phrase de um artigo escripto por um tal A. da Silveira na *Revista Universal Lisbonense,* de Abril de 1845[3].

Diz o autor: «o convento da Porciuncula, edificado na rua da Esperança, hoje queimado». A reedificação moderna deve datar de 1852 ou 1853, se me não engano. Não pude, por mais que diligen-

---

[1] *Description de la ville de Lisbonne,* pag. 22 e seg.

[2] Assim encontrei no processo de habilitação de Anastacio da Costa Freitas, em 1739, para Familiar.

[3] Tomo IV, pag. 454.

ciei, alcançar informações authenticas e positivas no assumpto. Fiz de pretendente, e não fui attendido.

Do casarão antigo, apenas resta, sobre a rua Direita da Esperança, a profanada egreja, que foi transformada em escola de não sei que sociedade, com um pequenino pateo lageado á frente de um pobrissimo portão[1].

De ornamentações, pinturas, ou esculturas, nem vestigios sequer. Tudo desappareceu. Pois n'este templo brilharam, segundo Cyrillo[2], alguns quadros do pintor Bernardo Foit, entre elles o do retabulo da capella mór.

Concluirei a muito succinta historia do hospicio d'estes bons missionarios, mencionando uma circumstancia de que me lembro sempre ao passar n'aquella rua em frente do que era o templo: foi ali mesmo, que, indo o Principe D. João (D. João V) com seu irmão o Infante D. Francisco, ambos n'um coche, e dirigindo-se á pressa os dois Reaes Meninos ao paço do Calvario, onde enfermava, já moribundo el-Rei D. Pedro II seu pae, se cruzou com elles um creado da Casa a todo o galope; o creado parou, e apeando-se deu a Suas Altezas a triste noticia de que el-Rei acabava de expirar. Foi pois ali que o Principe D. João ouviu pela primeira vez o titulo de Majestade[3].

O palacio da Esperança passou na Casa de Aveiro de paes a filhos, até que o Duque D. Raymundo se bandeou em 1659 com os Castelhanos, abalou para Madrid, e se offereceu ao serviço de Filippe IV. Foi-lhe confiscada toda a fazenda, é claro; entrou o Fisco Real na posse do Ducado de Aveiro; ao que se oppozeram varios

[1] Hoje, Fevereiro de 1893, parece que já não ha ahi escola. Faz-se n'essa antiga egreja a distribuição de uma sopa de caridade por conta da Misericordia, a duzias de mendigos.

[2] *Mem.*, pag. 218.

[3] *Gabinete historico*, tomo v, pag. 253.

Grandes, reclamando successão em tão valioso Estado; a saber: D. Pedro de Lencastre, filho da Duqueza D. Juliana e de D. Alvaro de Lencastre; sua irman D. Magdalena de Lencastre, Condessa de Faro; D. João da Silva, Marquez de Gouvêa; e D. José de Lencastre, Conde de Figueiró. Depois de longos pleitos, obteve sentença favoravel na Relação, a 14 de Maio de 1668, D. Pedro de Lencastre, por ser o varão mais chegado á linha do Duque D. Jorge, e do ultimo possuidor[1]. Este D. Pedro era ecclesiastico, foi Bispo, Arcebispo, Inquisidor geral, etc.; e, como se está vendo, pessoa da mais alta representação. Só a sua entrada solemne em Lisboa como Inquisidor, em 1 de Abril de 1672, deslumbrou o publico. Sahiu do palacio da Esperança em direitura á Inquisição, no Rocio, levando a diante quatro coches com capellães e officiaes de sua casa, e outro coche de estado; ia logo o Duque na sua riquissima liteira, precedido, acompanhado, e seguido, de quarenta lacaios, muitos escudeiros, e pagens, muitos ministros do Santo Officio, e membros da nobreza[2].

Por morte d'este prócere, no anno seguinte, 1673[3], tornou a Casa de Aveiro a buscar a linha da successão genealogica; mas não importa aqui esse ramo transversal. Basta dizer que a familia, fixada em Castella, deixou deshabitadas as suas propriedades portuguezas; e é por isso que, segundo indiquei, vemos no correr do seculo XVII o palacio da Esperança alugado aos Marquezes das Minas.

— —❋— —

Outro assumpto.

Ainda não podemos sair da Esperança, sem que eu diga alguma coisa ácerca de um agglomerado de casebres muito antigos, que

---

1 *Hist. Gen.*, tomo XI, pag. 125, e pag. 154.

2 *Monstruosidades do tempo e da fortuna*, pag. 194.

3 Vi na Arrabida a sua lapide, que diz assim:

ESTE LVGARES | COLHEO P.ª SEV | JAZIGO O EXM.º SNOR O DVQUE | D. P.º ARCEBISPO | E INQVIZIDOR GE | RAL FALEC.º EM | 29 DE ABRIL DE | 1673 |

Copiei-a lá em 23 de Julho de 1881.

ali conheci ainda, no que é hoje a parte Sul do largo, enquadrados entre o largo da Esperança, a travessa Nova da Esperança, o extremo oriental da calçada do Marquez de Abrantes, e a estreita rua dos Pescadores. Era isso um dédalo de viellas muito immundas, uma especie de amostra alfamista, com ferrarias, tabernas de ultima relé, e outros antros. Fazia-me isso o effeito de ruinas de casas nobres, porque havia algures umas hombreiras de bello marmore, em estylo romano, e não sei que mais.

Chamavam se algumas das viellas o beco do Guerra, o beco de Santo Antonio, e o beco do Merca-tudo.

Essas pobres baiucas mereceram que as nossas Vereações mais de uma vez tentassem (e com rasão) demolil-as.

Já em Novembro de 1837 foram intimados os donos para as apearem até ao fim do primeiro semestre de 1838[1]; mas nada se conseguiu.

Passaram vinte annos. Algumas d'essas propriedades eram da Escola Polytechnica; e tendo-se annunciado, pelo Thesoiro publico, a arrematação d'ellas em hasta publica, resolveu a Camara, em sessão de 4 de Janeiro de 1858, representar ao Governo (como effectivamente representou em 5) a vantagem de comprar ella esses predios, sem licitação, e apenas pelo preço em que houvessem sido avaliados, 4:304$000 réis para os demolir e estabelecer ali um mercado[2].

---

[1] *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa* em 1837, pag. 34.

[2] *Annaes do Mun. de Lisboa*, 1858, n.º 2, pag. 13. Em 5 de Janeiro de 1858 a Camara Municipal de Lisboa representou ao Governo a vantagem de serem demolidos varios predios na Esperança, que estavam annunciados na lista n.º 1128 A publicada pelo Ministerio dos Negocios da Fazenda pela Direcção Geral dos Proprios Nacionaes em 28 de Novembro de 1857 para serem arrematados a 9 de Janeiro de 1858. Esses bens eram os seguintes:

—Uma propriedade de casas na rua da Silva com os n.os 22 a 23 A, loja e 3 andares; confronta do Norte com casa de Martiniano Luiz Ferro, Sul com a rua do Merca-tudo, Poente com casa de Antonio de Avila Lobo, e Nascente com a mesma rua da Silva, avaliado tudo em 1:200$000 réis.

—Uma propriedade no largo da Esperança n.os 32 a 36, para o beco do Guerra n.os 2 a 3 E, lojas e 2 andares; confronta pelo Norte com o largo da Esperança, Sul com o beco do Guerra, Poente com a travessa nova da Esperança, e Norte com predios da Fazenda, 1:424$000 réis.

Como o Governo annuiu, o Ministerio das Obras publicas quiz saber ao certo o que projectava a Camara para melhorar o aspecto e as condições hygienicas do sitio; pelo que, a Repartição technica municipal lhe mandou a planta das obras em Fevereiro de 1858[1]. Em 31 de Março teve o Intendente das Obras Publicas uma conferencia com a Camara sobre o assumpto[2]. O negocio caminhava, mas de vagarinho; em Portugal tudo vai de vagarinho; de vagarinho

— Uma propriedade na travessa nova da Esperança n.os 2 a 6, para o beco do Guerra n.º 8 A, a 12 D, lojas e uma sobreloja; confronta do Norte e Nascente com o beco do Guerra, Sul com casa de Nicolau Ribeiro da Silva, Poente com travessa nova da Esperança, 400$000 réis.

— Uma propriedade na rua do Merca-tudo n.º 8, para a travessa de Santo Antonio n.º 4, loja e um andar; confronta pelo Norte com a travessa do Merca-tudo, Sul com o beco do Guerra, Nascente com a travessa de Santo Antonio, Poente com predios da Fazenda, 350$000 réis.

— Uma propriedade no beco do Guerra n.os 3, 3 A e 3 B, e para a rua do Merca-tudo n.os 11 e 12, lojas; confronta do Norte com a rua do Merca-tudo, Sul e Nascente com o beco do Guerra, Poente com predio da Fazenda, 180$000 réis.

— Uma propriedade no beco do Guerra n.os 4 a 6, para a rua do Merca-tudo n.º 9, lojas; confronta pelo Norte com a rua do Merca-tudo, Sul com o beco do Guerra, Poente com o mesmo beco, e Nascente com predio da Fazenda, 200$000 réis.

— Uma propriedade na calçada de Marquez de Abrantes n.º 42 C, sobreloja, serventia pelo mesmo n.º 42 C; confronta pelo Norte com predio da Fazenda, Sul com a dita calçada, Nascente com predio pertencente á administração da Real Casa de Santo Antonio, Poente com o beco do Guerra, 350$000 réis.

— Propriedade, dois barracões contiguos, na travessa de Santo Antonio á Esperança, n.os 2 e 3; confrontam pelo Norte e Poente com o beco do Guerra, Nordeste com a travessa de Santo Antonio, e Sul com predio pertencente á administração da Real Casa de Santo Antonio, 200$000 réis.

A area que comprehende estes predios tem tantos focos de infecção, que é ocioso enumeral-os, não só pelos mesquinhos e estreitissimos becos que communicam de um a outro lado, mas pelas immundicies que necessariamente se accumulam, e que são de mui difficil limpeza, alem dos ridiculos e insignificantes casebres que compõem o seu todo. A Camara desejava fazer ali um largo e um mercado. Requer pois ao Governo que lhe ceda os ditos bens pelas avaliações, suspendendo-se a arrematação annunciada. *Annaes do Mun. de Lisboa*, 1858, n.º 1, pag. 4 e seg.

[1] *Annaes do Mun. de Lisboa*, 1858, n.º 5, pag. 45.

[2] *Id.*, n.º 7, pag. 65.

é a norma do proceder burocratico. Em 5 de Agosto resolvia a Camara pedir ao Conselho de Districto auctorisação para a compra dos predios em questão[1]; foi-lhe concedida[2].

Em 10 de Setembro de 1861 el-Rei D. Pedro V sancciona por uma carta regia o decreto das Côrtes Geraes de 30 de Agosto antecedente, em que o Governo é auctorisado a vender á Camara Municipal os predios entre o largo da Esperança e a calçada do Marquez de Abrantes[3].

Finalmente, tendo a Camara sacado sobre o Banco 4:845$600 réis para pagamento dos ditos oito predios á Escola Polytechnica[4], foram estes comprados, e em 19 de Maio de 1862 era apresentada á Vereação a respectiva carta de arrematação, e encarregado o vereador Vaz Rans de ir tomar posse official[5]. Depois seguiu-se a demolição immediata.

Logo em sessão de 12 de Fevereiro de 1863 o vereador José Tedeschi propôz que se procedesse com urgencia á expropriação dos edificios entre a rua dos Mastros e a da Silva, bem como á dos que ficam em frente á entrada da rua dos Mastros até ao Aterro, para se communicar a rua «Vinte e quatro de Julho» com a rua de S. Bento[6].

* * *

Como o movimento crescia diariamente, o vereador D.^{or} Alves propoz em sessão de 4 de Fevereiro de 1880 que se fizesse desapparecer o antigo lavadoiro e uns casebres na rua Nova do Caes do Tojo[7]; não surtiu effeito este pedido; e por isso em 25 de Abril de 1881 instou no mesmo sentido o vereador Rodrigues da Camara[8].

---

1 *Annaes do Mun. de Lisboa*, 1858, n.º 15, pag. 130.
2 *Id.*, n.º 17, pag. 146.
3 *Id.*, 1861, n.º 90, pag. 719.
4 *Id.*, 1862, n.º 123, pag. 977.
5 *Id.*, n.º 125, pag. 995.
6 *Id.*, 1863, n.º 165, pag. 1316.
7 *Id.*, 1880, pag. 79.
8 *Id.*, 1881, pag. 210.

Conseguiu-se essa justa reclamação. A rua Nova do Caes do Tojo alargou-se, e é hoje transito obrigado de carreiras americanas.

Falei, pouco acima, no beco do Merca-tudo. Tambem ahi havia a rua do mesmo nome, que hoje fecha pelo Nascente o largo da Esperança por lhe ter sido demolida a casaria da banda occidental. Essa rua tirava origem de um opulento mercador do seculo xvi, Affonso Alves, que, por entrar em mil negocios rendosos, e comprar a torto e a direito, mereceu a alcunha do *Merca-tudo*, que se lhe tornou, creio, appellido. Esse homem instituiu capella no proximo convento da Esperança; e por elle ter casado nobremente a sua rica herdeira, com um Andrade, da antiga Casa da Torre da Sanha, veiu a ser ultimo administrador da dita capella (assim como de outros vinculos), o fallecido estadista, lente, diplomata, e muito talentoso e erudito escriptor, João de Andrade Corvo.

Descancemos aqui, para depois caminharmos uns passos para o Poente, e estudarmos o notabilissimo sitio de Santos-o-velho. Ficará isso para o Livro seguinte.

LIVRO V

SANTOS-O-VELHO

CAPITULO I

Providencias sanitarias d'el-Rei D. João II.—Balisas em Santos.—Onde principiava a Lisboa occidental.—Memoria antiquissima dos tres Martyres, Verissimo, Maxima, e Julia.—Edifica el-Rei D. Affonso um templo aos mesmos Santos.—Etymologias da palavra Campolide.—Extensão do sitio assim denominado.—Pedras salpicadas de sangue.—Lenda engraçada.

ANDOU el-Rei D. João II encravar n'um extremo da praia de Santos uns marcos, que se viam bem do rio, e áquem dos quaes não tinham licença de passar os navios vindos de terras inficionadas de contagião[1]. Ahi está o embrião dos lazaretos.

Ainda mais longe (não sei se em tempo anterior ou subsequente) mandou o mesmo Soberano collocar uma grande cruz negra, para baixo de Belem, a fim de deter ahi toda a embarcação que houvesse tocado em paragem suspeitosa[2].

D'aquella providencia primeira se infere, que no sitio de Santos, o velho, acabava toda a parte importante e agglomerada da povoação, e principiava campo. Damião de Goes confirma o, dizendo que da banda do Poente, isto é, para quem viesse

---

1 Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. III d'el-Rei D. João II, fl. 76.

2 *Id.*, liv. I de provimentos de saude, fl. 11.

de Belem, a cidade de Lisboa começava, a bem dizer, em Santos[1]. Até ahi eram suburbios muito campestres.

Pois em dias d'esse escriptor estreava-se optimamente; estreava-se com um paço regio; amplissimo e antigo paço, diz o citado Goes, e formosissimo na sua fabrica magnifica[2]. Talvez não fossem exageradas essas apreciações em clave de superlativo; o sitio prestava-se; e como este paço era conchegado ninho, muito pittoresco, e roqueiro á borda de um estendal immenso de aguas, não souberam as mãos Reaes retrahir-se em o embrincar.

Quem o edificasse, vamos vel-o.

Affirma João Baptista de Castro no *Mappa de Portugal*, quando trata da parochia de Santos, que el-Rei D. Affonso Henriques, depois da tomada de Lisboa, *melhorou* a antiga ermida dos Santos, Verissimo, Maxima, e Julia. Custa-me dizer que me afasto da opinião de um tal mestre; mas quando não o sigo, tenho o valor de o declarar.

O templo dos tres Martyres, que ali campeara n'aquella praia suburbana, durante o dominio visigothico, arrazaram-n-o os Moiros (apesar da sua preconisada tolerancia); destruiram-n-o até ao alicerce, *solotenus*, diz o cruzado inglez Osberno. Logo, como podia o nosso Rei limitar se a *melhorar* um templo que já não existia, e de que apenas restavam ainda tres pedras, altares ou sepulturas *(alii dicunt altaria, alii bustalia)* vestigios unicos da sua existencia? *tres tantum adhuc lapides in signum ruinæ suæ ostendit* — narra Osberno[3].

---

[1] *Urbis Olisiponis situs et figura.*

[2] *Vetus regia amplissima, magnificoque opere pulcherrima.....quam Sanctos nostri nuncupant.* Loc. cit.

[3] Epist. crucesignati anglici — *Port. Mon.* — Script., pag. 306, col. 1.ª D. Rodrigo da Cunha na sua *Hist. Ecc.*, parte 1, cap. XVIII (fl. 40) não diz que os Santos conservassem o seu templo durante a dominação mauritana; diz só que a tradição conservava vagamente o sitio da sua sepultura, e que o senhor D. Affonso Henriques lhes «mandou levantar um templo ali perto dedicado a seu nome».

Concedo pois, á vista do testemunho, irrecusavel n'este ponto, do cruzado, que o Soberano edificasse um templo, todo novo, aos Martyres lisbonenses, cuja fama era luzeiro piedoso, que ainda se não apagou.

Ha tambem prova documental de que el-Rei Affonso Henriques *edificou* ali este templo: é a doação que o senhor D. Sancho I fez á ordem de Santiago, no anno christão de 1194, «d'aquella nossa casa —palavras suas— que se chama Santos, a qual meu Pae, o Rei D. Affonso, de feliz memoria, mandou edificar em honra dos Santos Martyres Verissimo, Maxima, e Julia[1].»

[1] Este importante documento, em latim de chancellaria medieva, acha-se na Torre do Tombo. Copiei o eu proprio, ou, por outra, escrevi o que dictava o actual Director, e meu amigo, o snr. José Manuel da Costa Basto, que teve a bondade de supprir, (d'esta vez como de outras muitas) com muita amabilidade, a minha *pobreza* de *conhecimentos* paleographicos. Eis a integra da doação:

In dei nomine Quoniam consuetudine quæ pro lege suscipitur et legis auctoritate didicimus quod facta regum et principum scripto commendari debeant ut commendata ab hominum memoria non decidant præterita præsentialiter consistant: ideirco. Ego Sancius Dei gratia Portugalensis Rex una cum uxore mea Regina Domna Dulcia et filiis et filiabus meis facio cartam donationis et perpetuæ firmitudinis vobis Domno Sancio fernandi Magistro militiæ Sancti Jacobi et Domno Suerio Roderici Commendatori de Palmella et Domno Christophoro Priori et Fratribus vestris præsentibus et futuris de illa nostra hereditate et de illa nostra domo quæ dicitur Sanctos, quam Pater meus Rex Domnus Alfonsus felicis memoriæ edificari fecit ad honorem Sanctorum Martyrum Verissimi Maximæ et Juliæ, quorum corpos ibi requiescunt. Damus vobis pro amore Dei et Beatæ Virginis Mariæ et pro remissione peccatorum nostrorum et pro bono servicio quod nobis fecistis et facietis, et pro amore amici nostri Magistri Domni Sancii, supradictum locum cum omnibus terminis suis videlicet cum vineis et hortis el salinis et fontibus, et pascuis cum omnibus hereditatibus suis ad edificandum ibi monasterium ubi sit conventus clericorum vestri Ordinis, et ad sepulturam vestram, unde magnum defectum habebatis, maxime faciendum. Et Concedimus vobis et omnibus successoribus vestris ut ea habeatis jure hereditario in perpetuum. Quicumque igitur hoc nostrum factum vobis et cunctis successoribus integrum observaverit sit benedictus a Deo. Amen. Qui vero aliter fecerit maledictus sit ab eo qui cuncta ex nichilo creavit. Facta carta donationis et perpetuæ firmitudinis apud Ulixbonam. In era M.ª CC.ª xxxij. Kalendas Februarii. Nos supranominati Reges qui hanc cartam fieri mandavimus

Do templo affonsino, nem vestigios, sequer, ficaram. O nome antigo, visigodo ou arabe, do sitio, é que os deixou na lingua, segundo creio e aqui declaro pela primeira vez. Vejamos como.

Dei eu n'outro volume[1] á palavra «Campolide» a etymologia que todos lhe dão, de *campo da lide*, attribuindo-a ao seculo XIV. Tenho

coram testibus subscriptis eam roboravimus, et hæc signa manibus nostris fecimus ⊹ ⊹ ⊹ (Sello rodado, em cuja circumferencia se lê:
Rex Dominus Sancius.
Regina Domna Dulcia.
Rex Domnus Alfonsus.
Rex Domnus Petrus.
Rex Domnus Fernandus.
Regina Domna Sancia.)
Qui afuerunt.
Gonsalvus Menendi maiordomus curiæ conf.
Petrus Alfonsi conf.
Gonsalvus Gonsalvi conf.
Rodericus Menendi conf.
Martinus Valasquiz signifer Regis conf.
Johanes fernandi dapifer Regis conf.
Martinus fernandi conf.
Rodericus fernandi prætor Ulixbonensis conf.
Suerius petri conf.
Gonsalbus froihaz conf.
Martinus bracharensis archiepiscopus conf.
Martinus portugalensis episcopus conf.
Petrus colimbriensis episcopus conf.
Johanes lamecensis episcopus conf.
Nicolaus visensis episcopus conf.
Suarius ulixbonensis episcopus conf.
Pelagius elborensis episcopus conf.
Suarius suarii testis.
Petrus suarii testis.
Giraldus pelagii testis.
Julianus Notarius curiæ scripsit. Torre do Tombo Livro dos Copos fl. 151.

[1] *Lisboa antiga* - O bairro alto, pag. 34.

hoje como certo que nos enganámos todos. Essa versão traz mais phantasia do que verdade; mais coincidencia fortuita de som, do que acertada deducção. A palavra *Campolide* é muito mais antiga, é seculos mais antiga; é a adulteração portugueza de vocabulo moiro ou visigothico anterior á Monarchia.

O sitio do templo derrocado dos tres Martyres chamava se em 1147, quando aqui esteve Osberno a bordo da esquadra, *Compolit*, ou *Compolid*, ou *Campolide*. *Compolit* é o que soava aos seus ouvidos de bretão. Elle escreveu *Compolet*, tomando aquelle *e* no valor que a sonica ingleza muita vez lhe dá de *i*. Pergunto: não será *Compolit* o directo avoengo de *Campolide*? inclino-me todo para o sim.

Peço ao leitor que não se assuste com a grande distancia que hoje medeia entre Campolide e Santos; a denominação de Campolide já outr'ora se estendeu muito mais do que hoje. Assim como as vozes soam muito longe no campo, assim tambem os nomes em paragens ermas alastram prodigiosamente.

Ao que já expendi sobre este assumpto na *Lisboa antiga*, accrescentarei que no seculo XV, em 1429, havia uma herdade «em Campolide junto á Fonte Santa» de Alcantara[1]; no seculo XVI chamava-se Campolide o alto da nossa calçada da Estrella; no fim do XVII o alto da nossa rua de S. Bento; no primeiro quartel d'esse seculo, o alto de S. João dos Bemcasados; dil-o um escriptor do tempo:

> Chama-se aqui Campolide,
> uma saída mui bella
> pelos largos horizontes
> que descobre a redondeza[2];

e no seculo XVIII era ainda Campolide tudo quanto se incluia entre as Fabricas das sedas e a Ribeira de Alcantara; e por consequen-

---

[1] Communicação do snr. José Ramos Coelho que a tirou de certo antigo documento authentico da Torre do Tombo.

[2] *Relação em que se trata e faz uma breve descripção*, etc., *da Cidade de Lisboa*, 1626.

cia era Campolide o nosso sitio de Buenos Ayres, e suas immediações[1].

Logo, não repugna admittir que o sitio de Santos, tão proximo d'essas demarcações, se tivesse durando seculos chamado *Campolide*, ou *Compolet* (adulteração mais que provavel da penna ingleza). Quanto a mim, essa denominação, incomparavelmente mais restricta hoje do que já o foi, é o nome que outr'ora coube ao campo largo em que vemos a parochial de Santos.

Todas estas considerações, aliás plausiveis, coroam-se com um argumento chronologico decisivo, que vem derrubar a tal etymologia que todos seguiam repetindo a opinião de Duarte Nunes: *Campolide*, abreviação de *Campo-da-lide*, por ser ahi o campo em que os *da lide* no cerco de Lisboa por D. João I de Castella estavam alojados[2]. O argumento a que me refiro é este: muito antes do anno do cerco já o nome de Campolide existia. Apparece n'um documento da Torre do Tombo, de 1340, citada a «vinha do Fernando em Campolide[3]»; e n'uma inquirição do reinado de Affonso II se lê que a Ordem do Hospital possuia *duas vinças in Campolide*[4].

Eis ahi pois, repito, indubitavelmente confirmado que o *Compolet* do cruzado Osberno é, sem tirar nem pôr, o nosso *Campolide*.

*

Concluindo, approximarei de tudo isto, que a terminação em *ide* é commum a varios nomes de freguezias e logarejos em todo o Reino. Será suffixo moirisco? será godo? Aqui vão alguns d'esses sitios:

Alfarragide (ou Alfragide), Alfrivide, Ataíde, Belide, Bembelide, Caide, Campolide, Carnaxide, Carnide, Carvide, Castello-de-Vide,

---

[1] Ainda o era em 1707, segundo se vê de uma escriptura de doação de varias terras por el-Rei D. João V ao Infante D. Francisco. Acha-se no *Gabinete Historico*, tomo IX, pag. 305.

[2] Duarte Nunes—*Chron. d'el-Rei D. João I*, cap. XXIX.

[3] Communicação do snr. José Ramos Coelho.

[4] Pag. 9 do Appenso ás *Memorias para a historia das Inquirições dos primeiros reinados em Portugal* por João Pedro Ribeiro.

Covide, Gomide, Guide, Margaride, Meixide, Melide, Muscavide, Paçolide, Porto de Vide, Povolide, Semide, Taide, Talaide, Val-de-lide (ou de Bolide), junto a Sacavem, Verride, e Vide.

D'estes vinte e sete nomes, cujo numero poderia certamente accrescentar-se, seis pertencem ao termo de Lisboa.

Depois de tal designação, que se foi apagando, e fugindo para longe, tiveram estes logares outra: «a Boa Vista». Este nome, que hoje se confina n'uma rua, abrangia, mais ou menos toda a proxima orla do Tejo, e subia ao cume das ribanceiras. O nosso alto de Santa Catherina era Boa Vista; a nossa Esperança (barbaramente demolida em 1889!) era Boa Vista; e (como diz Duarte Nunes do Leão) «o mosteiro de Santos o velho, que é de Freiras da Ordem de Santiago..... soía estar na Boa Vista[1]».

Quem quizer estudar com a possivel authenticidade o agiologio dos tres irmãos Martyres, procure-o na obra monumental do sabio Flores e seus sequazes[2].

Basta dizer que eram peninsulares, e lisbonenses, e foram, segundo é fama, martyrisados n'este arrabalde, onde veiu a erigir-se-lhes o templo que estou estudando.

Mencionarei tambem umas pedrinhas rodadas, que pareciam salpicadas de sangue, e apresentavam uma especie de desenho em fórma de cruz; d'ella appareciam muitas entre o calhau da praia de Santos; dil-o, por exemplo, Castro no *Mappa*, e declara ter algumas. Miguel Leitão de Andrada tambem conta que se encontravam ali, e que eram do feitio de um ovo pequeno, com a Cruz de Malta de uma banda, e nodoas como de sangue[3]. O citado *Romancero* de

[1] *Descrip. de Port.*, cap. LIII.
[2] *España sagrada*, tomo XIV, pag. 397.
[3] *Miscellanea*. Dial. II.

Segura, obra dos principios do seculo XVII, lá canta a mesma coisa em verso (não me atrevo a dizer *em poesia*).

Fala com a Cidade, e diz-lhe:

Ay en ti piedras redondas,
de las quales Plinio escribe, (!?)
cerca de Santos el Viejo,
que una cruz a todas ciñe;

que metidas en la mesa,
se es que brevedad se pide,
sazonan al punto el pan,
y dellas suelen servirse[1].

Finalmente Marinho de Azevedo nas suas *Antiguidades*[2] recorda as taes pedras, e accrescenta que havia na mesma praia outras com cinco riscos vermelhos, que eram d'aquellas sobre que os Santos Martyres tinham sido arrastados, segundo pensavam as devotas. «E a mesma fé — continua o autor — se tem com alguns marmellinhos e pereiras d'aquelle sitio, em cujo fruto se acham as mesmas cinco riscas; e estas arvores as ha no jardim de D. Francisco d'Alencastre — (o do actual palacio Abrantes), — e em alguns quintaes das casas mais proximas á egreja dos Santos Martyres».

Em creança habitei na freguezia de Santos, mas não me lembro de ter ouvido jamais falar nas taes pedras manchadas, provavelmente de oxido de ferro, e em cujos desenhos casuaes o povo teimava em querer ver cruzes e pingos de sangue de Martyres, como ainda vê o de Ignez de Castro nas pedras da fonte dos Amores. Hoje, com o Aterro é impossivel procurar na praia essas curiosidades, que afinal valem muito menos do que elle.

[1] *Romancero historiado*, fl. 67 v.
[2] Liv. III, cap. XXIX.

CAPITULO II

Entrega el-Rei D. Sancho I o templo e casa de Santos aos freires de Santiago.—Transformação d'este cenobio masculino em cenobio feminino.—Doações d'el-Rei D. Affonso II, D. Diniz, Santa Isabel, etc.—Antigas Commendadeiras.—Obras no mosteiro.—Passam as senhoras para S. Martinho temporariamente.—Transferem-se de todo para o sitio do Paraiso.—Fica deserta a casa de *Santos-o-Velho*.—Discussão de uma affirmativa de Herculano.—O Principe D. João em Santos.—Que valia historica póde ter essa anecdota.

Levantou (como acima se disse) o senhor D. Affonso I, no sitio conservado pela tradição como sendo o do martyrio dos tres Santos, uma egreja, que o senhor D. Sancho I entregou aos commendadores e freires da Ordem militar de Santiago. Estes ahi residiam n'algumas casas contiguas ao templo, e ou por elles ou pelo Rei edificadas.

Uma antiquissima Inquirição, sem data, mas que João Pedro Ribeiro considera do reinado d'el-Rei D. Affonso II, attesta que os freires de Santiago possuiam em Santos um mosteiro com duas vinhas, alem de um pomar de limoeiros e uma boa almoinha na Hortanavia (?), um figueiral, e salinas; uma vinha em Beirolas, e outra em Arroyos[1].

Vê-se pois que em Santos viviam estes monges-cavalleiros n'uma especie de communidade, e que a sua residencia, certamente não mesquinha, tinha já então, no seculo XII, fóros de mosteiro.

---

[1] In Sanctos unum Monasterium cum duabus vineis; et in Ortonavi citralem, et bonam almoninam, et ficulneum et salinas;.....—depois fala de uma vinha in Veirolas et aliam in Arroios. Pag. 13 do Appenso ás *Memorias para a historia das Inquirições dos primeiros reinados em Portugal*—por João Pedro Ribeiro.

Tomada aos Moiros a renitente Alcacer-do-Sal, os valentes freires fixaram sede no castello da vencida *Salacia*, d'onde no correr dos tempos passaram para Mertola, e emfim para Palmella, que ficou sendo até ao fim a cabeça da Ordem.

Pela saida dos freires da casa de Santos, entraram para lá as viuvas e parentas proximas de muitos, as quaes, ao tempo em que elles andavam por fóra, pelejando contra os Moiros, já ali costumavam recolher-se do mundo, e viver em communidade, depois de terem estado primeiramente segundo parece, em Torres Vedras[1].

Com o andar dos annos, e com as viuvezes e os desenganos, vieram muitas d'essas senhoras recolhidas a affeiçoar-se á clausura, e a professar, e elegeram Prelada, com o titulo de Commendadeira, que as regesse e encaminhasse. A mais antiga foi uma D. Helena, em 1233.

A pouco mais de meia legua, apenas, da buliçosa e guerreira Lisboa alfamista do seculo XIII, ficou pois aquelle campestre retiro piedoso, para o qual se habituava o Povo a olhar com respeito e veneração.

Da affectuosa consideração dos nossos antigos Soberanos á nobre casa das recolhidas, resta vestigio, já do anno de 1221, quando el-Rei D. Affonso II lavrava testamento. Ao dito mosteiro, que ainda era dos freires de Palmella *(quod est fratrum de Palmella,* palavras textuaes), deixa aquelle Principe cem maravedís por seu anniversario annual[2].

El-Rei D. Diniz lega-lhe duzentas libras[3].

A Rainha Santa Isabel, cem[4].

A Rainha D. Filippa, nota Frei Francisco Brandão, «tomou sob sua guarda o mosteiro de Santos, e a Commendadeira D. Ignez Pires[5]».

---

1 Frei Francisco Brandão — *Mon. Lusit.*, tomo V, fl. 288, col. 1.ª

2 *Hist. Gen.* — Provas, tomo I, pag. 35.

3 *Id., ibid.*, pag. 101.

4 *Id., ibid.*, pag. 119.

5 *Mon. Lusit.*, tomo V, fl. 284 v.

Emfim, as doações de terrenos ao mosteiro, dos quaes ficava sendo elle directo senhor, não foram apoucadas. O extenso chão onde em 1611 veiu a construir-se o convento dos Mariannos era foreiro ás religiosas, e nenhuma das compras a Vasco Fernandes Cesar, a Francisco Soares, etc., senhorios uteis, se pôde realisar sem a previa e indispensavel licença da Commendadeira[1].

Alem d'isso percebe-se, ao compulsar os archivos genealogicos, a predilecção que as classes aristocraticas mantiveram sempre pelo mosteiro. Sem ir mais a diante, e falando só em vizinhos proximos, mencionarei os Lencastres, que habitavam á Esperança, como se viu no Livro antecedente, e que n'esta clausura encerraram, no decurso de seculos, muitas senhoras da sua estirpe. Logo, por exemplo, duas filhas do Duque de Coimbra D. Jorge, D. Isabel e D. Joanna de Lencastre, ali se recolheram, e viveram exemplarmente[2]; e outras senhoras do mesmo sangue quasi Real ali subiram a Commendadeiras, como a notavel administradora D. Anna de Lencastre; depois d'ella sua prima co-irmã D. Brites[3]; não esquecendo D. Helena de Lencastre, que no logar de Commendadeira succedeu a sua avó D. Anna de Mendoça, e governou até depois de 1578, filha tambem do Duque D. Jorge[4].

Liga-se a historia d'este mosteiro illustre (que, vá dito de passagem, é collocado pelo chronista Ruy de Pina *antre Cata-que-farás e a Ponte de Alcantara*[5], o que é o mesmo que dizer «entre Toledo e Cascaes»), liga-se a historia d'este mosteiro com a do cerco de Lisboa pelo Rei D. João I de Castella em 1384. Foi junto d'es-

1 Frei Belchior de Sant'Anna—*Chron. dos Carmel.*, tomo 1, pag. 405, col. 1.ª
2 *Hist. Gen.*, tomo xi, pag. 33, 37, e 85.
3 *Id., ibid.*, pag. 79, 203, etc.
4 *Id., ibid.*, pag. 34.
5 *Chron. d'el-Rei D. João II*, cap. xxii.

tes muros que se aposentou o Soberano estrangeiro, n'uma casa alta ali armada de levante, «sobre quatro traves grossas, cercada de parede de pedra secca», entre o vistoso abarracamento dos seus Grandes.

Foi ali; dil o o fiel Fernão Lopes[1].

Não constam obras de reparo no mosteiro até ao seculo XV. Sendo Commendadeira a já mencionada Iguez Pires, de quem o Mestre de Aviz houvera a D. Affonso, que veiu a ser 1.º Duque de Bragança, o joven Principe herdeiro D. Duarte, depois Rei, cedeu ás senhoras de Santos o paço onde morava, que era o de *a-par S. Martinho* (onde hoje é o Limoeiro); mas essa cedencia foi só por pouco tempo, e apenas em quanto se faziam obras no mosteiro, damnificado pelo cerco dos Castelhanos em 1384; depois do que, voltaram as pombas ao seu ninho.

D'esse emprestimo do Principe faz fé um trecho de certa escriptura lavrada em Vizeu em 1405, e onde se lê: ..... «na Cidade de Lisboa, nos paços do Infante herdeiro, que som a par de S. Martinho, onde hora pousão as donnas do mosteiro de Santos, sendo hi a honrada Religiosa Commendadeira Dona Iñez[2]».

Passaram muitos annos. Determinou el Rei D. João II melhorar ás religiosas a sua habitação, e construiu para ellas, na paragem chamada Santa Maria do Paraiso, entre o mosteiro de Santa Clara e o da Madre de Deus, uma casa nova, quasi á beira do Tejo, em sitio alto e sadio, com boas vistas de campo e mar; e conta Garcia de Resende[3], que se fez a mudança aos 5 de Setembro

[1] *Chron. d'el-Rei D. João I*, cap. CXV.

[2] *Mon. Lusit.*, tomo V, fl. 289 v.

[3] *Chron. de D. João II*, cap. CXII; e tambem Ruy de Pina—*Chron. de D. João II*, cap. XLII.

de 1490[1], com grande procissão, em que entrou o Cabido, e todos os conventos lisbonenses, e em que as senhoras foram todas a pé, em signal de penitencia, atraz da tumba doirada onde iam as reliquias.

Do edificio d'el-Rei D. João II pouco resta, ou nada, creio eu, a não ser um portal da horta do mosteiro, mesmo defronte do Recolhimento «de Lazaro Leitão», ao fundo do beco, ou travessa do mesmo Recolhimento. Tem muita physionomia esse formoso portal do seculo XV; é de volta abatida, historiado e florido á maneira do tempo; no alto da verga vê-se um escudo, contendo uma espada entre duas vieiras: Santiago da Espada. Está mal tratado, mas é de altissimo interesse. Oxalá se compenetrassem d'isto as pessoas a quem incumbe a sua guarda, pois por este ultimo vestigio de architectura antiga se percebe quanto o edificio joannino seria sumptuoso e arrebicado[2].

Como se deduz do que fica exposto, havia em Santos da Boa Vista, ou Santos-o-velho (como se ficou designando o sitio depois da transferencia), um templo, e alem d'elle uma casa grande contigua, que servia de mosteiro. Ficando esta deserta desde os fins de 1490, é impossivel saber o para que a applicassem. Talvez, como succede sempre com moradas officiaes deshabitadas, desse alojamento a servidores ou apaniguados da Corôa.

Não acho vestigio de que ahi se edificasse, ou apropriasse, paço Real, senão sobre os fins do seculo XV.

Verdade é que Herculano, cujo depoimento faz quasi sempre fé publica n'estes juizos litterarios, fala, e muito, dos «paços de Santos» no seu *Monge de Cister*, dando-os portanto como já coevos d'el-Rei D. João I. Parece-me que talvez não fossem, salvo o respeito devido. Eu me explico.

Quando Fernão Lopes, autor contemporaneo do Rei «de Boa Memoria», descreve a invasão do Castelhano em 1373, e se refere

[1] Faz agora quatro seculos! — Quinta das Varandas, Olivaes.

[2] Vi pela primeira vez esse portal n'um passeio a 31 de Outubro de 1885.

á aposentadoria do Rei Henrique em S. Francisco da Cidade, fala de passagem no *moesteiro* de Santos, arredado obra de um quarto de legua, e onde primeiro pensou o invasor em albergar-se. Ora se ali houvesse já um *paço* Real, não havia de mencional-o o grande chronista?[1]

A mesma falta se nota n'outro sitio da mesma Chronica, onde o autor especifica detidamente os *paços* de Enxobregas, e de Frielas, e diz apenas: *antre Samtos e a cidade*[2].

Mais a diante torna a falar no *moesteiro de Samtos contra Restello,* e não allude ao *paço*[3].

Ao descrever uma brilhante acção do grande Nunalvares, praticada ali, apenas escreve: «em hum teso amte a porta do *moesteiro* de Samtos», logar d'onde os nossos eram vistos da frota castelhana.

Na *Chronica d'el-Rei D. João* [4], quando pinta o abarracamento de D. Henrique de Castella, em 1384, põe-n-o «a par de um *mosteiro* de donas que chamavam Santos, da Ordem de Santiago»; e depois, quando narra o final do cerco, mostra-nos *o moesteiro de Santos* cheio de enfermos castelhanos, e certamente desamparado das religiosas[5].

Afigura-se-me que, alludindo em tantos trechos o minucioso chronista ao *mosteiro,* teria uma ou outra vez alludido ao *paço*, se elle já ali existisse; e se elle já ali existisse ao tempo do cerco, haveria acaso o Rei estrangeiro necessitado mandar ali construir a casa sobradada em que se aposentou?

O vestigio mais antigo que se me apresenta do *paço Real* em Santos (esta é, quanto a mim, a verdade) não póde ir, segundo já

[1] Fernão Lopes—*Chron. d'el-Rei D. Fernando*, cap. LXXIII.
[2] *Id., ibid.*, cap. CXXXV.
[3] Cap. CXXXVIII.
[4] Cap. CXV.
[5] Cap. CCC.

disse, muito mais atraz dos finaes do seculo XV, se bem que haja uma anecdota do tempo do senhor D. Affonso V, que parece a alguns referir-se já, talvez, a residencia de Pessoas Reaes n'aquelle sitio. Dil a hei.

Levantara-se (por ordem de seu Pae) o Principe D. João em 10 de Novembro de 1477 com o titulo de Rei. N'isto se estava, quando lhe chegou a inesperada noticia, de que o Rei honorario e resignatario, sempre inconstante e versatil nas suas resoluções, se tornara a Portugal, e fundeara em Cascaes.

Achava-se o Rei-de-facto, D. João II, *no paço de Santos,* passeando n'essa tarde á borda do rio, mais o Duque de Bragança, e o Arcebispo D. Jorge da Costa. Tratava se do caso. Nunca é negocio corrente io para um coração altivo, como o do Principe, ter de demittir de si, ainda que seja em favor de um Pae, o mando supremo de tal Reino. Lia-se-lhe no rosto carregado a indecisão, a contrariedade.

—Se assim é —perguntou o Principe ao Duque— se el-Rei meu senhor torna a esta cidade, como vos parece que o haja eu de receber?

—Como!? respondeu logo o Duque— E de que modo, meu senhor, podereis recebel-o, se não como a vosso senhor, vosso Pae, e vosso Rei!?

Esta resposta sensata, assim desembaraçada e leal, não agradou a D. João II. Calou-se preoccupado; deu mais alguns passos com os dois, carrancudo e sinistro; córou levemente; depois, por disfarce, tomou um seixo á beira da praia, e fez tiro com elle, resvalando-o com impeto á face das aguas (brinco ainda hoje usado dos rapazes, para saberem *quantos peixinhos come el-Rei,* segundo as vezes que a pedra raspa e ressalta nas ondas. Chamava-se a isso «dar chapeletas pelo mar»; lá traz essa accepção Gaspar Corrêa[1]; e Frei Bernardo da Cruz fala de uma bala, que, deslisando «em chapeletas», feriu uma perna de Alvaro Pires de Tavora[2].

[1] *Lendas da India*, tomo I, pag. 49.
[2] *Chron. de D. Sebastião*, cap. LXVI.

C'est là que le caillou, lancé dans le ruisseau,
Glissait, sautait, glissait, et sautait de nouveau.

escreveu o engenhoso Delille).

. . . . . .

E ninguem quebrava o silencio. E disse baixinho o prudente D. Jorge para o Duque de Braganca:

- Vêdes vós, senhor, aquella pedra que el-Rei atirou com tanta furia? fio-vos eu que me não ha de dar a mim na cabeça.

E d'ahi a pouco abalou para Roma, d'onde nunca mais voltou[1].

Essa anecdota que prova? que já por 1477 houvesse *paço* em Santos? não creio. Quanto a mim, é mais prudente deduzir de taes palavras, que se achava o Principe por aquella praia em simples digressão de recreio. O dizer nos Duarte Nunes, por exemplo, ao referir o caso, «e estando, áquella hora que lhe deram a nova, em Lisboa nos paços de Santos, junto ao mar, passeando na praia[2]», nada demonstra. Duarte Nunes escrevia pelo terceiro quartel do seculo XVI, portanto a um seculo de distancia do facto, e falava com leitores do tempo em que esse paço de Santos existia; para fazer perceber bem a praia onde passeava el-Rei, tomava por marcação uma balisa conhecidissima.

É como quem hoje em dia, narrando a mesma historieta, dissesse (aliás com pouca propriedade): «andava el-Rei D. João ali pelo sitio do nosso Aterro, por defronte do palacio do Marquez de Abrantes»; quando nem Aterro nem Marquezes de Abrantes havia ainda.

Isso, tal qual, fez Fernão Lopes, descrevendo scenas anteriores á construcção da muralha d'el-Rei D. Fernando, e relativas á guerra com os Castelhanos. Para que melhor o entendessem leitores seus

[1] *Hist. Gen.*, tomo V, pag. 422.
[2] *Chron. de D. Affonso V*, cap. LXIII.

contemporaneos, tomou por pontos de referencia objectos que elles conheciam; e disse: «Muitas das mais ricas gentes moravom todos fóra —(da cerca moirisca)— em huum gramde e espaçoso arravalde que avia arredor da cidade, des a porta do ferro ataa porta de Samta Catellina, e des a torre Dalfama ataa porta da Cruz». Ora no tempo d'esses arrabaldes, note-se, não existiam ainda as portas de Santa Catherina, nem as da Cruz.

Conclusão:

Salvo melhor juizo, e com quanto um homem como Frei Apollinario da Conceição declare não saber quando n'este palacio começaram a assistir os nossos Monarchas, inclinando-se comtudo á versão do senhor D. João II[1], é para mim de fé que até ao reinado do Rei «Feliz», póde julgar-se não existente o paço de Santos-o-velho.

Isto tudo *a priori*; mas a minha crença ainda se reforça com argumentos mais positivos. Vejamol-os.

---

[1] «Não sabemos do tempo que n'elle assistiram os nossos Monarchas, nem encontramos noticia de algum antes d'el-Rei D. João II; é sem duvida que o frequentaram até el-Rei D. Sebastião». *Dem. hist.*, pag. 247.

CAPITULO III

Fernão Lourenço.—Rapido esboço da personalidade d'esse opulento armador. — Toma ás Commendadeiras de Santos a deserta casa de Santos o-Velho, e reconstrue-a desde o alicerce.—Alli habita provisoriamente el-Rei D. Manuel.—Cede Fernão Lourenço a propriedade d'este rico predio ao mesmo senhor.—Cita-se Luiz XIV de França.—Mencionam-se varias estadas d'el-Rei D. Manuel nos seus paços de Santos.—O chafariz de Santos.—A estrada.—Um pelourinho celebre.—Autos de Gil Vicente.—Dá uma queda o Principesinho D. João.—Residencias d'el-Rei D. João III n'este mesmo paço.—É a egreja constituida matriz de uma nova e vasta freguezia em 1566.

FLORESCIA em Portugal, no declinar do seculo XV, um dos homens mais conspicuos e emprehendedores da velha Lisboa, o ambicioso Fernão Lourenço, a quem o trabalho honesto em assumptos coloniaes, e os officios mais pingues da administração aduaneira ultramarina, chegaram a grangear notabilissimos haveres. Era um potentado na Côrte portugueza, desde cerca de meio seculo, aquelle argentario, que, pela sua actividade intelligente soube erguer-se a muito alta plana, e ligar o seu nome ao aturado serviço dos Reis D. Affonso V, D. João II, e D. Manuel. Já o mencionei nos Livros I e IV d'esta obra.

Descoberta a Costa da Mina em 1482 por Diogo da Azambuja, e alargado um trato consideravel, que exigiu a repartição aduaneira e administrativa especial chamada *Casa da Mina*, nomeou el-Rei D. João II em 1486 a Fernão Lourenço para Thesoireiro e Feitor da dita Casa; e o Rei seguinte confirmou a nomeação em 1496[1].

N'esse espinhoso emprego continuou Fernão Lourenço a exercer o seu talento; com o que, foi grangeando consideração sincera de seus

[1] Carta dada em Lisboa a 6 de Setembro de 1481; confirmação por outra carta dada em Monte-mór a 10 de Fevereiro de 1496. Torre do Tombo—*Chancell. de D. Manuel*, liv. XXXII, fl. 95.

Reaes amos; e a prova é que, vindo a Lisboa, no mencionado anno de 1486, um Principe de sangue como Embaixador d'el-Rei Duarte IV de Inglaterra, trazer a Ordem da Jarreteira ao senhor D. João II, este Soberano, por não se achar então na Capital, e conhecer a magnificencia com que vivia, á lei da melhor nobreza, o Feitor da Casa da Mina, lhe deu ordem para receber e gazalhar o emissario inglez. Sahiu-se o escolhido como era de esperar, e fez ao seu nobre hospede «muita honra e grandes banquetes e festas»—diz Ruy de Pina[1].

Ha mais ainda:

As naus da expedição do Gama em 1497, despachou-as o poderoso armador, «um dos magnificos homens d'aquelle tempo»—observa muito bem Damião de Goes[2], chegando, depois do descobrimento, a ser tambem Feitor da nova e opulentissima *Casa da India*. Bastavam as naus do Gama para immortalisar o nome de Fernão Lourenço.

Prestou contas, como devia, e prestou-as certas. A carta regia de 15 de Agosto de 1503 assim o prova[3]:

E não só n'esses pesados officios de fazenda: em todos os seus outros cargos publicos houve-se elle sempre a contento d'el-Rei, como demonstram as expressões carinhosas com que o tratam varios documentos authenticos; e a final, em Agosto de 1504, carregado de annos, carregado de serviços, e cumulado de honras, membro do Conselho d'el-Rei, e senhor de Gestaçó e Penajoia, recebeu de seu amo prova nova de sincera consideração. Foi, por assim dizer, a chave de oiro de tão laboriosa carreira. Com effeito, em carta de 27 de Agosto, o Soberano, considerando paternalmente «que, por sua edade, lhe será grande trabalho haver de ter os ditos officios e cargos, e querendo que elle repouse e tome descanço dos muitos trabalhos

[1] *Chron. de D. João II*, cap. xvi

[2] *Chron. de D. Manuel*, parte I, cap. xxxv. Jeronymo Osorio, no seu livro latino *De rebus gestis Emmanuelis*, diz (trad. de Filinto): «Assim, que chama Fernão Lourenço, pessoa desembaraçada, e de não mediana conta, a quem ordena lhe aperceba, quanto antes possa, uma armada provida de todo o necessario.»—Tomo I, pag. 50.

[3] Torre do Tombo, liv. VI *dos Mixticos*, fl. 192 v.

que n'elles com muito cuidado tem levado», confere-lhe uma tença de quatrocentos mil réis, alliviando-o de todos os seus deveres de funccionario[1]; isto alem de sessenta mil réis que lhe foram mandados pagar em troca dos direitos da Judaria de Beja, que elle comprára a Jorge de Mello, e cedeu para a Corôa[2].

No auge da fortuna, uma coisa lhe faltava ainda: alliar-se com o sangue de Nobreza velha. Tinha de sua mulher, Filippa Caldeira, uma filha, Isabel de Barros; casou-a com Diogo Botelho, do Conselho d'el-Rei D. Manuel; tinha outra, Maria de Barros; fêl-a Condessa de Atouguia pelo seu casamento com D. Affonso de Ataide, 3.º Conde de Atouguia[3]. Que mais podia pretender?

Aos ambiciosos, porém, nunca chega a saciedade; falta-lhes sempre a realisação de um devancio. Fernão Lourenço almejou ter uma residencia que fosse unica em Lisboa; tudo lhe parecia pouco.

Lançou os olhos ao mosteiro de Santos, que á beira da agua levantava o seu vulto antiquado e guerreiro, a diante dos olivedos e vinhaes da Boa-Vista; casa então solitaria, meio desamparada talvez, desde a sahida das religiosas; pareceu lhe bem; fixou ahi a sua escolha de entendedor. Era uma vivenda austera, mas que elle, com a sua varinha de oiro, podia transformar n'um paraizo, reedificando-a, rodeando-a de flores e verdura, e accumulando n'ella os mimos de alem-mar. Dos eirados do palacio que o bom Fernão Lourenço já phantasiava, poderia elle espreitar em primeira mão o ir e vir das barcas, e até, quem sabe? dar ainda ordens de viva voz aos pilotos das caravellas que iam para a Mina!

Para estes omnipotentes não ha hesitações. Logo mostrarei que a propriedade do mosteiro affonsino de Santos continuava pertencendo ás senhoras da Communidade, apesar de mudadas para Santos-o-Novo, e assim continuou até ao seculo XVII. D'isso infiro eu que Fernão Lourenço se entendeu com as ditas Religiosas, e só houve o mosteiro de aforamento, ou de aluguel por longuissimo praso, ou por alguma outra fórma, que não implicasse alheamento

---

[1] Torre do Tombo, liv. II *dos Misticos*, fl. 285 v.

[2] *Ibid.*, liv. I *dos Misticos*, fl. 197 v.

[3] Manço de Lima, titulo *Ataide*. — *Lisboa antiga*, parte II, tomo V, pag. 141.

de posse; e tomando-o para si, deu largas á imaginação, arrazou o que estava, e ergueu desde o alicerce uma vivenda esplendidissima.

Se o Feitor da Casa da India gostava do mar, e ao longo trato do mar devia os seus cruzados de oiro, havia mais quem namorasse o *tumido elemento,* e tambem lhe devesse muito; esse era o senhor D. Manuel.

N'algum dos seus agradaveis passeios á tarde pelo rio, viu el-Rei de longe o palacio moderno, por assim dizer pendurado sobre fragoas, recortado de corucheos, e rutilante de azulejos e marmores. Para maior seducção, conservava-se n'esta phase profana do antigo asylo dos Freires o que quer que fosse de claustral, entre um verdejar magnificente de arvoredos novos, e jardins alegrissimos: galerias semi-monasticas, certo retrahimento contemplativo, muito socego, e á espalda um sanctuario da maior devoção. Ennamorou se da casa aquelle Principe; cubiçou-a, e pediu-a de aluguel ou de emprestimo. Ahi o encontrâmos com effeito, e muitas temporadas, desde o final do seculo.

Exemplos:

Depois de ter casado em Valencia de Alcantara com a formosa Princeza viuva D. Isabel, filha dos Monarchas de Castella e Leão, em Outubro de 1497, transportou-se com ella para Evora, onde ambos passaram a lua de mel em Novembro e parte de Dezembro. D'ahi, foram de caminho visitar no Lavradio a Rainha D. Leonor, viuva de D. Jbão II[1], e vieram desembarcar em Lisboa, na praia

[1] Creio que nunca houve paço Real no Lavradio; provavelmente a Côrte habitava ahi em casas de aluguel, segundo o uso frequente. Doze annos depois, em Janeiro de 1509, ahi estava el-Rei D. Manuel, e lá mandou chamar, para despacho de negocios urgentes, a Camara de Lisboa. Isso se deprehende da carta regia de 25 do mesmo mez (Cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, liv. III d'el-Rei D. Manuel, fl. 17), citada pelo snr. Eduardo Freire de Oliveira a pag. 408 do tomo I dos *Elementos*.

de Santos, aposentando-se n'este palacio d'onde fizeram a sua entrada solemne na Cidade, mas com poucas festas, attendendo ao luto da Rainha pelo tão prematuro fallecimento de seu irmão. Depois d'essa entrada, foram os Reaes Noivos fixar-se nos paços da Alcaçova[1].

Em carta regia de 20 de Agosto de 1498 diz el-Rei á Camara, que (alem de outras obras publicas que enumera) «a obra do chafariz de santos nos praz muyto[2]»; palavras onde vejo o affecto que ao alegre edificio, sobranceiro ás ondas azues do Tejo, consagrava o radioso noivo.

Talvez attendendo á necessidade de melhorar as serventias da casa, pelo motivo das frequentes estadas da Côrte, escreveu outra vez o mesmo senhor á Camara, ordenando-lhe a conclusão da calçada que ia para junto do pomar de Santos (deve ser a que depois se chamou rua Direita da Esperança); e no cartorio municipal existe um contrato com Francisco Alvares sobre a mesma estrada[3].

(É indispensavel que o leitor assente bem isto: a estrada de Belem para o coração de Lisboa não seguia pela actual calçada do Marquez de Abrantes, a qual foi feita depois do terremoto no terreno da cerca do palacio, e se denominou primeiro calçada do Conde de Villa-Nova; seguia pelas Bernardas e rua Direita da Esperança até ao Cruzeiro da Esperança (hoje largo), e pelo Poço dos Negros á calçada do Combro; era por ahi todo o enorme transito, nobre e plebeu, mercador e elegante, da entrada occidental de Lisboa: carros e coches, peões e cavalleiros.)

Em 1501 veiu a Portugal uma luzida Embaixada veneziana, pedir auxilio para a guerra contra os Turcos. Morava o Soberano a esse tempo nas casas de Santos, e ahi mesmo recebeu a Embaixada em audiencia solemne[4].

---

[1] Damião de Goes—*Chron. de D. Manuel*, parte I, cap. XXVI.

[2] Cart. da Cam. Mun. de Lisboa, liv. I d'el Rei D. Manuel, citação nos *Elementos*, do snr. Oliveira, tomo I, pag. 380 e 381.

[3] *Id.*, liv. III, d'el-Rei D. Manuel, fl. 103, liv. I de contratos, fl. 104, e liv. II, no fim.

[4] Damião de Goes—*Chron. de D. Manuel*, parte I, cap. XLVII.

Este anno de 1501 marca epoca na existencia do palacio. Não resistiu o Real inquilino ao prazer de vir a ser proprietario d'aquelle ninho agradavel. Mandou (está-se a ver) algumas tentadoras propostas ao dono, e, quer por sub-emphytheuse, quer por outra fórma, conseguiu a suspirada posse. D'ahi avante, ficou o paço novo sendo para o Soberano o seu retiro de verão; e o Povo viu desfraldada de vez no torreão principal a vistosa e arrogante bandeira branca de damasco franjada de oiro, adornada da Cruz de Christo em setim escarlate, com cordões de oiro e hastea doirada[1].

Quasi tudo quanto ahi toquei ácerca do palacio, indica-o em poucas palavras uma testemunha de probidade moral e litteraria, e de mais a mais contemporanea: Damião de Goes. Referindo-se a Fernão Lourenço, conta que «do seu fundou de novo os paços de Santos-o-Velho, que depois el-Rei D. Emmanuel houve d'elle por escâibo de bens da Corôa que lhe deu[2]».

Caducam pois todas as supposições acerca da existencia do paço de Santos nos reinados anteriores.

Confirmando estas asserções existe um importante documento. Achei-o, depois de laboriosas buscas, na Torre do Tombo. É a carta de 26 de Outubro de 1501, em que o antigo Duque de Beja concede a Fernão Lourenço, nos termos mais honrosos, os senhorios de Gestaçô e Penajoia, e accrescenta:

«A qual doaçam e merçee..... fazemos ao dito fernam lourenço..... em comtemtamento e satisfacam das casas de samtos com seu pumar, que nos o dito fernam Lourenço leixou[3].»

Querem-n-a mais clara?

Note-se: que Fernão Lourenço *leixou* ao seu Rei. O termo é vago.....

---

[1] Descripção da bandeira do Rei, por Gaspar Corrêa — *Lendas*, tomo I, pag. 532.

[2] *Chron. de D. Manuel*, parte I, cap. XXXV.

[3] Torre do Tombo, liv. I, de Além-Douro, fl. 221 v.

Fosse como fosse, não ha motivo para lastimar o palacio. Passou de um argentario, para outro argentario; de um mundano elegante, para o artista elegantissimo que traçou os Jeronymos. O Feitor da Mina, Guiné, Sofala, e India abalou, mas ficou em vez d'elle o senhor da Conquista, Navegação, e Commercio.

A proposito:

Conta-se que o primitivo palacio de Saint-Cloud, obra do rico banqueiro Bartholomeu Hervart, amigo e protector de Lafontaine, era muito apetecido, em segredo, por el-Rei de França Luiz XIV, para ser dado de presente a seu irmão. Mas como podia o Soberano realisar o seu apetite, se Hervart não pensava em venda? Mettido na confidencia, tudo machinou ás mil maravilhas o finissimo Mazarin. Plancou uma visita de seu Amo a Saint-Cloud. Hervart lisonjeadissimo recebeu principescamente o Rei-Sol, e fez-lhe com muito esplendor as honras do palacio e dos jardins. Salas pintadas a primor, galerins de estatuas, bosques amenissimos, jogos de agua, tudo foi visto, e admirado. O amphitrião não cabia em si.

N'um dia proximo, quando Hervart foi a Versailles beijar a mão a el-Rei por tamanha honra, deteve-o conversando o Cardeal, e disse-lhe com emphase capciosa, todo elle sorrisos:

—Mal imaginaes quanto el-Rei meu senhor veiu encantado! aquillo, meu caro Hervart, é um paraizo. Olhae lá, deveis ter gasto ali muitos milhões; não é assim?

—Muitos milhões! —atalhou o banqueiro, temendo que despezas tão exageradas prejudicassem um homem como elle, que lidava com os haveres alheios, e até superintendia em fazenda Real—Muitos milhões, senhor Cardeal!!? Oh! nem coisa que se pareça com isso. Aquillo tudo, como está, creia Vossa Eminencia, andou me por uns cem mil escudos, apenas[1].....

—Só?!....— perguntava com sorriso de diplomata o astucioso Mazarin.

[1] Cento e oitenta contos de réis da moeda portugueza.

- Ai de certo; não subiu a mais — volvia com ar modesto e humilde o financeiro, cuidando enfiar por uma agulha aquella astuta purpura cardinalicia.

No dia seguinte era Hervart procurado, da parte de Luiz XIV, por um notario da Casa. Visto ter custado só cem mil escudos tão formosa propriedade, el-Rei mandava embolsar do preço o proprietario, e offerecia ficar com ella.

Hervart que havia de fazer? sentiu-se fulminado, mas aceitou, e calou se, mordendo os beiços....

Um Luiz XIV manda.

Jogaria o nosso Rei egual partida com o seu Hervart Fernão Lourenço?....

Quanto a este, duas palavras mais, para não voltarmos a elle:

Em carta passada em Thomar a 15 de Janeiro de 1507, dá-lhe el-Rei D. Manuel quitação geral do que elle recebera como Feitor e Thesoireiro dos tratos da Guiné e das Indias[1]; e em Junho de 1508 era já fallecido o opulento reedificador de Santos[2].

As terras de Gestaçô e Penajoia foram doadas a Tristão da Cunha[3]; e Maria de Barros obteve uma parte da rendosa tença que a sua mãe Filippa Caldeira fôra concedida como remuneração dos serviços do fallecido.

Tornemo-nos outra vez ao paço.

Que el-Rei D. Manuel, e seu filho, procederam a obras em Santos, é certo. Já no Livro III d'esta obra, ao narrar a chronica do paço da Ribeira, me referi ao mestre de obras João de Castilho, mencionado na carta de 30 de Janeiro de 1541; pois é esse mesmo

---

1 Torre do Tombo, liv. v, *dos Misticos*, fl. 121 v.

2 *Id.*, *ibid.*, fl. 63 v.

3 Por carta de Almeirim a 18 de Setembro de 1510, Torre do Tombo liv. v *dos Misticos*, fl. 68.

documento que dá o mestre por auctor de «uma varanda em Santos, e outras cousas meudas q̃ fez nos ditos paços, saber: portal, janellas, bocall do posso, e corregymemto do Jardim»; obras necessariamente bem traçadas e bem feitas, que pozeram o sêllo regio no já formoso edificio de Fernão Lourenço.

De el-Rei D. Manuel se sabe ter-se affeiçoado logo muito á sua compra, e n'essa residencia o encontrâmos, muita vez, como disse, desde os fins do seculo XV.

Em Outubro de 1502 abalou-se o mesmo Rei, por devoção, a uma romagem a Santiago de Compostella. Ao volver-se á Patria, achava-se a Rainha em Santos-o-Velho, onde elle desembarcou, recebido de sua mulher e de toda a Côrte com grandes demonstrações de affecto[1].

Agora aqui vai uma minucia interessante para quem alguma vez tiver de desenhar algum quadro em que entre o paço Real de Santos-o-Velho: havia diante do portal da entrada uma columna de pedra como simples objecto de adorno, creio eu. Cubiçou-a o Senado lisbonense para fazer d'ella pelourinho, e pediu a a el-Rei D. Manuel, que em sua carta regia de 30 de Julho de 1510 lh'a concedeu de boa mente. «E quanto á coluna — diz o Rei — que estaa a porta das casas de samtos, com suas vasas[2] que nos pedis pera a picota q̃ mandaes fazer na Ribeira, praz-nos volla mandar dar e fazer d'ella mercee p.ª a dita picota; e com esta vos mandamos carta p.ª steuam vaaz[3] q̃ volla mande dar[4]».

Ainda em 1510, n'um d'aquelles interessantissimos saraus da antiga Côrte, viu el-Rei D. Manuel representar no paço de Santos uma farça, já pouco antes representada perante sua irman a Rainha viuva D. Leonor (provavelmente nos seus paços de S. Bartho-

---

[1] Damião de Goes — *Chron. de D. Manuel*, parte I, cap. LXIV.

[2] Não sei bem o que são vasas; imagino o mesmo que *basas*, ou *bases*, ou *base*, ou pedestal. Ainda hoje se chama *envasamento* ao que mais á propria póde chamar-se *embasamento*.

[3] Não sei quem fosse; era algum védor, ou então o almoxarife do palacio.

[4] Documento do cartorio da Cam. Mun. de Lisboa, liv. III d'el-Rei D. Manuel, fl. 78, citado nos *Elementos* do snr. Freire de Oliveira, pag. 409.

lomeu). O auctor era o immortal Gil Vicente, que lhe deu por nome «AUTO DA FAMA». Diz a collecção das obras do insigne troveiro:

«A farça seguinte foi representada á mui Catholica e Serenissima Rainha D. Leonor, e depois ao muito alto e poderoso Rei D. Manuel na Cidade de Lisboa, em Santos-o-Velho, na era do Senhor de 1510.»

Um dos que assistiram a estes tentames da musa dramatica portugueza, tentames tão bafejados pela grande Rainha e seu irmão, assim se refere a elles na sua engraçada *Miscellanea*. Darei a palavra ao *peixe lamboril* Garcia de Resende. Diz elle:

E vimos singularmente
fazer representações
de estylo mui eloquente,
de mui novas invenções,
e feitas por Gil Vicente.
Elle foi o que inventou
isto cá, e o usou
com mais graça e mais doutrina,
posto que Juan del Enzina
o pastoril começou.

Em Março de 1511, ahi estava outra vez de residencia o senhor D. Manuel, d'onde passou ao Duque de Bragança um alvará concedendo-lhe certas immunidades[1].

Em 1513 lá o achâmos de novo[2].

Quando em 25 de Fevereiro de 1514 entrou no Tejo a armada em que vinham Bernaldim Freire e Francisco Pereira Pestana, conduzindo o Embaixador do Preste João, foi das varandas do paço de Santos que o ancioso Monarcha assistiu á chegada da frota, ás suas salvas, ao seu acolhimento por toda a população que atulhava o arcal; e logo depois, foi nas salas d'esta historica residencia, que recebeu o Embaixador[3].

---

[1] *Hist. Gen.*—Provas, tomo IV, pag. 31.
[2] Damião de Goes—*Chron. de D. Manuel*, parte I, cap. XLVI.
[3] *Id., ibid.*, parte III, cap. LIX.

N'esse mesmo anno de 1514, caiu de uma varanda do paço o travêsso Principesinho D. João, e ficou tão maltratado, que pensaram que morria[1].

Frei Luiz de Sousa nos seus preciosos *Annaes d'el-Rei D. João III* conta o caso por miudos, e diz:

«Não foy bastante a grande vigia, que el-Rey mandava ter na guarda do Principe, para o livrar de hum notavel perigo, de que ninguem julgou que sahisse com vida.

«Era entrado em doze annos, e pousava com el-Rey a Santos o Velho nas casas que depois forão de Dom Luis de Lencastre[2]. Avia nellas huma varanda alta e mal reparada, donde, andando com pouco resguardo, cahio abayxo. E quando lhe acudirão foy achado de todo ponto desacordado e sem fala, e com huma ferida na testa, de que lhe corria muyto sangue. Pareceo o caso mortal, e encheo a Côrte de sobresalto e confusão, porque não tornava em sy, e n'este estado passou o dia todo e a noyte seguinte.

«Mas o mesmo Deos que permittio o desastre, pera mostrar que elle he o que guarda a cidade, não soldados nem muralhas, foy servido de consolar seus pays e a seu povo, amanhecendo-o ao outro dia esperto e com sua fala; e cobrou brevemente forças e saude, ficando-lhe só na testa, por cima do olho direito, hum sinal da ferida, sinal que bem se deixava ver, mas sem nenhuma deformidade[3].»

No correr do anno 1521 morava talvez em Santos o Principe herdeiro; seria pois ahi que elle assistiu á representação da *Comedia de Rubena?* a rubrica faz-m'o suspeitar; diz assim: «A seguinte comedia ..... foi feita ao muito poderoso e nobre Rei D. João III, sendo Principe; era de 1521».

O certo é que ahi estava em Dezembro quando el-Rei D. Manuel adoeceu[4].

---

[1] Frei Apollinario da Conceição—*Demonstr. hist.*, pag. 247.

[2] Convido o leitor a tomar nota d'essa asserção, que por ora não póde apreciar, mas que logo entenderá perfeitamente.

[3] *Annaes d'el-Rei D. João III*, parte I, cap. III.

[4] Frei Apollinario citado.

Em Janeiro de 1522 tambem residia em Santos, sendo já reinante; e nos fins d'esse anno ahi recebeu o Embaixador do Imperador Carlos V[1].

Logo proseguirei com o reinado do senhor D. Sebastião. Permittam-se-me agora duas palavras acerca do sitio.

[1] Frei Apollinario citado.

CAPITULO IV

Demonstra o autor á evidencia quanto foram campestres e bucolicos os sitios de Santos em tempo antigo.—A quinta da Sizana.—No Mocambo a quinta de Cornelio Vandali.—O casal da Boa Vista.—O Mocambo, aldeia de negros.—Versos do *Anatomico jocoso*.—Versos de Antonio Ribeiro Chiado.—Asserções de chronistas do seculo xvii.—Dá-se toda a razão aos antigos Reis que vinham a Santos tomar ares de campo.

oje, com o crescimento notavel de Lisboa, tornou-se Santos um dos bairros mais frequentados e populosos da Capital; e por isso, com o Aterro, com a agglomeração de casas, com o transito extraordinario, diurno e nocturno, d'aquellas ruas, mal se póde crer que no seculo xvi viesse ali habitar a Côrte portugueza no sentido de *villeggiatura!* mas nada mais certo; accrescentarei: nada mais sensato. Ir quem morava habitualmente na Alcáçova, em S. Bartholomeu, nos Estáos, ou na Ribeira, passar o verão a Santos, sitio então risonho, muito ermo, e muito socegado, era perfeitamente aceitavel e de todo o ponto sensato.

A baixo da encosta do Combro, ás faldas do monte da Boa Vista, tudo eram vinhedos, e hortas, e entre ellas a quinta da Sizana, onde se levantou o mosteiro da Piedade, depois chamado «da Esperança». Seguiam-se á borda da estrada (hoje rua direita da Esperança) os arvoredos dos jardins do Duque de Aveiro, e depois topava-se com o paço de Santos, encostado ao templo, rodeado do seu folhudo pomar, e dominando um lindissimo prospecto do Tejo e da Barra. Bella casa de regalo; accrescendo que,

para gosar dos seus excellentes ares e das suas amenas vistas, escusavam-se fadigas de jornadas longas.

O proximo sitio do Mocambo, pela encosta acima, era não menos apetecivel retiro campestre.

Onde hoje é o extincto mosteiro das Trinas, erecto em 1657[1], tinham vivenda e propriedade rustica uns ricaços flamengos de Lisboa, fundadores da mesma casa claustral: um tal Cornelio Vandali, e sua mulher Martha de Boz.

Ha um escriptor coevo d'esses factos, que ainda em 1655 caracterisa o bairro como um dos melhores suburbios lisbonenses, se bem que distante (note-se) do coração da Cidade; extasia se nas suas «alegres e aprasiveis vistas do mar, a que fica sobranceiro», gosando-se o entrar e sair das embarcações de longes terras; e refere a frequencia das romarias que ao Mocambo costumavam concorrer em todo o decurso do anno[2].

No sitio pegado com o que veiu a ser esse mosteiro das Trinas, alastrava-se um casal, por excellencia denominado *da Boa Vista*, e pertencente ao Duque do Cadaval, que em Julho de 1662 o doou ás Freiras[3]; ora do antigo casal do Duque resta ainda vestigio no titulo (aliás já adulterado) da travessa *da Bella Vista*, que leva da rua das Trinas para a do Quelhas, e não menos na denominação da rua *da Bella Vista* a pequena distancia. E que lindissimos prospectos de cidade e Tejo não ha ainda hoje por ali!

Correndo uns autos de medições de predios feitos por ali em Maio de 1707, li que a antiga rua do Pé de Ferro (hoje calçada do Castello Picão) começava, como agora, junto ao mosteiro das Madres Bernardas descalças[4], e acabava, pelo seu extremo superior (as actuaes travessa da Bella Vista, rua do Meio, rua do Quelhas, etc.), em terras de semeadura. Pleno campo! a liberdade em toda

---

1 Frei Manuel da Conceição é que me deu essa data no seu Supplemento ao *Summario* de Christovão Rodrigues de Oliveira, ed. de 1755, pag. 149.

2 Jorge Cardoso — *Agiolog. Lusit.*, tomo II, pag. 48.

3 *Hist. Gen.*, tomo X, pag. 281.

4 Que é presentemente o afamado Collegio Academico Lisbonense do meu amigo o snr. Frederico Villar.

a sua feição bucolica! terrenos sombreados de oliveiras e figueiras, serpenteados pela linha sinuosa dos atalhos entre as searas.

Que me dizeis a isto, habitantes da Lapa e das Trinas[1]?

Não são de pasmar tantas transformações?

A casa das Trinitarias mencionada pouco acima, tinha o nome de Trinas *do Mocambo*, que ainda subsiste. «Mocambo» quer dizer aldeia de negros, explica Bluteau; e accrescenta:

«É nome de um dos Bairros de Lisboa, em que as Religiosas de S. Bernardo teem um convento. Antigamente havia n'este sitio uma quantidade de casinhas de pescadores e negros[2].»

Provavelmente eram por aqui essas choupanas, por estas encostas, hoje só habitadas de varinas e pescadores, por estas viellas hoje feias, que formam uma especie de Alfama de Buenos-Ayres. Certo é que ha no sitio casas antigas, que no seu aspecto, e na fórma das suas hombreiras, revelam velhice. Na rua das Madres, por exemplo, a casa n.os 11, 13, e 15, traz a data de 1621; era foreira ao Hospital Real, e tem o sabido monogramma (S) *(Sanctorum Omnium*[3]*).*

Brincando com a denominação do convento de S. Bento (hoje palacio das Côrtes, Torre do Tombo, etc.), ao qual convento cha-

---

1 Vi essas indicações no tombo dos bens da capella instituida em 1332 por D. Gracia Froes. Cartorio do Hospital de S. José.

2 *Voc.*, verb. *Mocambo.*

3 Assumpto associado, e que é bom fique assim consignado no papel:

O mosteiro das Bernardas descalças, com a invocação de Nossa Senhora da Nazareth, foi fundado em 1653. Pela sua parte oriental, na rua *das Madres*, que vai da calçada do Castello Picão para a travessa do Pasteleiro, ficava o antigo *Recolhimento de Santa Isabel de Hungria*, fundado em dias da Rainha D. Catherina por uma Isabel de Jesus, fallecida em 1612 (Cardoso—*Agiolog. Lusit.*, tomo II, pag. 48 e 49.). Esse titulo de rua das Madres é abreviatura do outro que a mesma rua primeiro teve, *Rua das Madres Bernardas*, para se differençar da outra travessa superior, e parallela, que se chamou *das Madres de Gôa*, por causa de um Hospicio ou Recolhimento de senhoras da India, que existia na casa que ficou fazendo esquina para a ingreme rua das Trinas, desde que alargaram esta ultima. O nome de rua das *Madres de Gôa* corrompeu-se em rua *da Madragoa*, de immunda e torpe memoria; e tão torpe, que obrigou o lettreiro a mudar-se no de *Rua de Vicente Borga* (sujeito que não conheço).

mavam «S. Bento dos Negros», por causa da côr do habito dos frades, traz o *Anatomico jocoso*[1] este dialogo entre um donato, e um preto:

PRETO

A mi, sioro, chama Bento[2].

DONATO

Ah Senhor! é coisa rara,
que quasi todos os pretos
são «Bentos», sendo malditos[3]!

Eu sou idiota, mas creio
que a São Bento só por isso
chamam São Bento «dos Negros».

Perto d'este mosteiro celeberrimo, isto é nos arredores proximos de Santos e das Trinas, havia o *Poço de D. Guiomar*, citado por Marinho de Azevedo[4]. Seria isto o *Poço dos Negros*, ou o *Poço Novo?* Ainda o não pude averiguar.

Esses arredores do grande convento dos Benedictinos, tão proximo das Trinas e de Santos, estavam quasi despovoados ao tempo do terremoto, e eram no seculo XVI francamente ruraes. Haja vista o que diz a mãe da noiva Beatriz no *Auto das regateiras* de Antonio Ribeiro Chiado; enumerando os haveres da rapariga, menciona

um olival em Sam Bento.

Segundo o mesmo autor, estes sitios, denominados Campolide, vestiam-se tambem de largos vinhedos.

Este vinho é Campolide

diz o Compadre a Fernão d'Orta no auto *Pratica dos Compadres;* designação vinicola morta para nós.

---

1 Tomo III, pag. 60. *Entrada 2.ª para as festas de Nossa Senhora do Cabo.*

2 Quer dizer: A mim, senhor, chamam-me Bento.

3 Trocadilho.

4 *Livro da fundação* etc., *de Lisboa,* cap. XXVII in fine.

Pouco a diante de Santos, onde é hoje S. João de Deus (ex-convento, e actualmente quartel do 2 de infanteria), edificaram em 1581 os Carmelitas descalços o seu primeiro convento, dedicado a S. Filippe Nery, «em sitio — diz o chronista Frei Belchior de Sant'Anna— n'aquelle tempo apartado da cidade, em tão competente distancia, que nem seus ruidos nem suas grandezas estorvassem os religiosos....., e juntamente mui engraçado e alegre, com vistas.... excellentes, e dilatadas pelo mar e pela terra[1]».

Em summa: o risonho, povoado, e brilhante Buenos-Ayres era (ainda no seculo passado) paragem tão desamparada, que foi escolhida para n'ella, e nos ermos da Cotovia «nos campos da Cruz de Buenos-Ayres e da Cotovia» se executarem os ladrões apanhados em flagrante nas ruinas do terremoto de 1755[2].

Por esses escampados eram «as terras da coutada Real de Buenos-Ayres» de que fala Frei Jeronymo de S. José[3]; e disse-me uma vez o fallecido Visconde de Juromenha, que na sua mocidade conhecera umas senhoras edosas, ornamento da alta sociedade de então, chamadas Ravaras, a quem ouviu contar que tinham conhecido em novas todo Buenos-Ayres apenas com tres ou quatro casas.

Portanto, remontando-me com o pensamento ao seculo XVI, e ao seculo XV, digo, repito, e sustento: irem os nossos Reis, que moravam por costume na Alcáçova, na Ribeira, ou nos Estáos, isto é no coração da immunda Lisboa dos carretões, dos *cambos e recambos,* e das *pestelenças,* habitar de vez em quando o retiro suburbano de Santos-o-Velho, ou *os paços alem da Boa Vista* (como lhes chama Garcia de Rezende algures).... era plenamente acceitavel.

Desafogo, bom ar, distancia commoda, bellos jardins, transportes fluviaes e terrestres, tudo tinha o paço de Santos.

---

1 *Chron. dos Carm.*, liv. I, cap. XVI.

2 Amador Patricio — *Memorias das principaes providencias que se deram no terremoto*, pag. 103.

3 *Hist. chronolog. da Ordem da Santissima Trindade*, tomo II, pag. 210.

CAPITULO V

Habita el-Rei D. Sebastião nos seus paços de Santos. —Projecta reedificar o templo, mas não lhe é dado realisar o piedoso intento.—Horrorosa explosão de quatrocentas e trinta e oito quintaladas de polvora em Lisboa.—Descripção minuciosa do caso. Como consequencia do sinistro, é fundado o mosteiro de freiras de Sacavem.—Referve na mente do Soberano a jornada de Africa.—Meza em que é tradição ter elle almoçado no dia da saida.

Com o reinado d'el-Rei D. Sebastião continuou a ser habitado de quando em quando pela Côrte o paço de Santos. Em Outubro de 1572, por exemplo, ahi morava o joven Soberano, e d'ahi saiu para ir assistir á ceremonia da trasladação de seu avô o senhor D. João III e seu bisavô o senhor D. Manuel para os seus novos mausoleos no convento de Belem[1].

Em Fevereiro de 1574, achando-se a Rainha D. Catherina doente em Xabregas, onde falleceu a 12, habitava seu Neto em Santos; ahi lhe foram dar conta do testamento da Rainha os altos dignitarios a quem essa incumbencia competia[2].

Ainda em 1574 determinou este mesmo Rei reedificar a egreja de Santos-o velho; expediu uma provisão n'esse sentido, e entregou a execução d'ella ao Corregedor Christovam Borges. Ora até Março de 1578 não se tinha podido dar principio aos trabalhos. Havia duvidas, pendentes de pleito na Casa da Supplicação, por desaccordo entre as auctoridades ecclesiasticas, os desembargadores, e as justiças. Em sua provisão datada de Lisboa a 18 de Março de 1578, destrinça el Rei a maranha judicial, e acaba as desavenças[3].

[1] Barbosa Machado—*Mem. d'el-Rei D. Sebastião*, tomo III, pag. 461.

[2] *Hist. Gen.*— Provas, tomo III, pag. 36.

[3] *Archivo Oriental portuguez*, fasc. V, parte II, pag. 942.

Comtudo aproximando-se o mez fatal d'esse anno, não teve o Monarcha ensejo para realisar a sua reedificação, cujas honras vieram a caber ao Cardeal.

Em fins de 1576, deu-se em Lisboa uma horrorosa explosão de polvora, que fez os maiores damnos em todo o bairro da Pampulha, e até arruinou paredes no paço de Santos. Eu conto:

A 11 de Dezembro saiu el-Rei D. Sebastião d'este paço, onde então habitava; assistido de numerosa comitiva embarcou em baixo, no fim do seu pomar, á beira do Tejo, e veiejou no bergantim para Aldeia-Gallega. De lá seguiu com direcção a Guadalupe, onde, sob o pretexto de uma romaria á Virgem, ia ver-se com seu tio D. Filippe.

Mal tinham passado dois dias, quando a 13 rebentaram, não se soube como, nem por que motivo, ás 10 horas da manhan uns cento e quarenta e seis barris de polvora, de tres quintaes cada barril, isto é quatrocentos e trinta e oito quintaes (nada menos de quarenta e tres mil e oitocentos kilogrammas de polvora!) nos armazens, ou taracenas, sotopostos ainda hoje em grande parte á linha de edificios que borda pelo lado do Sul a estrada de Belem (rua das Janellas Verdes, e rua direita de S. Francisco de Paula).

Ha annos, antes do Aterro, lavava o Tejo a base das musgosas paredes, todas silharia grossissima, d'essa longa renque uniforme de taracenas. Eram edificios singelos, negros, com tres andares de mesquinhas janellas quadradas, quasi frestas de prisão, gradeadas sobre o Tejo, e uma ou outra porta chapeada, sobre degraus, onde as fragatas e faluas vinham desembarcar os generos que os mercadores accumulavam em tão vastos depositos. Essa feição da beira-mar do bairro de Santos e Janellas Verdes, ainda todos nós a conhecemos, tal qual a conheceu el-Rei D. Sebastião, por exemplo, e tal qual a contemplaram de bordo dos galeões os mareantes quinhentistas.

Ali vinham no seculo XVI arrecadar-se as victualhas e outras mercancias trazidas a bordo dos barcos allemães, italianos, flamengos, francezes, e inglezes; era trigo, era centeio, eram saccas de

farinha, eram roupas, enxarcias, breus, e todos os sabidos adminiculos navaes. N'esse anno, n'esse mez, ali se achavam por então armazenados tambem, como disse, os malfadados cento e quarenta e seis barris de polvora, que Frei Bernardo da Cruz nos informa terem chegado de Flandres.

«Não se sabe certo — diz esse chronista — como succedeu o caso; mas presume-se que uns meninos acharam aberta a logea dos barris da polvora, e pozeram o fogo a um d'elles; cuja simplicidade e innocencia mostra a ignorancia do perigo.»

Calcula-se pois o estrondo, o inesperado sobresalto, o tresloucado terror, em toda a Cidade, entregue pacificamente ás suas lidas commerciaes, com a explosão repentina de oitenta e sete mil e seiscentos arrateis de polvora! assim!! sem mais nem mais!!!

Abalaram-se casas por toda Lisboa; aluiram paredes e muros; torceram-se ferrolhos; voaram pedras de grande peso a largas distancias; veiu a terra com muito fragor o lanço dos edificios ao rez da praia, e o das casas do caminho de Alcantara; morreu gente; ficou muita outra ferida dos escombros; e o ribombo da explosão ouviu-se (dizem) em Santarem, e sentiu-se em Badajoz! Foi um dia de juizo.

E depois, contavam-se nas conversações pormenores medonhos!

A porta regral do mosteiro da Esperança arremessou fóra os ferrolhos e trancas, e ficou escancarada; o grosso ferrolho da casa do Capitulo torceu como chumbo.

Na egreja da Annunciada deslocaram-se as fortes grades de ferro do côro das Freiras.

O impeto da pedraria arremessada colheu gente, aqui, alem: ao Marco da Esperança matou uma mulher; na calçada do Combro feriu um homem; sem falar em muitos trabalhadores mortos e queimados nas mesmas taracenas.

Emfim o paço de Santos, tão vizinho ao sinistro, padeceu ruina nos telhados, nas paredes, e algum do madeiramento foi de arremeço até ao Tejo.

Uma das coisas que nos ficaram, escriptas por el-Rei D. Sebastião, é a descripção rapida do successo n'uma carta a um dos Tavoras. Por ahi se vê o destroço causado no paço. A chuva de pe-

dras cuspidas pelo improvisado vulcão rompeu os tectos, e foi cair em todas as salas. Havia uma casa ladrilhada, nova, com esplendida vista de Tejo, e onde o Soberano costumava muito estar; ahi tinha a sua cadeira, e ahi recebia. Pois foi tal o impulso das pedras, que desfizeram em parte as paredes da tal sala, e espedaçaram os tijolos do chão. Notava então o moço Principe com supersticioso terror (se póde a palavra applicar-se a um heroe), que tinha acertado um dos projecteis na parede junto da cadeira onde elle estava quasi sempre, e onde sem duvida deveria estar ás horas do acontecimento! e acertado na propria altura onde lhe ficaria a cabeça[1]!!

Tinha casa, ali ao-pé de Santos, Luiz Cesar, Provedor dos Armazens; casa, que, depois de arruinada, veiu a ser por Vasco Fernandes Cesar, filho d'elle, vendida com outros terrenos aos Carmelitas, para se edificar o convento dos Marianuos em 1611. N'essa casa, «bem fóra do concurso e trafego da Cidade» —como diz do seu convento Frei Belchior de Sant'Anna— e que assim gosava «de alegres vistas de terra e mar», por situada «em logar eminente e dominante ao Tejo» — como observa Diogo Barbosa Machado; n'essa casa, tão bem collocada «em alto, e sobranceira ao mar», — como pinta o mencionado Frei Bernardo da Cruz, morava Miguel de Moura, o celebre Secretario de Estado d'el-Rei, com sua mulher Brites da Costa. Andava longe, n'aquella hora negra, Miguel de Moura; tinha ido, como lhe pertencia, na comitiva Real; e, por signal, caminhava a cavalgada n'esses mesmos momentos pela estrada entre a Landeira e Montemór.

Devota, como eram então todas as senhoras, estava Brites da Costa occupada em vestir umas Imagens, que pertenciam ao presepio das freiras da Madre de Deus, e haviam de servir no proximo Natal: uma Nossa Senhora com o Menino ao collo, e um S. José. Ouve-se o estoiro de repente! avista se o vermelhejar da subita la-

[1] Consulte-se sobre tudo isto Barbosa Machado nas *Mem. d'elRei D. Sebastião,* tomo IV, pag. 83 e seg. Ahi se encontra a mencionada carta d'el-Rei a Ruy Lourenço de Tavora; e (muito mais minucioso) Frei Bernardo da Cruz, *Chron. d'el-Rei D. Sebastião,* cap. XXXVII.

bareda! e antes que D. Brites tivesse tempo de tornar a si do sobresalto, viu-se de rondão sepultada, ella, com os Santos, as creadas, duas feridas gravemente, e outra morta, a mobilia, o predio inteiro, no esboroamento de todas aquellas paredes. «Santo Nome de Jesus»!—ouviu-se este grito, e nada mais se ouviu, senão o fragor da derrocada.

Passado tempo, concorrendo logo muita gente, de tropel, ás ruinas do predio de Miguel de Moura, só perceberam o sitio onde ficára sepulta D. Brites, por ver a mão d'ella a chamar, a chamar, de fóra de um montão de escombros. Sae e salva D. Brites, e a Imagem da Senhora, ao passo que as outras do seu Oratorio se tinham desfeito, attribuiu á intercessão da Santa Virgem aquelle verdadeiro milagre; e quando, em Janeiro seguinte, de 1577, se tornou Miguel de Moura com el-Rei a Lisboa, foram concordes ambos os esposos em commemorar o caso, erigindo um mosteiro. Lançou-se a primeira pedra em 13 de Dezembro, um anno depois do sinistro, á honra de Nossa Senhora dos Martyres, no sitio suburbano de Sacavem.

Quanto ao paço Real de Santos, é de crer que o restaurassem lôgo.

Antes de concluir este incidente, resta-me ainda accrescentar duas palavras.

Vejo que se reparou todo o estrago das taracenas; mas vejo tambem que treze annos andados, n'aquella data memoravel de 1589, em que o pretensor D. Antonio, Prior do Crato, se viu auxiliado pelas espadas britannicas, e teve a gloria de trazer ao Tejo as naus do Almirante Drake em soccorro da sua impotente realeza, houve outro grande incendio nas taracenas da Pampulha e Janellas Verdes. D'esta vez não foi casual; foi muito intencional: ordenou-o a Vereação da Cidade, para que os Inglezes se não aproveitassem dos viveres e mantimentos ali accumulados. Conta-o, ainda assustada e tremula, a intelligente Madre Maria de S. José, Carmelita descalça do mosteiro das Albertas (hoje na rua direita de S. Francisco de Paula), n'uma interessante relação que deixou d'esta

invasão dos Inglezes, relação transcripta em parte pelo chronista da Ordem no seu minucioso livro. Foi milagre (pondera a pobre senhora, já de volta á sua querida casa de Santo Alberto, d'onde fôra constrangida a fugir com a Communidade toda) «foi milagre não a acharmos queimada, porque os mais dos almasens que se queimaram, por se não aproveitarem os inimigos dos mantimentos que tinham, estão a baixo d'ella, e pegados quasi ás paredes[1]».

No mencionado anno de 1577, em Outubro, habitava outra vez o joven D. Sebastião em Santos. Andava todo entregue á sua idéa; todo elle era jornada de Africa. Tinham-se baldado avisos e supplicas; proseguia o Visionario no seu proposito de guerra, e comsigo arrastava o Reino. Uma vez, estando el-Rei com D. Francisco de Portugal e Miguel de Moura, entrou Pero d'Alcáçova Carneiro (depois Conde da Idanha), e pedindo alguns minutos de audiencia, passou a ler-lhe um arrasoado commovente, em que representava ao infantil obstinado os contras da jornada ás terras da Moirama. Ouviu-o D. Sebastião em silencio; quem o observasse, veria tremer-lhe de vez em quando o labio inferior em concentrada ironia. Quando o Ministro se calou, levantou-se de golpe el-Rei, nada respondeu, e saiu[2].

Estou a ver os tres de queixo caído, calados como ratos, e a olharem uns para os outros. Quem não quer ser lobo não lhe vista a pelle.

Consta por tradição conservada de paes a filhos na familia Abrantes, que este infeliz Principe ali almoçou, na manhan da partida da armada, n'uma tosca meza de marmore não polido, que ainda lá se conserva com apreço, e tem sido respeitada (apesar do que

[1] Frei Belchior de Sant'Anna — *Chron. dos Carm.*, tomo I, pag. 493, col. 1.ª

[2] Veja-se esse bem fundamentado papel nas *Mem. d'el-Rei D. Sebastião*, por Barbosa Machado, tomo IV, pag. 163.

julgam alguns escriptores) nas succesivas reedificações. Está hoje essa meza no terraço em frente do segundo salão, perto do angulo saliente do primeiro. Atraz d'esse segundo salão é a capella, a sacristia, e um gabinete pequenino de tecto de cupola, ou corucheo muito alto revestido por dentro de pratos da China. Informam-me de que estas edificações devem ser obra do seculo XVII, ou fins do XVI.

Segundo algumas pessoas, é pois aquella meza um monumento de saudade. Ali ao-pé esteve sentado aquelle mysterioso adolescente, formoso como Antino, e atrevido como Amadis de Gaula. E em quanto os seus servidores da toalha deslizavam em torno d'elle, os olhos azues vivissimos do visionario sublime, do sonhador do Imperio africano, namoravam o Tejo e a armada.

Não andará acaso n'isto uma lenda como outras muitas? A crermos autores contemporaneos d'el-Rei, achava-se elle desde dias a bordo, logo depois da ceremonia da benção do estandarte Real pelo Arcebispo de Lisboa D. Jorge de Almeida, aquella mesma signa com a Imagem do Crucificado, á qual alludia Bernardes n'um soneto:

> Pois armar-se por Christo não duvida
> Sebastião, grão Rei de Portugal,
> e o leva por guia no signal
> da nossa redempção de eterna vida,
> deixar não podes de te ver vencida,
> Africa!

Bons prognosticos e nada mais.

Achava-se el-Rei a bordo, para onde foi, como digo, depois da benção da bandeira[1].

Na manhan de Domingo, 15 de Junho, desembarcou em Santos, para ouvir Missa na egreja contigua ao seu paço, e «d'ahi se tornou outra vez a jantar á sua galé, e n'ella andou toda a tarde vendo a frota[2]» diz um contemporaneo.

---

[1] Frei Bernardo da Cruz—*Chron. de D. Sebastião*, cap. LI.

[2] *Aspecto de Lisboa*—Herculano—*Opusculos*, tomo VI, pag. 112.

Finalmente, no dia de S. João pela manhan, mandou levantar a sua ancora defronte da egreja de Santos, onde surgia todas as noites, afastou-se, contemplando de largo a vistosa expedição, mandou disparar um tiro de peça, e disse adeus a Lisboa[1].

Nada nos referem tão fidedignos depoimentos ácerca de almoçar el-Rei no paço de Santos-o-Velho, ou poisar ahi minutos sequer. Bem podia a tal meza de pedra ter-lhe servido alguma vez, mas nada me persuade de que fosse n'esta manhan da saída.

---

[1] *Aspecto de Lisboa*—Herculano—*Opusculos*, tomo VI, pag. 115.

CAPITULO VI

Por morte do senhor D. Sebastião voltam as casas de Santos-o-Velho para o poder das religiosas.—Apetece-as D. Luiz de Lencastre, e compra-as.—Novas concessões do Cardeal Rei ás religiosas.—É annullada a venda a D. Luiz de Lencastre.—Graças e mercês á familia do Duque de Aveiro.—Relance de olhos ao mosteiro de Santos-o Novo.

Com a mysteriosa morte d'este desgraçado mancebo, «as casas e mais aposentos ficaram vagos para as Commendadeiras» — diz João Baptista de Castro.

Não entendo o que significa essa asserção. Terminaria o aluguel (se acaso havia aluguel)? terminaria o emprestimo (se acaso havia emprestimo)? rescindir-se-hia, por qualquer motivo que nos escapa, algum contrato entre a Casa Real e as religiosas? de todo não sei, nem é facil sabel-o n'esta mingua de documentos; é bem possivel que no cartorio de Santos-o-Novo se encontre explicação; eu é que não a conheço.

O que vejo é que nos fins do seculo XVI as religiosas se consideravam na posse legitima do paço deshabitado; e tanto, que o venderam por dez mil cruzados a D. Luiz de Lencastre, Commendador mór de Aviz[1], e terceiro filho do Duque D. Jorge. Logo veremos em que tal venda desfechou. Tudo isto é interessante, como signal evidente do muito que era cubiçado o magnifico predio. Ainda

[1] João Baptista de Castro—*Mappa de Portugal*, Parochia de Santos. Este D. Luiz era pae de D. Brites de Lencastre, com quem o Duque de Bragança D. Theodosio casou, contra vontade expressa da Rainha D. Catherina. Pormenores interessantissimos veem nas *Memorias d'el-Rei D. Sebastião*, por Barbosa Machado, tomo I, pag. 227 e seg.

quando não fossem as obras de Fernão Lourenço, e dos nossos Reis, bastava a situação para o tornar encantador.

Em 20 de Maio de 1579, sendo Commendadeira desde muito poucos dias D. Anna de Lencastre, o Cardeal-Rei D. Henrique, Governador e perpetuo Administrador da Ordem e Cavallaria de S. Thiago, concedia ao mosteiro de Santos novas rendas e immunidades, que todas constam da carta que D. Antonio Caetano de Sousa transcreveu em parte[1].

Sete dias antes de morrer, torna o mesmo ephemero Soberano a conceder novas regalias a Santos, em carta de 23 de Janeiro de 1580. Estão-se a ver n'isto as influencias da Casa de Aveiro, aproveitadas por D. Anna de Lencastre[1].

Quanto á venda do palacio e seus pertences a D. Luiz de Lencastre, tendo faltado, segundo se apurou, a clausula do consentimento do Gran Mestre da Ordem, que era o Rei, annullou o contrato D. Manuel de Seabra, Bispo-Deão da Capella Real, quando em 1693 fez uma visitação, por ordem do Soberano de facto, ao mosteiro de Santos-o-Novo[2].

Vê-se que era cubiçado o paço pela familia dos Lencastres, e que machinações de fóra, fossem ellas quaes fossem, contrariaram a realisação d'esse desejo. *O paço?* não digo bem; o predio que tinha sido paço, e que então já o não era, pois pertencia ás religiosas. E tanto não era *paço,* que o autor das *Grandezas de Lisboa*, falando das residencias regias que havia cá no primeiro quartel do seculo XVII, diz que eram duas: uma *no castello,* e outra *junto ao rio*[3]. Está-se a perceber que se refere á Alcáçova (já não habitada pelos Reis, mas digna ainda de o ser, e occupada pela

[1] *Hist. Gen.*, tomo XI, pag. 203 e seg. até 207.

[2] João Baptista de Castro — *Mappa,* 3.ª ed., tomo III, pag. 240.

[3] Trat. IV, cap. IV (ed. de 1804, pag. 138).

Torre do Tombo, o Alcaide mór, etc.), e mais á Ribeira. O paço de Santos, nem sequer se menciona, por isso que desde a morte do Cavalleiro de Alcacer-Kibir já não tinha mais sido habitado por Pessoa Real; como se não mencionam tambem outros paços que tinha havido e não havia já: os Estáus, S. Bartholomeu, o Limoeiro, etc.

Quanto a mim, por inducções vagas, estou a decifrar uma especie de lucta entre os Lencastres, e algum poder occulto; e se não, eu me explico mais claro, se fôr possivel.

Uns annos antes de morrer, obteve a Commendadeira D. Anna de Lencastre, filha de D. Luiz de Lencastre, personagem em quem se achava então a varonia do Duque D. Jorge, a graça especial (em attenção ao seu admiravel governo) de lhe ser nomeada por coadjutora e futura successora sua prima co-irman D. Brites de Lencastre, irman do Duque de Aveiro; e D. Anna falleceu, segundo se crê, em 1625[1]. É que os Lencastres, como me parece, queriam ter por si a Commendadeira, e não desistiam da compra, em que ella pela sua influente posição havia por força de intervir; e interveiu.

Por isso é que apparece na collecção da Legislação uma carta regia de 23 de Junho de 1629, em que se menciona que D. Brites de Lencastre (a Commendadeira) pedira licença para a venda «das casas de Santos-o-Velho» (note-se que se lhe não chama officialmente *paço*), «e outros particulares tocantes áquelle Convento».

Ainda a esse tempo (é preciso fixar bem isto) as religiosas se não achavam de todo installadas na habitação novissima que lhes traçára a mão de Filippe II, e cuja primeira pedra se lançára em 9 de Fevereiro de 1609. Parece que se não achavam bem na casa, que lhes dera o senhor D. João II; o Cardeal-Rei, segundo se colhe de uma das suas citadas cartas[2], projectava ampliar o mosteiro,

---

[1] *Hist. Gen.*, tomo xi, pag. 207.

[2] *Id., ibid.*, pag. 205.

assim em numero de religiosas, como em rendas e edificios. Falleceu porém antes de cumprir o desejo.

Coube ao Soberano intruso começar o edificio em 1609; sumptuosa traça, que «se fosse continuada» —pondera a *Historia Genealogica*,— «e se acabasse segundo a delineação da sua planta, seria um dos sumptuosos edificios do Reino, porque constava de dois grandes corpos, e no meio corria a igreja, que havia de ser magnifica; porém toda a obra ficou imperfeita.»

Diz ate o autor da *Chorographia*, que se contavam na casa nada menos de trezentas e sessenta e cinco janellas!

Isso é sestro de cá: principios muito flammantes, a que ás vezes não póde corresponder o seguimento.

«As nossas grandes obras, principiadas e não acabadas —diz nos começos d'este seculo um Lisboeta curioso— mostrâmol-as com o maior desvanecimento e satisfação, dizendo: Ora se isto se acabasse! e ficâmos satisfeitos e contentes[1].»

E o grande padre Antonio Vieira já exclamava com pena:

«Raro é o edificio grande em Lisboa, que esteja acabado, nem pelos filhos e netos de seus primeiros fundadores. Assim o notam os estrangeiros, aos quaes eu ouvi inferir, não sei se em louvor, se em descredito da nossa nação, que sempre são maiores os nossos pensamentos, que o nosso poder[2].»

A citada Relação descriptiva da Lisboa seiscentista assim pinta a nova casa de Santos, ao Paraizo:

> Este convento é mui grande,
> dotado de muitas rendas,
> onde senhoras illustres
> teem recolhida assistencia.

[1] Francisco Coelho de Figueiredo n'uma nota a pag. 651 do tomo XIV do *Theatro* de seu irmão Manuel de Figueiredo.

[2] Sermão da 3.ª Dominga *post Epiphaniam*, com a epigraphe *Si vis potes*, de S. Matheus.

E mais a baixo continúa o mesmo anonymo poeta:

Outro logo junto, novo,
de uma fabrica soberba,
em logar mais eminente
faz mui formosa apparencia.

Santos o novo se chama;
para mudança se ordena
d'este convento famoso
fundado sobre nobreza[1].

[1] *Relação em que se trata e faz uma breve descripção dos arredores mais chegados á cidade de Lisboa*, Lisboa, 1620.

CAPITULO VII

Analysa-se uma antiga vista do palacio por Beninc.—Inscripção romana conservada no jardim.—Julga o autor d'este livro ter encontrado outra estampa quinhentista do palacio.—Expõe os seus motivos.—Comparação do estado antigo com o actual.—Palacio da familia Ottolini em Santos, demolido em 1860.

Pormenores descriptivos do palacio velho de Santos, não os ha. Resta apenas o seu desenho na miniatura quinhentista do Museu Britannico, por Simão Beninc[1]. Ahi avista-se muito bem, no extremo da vista geral de Lisboa, o paço de Santos: n'um cabeço; com uma cerca a descer até á margem: uma escadaria, que todos ainda conhecemos estreita, e que lá está, muito alargada e disfarçada; uns mirantes acoruchados junto ao rio; em cima, ao longo da casa, uma galeria corrida de columnellos; e emfim, grimpas de torreões senhoris, ou campanarios, a apontarem sobre o grosso do edificio. Lá está tudo, com a sua inconfundivel feição altamente aristocratica. O arvoredo que se vê é a quinta, ou jardim, do actual palacio Abrantes, a verdejar sobre o que foram antigamente ribanceiras a cavalleiro do Tejo; *viridarium regium in maris plantatum crepidine*—diz André de Rezende[2].

E é bem curioso mencionar uma circumstancia, que o mesmo archeologo deixou conservada: guardava-se no jardim de Santos,

[1] Essa miniatura, e a historia d'esse inapreciavel manuscripto em pergaminho vem no livro *Rainhas de Portugal*, pelo snr. Conselheiro Francisco da Fonseca Benevides, tomo I, pag. 344.

[2] Nas notas do seu poema, hoje raro, *Vincentius Levita et Martyr*, Olisipone, 1545.

que no tempo de Marinho de Azevedo pertencia a D. Francisco de Lencastre, mas ainda se chamava *o jardim d'el-Rei*, uma inscripção romana, que elle copiou; dizia assim:

L. VALERIVS. GAL.
SEVERVS. AN. L.
H. S. EST. T. L. FIL. . . .
PATRI P. C. ET.
Q. SERTORIVS.
CALVVS. AFFINIS.

Traducção:

«Lucio Valerio Gallo Severo, de cincoenta annos, aqui está sepultado. Tito filho do dito Lucio tratou de lhe erigir esta memoria, juntamente com Quinto Sertorio Calvo, seu parente.»

Uma vez, conta Rezende, levou-o de passeio até á quinta do paço de Santos o seu amigo e insigne pintor (Apelles Lusitano — lhe chama elle) Francisco de Hollanda, então ainda muito moço, e ambos viram e copiaram a inscripção.

Sirva esta noticia como de supplemento ao livro em que tratei da Lisboa romana[1]; guardei a, por me parecer cabia aqui melhor.

Agora uma revelação que julgo importante.

Na primeira das duas gravuras de Lisboa que traz o *Theatrum Urbium* de Braunio, tambem julgo ter achado uma vista magnifica do paço de Santos. Repare o leitor, se alguma vez lhe cair sob os olhos esse livro. A vista a que me refiro é a bi-partida no sentido horizontal; na parte superior vê-se um quadro completo da Cidade; na inferior ha umas povoações á borda do Tejo indicadas pelo lettreiro como sendo *Bethleem* e *Cascale* (Belem e Cascaes); mas é engano manifesto.

Examinando com attenção, a da extrema direita, a *Bethleem*, é (sem tirar nem pôr) a habitação Real de Santos; ao meio do quadro, a igual distancia, pouco mais ou menos, de Cascaes e Santos,

[1] *Lisboa antiga*, parte II, tomo I.

é que se vê, perto da torre marinha de Belem, o mosteiro dos Jeronymos, com a serie dos seus gigantes e contrafortes, a sua cerca, e tudo mais; na extrema esquerda apparece finalmente uma fortaleza, a que lá se dá o nome de *Cascale*.

Toda esta vista é muito convencional, quanto ás distancias; mas a comparação do fragmento *Bethleem* com a gravura de Beninc dá-me a plena certeza de que á direita estou contemplando Santos. Lá está a quinta a vir beber no Tejo; lá está o torreãosinho da esquina em baixo, a varanda das arcarias, as torres da egreja, e tudo mais, n'um certo pouco-mais-ou-menos que não é para estranhar, pois que o ponto de vista do desenho de Beninc, e o d'este, são diversos.

O tal torreãosinho em baixo, junto á escadaria, seria talvez uma especie de mirante, ou *casa de madeira*, que el-Rei D. Manuel ali teve, por exemplo no anno de 1513, *na ponta do caes, posta sobre a agua*, e onde ás vezes despachava com os seus Ministros[1].

Note mais o observador de tão interessantes minucias outra coisa: no sitio onde Beninc desenhou uma porta no muro ao rez do Tejo, vê-se no *Theatrum Urbium* uma longa ponte de estacaria para facilitar os desembarques. Sabem o que isso é? nada menos que o indicio de que no tempo d'este desenho segundo, mais moderno que o outro, a agua já tendia a fugir, e já se enxugava a pouco e pouco o salgado da praia de Santos.

Que haverá ahi das obras emprehendidas por Fernão Lourenço? Que haverá das d'el-Rei D. Manuel? Ninguem n'este mundo o póde já dizer ao certo.

Continuarei o capitulo dando o braço ao meu leitor, e levando-o á orla do actual Aterro, mesmo em frente das actuaes cocheiras da

[1] «No anno de 1513, estando el-Rei D. Manuel em Santos-o-Velho, tendo despacho em uma casa de madeira que ali então estava, na ponta do caes, posta sobre a agua..... etc.» Damião de Goes—*Chron. d'el-Rei D. Manuel*, parte 1, cap. XLVI.

Companhia dos carros americanos, isto é, mesmo em frente da Rampa de Santos. Olhemos para o palacio Abrantes. Que vemos?

Primeiro, á esquerda, a enorme mole da egreja; depois, pegando com ella, o palacio, como na vista de Braunio; mas o palacio, na sua mesma falta de unidade, nas suas saliencias irregulares, não nos estará dando a chave de um grande enigma? creio que sim. Ha um corpo comprido, seguido, regular, aberto de umas doze janellas em tres andares, o qual talvez (apesar de amodernado) esteja a mostrar o sitio dos dormitorios do mosteiro; e segue-se-lhe para a direita, mais abaixo, outra edificação proeminente sobre o jardim, e flanqueada de uma especie de corucheo. Em summa: tudo aqui está a dizer: n'estes sitios foi o paço.

Não conto com o resto da obra, chamado o palacio novo, cuja entrada é hoje pela calçada do Marquez de Abrantes, porque tudo isso é, creio eu, posterior ao terremoto.

Já se vê que só com muitos resguardos e cautellas é que apresento estas conjecturas. É temeridade querer ver certezas onde não as ha; mas sempre digo isto: em contemplando aquelle edificio pela banda do mar, vem-me este interessantissimo desenho do *Theatrum Urbium* á lembrança, e não me larga.

Antes da abertura da rampa de Santos, pensa o leitor que isso ahi era a praça que vemos hoje? não era. As recordações que ainda conservo, despertam-m'as muito nitidamente os planos antigos. De mais a mais, tive no verão de 1885 mais esclarecimentos, e muito minuciosos, dados por uma illustre e intelligentissima senhora, fallecida em 8 de Setembro de 1887, e que ali habitou.

Contigua ao adro da egreja de Santos (que era mais pequeno do que hoje, porque a sua parte occidental era o cemiterio da freguezia), abria-se em direcção ao Tejo a ingreme e estreitissima travessa das Escadinhas da Praia, communicação entre a rua Direita de Santos e o areal. D'ella resta, como ultimo vestigio da sua extremidade inferior, o lanço da larga escada que hoje communica a Rampa de Santos com o Aterro.

Sobre a rua Direita, o cemiterio formava, como acabei de dizer, a esquina oriental da travessa das Escadinhas; á esquina occidental levantava-se um predio (n.º 6 da rua Direita de Santos), predio de antiga apparencia, com ar seiscentista muito pronunciado, e cujo extremo occidental terminava em cima por uma varanda de columnellos, que enfiava a vista pela fronteira rua de S. João da Matta. Pertencia esta casa á familia Ottolini; que ahi morava em 1840, segundo o *Almanach estatistico*; era uma edificação nobre, de oito janellas sacadas no primeiro andar, e sete de peitos no rez do chão. A primeira (ou primeira e segunda) da banda do Poente, sobrepojada pela tal varanda, dominava o portão principal de entrada; e seguia-se, pegado com o predio, o muro da horta adjacente, rasgado de algumas pequenas janellas de grades, por onde de lá se vendia hortaliça e fructa. A horta pegava com a alta muralha da praia, pelo Sul; pelo Poente com o pateo do Visconde da Asseca; e pelo Nascente com a travessa já citada.

Com a sua cantaria ennegrecida do tempo, as suas grades de antigo risco em todas as sacadas, os seus pilares severos, o seu telhado musgoso, e as suas mesquinhas vidraças de modas prejudicadas, tinha esta casa, nos seus ultimos dias, a apparencia triste e solemne das habitações historicas. Do seu interior, nada sei; apenas me consta, que á frente da rua essas oito sacadas correspondiam a quatro salões azulejados, e que ao portão da rua seguia uma vasta loja terrea e de pouca luz, com a escada de pedra em frente.

Quando e por quem fosse levantado este predio nobre, ignoro eu; sei que a familia Ottolini era senhora d'elle desde muito, e ahi habitou longos annos.

No verão de 1860, segundo documento que vi, foi expropriada para as obras do Aterro esta bella vivenda, e em 20 de Setembro mandou a Camara Municipal annunciar, para o dia 28 pelas 10 horas da manhan, a venda em hasta publica, da telha, madeiramento velho, portas, caixilhos, grades de ferro, e cantaria[1].

---

[1] *Arch. Mun. de Lisboa*, n.º 34, pag. 308.

CAPITULO VIII

Torna-se ao seculo XVII; vendem as religiosas o palacio de Santos a D. Francisco Luiz de Lencastre.—Outra vez Santos-o-Novo. Os Capuchinhos italianos.—Polemicas da Camara de Lisboa com os Lencastres por causa da posse dos salgados da praia.—Menciona-se outra desintelligencia pelo mesmo motivo.—Percorre-se a rua direita da Esperança.—Onde era *o muro calido*.—Rompe-se depois de 1755 a calçada do Conde de Villa Nova, hoje do Marquez de Abrantes.—Menção de José Osti.—Varios Lencastres, que até aos nossos dias teem morado no seu palacio de Santos.—A Duqueza de Bragança D. Amelia.—Conclusão.

Das voltando á chronica do edificio monastico e realengo de Santos:

Vimos que em 1629 pediu D. Brites de Lencastre licença para realisar a gorada venda das casas, tratada d'esta vez com D. Francisco Luiz de Lencastre, filho do citado D. Luiz; e D. Filippe, respondendo na citada carta regia de 23 de Junho, ordena «se conclua e effectue logo, na forma que aponta a Meza da Consciencia, para que assim se possa depôr o cuidado que dá o receio da ruina do mosteiro velho, e as religiosas se possam passar ao novo com a maior brevidade possivel».

Vê-se pois o seguinte: o mosteiro, e as casas do velho paço contiguo, de Santos, ameaçavam ruina. D. Francisco Luiz de Lencastre queria comprar isso tudo, que, segundo disse, tinha já temporariamente pertencido a D. Luiz seu pae. Tanto teimou, que alcançou. Pertencia D. Francisco Luiz de Lencastre ao grupo dos que tinham abraçado, a despeito da legitimidade, a parcialidade usurpadora. Achava-se em Madrid quando cá se tramava a conspiração dos quarenta; «e lá se deixou ficar —diz Sousa, sempre commedido nas expressões— podendo com elle mais o receio da contingencia dos successos, do que o amor da Patria, em que tantos se interessa-

vam; lá teve o titulo de Conde de Alcanede[1]». Esse alto valimento serviu a D. Francisco para realisar o seu sonho, tomando posse da casa e dos jardins, que, pelo extremo occidental (Santos) remataváam a grande fita de terreno que tinha no cabo oriental (a Esperança) o velho palacio de seus maiores.

O Rei intruso auctorisou pois as religiosas de Santos a fazerem a cubiçada venda.

Por esse mesmo tempo ordenou-se a immediata mudança das ditas senhoras para o mosteiro novo, que se vê estava habitavel em 1629; e o mesmo Rei auctorisou tambem a compra de uma quinta de D. Alvaro Pereira, junto ao mosteiro novo, e estabeleceu que ella se pagasse com uma parte do que a fazenda publica devia ás religiosas.

E logo no anno seguinte, em 9 de Agosto, encontro outra carta regia, em que se tratam negocios puramente financeiros da casa (sem interesse para nós), e onde se diz que o mosteiro velho, o d'el-Rei D. João II, se acha caido e arruinado.

Aqui ha n'isto tudo motivo para grandes confusões; e quem não andar com sete sentidos, perde-se.

Temos o mosteiro primitivo, affonsino, chamado Santos-o-Velho desde a transferencia das senhoras para Santos-o-Novo. Decorrido mais de um seculo, temos este edificio joannino já alquebrado dos invernos, e substituido por outro contiguo, devido á piedade do Rei intruso. Este recente edificio filippino ficou-se chamando no seculo XVII *Santos-o-Novo*, e o titulo de *Velho* ficou pertencendo á fabrica joannina, e ao desamparado edificio affonsino. Quem lê a *Historia tripartita* vê que a transferencia das religiosas da casa onde as collocára el-Rei D. João II, para a outra que lhes edificava

---

[1] *Hist. Gen.*, tomo XI, pag. 285. O Bispo do Grão-Pará D. Frei João de S. Joseph Queiroz nas suas *Memorias* annotadas por Camillo Castello Branco, pag. 141, não prima pelo bom tratamento que dá a D. Luiz e a D. Francisco de Lencastre.

o Rei castelhano, levou muitos annos, e que a definitiva mudança foi em 23 de Maio de 1685[1].

Para a casa velha (a segunda) então abandonada, entraram em 22 de Julho de 1689 como hospedes os Capuchinhos, ou Barbadinhos italianos, com licença do senhor D. Pedro II, sendo procurador d'elles o padre Frei Paulo de Varace, ex-missionario de Angola.

Serviu-lhes de templo a egreja que era do uso das religiosas, e tinham cellas bastantes, que em 1706, ou 1708, davam logar a uns doze Missionarios, mais a cerca e a horta[2]. D'ahi é que se mudaram para a casa propria, fundada em 1738, a expensas d'el-Rei D. João V[3] na calçada que se ficou chamando «dos Barbadinhos italianos» (hoje *dos Barbadinhos*) entre o alto da calçada de Santa Apollonia, e o Abarracamento da Cruz dos quatro caminhos.

O regulamento da sua assistencia no hospicio, etc., é o decreto de 22 de Abril de 1752[4].

Deixando por agora as Commendadeiras no seu incompleto cenobio filippino, que é o actual, voltemos ao mosteiro primitivo, cuja casa (o paço Real) vimos tinha sido vendido em 1629.

Segundo me informam, no cartorio da Casa de Abrantes existem os documentos comprovativos da venda a D. Francisco Luiz de Lencastre do *assento* de Santos. Segundo me dizem, este *assento* comprehendia de Poente a Nascente o convento, com a cerca, desde as escadinhas de Santos, até á actual travessa dos Barbadinhos (que não eram os italianos ha pouco mencionados, mas os francezes, cujo domicilio já vimos á Esperança), e de Norte a Sul comprehendia desde a rua direita da Esperança até ao rio, *cum salinis*, diz o documento; com os *salgados*: palavras que na Casa da Supplicação se interpretaram pelos terrenos, ou praias, que a

[1] *Hist. tripart.*, pag. 598.

[2] Mss. da Bibl. Nac. de Lisboa, A-4-11, intitulado *Historia de Lisboa*, obra conscienciosa e cheia de investigação seria, fl. 294, 340 v., e 341.

[3] *Gab. Hist.*, tomo XI, pag. 314.

[4] Citado por Manuel Fernandes Thomaz no *Repertorio*.

maré descobre. Os tribunaes, porém, perante quem muito depois se pleiteou, decidiram desfavoravelmente para a Casa de Abrantes, e cortaram o *cum salinis*, dando o salgado á Camara. Eu não vi os accordãos; mas é de crer que se fundamentassem nas Leis em virtude das quaes pertenciam indisputavelmente ao Municipio os terrenos e areaes de toda a *marinha de Lisboa*[1].

Essa posse dos salgados tem dado ensejo, mais de uma vez, a duvidas e contestações. Em Agosto de 1842, por exemplo, havia embargos em certa obra que o senhor da Casa de Abrantes entendera poder com toda a justiça edificar na praia de Santos. Compostos os litigantes, resolveu a Camara levantar os embargos, com a condição de ficar bem claro o direito que o Municipio podesse ter em qualquer occasião, mas nomeadamente quando se tratasse de proceder ao alinhamento de uma projectada rua marginal. Esboços do Aterro[2].

De outra vez não foi com um simples particular; o litigio municipal escalou o proprio Governo do Paiz. Fôra este o caso: mandára o Ministerio da Marinha, não sei com que fim de serviço da Capitania do porto, demarcar certo terreno na praia de Santos. Constou isso á Camara, sempre vigilante; e em Dezembro de 1847 representou ella ao dito Ministerio, que esse terreno era da Camara e não do Governo, e tinha já por ella sido aforado ao cidadão João Antonio de Almeida; e persuadido, como estava, o Municipio, de que não era intenção de Sua Majestade esbulhal-o de propriedade

[1] Alvará de 9 de Julho de 1767, e D. de 7 de Novembro de 1757 citados por Fernandes Thomaz no *Repertorio*. Ha varias doações antigas de terrenos ao longo da Ribeira do Tejo, feitas por Soberanos á Camara. Como não fazem agora ao meu ponto, veja as o curioso no livro do snr. Eduardo Freire de Oliveira *Elementos para a Hist. do Mun. de Lisboa*, tomo I, pag. 101 e 102; extractos de documentos que vão desde 7 de Junho de 1502 até 24 de Outubro de 1517 e tomo IV, pag. 449); doações por el-Rei D. Affonso III, ampliadas por el-Rei D. Manuel (Livro dos pregos, fl. 30 v.).

[2] *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa*, em 1842, pag. 23.

garantida em doações regias, pedia providencias, até em nome da grande vantagem que havia para o publico em não se obstruir aquella praia[1].

Pela banda de terra confrontava esta quinta dos Lencastres (os antigos jardins do paço de Santos) com a rua, ou estrada, que ia da Esperança para Alcantara, e que era (e foi até ao terremoto do seculo passado) a arteria unica de communicação de toda a beira-mar occidental com a Cidade. A nossa actual calçada do Marquez de Abrantes ficava de dentro do muro, era parte do jardim, ou da quinta, e entrava no recinto do dito *assento* de Santos. Por signal que o seu muro, ahi defronte do mosteiro das Bernardas, calçada do Castello-Picão (antiga rua do Pé de Ferro), travessa das Izabeis, etc., chamava-se entre o povo «o muro calido». (Não percebo a denominação, mas é authentica.) Todos os predios do lado Norte da actual rua direita da Esperança, que são bem antigos, gosavam, o que hoje não teem, desafogada vista sobre o Tejo por cima do muro e arvoredo da quinta[2].

Segundo fica demonstrado á evidencia, foi pois desde 1629, por este Commendador mór de Aviz D. Francisco Luiz de Lencastre, filho de D. Luiz de Lencastre (tambem Commendador mór e fallecido na parochia de Santos a 1 de Junho de 1613) e de D. Filippa de Meneses, que entraram os Lencastres na posse do predio altamente historico de Santos-o-Velho; ali habitaram desde então mui-

[1] *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa*, em 1847, pag. 31.

[2] Em 23 de Maio de 1707 mediram-se as casas e terras pertencentes á Capella de D. Gracia Froes na Sé de Lisboa. Essa medição, que examinei no Hospital de S. José, menciona as casas contiguas ás que hoje formam a esquina da calçada do Castello Picão fronteira á esquina do Convento das Bernardas; e alem das outras designações, leio isto: «defronte do muro da cerca do Conde de Villa Nova, chamado *o muro calido*».

tas gerações d'esta familia, e ali se deram festas sumptuosas, de que ainda por ventura o vizinho Tejo estará lembrado.

O terremoto de 1755 fez provavelmente algum estrago no palacio, mas não sei. Moreira de Mendonça ommitte essa menção. O que é evidente é que, no estado actual do edificio, tudo ou quasi tudo parece moderno, ou amodernado (a não ser a planta geral). O plano da reedificação pombalina causou ahi grande mudança. Vendo-se que a rua Direita da Esperança era mesquinha para o transito, abriu-se (sem dar indemnisação) uma larga rua recta na cerca do palacio com directriz ao Conde Barão; e como n'esse tempo era o palacio pertencente ao Conde de Villa-Nova, chamou-se á nova serventia calçada do Conde de Villa-Nova (hoje do Marquez de Abrantes).

Pelo lado do Sul, batia o Tejo aos pés da muralha do jardim, e ainda se dava esse facto em 1823[1]. O Tejo foi fugindo, e já por 1848 a praia de Santos começava a ser habitada. O popular fogueteiro italiano José Osti tinha ahi na praia a sua fabrica de fogos de vista, designada n'um almanack de 1849 sob o numero municipal 117. Junto á fabrica edificou elle por esses annos a sua casa, elegante e pintadinha, com gelozias verdes; fazia então um bonito effeito aninhada á beira das aguas (note-se que a rampa de Santos não existia). Essa casa tem hoje os n.os 148 a 172 da rua de Vasco da Gama (o n.º 148 é uma escada ao ar livre).

Moraram no seu palacio estes Lencastres, um dos ramos da descendencia do Duque D. Jorge, Condes de Figueiró, depois Condes de Villa-Nova de Portimão, e por fim Marquezes de Fontes, e depois de Abrantes, pela extincção da linha primogenita dos Almeidas Condes de Abrantes, ficando a varonia sendo Lencastre. No seculo passado a herdeira Condessa de Villa-Nova casou com D. Manuel de Tavora (o que esteve dezoito annos prezo, sem se saber porquê).

[1] Informação authentica.

Em 1750, quando Frei Apollinario da Conceição publicava o seu livro, moravam no palacio de Santos os Condes de Villa-Nova de Portimão[1].

Em 1791, segundo se vê no Almanack d'esse anno, habitava em Santos o Marquez D. Pedro de Lencastre.

Uns cincoenta annos depois, não sei por que motivo, deixou a familia Abrantes de habitar ahi, e alugou o palacio desde 1840, se não me engano, a Sua Majestade a Imperatriz Viuva Duqueza de Braganca D. Amelia de Baviera. Foi a primeira vez desde 1578, que tornou uma Pessoa Real a assistir ali. O arrendamento de Sua Majestade findou em 1847; mas a Augusta Inquilina ausentou-se um pouco antes, por causa de uma viagem que fez á Allemanha, creio.

Em 1848 voltou a residir em Santos D. José Maria da Piedade de Lencastre, Marquez de direito, e já então senhor da Casa de Abrantes por fallecimento de seu irmão o 5.º Marquez D. Pedro. Ahi casou, ahi lhe nasceu o filho unico (o actual snr. D. João de Lencastre e Tavora), ahi enviuvou, e ahi veiu a fallecer em 28 de Fevereiro de 1870, com cincoenta annos apenas.

Em 1853 ahi esteve, mas por pouco tempo, e creio que só n'uma parte do palacio, Sua Alteza a Senhora Infanta D. Anna de Jesus Maria, e seu marido o 1.º Duque de Loulé, então Marquez.

Em 6 de Fevereiro de 1864, d'ahi datava o mencionado D. José de Lencastre, escriptor de merecimento, a dedicatoria do seu sentido e eloquente voluminho *Scenas da Thebaida, ou Paulo primeiro Eremita*, impresso em 1866.

Em Setembro de 1870, sete mezes depois do fallecimento d'esse sympathico poeta, a administração do menor alugou o palacio ao Ministro da França, Conde Armand, e d'então para cá nunca mais deixou de ahi residir a Legação franceza. O Conde Armand tornou

[1] *Demonstr. hist.*, pag. 246.

a casa toda, que é enorme; em 1880 a Legação desistiu do andar superior, com frente para a calçada, e entrada sobre si.

Pouco acima falei do Marquez de Abrantes Rodrigo Annes de Sá de Meneses e Almeida; mais duas palavras:

Era intelligencia muito superior ao vulgar; deu provas de alta capacidade na Embaixada de Roma, e nos Conselhos d'el-Rei D. João V, e alem de diplomata e estadista era tambem cultor das artes: architecto, e desenhador distincto. Como fino apreciador, foi protector generoso de alguns engenhos, pouco favorecidos da sorte, por exemplo, o Vieira Lusitano, e um Francisco Paes, a quem menciona Volkmar Machado[1].

E não só este Marquez: sua filha D. Anna de Lorena era uma verdadeira alma de artista; dava-se á musica, ao desenho, á pintura, á calligraphia[2]; pintou em collaboração com Catherina Vieira, irman de Vieira Lusitano, varios painéis para a ermida de S. Joaquim no palacete da sua familia ao Calvario[3].

> Ó vós, que sois da pintura
> e da solfa um vivo assombro —

lhe dizia Thomaz Pinto Brandão[4].

Ora uma das obras de certo mais interessantes d'esta nobre senhora foram uns azulejos, que revestiam, com assumptos de figura e ornato, um terraço em Santos[5]. No tempo da residencia da Duqueza de Bragança, entendeu não sei qual dos dignitarios da Casa Imperial mandar arrancar os taes azulejos, por imaginar que não eram convenientes (não percebo bem o motivo). De certo igno-

---

[1] *Memorias*, pag. 214.
[2] *Hist. Gen.*, tomo x, pag. 389.
[3] Cyrillo — *Memorias*, pag. 42, e 104.
[4] *Pinto renascido*, pag. 202.
[5] Informação authentica.

rava essa pessoa a valia estimativa d'elles para a familia Abrantes, pois nem sequer foram consultados os proprietarios do predio. Quando estes souberam do vandalismo, tiveram profundo desgosto.

Vê-se que o amor ás bellas Artes se perpetuou no sangue até aos nossos dias. Ainda tive a honra de conhecer a senhora D. Maria Joanna de Lencastre irman do Marquez D. José. Pintava esta senhora com raro primor; na Exposição da Sala-do-risco do Arsenal em 1851, via-se um quadro representando uma vista de Lisboa tomada de Buenos Ayres, e executada por S. Ex.ª; era o numero 461 do catalogo.

Quem, das varandas e dos eirados do palacio dos Lencastres no *seculo XVII*, e do paço de Santos no seculo XVI, espraiasse a vista para o rio, tinha-o maruihando aos pés do jardim; a distancia a que hoje correm as aguas é consideravel; esse intervallo é nada menos que o chamado Aterro da Boa-Vista.

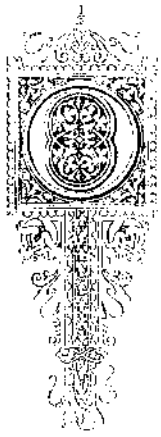
Paremos aqui, e estudaremos esse Aterro no livro seguinte, e a proposito d'elle os varios tentames que se teem feito para o melhoramento do nosso magnifico porto de Lisboa.

LIVRO VI

MELHORAMENTOS NO PORTO DE LISBOA

CAPITULO I

Propõe-se o autor *biographar* o Aterro da Boa-Vista.—Enumeram-se as varias tentativas de melhoramento do porto de Lisboa. —*Primeira tentativa:* em tempo d'el-Rei D. João V.—*Segunda tentativa:* projecto do engenheiro hungaro Carlos Mardel. —*Terceira tentativa:* alvitres de um anonymo na Revista Universal de 1844.



O ATERRO da Boa-Vista é só por si um mundo; pelo que vale, e ainda mais pelo que representa como começo dos colossaes melhoramentos de que tanto carece a margem de Lisboa. Falarei d'elle extensamente; serei o seu biographo, e o seu genealogista.

A sua genealogia mais directa remonta, que eu saiba, ao seculo XVIII. Estabelecel-a-hei tão clara quanto me seja possivel, enumerando os varios commettimentos emprehendidos para o regimen e aperfeiçoamento da orla septentrional do Tejo. Vamos por partes.

PRIMEIRA TENTATIVA

Sobe ao tempo d'el-Rei D. João V, segundo creio, isto é, ao primeiro quartel do seculo passado, a primitiva lembrança de dotar a Capital com um aterro de cincoenta toezas, comidas ao rio, e orladas de caes continuo, deixando no sitio da Boa-Vista uma grande

doca para abrigar navios de guerra. Dil-o o autor do livro *Description de la ville de Lisbonne*[1].

Referindo-se a esse projecto, escreveu Vilhena Barbosa:

«Apesar de não nos termos poupado a investigações, não encontrámos documento ou noticia, que nos auctorise a dizer que se deu começo áquelle caes, obra verdadeiramente importante, e de reconhecida utilidade hygienica e de commodidade publica. Todavia temos alguma rasão para suppôr que se faziam os estudos preliminares indispensaveis, quando el-Rei D. João V foi accommettido do primeiro ataque de paralysia em 1742; de que resultou afrouxar o andamento de muitas obras do Estado, levantando-se mão de algumas[2].»

Pena é que o nosso erudito mestre calasse quaes fossem os motivos em que as suas supposições se fundamentavam. Observo apenas que o autor do livro *Description de la ville de Lisbonne* já doze ou treze annos antes da paralysia do Soberano alludia ao assumpto.

«O mais antigo projecto de que temos conhecimento — escreve um correspondente do *Diario de Noticias* de Lisboa, em 29 de Outubro de 1883— por nos haver sido mostrada a respectiva planta, para regularisar as margens do Tejo, e n'ellas construir caes, docas, armazens, estaleiros, guindastes, em numero sufficiente para dar vasão a todo o movimento commercial e maritimo, data do principio do seculo passado.»

Quererá o articulista referir-se ao projecto mencionado pelo alludido livro francez?

---

[1] «On assure que le Roi (D. João V) se propose d'agrandir la Ville, en bâtissant en droite ligne d'un bout à l'autre un Quai qui sera poussé environ cinquante toises avant dans le Tage; ce qui se peut faire aisément, parceque la Rivière n'a presque pas de profondeur jusqu'à la distance où l'on doit porter les ouvrages. Et du côté de la mer dans un endroit nommé *Boa-Vista*, où la Rivière fait un coude qui avance dans la Ville, le Roi doit y faire creuser un bassin, où les vaisseaux de guerre seront à l'abri du mauvais tems.» *Description de la Ville de Lisbonne*, 1730, pag. 48. Communiquei esta noticia ao engenheiro Miguel Paes, que a incluiu no seu precioso livro.

[2] Artigo sobre o *Aqueducto das Aguas livres*, no jornal *O Commercio do Porto*, de 14 de Setembro de 1888.

SEGUNDA TENTATIVA

Vêm em segundo logar, na gerencia do Marquez de Pombal, o projecto encommendado por elle ao talentoso engenheiro militar hungaro Carlos Mardel. Existe no archivo da Direcção Geral das Obras publicas; são tres plantas desenhadas em cartão. Propunha Mardel não sómente a construcção de caes *marginaes*, mas de um grande arsenal. O caes começaria no terreiro do Paço e acabaria em Belem; o arsenal seria na Junqueira, separado da terra por um canal.

«Este projecto, assignado por Mardel – explica Miguel Paes— compunha-se: de uma muralha geral entre o caes de Santarem e a actual praça de D. Fernando em Belem; docas de abrigo ao longo, e em diversos pontos da margem; uma grande praça em frente da Boa-Vista com 1:500 palmos de comprido, por 650 de largura (330^{m} × 143^{m}); um grande Arsenal de marinha em frente do valle de Alcantara, tendo uma doca de 594 metros de comprido, por 266 metros de largura na parte mais larga (oriental), e 66 metros na mais estreita (occidental), na qual, diz textualmente o autor, «*podem ficar os Navios mundo seguro e Resguartados dos ventos*»; um grande numero de quarteirões para construcção de edificios publicos e particulares, e, ao longo de toda a margem, uma extensa rua arborisada, alem de praças tambem arborisadas em diversos locaes. Este projecto —aprecia o citado entendedor— que seria notavel mesmo na actualidade, e colossal no tempo em que foi elaborado, é anterior ao terremoto de 1755, e foi mandado estudar pelo grande Ministro Marquez de Pombal; e, posto que as plantas assignadas por Mardel não apresentem data, em vista da epoca em que seu autor veiu para Portugal, e d'aquella em que falleceu, o projecto póde considerar-se feito no meado do seculo passado[1].»

[1] Miguel Paes—*Melhoramentos de Lisboa e seu porto*, tomo II, pag. 105. Encontrou estas preciosas plantas em 1880 no Archivo da Direcção das Obras Publicas do Districto de Lisboa, o snr. Raphael da Silva e Castro, architecto da mesma Direcção. Dil-o Miguel Paes.

TERCEIRA TENTATIVA

Em Maio de 1844 (desejo mencionar tudo que sei no assumpto) um anonymo que apenas se assignava com a inicial B, apresentava na *Revista Universal Lisbonense* a ideia de uma communicação marginal entre o Conde Barão e Santo Amaro, pela praia de Santos até ás Tercenas e forte da Alfarrobeira, passando-se sobre um arco a ria de Alcantara. As vantagens apontadas a este projecto de estrada horizontal, que o autor affirma não custaria mais de cento e cincoenta contos de réis, e talvez muito menos, eram varias; eis algumas:

1.ª O transito entre a Boa-Vista e Santo Amaro far-se-hia na terça parte do tempo;

2.ª por conseguinte, os *Omnibus* poderiam empregar apenas um terço da gente e animaes do serviço da carreira;

3.ª isso daria á Companhia largas para estender as suas carreiras até Pedroiços;

4.ª receberiam muita vida os sitios da Junqueira, de Belem, etc.;

O tom em que se expressa o articulista (talvez engenheiro, segundo julgo entrever) é do maior convencimento; mas eu, leigo na materia, não me atrevo a sentenciar; o que desejo é que o leitor não avalie este alvitre apenas pelo meu succinto extracto, mas sim consulte o artigo, se o quizer julgar com imparcialidade[1].

Este é para mim o terceiro projecto.

---

[1] *Revista Universal Lisbonense*, tomo III, pag. 478.

CAPITULO II

Quarta tentativa: projectos do engenheiro francez Pedro José Pezerat.—Quem era esse artista.—Analyse rapida dos seus alvitres.—Abusos dos proprietarios marginaes.—Planta do littoral pelo engenheiro Lebois.—Desintelligencias da Camara municipal com a Capitania do porto.

QUARTA TENTATIVA

Diz Vilhena Barbosa, a quem tenho sempre muito gosto em citar, que nos tempos modernos foi o architecto da Camara, Pedro José Pezerat, o primeiro que apresentou projectos para a construcção de docas e caes, desde a Boa-Vista até Santos[1].

Conheci muito de perto este sympathico velho, engenheiro francez distinctissimo, alma de poeta, e coração admiravel. Travámos relações estreitas, que nem a morte d'elle conseguiu interromper!

Lembro-me bem de o ouvir falar na sua ideia fixa, os melhoramentos da grande Lisboa. Imaginava com esplendor, traçava com magnificencia, revelando sempre a sua indole enthusiastica, e desenhavam as suas mãos senis e gottosas com raro primor e nitidez.

Era um artista em toda a extensão da palavra, um artista grande! e sentia-se acanhado entre as peias das economias municipaes.

Amava estes torrões e esta gente como se fosse nosso pelo nascimento; e se o tivessem deixado executar o que planeava, teriamos hoje muitas e bellissimas praças, muitos monumentos, muitas commodidades que nos faltam (para nossa vergonha salutar o estou dizendo).

[1] *Archivo Pittoresco*, tomo VI, pag. 313.

O mais antigo rasto que encontrei do Coronel Pedro José Pezerat nas obras de Lisboa foi, em Dezembro de 1843, uma ordem da Camara concedendo-lhe licença para fazer uma experiencia de calçada de asphalto, e designando-lhe para isso a frente das casas do Municipio[1]. D'ahi em diante, até subir a Engenheiro chefe da repartição technica da Camara[2], e até fallecer na tarde de 1 de Maio de 1872, trabalhou com o mesmo ardor, com a mesma convicção, com o mesmo sentimento de sublime utopista, nos melhoramentos da sua patria adoptiva.

Pouco depois de ter chegado a Lisboa e estudado bem a topographia da Capital, compenetrou-se (dil-o elle proprio[3]) da urgencia de se aperfeiçoar o nosso magnifico porto; levantou todas as plantas, tanto hydrographicas como geodesicas, das margens do rio, e apresentou um projecto vasto, comprehendendo o espaço entre o Arsenal e a torre de Belem.

A maior parte dos planos e desenhos de Pezerat, as suas *soit-disant élucubrations de projetiste infatigable* (palavras d'elle) pereceram no desgraçado incendio da Camara Municipal em 20 de Novembro de 1863.

No alvitre de Pezerat eram as docas collocadas no sitio que mais apto parecia para favorecer os interesses do commercio: a praia de Santos, a meia extensão da Cidade; e em frente dos bairros industriaes.

Ao longo do rio, desde o Arsenal da Marinha até á torre de Belem, corria um aterro limitado por um caes em linha recta, terminando ao Sul da torre, e a 40 metros d'ella. Havia um porto de construcção na bôca do rio de Alcantara; essa ideia porém

---

[1] *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa*, em 1843, pag. 26.

[2] N'uma sessão da Camara Municipal de Lisboa leu-se em Dezembro de 1852 um officio do Barão da Luz (depois Visconde), inspector das Obras publicas, participando á Camara, que havendo a commissão dos peritos examinado os documentos do engenheiro Pedro José Pezerat, o julgára apto para as funcções de engenheiro. A Camara decidiu que se lhe passasse o titulo respectivo. *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa*, em 1852, pag. 115.

[3] No seu *Mémoire sur les etudes d'améliorations et embellissements de Lisbonne*, pag. 7.

modificou-a Pezerat (e lealmente o declara) depois de ter visto a proposta do Digno Par do Reino Jayme Larcher, para o aterro e colmatagem de toda a bahia da Piedade, desde Cacilhas até ás rias de Coina e Seixal, com a prolongação da linha ferrea do Sul até Cacilhas, e a construcção de docas, etc. Sorriu-lhe o alvitre, e o autor alterou o seu projecto da margem direita.

Foi entregue em 1858 a S. Ex.ª o fallecido Duque de Loulé, então Ministro do Reino, uma copia d'este plano magnifico, comprehendendo as plantas geraes e os pormenores, os alçados e córtes dos varios generos de construcções. O Ministerio do Reino passou esses papeis para o das Obras publicas; mas d'ahi (diz o proprio Pezerat) ha motivo para crer que fossem subtrahidos, visto que, sempre que os reclamam, se responde lá que ninguem sabe onde param; e comtudo (accrescenta elle) não é um tombo facil de extraviar, pois se compõe de muitas folhas de papel colladas sobre tela de 9 a 10 metros de comprido[1]!

Creio (mas não affirmo) que era tambem de Pezerat um vasto projecto, que em Janeiro de 1849 a Camara remettia ao Ministerio do Reino, de uma planta para uma estrada marginal desde Santa Apolonia até Belem[2]; ideia grandiosa, que tanto promettia, e a final veiu a morrer, talvez afogada pela *politica*.

N'este cahos de tentames reiterados, e nunca levados ao fim, houve um facto, que, me parece, foi enraizando em todas as cabeças a ideia (para muitos cerebrina e irrealisavel) de um aterro, que nos livrasse das lamas immundas e seus miasmas deleterios: esse facto foi o abuso dos entulhos e pequeninos aterros parciaes, com que varios proprietarios de terrenos á beira da agua iam consoli-

[1] *Il y a lieu de croire qu'il a été soustrait, puisque à chaque demande qu'on en fait on répond qu'on ne sait ce qu'il est devenu. Cependant ce n'est pas un petit dossier facile à égarer, puisqu'il se compose de plusieurs feuilles de plans collées sur toile de 9 à 10 mètres de longueur.* Pag. 9.

[2] *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa*, em 1849, pag. 5

dando os seus *accrescidos*. Linhas tortas, por onde a Providencia sabe escrever direito.

Effectivamente, já, desde longos annos, muitas pessoas, que possuiam estalleiros, estancias, casas, etc., pela Boa-Vista fóra, não tinham grande escrupulo em ir, sem licença da Camara, tomando ao Tejo algumas bracas de terreno, visto que o Tejo não punha escrupulo em ir fugindo da margem. A Camara de 1849 para evitar esses abusos, prohibiu-os (aos proprietarios, se entende; ao Tejo, não[1]).

Os abusos não cessaram, comtudo; e em Março de 1852 resolveu a Camara, que uma Commissão composta dos Vereadores Pinto, Julio Pimentel, e Pinto Basto, desse parecer sobre a proposta do Presidente ácerca dos grandes «males que deviam resultar, de continuarem os donos dos predios, estalleiros, e outros estabelecimentos sobre a margem do Tejo, não só a fazer grandes aterros, mas a construir predios, fabricas, muros e outros estabelecimentos segundo seu arbitrio, o que devia ser um obstaculo grande, e talvez de futuro invencivel, para um plano regular de edificações, e abertura de ruas e caes[2]».

Não acho qual foi o parecer da Commissão; supponho o no sentido justo, visto como logo em Maio do mesmo anno de 1852 a Camara encarregou o engenheiro francez Lebois (homem que muito bem conheci) do levantamento da planta do littoral da Boa-Vista[3]; e tres mezes depois, em Agosto, officiou aos proprietarios de predios, desde a praia de Santos até á Abegoaria na Boa-Vista, prohibindo-lhes o continuarem os seus aterros, em quanto não terminasse a demarcação dos terrenos, trabalho a que se estava procedendo[4].

Começava (como por tudo isto se está vendo) a concentrar-se na margem do Tejo a attenção do Senado; e comtudo ainda as praias continuavam a servir aos seus usos já de seculos. Exemplo: em Janeiro de 1852 concedeu a Camara licença a Bernardino Joa-

[1] *Coll. de provid.*, pag. 304.
[2] *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa*, em 1852, pag. 21.
[3] *Id., ibid.*, pag. 36.
[4] *Id., ibid.*, pag. 68.

quim de Azevedo para construir até tres navios na praia de Santos, mediante o pagamento de 120$000 réis por cada um, e obrigando-se a deixar a praia livre e desembaraçada logo que findasse a obra[1].

Certo elemento havia porém, que, por menos acertada interpretação da Lei, vinha embaraçar a livre acção da Municipalidade; esse elemento era a Capitania do porto.

Transparecem signaes claros de desintelligencia surda entre os dois poderes.

Em Maio d'este mesmo anno de 1852, por exemplo, fez a Camara intimar os donos das barracas de banhos da praia de Santos, a que declarassem com que direito, e com licença de quem, as tinham ali collocado[2]; e logo em Julho mandou embargar uma construcção informe que se estava fazendo ao Norte da mesma praia[3]. É que os pretendentes dirigiam-se com os seus requerimentos á Capitania, e a Capitania julgando-se dona do porto e suas praias, despachava como dona.

Foi necessario, pois, que em 4 de Setembro de 1852 a Camara representasse ao Governo contra essas constantes invasões de direito, exercidas nos terrenos marginaes do Tejo comprehendidos em limites do Municipio. Observa a Camara que lhe pertencem, por leis e posse constante, todos os terrenos salgados desamparados a pouco e pouco pelo rio; que só a ella compete o aforal-os; mas que ao exercicio d'esses actos, propriamente seus, obsta a maneira como exerce as suas funcções a Capitania.

«A titulo de demarcar os sitios onde se podem deitar os lastros dos navios —são palavras textuaes do documento[4]— a Capitania do porto não só tira á administração municipal uma exorbi-

[1] *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa*, em 1852, pag. 7.

[2] *Id., ibid.*, pag. 41.

[3] *Id., ibid.*, pag. 49.

[4] Póde ser visto por inteiro a pag. 165 e seg. da *Synopse dos prin. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa*, em 1852.

tante porção de terrenos, mas exerce n'estes todos os actos de verdadeiro senhor, permittindo ou vedando ao publico e aos particulares o uso que d'elles pretendem fazer, e outorgando os mesmos com todas as apparencias de transferencia legal de um direito de propriedade, que por caso nenhum tem.»

O certo é que tambem na praia junto á torre de Belem concedera a Capitania a um Antonio da Rocha Esteves o poder edificar uma barraca, alem de analogas concessões n'outros pontos da praia, como acabei de mostrar.

Para evitar pois tamanha confusão de attribuições, e restituir á Camara a sua livre acção de administrar e fiscalisar os salgados, requeria a Vereação que as funcções do Capitão do porto ficassem reduzidas á policia da navegação do rio, e á Camara pertencesse a administração dos terrenos, que pela acção do tempo, ou pela acção legal, se fossem subtrahindo ás marés.

CAPITULO III

Quinta tentativa: projecto do Conde de Lucotte, francez, para um aterro até Belem, e um caminho de ferro até Cintra.—Representações da Camara contra certas clausulas do contrato celebrado com o Governo.—Reivindicações em favor de Pezerat.—Pensa se de veras no Aterro da Boa Vista.—José Victorino Damasio.—Toma a Camara a si a direcção da obra do Aterro.—Transformação da orographia do Tejo.—Liga-se o Aterro com a Boa-Vista.—A portaria de 29 de Novembro de 1859 suspende a construcção da muralha sobre o Tejo.—Espanto da Vereação.—Negociações com o Ministro das Obras publicas.—Expropriações em Santos-o-Velho.—Transformação da praia de Santos.

QUINTA TENTATIVA

Em dia, a 15 de Maio de 1855, levantou-se um estrangeiro talentoso e emprehendedor, então domiciliado entre nós, o Conde de Claranges-Lucotte, e apresentou ao Governo o plano de um caminho de ferro para Cintra pela margem do Tejo. Pedia a concessão da exploração da empreza, assim como os terrenos que podesse conquistar na praia, e propunha abrir docas, e plantar lindos passeios até Pedroiços, onde tencionava edificar um vasto estabelecimento de banhos. A estação central da via ferrea seria no caes do Sodré. Por Lei de 26 de Julho foi approvado o contrato, e o concessionario começou as obras da estação de Belem, inauguradas pela Rainha a senhora D. Maria II, e que haviam de ser seguidas da construcção do aterro em frente de toda Lisboa, dos caes, das docas, etc. Projectos grandiosos!

Ora o artigo 23.º da citada Lei dizia assim:

«Em compensação das obrigações que a empreza toma sobre si por este contrato, faz o Governo á mesma empreza cessão, trespasse perpetuo e irrevogavel, de todo o direito e acção, dominio e posse, que o Estado tem sobre os terrenos que por ella forem conquistados ao Tejo, em virtude dos trabalhos que executar com-

prehendidos entre o muro do caes, e o extremo das propriedades confinantes com o rio.»

Essas clausulas, como era de suppôr, pozeram logo em alarma a Vereação; eram, ou pareciam, invasão flagrante de direitos antigos e sacratissimos. A Camara entendeu dever representar com energia contra o dito artigo 23.º, em 19 de Maio seguinte[1].

Não obstante essa diligencia, foi o Governo auctorisado, pela carta de Lei de 6 de Agosto de 1856, a ceder á Companhia Lucotte a propriedade perpetua allodial de uma superficie de 18:200 metros quadrados na praia de Pedroiços, para ali ser construido por conta da empreza um vasto e elegante estabelecimento de banhos de mar *com escolas de natação e gymnastica*, revertendo o terreno para o Estado no caso de extincção da Companhia[2].

Para o emprehendimento de todas estas obras agigantadas, ponderava depois com justa ufania o citado Pezerat ter contribuido muito o projecto inicial d'elle.

Ora como, para facilitar a approvação das obras propostas, entenderam os concessionarios offerecer gratuitamente a obra altamente attractiva de uma linha ferrea de Lisboa a Cintra, a concentração das forças n'essa empreza (que aliás se não realisou) fez periclitar o projecto principal, das docas, aterros, e portos de construcção, assim como o emprego de todos os terrenos roubados ao Tejo para um verdadeiro bairro commercial marinho ás abas de Lisboa.

Em duas palavras: no projecto geral de Pezerat ganhavam-se sobre o Tejo vastos terrenos, desde o Arsenal até á torre de Belem, orlavam-se com um caes em linha recta traçado a 40 metros fóra da torre, e collocava-se um porto de construcção na bocca do rio de Alcantara.

A medonha febre amarella de 1857 obrigou o Governo, a Municipalidade, o publico inteiro, a pensar, com maior seriedade ainda

[1] *Annaes adm. e econ. do Mun. de Lisboa*, 1855, pag. 6 e seg.

[2] José Silvestre Ribeiro — *Hist. dos estab.*, tomo XII, pag. 120.

do que até ali, nas incalculaveis vantagens que á saude publica deviam provir de se entulharem de vez os lodos mephyticos da Boa-Vista, estendendo aos pés de Lisboa, como um estrado enorme, um longo aterro, que tirasse á Capital a causa mais efficaz das epidemias, que já muita vez a tinham assolado. Toda a opinião dirigente se empenhou no assumpto; trabalharam os poderes do Estado; e logo em sessão da Camara Municipal de 15 de Maio de 1858 se recebia communicação de ter o Director do Instituto Industrial, que era então o honrado José Victorino Damasio, dado começo ao aterro entre o forte de S. Paulo e a praia de Santos; o illustre engenheiro sollicitava coadjuvação do Municipio[1].

Em 24 a Camara mandou o Vereador Fernandes Chaves e o Engenheiro Pezerat, para tratarem com Damasio ácerca das obras do Aterro[2]. Uma das primeiras urgencias era reivindicar uma porção de terrenos ao longo do rio, usurpados ao Municipio, a pouco e pouco, e desde longos annos, como acima indiquei, nas praias da Boa-Vista; e por isso, logo em sessão de 18 de Outubro, a requerimento do Vereador Levy M. Jordão, resolveu a Camara pedir auctorisação ao Conselho de Districto para se intentarem as indispensaveis acções[3].

Intentaram-se, e com energia. Teimavam alguns proprietarios serem d'elles os terrenos *accrescidos;* objectava a Camara serem d'ella. A Camara tinha por si a rasão; venceu. Ás vezes (mas não é sempre) succede vencer quem tem por si a rasão e o direito.

Em Maio de 1858 era, como disse, o sabio Director do Instituto Industrial, o Engenheiro José Victorino Damasio (velho alto, serio, grave, que ainda conheci em casa de meu Pae) encarregado de proceder sem demora ao aterro da margem desde o boqueirão da Moeda até á praia de Santos por conta da empreza Lucotte. Eram apenas uns cincoenta metros furtados ao rio, sustentados por um paredão armado de quatorze linguetas para contraforte, e planos inclinados para desembarque. Começou-se logo com a actividade

[1] *Annaes do Mun. de Lisboa,* 1858, n.º 10, pag. 89.
[2] *Id., ibid.,* pag. 90.
[3] *Id., ibid.,* n.º 20, pag. 171.

que sabia incutir a tudo o notavel trabalhador, technico de primeira ordem, cujo glorioso nome ficou a uma das ruas do novo Aterro.

Foi então muito para ver e lamentar o modo, por que se insurgiram contra tão relevante melhoramento os proprietarios de estancias, armazens, e estalleiros do sitio, chegando alguns a embargar a obra, e a resistir ás ordens, exigindo que se lhes mantivessem os seus aforamentos á Camara, e as suas usurpações successivas de chãos invadidos. Felizmente foram desattendidas essas reclamações egoisticas, e parecia que a sombra de um Marquez de Pombal insufflava brios ao Director e aos operarios[1].

Lançarei ao papel mais alguns apontamentos chronologicos relativos á historia do Aterro. Vale a pena; e se isto parecer a alguns importuno, peço-lhes que se lembrem de que ainda um dia todas estas nossas novidades contemporaneas hão de, no futuro, ser antiguidades apreciaveis. Todo o material que formos juntando para a historia ulterior da Capital tem pois de ser altamente aceito aos nossos vindoiros. Oxalá me oiçam elles!

Vejo que chegou um periodo, em que o Governo entendeu conveniente transferir para a Camara Municipal a direcção da obra do Aterro. Effectivamente a portaria do Ministerio das Obras publicas de 18 de Abril de 1859 ordena ao Major José Victorino Damasio entregue á Camara as obras já feitas[2]; o que elle realisou quinta feira 3 de Maio seguinte, pelas 4 horas da tarde[3].

Começou então a Camara a dirigir aquelle complicado commettimento, vasto para qualquer parte, e muito mais vasto para a nossa Lisboa. Em sessão de 27 de Abril d'este anno de 1859 mandou-se annunciar para 3 de Maio a arrematação da continuação do Aterro,

[1] As reclamações, e os empachos adrede postos por alguns proprietarios de estabelecimentos, estancias, armazens, etc. da Boa-Vista e da praia de Santos deixaram vestigios ao longo dos *Annaes do Municipio de Lisboa*.

[2] *Annaes do Mun. de Lisboa*, 1859, pag. 284.

[3] *Id., ibid.*, pag. 289.

e o fornecimento dos materiaes para a construcção da muralha[1]; e logo em sessão de 16 apresentava o Vereador Esteves de Carvalho parecer da repartição technica sobre as varias propostas que entraram[2]. A Municipalidade foi activa, e energica.

Com as novas obras, que seguiam de vento na véla, ia mudando a pouco e pouco a feição do sitio; a cortina do caes do Sodré era demolida em parte, no verão de 1859; o que motivou, em sessão da Vereação de 11 de Julho, uma interpellação do Vereador Esteves de Carvalho á Commissão inspectora das obras do Aterro; interpellação que trouxe as sensatas explicações dadas em Camara pelo Engenheiro Pezerat[3].

É que as obras não caminhavam á tôa, segundo alguns podiam pensar; obedeciam a um plano. Em 28 d'esse Julho de 1859 approvava a Camara o relatorio da Commissão technica sobre as obras do Aterro, relatorio onde se indicava por miudos o traçado que deviam seguir os trabalhos[4].

Por sua parte o Governo mostrava interessar-se na prosecução d'elles; a portaria de 28 de Julho de 1859 nomeava Fiscal d'essas obras o Capitão de Artilheria Gilberto Antonio Rolla[5], e logo n'outra portaria, de 19 de Agosto, communicava-se á Camara de Lisboa ter sido nomeada pelo Ministerio da Marinha uma commissão incumbida de um plano, onde fossem evitados os inconvenientes que do Aterro resultassem para a segurança dos barcos do Tejo, assim como para o areiamento da barra[6].

Tudo ia de concerto, e creio que *muito* bem. Em 4 de Outubro a Camara, devidamente representada, procedeu no forte de S. Paulo

[1] *Annaes do Mun. de Lisboa*, 1859, pag. 283 e 289.
[2] *Id., ibid.*, pag. 299.
[3] *Id., ibid.*, n.º 44, pag. 361.
[4] *Id., ibid.*, n.º 45, pag. 371.
[5] *Id., ibid.*, n.º 46, pag. 379.
[6] *Id., ibid.*, n.º 50, pag. 411.

á demarcação do terreno necessario para a abertura de uma rua que ligasse o novo Aterro com a rua da Ribeira nova[1].

Aberta communicação entre a Ribeira nova e o Aterro atravez d'essa fita de terreno do forte de S. Paulo, manda a portaria de 29 de Novembro de 1859 suspender os trabalhos da construcção da muralha sobre o Tejo, com o especioso motivo de se achar formada uma Companhia para fazer progredir as obras do caminho de ferro de Cintra. Essa Companhia (o leitor recorda-se de certo) era a do Conde de Claranges-Lucotte. A portaria ordena á Camara continue o Aterro, abrindo conta nova de despeza para ser satisfeita pela Companhia, e finalmente declara haverem de ser nomeados arbitros para se determinar a quantia que a mesma Companhia tenha de pagar ao Estado pelas obras já executadas.

Em 2 de Dezembro, ás 7 horas da noite, reunia-se toda a Vereação em sessão extraordinaria, para tomar conhecimento da portaria. Como se vê, o negocio era gravissimo; toda a attenção, todo o empenho dos representantes do Municipio, não era de mais.

Discutiu-se muito a materia; eu aqui limito-me a condensar as resoluções.

A Camara reconheceu os direitos da Companhia de 1855, visto não ter sido rescindido nunca o respectivo contrato; mas resolveu representar ao Governo, pelo Ministerio das Obras publicas, contra a ultima parte da portaria, que dizia: «serão nomeados opportunamente arbitros que determinem a quantia que a Companhia tem de satisfazer ao Estado.» A importancia d'essa indemnisação não pertencia ao Estado, pertencia á Camara. O Vereador Esteves de Carvalho, encarregado da direcção das obras do Aterro, ponderou que, no caso de se pôr desde logo em execução o que a portaria determinava, fazendo suspender os trabalhos, teria elle de despedir cerca de quatrocentos operarios; mas não era tudo: alem

[1] *Annaes do Mun. de Lisboa*, 1859, n.º 55, pag. 452.

d'esse horror, havia mais isto: desmuronar-se hia necessariamente a muralha já construida, perdendo-se grande cabedal da despeza feita.

A situação era tão grave, que foi encarregado o Presidente da Camara, Julio Maximo de Oliveira Pimentel, de tratar de viva voz com o Ministro das Obras publicas o modo de a remediar[1].

Apesar de todos esses contratempos, continuavam devagarinho as expropriações para o Aterro: em 19 de Dezembro de 1859 auctorisava-se em Camara a expropriação amigavel, por 1:252$100 réis, de uma propriedade na praia de Santos, e seu dominio directo á Casa de Abrantes, para a abertura da hoje chamada Rampa de Santos, que devia ligar obliquamente a rua das Janellas Verdes com o Aterro[2]. Em 29 de Março de 1860 resolvia mais a Camara requerer a expropriação de uns terrenos e barracões na praia de Santos, pertencentes á familia Sanguinetti[3]; e em 20 de Agosto era auctorisado o Vereador Tedeschi para tratar definitivamente esse negocio[4]. Resolvia-se mais expropriar aos herdeiros do Conselheiro de Estado Francisco de Paula de Aguiar Ottolini um seu grande predio, de que no antecedente Livro falei, situado na rua direita de Santos com esquina para a travessa das Escadinhas da Praia; expropriação essa que subiu a 6:200$000 réis[5], demolindo-se o predio em Setembro do dito anno.

Em Maio de 1860 expropriaram-se á Casa de Abrantes uns terrenos, em que se comprehendia o antigo picadeiro do palacio dos Marquezes, para a abertura da rua Vinte e quatro de Julho[6].

Em Junho de 1860 expropriavam-se umas barracas na praia de Santos a José Antonio Ferreira Louro, de alcunha *o faz tudo,* por

---

1 *Annaes do Mun. de Lisboa,* 1859, n.º 61, pag. 498.
2 *Id., ibid.,* n.º 64, pag. 522.
3 *Arch. Mun. de Lisboa,* 1860, n.º 13, pag. 99.
4 *Id., ibid.,* n.º 35, pag. 274.
5 *Id., ibid.,* n.º 18, pag. 139.
6 *Id., ibid.,* n.º 23, pag. 179.

350$000 réis, e á snr.ª Viscondessa da Asseca, tutora de seu filho menor, umas cocheiras e parte do pateo e cavalhariça pertencentes ao palacio Asseca na rua das Janellas Verdes, por 1:000$000 réis[1]. O palacio já não existe.

E ainda aqui não pára. Em sessão de 20 de Agosto de 1860 resolvia a Camara officiar ao Barão de Villa-Cova, João Antonio de Almeida, convidando-o a chegar a um accordo sobre a expropriação de um seu terreno na praia de Santos, para a abertura da rua Vinte e quatro de Julho[2]. Esse terreno era de uma fabrica de cordoaria que já ali vejo mencionada no *Almanack Popular* de 1849[3], como pertencente ao mencionado Almeida. Pela aquisição d'esse terreno teve a Camara que desembolsar a quantia de réis 23:125$498 em Outubro de 1861[4].

Custa-me estar a tornar pesado este livro com tal serie de pesadissimas noticias; mas não ha remedio. E depois.... é tão facil a quem se não interessa em taes pormenores o ir saltitando paragraphos, como quem passa poldras em regato! Continuo.

A praia de Santos, transformada, retalhada, toda ella expropriações e carroçadas de terriça e entulho, pasmava de si propria! Já lá iam os seus bons tempos; já lá iam os abarracamentos de lona branca para banhos na estação calmosa[5]; as construcções de hiates e brigues a pulular ao longo do areal; as cordilheiras de motano que de vez em quando se abrazavam como Troya, e illuminavam a Cidade[6]. O Aterro, que vinha a caminhar para o Poente com

[1] *Arch. Mun. de Lisboa*, 1860, n.º 26, pag. 203.

[2] *Id., ibid.*, n.º 35, pag. 274.

[3] Pag. 116.

[4] *Arch. Mun. de Lisboa*, 1861, n.º 96, pag. 763.

[5] Pagavam 400 réis de terrado por cada metro quadrado. *Annaes do Mun. de Lisboa*, 1858, n.º 14, pag. 122.

[6] Só no mez de Junho de 1859 houve *cinco* incendios no motano da praia de Santos. *Annaes do Mun. de Lisboa*, 1859, n.º 41, pag. 338. Era um perigo esse, e não pequeno, para as ruas limitrophes. Em Julho de 1852 mandou a Ca-

toda a força, ia engulindo o areal e as suas tradições. É a cruel ordem do mundo.

Em sessão de 12 de Agosto de 1858 a Camara Municipal approvou uma proposta do Vereador Fernandes Chaves, para que a Commissão technica apresentasse com urgencia á mesma Camara a planta de todos os melhoramentos que o sitio da praia de Santos carecesse, para obrigar a que, de futuro, quaesquer predios que por ali houvessem de construir se ficassem sujeitos ás indicações da planta que o Municipio determinasse[1].

A obra não parava; em 9 de Maio de 1859 propunha o Vereador D.or Lisboa que se obrigassem os donos de barcos varados na praia de Santos a removerem-n-os dentro de quinze dias para se dar começo ao entulhamento[2]; e em 28 de Novembro seguinte arrematava-se o *rerdugo* para a construcção da muralha do aterro da velha praia[3].

---

mara que um officio do Vereador Braamcamp e outro do Inspector dos incendios, sobre o risco de fogos na concorrida praia da Boa-Vista, em rasão dos muitos combustiveis ali accumulados, fossem remettidos ao Vereador das Praias. *Synopse dos princ. act. adm. da Cam. Mun. de Lisboa*, em 1852, pag. 60.

[1] *Annaes do Mun. de Lisboa*, 1858, n.º 15, pag. 129.

[2] *Id.*, 1859, pag. 298.

[3] *Id., ibid.*, n.º 39, pag. 481.

CAPITULO IV

Fevereiro de 1860.— Projecto supplementar do Conde de Claranges-Lucotte.— Rescisão do seu contrato.—Pede a Camara ao Governo a prosecução das obras do Aterro.—O empreiteiro Van-der-Elst.—*Sexta tentativa:* projecto de melhoramentos pelo Conde do Farrobo e outros.—Continua sempre o Aterro.—Arborisação.—Forma-se na rua de Vinte e quatro de Julho a praça de Dom Luiz. Verão de 1863.—Mercado da Ribeira; é demolido.

Em 26 de Fevereiro de 1860 apresentava o Conde de Claranges-Lucotte um projecto supplementar para o delineado bairro do Caes do Sodré; mas nada fez a Companhia.

—

Em 16 de Agosto de 1860 representava a Camara ao Governo no sentido de se continuarem com affinco as obras do Aterro. A opinião publica é uma força invencivel; e n'este caso a opinião publica pesava sobre a resolução das vereações. A paralysação determinada pela portaria de 29 de Novembro de 1859 causava enorme destroço no que estava já feito; e se, quanto antes, se não amparasse a muralha, era imminente o perigo de se arruinar a obra no proximo inverno. A Camara instava pois com o Governo que desse o necessario subsidio para a continuação dos trabalhos, e para as expropriações que acima referi[1].

Pensou-se pois outra vez em continuar a aterrar a praia de Santos; mas era preciso escolher na nossa longa Ribeira algum sitio

[1] *Arch. Mun. de Lisboa*, 1860, n.º 37, pag. 202.

onde se fizesse deposito de lastro para navios, que até então costumava accumular-se não sei em que sitio da mencionada praia; e a 7 de Setembro de 1860, na praia chamada «da Galé», em frente do Arsenal do Exercito, compareceram varios vereadores da Camara, e outros funccionarios por parte da Intendencia de Marinha, afim de procederem á escolha e demarcação de sitio proprio para aquelle deposito. Escolheu-se uma area de vinte e oito metros e quarenta centimetros, partindo ao Nascente com serventia publica da praia da Galé, ao Poente com uma fabrica de pregos de D. Mauricia Joaquina da Silva, foreira á Camara, ao Norte com caminho publico, e ao Sul com o Tejo, e collocaram-se, segundo as conveniencias do serviço, as competentes balisas[1].

Nisto baixou o decreto de 27 de Março de 1861, rescindindo o contracto com a empreza Lucotte; acabou pois por uma vez esse pesadello da Camara; e ainda assim, em 3 de Abril, um tal A. X. Van der Elst officiava á Municipalidade, dizendo-lhe que na sua qualidade de empreiteiro geral da empreza do caminho de ferro de Cintra, pedia licença para edificar no caes em frente da Moeda um barracão provisorio para a construcção de barcos de transporte e deposito de material para as obras dos novos aterros projectados pela Companhia. Respondeu-lhe a Camara, e muito bem, que em presença do decreto da rescisão não reconhecia já empreiteiro algum[2].

Em sessão de 5 de Agosto de 1861 mandou a mesma Camara officiar ao Governo communicando-lhe que, por não existirem já os inconvenientes apontados na portaria de 29 de Novembro de 1859, resolvera continuar a grande obra, e por isso pedia augmento na prestação mensal que os cofres municipaes percebiam[3].

[1] Esse auto vem por extenso no *Archivo Municipal de Lisboa*, 1860, n.º 38, pag. 300.

[2] *Arch. Mun. de Lisboa*, 1861, n.º 67, pag. 529.

[3] *Id., ibid.*, n.º 85, pag. 674.

SEXTA TENTATIVA

— Chegamos ao sexto projecto.

Em 1 de Abril de 1861 apresentou se ao Governo outro alvitre de melhoramentos no porto de Lisboa, firmado pelos respeitaveis nomes do Conde do Farrobo, do Conselheiro Frederico Guilherme da Silva Pereira (irmão do Conde das Antas), e do Conde do Sobral, constituidos em sociedade.

Esses empreiteiros, dirigidos technicamente por um engenheiro francez, cujo nome não sei, e que intitulou o seu estudo *Chemin de fer et docks de Lisbonne*, propunham-se conquistar terrenos ao Tejo entre um ponto fronteiro á Ribeira Nova e a torre de Belem; n'esses terrenos estabeleceriam ruas, uma doca de fluctuação, e uma linha ferrea de Lisboa a Belem.

Ignoro o motivo por que tão bellos principios não deram fructo.

*

No entretanto, continuava a obra do Aterro. Ainda me lembro bem do seu aspecto barbaro em 1862, por exemplo, poucos annos depois de começado. Era um vasto deserto de terra amarellada, mal nivelado, atravancado de tócos, barrotes, pedregulhos, barcos velhos, mastros, carroças. Pela linha traçada á via publica principiavam a verdejar, timidas, enfesadas, umas arvoresinhas rachiticas, encostadas aos seus tutores[1]. Ao Nascente da obra que primeiro se tinha executado, continuava já o Aterro pela frente da Moeda e da velha praia de Santos[2]. Pela banda da terra ia uma orla de baiucas multiformes, os tristes taboados da Companhia do gaz (hoje

[1] Em sessão da Camara Municipal de Lisboa de 3 de Março de 1859 o vereador Fernandes Chaves propoz que se continuassem os trabalhos de calçada e arborisação do aterro da Boa-Vista. *Annaes do Mun. de Lisboa*, 1859, n.º 29, pag. 241.

[2] A Portaria do Ministerio do Reino de 12 de Abril de 1859 approva a continuação do aterro em frente da casa da Moeda e da praia de Santos. *Annaes do Mun de Lisboa*, 1859, n.º 33, pag. 273.

substituidos por uma frontaria ogival digna do theatro do Rato), e estalleiros e estancias desde a Moeda até ás alturas do Conde Barão. Pela banda do mar, uma fila quasi ininterrupta de botes, barcacas de areia, e fragatões de carga.

De tamanha anarchia ninguem sonhava que saisse tão depressa a formosa rua *Vinte e quatro de Julho*, com os seus passeios alinhados, as suas renques de arvoredo e candieiros, o mercado, a praça de D. Luiz, os brilhantes predios de azulejo, e os dois lindos jardins cheios de creanças, e flores. Parabens á Cidade! e repito: Querer é poder.

Portugal não é um paiz morto; e quando as auctoridades entendem o seu dever, encontram sempre auxilio na opinião. O que é necessario é saber substituir com geito um bocadinho de absolutismo ás formulas constitucionaes, que nem sempre são boas. É util? compra se; rasgue-se; execute-se.

Não sei se as obras afrouxaram algum tanto por esse tempo; sei que em 31 de Março de 1862 instava a Camara com o Governo para a continuação d'ellas[1]; e que a portaria do Ministerio das Obras publicas de 5 de Abril seguinte auctorisa a continuação e acabamento do aterro da praia de Santos[2].

* * *

Como se vai vendo, o Aterro da Boa-Vista ia tomando gradualmente feição nova, ia modificando a sua apparencia cahotica de Saharah em construcção.

Em sessão da Camara de 10 de Fevereiro de 1862 o Vereador José Carlos Nunes apresentava a seguinte

PROPOSTA

«Proponho que no Aterro da Boa Vista, no terreno que confina pelo Norte com a casa da Moeda, Sul com o Tejo, Nascente com

[1] *Arch. Mun. de Lisboa*, 1862, n.º 118, pag. 939.
[2] *Id., ibid.*, n.º 120, pag. 954.

o forte de S. Paulo, Poente com a rua Vinte e quatro de Julho, se forme uma praça, e que seja denominada de Dom Luiz Primeiro[1].»

Foi approvada a ideia; e logo no verão de 1863, segundo se deprehende de varias providencias municipaes de pouco interesse para aqui, tratava-se da regularisação do aspecto da nova praça. Em 1 de Agosto de 1864 verificavam se os seus alinhamentos[2], e em 1 de Dezembro communicava o Ministro da Marinha á Camara de Lisboa terem-se expedido as ordens convenientes para a demolição do forte de S. Paulo, empacho importuno ao traçado do novo *square*[3]. Effectivamente era vendido o material em hasta publica a 13 de Janeiro de 1865, em virtude da Lei de 2 de Abril antecedente[4]. Depois arborisava-se, e ajardinava-se o terreno. No seu lado oriental inaugurava-se em 1 de Janeiro de 1882 o magnifico mercado, successor melhorado da demolida Ribeira Nova[5]; os arbustos foram crescendo; já se viam correr por ali creanças com arcos, e já se viam conversarem amas de leite com soldados da Municipal. Progresso!

1 *Arch. Mun. de Lisboa*, 1862, n.º 111, pag. 883.
2 *Id.*, 1864, n.º 244, pag. 1931.
3 *Id., ibid.*, n.º 259, pag. 2068.
4 *Id., ibid.*, n.º 261, pag. 2087.
5 Miguel Paes—*Melhoramentos de Lisboa*, tomo I, pag. 286.

CAPITULO V

Projecta-se no Aterro o edificio do Correio.—Ideias do engenheiro Corrêa Paes.—Projecta-se o monumento ao general Marquez de Sá.—Julho de 1884: sua inauguração.—Em 1863 ainda a arteria do Aterro não era praticavel.—A grande rua de Vinte e quatro de Julho.—Ligação d'ella com o interior da Cidade.—Rua de D. Carlos.—*Septima tentativa*: projecto do engenheiro portuguez João Evangelista de Abreu.

Correram annos, e a Associação commercial de Lisboa lembrou ao Governo a collocação do edificio do Correio na linda *praça de D. Luiz*. A Camara porém foi contraria a essa ideia, seguindo o parecer da sua Commissão de obras e melhoramentos em 21 de Janeiro de 1878[1]. D'ahi nasceu discussão pela imprensa, e um eminente engenheiro, o fallecido Miguel Carlos Corrêa Paes, publicou uma serie de folhetins no *Diario de Noticias*, que depois de reproduzidos em dois volumes deram um bello livro de consulta proveitosa para todos.

Subsequentemente creou-se uma Commissão para tratar de erguer por subscripção publica um monumento ao valente caudilho Bernardo de Sá Nogueira, Marquez de Sá da Bandeira; e em sua sessão de 5 de Junho de 1879 ouvia a Camara municipal ler um officio de 28 de Maio, em que essa Commissão pedia ser auctorisada para erigir o monumento na praça de D. Luiz. Houve discussão.

O Vereador Ferreira opinou que em vez da indicada praça se escolhesse a do Pelourinho, tirando-se d'ali a columna, que recordava *o velho regimen absoluto*. O Presidente respondeu que já essa lembrança tinha apparecido, mas que a propria Commissão a regeitára. O Vereador Alves trouxe á tela o campo de Sant'Anna; e de-

[1] *Arch. Mun. de Lisboa*, 1878, pag. 57 e seg.

pois de falarem os vereadores Osorio e Elias Garcia, ficou-se em fazer saber aos promotores do monumento do Marquez, que a Vereação julgava acanhada a praça de D. Luiz[1].

Apesar d'essas divergencias de opinião, tão proprias de cá, teimou a Commissão, e em 27 de Março de 1882 dava parte á Camara, de que a ceremonia da collocação da pedra fundamental na praça de D. Luiz se realisaria em 4 de Abril seguinte, ao meio dia[2], como effectivamente se realisou.

Ora saindo agora do recinto do *square*, onde campeia hoje o monumento, obra do mallogrado artista italiano Giovanni Ciniselli e inaugurado em 31 de Julho de 1884, notarei que ainda em 1861 não estava a grande arteria do Aterro praticavel á viação publica; ainda a imponente rua de Vinte e quatro de Julho não dava serventia á passagem. O funeral d'el-Rei D. Pedro V, como se vê nos editaes da Camara, seguiu ainda pelas Janellas Verdes, Santos, e calçada do Marquez de Abrantes[3]. O mesmo se deu em Outubro de 1863, por occasião de passar o cortejo do baptisado do Principe Real o senhor D. Carlos (hoje Rei).

Actualmente é a rua de Vinte e quatro de Julho uma das mais bellas e grandiosas da Peninsula e da Europa. Quando nos festejos nacionaes (a 24 de Julho, por exemplo) embandeirava em arco, regorgitava de gente, enfileirava por milhares de metros a sua perspectiva atrevidissima, e se inundava de sol creador, não creio que houvesse espectaculo mais solemne. Um ceo azul opalino; uma bahia enorme cortada de navios a tremular de galhardetes; uma cidade de marmores a torrejar-lhe á espalda; e o melhor povo do mundo a vivifical-a de alegrias!....

Esta importante linha do Aterro da Boa-Vista precisava urgentemente ligar-se com o resto da Cidade; é o que a pouco e pouco se tem conseguido. Vejamos.

[1] *Arch. Mun. de Lisboa*, 1879, pag. 300.
[2] *Id.*, 1882, pag. 166.
[3] *Id.*, 1861, n.º 98, pag. 784.

Em sessão da Camara de 10 de Agosto de 1863 propoz o Vereador José Carlos Nunes a abertura de uma arteria entre a rua de Vinte e quatro de Julho e o largo das Côrtes[1]. Esse lanço entre o Aterro e a calçada do Marquez de Abrantes ficou-se chamando, em homenagem ao brilhante heroe de 24 de Julho de 1833, rua do Duque da Terceira[2], mas foi chrismada depois em rua de D. Carlos.

Ulteriormente, venderam-se para edificações particulares o terreno livre, e começaram a pullular casas vistosas no logar onde corria o Tejo. Pena é que ainda não chegasse aos mestres de obras o enthusiasmo da Arte, que é tão nobre, e tão vivificador! As frontarias de Lisboa são mesquinhas, vulgares, pobres, e são tudo menos artisticas. Em summa: vamos andando.

Em principio de 1865 achava-se o Aterro concluido desde Santos até á Ribeira Nova; em Abril determinou a Camara continual-o para o lado do Caes do Sodré, conforme a planta topographica já approvada; e assim se fez[3]; e logo em 21 de Agosto o Vereador J. C. Nunes propunha á Camara se ficasse chamando «rua do Instituto Industrial» a serventia em construcção entre o largo do Conde Barão e o Aterro (era o antigo *Boqueirão da Palha*)[4].

SEPTIMA TENTATIVA

Em 1865 apparece-nos chronologicamente o septimo tentame de melhoramento do porto de Lisboa; intitula-se *Ante projecto das obras do melhoramento do Arsenal da Marinha*.

João Evangelista de Abreu, o talentoso e mallogrado engenheiro, encarregado do melhoramento das condições do Arsenal da Mari-

1 *Arch. Mun. de Lisboa*, 1863, n.º 190, pag. 1517.
2 *Id.*, 1866, n.º 338, pag. 2717.
3 *Id.*, 1865, n.º 287, pag. 2297.
4 *Id.*, *ibid.*, n.º 297, pag. 2380.

nha, levou alto o seu ponto de mira, e ponderou ao Governo o modo como entendia melhorar, não só o Arsenal (o que era muito), mas o porto de Lisboa (o que era muitissimo). Propunha um aterro no Arsenal, que andaria por 2:500 metros quadrados, um caes marginal em linha quasi recta, desde o caes das Columnas até á torre de Belem, á distancia média de 60 metros do caes do Arsenal, e seguindo proximamente a linha do peirau.

Tambem não foi ouvida a voz do sabio João Evangelista. Clamou no deserto como o seu santo homonymo.

Era preciso ceder vez ao oitavo projecto.

CAPITULO VI

Oitava tentativa:—Contrato do Governo em 1866 com o empreiteiro Debrousse.—Protesto da Camara contra as concessões de terrenos ao empreiteiro.—Rua de José Victorino Damasio.—Opposições com que lucta o Municipio.—Os proprietarios marginaes.—Rua de D. Luiz. —*Nona tentativa:* projecto dos engenheiros portuguezes Januario Corrêa de Almeida e João Verissimo Mendes Guerreiro.

OITAVA TENTATIVA

Em Abril de 1866 celebrou o Governo portuguez contrato com o subdito francez Hubert Debrousse para a concessão de terrenos conquistados e por conquistar ao Tejo, a fim de se estabelecerem docas, um dique de querenar, e uma linha ferrea de Lisboa a Cintra.

Esse contrato deu azo a largas discussões, na imprensa e fóra d'ella. Em sessão municipal de 3 de Maio de 1866 o Vereador J. Carlos Nunes ponderou que esse tal contrato, envolvendo os terrenos da Boa-Vista onde já se achavam feitas as ruas *de D. Luiz I*[1], e *Vinte e quatro de Julho*, e mais uma praça, vinha trazer grande prejuizo ao publico; a Camara nomeou uma Commissão composta dos Vereadores Serzedello, Nunes e Vianna para estudar o contrato, e formular opinião[2]. Logo em 7 do mesmo Maio o intelligente Serzedello apresentava á Camara a minuta da representação que devia subir ao Governo contra o contrato Debrousse; curiosa e erudita peça de boa litteratura administrativa[3]: ali ha muita dignidade,

[1] Assim denominada por proposta do Vereador J. C. Nunes em sessão camararia de 21 de Agosto de 1865, *Arch. Mun. de Lisboa*, 1865 n.º 297, pag. 2380.

[2] *Arch. Mun. de Lisboa*, 1866, n.º 333, pag. 2674.

[3] *Id., ibid.*, pag. 2679.

muito conhecimento do assumpto, e uma fórma sobria e elegante, que desdiz dos usos velhos da nossa loquella official.

* * *

Em Setembro d'esse mesmo anno de 1866, honrava-se a Camara Municipal prestando homenagem ao talento, á probidade, e á incançavel applicação de um engenheiro portuguez de primeira plana, já acima citado, José Victorino Damasio, determinando que a uma rua do novo Aterro se desse o nome d'elle; e em 14 esse trabalhador, que ainda em sua vida teve a honra de assim se ver nobilitado pelos seus concidadãos (honra então talvez unica, e hoje tambem já malbaratada como as outras), agradece em termos modestos essa consagração municipal[1].

* * *

Como se tem visto no decurso d'esta minuciosa chronica lisbonense, luctava o Municipio com embaraços de toda a ordem; e não era dos minimos a surda e patente opposição dos proprietarios de terrenos junto ao Tejo. Havia uma alluvião de processos instaurados; só essa parte contenciosa daria um volume. Em 30 de Outubro de 1866 o Vereador Francisco Manuel de Mendonça (depois Barão de Mendonça), apresentou á Camara, por parte da Commissão encarregada dos negocios do Aterro, uma proposta a fim de se sollicitar do Conselho de Districto auctorisação para a Camara tratar directamente com os ditos proprietarios, transigindo, harmonisando quanto possivel, para poupar despezas e tempo[2].

Outro horror era a falta de meios. Em 18 de Julho de 1867 deliberou a mesma Camara pedir ao Governo o dinheiro indispensavel para a construcção da grossa muralha do Aterro *entre o Caes do Tojo* (da Boa-Vista) *e o Arsenal da Marinha*[3].

---

[1] *Arch. Mun. de Lisboa*, 1866, n.º 352, pag. 2842, e 2840.

[2] *Id., ibid.*, n.º 359, pag. 2900.

[3] *Id.*, 1867, n.º 396, pag. 3205.

Finalmente, depois de tantos e tão grandes trabalhos, achava-se em Agosto de 1867 concluido o Aterro desde a praia de Santos até ao Arsenal da Marinha.

Ninguem póde negar que foi um bem incalculavel para Lisboa. Melhorou a viação, melhorou o aspecto, melhorou a saude publica. A portaria de 16 de Janeiro de 1877, expedida pelo Ministerio das Obras publicas, auctorisa a abertura successiva da rua de D. Luiz, marginal do Aterro, e oria de Lisboa, e auctorisa-a sem quebra do direito que o Estado tenha sobre os terrenos conquistados ao Tejo[1].

NONA TENTATIVA

Foi em Novembro de 1869, que dois engenheiros portuguezes os snrs. Januario Corrêa de Almeida (hoje Conde de S. Januario) e João Verissimo Mendes Guerreiro, se abalançaram a entrar tambem n'esta liça *sui generis*. Apresentaram ao Governo um projecto novo. É bello ver como tantos talentos de primeira ordem, tantos homens cheios de aspirações nobilissimas, conspiraram n'este mesmo proposito da civilisação lisbonense.

«O projecto — palavras do citado Miguel Paes — estendia-se desde a estação do Caminho de ferro — (Santa Apollonia)— até a torre de Belem, havendo um muro de caes, que estava lançado um pouco para alem das linhas de mais baixas marés de aguas vivas. Apesar d'esse muro não ser continuo, havia comtudo uma linha de via ferrea ao longo de todo elle, pelo lado do mar, que atravessava em pontes girantes as reprezas, entradas das docas, diante das carreiras do Arsenal, e tendo estações para passageiros, muito amiudadas, desde a Rocha do Conde de Obidos até ao Bom Successo.

«Por esta via ferrea fazia-se todo o movimento de mercadorias entre as docas e a estação do Norte e Leste; ella contornava todos os caes, armazens e desembarcadoiros. Os vagons vinham bus-

[1] *Arch. Mun. de Lisboa*, 1877, pag. 21.

car as mercadorias debaixo de todos os guindastes estabelecidos pelo systema Armstrong.

. . . . . .

«As docas maiores eram projectadas em frente do Aterro, sendo a doca de marés desde a praça dos Remolares até á rua do Duque da Terceira (hoje rua de D. Carlos), e a doca de fluctuação desde ali até á Rocha do Conde de Obidos . . . . . .

«Desde o Ver-o-Peso até o caes da Areia havia uma doca para navios de cabotagem, cuja entrada era a jusante.

. . . . . .

«A linha de caes a partir da Rocha do Conde de Obidos conquistava em frente do caneiro de Alcantara um grande espaço de terreno, que era destinado á construcção de um bairro operario, com casas baratas, e contornava a Cordoaria, seguindo proximo á linha de mais baixas marés, formando em frente de Belem e o Bom Successo um bairro novo para construcções ligeiras para o tempo dos banhos, tendo jardins sobre o boulevard, que era continuo desde o Bom Successo até ao Aterro, que lhe fazia seguimento.

«No fim da linha de caes, e a leste da torre de Belem, ... estava projectada por aquelles engenheiros uma doca para barcos de pesca. . . . . .

«A linha de caes era muito sinuosa, é verdade, mas conservava alguma agua sempre contra elle; e se os navios não podiam atracar pelo lado de fóra, era, por um lado, para os forçar a entrar dentro das docas, e, por outro, para não augmentar demasiadamente as despezas, que ainda assim se elevavam a 8 mil contos de réis[1].»

Este projecto dos snrs. Conde de S. Januario e Mendes Guerreiro não teve seguimento.

---

[1] *Melhoramentos de Lisboa e seu porto*, tomo II, pag. 128.

CAPITULO VII

Decima tentativa: projecto do celebre Thomé de Gamond. — Quem era esse engenheiro. — *Decima primeira tentativa:* Ideias do D.^or Bernardino Antonio Gomes sobre o saneamento de Lisboa. — Commissão expressamente nomeada pela Camara em 1880 para estes mesmos estudos.

DECIMA TENTATIVA

Topamos agora um dos luminares da sciencia, o engenheiro francez Thomé de Gamond, autor (em 1857) de um plano para o tunnel submarino entre a França e a Inglaterra, e personagem a quem Luiz Figuier, no seu livro *Les nouvelles conquêtes de la science*[1], consagra a honra de uma biographia especial.

Tenho diante dos olhos o projecto de Gamond (que vem a ser o decimo) sobre melhoramentos do porto de Lisboa; intitula-se *Mémoire sur le projet d'agrandissement de la Ville de Lisbonne*, e é dedicado a S. Ex.ª o illustre Marechal Duque de Saldanha, então Presidente do Conselho de Ministros, no verão de 1870.

A mim, que não passo de profano em taes materias, mal cabe analysar as propostas scientificas de um tão notavel engenheiro civil; resumirei apenas o que elle diz.

Começo porém por não julgar imparcial a maneira como avalia n'um rasgo de penna os projectos dos seus predecessores, obras todas ellas «concebidas — diz Gamond — sob o ponto de vista da especulação particular». Não; com o devido respeito, não foi assim; nem todos os autores ou apresentantes de planos do melhoramento de Lisboa foram *especuladores;* a muitas d'essas tentativas presi-

[1] Pag. 415.

diu ideia alta de utilidade geral: e se um ou outro se enganou em pormenores ou em calculos, e se todos foram rejeitados ou adiados, não devemos, nem podemos, imputal-o a qualquer motivo que importe desdoiro aos proponentes.

No demais, Gamond chegou, me parece, a conclusões muito praticas, é verdade que com um orçamento provavel de 16:560 contos de réis.

Não desloca os grandes centros commerciaes de Lisboa para Oeste, senão que os concentra na frente da actual Cidade; não expõe as docas, collocando-as, como outros, para as bandas de Belem, senão que as retira e abriga com o morro da Cidade velha.

Forma duas docas, uma de marés, ou ante-porto, e outra de fluctuação, communicadas por uma eclusa de 30 metros de largo.

Este projecto encontrou nos technicos muita opposição, que de todo não posso avaliar; calculo que provém do receio da alteração do regimen do rio e enfraquecimento do estoque de agua, provenientes dos largos aterros que se propunham a montante do terreiro do Paço.

Caiu em Agosto de 1870 o agitadissimo Governo do Marechal, e o negocio esqueceu e morreu.

UNDECIMA TENTATIVA

Isso significa entrar em scena o undecimo projecto.

Peço licença para assim chamar aos varios alvitres apresentados pelo sabio D.or Bernardino Antonio Gomes em 1871 no seu livro *O esgoto, a limpeza, e o abastecimento das aguas em Lisboa*. D'esse livro, publicado por ordem da Academia Real das Sciencias, e elaborado com a consciencia e o tacto que distinguiam aquelle abalisado homem, vou dar uma succinta ideia, pois se filia (quanto a mim directamente) nos projectos de melhoramento de Lisboa e seu porto:

N'um rapido estudo historico expõe o autor a origem e os desenvolvimentos dos antigos systemas de esgoto e limpeza da Capital desde os dias d'el-Rei D. João II. em 1484, até ao terremoto de 1755, d'então até 1832, e de 32 para cá. Menciona varios projectos

de engenheiros, nossos contemporaneos, para o aperfeiçoamento da canalisação, e assumptos congeneres, e especialisa o do talentoso engenheiro Joaquim Nunes de Aguiar, que propunha: reforma completa da canalisação lisbonense; construcção de grandes collectores prolongados de Santa Apolonia a Pedroiços; construcção de vastas galerias que facilitassem a inspecção e o serviço, e utilisassem aos canos da agua e do gaz ali incluidos, á moda grandiosa dos esgostos de Paris, uma das maravilhas do seculo.

Depois d'estes esboços, muito sagazmente feitos, passa o D.or Gomes a examinar o estado então usado no esgoto e limpeza de Lisboa, exame em que muito o auxiliou o empregado da Camara Manuel Ribeiro, cuja curiosissima menção se lê de pagina 18 em diante, e merece relida. Ahi vem a geographia subterranea dos canos; algum Jean Valjean lisboeta deveria tomar este livro por *vade-mecum*.

Ao dito capitulo contrapõem-se os seguintes, que são a exposição do systema dos esgotos em Paris e n'outras cidades de França, em Londres e n'outras cidades de Inglaterra, em Bruxellas, etc.

Logo segue um estudo geral sobre as condições a que deve satisfazer o esgoto nas cidades, a avaliação da agua de que Lisboa podia então dispôr, a comparação d'essa quantia com a de outras terras, etc.

O D.or Gomes era partidario do aproveitamento dos residuos da limpeza para adubo agricola; foi isso ideia muito preconisada então, mas parece que já a sciencia a reprova. No seu ponto de vista, e com muita proficiencia e logica, expõe e robóra o D.or Gomes a theoria de H. Moule, e outras; e na conclusão do livro trata dos melhoramentos realisaveis no esgoto e limpeza de Lisboa. Em duas palavras estuda o parecer do engenheiro portuguez João Evangelista de Abreu, que propunha aterro até ao peirau, e ahi, no mais forte da corrente, o desembocar dos canos da enorme drenagem da cidade, calculados com o competente declivio; depois lembra a vantagem de empregar o systema do aproveitamento dos dejectos. Segundo o calculo, Lisboa, alastrando 170 milheiros de habitantes nos seus 1:232 hectares de superficie, lucraria annualmente 50 mil toneladas de adubo excellente, equivalentes a 76 contos

de réis, pouco mais. O sabio Doutor, por motivos ponderosos, não crê comtudo que desde já se deva alterar de vez o systema usado. «As nossas diligencias — diz elle — devem ser mais o aperfeiçoamento do actual systema de limpeza, levando a canalisação ao melhor estado, e provendo de agua sufficiente a sua limpeza as casas e as ruas da Cidade.»

Vem no fim um arbitrio lembrado ao autor pelo illustre engenheiro o snr. D. Antonio de Almeida: era no sentido do aproveitamento dos detritos na agricultura: a construcção de collectores parciaes com o declivio preciso, terminando em cisternas, d'onde as materias de esgoto seriam depois removidas.

Com este assumpto acha-se em intima ligação o estudo feito em 1880 no seio de uma Commissão nomeada expressamente pela Camara Municipal para emittir parecer acerca do systema de esgoto que mais convem adoptar. Compunha-se dos seguintes cavalheiros:

Lourenço Antonio de Carvalho, D.or Joaquim Eleutherio Gaspar Gomes, João Ignacio Ferreira Lapa, José Joaquim de Paiva Cabral Couceiro, D.or Agostinho Vicente Lourenço, José Joaquim da Silva Amado, Manuel Bento de Sousa, José Emilio de Sant'Anna da Cunha Castel-Branco, e Frederico Ressano Garcia. Póde consultar-se o volume especial onde as resoluções d'este synedrio competentissimo ficaram consignadas[1].

[1] Tambem possuo na minha collecção *olisiponiana* as seguintes obras ligadas com este assumpto: *Saneamento da Cidade de Lisboa: esgotos metallicos; despejo pneumatico de longo percurso*; *Systema Berlier*; obra acompanhada de numerosos mappas; offerta do snr. D.or Venancio Deslandes; *Assainissement de la Ville de Lisbonne: système Berlier; réponse à M. L. Genis, Paris, 1888*; offerta do snr. D.or Xavier da Cunha.

CAPITULO VIII

Decima segunda tentativa: Commissão nomeada em 1871 para estudar um novo projecto de melhoramentos de Lisboa.—Analyse do alvitre apresentado.—Aproximam-se os planos do snr. Bernardino José de Carvalho sobre o regimen das aguas do Tejo.—*Decima terceira tentativa:* Projectam-se e constroem-se pontes de desembarque na Alfandega.—*Decima quarta tentativa:* planos apresentados pelo engenheiro inglez Abernethy para melhorar o porto de Lisboa.—*Decima quinta tentativa:* Projectos do engenheiro inglez Coode, em 1882.—Trata-se outra vez do Aterro da Boa-Vista.—Determina a Camara ligar a linha marginal com Buenos Ayres pela escadaria da Rocha do Conde de Obidos.—Composição projectada do Municipio com a Casa de Sabugal sobre o assumpto.

DECIMA SEGUNDA TENTATIVA

Deve-se á iniciativa do snr. Conselheiro José de Mello Gouvêa, Ministro da Marinha em 1871, a nomeação, em 9 de Setembro, de uma commissão que de novo apresentasse as bases de um plano de melhoramento do nosso porto. Essa commissão contava por membros homens dos mais conspicuos: o Engenheiro hydrographo Caetano Maria Batalha, o Major de Artilheria Gilberto Antonio Rolla, os Capitães de Engenharia Caetano Pereira Sanches de Castro, Ladislau Miceno Machado Alvares da Silva, e Bento Fortunato de Moura Coutinho de Almeida d'Eça; o Vice-Presidente da Camara Municipal Antonio Rodrigues Loureiro, o Engenheiro da Camara Domingos Parente da Silva, e o primeiro Tenente da Armada José Joaquim de Almeida. Esta importante Commissão deixou exarado (em resumo) o seguinte:

Para evitar a continuação da corrosão constante da montanha de Almada pelas aguas, ao passo que a margem do Norte se vai gradualmente assoriando, ou enlodando, propunha a Commissão uma muralha desde Cacilhas até á Trafaria, com duas docas para

barquinhos. Assim, conseguir-se-hia que o *thalweg* do Tejo, que tende a passar para a esquerda do que já está, voltasse mais para o centro. Com o aterro contido por essa muralha, roubar-se-hiam ao Tejo, ao longo da Outra-banda, 18,30 hectares de terreno.

No lado do Norte far-se-hia um caes marginal, não em linha recta, mas seguindo as sinuosidades da praia. Defendidas por um valente molhe em linha recta, abrir-se-hiam docas de abrigo, para os navios de commercio nacionaes e estrangeiros poderem carregar e descarregar, e para se acolherem os barcos de cabotagem; a saber:

uma em frente do Arsenal do Exercito;

outra em frente do Ver o peso, para barcos, e descarga dos pequenos vapores do serviço do Tejo;

outra em frente do terreiro do Paço, com a area de 7:500 metros quadrados;

outra em frente do actual dique do Arsenal da Marinha;

outra, de fluctuação, para navios de commercio, communicando com

outra, de marés, que lhe serviria de ante-porto; ambas estas defronte da rua de Vinte e quatro de Julho, desde a praça arborisada, chamada de D. Luiz, até quasi á rocha do Conde de Obidos;

outra a Leste do rio de Alcantara;

outra em frente da praça de Belem;

outra emfim em frente dos Jeronymos.

Achava a Commissão que a estação central de Santa Apollonia fica muito desviada dos centros do movimento da Cidade; queria pois, que no edificio da actual Alfandega (lado do Nascente do terreiro do Paço) se estabelecesse a estação central, ficando aquella outra para mercadorias; e prolongava-se a linha ferrea sobre um pequeno aterro desde a Madre de Deus até ao terreiro do Paço.

Junto das duas grandes docas em frente da rua de Vinte e quatro de Julho edificar-se-hia em terreno conquistado, a Sudoeste da nossa praça do Duque da Terceira, um vasto casarão para Alfandega, onde umas mercadorias chegariam directamente por mar, e outras pela via ferrea, graças a um prolongamento da linha passando por sobre os molhes, desde Santa Apollonia, e em frente do terreiro do Paço.

Nos muito vastos terrenos tomados ás aguas poderiam levantar-se edificios publicos, casas particulares, *ilhas* para operarios, etc.

Alem de muitas outras propostas, algumas bellissimas, alvitrava a Commissão o rompimento de um tunel por baixo dos predios, ligando o Pelourinho com a cidade occidental; e queria que se recuasse a frontaria do pavilhão central do Arsenal da Marinha.

Muitos mais melhoramentos era a Commissão de parecer se fizessem, orçados em 8:200 contos de réis; mas não me chega o espaço para continuar a extractar esse valioso e bem executado documento. Remetto a elle os curiosos.

—✤— ——

Como assumpto ligado, lembro-lhes tambem que, para obviar aos graves e gravissimos inconvenientes da falta de policia e vigilancia no tratamento das margens do Tejo, entendeu o snr. Bernardino José de Carvalho, industrial activo e zeloso do bem publico, iniciar o plano de uma Companhia destinada a auxiliar o Governo na ardua tarefa de obviar ás inundações e aos estragos horrorosos que o nosso rio annualmente causa aos lavradores do Ribatejo. Tudo isso consta de uma especial e curiosa *Memoria sobre a empreza dos melhoramentos fluviaes e agricolas do rio Tejo.*

Esse ponto é de alta importancia. No regimen do rio, desde a Azambuja, e antes, está a chave da barra.

DECIMA TERCEIRA TENTATIVA

Como esses apontamentos da Commissão de 1871 não poderam ter realidade, nomeou o Ministro em Novembro de 1872 nova Commissão (o systema constitucional vive de commissões!) para emittir parecer sobre a construcção de pontes na Alfandega, a fim de facilitar, ao menos por esse modo, o desembarque directo das mercadorias de bordo dos navios, atracados para descarga ás ditas pontes. A resposta da Commissão foi favoravel a essa obra, e por isso a colloco em logar de decimo terceiro projecto. As pontes fize-

ram-se, e podem considerar-se um grande aperfeiçoamento nautico; e ainda assim, apenas desempenharam, e mal, uma parte do papel que lhes era destinado; parece não terem merecido confiança aos navios que deviam achegar-se-lhes; e não percebo o motivo; a sua construcção era conscienciosa: e lá estão defronte da estação de Santa Apollonia outras pontes assim, onde mil vezes tenho visto amarrados enormes vapores desembarcando carvão para serviço do caminho de ferro. Coisas nossas!

DECIMA QUARTA TENTATIVA

Em 1877 o engenheiro inglez Abernethy redigiu novo plano, estabelecendo as docas (contra a opinião de Gamond) defronte do caneiro de Alcantara, e conquistando tambem vastos terrenos para bairros novos contiguos ao nosso Aterro da Boa-Vista.

«O projecto — explica em resumo Miguel Paes, a quem sigo em largos trechos d'estes estudos, porque era pessoa muito competente— O projecto compunha-se de um muro de caes, com a extensão de 4:145 metros, começando em frente do Observatorio do Arsenal da Marinha, e a 50 metros de distancia ao Sul d'elle, e terminando no angulo Sul do pavilhão Leste do edificio da Cordoaria, junto aos armazens de Porto-franco.

«Na enseada de Alcantara, e em frente do forte da Alfarrobeira, construir-se-hia uma doca de marés.....

«Ao Nascente, e ligada com ella, uma doca de abrigo para barcos ..... Estas docas seriam ligadas, mas teriam tambem entradas em separado.

«Ao Poente da doca de marés, duas docas de reparação para navios.....

«Ao longo do caes estabelecer se-hia uma via publica de 18m,26 (60 pés) de largura, desde o largo do Corpo Santo, passando em frente das docas, e terminaria junto aos armazens de Porto-franco.

«Perpendicularmente a esta via, duas outras da mesma largura, uma em frente do boqueirão dos Ferreiros, proximo do edificio da Companhia de illuminação a gaz; outra em frente da rampa de

Santos. Do *terminus* Norte d'esta seguiria outra no sentido do Poente a ligar com a rua da Junqueira, no extremo Norte do torreão Leste do edificio da Cordoaria.

«Dos armazens de Porto-franco correndo para o Nascente, estava destinada uma porção de terreno..... (67:663 metros quadrados) que seriam cedidos ao Governo para a edificação de uma nova Alfandega e suas dependencias.»

DECIMA QUINTA TENTATIVA

O decimo quinto alvitre (isto parece fabula, mas é historia) chega em 1880. Como se nada houvesse, o Governo encarregou então o engenheiro inglez Coode de estudar o porto lisbonense, e dar a sua opinião. Coode levou dois annos de trabalho, e em 1882 apresentou o seu relatorio, propondo docas de fluctuação e de marés junto ao caneiro de Alcantara, e em frente do Aterro docas de abrigo para navios de pouco porte.

Duas palavras sobre o Aterro outra vez; entram chronologicamente n'este logar.

Falei pouco acima nas varias providencias tomadas para estabelecer communicação entre o recinto do Aterro e o resto da Cidade. Occorre-me agora mencionar o parecer n.º 772 da Commissão de obras e melhoramentos, apresentado em sessão da Camara de 6 de Setembro de 1880, com o orçamento de 1:477$850 réis para a construcção de uma passagem em escadarias, que ligasse a rua de S. Francisco de Paula com a rua Vinte e quatro de Julho pelo boqueirão da rocha do Conde d'Obidos[1]. Em seguimento a isto, e tendo começado a obra, a actual snr.ª Condessa de Sabugal D. Anna de Mello Breyner, representante de seu filho menor D. Pedro de Assis

[1] *Arch. Mun. de Lisboa*, 1880, pag. 512.

Mascarenhas, reclamou com toda a razão em Janeiro de 1881 contra essas construcções[1]; e como a Camara proseguisse, a snr.ª Condessa citou-a judicialmente em Abril seguinte, para suspender[2]. Houve negociação entre ambas as partes; até que, em sessão de 6 de Junho de 1881, disse o Vereador Osorio constar-lhe que a mesma senhora estava prompta a um accordo com a Camara, logo que esta reconhecesse os direitos da Casa de Sabugal e Obidos á Rocha[3]. E n'isto se ficou.

---

[1] *Arch. Mun. de Lisboa*, 1881, pag. 22.
[2] *Id., ibid.*, pag. 209.
[3] *Id., ibid.*, pag. 273

CAPITULO IX

Decima sexta tentativa: projecto do engenheiro Manuel Raymundo Valladas.—Analyse rapida. *Decima setima tentativa:* Conferencia do engenheiro Mendes Guerreiro em 1882.—Analysa-se.—Renova-se a ideia da escadaria da Rocha do Conde de Obidos. *Composição* da Camara com a snr.ª Condessa de Sabugal tutora de seu filho.—Progresso do Aterro. Torna-se desde 1867 ponto de reunião de toda a gente. —Menciona-se o celebre pintor paizagista Annunciação.

DECIMA SEXTA TENTATIVA

Cabem ao snr. engenheiro Manuel Raymundo Valladas as honras de *autor* do decimo sexto projecto (permitta-se-me conferir essa designação á Memoria apresentada pelo mesmo snr. *sobre o melhoramento do porto de Lisboa*, apesar de ter querido o autor dar-lhe a modesta fórma de observações ao projecto da Commissão de 1871). Esta memoria do snr. Valladas é datada de 3 de Maio de 1879.

Depois de largas e eruditas considerações sobre portos em geral, sobre as condições especiaes do de Lisboa, o seu movimento maritimo e commercial, as obras congéneres realisadas n'outros paizes, a urgencia de analogos melhoramentos aqui, e depois do exame de alguns dos alvitres já apresentados, expende o autor as obras que, no seu parecer, devem realisar-se. Quanto a elle, o conjuncto completo dos trabalhos exige despezas de tal magnitude, que nos seria impossivel realisal-as de prompto; propõe o autor que, depois de delineado o plano inteiro, se divida a tarefa em secções, e se vá seguindo aos poucos.

«Na margem direita —pondera o illustrado technico— começam os trabalhos na praia de D. Gastão, e vão acabar em Pedroi-

ços. Julgo que, sem inconveniente, se póde dividir este trabalho em tres grandes secções:

«1.ª - do porto de D. Gastão á Alfandega;

«2.ª — d'esse ponto até á Cordoaria;

«3.ª — d'esta localidade até Pedroiços.»

Acerca da linha do muro dos caes proposta pela Commissão, nada havia que dizer; acceitava se aquelle traçado.

As docas de fabrico, ou sêccas, reconhecia o snr. Valladas quanto são necessarias n'um porto concorrido e vasto como este. A Commissão tinha collocado tres d'ellas ao lado da grande doca de marés. O snr. Valladas entendia que «nenhum logar se apresenta no Tejo para construcções d'esta ordem, sem receio de que o futuro possa prejudicar os seus fins, como a enseada da margem esquerda desde o pontal de Cacilhas até á praia da Margueira»; e accrescenta:

«Afigura-se-me, pois, que a margem direita deve ser reservada para todas as construcções que possam interessar o movimento commercial, e a margem esquerda destinada para os grandes edificios de fabrico e seus annexos.»

As docas de abrigo acceita-as taes como as delineára a Commissão.

Quanto ás de fluctuação e aos armazens aduaneiros annexos, isso tudo é urgentissimo. No nosso porto as fundações teem de estabelecer-se em terrenos lodosos, e sempre cobertos de 6 a 7 metros de agua na baixamar, o que difficulta sensivelmente as obras.

Apesar das difficuldades, entra o snr. Valladas em interessantes pormenores, e orça as despezas e os rendimentos provaveis: aquellas em 8.500:000$000 réis; estes em 543:000$000 réis annuaes.

DECIMA SETIMA TENTATIVA

A conferencia celebrada na Associação dos Engenheiros civis pelo snr. João Verissimo Mendes Guerreiro em 6 de Maio de 1882, vem tomar logar na minha resenha com o titulo de decimo sexto projecto. É um bello e erudito estudo aquelle, que me não canço de ler e estudar. O conferente começa por assentar com desassom-

bro o atrazo em que se acha o nosso porto, que apesar de ser «um ancoradoiro ou rada das melhores do mundo», não póde comtudo ser classificado como «porto de commercio».

A posição d'este porto é admiravel em relação aos outros da Europa; póde a sua extensão dividir-se em tres partes principaes:

1.ª—desde S. Julião e o Bugio até ao estrangulamento da torre de Belem;

2.ª—d'ahi até á linha do pontal de Cacilhas ao caes do Sodré;

3.ª—d'ahi até á linha do Montijo ao Grillo.

Primeiramente a entrada; depois o ante-porto; por ultimo o ancoradoiro commercial, rada, ou bahia.

Passa o conferente á comparação scientifica do nosso porto com outros, e accrescenta: «Seria inutil, e tornar-se-hia fastidioso, o prolongar estas comparações, para tornar bem frizante quanto Lisboa excede com vantagem os outros portos sob o ponto de vista de facilidade de accesso».

Mais a diante levanta-se o autor contra certo alvitre da Commissão de 1871: a construcção de um canal entre a torre de Belem e a terra firme, para dar mais facil accesso aos navios.

«Um canal n'aquellas circumstancias —diz elle— ou faria subir a revessa mais facilmente, ... ou poderia produzir, pelo contrario, uma derivação forte á corrente principal, que teria funestos resultados de assoriamento nas enseadas de S. José de Ribamar e Paço d'Arcos, com grande prejuizo para o estoque de agua, que deve sempre ser forte e unido no grande canal da barra.»

Tambem o illustre technico se insurge contra o projecto de Gamond, que propunha largos aterros desde a alfandega até ao Grillo, assim como contra o alvitre de ligar o pontal de Cacilhas com o espigão do Montijo. Os inconvenientes d'essas obras estavam na massa de agua corrente que se supprimiria; «as correntes dos esteiros do Barreiro e Aldeia Gallega —accrescenta o autor— fariam falta para manter a direcção da corrente geral ao entrar no grande corredor que finda na torre de Belem».

Á vista do exposto, entende que as obras deveriam fazer-se desde o terreiro do Paço até á torre de Belem, regularisando a margem a fim de evitar os assoriamentos que tendem a dar-se de-

fronte do Aterro e do caneiro de Alcantara: e entende mais, que isto não é «questão simplesmente de navegação, é questão de hygiene e salubridade publica».

Ha outro ponto muito bem tratado, no meu entender.

«Pretende-se actualmente, - diz o snr. Mendes Guerreiro - não sei sob que ponto de vista de embellezamento, fazer todos os melhoramentos, e abrir todas as ruas e avenidas, para o lado do interior da Cidade, e ao Norte, onde a vista do Tejo, que é o principal attractivo de Lisboa, de poucas partes se disfructa. Sem condemnar absolutamente taes vias de communicação, de que Lisboa carece, julgo comtudo mais instante o fazer-se o caes marginal, que dará logar a um passeio dos mais amenos da Europa na estação do inverno. Já hoje elle é muito concorrido, apesar das pessimas condições em que se acha, e muito mais será quando estiver avançado, orlado de arvores mais apropriadas, e ajardinado, disfructando-se então um panorama esplendido desde o terreiro do Paço até Belem.»

Por varias considerações entende o autor que a linha d'esse soberbo caes marginal não deve por fórma alguma seguir em linha recta, e propõe que a levem pelas profundidades de dez metros, e defronte do caneiro de Alcantara a curvem para o largo, até contornar o pontal da Cordoaria; depois, ou iria direita até á torre de Belem, ou faria nova curva para ceder á sinuosidade que se dá na margem fronteira. Assim, julga o autor, «ficaria traçado um caes que satisfaria ás indicações que melhor assegurariam uma profundidade permanente em toda a sua extensão».

Sou constrangido, muito a meu pezar, a ter mão n'estes extractos. O que ahi fica indicado demonstra o merito da obra.

Voltemos á Rocha do Conde de Obidos, de que acima falei.

Passados mezes, o Vereador Antunes Rebello expôz aos seus collegas, em sessão de 7 de Setembro de 1882, que, tendo-se já gasto mais de quatro contos de réis na escadaria da Rocha, e achando-se a obra embargada, parecia conveniente mandar-se averiguar pelas repartições competentes se o terreno da ribanceira era muni-

cipal ou não; e que, não o sendo, propunha elle, orador, se procedesse quanto antes á expropriação, para se concluir a obra. A Camara mandou ouvir no assumpto o Vereador do contencioso[1].

Em 30 de Novembro seguinte voltou o proponente a insistir perante a Camara[2]. Não importa contar por miudos o que foi succedendo; o que importa é que a obra se concluiu, e lá está. Reconheço que foi um melhoramento, até certo ponto, mas o sitio perdeu o pittoresco.

Embora fosse facil armar a escada n'outra parte, se era muito necessaria, e dar áquelle barrocal, que servia de base ao nobre palacio quinhentista, um aspecto altamente caracteristico e bello, isto importou pouco; e mais uma vez se sacrificou o pittoresco ás exigencias problematicas da commodidade publica.

Mas pondo essas considerações de parte, é bem certo que o vastissimo Aterro foi obra abençoada por todos, e que todos o applaudiram. Houve um tempo em que se tornou moda, e substituiu os mais apetecidos pontos de reunião.

Um dos freguezes diarios d'esta larga alameda foi muito tempo (lembro-me bem; lá o encontrei algumas vezes) o pintor Annunciação. Alto, magro, singelamente vestido, com o seu ar absorto e melancolico, passava aquelle scismador, e ninguem, que o não conhecesse, suspeitava que ia ali um dos maiores artistas portuguezes (com licença das modernas escolas). E o que ia elle ali buscar? sabiam-n-o alguns apenas: ia estudar os segredos da palheta espantosa chamada o firmamento, os esbatidos das nuvens, a tremulina do mar, os cambiantes mysteriosos da penumbra, e as fanfarras de luz reflexa nos campanarios de jaspe e na rutilante casaria.

O Aterro foi para Annunciação paixão verdadeira. O que elles gosam, os sublimes allucinados da Arte! o que elles gosam!.... sim, e o que elles padecem!....

[1] *Arch. Mun. de Lisboa*, 1882, pag. 508.

[2] *Id., ibid.*, pag. 702.

Mas não foi só aquelle artista. Já Lisboa toda, desde 1867, se costumara com gosto ao desafogado terreiro marginal. Já todas as opposições tinham emmudecido. Já os incredulos viam no Aterro, ainda então em meio, o mais bello dos passeios publicos. Havia tardes, na primavera e no outomno, em que a sociedade concorria ali, áquelle salão enorme, a ver o Tejo, que é o amigo de nós todos, e a contemplar as magnificencias da grande orchestra de tons luminosos com que o sol se despedia. Desde a Rainha, a senhora D. Maria Pia, cuja graciosa e soberana *silhouette* se recortava n'aquelle grande fundo de oiro e purpura, até á humilde varina, e á pobre rapariguinha operaria, encontrava-se ali toda a gente passeando em certas tardes; e Lisboa, atonita de si mesma, confraternisava em primeira mão com o mar, que representava e representa as nossas melhores e mais firmes tradições.

Depois, annos depois, abriu se a Avenida; e o Aterro.... nem mais lembrou sequer.

CAPITULO X

Decima oitava tentativa: Projecto do engenheiro italiano Golla em 1883. *Decima nona tentativa*: Projecto do engenheiro portuguez Corrêa Paes.— Exposição pelo proprio autor. —*Vigesima tentativa*: Commissão nomeada em Março de 1883 para o mesmo fim das anteriores- Seus projectos adoptados pelo Governo dos Ministros Hintze Ribeiro e Antonio Augusto de Aguiar.

DECIMA OITAVA TENTATIVA

Bate-nos á porta o decimo oitavo projecto. É de 1883. Redigiu-o espontaneamente o engenheiro italiano Golla, que, chegando a Lisboa em viagem de recreio, desenhou novos planos, encantado com as bellezas naturaes d'este porto commercial e militar, e propunha um caes marginal para afogar os lodos, e mais pontes avançadas, etc.

Não teve resultado.

DECIMA NONA TENTATIVA

Tambem não teve seguimento o projecto do activo e talentoso engenheiro Miguel Carlos Corrêa Paes. Este projecto incluiu-o o autor na sua obra em dois volumes *Melhoramentos de Lisboa e seu porto*[1]. É o decimo nono.

«Ha poucos annos, - diz o autor— e com o intuito de diminuir as despezas que exigiriam grandes obras hydraulicas em um porto tão vasto como o de Lisboa, começou entre alguns engenhei-

[1] Volume II, pag. 251 e seguintes.

ros a pronunciar-se a ideia de que talvez podessem adiar-se para mais tarde as obras definitivas e indispensaveis a um porto de primeira ordem, comtanto que se procedesse desde logo á construcção de pontes de ferro, que permittissem o acostamento aos navios de todas as lotações, com o fim de effectuar directamente a carga e descarga de mercadorias para as pontes e caes adjacentes; e n'este sentido foi apresentada uma proposta na Associação dos engenheiros civis, proposta submettida á discussão, mas que não concitou grande adhesão, pela impossibilidade de acostar ás pontes e abrigal-as quando sopram ventos rijos dos quadrantes do Sul, e ainda porque as pontes perpendiculares aos caes são sempre um embaraço ao regimen das correntes, e promovem assoriamentos.

«Em vista d'isto, —continúa este infatigavel promotor dos melhoramentos da nossa Capital— e para vencer mais facilmente a espessa camada de lodo, que se encontra em algumas porções da margem do Tejo, delineei um projecto mixto de muralha de pedra e pontes-caes de ferro parallelas á corrente, havendo, junto a uma e outras, pelo menos 9 metros de agua na mais forte baixamar de aguas vivas, para que todos os navios podessem sempre acostar.

«O projecto abrangia a linha marginal desde o Beato até á Torre de Belem, na extensão de 11:450 metros, sendo 8:540 em muralha de pedra, 2:300 de pontes-caes, e 610 de aberturas para entradas nas docas.

«As pontes-caes iam desde a Fundição até ao Arsenal da Marinha, e desde a praça de D. Luiz até em frente do palacio da Exposição de Bellas Artes na rua das Janellas Verdes[1], tendo a doca formada por esta ponte-caes 1:200 metros de comprimento, e uma superficie de 40 hectares.

«As pontes-caes eram projectadas com cylindros de ferro de 1m,20, cravados até ao terreno firme, cheios de beton, formando quadrados de 10 metros de eixo a eixo, comprehendendo tres fiadas, o que dava 21m,20 para largura total da ponte. A superstructura, á excepção do taboleiro, que seria feito de pranchas de

---

[1] Palacio Pombal.

madeira, era toda de ferro. Para evitar a acção forte das ondas em occasião de temporal do Sul, as pontes deviam ter uma grelhagem de ferro entre os cylindros centraes, que, permittindo a entrada das vagas, lhes amortecesse o choque, de modo que a ondulação dentro das docas, a que ellas serviam de parede exterior, fosse pequena. As pontes formavam a muralha exterior, que constituia na parte interior docas maiores ou menores, segundo a distancia a que ficavam da terra.

«As docas projectadas eram todas de marés, não porque as de fluctuação deixem de ser mais vantajosas, mas unicamente com o fim de diminuir as despezas.

«Como a parte mais abrigada dos ventos do quadrante Sul é a comprehendida entre o Arsenal da Marinha e a Cordoaria nacional, era ahi que se accumulavam as obras principaes. Em frente da rua Vinte e quatro de Julho a grande doca de 40 hectares, de que acima falei. Perpendicularmente á sua face Oeste haveria um esporão de ferro do mesmo systema das pontes-caes, com 500 metros de comprimento.

«Seguiam-se vastos armasens alfandegados, abrangendo um grande quadrilatero em frente da rocha do Conde de Obidos, todos ligados por linhas ferreas.

«Em frente do valle de Alcantara uma outra doca, com muralha exterior de pedra, e esporão semelhante ao da doca anterior, mas na face Leste, tendo esta doca egualmente 1:200 metros de comprimento, e uma superficie de 37,8 hectares. Ao Norte d'ella ficaria a estação do caminho de ferro de Lisboa a Torres Vedras (estação occidental).

«Em frente da Cordoaria, e para serviço d'aquelle estabelecimento, projectava uma doca de 3,85 hectares.

«A Oeste da praça de D. Fernando, em Belem, outra doca de 6,6 hectares; e a Oeste da vasta praça em frente do edificio da Casa pia, outra doca de 8,66 hectares, tendo armazens para fornecimento de carvão aos navios.

«A Oeste d'esta doca construir-se-hia um edificio destinado aos serviços de saude, alfandega, registo, e emigração, devendo ahi proximo atracar os grandes vapores transatlanticos, que, não po-

dendo demorar-se no porto, devem encontrar, proximo da sua entrada, todos os elementos de despacho immediato.»

Esta parte do projecto de Miguel Paes refere-se, como o leitor está vendo, á margem direita do rio. A esquerda não lhe mereceu menos attenção. Oiçâmol-o:

«Na margem Sul —continúa o talentoso engenheiro— projectava uma doca de abrigo em frente do Lazareto, e uma muralha para garantia da margem, e estabelecimento de uma estrada desde o pontal de Cacilhas até á Trafaria.

. . . . . .

«O meu projecto apresentava como condição do maior interesse publico a mudança da parte constructora e reparadora do Arsenal da Marinha (hoje limitado a um papel tão secundario, e tão pouco conforme ás necessidades e ao brio de uma nação colonial, como a nossa, embora tão conforme com o abatimento a que todos temos consentido que os Governos a rebaixem), para a margem Sul do Tejo.

«O espaço de que o Arsenal da Marinha dispõe para construcções navaes é tão acanhado, que só em pequena escala podem ser effectuadas.

«As officinas estão agglomeradas em um espaço de tal sorte limitado, que, se se declarar fogo em uma, serão todas pasto das chammas! E que succederá, se o incendio se manifestar nos estaleiros de construcção, soprando ao mesmo tempo vento dos quadrantes do Sul! Todos os edificios que os circumdam, e talvez mesmo parte da Cidade, serão destruidos, o que, sendo uma consideravel perda, póde, ainda assim, julgar-se pequena, comparada com o aniquilamento dos valiosos archivos dos Ministerios, tribunaes superiores, das preciosidades do Arsenal, Escola Naval, Museu colonial, Casa do risco, etc., etc., cujas perdas seriam uma verdadeira calamidade publica.

«Alem d'isto, a existencia do Arsenal constructor n'aquella localidade será sempre um obstaculo ao livre transito.

«Em vista, pois, de tão graves inconvenientes, entendi, e entendo, que as officinas e estaleiros de construcção, docas de reparação, molhes, etc., devem ser transferidos para a praia da Margueira.

É ali que se podem estabelecer com a necessaria amplitude as docas de reparação precisas, os estaleiros, as grandes officinas, fazendo do Arsenal um verdadeiro Arsenal constructor, consoante as exigencias modernas. O actual edificio do Arsenal ficará para outros serviços, taes como secretarias do Ministerio e tribunaes, Escola naval, archivos, Museu colonial, armamento, abastecimento, e armasenagem de todo o material da armada».

Como o leitor acaba de notar, se leu com attenção estes variados planos de reforma, ha em todos elles pontos communs, e outros que diversificam.

VIGESIMA TENTATIVA

Chegou-se ao dia 16 de Março d'esse mesmo anno de 1883, e o Governo nomeou.....(senhores, eu não estou a fazer romance; isto é serissimo) nomeou outra Commissão ainda, encarregada de novo plano de melhoramento do nosso porto. (O vigesimo!!).

Já era tempo de acabar este fadario inutil; e por isso os snrs. Conselheiros Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro e Antonio Augusto de Aguiar exclamam no Relatorio apresentado ás Côrtes como Ministros da Fazenda e das Obras Publicas:

«Não são precisas mais investigações para que se tome com segurança uma resolução acertada sobre tão momentoso assumpto; e por mais meticuloso que seja o nosso espirito, não póde deixar de dar-se por satisfeito em face de tantos projectos.»

E logo accrescentam:

«O porto de Lisboa parece sufficientemente estudado. Agora o que falta é fazel-o.»

Mais a diante compendiam muito bem a questão, dizendo:

«.....A analyse de todos os projectos nos conduz, com pequenas divergencias, constantemente á mesma conclusão: é preciso estabelecer ao longo da margem direita do Tejo uma linha de caes, que póde ser mais ou menos extensa, mais ou menos sinuosa, e mais proxima ou afastada da linha do caes actual.»

«O desideratum —explicam os illustres Ministros— deve ser que essa linha se afaste da terra o mais possivel, para que ganhe-

mos a profundidade de agua indispensavel aos navios de maior lotação; que ella seja bastante extensa, e pouco sinuosa, offerecendo um caes sufficientemente *longo* para o movimento actual e futuro do nosso porto, e em harmonia com as exigencias do commercio moderno, e as commodidades dos viajantes.»

Ouvimos os autores da utilissima proposta de Lei de 25 de Abril de 1884. Examinemos agora, muito por alto, quaes tinham sido as bases apresentadas pela Commissão, e sobre as quaes se estribaram as resoluções do Governo, sanccionadas pelo Parlamento.

A extincção dos lodos da praia, que parece tinham augmentado desde alguns annos, envenenados ainda pelo esgoto dos detritos de toda a Cidade, essa extincção urgentemente reclamada pelos primeiros medicos portuguezes nos congressos scientificos de 1857 na Escola Polytechnica, essa providencia de tanto alcance, que preoccupava os governantes e a opinião publica, havia de ser realisada pela edificação de um alto caes ao longo da margem de Lisboa, o qual devia ser traçado a tanta distancia da praia quanta fosse necessaria para attingir o *pairal*. Formava este caes a primeira das quatro secções em que o total da obra se dividia naturalmente. Accostavel aos maiores navios, profundando em toda a sua extensão 10 metros de agua, estendia-se este soberbo caes desde a ponte do Caminho de ferro de Santa Apollonia até ao caneiro de Alcantara. Abria-se n'uma doca de pequena cabotagem á Ribeira-Velha, n'uma caldeira pela frente do Arsenal da Marinha, em duas grandes docas de marés, e n'uma de fluctuação, com as competentes docas de reparação annexas.

A 2.ª secção comprehendia a continuação d'esse caes, a jusante do caneiro de Alcantara, seguindo até á torre de Belem. Junto ao sitio do mercado de Belem, haveria uma doca de abrigo e cabotagem.

No percurso d'estes 8:830 metros, ver-se-hiam de espaço a espaço caes fluctuantes para desembarque de passageiros e mercadorias.

N'este enorme Aterro conquistado ás *Tágides*, rasgava-se desde o terreiro do Paço até Belem uma avenida triumphal de 30 metros de largura, traçada parallelamente a 40 metros da linha do caes. Esses 40 metros ficavam para vias ferreas, etc.; eram o lado es-

querdo da avenida; o lado direito havia de conter estabelecimentos commerciaes, docas, teilheiros, armazens, machinismos e guindastes hydraulicos.

Mas não é tudo.

A 3.ª secção comprehendia um dique de concordancia, que partia da ponte de Santa Apollonia, e ia morrer no Beato. Calculava-se em vasta extensão o terreno assim tomado ao rio.

A estrada marginal do lado Sul, desde Cacilhas até á Trafaria, com um caes ou muro de supporte, constituia a 4.ª e ultima secção do projecto.

Não deixa de ser curioso apresentar aqui o orçamento d'esta obra agigantada.

A 1.ª secção era avaliada em	10.802:300$000
A 2.ª em.....	3.197:700$000
A 3.ª em.....	490:000$000
A 4.ª em.....	510:000$000
Total.....	15.000:000$000

Não discuto (nem posso) a obra pelo seu lado technico. Os nomes dos redactores dos planos, e os dos membros da Commissão, abonam o que se projectou. Temos a certeza de que está bem feito o que está feito; temos todos a certeza de que foram seguidos os dictames da sciencia. Perfeitamente de accordo. Nem já dá cuidado o receio da obstrucção da barra. Confiâmos na pericia e no saber dos engenheiros portuguezes, e na intelligencia e longa pratica do seu abalisado chefe o snr. Conselheiro Adolpho Loureiro[1].

[1] Como materiaes para o exame e discussão d'esse vasto projecto, recordo ao leitor os pareceres apresentados á commissão especial da Sociedade de Geographia de Lisboa pelas suas sub-commissões nautica, medica, commercial e technica.

CAPITULO XI

Insiste o autor d'este livro nos respeitaveis foros da Arte em todos os melhoramentos municipaes. — Inauguração solemnissima das novas obras em 1887. — Conclusão.

INDISCUTIVEL é que as começadas obras são melhoramento commercial, e hygienico. Sim; Lisboa parece dever lucrar com ellas no seu commercio, e na sua salubridade. Ahi temos o lado *util*.

Mas pergunto:

Não foi postergado o lado *bello?*

Não foi sacrificada a um prosaismo demasiadamente exclusivo a formosura proverbial de Lisboa?

Não foi prejudicada pelas exigencias meramente utilitarias a frontaria d'esta povoação magnifica?

Não foram cruamente immolados alguns dos nossos mais majestosos logradoiros, alguns dos mais illustres edificios lisbonenses?

Não vai ser arrancado á Cidade um dos seus brasões mais fidalgos, o mar, a que devemos as nossas melhores glorias?

É certo. Estas novas obras, embora convenientes sob o ponto de vista pratico, vieram tornar triviaes e semsabores as pittorescas fimbrias maritimas de Lisboa.

Pois não teria havido meio de conciliar as exigencias positivas com as artisticas?

Pois os homens do ideal, pois os antiquarios, pois os sonhadores, os artistas, os que amam o *bello* como suprema expressão do *bom,* não teem tambem os seus foros?

Porque hão-de, com que fim, com que direito, com que vantagem, e em nome de quê, a Associação commercial, as Companhias

de Seguros, as Agencias de vapores, e as Alfandegas, invadir os foros da Associação dos Archeologos, e da Academia das Bellas-Artes?

Leigo como sou em taes assumptos, não os posso encarar de frente pelo lado technico, e limito-me ás considerações geraes, accessiveis a qualquer criterio mediano, como é o meu; e ainda assim, submetto-as á decisão dos doutos.

Afigura se-me, porém, que para arsenaes de construcção e estabelecimentos annexos, poderia ser aproveitada, como mostrei que o foi no seculo XVI, no seculo XV, e nos anteriores, a margem meridional do Tejo, com maiores ou menores colmatagens, conforme se assentasse. Assim o entendiam Mardel, Larcher, Valladas, Paes, e outros. Com isso desembargava-se boa somma de metros quadrados na margem septentrional, e nos sitios mais populosos e importantes da Cidade.

A estação dos Caminhos de ferro do Norte poderia ser trazida desde Santa Apollonia para o actual edificio da Alfandega, a Leste do terreiro do Paço; com o que, se centralisaria o movimento, collocando todo esse trafego de passageiros e mercadorias junto ao despacho aduaneiro.

Como, para assentar a via-ferrea, seria indispensavel uma fita de aterro ao longo de toda a praia de Alfama, ahi tinhamos, á beira da estação, campo bastante para ampliar a Alfandega com os necessarios armasens.

Com esse aterro, lucraria o terreiro do Paço, que assim seria accrescentado sobre o mar, sem padecer a intrusão barbara de linhas ferreas em perpetuo movimento na sua orla marinha; continuaria o nobre terreiro, quatro vezes secular, o seu brilhante papel de atrio de Lisboa, prompto para desembarques solemnes, e para desafogo seguro dos habitantes. Augmentaria a affluencia, chamar-se-hia gente para ahi; e esse formosissimo recinto, séde das repartições principaes do Estado, e cabeça do movimento ferro-viario da Europa, tornar-se-hia sem custo um centro elegante e commercial. Accresce outra circumstancia: em volta da praça, dentro das ar-

cadas, poderiam então alojar-se lojas brilhantes, como no *Palais-Royal*, em Paris, ou no antigo pateo da capella do paço da Ribeira.

Outras estações de linhas ferreas ficariam muito bem em Alcantara, não falando n'aquelle monstro importuno pseudo-manuelino, que ahi vemos no principio da Avenida do Rocio.

Para a operosa e atarefada Alcantara seriam tambem desterradas as docas; e o nosso Aterro, ampliado (se fosse necessario) continuaria a respirar em primeira mão o ar marinho, enchendo-se de casas pela banda da terra, mas sempre livre pela do Sul.

D'este modo, creio que, levando os aterros até ao pairau, o regimen do rio não ficaria prejudicado, e o Lisboeta não veria comboios deslizando como sombrinhas entre elle e o seu querido Tejo, impossibilitando-lhe com cancellas quezilentissimas o transito livre, e manchando-lhe com fumo, rumor, e perigos, a melhor coisa que elle tem: o passeio marginal.

(Peço muito ao leitor, aqui entre nós, não me faça o pungente epigramma de incluir estas modestissimas considerações, ou conversações, no rol de vigesimo primeiro projecto.)

Da maneira como os dirigentes municipaes encaram as questões meramente de Arte, que tanto interessam, e por tão variados feitios, a colmeia humana no seu cortiço de pedra e cal, depende em primeira mão o conceito que os forasteiros formam de um povo. D'esse conceito, depende a affluencia d'elles. Da affluencia do elemento estrangeiro a uma terra, emfim, depende em grande parte o vigor, a intensidade, a physionomia da sua civilisação. O que alimenta, antes de mais nada, a belleza de Paris e Londres? as ondas da sua população fluctuante.

Ora nós contentâmo-nos, em geral, com o nosso sol, o nosso céo, as nossas flores, e desleixâmos a obra de Arte em si mesma, nós, riquissimos em materiaes de construcção, nós, a quem, de mais a mais, não faltam exemplos e tradições, que deixámos interromper.

O que se vê, quando se analysam quaesquer obras em Lisboa é o desprezo constante do bello. Aqui ninguem se importa com os

foros que tem, no meio da povoação, a paizagem; mascara-se um ponto de vista com uma indifferença horrorosa; aniquila-se um bello jardim, e substitue-se por uma calçada de asphalto; obstrue-se de casinholas ridiculas e sem caracter aquella famosa encosta abrupta do morro da Alcaçova, em vez de a ajardinar e sombrear de arvoredo, o que seria do mais espantoso effeito scenographico; deita-se a baixo a fonte da Samaritana, em Xabregas, como se tivessemos a rodo especimens d'aquelle genero architectonico; arrancam-se, por toda a parte, em casas particulares e em edificios publicos, magnificos azulejos, e substituem-se por estuques miseraveis; deixa-se ás Juntas de parochia (muita vez compostas de jacobinos e analphabetos) a liberdade de destruir, vender, mascarar, trocar, adornos e alfaias de alto interesse, verdadeiros documentos authenticos da nossa antiga arte ornamental; emplastra-se com um cylindro colossal de ferro, chamado gazometro, uma das maravilhas da architectura essencialmente portugueza, a torre de Belem; escondem-se e demolem-se os ultimos lanços, que ainda acaso restam, dos paredões das cercas militares; arrazam-se os buxos antiquissimos de um jardim senhoril, para alastrar, em vez d'elles, a chateza hybrida de um chamado jardim inglez. E quantos, quantos mais vandalismos poderiam citar-se!

E por fim, quando um benemerito, á custa do seu tempo, da sua fazenda, do seu socego, da sua saude, funda uma Associação, consegue agremiar um nucleo de trabalhadores e crentes, consegue salvar e juntar um sem-numero de preciosidades, consegue accender e manter accezo o fogo sagrado, a opinião publica olha para tamanhos serviços com o sorriso alvar da mofa; e os dirigentes, e os que tinham obrigação de ajudar e animar, com a sua palavra, ou, quando menos, com a sua presença, esse homem incançavel, refogem-lhe, ou só como por-de-mais concedem aos «sonhadores do Museu do Carmo» um vislumbre de attenção banal e convencionalissima!

E não é uma lastima tudo isso?

E não é grande pena que o nivel artistico tivesse descido tanto em certas classes?

E não devemos todos forcejar remediar tamanhos males?

E não compete ás Camaras Municipaes a tarefa, aliás nobre e agradavel, de prégar com o exemplo, fomentando construcções em estylo nacional, e remontando o sentimento publico aos bons tempos passados, em que a Arte portugueza vicejava com tanta pujança?

As escolas industriaes muito teem feito, mas não podem tudo.

O Grupo do Leão, o Gremio artistico, a Associação promotora das Bellas Artes, teem pugnado e pugnam em favor das immunidades do Bello; mas por ora os resultados são pouco visiveis.

A Associação Real dos Architectos e Archeologos tem á sua frente o enthusiasta por excellencia da nossa archeologia; muito tem realisado essa Sociedade, e esse Presidente, o incançavel snr. Joaquim Possidonio Narciso da Silva, apesar de contrariados e desajudados pelas estações officiaes; mas em absoluto pouco teem conseguido.

Um ou outro escriptor tem levantado a voz no bom sentido; mas, sejamos francos, de que vale quem não dispõe de quatro votos, e pugna por vantagens immateriaes e abstractas?

Veiu tudo isto a proposito da maneira, quanto a mim pouco bella, como foram traçados os planos das novas obras do porto de Lisboa.

Fosse como fosse, é bem certo que muito agradou ao publico esse ultimo commetimento administrativo, tão rasgado, e de tamanho alcance commercial. Quando se decretou a obra, houve geral enthusiasmo. Todos os que ainda acreditam nas promessas que nos fazem os Governos, de quando em quando, tiveram sincera alegria ao ver orçada e votada essa promettida ressurreição (á moderna) do nosso esplendor antigo! restituição do trafego ás nossas aguas! reposição do sceptro marinho n'este caduco emporio! Todos acompanharam de alma os esforços do Governo iniciador, que não chegou comtudo a poder inaugurar as colossaes tarefas da empreza adjudicataria. A outro Gabinete coube essa honra.

Em 31 de Outubro de 1887, dia de annos d'el-Rei D. Luiz, por volta das 4 horas da tarde, terminado o cortejo de gala no paço da

Ajuda, dirigiu-se a Familia Real em grande estado até ao cáes de Alcantara, onde ia ser a inauguração. El-Rei puxando o cordão de uma alavanca, fez cahir ao rio a primeira pedra para a enrocação da muralha.

O espectaculo assim presenceado por tantos milhares de pessoas, e de tantos pontos diversos da Cidade ao mesmo tempo, era espantoso! Os navios salvaram, subiram ao ar girandolas de foguetes, e as bandas marciaes entoavam o hymno d'el-Rei. N'aquelle momento uniam-se todas aquellas almas n'uma ideia unica: essa ideia era a utilidade e a gloria da grande Lisboa.

Terminado o lançamento d'aquella pedra, tomaram logar, no recinto que lhes estava preparado, el-Rei, a Rainha, a Princeza, o Principe, e os senhores Infantes D. Augusto e D. Affonso, e leram-se allocuções pelos snrs. Fernando Pereira Palha de Faria e Lacerda, Presidente da Camara Municipal, Polycarpo José Lopes dos Anjos, Presidente da Associação commercial, e José Gregorio da Rosa Araujo. A cada um d'esses discursos respondeu o Soberano.

Era então Director da obra um Engenheiro portuguez, o snr. José Verissimo Mendes Guerreiro, e Empreiteiro um Engenheiro francez, de fama europêa, o snr. Hersent.

Basta. Ficarei por aqui. Supprimirei até o esboço de descripção que tinha traçado da obra já realisada. (Foi, por signal, em 10 de Abril de 1891, que visitei as obras, examinando-as do lado do mar, a bordo de um pequeno vapor, desde Santa Apollonia até Alcantara, em companhia de meu irmão Augusto de Castilho, dirigidos ambos, e obsequiosamente encaminhados, pelo proprio Engenheiro-chefe, o snr. Conselheiro Adolpho Loureiro, e pelo snr. Engenheiro Cordeiro de Sousa.)

Os tristes acontecimentos sobrevindos ultimamente, desintelligencias entre o Governo e o Empreiteiro, teem dado margem a tanta discussão, a tanta apreciação amarga, que, na impossibilidade em que estou (por falta de estudos especiaes) de formular

por ora a minha opinião nitida, abstenho-me de entrar com esse desagradavel elemento nas paginas do meu livro.

O indispensavel é sahir do provisorio, e adiantar e concluir o plano, que algum dia poderá comtudo ser em parte modificado. As docas de abrigo e de construcção, os armazens e os caes, são de urgente necessidade.

«Gastar milhares de contos de réis — bradava cheio de convicção o snr. Valladas no seu citado projecto — «Gastar milhares de contos de réis em linhas ferreas e viação ordinaria, para vivificar a actividade do Paiz, desenvolver a agricultura e a industria, fazer convergir toda essa viação em Lisboa, diligenciar por attrahir a este porto parte do movimento peninsular e europeu, e não apresentar, no *terminus* d'essas linhas, todas as commodidades e facilidades que exige a presteza do grande movimento commercial, corresponderia a inutilisar grande parte dos sacrificios que temos feito, e continuamos a fazer, para attingir este resultado.»

É bem verdade. Temos obrigação de ministrar aos nossos hospedes, a todos esses centenares e milhares de estrangeiros, que a viação accelerada nos traz annualmente, os commodos industriaes e navaes, que nos centros maritimos de primeira ordem se encontram já hoje. Temos, em summa, obrigação de collocar Lisboa, sob o seu aspecto commercial de porto de transito, na elevada cathegoria em que, sob o aspecto das bellezas naturaes, a collocou a mão da Providencia.

Alguma coisa se tem feito; não sejamos sempre pessimistas. Pelo menos, alguma coisa se tem emprehendido, que mostra, em todos os nossos Governos, bom desejo de acertar. Seria ingrato quem, a despeito dos erros innatos na natureza humana, não visse na maior parte dos nossos homens publicos sincero empenho no aperfeiçoamento das condições hydrographicas da nossa esplendida bahia.

Comtigo nos congratulâmos pois, nós, os teus amigos, ó Lisboa monumental.

Levantem-se das suas campas ou dos seus mausoleos os grandes homens da nossa Historia! Surjam dos seus tumulos, dos seus covaes, ou das suas vallas, os antigos navegadores! Venham essas

sombras amigas apadrinhar, inspirar, o commettimento altissimo de erguer Lisboa á hierarchia que lhe compete. Passaram as eras estupendas das fainas navaes; passaram os dias, para sempre memorandos, d'esta bahia historica d'onde sahiu Vasco da Gama, e os outros immortaes argonautas. Mas a Lisboa maritima, não morreu; e o seu futuro ha-de-lhe provir do mar.

Deus illumine pois os nossos dirigentes, os nossos talentosos engenheiros, os nossos officiaes nauticos, os nossos commerciantes, os nossos argentarios, os nossos vereadores! e oxalá encontrem, depois de tantas tentativas infructuosas, o verdadeiro modo, util e artistico, pratico e bello, de solver o problema: —melhorar o porto d'esta formosa filha do mar.

ULTIMAS PALAVRAS

Eil-o pouco mais ou menos concluido, o largo quadro que me propuz da Ribeira da Capital.

Muito mais se poderia dizer; mas ja ahi fica margem de sobra á meditação dos estudiosos.

Mostrei a antiga face *maritima* de Lisboa, e estudei os principaes monumentos que vinham banhar-se nas aguas do Tejo. Contei as porfiadas tentativas para aperfeiçoar este notavel ponto geographico, e tornal-o attractivo ao Commercio. Que me resta? Nada mais.

Uma Cidade tão antiga, e tão *illustre*, tem o seu passado digno de muita menção; o seu presente, filho de tradições e habitos; e um brilhante porvir, que a geração actual deve esforçar-se em preparar. Fazer conhecer á Cidade presente as glorias da sua avoenga, é com o amor dos vivos glorificar os mortos; é habilitar a iniciativa technica para melhor servir a povoação futura.

Retratando a velha Lisboa, dediquei com todo o gosto, e toda a alma, e toda a perseverança, a minha penna ao serviço da Lisboa de hoje, confiando em que estudos assim conscienciosos poderão tornal-a mais querida ainda aos que teem por officio melhoral-a.

E ao levantar mão da tarefa, repetirei palavras de Ruy de Pina na sua *Chronica do Conde D. Pedro:*

«Poendo a trave do meu fraco entender,.....faço termo em este capitulo, e lanço ancora sobre porto, com intenção de lhe dar assocego per alguns dias.»

Quinta da Victoria — Sacavem — 19 de Outubro de 1892.

NOTA A PAG. 413

Ao Theatro Real do Paço da Ribeira edificado por el-Rei D. José allude de passagem Filinto Elysio n'uma ode a pag. 319 do tomo IV das suas obras completas.

Guadagni, Legrzielli (que saudade!)
Com que extasi escutei o sonoroso
Canto vosso no Templo[1] majestoso[2]
Que o Amor ergueo Joseph[3] e á Heroicidade.

[1] A opera Real de Lisboa, antes do terremoto.

[2] Todos sabem que as óperas de Metastasio teem igualmente por objecto as virtudes dos Heróes, e as finuras dos amantes.

[3] D. Joseph I, Rei de Portugal. (Notas de Filinto).

ERRATA

PAG.	LIN.	ONDE SE LÊ	EMENDE-SE
236	18	1478	1498
372	11	1668	1568

INDICE ALPHABETICO

A

Abarca — Vid. *Maria de Abarca.*

Abbade de Saint-Romain — Vem sellar as pazes entre Portugal e Castella, pag. 352.

Abernethy — Engenheiro inglez, autor de um projecto de melhoramento do porto de Lisboa, 678.

Abreu — Vid. *João Evangelista d'Abreu.*

Abreu de Freitas — Familia, dona de um palacete abaixo de Santa Apollonia, 112 e seg.

Abrigada — Vid. *Visconde da Abrigada.*

Accrescidos nos terrenos marginaes do Tejo. Muitos proprietarios os usurpavam, 646.

— Processos contra os pseudo proprietarios d'elles, 668.

Açougue — Collocado no terreiro do Paço desde quando, 430 e seg.

Vid. *Arco do Açougue.*

Actores — Vid. *Egipcielli, Isabel Xamarra, Moci* e *Rosa Gallega.*

Adolpho Loureiro — Chefe das obras do porto de Lisboa, 693.

— Acompanha obsequiosamente o autor a uma visita ás ditas obras, 699.

Adro da Misericordia, 213.

Affonso (D.) — Filho de el-Rei D. Manuel. Nasce em 1516 no paço da Ribeira, 270.

— No paço da Ribeira recebe o barrete de Cardeal, 270.

Affonso I (D.) — No foral de Lisboa protege os officiaes nauticos, 13.

Edifica um templo aos Santos Verissimo, Maxima e Julia, 376.

— Prova documental de que edificou um templo aos Santos Verissimo, Maxima e Julia, 377.

Affonso II (D.) — Lega 100 maravedis ao mosteiro de Santos, 584.

Affonso III (D.) — Sua marinha Real constituida, 14.

Affonso III (D.) — Outorga á cidade uma orla de chão ao longo do Tejo, pag. 192.

Affonso IV (D.) — Doação que faz á camara do campo á porta da Oura, 494.

Affonso V (D.) — Expedição de Alcacer-Seguer, 22.

— Manda uma armada a Italia (1451), 22.

— Aprompta uma armada em 1457 para defensa das costas, 22.

— Expedição de Arzilla (1471), 23.

— Em 1476 parte para França, 23.

— Bello trecho do seu regimento de guerra, 77.

Prohibe que se concedam ou aforem chãos da Ribeira a pessoa alguma, 86.

Manda encanar até ao mar a agua do chafariz d'el Rei, 164.

— Vandalismos que deixa commetter na sua invasão em Castella, 264.

Affonso VI (D.) — Sua coroação, 336.

— Dá-lhe a Rainha-mãe casa á parte no torreão do Forte em 1660, 337.

— Regimento praticado na sua educação no paço, 338.

— Vai com seu irmão a bordo da esquadra buscar a Rainha D. Maria Francisca, 349.

— Começam as suas desavenças com o irmão, 371.

— Habita em 1666 com sua mulher na quinta de Alcantara, 372.

Pormenores da sua sahida do paço da Ribeira para Angra, 354 e seg.

— Em 30 de maio de 1669 parte para Angra, 358.

Affonso de Albuquerque — Os seus ossos foram depositados na egreja da Misericordia, 216.

Affonso de Albuquerque (Rua de) — Denominação nova da rua do Ahmargem, 187.

Affonso Alves Mercatudo — Quem era, 572.

Affonso Furtado — São admiradas em Inglaterra as suas naus em 1385, 20.

Affonso Furtado—Morre em julho de 1423, pag. 21.
Affonso (D.) de Lencastre—Morre de desgosto e cheio de mysanthropia, no seu palacio da Esperança, 361.
Agostinho Mastucci—Autor de um quadro do baptismo de Christo; era admirado na capella Real, 307.
Agostinho Rodrigues—Canteiro empregado no paço da Ribeira, 327.
Aguada—135.
Aguiar—Vid. *Antonio A. de Aguiar.*
—Vid. *Joaquim Nunes de Aguiar.*
Aguiar Ottolini—Vid. *Francisco de Paula de Aguiar Ottolini.*
Ajuda—Vid. *Theatro da Ajuda.*
Alba—Vid. *Duque de Alba.*
Alberto (Cardeal Archiduque)—Mora no paço da Ribeira em 1583, 307.
—Passa para os Paizes Baixos, 312.
Alberto Durer—D'elle havia uma pintura na capella Real, 307.
Albizzi—Vid. *Lucas di Maso degli Albizzi.*
Albuquerque—Vid. *Affonso de Albuquerque.*
—Vid. *Lopo de Albuquerque.*
Albuquerque Coelho—Vid. *Jorge de Albuquerque Coelho.*
Alcaçarias—150 e seg.
Alcaçova Carneiro—Vid. *Pero d'Alcaçova Carneiro.*
Alcaide—Significação da palavra, 16.
Alcantara—Etymologia arabe, 364.
—Esbocetos de antigas descripções d'esse sitio suburbano, 364 e 365.
—No seculo XVII houve duvidas ácerca da salubridade d'esse sitio, 366 e 367.
—Vid. *Quinta de Alcantara.*
Alcipe—Vid. *Marqueza de Alorna.*
Aldeia Gallega—Vid. *Caes de Aldeia Gallega.*
Alegrete—Vid. *Marquez de Alegrete.*
Alemquer—Vid. *Marquez de Alemquer.*
Alexandre (Infante D.)—Filho d'el-Rei D. João V. Nasce em 1723, 384.
Alexandre Franco Vicente—Incendiario da Patriarchal, 423.
Alexandre Herculano—Crê o paço de Santos coevo d'el-Rei D. João I, 587.
—Sua descripção de Alfama, 136.
—Palavras suas ácerca de Judeus, 153.
Alfama—Coração de Lisboa, 136.
—Sua descripção por Herculano, 136.
Alfama—Seus melhoramentos, pag. 141.
Alfama (Praia do)—Muito animada de construcções já em dias d'el-Rei D. Diniz, 18.
Alfandega—Quanto rendia em principios do seculo XVII, 223.
—Incendio n'ella em 1714, 224.
—Depois do incendio de 1714 é reedificada e com que dinheiro, 225.
Vid. *Torreão da Alfandega.*
Alfandega (Rua da)—Encorporação de dois leirieiros no mesmo, 226.
Alfandega das Sete Casas—220.
Algarve—Vid. *Bispo do Algarve.*
Algarves—Vid. *Praia dos Algarves.*
Almada—Vid. *Christovam de Almada.*
Almadas—Provedores da Casa da India—Seu palacio no Conde Barão, 351.
Almargem (Rua do)—Denominação que tomou a antiga rua de Affonso de Albuquerque, 187.
Almazem de armas—Vid. *Armaria do paço da Ribeira.*
Almeida—Vid. *Antonio (D.) de Almeida.*
Vid. *Conde de S. Januario.*
—Vid. *Jorge (D.) de Almeida.*
—Vid. *Marquez de Abrantes Rodrigo Annes de Sá de Menezes e Almeida.*
—Vid. *Pedro (D.) de Almeida.*
Almeida Santos—Vid. *Gabriel de Almeida Santos.*
Almeirim—Vid. *Luiza (D.) Maria Joanna Braamcamp (Baroneza de Almeirim).*
Almirante—Vid. *Bairro do Almirante.*
Alonzo (D.) de Tortolledo—Andaluz creador de gado cavallar em 1640, 319.
Alorna—Vid. *Marqueza de Alorna.*
Alto de Santa Catherina—Seu desabamento em 1697, 544 e seg.
Alvares Frovo—Vid. *João A. Frovo.*
Alvaro (D.) Irmão do Duque de Bragança arma um navio, 39 e 46.
Alvaro (D.) da Costa—Edificou um predio á porta da Oura, 499.
—Trata o casamento de D. Manuel com D. Leonor de Austria em 1518, 276.
Alvaro (D.) Pereira—Possuia uma quinta ao Paraizo, 628.
Alvaro Peres de Andrada—Dono de uma casa habitada pelo Principe D. João, 296 e 439.
Alvaro (D.) Pires de Castro—Camareiro mór de D. Affonso V, 30.

Alvito—Vid. *Conde Barão de Alvito.*
Amaro de Macedo—Continuador das obras do Arsenal do Exercito, pag. 129.
Amelia (Imperatriz D.) Duqueza de Bragança—Habita o palacio de Santos até 1847, 633.
Americo Vespucci—Sua sahida de Lisboa em 1501, 54.
— Morre em 1514 na Terceira. Honras á sua memoria, 53.
Anatomico jocoso—Menciona a feira das flores, 215.
Andrada Vid. *Alvaro P. de Andrada.*
Vid. *Miguel Leitão de Andrada.*
Andrade Vid. *Antonio Galvão de Andrade.*
—Vid. *Jeronymo de Andrade.*
—Vid. *João Lourenço de Andrade.*
—Vid. *José Sergio Velloso de Andrade.*
Andrade Corvo—Vid. *João de Andrade Corvo.*
André—Appellido de varios maritimos nos seculos XVII e XVIII, 551.
André Pires—Mestre de obras em 1516, 245.
André de Resende—Menciona uma inscripção romana no jardim do paço de Santos, 622.
Angeja Vid. *Marquez de Angeja.*
Anjos Vid. *Polycarpo José Lopes dos Anjos.*
Anna de Jesus Maria (A senhora Infanta D.)—Habita no palacio Abrantes a Santos em 1803, 633.
Anna (D.) de Lencastre—Foi Commendadeira de Santos em 1570, 618.
—Obtem para coadjutora sua prima D. Brites, 619.
Anna (D.) de Lorena—Filha do 1.º Marquez de Abrantes. Pintura, 634.
Anna (D.) de Moncada—Mulher do 3.º Marquez de Castello Rodrigo D. Francisco de Moura Côrte Real, 474.
Anna (D.) de Vilhena—Mulher de Diogo da Silva. Vid. *este nome.*
Annes—Vid *Martim Annes.*
Annibal Fernandes Thomaz—Cita-se o seu bellissimo *Boletim de bibliographia*, 274.
Annunciação—Vid. *Thomaz José da Annunciação.*
Anselmo Braamcamp Freire—Possuidor de um antigo nobiliario de Jorge Salter de Mendonça, 191.
Anselmo Braamcamp Freire—Informações suas ácerca da estalagem da *Nogueira*, pag. 189.
— Offerece ao autor o *Foral da portagem* de Lisboa, 227.
—Herda um palacio no terreiro do Paço. Vende-o em 1889, 457.
Anselmo José Braamcamp—Filho segundo do Barão do Sobral; herda um palacio no terreiro do Paço, 457.
Anselmo José da Cruz—senhor do Sobral. Edifica e habita um palacio no terreiro do Paço, 457.
Antonio (Infante D.)—filho d'el-Rei D. João III. Nasce no paço da Ribeira em 1530, 280.
—filho d'el-Rei D. Pedro II. Nasce em 1694 no Côrte Real, 483.
—Recebe o Sacramento da Confirmação em 1703, 376.
—Depois de 1755 habita um barracão na quinta de Alcantara, 380.
Antonio (D.) de Almeida—Engenheiro autor de um projecto de melhoramentos na canalisação de Lisboa, 674.
Antonio Augusto de Aguiar—Manda, de accordo com o Ministro da Fazenda, estudar o 20.º plano de melhoramentos no nosso porto, 691.
Antonio Caetano da Silva—Autor de pinturas no arsenal do Exercito, 129.
Antonio (D.) Caetano de Sousa—Palavras suas encomiasticas ácerca d'el-Rei D. João IV, 328.
Antonio Canevari—Architecto do paço da Ribeira em dias de D. João V, 387.
—Autor dos planos para artificios de fogo no terreiro do Paço, 389.
— Apreço em que o tem Vieira Lusitano, 399.
—Autor da torre do relogio do paço da Ribeira, 399.
Antonio Cardoso Borges de Figueiredo—Menção do seu livro *O mosteiro de Odivellas*, 42.
Antonio Carvalho da Costa—Menciona o torreão do forte do paço da Ribeira, 399.
Antonio Coelho de Carvalho—Invasões que perpetrou em logradoiros publicos em Alcantara, 566.
Antonio Corrêa da Franca—Interprete de um Embaixador mouro de Mequinez, 377.

Antonio (D.) da Costa—Armeiro mór. Possuia em 1764 um palacio á porta da Cura, pag. 500.
Antonio (D.) da Costa de Sousa de Macedo—Em casa d'elle examina o autor d'esta obra os preciosos livros illuminados da casa de Mesquitella, 501.
Antonio Feliciano de Castilho—Palavras suas ácerca das antigas grandezas de Portugal, 89.
Antonio Galvão de Andrade—Estribeiro do Duque de Bragança. Compra um cavallo para Sua Excellencia, 320.
Antonio Joaquim de Carvalho—Versos seus ácerca do Maicosinhado, 204.
Antonio José de Figueiredo—Publica no Archivo Pittoresco a sua traducção de uma obra do Padre Sande, 263 nota.
Antonio Machado—Autor de uma estatua na egreja de S. Paulo, 528.
Antonio Marabotti—Italiano morador em Lisboa em 1429, 27.
Antonio (D.) Pereira da Silva—Bispo de Elvas, 376.
Antonio Ribeiro Chiado—Cita-se o seu *Auto das Regateiras*, 277.
Antonio Ribeiro dos Santos—Conjectura que o Infante D. Pedro recebesse dos Venezianos o mappa geographico que trouxe, e que é o primeiro mencionado na nossa historia nautica, 31.
Antonio da Rocha Esteves—Obtem licença para edificar uma barraca em Belem, 648.
Antonio da Silva Tullio—Autor de um estudo sobre a casa dos Bicos, 189.
—Mencionam-se artigos seus no Archivo Pittoresco, 520.
Antonio de Sousa de Macedo—Compõe a inscripção das portas da Cruz, 104.
—Palavras suas ácerca da venda das flores em Lisboa, 214.
—Menciona a Casa da Mina, 257.
—Refere-se a uma curiosa linguagem de certa tribu de Cafres, 259.
—Palavras suas encomiasticas d'el-Rei D. João IV, 327 e 328.
Antonio Vieira (P.)—Prega um sermão na Misericordia, 216.
—Prega na capella Real do paço da Ribeira em 1641, 330.
Antonio de Villasboas e Sampayo—Autor de um poema, citado a proposito do casamento da Infanta D. Catherina, pag. 546.
Apollinario (Frei) da Conceição—Suas palavras sobre o chafariz d'el-Rei, 174.
Apollo—Sua estatua no chafariz do terreiro do Paço, 325.
Araras e outros passaros. Sua venda na antiga Lisboa, 198.
Araujo—Vide *Augusto Gomez de Araujo*
—Vide *José Gregorio da Rosa Araujo*.
Arborisação do terreiro do Paço, 431.
Arcada do Anselmo no terreiro do Paço, 436.
Arcadas do terreiro do Paço. Analysam-se, 432 e seg.
Arco do Açougue—Nome que tambem se dava ao arco dos Barretes, 440.
Arco dos Barretes—D'onde tirava o nome, 439.
—Tambem chamado do Açougue, 440.
Arco dos Cobertos—Vide *Porta dos Cobertos*.
Arco do Espinho—Onde era. Sua descripção, 492.
Arco de Jesus—Porque se chamava assim, 177.
—É a porta do mar a S. João, 177.
Arco da Moeda, 435.
—Junto d'elle tinha casa Lopo Dias, 438.
Arco das Pazes,—435.
Arco dos Pregos—Junto d'elle habitaram os Principes D. João e D. Joanna, 208, 438 e seg.
—D'onde tirava o nome, 439.
—Dito do Conde de Coculim ácerca d'el-Rei D. João V e d'este arco, 439.
—Arruamento de confeiteiros, 440.
Arcos (Rua dos)—Antiga denominação da rua de Affonso de Albuquerque, depois chrismada em Almargem, e ultimamente em Albuquerque outra vez, 187.
Argonautas (Os)—Livro do snr. Francisco Martins Sarmento, 6.
Armadas—Umas eram construidas no Reino outras contratadas lá fora, 18.
—Seu custo no seculo XVI, 62 e 63.
Armadores estrangeiros domiciliados em Lisboa, 61.
Armand—Vid. *Conde Armand Ministro de França*.

Armando de Maillé-Brézé—Embaixador de França em Lisboa em 1641, pag. 352.
Armaria—Havia uma em Santarem, 265.
Armaria do paço da Ribeira—Creada por el-Rei D. Manuel, 260.
— Pessoal que n'ella havia, 265.
Armas—Apuro que havia em Lisboa na sua fabricação, 295.
Arraes—Significação d'essa palavra, 16.
Arriano Philosopho grego; escriptor de um roteiro do Ponto Euxino, 9.
Arsenal do Exercito,—124 e seg.
—Incendios, 128.
Arsenal da Marinha—Seu fundador el-Rei D. João V, 462.
Vid. *Ribeira das naus.*
Asseca—Vid. *Visconde da Asseca.*
Associação dos Architectos—Representa contra a arborisação do terreiro do Paço, 451.
Ataide—Vid. *Conde da Atouguia.*
—Vid. *Vasco (D.) de Ataide.*
Atalaya—Vid. *Conde da Atalaya.*
Aterro da Boa-Vista—Não tem que se ufanar do seu transito em comparação com o trafego da antiga praia, 24.
—Toma a Camara Municipal em 1859 a direcção d'essa obra, 652.
Seu retrato em 1862, 660.
—É ligado com o interior da Cidade pela Rocha do Conde de Obidos, 679.
Sua descripção como passeio em 1867, 685.
Augusto de Castilho—Acompanha o autor n'uma visita ás obras do porto de Lisboa, 699.
Augusto Gomez de Araujo—Informações suas ao autor d'este livro, 42 nota.
Auto da Alma—Representa se na capella do paço da Ribeira esta obra de Gil Vicente, 268.
Auto da barca do inferno—Representado em 1517, 275.
Auto Côrtes de Jupiter—Representado em 1521 no paço da Ribeira, 277.
Auto Exhortação á guerra—Representa se em 1513 no paço da Ribeira, 269.
Auto da Feira—Representa-se em 1527, 286.
Auto da Fama—Representado no paço de Santos em 1510, 600.
Auto da Mofina mendes—Representa-se em 1534, pag. 286.
Auto Nau de amores—Representado em 1525, 286.
Auto da Rubena—Representado em 1521 em Santos, 602.
Auto Triumpho do inverno—Representa-se no paço da Ribeira, 286.
Auto O velho da horta—Representa-se na capella Real em 1512, 269.
Aveiro—Vid. *Duque de Aveiro.*
Avellar Rebello—Vid. *José de Avellar Rebello.*
Azambuja—Vid. *Diogo da Azambuja.*
Azeitão—Ahi possuia o Duque de Aveiro um palacio, 558.
Azevedo—Vid. *Bernardino Joaquim de Azevedo.*
Vid. *Luiz Marinho de Azevedo.*
Azulejos—Preciosos azulejos que havia no palacio Abrantes a Santos-o-Velho, arrancados por 1845 ou 1846, 634.
Azzolini—Vid. *Diogo Azzolini.*

B

B.—Cryptonimo de um artigo da *Revista universal* ácerca de melhoramentos em Lisboa, 642.
Bairro do Almirante, 16.
Balbazes—Vid. *Marquez de los Balbazes.*
Balducci Pegolotti—Escriptor italiano dos fins do seculo XV, 28.
Baluarte—Cavallo d'el-Rei D. João IV, 319 e seg.
—De S. João no terreiro do Paço, 309.
Bananeira—Vegetal que servia para polir metaes, 126 e seg.
Barão de Battaville—Vem sellar as pazes entre Portugal e Castella, 352.
Barão do Monte Pedral—Dirige o Collegio de aprendizes da Fundição, 111.
Barão do Sobral—Vid. *Geraldo Wenceslau Braamcamp.*
Barão de Villa Cova—É-lhe expropriado um predio para a abertura da rua 24 de Julho, 656.
Barbadinho—O mesmo que Capuchinho. Vid. *Capuchinhos.*
Barbadinhos francezes—Fundação do seu convento á Esperança, 556.

Barbadinhos italianos — Hospedam-se no edificio de Santos-o-Novo, pag. 629.
— Edifica-lhes el-Rei D. João V um convento. Onde, 629.
Barbosa — Vid. *Ignacio de Vilhena Barbosa.*
Barbosa de Luna — Vid. *Pedro Barbosa de Luna.*
Baréz — Cavallo d'el-Rei D. Sebastião na batalha de Alcacer, 321.
Baroneza de Almeirim — Vid. *Luiza (D.) Maria Joanna Braamcamp.*
Baroneza de Stiel — Como apreciava a architectura veneziana, 255.
Barretes — Vid. *Arco dos Barretes.*
Barros — Vid. *João de Barros.*
Bartholomeu Dias — Menção dos seus trabalhos, 43, 47, 48, 50.
Bartholomeu Hervart — Edifica Saint-Cloud, que vende a Luiz XIV, 598.
Bartholomeu de Villalba y Estaña — Sua descripção das praias de Lisboa no seculo XVI, 58 e seg.
— Sua descripção dos cocos, 196.
— Sua descripção do bulicio do mercado da Ribeira, 198.
— Menciona a celeberrima armaria do paço da Ribeira, 261.
Basto — Vid. *José Manuel da Costa Basto.*
Battaville — Vid. *Barão de Battaville.*
Beato — Vid. *Convento do Beato.*
Beatriz (D.) de Tavora — Mãe do Marquez de Castello Rodrigo. Onde jazia, 473.
Bemposta — Vid. *Paço da Bemposta.*
Bengala — Usava uma, como distinctivo, o Patrão mór da Coroa, 462.
Benino — Vid. *Simão Benino.*
Berças (Praça das), 391.
Bernardino Antonio Gomes — Autor de um livro sobre melhoramentos de Lisboa, 672.
Bernardino Joaquim de Azevedo — Obtem licença para construir navios na praia de Santos, 647.
Bernardino José de Carvalho — Autor de uma *Memoria* sobre melhoramentos do Tejo, 677.
Bernardo Carnesecchi — Dono de uma galera florentina em 1329, 27.
Bernardo (Frei) da Cruz — Grande adepto de D. Filippe II, 467.
— Narra a explosão de 1576, 610.
Bernardo Foit — Autor de quadros no Convento dos Capuchinhos, pag. 557.
Bernardo Pinto dos Santos (Padre) — Institue confraria na capella Real, 397.
Bertiandos — Vid. *Conde de Bertiandos.*
Bèze — Vid. *Theodoro de Bèze.*
Bibiani — Vid. *João Carlos Bibiena.*
Bibiena — Vid. *João Carlos Bibiena.*
Bibliotheca do Paço — Vid. *Livraria.*
Bibliotheca publica — Inaugurada no terreiro do Paço em 1707, 453.
Bica dos Olhos — Sua menção, 542.
Bica do Sapato — Sua descripção, 119.
Bicos — Vid. *Casa dos Bicos.*
Bispo do Algarve — Arma uma caravella, 30.
Bispo Cortesão — Assim se denominava o Capellão mór, 291.
Bispo do Gran-Pará — Reprehende o luxo da opera d'el-Rei D. José, 411.
Bluteau — Vid. *Raphael (D.) Bluteau.*
Boa-Nova — Vid. *Ermida da Boa-Nova.*
Boa-Vista — Numerosas tabernas havia e ha n'esse sitio, 532.
— Briga n'essa praia entre Portuguezes e Tudescos em 1578, 533.
— Fica obstruida a estrada marginal com o desabamento do monte em 1621. Providencias, 547.
— Até onde alastrava essa nome, 581. Casal do Duque do Cadaval junto ao Mocambo, 605.
Boqueirão da Moeda, 540.
Borges de Figueiredo — Vid. *Antonio Cardoso Borges de Figueiredo.*
Borgonha — Vid. *Duqueza de Borgonha.*
Botelho — Vid. *Diogo Botelho.*
Braamcamp — Vid. *Anselmo Braamcamp Freire.*
— Vid. *Anselmo José Braamcamp.*
— Vid. *Geraldo Wenceslau Braamcamp de Almeida Castello Branco.*
— Vid. *Luiza (D.) Maria Joanna Braamcamp.*
Bragança — Vid. *Duque de Bragança.*
Brandão — Vid. *Thomaz Pinto Brandão.*
Braunio — Vid. *Jorge Braunio.*
Braz do Prado — Quadros seus na Misericordia, 213.
Brezé — Vid. *Armando de Maillé-Brézé.*
Briga de javalis com toiros na quinta de Alcantara, 379 e 380.
— Entre dois fidalgos no pateo do paço do Côrte Real, 480.

Brites (Infanta D.)—Filha d'el-Rei D. João III. Nasce no paço da Ribeira em 1530, pag. 289.
Brites da Costa—Mulher de Miguel de Moura. Fica sepultada nos escombros de uma explosão em 1576, 612.
Brites (D.) de Lencastre—Pede licença para vender o paço de Santos em 1620, 619.
Brites (D.) de Mendoça—Mulher de Manuel Côrte Real, 465.
Brito—Vid. *Gomes de Brito.*
Brito Freire—Vid. *Francisco de Brito Freire.*
Bró (Monsieur)—Hospedeiro aos Remolares no seculo XVIII, 522.
Bruno José do Valle—Pinta um quadro na Misericordia, 217.
Bugiar—Accepção primeira d'este verbo, 234 e seg.

C

Cabral—Vid. *Pedralvares Cabral.*
Cadamosto—Vid. *Luiz de Cadamosto.*
Cadaval—Vid. *Duque do Cadaval.*
Cadeia dos Castelhanos em Cata-que-farás, 513.
Caes do Aldeia Gallega, 194.
Caes do Carvão, 116 e 131.
Caes da madeira, 194.
Caes dos Moiros, 131.
Caes da Rainha—Qual seria a origem de tal denominação? 194.
Caes de Santarcin, 195.
Caes do Secretario, 124.
Caes do Sodré. Á noitinha ahi se reunem muitos maritimos, 522.
Caio Cesar—Explorador á Arabia, 11.
Caixas de assucar, no terreiro do Paço, 450.
Calçada do Conde de Villa Nova—Antecessora da actual calçada do Marquez de Abrantes, 632.
Calçada da Estrella, (Hospedaria da)—Em 1796 reputada das melhores, 522.
Calçada do Museu do Artilheria—Aberta em 1775, 130.
Calcetaria—Onde era, 535 texto e nota.
Caldeira—Vid. *Filippa Caldeira.*
Calligraphia—Considerações sobre ella pelo Marquez de Pombal, 444.
Calligraphos—No Pelourinho, 442.
Camara—Vid. *Pedro Gonçalves da Camara.*
Camara Municipal—Estabelecida no terreiro do Paço até 1863, pag. 454.
——Seu incendio em 1863, 454.
——Suas peregrinações, 454.
——Narração da sua nova installação em 1868 no largo do Pelourinho, 454 e seg.
Camaras opticas, no largo do Corpo Santo, 512.
Cá Masser—Vid. *Leonardo de Cá Masser.*
Cambrai (Liga de) em 1508—Não entrou n'ella el-Rei D. Manuel, 53.
Camillo Castello Branco—Publica a descripção do paço da Ribeira, 404.
Caminho de ferro do Norte inaugurado a 29 do Outubro de 1856, 123.
Canestrini—Vid. *Giuseppe Canestrini.*
Campainha (A)—Sitio no paço da Ribeira. Onde, 400.
Campo da forca—Antigo nome do Campo de Santa Clara, 97.
Campo de Santa Clara—Foi no seculo XIII theatro de execuções, 97.
Campolide—Quanto se estendia antigamente essa denominação, 579.
——Verdadeira etymologia, 578 e seg.
——Vinho d'esse sitio no seculo XVI, 607.
Canavarro ou Canavaro—Vid. *Antonio Canevari.*
Canevari—Vid. *Antonio Canevari.*
Capella (Lojas de)—Etymologia, 416.
Capella—Vid. *Pateo da Capella.*
Capella Real. É estabelecida no paço da Ribeira por el-Rei D. Manuel, 268.
Capellão mór, em 1516 era o Bispo D. Fernando de Vasconcellos, 269.
João de Riminha nomeado substituto do Deão da dita capella, 269.
——Concede-lhe varias regalias o Santo Padre Adriano VI, 290.
——Renova-se com grande esplendor em 1609, 313.
——Logares varios que teve, 330.
——N'ella prega o Padre Vieira, 330.
Obras em dias d'el-Rei D. João IV, 330, 331.
——Tribuna Real ao fundo da nave, 331.
——É promovida em 1710 a Collegiada insigne, 393.
——Sua descripção em 1719, 394 e seg.
——Quadros que tinha, 394.
——Suas opulencias espantosas, 416 e 417.

Capella Real—O edificio do seu thesoiro é demolido em 1751, pag. 417.
É destruida pelo terremoto, 417.
Capelleira da Cidade—Que cargo era, e quem o exercia em 1645, 215.
Capellistas—D'onde tiram a denominação que os distingue, 416.
Capitania do porto—Desintelligencias com a Municipalidade, 647.
Capitão-mór do mar O que era, 21.
Capuchinho O mesmo que Barbadinho. Vid. *Barbadinhos*.
Sua etymologia segundo Leitão de Andrada, 566.
Capuchinhos francezes—Fundação do seu convento á Esperança, 565.
Cardeal da Cunha—Dá em Alcantara um grande jantar de Côrte, 380.
Cardeal Patriarcha de Lisboa—Assistia aos espectaculos da Côrte, 412.
Cardoso—Vid. *Francisco Cardoso*.
Carlos (D.)—Vid. *Rua de D. Carlos*.
Carlos (Infante D.)—Filho d'el-Rei D. João V. Nasce em 1716, 384.
Carlos (El-Rei D.) O cortejo do seu baptisado em 1863 ainda não seguiu pelo Aterro da Boa-Vista, 664.
Carlos II, Rei da Gran-Bretanha—Annuncia ao seu Parlamento o casamento com a nossa Infanta, 341.
—Seu casamento com a nossa Infanta D. Catherina, 340 e seg.
Carlos III, pretendente de Castella—Hospeda-se no paço em 1704, 362.
Suas guerras, 377.
—É acclamado em Madrid, 378.
Carlos V Queria ser Rei de Lisboa para dominar o mundo, 65.
—Resposta que lhe deu o Conde da Sortelha, 71.
Carlos Mardel—Autor de um projecto de melhoramentos no porto de Lisboa, 641.
—Tenente Coronel de Engenheiros em tempo d'el-Rei D. João V, 419.
Autor do chafariz da Esperança, 557.
Carlos Pery de Linde—Procede á benção da Patriarchal em 1756, 420.
Carlos de Pezerat—Tira a planta do jardim do Côrte Real em 1883, 488.
Carneiro—Vid. *Pero d'Alcáçova Carneiro*.
Carnes—Enorme consumo d'ellas na antiga Lisboa, 433.
Carnesecchi—Vid. *Bernardo Carnesecchi*.
Carniçarias, pag. 431.
Carta latina da Republica Florentina ao Rei D. João I em 1429, 27.
Cartorios italianos—Quantas preciosidades portuguezas não encerram! 30.
Carvalho—Vid. *Antonio Coelho de Carvalho*.
Vid. *Antonio Joaquim de Carvalho*.
—Vid. *Bernardino José de Carvalho*.
—Vid. *Eugenio dos Santos de Carvalho*.
—Vid. *Filippa Carvalho*.
—Vid. *Gonçalo Pires de Carvalho*.
—Vid. *Luiz de Carvalho*.
—Vid. *Manuel Gomes de Carvalho*.
—Vid. *Sebastião de Carvalho*.
Carvalho da Costa—Vid. *Antonio Carvalho da Costa*.
Carvalho e Mello—Vid. *Marquez de Pombal*.
Carvalho e Mendonça—Vid. *Paulo de Carvalho de Mendonça*.
Carvalho Rosa—Vid. *José de Carvalho Rosa*.
Carvão—Vid. *Caes do Carvão*.
Carvoarias a Santa Apollonia, 115.
Casa dos Bicos, 185 e seg.
Casa dos Contos, 220.
Casa da India Seu pessoal, 260.
Casa da Mina Seu pessoal, 260.
—Em que differia da Alfandega propriamente dita, 257.
Casa da Moeda—É estabelecida na praia da Boa-Vista, 535.
—Onde ficava d'antes, 535.
Casa-pia—Instituida em 1780 para reprimir a vadiagem, 509.
Casas de Vasqueannes Côrte-Real—Já existiam em 1517 as assim chamadas; como eram, 466.
Cascaes—Vid. *Marquez de Cascaes*.
Casebres da Esperança entre o largo e a calçada. Sua demolição, 569.
Castelhanos A sua cadeia privativa era em Cata-que farás, 513.
Castello-Branco Vid. *Camillo Castello-Branco*.
—Vid. *Martinho (D.) de Castello-Branco, Conde de Villa-Nova*.
Castello de S. Jorge—Ahi possuia o Duque de Aveiro um palacio, 558.
Castello-Melhor—Vid. *Conde de Castello-Melhor*.

Castello-Melhor — Vid. *Marqueza de Castello-Melhor.*
Castello-Rodrigo — Vid. *Marquez de Castello-Rodrigo.*
Castilho — Vid. *Antonio Feliciano de Castilho.*
— Vid. *Augusto de Castilho.*
— Vid. *João de Castilho.*
Castro — Vid. *Alvaro (D.) Pires de Castro.*
— Vid. *Fernando (D.) de Castro.*
— Vid. *João (D.) de Castro*
— Vid. *Pedro (D.) Fernandes de Castro.*
— Vid. *Raphael da Silva e Castro.*
Castro e Noronha — Vid. *Marquez de Cascaes.*
Cata-que-farás — Sitio ao Poente do Corpo-Santo, pag. 513.
— Vid. *Cruz de Cata que-farás.*
— Ignora-se a etymologia do nome, 514.
Catherina (D.) Rainha — mulher d'el-Rei D. João III. Passeava ás vezes na Ribeira dos comestiveis, 193.
— Madrinha de seu neto, 300.
— Sua presença de espirito durante a agonia de seu marido, 301.
— Depois da morte d'el-Rei D. João III ficou morando algum tempo no paço da Ribeira, 303.
— Vai habitar contigua ao mosteiro da Esperança, 553.
— Enumeram-se varias residencias suas com seu neto, 303.
— Seu fallecimento em 1574, 609.
— Filha de D. João IV. Festas do casamento com Carlos II, 340 e seg.
— Viuva de Carlos II. Chega a Lisboa em 1693, vai habitar Alcantara, 375.
— Morre em 31 de Dezembro de 1705 na Bemposta, 377.
Catherina Vieira — Irman do *Lusitano.* Mencionam-se pinturas suas, 634.
Catraios — Navegando entre Lisboa e a Banda d'Alem, 87.
Cavallos — É prohibido arrojarem-se ao Tejo os seus cadaveres, 517.
— Vid. *Chafariz dos cavallos.*
Caverel — Vid. *Filippe de Caverel.*
Celestino Soares — Vid. *Joaquim Pedro Celestino Soares.*
Cerca de Manuel Côrte-Real, 466.
Cerne (Ilha de) — Uns querem que seja a Madeira, outros Arguim, outros Madagascar, 10.
Cesar — Vid. *Caio Cesar.*
— Vid. *Luiz Cesar.*
Ceylão (Rei de) — Vid. *Rei de Ceylão.*
Chafariz dos Cavallos — O mesmo que o de Dentro, pag. 144.
Chafariz de Dentro, 144 e seg.
Chafariz d'el-Rei, 161 e seg.
— As suas mais antigas menções historicas, 162.
— Conjectura-se a origem d'esta denominação, 163.
Trafego ás suas bicas, 168.
Chafariz da Esperança — Seu autor Carlos Mardel, 557.
Chafariz da Praia, 135 e 149.
Chafariz de S. Paulo — Sua historia desde a origem, 531.
Chafariz de Santos — Recommenda-o D. Manuel á Camara em 1498, 596.
Chafariz do terreiro do Paço — Edifica-o el-Rei D. João IV, 324.
Chafariz dos paus, 135.
Chapeletas — *Dar chapeletas* se diz da pedra que ressalta á face da agua, 580.
Chegaray (Fernando de) — Tenente general, reformador do Arsenal da Fundição, 128.
Chiado — Vid. *Antonio Ribeiro Chiado.*
Christiano Henrique Smits — Fabricante a S. Paulo em 1750, 526.
Christovam de Almada — Senhor de Ilhavo, 552.
Christovam Lopes — Quadros seus na Misericordia, 213.
Christovam (D.) de Moura — Quem era por seus paes, seu papel politico, 467.
— Caso acontecido com elle e um soldado velho pretendente, 313.
— É enviado por D. Filippe II a Portugal com o Duque de Ossuna, 470.
— Reedifica o antigo solar dos Côrte-Reaes na Ribeira, 471.
— Pede ao Rei auxilio pecuniario para a obra do seu palacio, 471.
— Morre em 1613, 472.
Ciniselli — Vid. *João Ciniselli.*
Circumvallação novissima, 93
Clara (Santa) — Vid. *Campo de Santa Clara.*
— Vid. *Mosteiro de Santa Clara.*
Claranges-Lucotte — Vid. *Conde de Claranges-Lucotte.*
Clandio (Frei) da Conceição — Descripções do paço da Ribeira, 387.

Clemente XI (O Santo Padre) — Promove a nossa capella Real a Collegiada insigne em 1710, pag. 393.
— Institue a Cathedral metropolitana e patriarchal de Lisboa em 1716, 393.
— Allude-se ás suas exequias na capella Real do paço da Ribeira, 361.
Cobertos — Vid. *Porta dos Cobertos.*
Coculim — Vid. *Conde de Coculim.*
Codornos offerecidos á Rainha D. Catherina pelos Dominicanos, 194.
Coelho — Vid. *Jorge de Albuquerque Coelho.*
Coelho de Carvalho — Vid. *Antonio Coelho de Carvalho.*
Coelho de Figueiredo — Vid. *Francisco Coelho de Figueiredo.*
Coelho Furtado — Vid. *Eusebio Candido Pinheiro Coelho Furtado.*
Cogominho — Vid. *Nuno Fernandes Cogominho.*
Coimbra — Vid. *Duque de Coimbra.*
Comedia do Viuvo — Representa-se em 1514, 270.
Comestiveis (Ribeira dos), 191 e seg.
Commendadeira de Santos — Concede licença para venda de terrenos na visinhança de Santos, 585.
Commendadeiras de Santos — Moram temporariamente no Limoeiro, 586.
— Mudam-se em 1490 para a sua nova casa ao Paraizo, 586.
— Por morte d'el-Rei D. Sebastião tomam novamente posse do paço de Santos, 617.
Companhia do Gaz — Está onde era a Brigada Real da Marinha, 543.
Companhia do Gran-Pará e Maranhão — É instituida em 1755, 539.
Compolet — Antigo nome de *Campolide* segundo Osberno, 579.
Conceição — Vid. *Apollinario (Frei) da Conceição.*
— Vid. *Claudio (Frei) da Conceição.*
Conceição Velha — Vid. *Misericordia.*
Concertos no paço da Ribeira, 388.
Conde de Alcanede — Titulo dado a D. Francisco Luiz de Lencastre, 628.
Conde Armand, Ministro de França — Em 1870 toma para a legação o palacio de Santos, 633.
Conde da Atalaya — Em 1604 foge para França accusado de ter morto um corregedor, 375.
Conde da Atalaya — General distincto nas guerras de 1706, pag. 378.
Conde da Atouguia — Desposa uma filha de Fernão Lourenço, 594.
Conde Barão de Alvito — Seu palacio á Boa-Vista, 551.
Conde de Bertiandos — Compra um palacete á Cruz de Pedra, 95.
— Agradecimento a elle por informação que deu ao autor, 96.
Conde de Castello Melhor, Luiz de Vasconcellos e Sousa — Official mór ao serviço d'el-Rei D. Affonso VI, 338.
— Escrivão da Puridade de D. Affonso VI, morava no paço da Ribeira, 349.
— Vai a bordo da nau em que veio a Rainha D. Maria Francisca, 340.
Conde de Claranges-Jucotte — Propõe ao Governo um plano de melhoramentos no porto de Lisboa, 649.
— Apresenta em 1860 um projecto supplementar ao seu antigo plano, 658.
Conde de Coculim — Seu palacio ao Arco de Jesus, 177.
— A porta principal do seu palacio era serventia publica para S. João da Praça, 179.
Conde da Feira — Seu palacete á Cruz da Pedra, 94.
Conde de Figueiró — Pretendente á successão da Casa de Aveiro, 568.
Conde da Idanha — Vid. *Pero d'Alcaçova Carneiro.*
Conde de S. Januario e o engenheiro Guerreiro autores de um projecto de melhoramentos no porto de Lisboa, 669.
Conde de Linhares — Rua d'esse nome, chamou-se *Paços do Mestre*, 179.
Conde de Obidos — Vid. *Rocha do Conde de Obidos.*
Conde de Odemira, D. Sancho de Noronha — Edifica uma cocheira, d'onde tira graves desgostos, 187.
Conde de Oriola — Vid. *Conde Barão de Alvito.*
Conde de Penaguião, João Rodrigues de Sá e Menezes — Official mór ao serviço d'el-Rei D. Affonso VI, 338.
Conde de Portalegre — Vestigio mais antigo do seu palacio á Ribeira, 182.
Conde do Prado — Sáe ao portaló de uma nau a receber el-Rei D. Affonso VI, 357.

Conde do Prado—Em 1604 foge para França por ter morto um corregedor, pag. 375.
Conde de Raczynski—Como elle aprecia o mosteiro da Esperança, 554.
Conde do Sandwich, Eduardo Montagu—Vem a Lisboa para conduzir a Rainha da Gran Bretanha, 344.
—Vem selar as pazes entre Portugal e Castella, 352.
— Em 1662 habita no Côrte Real, 477.
Conde de Santa-Cruz—Mordomo mór da Rainha D. Maria Francisca, 349.
Conde de S. João—Serve de Guarda mór da Pessoa Real nas Côrtes de 1668, 351.
— General distincto nas guerras de 1706, 378.
Conde de Tarouca—Compõe um soneto ao incendio da Patriarchal, 423.
Conde da Torre—Fere um homem na sala dos Tudescos, 361.
Conde de S. Vicente Seu palacete á Cruz da Pedra, 94.
Conde de Villa-Flor, (Duque da Terceira) -Seu palacio ao Chafariz d'el-Rei, 168.
Conde de Villa-Franca—Falla da antiga porta da Oura; seus estudos no assumpto, 493.
—Menciona a armada de Affonso Furtado, 20.
— Explicação sua da significação do antigo cargo de Capitão mór do mar, 21.
Conde de Villa-Nova—Vid. *Martinho (D.) de Castello Branco. Conde de Villa Nova.*
— Vid. *Calçada do Conde de Villa Nova.*
Conde do Vimioso—Conduz o Embaixador de França em 1641, 332.
Condessa de Faro—Pretensora da herança da Casa de Aveiro em 1759, 568.
Condessa da Foz—Compra um palacete á Cruz da Pedra em 1884, 95.
Condessa de La Tour Camareira mór da Rainha D. Maria Anna; morava em 1708 na casa dos Armeiros móres, 500.
Condessa do Sabugal D. Anna de Mello Breyner—Como tutora de seu filho põe embargos á escadaria da Rocha, 679.
Confeitaria—Era a antiga Ferraria, 238 nota 2.
—Proxima ao terreiro do Paço, 431.
Constructor inglez empregado na Ribeira das naus, pag. 462.
Consulado—O que era esse importante tribunal, 79.
Consules do mar, 27 e 28.
—Concedem a livre sahida do cereal de Pisa em 1428, 20.
Conti—Vid. *João de Conti.*
Contos—Vid. *Casa dos Contos.*
Contreiras—Vid. *Miguel (Frei) de Contreiras.*
Convento dos Barbadinhos francezes Ardeu antes de 1845, 566.
Convento do Beato—Projecta-se para ahi a transferencia da Patriarchal, 418.
Convento de S. Bento em Lisboa—Para ahi se projecta transferir a Patriarchal, 419.
—Para ahi se transfere em 1769 a Patriarchal, 423.
Convento dos Capuchinhos—á Esperança—Junto d'elle é saudado el-Rei D. João V pela primeira vez com o titulo de Majestade, 567.
Convento de S. Domingos—Escolhido para as conferencias do Clero nas côrtes de 1668, 352.
Convento dos Dominicanos do Corpo-Santo—Estragos que lhe causou o terremoto de 1755, 511.
Convento do Santo Eloy—Escolhido para as conferencias da Nobreza nas côrtes de 1668, 352.
Convento da Esperança—Vid. *Mosteiro da Esperança.*
Convento de S. Francisco—Escolhido para as conferencias do Povo nas côrtes de 1668, 352.
Convento da Graça—Não pagava dizima do pescado que recebia, 200.
Convento de Mafra—A sua edificação é motivada pelo nascimento da Infanta D. Maria Barbara, 384.
Convento dos Mariannos—Edificado em 1611, 612.
Coode—Engenheiro inglez autor de um plano de melhoramentos do porto de Lisboa, 679.
Cordeiro de Sousa—Engenheiro, acompanha o autor n'um passeio ás obras do porto de Lisboa, 699.
Corpo-Santo—Assim chamavam alguns ao paço do Côrte Real, 479.
—Vid. *Ermida do Corpo-Santo.*

Corpo-Santo—Vid. *Largo do Corpo-Santo.*
Vid. *Porta do Corpo-Santo.*
Corrêa—Vid. *Gaspar Corrêa.*
—Vid. *Jorge Corrêa.*
—Vid. *José Candido Corrêa.*
—Vid. *José Finza Corrêa.*
Corrêa de Almeida—Vid. *Conde de S. Januario.*
Corrêa da Franca—Vid. *Antonio Corrêa da Franca.*
Corrêa de Sá—Vid. *Salvador Corrêa de Sá.*
Correio—Sua installação no terreiro do Paço, pag. 433.
Côrte—A sua chegada a qualquer parte animava muito a população, 277.
Côrte Real—Genealogia d'esta familia, 463 e seg.
—O nome d'este palacio conservou-se depois do palacio destruido, 490.
—No palacio assim chamado vai morar el-Rei D. Pedro, ainda Principe, 348.
Vai habitar ahi em 1668 a Rainha D. Maria Francisca, 353 e 354.
—Vid. *Francisco (D.) de Moura Côrte Real.*
—Vid. *Gaspar Côrte Real.*
—Vid. *João Vaz Côrte Real.*
—Vid. *Manuel Côrte Real.*
Vid. *Manuel de Moura Côrte Real.*
—Vid. *Margarida (D.) Côrte-Real.*
Vid. *Paço do Côrte Real.*
—Vid. *Vasqueannes Côrte Real.*
Côrtes—Os capitulos de côrtes são das mais genuinas fontes da historia, 24.
Côrtes de 1361 e de 1372—Reclamam a construcção de caes em Lisboa e na Banda d'Alem, 88.
Côrtes do 1619—no paço da Ribeira, 313.
Côrtes de 1641—no paço da Ribeira, 331.
Côrtes de 1668—No dito paço, 350.
Corvo—Vid. *João de Andrade Corvo*
Costa—Vid. *Alvaro (D.) da Costa.*
—Vid. *Antonio (D.) da Costa.*
—Vid. *Antonio (D.) da Costa de Sousa de Macedo.*
—Vid. *Brites da Costa.*
—Vid. *Gileanes (D.) da Costa.*
—Vid. *Jorge (D.) da Costa.*
Costa Basto—Vid. *José Manuel da Costa Basto.*
Costa Negreiros—Vid. *José da Costa Negreiros.*
Coste—Vid. *Raymond de la Coste.*
Coutinho—Vid. *Manuel de Macedo Pereira Coutinho.*
Cova da Onça—Era á Esperança por traz do palacio Aveiro, pag. 560.
Covides—Vid. *Pedro de Covides.*
Craig (Dr.)—Vid. *Creigon.*
Creigon (Dr.)—Medico inglez que vem tratar el-Rei D. Pedro II, 377
Cruz—Vid. *Bernardo (Frei) da Cruz.*
—Vid. *Anselmo José da Cruz.*
—Vid. *Francisco (Frei) da Cruz.*
—Vid. *Marcos da Cruz.*
Cruz de Cata-que-farás, 513.
Cruz da Pedra—Vid. *Forte da Cruz da Pedra.*
Cruz Sobral—Vid. *Sebastião Antonio da Cruz Sobral.*
Cruzeiro da Esperança—Sua descripção segundo apontamentos de José Valentim. Sua demolição, 556.
Cruzeiros—Havia muitos; foram demolidos, 514.
Cunha—Vid. *Cardeal da Cunha.*
—Vid. *Luiz (D.) da Cunha.*
—Vid. *Tristão da Cunha.*
—Vid. *Xavier da Cunha.*
Cyrillo Volkmar Machado—Menciona artistas que trabalharam na egreja nova da Misericordia, 217.

D

Damasio—Vid. *José Victorino Damasio.*
Damião de Goes—Fala do chafariz dos Cavallos, 145.
—Descripção do chafariz d'el-Rei, 172.
—Menciona obras d'el-Rei D. Manuel no terreiro do Paço, 237.
Palavras suas ácerca da fundação do paço da Ribeira, 242.
—Cita-se a sua descripção latina do paço da Ribeira, 250.
Menciona a fundação do paço de Santos pelo argentario Fernão Lourenço, 597.
—Sua descripção da briga de um elephante com um rhinoceronte, 270.
Dario Rei da Persia; suas explorações na conquista da India, 9.
Darmstadt—Vid. *Jorge de Darmstadt.*

Debrousse—Vid. *Hubert Debrousse.*
Demolições de monumentos—Combate o autor o sestro demolidor que teem Camaras e particulares, pag. 181.
Desacato commettido por um herege na capella Real do paço da Ribeira em 1552, 300.
Deslandes—Vid. *Venancio Deslandes.*
Destruição acintosa dos mosteiros pelos nossos governantes, 334.
Detritos—Fica prohibido arrojarem-se ás praias do Tejo, 517.
Devoção á Conceição Immaculada remonta longe, 104.
Dias—Vid. *Bartholomeu Dias.*
—Vid. *Francisco José Dias.*
—Vid. *Gaspar Dias.*
—Vid. *Lopo Dias.*
—Vid. *Miguel Dias (Padre Jesuita).*
Diniz (el-Rei D.)—Seus desejos de alargar os dominios maritimos, 15.
—Manda vir de Italia Manuel Pessanha, 15.
—Manda Manuel Pessanha correr as costas da Berberia em som de guerra em 1317, 17.
—Concede a Pessanha o senhorio de Odemira em 1319, 17.
—Manda Pessanha a Roma como Embaixador em 1320, 17.
—Manda Pessanha correr o Estreito de Gibraltar e o norte da Africa em 1322, 17.
—Pede ao Santo Padre parte dos reditos ecclesiasticos para guerra, 17.
—Lega 200 libras ao mosteiro de Santos, 584.
—Autor da porta da Oura? 494.
Diniz Fernandes—Arma um navio em 1445, 59.
Diogo da Azambuja—Descobre a Costa da Mina em 1482, 592.
Diogo Azzolini—Architecto mandado vir de Italia por Bibiena, 410.
Diogo Botelho—Desposa uma filha de Fernão Lourenço, 594.
Diogo de Gouvêa e Miranda—Demanda sua com o Senado por causa de uma figueira, 171.
Diogo Rodrigues—Almoxarife do paço da Ribeira de Muja, 247.
Diogo da Silva—Requer o emprazamento de um chão junto ao chafariz d'el-Rei, 167.
Doações de varios chãos da Ribeira no Municipio pelos Reis portuguezes, pag. 83.
Doença e fallecimento d'el-Rei D. Manuel, 279 e seg.
—e fallecimento d'el-Rei D. João III, 301 e seg.
—e fallecimento d'el-Rei D. João IV, 334.
—e fallecimento d'el-Rei D. João V, 402 e 403.
—e fallecimento d'el-Rei D. Pedro II, 378 e seg.
Domingos (S.)—Vid. *Convento de S. Domingos.*
Domingos Parente da Silva—Architecto dos novos paços do Concelho, 454 e seg.
Domingos dos Reis Quita—Versos seus em que allude ao chafariz do terreiro do Paço, 325.
—Versos á Companhia do Gran-Pará, 539.
Domingos Vieira Serrão—Autor do desenho da vista de Lisboa no livro de Lavanha, 508.
Domingues—Vid. *Paulo Domingues.*
Dominicanos—Estuda-se o seu convento do Corpo Santo, 510.
Duarte (Rei D.)—Tributo que ordena para remissão do serviço naval, 25.
—Adoece em fins de Agosto de 1438 no paço da Ribeira em Thomar, 247.
—Uma sua amabilidade funda um appellido nobre, 464.
Duarte (Infante D.)—Filho d'el-Rei D. Manuel. Nasce no paço da Ribeira em 1515, 270.
Duarte (O Senhor D.)—Chega a el-Rei D. João IV a noticia da morte d'esse irmão, 332.
—Suas exequias na capella do paço da Ribeira, 333.
Duarte IV (Rei de Inglaterra).—Manda a Ordem da Jarreteira a el-Rei D. João II, 593.
Duarte Nunes do Leão—Fala nas Alcaçarias de Alfama, 150.
—Rebate-se a sua opinião de ser *Campo-da-lide* a etymologia de *Campolide*, 580.
—Menciona a antiga Ferraria, que no seu tempo era a Confeitaria, 238 nota 2.

Duarte de Sundo (Padre)—Palavras acerca do chafariz d'el-Rei, pag. 172.
—Sua menção do jardim do paço da Ribeira, 251.
—Menciona a armaria do paço da Ribeira, 262.
—Suas descripções muito summarias do paço da Ribeira, 266.
Menciona o pessoal da capella Real, 268.
—Descripção do torreão do forte no paço da Ribeira, 314.
—Sua rapida descripção da Ribeira das naus, 311.
Du-Guay-Trouin—Vem a Lisboa em 1693 e em 1694, 373.
Du Paro (Cavalleiro)—Commandante de um navio de guerra francez surto no Tejo em 1646, 368.
Duque de Alba—Morre no paço da Ribeira, 307.
Duque de Aveiro—Possuia varios palacios. Citam-se tres, 558.
—D. Raymundo—Bandeia-se com os Castelhanos em 1659, 567.
—No seu palacio á Esperança mora em 1706 o Marquez das Minas, 378 e 559.
Duque de Bragança—Possuia dominio directo de terreno á porta da Oura. Consolida-o com o dominio util, 500.
D. Affonso—Parece ter nascido n'uma casa á porta da Oura, 501.
—Em troca do direito dos Judeus recebe a dizima do pescado, 157.
Duque do Cadaval—Serve de Condestavel nas Côrtes de 1668, 351.
—D. Nuno—Mencionado de passagem, 376.
—Possuia um casal da Boa-Vista junto ao Mocambo, 605.
—Assiste a uma recepção da Rainha D. Maria Francisca. Presença de espirito do Duque, 476.
Duque de Coimbra (D. Jorge)—Duas filhas suas se recolhem ao mosteiro de Santos, 585.
—São tres as linhas principaes que o representam, 558.
Duque de Ossuna—É enviado a Portugal em missão com D. Christovam de Moura, 470.
Duque de Saldanha—A elle dedica Thomé de Gamond o seu projecto de melhoramentos em Lisboa, 671.
Duque da Terceira—Dá-se o nome d'elle á rua que liga o Aterro com a Esperança, pag. 665.
—Origem do seu palacio ao chafariz d'el-Rei, 176.
Duqueza de Aveiro D. Maria de Guadalupe de Lencastre—Cede o seu jardim aos Frades Barbadinhos, 564.
—D. Magdalena Giron—Entrega sua filha á Imperatriz D. Maria de Austria, 561.
Duqueza de Borgonha—De accordo com o Rei de Portugal em 1444 manda apresar em Flandres todas as galés florentinas, 29.
Duqueza de Mantua—Quem era por seu pae e seu marido. Seu papel politico e sua expulsão, 316 e 317.
Durer—Vid. *Alberto Durer.*

E

Eça—Esta familia possuia capella em S. Francisco de Xabregas, 285.
—Vid. *Francisco (D.) d'Eça.*
—Vid. *Joanna (D.) d'Eça.*
Edificios em Lisboa—Muitos d'elles por acabar, 620.
Eduardo Freire de Oliveira—Autor da obra *Elementos para a historia do Municipio de Lisboa,* muitas vezes citada n'este livro.
Egipcielli—Actor italiano. Quanto ganhava na nossa Côrte, 411.
Egreja do Menino Deus—Projecta-se para ahi a transferencia da Patriarchal, 418.
Egreja de S. Paulo—Apparece arruinadissima na estampa de Le Bas, 527.
—Suas confusissimas origens, 527.
—Sua descripção em 1712, 527.
—Analyse da sua actual frontaria, 527.
Egreja de S. Roque—Para ahi se transfere em 1769 a Patriarchal, 422.
Elephante—Briga com um rhinoceronte no paço da Ribeira, 270.
Eloy (Santo)—Vid. *Convento de Santo Eloy.*
Embaixadas—Pragmaticas com que as recebia el-Rei D. Manuel, 279.
Embaixador de Inglaterra—Sua audiencia em Alcantara, 368.
Empreitadas navaes, 60 e 61.

Enterramento dos escravos no seculo xvi, pag. 548.
Ermida do Bom Jesus da Boa-Nova—Junto á Fundição, 130.
Ermida do Corpo-Santo—505 e seg.
Ermida de S. Joaquim (ao Calvario)—Transfere-se para ahi a Patriarchal, 418.
Ermida do Paraizo—Hoje Hospital da Marinha, 101.
Ermida do Rosario, 158 e seg.
Ermida de Santo Esp'rito—Não pagava dizima do pescado que recebia, 200 e 138.
Ernesto George—Gerente da companhia dos vapores, compra um palacio no terreiro do Paço, 457.
Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro—Manda, de accordo com o Ministro das Obras publicas, estudar o 20.º plano de melhoramento no nosso porto, 691.
Escadaria da rua da Procissão, 426.
Escadinhas da praia de Santos, 625.
Esneval (O Vidame d')—Embaixador de França em Lisboa em 1694, 375.
Espalmadeiros da Banda d'Alem, 66.
Esperança—Historia dos casebres da Esperança, 569.
——Ahi possuia o Duque de Aveiro um palacio. Estuda-se, 559.
——Vid. *Chafariz da Esperança.*
——Vid. *Cruzeiro da Esperança.*
——Vid. *Largo da Esperança.*
——Vid. *Mosteiro da Esperança.*
Espinho—Vid. *Arco do Espinho.*
Espirito Santo da Ribeira—Sitio onde os Córte-Reaes possuiam casa, 465.
Esp'rito (Santo)—Vid. *Ermida de Santo Esp'rito.*
Estalagens e hospedarias antigas, 520 e seg.
Estaleiros no Tejo descriptos por Bartholomeu de Villalba y Estaña, 58.
Estaña—Vid. *Bartholomeu de Villalba y Estaña.*
Estatua equestre d'el-Rei D. João V—Onde? 462.
Estatua equestre d'el-Rei D. José—Seu transporte para o terreiro do Paço levou cinco dias, 130.
Estevam da Gama—Menção da sua valentia, 45.
Estevam (Frei) Pereira Penharanda—Versos seus ao incendio do palacio do Côrte-Real, pag. 485.
Esteves—Vid. *Antonio da Rocha Esteves.*
Estrangeiros—Vid. *Ministerio dos Estrangeiros.*
Estylo manuelino—Avalia-se rapidamente a indole d'esse genero de architectura, 255.
Eudoxo—Navegador desde o mar Vermelho em volta da Africa até Cadix, 10.
Eugenia (Imperatriz)—Uma bruxa cigana lê-lhe a buena-dicha, 326.
Eugenio dos Santos de Carvalho—Architecto da reedificação pombalina, 420.
Eusebio Candido Pinheiro Coelho Furtado—Governador do Castello de S. Jorge; inventor do empedramento de mosaico, 516.
Explosão—Deu-se uma horrivel de polvora em 1576 em Santos, 610.

F

Fallardo—Vid. *João Fallardo.*
Fallecimento de D. João III, 301.
Fallecimento de D. João IV, 334.
Fallecimento de D. João V, 403.
Fallecimento de D. Manuel, 279 e seg.
Fallecimento de D. Pedro II, 378.
Faria—Vid. *Manuel Severim de Faria.*
Faro—Vid. *Condessa de Faro.*
Febre amarella—Em 1857 pensa-se muito em melhorar a hygiene de Lisboa, 650.
Feira—Vid. *Conde da Feira.*
Feira (Casa da)—Onde está a sua representação, 96.
Feliciano Narciso—Autor de pinturas no Arsenal do Exercito, 129.
Felix da Rocha—Estucador da Misericordia, 217.
Fernandes—Vid. *Diniz Fernandes.*
——Vid. *Manuel (Padre) Fernandes.*
Fernandes de Castro (D. Pedro)—Vid. *Pedro (D.) Fernandes de Castro.*
Fernandes Cogominho—Vid. *Nuno Fernandes Cogominho.*
Fernandes de Gallegos—Quadros seus na Misericordia, 213.

Fernandes Monteiro—Vid. *Pedro Fernandes Monteiro.*
Fernandes Thomaz—Vid. *Annibal Fernandes Thomaz.*
Fernando (El-Rei D.) Grande accrescentador do trafego maritimo em Portugal, pag. 19.
Fernando (D.) de Castro—Capitão mór em 1424, 38.
Fernando Palha de Faria Lacerda—Seu palacio na travessa de Lazaro Leitão, 96.
——Profere como presidente do Municipio um discurso na inauguração das obras do nosso porto, 699.
Fernão Gomes da Mina—Suas riquezas, 40 e 41.
Fernão Lopes—Varias citações de palavras suas ácerca do antigo edificio de Santos-o-velho, 587 e seg.
——Menciona esse chronista o incendio da Ferraria, 238 nota 3.
Fernão Lourenço Argentario do seculo XV, 42.
——Dados biographicos d'elle, 592.
——Tinha casa em Cata-que-farás, 499.
——É nomeado thesoireiro e feitor da Casa da Mina, 592.
——Membro do Conselho d'el-Rei, 593.
——Hospeda em 1486 um Principe inglez Embaixador de Duarte IV, 593.
——Este armador despacha a expedição de Vasco da Gama, 593.
——É nomeado feitor da India, 593.
——Documento que prova a sua ponctualidade como funccionario, 593.
——Compra a Jorge de Mello a Judaria de Beja. Vende-a a D. Manuel, 594.
——Casa suas filhas na alta nobreza, 594.
——Toma ás Commendadeiras o mosteiro velho de Santos, 594.
——Senhor de Gestaçó e Penajoia em 1591, 593 e 597.
——É mencionado pelo Bispo D. Jeronymo Osorio, 593 nota.
——É mencionado por Goes, 597.
——Mencionado pelo chronista Ruy de Pina, 593.
——É aposentado em 1504, 593.
——Recebe quitação geral d'el-Rei D. Manuel em 1507, 599.
——Em 1508 era já fallecido, 599.
Ferraria pequena—Antigo nome da Fundição do Corpo-Santo, 402.
Ferrarias—Varias noticias sobre ellas, pag. 238.
— São transferidas do terreiro do Paço para alem da porta da Cura, 238.
Ferraz—Vid. *João Pereira da Cunha Ferraz.*
Ferreira Leal—Vid. *Malaquias Ferreira Leal.*
Ferreira de Vasconcellos—Vid. *Jorge Ferreira de Vasconcellos.*
Figueiredo—Vid. *Antonio Cardoso Borges de Figueiredo.*
——Vid. *Antonio José de Figueiredo.*
——Vid. *Francisco Coelho de Figueiredo.*
——Vid. *Lopo de Figueiredo.*
——Vid. *Manuel de Figueiredo (Padre).*
Figueiró—Vid. *Conde de Figueiró.*
Filhos que deixa ao morrer a Rainha D. Maria em 1517, 275.
Filippa (Rainha D.)—Protege o mosteiro de Santos, 584.
Filippa Caldeira—Mulher de Fernão Lourenço, 594.
Filippa Carvalho—Capelleira da Cidade, 215.
Filippe I (D.)—Providencia no desabamento do monte de Santa Catherina, 545
——Inscripção que manda collocar com memorativa da transferencia da capella Real, 306.
——Habita no paço da Ribeira em 1581, 307.
——Entra em Portugal em 1581, 561.
——Cortesia com que tratou os irmãos da Misericordia, 209.
——Um seu dito á D. Christovam de Moura, 471.
Filippe II (D.) Institue o *Consulado* em 1592, 70.
——Planeia vir a Lisboa em 1609, mas só vem em 1619, 313.
——Em 1609 funda o mosteiro de Santos o Novo, 619.
——Em 1619 vem a Lisboa. Visita os Duques de Aveiro no palacio da Esperança, 562.
Filippe III (D.)—Ordens suas para a limpeza das praias, 79.
Filippe de Caverel—Engano seu ácerca de um rhinoceronte que viu em Lisboa, 274.
Filippe Meadowe—Embaixador de Inglaterra a D. João IV em 1656, 333.

Filippe Terzo—Architecto do torreão do forte do paço da Ribeira, pag. 308.
Filippinos e Brigantinos—Procura-se collocar uns e outros na sua verdadeira luz, 467.
Fiuza Corrêa—Vid. *José Fiuza Corrêa.*
Flamengas—Vid. *Mosteiro das Flamengas.*
Florentinos—Quando e como procuram obter privilegios de D. João I, 27.
Interrupção das suas relações comnosco em 1444, 29.
—Os privilegios que obtiveram de D. João I continuam-se nos reinados de D. Duarte e D. Affonso V, 29.
Flores—O seu mercado no adro da Misericordia, 213.
Florez—Vid. *Henrique (D.) Florez.*
Foit (Bernardo)—Vid. *Bernardo Foit.*
Folhas periodicas—Vendiam-se no adro da Misericordia, 215.
Fonseca—Vid. *Manuel da Fonseca.*
Fontainhas—Formavam regato que ia desaguar ao Côrte Real, 491.
Sitio acima do Corpo Santo, 490.
Fontainhas (Postigo das)—Vid. *Porta do Corpo Santo.*
Fonte Arcada—Vid. *Visconde de Fonte Arcada.*
Fonte Santa—Logar em Alcantara, antigamente chamado Campolide, 579.
Forca—Vid. *Campo da forca.*
Forte—Vid. *Torreão do Forte.*
Forte da Cruz da Pedra—Sua demolição; preciosidades paleontologicas encontradas no entulho, 107.
Forte de S. Paulo—Sua succinta menção e confrontações, 534.
Forte da Vedoria, ou Baluarte de S. João, no terreiro do Paço, 309.
Edificado por 1626, 310.
Foz—Vid. *Condessa da Foz.*
Fradique (D.)—Vid. *Pateo de D. Fradique.*
Fradique Sodré—Inglez que passou a Portugal no seculo XV, 520.
Franca—Vid. *Antonio Corrêa da Franca.*
Francesinhas—Vid. *Mosteiro das Francesinhas.*
Francisca (Infanta D.)—Filha d'el-Rei D. Pedro II. Nasce no Côrte-Real, 183.
Francisca (Infanta D.)—Dá uma queda na sala dos Tudescos, pag. 360.
Francisco (Infante D.)—Filho d'el-Rei D. Pedro II. Nasce em 1691 no Côrte-Real, 483.
—É a primeira pessoa que beija a mão a el-Rei D. João V seu irmão, 379.
—Morava no quarto chamado da *Campainha* no paço da Ribeira, 401.
—Recebe o Sacramento da Confirmação em 1703, 376.
Francisco I (Rei de França)—Deseja ver o rhinoceronte que o nosso Rei mandou ao Santo Padre, 273.
Francisco (S.)—Vid. *Convento de S. Francisco.*
Francisco André—Quem seria o homem que deu nome a esse beco? 550.
Francisco Antonio—Autor de esculpturas no Arsenal do Exercito, 129.
Francisco de Brito Freire—Seu nobilissimo papel na sahida d'el-Rei D. Affonso VI para Angra, 357.
Francisco Cardoso—Lojista do pateo da Capella, 415.
Francisco Coelho de Figueiredo—Sua apreciação do theatro da Opera do paço da Ribeira, 410.
Menciona uma companhia de creanças estrangeiras que representou em Lisboa, 412.
Francisco (Frei) da Cruz—Duas palavras a seu respeito, 335.
—Rasgo de intempestiva devoção, 336.
Francisco (D.) d'Eça—N'uma sua casa em Xabregas habita D. João III, 285.
Francisco de Hollanda—Pinta retratos de D. João III e da Rainha, 292.
Dá o risco para joias da Côrte, 292.
—Dirige os estudos dos Principes, 292.
—Dá elle o desenho para a gravura das Hostias nos nossos mosteiros, 299.
—Vai com André de Resende passear ao jardim do paço de Santos, 623.
Francisco José Dias—É-lhe concedida a quinta de Alcantara para ahi pôr uma fabrica, 380.
Francisco (D.) Luiz de Lencastre—Quem era; sua influencia na Côrte filippina, 627.
—Obtem o titulo de Conde de Alcanede, 628.
—Em 1629 compra o paço de Santos, 610.

Francisco (D.) Luiz de Lencastre — Da sua compra ha documento, pag. 629.
Francisco (D.) Manuel — Suas palavras ácerca do chafariz d'el-Rei, 174.
— Narrador dos passeios da Rainha D. Catherina na Ribeira dos comestiveis, 193.
Francisco Marques de Sousa Viterbo — Menção de trabalhos d'esse erudito archeologo, 544.
Francisco Martins Sarmento — Autor do livro *Os Argonautas*, 6 e 11.
Francisco (D.) de Mendanha — Descreve os sinos do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 398.
Francisco (D.) de Moura Côrte-Real — 3.º Marquez de Castello-Rodrigo, 474.
Francisco Paes — Pintor muito protegido do Marquez de Abrantes, Rodrigo, 634.
Francisco Palha — Informações por elle dadas ao autor, 112 e seg., 120.
Francisco de Paula de Aguiar Ottolini — Aos seus herdeiros é expropriado um predio para a abertura da Rampa de Santos, 655.
Francisco (D.) de Portugal — Assiste a uma conferencia com el-Rei D. Sebastião ácerca da jornada de Africa, 614.
Francisco (D.) de Sousa — Versos seus á Rainha D. Maria Sophia, 375.
Francisco de Sousa de Menesos — Toma o Senado posse de um poço que pertence ao dito, 171.
Francisco Vieira Lusitano — Menção do torreão do forte do paço da Ribeira, 315.
— Versos seus em que allude ao chafariz do terreiro do Paço, 324.
— Pintou retratos dos filhos d'el-Rei D. João V no paço da Ribeira, 392.
— Muito protegido pelo Marquez de Abrantes, 634.
— Tinha muitas telas obra sua na capella-Real, 417.
Francisco Xavier de Oliveira (Cavalheiro de Oliveira) — Brinca a respeito do verbo *bugiar*, 236.
Franco Vicente — Vid. *Alexandre Franco Vicente*.
Frederico Ludovice — Autor do theatro do paço da Ribeira, 407.
Freire — Vid. *Anselmo Braamcamp Freire*
— Vid. *Francisco de Brito Freire*.
Freire de Oliveira Vid. *Eduardo Freire de Oliveira*.
Freires de Santiago Possuiam bens em Santos. Quaes, pag. 583.
— Sáem da sua casa monachal de Santos. Para ahi se albergam suas mulheres. 584.
Frigideiros — Descripção d'este mister incommodissimo, 203.
Fronteira — Vid. *Marquez de Fronteira*.
Frovo — Vid. *João Alvares Frovo*.
Fruta verde e secca (venda da), 195.
Fuas (D.) Roupinho — A sua armada em Ceuta, 14.
Fundições — Duas em Lisboa, 126.
Furtado — Vid. *Affonso Furtado*.
— Vid. *Eusebio Candido Pinheiro Coelho Furtado*.
Furtado de Mendonça Vid. *João Furtado de Mendonça*.
Fustas No principio da Monarchia subiam o Mondego, 13.

G

Gabriel de Almeida Santos — Communicou um manuscripto ao autor d'este livro, 168.
Gaddi (Cardeal) — Escreve a el-Rei D. João III remettendo lhe os planos de um paço Real, 287.
Gaiatos (Os) lambendo as caixas de assucar, 450.
Galé — Boqueirão da praia da galé, 130.
— Onde era; descripção rapida d'esse edificio, 131.
— Vid. *Praia da Galé*.
Galeria das damas no paço d'Evora. Sua semelhança com a galeria do paço da Ribeira, 251.
— do paço da Ribeira. Conjectura-se que esta obra d'el-Rei D. João III fosse desenho do reinado anterior, 251.
Gallegos — Vid. *Fernandes de Gallegos*.
Galvão de Andrade — Vid. *Antonio Galvão de Andrade*.
Gama — Vid. *Esteves da Gama*.
— Vid. *João de Saldanha da Gama*.
— Vid. *Vasco da Gama*.
Gamond — Vid. *Thomé de Gamond*.

Garcia de Mello — Monteiro mór. Tinha casa junto ao Côrte Real. Vende-a, pag. 498.
— Possuia outras casas ás portas de Santo Antão, 499 nota.
Garcia de Resende — Menciona uma grande sala no paço da Ribeira, 254.
— Versos em que menciona a armaria do paço, 261.
Menciona nos seus versos o grande Gil Vicente, 601.
Gaspar Corrêa — Palavras suas acerca do paço da Ribeira, 243 e seg.
Gaspar Côrte Real — Em 1500 sua partida para o Polo arctico, 54.
Gaspar Dias — Quadros seus na Misericordia, 213.
Gaspar José Raposo — Pintor na moderna egreja de S. Paulo, 528.
Gaz — Vid. *Companhia do Gaz*.
George — Vid. *Ernesto George*.
Geraldo Wenceslau Braamcamp de Almeida Castello Branco — 1.º Barão do Sobral. Herda o palacio de seu pae no terreiro do Paço, 457.
Gérard — Autor de um quadro na Misericordia, 218.
Gibraltar — Vid. *Villa Nova de Gibraltar*.
Gil (D.) Eannes da Costa — Presidente do Senado de Lisboa, habitava em 1599 nas suas casas da porta da Oura, 500 e 545.
Gil Vicente — Cita-se o seu auto *Nau de amores*, 57.
— Versos seus citados, 194.
— Representa-se no paço da Ribeira o seu auto *Quem tem farellos* em 1503, 242.
— Representa-se em 1508 o seu *Auto da alma* no paço da Ribeira, 268.
O seu auto *O Velho da horta* representa-se em 1512, 269.
— O seu auto *Exhortação á Guerra* representa-se em 1513 no paço da Ribeira, 269.
— A sua *Comedia do viuvo* representa-se em 1514, 270.
— Representa-se o seu *Auto da barca do inferno* em 1517, 275.
— Representa-se o seu auto *Côrtes de Jupiter* no paço da Ribeira em 1521, 277.
— Seus versos á morte d'el-Rei D. Manuel, 281.
Gil Vicente — O apreço que lhe consagrou a nação proveiu primeiramente do Throno, pag. 286.
— O seu auto *Nau de amores* representa-se em 1525, 286.
— O seu *Auto da Feira* representa-se em 1527, 286.
— O seu auto da *Mofina mendes* representa-se em 1534, 286.
— O seu auto *Triumpho do inverno* representa-se no paço da Ribeira, 286.
Gilberto Antonio Rolla — Nomeado em 1859 Fiscal das obras do Aterro, 653.
Gilsannes (D.) da Costa — Vid. *Gil (D.) Eannes da Costa*.
Giuseppe Canestrini — Autor de uma memoria sobre as relações commerciaes dos Florentinos com os Portuguezes, 26.
Goes — Vid. *Damião de Goes*.
Golla — Engenheiro italiano autor de um plano de melhoramento do porto de Lisboa, 687.
Gomes — Vid. *Fernão Gomes*.
— Vid. *Bernardino Antonio Gomes*.
— Vid. *José Thomaz Gomes*.
Gomes de Araujo — Vid. *Augusto Gomes de Araujo*.
Gomes de Brito — Autor de varios bons escritos sobre assumptos lisbonenses, 513 nota 5.
Gomes de Carvalho — Vid. *Manuel Gomes de Carvalho*.
Gonçalo Pacheco — Armador de navios, 39.
Gonçalo Pires de Carvalho — Provedor das obras do Paço. Intenta lançar um tributo a certos vendedores, 311.
Gonçalves — Vid. *Pedro (S.) Gonçalves Telmo*.
Gonçalves da Camara — Vid. *Pedro Gonçalves da Camara*.
Gouvêa — Vid. *José de Mello Gouvêa*.
— Vid. *Marquez de Gouvêa*.
Gouvêa e Miranda — Vid. *Diogo de Gouvêa e Miranda*.
Gran-Pará — Vid. *Bispo do Gran-Pará*.
Gravuras do terreiro do Paço, 449.
Gresbante — Vid. *João Gresbante*.
Grillas — Vid. *Mosteiro das Grillas*.
Guarda-fatos — O que eram, 310.
Guarda tudesca — Como se compunha, e como trajava em dias do senhor D. João V, 401.

Guarda tudesca—Institue-se para defensa do Cardeal Archiduque Alberto, pag. 307.
Guarienti—Vid. *Pedro Guarienti*.
Guay-Trouin—Vid. *Du-Guay-Trouin*.
Guerreiro—Vid. *João Verissimo Mendes Guerreiro*.
Guilherme Stephens—Menciona-se esse activo fabricante, e o seu largo, 525.
Guy—Vid. *Xeque Guy*.
Gy—Vid. *Pedro Gy*.

H

Hannon—Carthaginez navegador em volta da Africa, 9.
Haupt (Alberto)—Menção honrosa d'esse abalisado architecto, 554.
Haver-de-pezo—O que era, 442.
Helena (D.)—A mais antiga Commendadeira de Santos em 1233, 584.
Henrique (Cardeal Rei D.)—Filho d'el-Rei D. Manuel—Nasce em 1512 no paço da Ribeira, 269.
—Concede em 1579 muitas regalias ao mosteiro de Santos, 618.
—Baptisa seu sobrinho o senhor D. Sebastião, 300.
—Declara ter-se gasto grande somma de dinheiro em arranjos no paço da Ribeira, 303.
Henrique (Infante D.)—Filho d'el-Rei D. João I. Seu papel prominente nos primeiros descobrimentos, 36.
—São-lhe doadas em 1449 duas teracenas em Cata-que-farás, 504.
Henrique (D.) Florez—Traz esse sabio o agiologio dos tres Martyres Verissimo, Maxima e Julia, 581.
Henriques—Vid. *Violante (D.) Henriques*.
Herculano—Vid *Alexandre Herculano*.
Hersent—Engenheiro francez empreiteiro da obra do porto de Lisboa, 699.
Hervart—Vid. *Bartholomeu Hervart*.
Himilcão—Explorador da Europa septentrional, 10.
Hintze Ribeiro—Vid. *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro*.
Hollanda—Vid. *Francisco de Hollanda*.
—Vid. *Olanda*.
Hospedarias antigas em Lisboa, pag. 520 e seg.
Hostia—Desacato commettido contra as sagradas Fórmas por um herege na capella Real, 300.
Hotel Central—Menciona-se, 520.
Hubert Debrousse—Contrato seu com o Governo ácerca de obras no porto de Lisboa, 667.

I

Idanha (Conde da)—Vid. *Pero da Alcáçova Carneiro*.
Ide—Suffixo gothico ou moirisco, ainda vigente em muitos nomes de logares, 580.
Ignacio (P.e M.e) da Cartilha—Costumava ir prégar junto á ermida do Corpo Santo, 507.
Ignacio de Vilhena Barbosa—Menciona o projecto de obras no nosso porto em dias d'el-Rei D. João V, 640.
—Analysa o livro da recamara d'el-Rei D. João III, 293.
—Apreciava muito a vista de Lisboa por Serrão, 308.
—Descobriu palavras de um seiscentista ácerca do paço d'Alcantara, 365.
—Inclina-se a que tivesse sido sequestrada a algum filippino a quinta de Alcantara, 366.
Parece que não tem rasão em dar por deshabitada a quinta de Alcantara no reinado d'el Rei D. João IV, 370.
—Trecho descriptivo do principio das desavenças entre el-Rei D. Affonso VI e seu irmão, 371.
—Descreve o estado derradeiro da quinta de Alcantara, 381.
Incendio nos quartos da Rainha D. Maria Anna em 1745 no paço da Ribeira, 300.
—terrivel no palacio Sobral no terreiro do Paço em 1830, 457.
—Vid. *Patriarchal*.
Infante de la-Cerda—Vid. *João Caetano Pato Infante de la-Cerda*.
Inscripção romana—Havia uma no paço de Santos, 622.
Inscripção das portas da Cruz—Foi composta pelo Dr. Antonio de Sousa de Macedo, 104.
Isabel (A Rainha Santa)—Lega 100 libras ao mosteiro de Santos, 584.

Isabel (Infanta D.)—Filha d'el-Rei D. João III. Nasce no paço da Ribeira em 1529, pag. 280.
—Filha d'el-Rei D. Pedro II. Nasce em 1669. Morre em 1690, 482.
—Seu fallecimento no paço da Ribeira em 1600, 362.
Isabel da Madre de Deus—Fundadora do recolhimento de Santa Apollonia, 110.
Isabel Xamarra—Actriz, 389.

J

Jacome de Olanda—Mercador; em 1512 afora um terreno em Cata-que-farás, 514.
Jacome Ratton—Descripção que fez do terreiro do Trigo, 228.
Januario Corrêa de Almeida—*Vid. Conde de S. Januario.*
Jardim (do Duque de Aveiro á Esperança)—É doado em 1648 aos Barbadinhos, 564.
—do paço da Ribeira em 1754, 407.
—do paço do Corte-Real. Apparece em certa excavação em 1883, 487.
Jarreteira—É mandada por Duarte IV de Inglaterra a el-Rei D. João II, 593.
Jayme Larcher—Propõe o aterro e colmatagem da bahia da Piedade, 645.
—Na qualidade de Director das Obras publicas de Lisboa é-lhe entregue a planta do jardim do Côrte-Real, 488.
Jeronymo de Andrade—Autor da pintura do tecto da moderna egreja de S. Paulo, 528.
Jeronymo Osorio—Menciona o argentario Fernão Lourenço, 593 nota.
Joanna (D.) Princeza—Mãe d'el-Rei D. Sebastião. Funda em Madrid uma Misericordia á imitação da nossa, 209.
—Cortejo da sua despedida no palacio do Arco dos pregos, 298.
Joanna (D.) d'Eça—Reedificadora do mosteiro da Esperança, 553
—Leva á Pia baptismal o senhor D. Sebastião, 300.
Joanna do Salitre—Pintora de um quadro na Misericordia, 217.
Joanna (D.) da Silva—Mulher de Vasqueannes Côrte-Real. Seu epitaphio, 465.
Joanne—Appellido que Damião de Goes propunha para a estirpe dos Lencastres, pag. 558.
João (Principe D.)—Filho d'el-Rei D. João III. Scenas do seu casamento, 296.
—Habita com a Princeza D. Joanna uma casa contigua ao paço da Ribeira, 296.
Sua doença; scenas de mau agoiro no paço, 297.
—Filho d'el-Rei D. Pedro II. Nasce em 1688 e morre pouco depois no Côrte-Real, 483.
João I (D.)—Tributo que lança para construir galés, 21.
—Nomeia Capitão mór do mar a Alvaro Vaz de Almada, 21.
A sua armada de Ceuta em 1415, 22.
Concede grandes privilegios aos moradores Venezianos em Lisboa, 26.
—Conjectura sobre uma das suas habitações emquanto Mestre de Aviz, 179 e 180.
João I (D.) de Castella—Aposenta-se junto a Santos em 1384, 585.
João II (D.)—Quando Principe, manda em 1480 Jorge Corrêa e Mem Palha correr as costas da Guiné, 23.
Conta-se um caso passado com esse senhor em 1477 na praia de Santos, 589.
—Edifica nova casa, ao Paraizo, para as Commendadeiras de Santos, 586.
—Manda construir uma nau de mil toneis, 57.
—Manda cravar uns marcos na praia de Santos, 575.
Manda pôr guardas na Ribeira, 78.
—Projecta certos arranjos no chafariz dos Cavallos, 145 e 146.
—Manda fazer certas experiencias hydraulicas no chafariz d'el-Rei, 164.
João III (D.)—Em pequenino deu uma terrivel queda de uma varanda do paço de Santos, 602.
—Quando Principe, tinha já capella sua á parte, 269.
Assiste á representação da comedia *Rubena* de Gil Vicente, 602.
—Em Dezembro de 1521 morava em Santos, 602.
—Sua acclamação em S. Domingos, 283.

João III (D.)—Requinte de delicadeza para com sua madrasta, pag. 283.
—No trajar e nos usos mostra-se essencialmente nacional, 284.
—Habita em Xabregas nas casas de D. Francisco d'Eça, 285.
—Casa com a Infanta castelhana D. Catherina, 286.
Transfere a Misericordia para o novo edificio, 212.
—Empresta mil cruzados á Cidade para concluir o terreiro do Trigo, 226.
—Prohibe que no terreiro do Paço se faça varadoiro para navios, 239.
—Autor da galeria e do forte do paço da Ribeira, 250 e seg.
—Projecta um paço novo; para o que manda vir planos de Italia, 287.
—Caso de sangue-frio passado com este senhor, 288.
—Assiste das janellas do paço da Ribeira em 1540 ao primeiro auto de Fé, 290.
—Procede á coroação, em estatua, do Rei de Ceylão, no paço da Ribeira em 1541, 291.
—Menciona-se o livro da sua recamara, 293.
—Encommenda a Hollanda o desenho da gravura das Hostias, 299.
Obtem de Roma varias regalias para a sua Real capella, 299.
—Padrinho do baptismo de seu neto o senhor D. Sebastião, 300.
—Desconfia da ponctualidade do relogio do paço da Ribeira, 301.
—Recebe no paço de Santos uma embaixada de Carlos V, 603.
—Adoece e morre em 1557, 301.
João IV (D.)—Sobe ao throno de seus maiores, 318.
—Ceremonia da sua acclamação em 15 de Dezembro de 1640, 319.
—A sua presença em 1640 anima o paço da Ribeira, 326.
—Gostava de ir ver pintar José de Avellar Rebello, 327.
—Promulga etiquetas novas em 1640, 327.
—Grande amador de musica, 327 e 328.
—Manda gravar no seu paço uma inscripção preservativa dos raios, 329.
—Toma luto, e como, por seu irmão em 1649, 332.
João IV (D.)—Seu despacho justiceiro n'uma causa do Conde de Odemira, pag. 187.
—Isenta de aluguer ou outra pensão os logares da praça das herças, 311.
Protege a fundação do convento dos Barbadinhos francezes, 565.
—Habita muitas vezes, desde 1641 na quinta de Alcantara, 366 e seg.
—Incumbe a Vereação de syndicar dos actos do Conselheiro Coelho de Carvalho, 366 e 367.
—Confisca á familia Castello Rodrigo os bens de Lisboa e Queluz, 475.
—Doação do Côrte Real ao Infante D. Pedro, 475.
—Adoece na sua quinta de Alcantara, 334.
Seu fallecimento no paço da Ribeira em 1656, 334.
João V (D.)—Nasce em 1689 no Côrte Real, 384 e 483.
—Quando Principe, recebe em 1703 o Sacramento da Confirmação em Alcantara, 376.
—Armado cavalleiro em 1696, 384.
—Jurado herdeiro em 1697, 384.
—Acclamado Rei em 1707, 384.
—Pela primeira vez lhe dão o titulo de Majestade na rua direita da Esperança, 379 e 567.
—Casa em 1708, 384.
—Seu rapido retrato moral, 383.
—Dito do Conde de Coculim ácerca d'el-Rei e do Arco dos pregos, 439.
—Pertence-lhe o periodo mais brilhante do paço da Ribeira, 383 e seg.
—Manda pintar os tectos do quarto da Rainha no paço da Ribeira, 389.
—Confere ao pintor Quillard uma pensão, 390.
—Pompa com que reveste a sua nova Patriarchal em 1716, 393.
—Erige na capella do seu paço da Ribeira uma torre para os sinos, 397.
Abastece com muita agua o paço da Ribeira, 399.
—Sua recepção a um embaixador portuguez, 401.
—Habitava no chamado quarto do Forte, 402.
—E do seu tempo a primeira tentativa de grandes obras no porto de Lisboa, 639.

João V (D.)—Maneira briosa como se porta durante uma epidemia em 1723, pag. 384.
——Funda o arsenal da Marinha, 462.
——Transfere a Moeda desde a Calcetaria para as Portas do Pó a S. Paulo, 536.
——Edifica ao Paraiso o convento dos Barbadinhos italianos, 629.
——Sua agonia de muitos annos no paço da Ribeira. Seu fallecimento, 402.
——Seu funeral, 403.
——Sua estatua equestre na Ribeira das naus, 462.
João Alvares Frovo—Bibliothecario d'el-Rei D. João IV no paço da Ribeira, 327.
João de Andrade Corvo—Ultimo administrador do antiquissimo vinculo da Torre da Sanha, 572.
João Baptista de Castro—Engana-se dizendo que el-Rei D. Affonso *melhoron* o templo dos tres Martyres em Santos-o-Velho, 576.
——Menciona as pedras redondas da praia de Santos, 581.
João Baptista Lavanha—Menciona-se a sua descripção da viagem do Rei D. Filippe a Lisboa, 308.
João de Barros—Feitor da Casa da India, 259.
João Braz de Oliveira—Referencias a uma sua obra, 47, 48.
João Caetano Pato Infante de la-Cerda—Habita no paço da Rainha desde 1837, 486 nota.
João Carlos Bibiena—Architecto; deu o risco para o theatro da Opera em tempo d'el-Rei D. José, 410.
——Fixa se cá, e manda vir o architecto Azzolini, 410.
João de Castilho—Architecto do paço da Ribeira, 245.
——Autor de varias obras no paço de Santos, 600.
——Autor de uns gigantes de pedra para amarração das naus na Ribeira, 246.
——Edificou varandas, uma sala, uma escada, uma capella e os quartos da Rainha no paço da Ribeira, 288.
João (D.) de Castro—Filho de D. Garcia de Castro e Presidente do Senado de Lisboa, 69.
João Ciniselli—Autor do monumento ao Marquez de Sá, 664.
João de Conti—Morava com el-Rei D. Affonso VI no paço da Ribeira, pag. 349.
João Evangelista de Abreu—Autor de um Ante-projecto de melhoramentos no Arsenal, 665.
João Fallardo—Escultor empregado nas obras do paço da Ribeira, 327.
João Furtado de Mendonça—Presidente do Senado em 1622, manda reformar o chafariz de Dentro, 148.
João Gresbante—Pinta um quadro na capella do paço da Ribeira, 331.
João (D.) de Lencastre e Tavora—Nasce no palacio de Santos-o-velho, 633.
João Lourenço de Andrade—É-lhe concedida em 1808 a quinta Real de Alcantara, 381.
João (D.) Manuel—Arcebispo de Lisboa e Vice-Rei, habita no paço da Ribeira, 316.
João da Nova—Sua armada em 1501, 54.
João Pereira da Cunha Ferraz—Secretario de Guerra, dá nome a uma travessa no sitio do Loretto, 102.
João de Pina—Capitão de uma nau, 273.
João de Saldanha da Gama—Vice-Rei da India, 402.
João (D.) da Silva, Marquez de Gouvéa—Pretendente á successão da Casa de Aveiro em 1659, 568.
João (D.) de Sousa—Vedor da Rainha D. Maria Francisca, 349.
——Filho do Marquez das Minas, chega como emissario de seu pae a Lisboa, 378.
João da Uzzano—Escriptor italiano antigo, 28.
João Vaz Côrte-Real—Quem era. Seu casamento, 464.
João Verissimo Mendes Guerreiro—Autor com o Conde de S. Januario de um projecto de melhoramentos no porto de Lisboa, 669 e 682.
——Director da obra do porto de Lisboa ao tempo da inauguração, 699.
João Vogado—Escrivão d'el-Rei D. Affonso V, edifica uma casa, 159.
Joaquim Manuel Moreira de Mendonça—Menciona a destruição da Alfandega, etc., pelo terremoto de 1755, 228.

Joaquim Manuel da Rocha—Autor de um quadro na moderna egreja de S. Paulo, pag. 528.
—Pinta um quadro da Senhora da Conceição na Alfandega, 225.
—Autor de um quadro na Misericordia, 217.
Joaquim Nunes de Aguiar—Autor de um projecto de reforma da canalisação de Lisboa, 673.
Joaquim Pedro Celestino Soares—Suas palavras ácerca da marinha portugueza, 71.
Joaquim Possidonio Narciso da Silva—Mencionam-se com enthusiasmo os altissimos serviços prestados por este incançavel á archeologia nacional, 697 e 698.
Joaquim de Sousa Pereira Pato—É-lhe concedida pela Casa Real uma dependencia do chamado paço da Rainha na Bemposta em 1837, 486 nota.
Jorge (O Senhor D.)—Vid. *Duque de Coimbra*.
Jorge de Albuquerque Coelho—Offerece um cavallo a el-Rei D. Sebastião na batalha de Alcacer, 322.
Jorge (D.) de Almeida—Arcebispo de Lisboa, celebra Missa na Sé antes da partida d'el-Rei D. Sebastião, 305.
Jorge Braunio—Cita se o seu magnifico livro *Theatrum urbium*, 625.
Jorge Corrêa—Commendador do Pinheiro corre as costas da Guiné em 1480, 23.
Jorge (D.) da Costa—Resposta d'este Arcebispo ao Duque de Bragança, e sua fuga para Roma, 589.
Jorge de Darmstadt—Este Principe é recebido em 1702 na Côrte Real, 484.
Jorge Ferreira de Vasconcellos—Suas palavras ácerca do chafariz d'el-Rei, 171.
Citam-se as suas comedias, a respeito do verbo *bugiar*, 233.
Sua descripção do palacio de Laodicéa, 186.
Jorge (D.) de Lencastre—Filho de D. Affonso de Lencastre; morre na batalha de Alcacer, 561.
Jorge de Mello—Obra que faz á porta da Oura, 498.
Vende a judaria de Beja a Fernão Lourenço, 594.
Jorge Salter de Mendonça—Autor de um nobiliario hoje em poder de Anselmo Braamcamp Freire, pag. 99.
Jorge de Sousa de Menezes—Construia umas casas ás Alcaçarias em 1572, 151.
Edifica um passadiço no seu palacio, 177.
José (El-Rei D.)—Succedeu no throno a seu pae, 404
—Morava no torreão do Forte, 406.
—Promulga o regimento do terreiro do Trigo, 229.
—Manda edificar o theatro da Opera no paço da Ribeira pelo architecto Bibiena, 410.
José (Principe D.)—Filho d'el-Rei D. João V. Nasce em 1714, 384.
José de Avellar Rebello—Artista encarregado de pinturas no paço da Ribeira, 327.
José Candido Corrêa—Autor de uma Memoria sobre construcções navaes, 463 nota.
José Carlos Nunes—Propõe que se construa a praça de D. Luiz, 661.
José de Carvalho Rosa—Autor de pinturas no arsenal do Exercito, 120.
José da Costa Negreiros—Autor de um quadro no arsenal do Exercito, 120.
José Fiuza Corrêa—Para o palacio d'esse Desembargador muda-se em 1706 el-Rei D. Pedro II, 378.
José Gregorio da Rosa Araujo—Profere um discurso na inauguração das obras do porto de Lisboa, 600.
José Joaquim de Oliveira—Compra um palacete á Cruz da Pedra, 95.
José (D.) de Lencastre—Conde de Figueiró. Pretendente á successão da Casa de Aveiro em 1659, 568.
José Manuel da Costa Basto—Serviços e auxilios paleographicos obsequiosamente prestados ao autor d'este livro, 577 nota.
José (D.) Maria da Piedade de Lencastre—Habita o palacio de Santos, e ahi casa, 633.
José de Mello Gouvêa—Nomeia em 1871 uma Commissão para apresentar plano de melhoramentos de Lisboa, 675.
José Osti—Foguetciro italiano estabelecido na antiga praia de Santos, 632.

José Palha Blanco — Dono de um palacete que foi da Casa de Alvito, pag. 120.
José Ramos Coelho — Communicação sua ao autor ácerca de um palacio edificado por Biagio Rossetti, 186.
Chama a attenção do autor para certo documento da Torre do Tombo, 304 nota.
Allude se á sua descripção do paço de Villa Viçosa, 323.
Menção da sua obra *Historia do Infante D. Duarte*, 332.
— É citada uma nota do seu livro *Historia do Infante D. Duarte* ácerca do paço do Corte-Real, 485.
Sua communicação ao autor ácerca de uma antiquissima vinha em *Campolide*, 580.
José Sergio Velloso de Andrade — Autor da Memoria sobre os chafarizes, 531.
— Muitas vezes citado como autor da preciosa Memoria sobre os chafarizes de *Lisboa*, 509.
José Thomaz Gomes — Pintor na moderna egreja de S. Paulo, 528.
José Victorino Damasio — Em sua vida recebe a honra de lhe ser dedicada uma rua no Aterro, 668.
— Encarrega-se da construcção do Aterro da Boa-Vista, 651.
Judaria grande, 205.
Judeus em Portugal, 153 e *seg.*
Judiaria, ou Judaria, 152.
Juliana (D.) de Lencastre — É entregue á Imperatriz D. Maria de Austria, 561.
— Recebe a visita do Rei, 562.
Junta do Commercio — Sua historia, 537 e *seg.*
Juromenha — Vid. *Visconde de Juromenha.*

L

La-Cerda — (D. Carlos Spinola de) Vid. *Marquez de los Balbazes.*
Vid. *João Caetano Pato Infante de la-Cerda.*
Lanier — Ministro de França. Sua recepção em Alcantara, 368.
Apadrinha os Capuchinhos francezes, 565.
Lanuza (D. Manuel de Semenat y de) — Vid. *Marquez de Castel-de-los-Rios.*
Larcher — Vide *Jayme Larcher.*
Largo do Corpo-Santo — Varias portas publicas se abriam sobre elle, pag. 489.
— Suas medições antigas, 489.
— Logar da venda do carvão, e do leite, 512.
— D'ahi se muda para outros sitios a venda do carvão, 517.
Largo da Esperança — Sua descripção, 553.
Enumeram-se varias providencias no sentido de romper uma avenida por esse largo até ao Rato, 555.
Largo de S. Paulo — Suas disposições geraes antes de 1755, 526.
— Suas medições antigas, 526.
— Providencias municipaes sobre vendas ahi, 531.
Largo das Pedras — Assim chamava o povo ao largo da Patriarchal queimada, 424.
Larre — Architecto autor do edificio moderno do Arsenal do Exercito, 129.
La-Tour — Vid. *Condessa de La-Tour.*
Lavadouro da rua Nova do Caes do Tojo — É demolido em 1880, 571.
Lavanha (João Baptista) — Vid. *João Baptista Lavanha.*
Lavradio — Vid. *Marquez do Lavradio.*
Lazaretos — O seu embrião encontra-se n'uma providencia d'el-Rei D. João II, 575.
Leal — Vid. *Malachias Ferreira Leal.*
Leão — Chega um de Africa em 1447, 37.
— Vid. *Duarte Nunes do Leão.*
Lebois — Engenheiro francez, levanta a planta do littoral do Tejo, 646.
Legação de França — Desde 1870 reside no palacio de Santos, 633.
Lei Romilia — Protegia as muralhas de Roma, 141.
Leitão — Vid. *Manuel Nunes Leitão.*
Leitão de Andrada — Vid. *Miguel Leitão de Andrada.*
Lencastre — Damião de Goes propunha a substituição d'esse appellido de familia, 558.
— Esta familia cubiçou muito tempo comprar o paço de Santos, 618.
Muitas senhoras d'esta familia se recolhem ao mosteiro de Santos, 585.

Lencastre—Muitas gerações d'esta familia habitam em Santos, pag. 632.
—Vid. *Affonso (D.) de Lencastre.*
—Vid. *Anna (D.) de Lencastre.*
—Vid. *Brites (D.) de Lencastre.*
—Vid. *Duque de Aveiro.*
—Vid. *Duqueza de Aveiro.*
Vid. *Francisco (D.) Luiz de Lencastre.*
—Vid. *João (D.) de Lencastre e Tavora.*
—Vid. *Jorge (D.) de Lencastre.*
—Vid. *José (D.) Maria da Piedade de Lencastre.*
—Vid. *José (D.) de Lencastre Conde de Figueiró.*
Vid. *Juliana (D.) de Lencastre.*
—Vid. *Luiz (D.) de Lencastre.*
—Vid. *Magdalena (D.) de Lencastre.*
—Vid. *Maria (D.) Joanna de Lencastre.*
—Vid. *Pedro (D.) de Lencastre.*
Leonardo de Cá-Masser—É enviado em 1497 a Lisboa como olheiro da Republica de Veneza, 32.
Suas apreciações ácerca do novo paço da Ribeira, 243.
Leonor (Infanta D.)—Irman de D. Affonso V; de que constava a armada que a levou a Italia em 1451, 22.
Leonor (Raínha D.)—Mulher d'el-Rei D. João II. Funda a Misericordia, 207.
—Mulher d'el-Rei D. Manuel. Seu rosto e sua lindeza, segundo os contemporaneos, 276.
Seu casamento em 1518, 276 e 277.
—Seu desembarque em Lisboa, 407.
Leonor (D.) de Mello—Mulher do 2.º Marquez de Castello Rodrigo D. Manuel de Moura Côrte Real, 474.
Lima—Vid. *Visconde de Villa-Nova da Cerveira. D. Diogo de Lima.*
Limpeza das praias de Lisboa. Providencias, 78.
Linde—Vid. *Carlos Pery de Linde.*
Linhares—Vid. *Conde de Linhares.*
Lisboa—Uma vista d'esta cidade n'um reposteiro em Londres, 347.
Livraria musical d'el-Rei D. João IV no paço da Ribeira, 327.
—preciosa no paço da Ribeira em dias d'el-Rei D. João V, 391.
—do paço em dias do senhor Rei D. José, 407.
—Vid. *Bibliotheca.*
Livreiro Polycarpo—Estabelecido no terreiro do Paço, pag. 454.
Livro das Armas—Da casa de Mesquitella. Menção d'essa joia artistica, 500 nota.
Livro da Recamara d'el-Rei D. João III, 293.
Lobo—Vid. *Conde Barão de Alvito.*
Logares da Ribeira do peixe, eram volantes, 193.
Lopes—Vid. *Christovam Lopes.*
—Vid. *Fernão Lopes.*
Lopes dos Anjos—Vid. *Polycarpo José Lopes dos Anjos.*
Lopo de Albuquerque—Generosa proposta sua em 1517 ácerca do chafariz d'el-Rei, 164.
Demandas com o Senado, 165 e seg.
Lopo Dias—Tinha casa junto ao Arco da Moeda, 438.
Lopo de Figueiredo—Vende um predio na porta da Oura ao Duque de Bragança, 500.
Lopo Mendes—Abre um postigo no muro da Cidade, 493.
—Tinha casa em Cata-que-farás, 499.
Lorena—Vid. *Anna (D.) de Lorena.*
Loureiro—Vid. *Adolpho Loureiro.*
Lourenço (D.)—Arcebispo de Braga. Seu papel prominente nas nossas guerras com Castella, 21.
Lourenço—Vid. *Fernão Lourenço.*
Lourenço de Tavora—Trinchante d'el-Rei D. João III, 288.
Lucas di Maso degli Albizzi—Capitão das galeras florentinas do occidente em 1429, 27.
Lucas (Frei) de Santa Catherina—Sua rapida descripção do sitio bucolico de Alcantara, 365.
Lucas (D.) de Portugal—Ditos engraçados d'este mestre-sala, 105 e 117.
Lucotte—Vid. *Conde de Clarenges-Lucotte.*
Ludovice—Vid. *Frederico Ludovice.*
Luisa (Raínha D.)—Um Moiro lê-lhe a buena-dicha, 326.
—Chega ao paço da Ribeira no Natal de 1640, 326.
—Compra terreno para fundar o convento dos Dominicanos do Corpo Santo, 510.
—Encerra-se nas Grillas e morre em 1666, 350.

Luisa (Rainha D.)—Agonisa e morre no seu mosteiro do Grilho, pag. 478.
Luisa (Senhora D.)—Filha legitimada d'el-Rei D. Pedro II. Enviava, e recolhe-se ao Côrte-Real, 484.
Luisa (D.) Maria Joanna Braamcamp—Baroneza de Almeirim. Herda um palacio no terreiro do Paço, 457.
Luiz (El-Rei D.)—Em 1887 inaugura as obras do porto de Lisboa, 608.
Luiz (Infante D.)—Padrinho do baptismo de seu sobrinho o senhor D. Sebastião, 300.
Luiz XIV (Rei de França)—Compra a Bartholomeu Hervart o palacio de Saint-Cloud, 598.
Luiz XV (Rei de França)—Manda dar uma pensão ao pintor Quillard, 389.
Luiz de Cadamosto—Refere as condições estatuidas entre o grande Infante de Sagres e os navegadores forasteiros, 32.
—Sua opinião ácerca das caravellas portuguezas, 34.
—Uma sua asserção ácerca dos marceneiros madeirenses, 278.
Luiz de Carvalho—Demandas com o Senado da Camara por causa da agua do chafariz d'el-Rei, 170.
Luiz Cesar—Provedor dos Armasens. Possuia casa junto a Santos-o-Velho, 612.
Luiz (D.) da Cunha—Nosso Ministro em Londres. Manda a Lisboa um medico tratar d'el-Rei D. Pedro em 1705, 377.
Luiz (D.) de Lencastre—Quem era, de quem era filho, e de quem era pae, 617 texto e nota.
—Compra o paço de Santos em fins do seculo XVI, 617.
—É annullada a compra que fez do paço de Santos, 618.
—Seu casamento no palacio da Esperança, 559.
Luiz Marinho de Azevedo—Reprehende o destroço das muralhas de Lisboa, 140.
—Menciona as pedras redondas da praia de Santos, 582.
Luiz de Mello—Capitão da guarda portugueza. Ao serviço d'el Rei D. Affonso VI, 338.
Luiz Mendes de Vasconcellos—Fala do pescado nos mercados de Lisboa, pag. 200.
—Suas asserções ácerca do commercio frumentario em Lisboa, 505.
—Exalta as opulencias do terreiro do Trigo, 227.
Luiz (D.) de Meneses—Alferes-mór d'el-Rei D. Sebastião, 305.
Luiz (D.) de Moura—Pae do Marquez de Castello Rodrigo. Onde jazia, 473.
Luiz (D.) de Sousa—Prega na Missa solemne na capella Real, 354.
Luiz (Frei) de Sousa—Palavras suas sobre navegadores de Vianna do Minho, 69.
—Lista que traz de naus perdidas no caminho da India, 69.
—Suas asserções ácerca do trajo todo portuguez d'el-Rei D. João III, 285.
Sua descripção da margem meridional do Tejo em Almada, 365.
Luiz Velho—É nomeado Governador da Ilha Terceira. Em que tristes circumstancias, 357.
Luna—Vid. *Pedro Barbosa de Luna.*
Luxo do Paço da Ribeira, 278.

M

Macedo—Vid. *Amaro de Macedo.*
—Vid. *Antonio (D.) da Costa de Sousa de Macedo.*
Macedo Pereira Coutinho—Vid. *Manuel de Macedo Pereira Coutinho.*
Machado—Vid. *Antonio Machado.*
Madeira—Vid. *Caes da madeira.*
—Vid. *Paço da madeira.*
Mafra—Vid. *Convento de Mafra.*
Magdalena (D.) de Lencastre—Condessa de Faro. Pretende a herança da Casa de Aveiro em 1659, 568.
Maillé Brézé—Vid. *Armando de Maillé-Brézé*
Malachias Ferreira Leal—Alterações que faz no chafariz de S. Paulo, 532.
Malcosinhado—Descripção d'esse sitio, 202.
Manique—Vid. *Visconde de Manique.*
Mantelle (Madame)—Hospedaria aos Remolares no seculo XVIII, 522.
Mantua—Vid. *Duqueza de Mantua.*

Manuel—Vid. *Francisco (D.) Manuel.*
—D. José Manuel, Cardeal Patriarcha. Vid. *Patriarcha.*
Manuel (El-Rei D.)—Manda ir á sua presença um emissario veneziano, pag. 33.
—Não entrou na Liga de Cambrai, 53.
—Providencias suas no sentido da policia da Ribeira, 78.
—Doação de chãos da Ribeira ao Municipio, 84.
—Funda as tercenas das Portas da Cruz, 125.
—Funda a casa onde se hospeda a Misericordia, 210.
Dôa o terreiro do Trigo á Cidade, e edifica-o, 226.
Habita em 1497 no paço de Santos, e muitas outras vezes, 595, 600 e 601.
Cubiça o palacio edificado em Santos por Fernão Lourenço, 595.
Em 1501 concede a Fernão Lourenço o senhorio de Gestaçó e Penajoia. Porquê? 597.
Recommenda á Camara a obra do chafariz de Santos, 596.
Manda concluir a calçada que ia para Santos, 596.
Recebe em Santos em 1501 uma Embaixada Veneziana, 596.
Costumava despachar com os seus Ministros n'um mirante do jardim de Santos, 624.
—Dôa á Camara uma columna de Santos para pelourinho, 600.
—Faz uma romagem a Compostella em 1502, 600.
—Em 1507 passa quitação geral a Fernão Lourenço, 599.
—Manda aterrar o terreiro do Paço, 234.
—Caes que manda construir no terreiro, 236.
—Manda fazer na praia o *caes da embarcação das bestas*, 236.
—Transfere as Ferrarias para alem da porta da Oura, 238.
—Funda o paço da Ribeira. Porquê, 240 e seg.
—Muita vez mencionado a proposito da fundação do paço da Ribeira, 242.
—Cria a armaria do paço da Ribeira, 260.
—Estabelece no paço da Ribeira a capella Real, 268.
Manuel (El-Rei D.)—Em testamento restitue aos frades da Batalha paramentos que tinha na capella Real do paço da Ribeira, pag. 268.
Manda brigar um rhinoceronte com um elephante, 270.
Manda um rhinoceronte ao Santo Padre, 273.
Por morte da Rainha D. Maria, resolve-se a casar outra vez, 276.
Desembarca em Lisboa com sua terceira mulher a Rainha D. Leonor, 407.
Manda alargar a porta da Oura, 400.
—Varias providencias com que melhora o sitio de Cata-que-farás, 514 e seg.
—Pragmaticas com que recebia as Embaixadas, 279.
—Providencêia, como sabe e póde, ao enterramento dos escravos negros, 549.
—Sua ultima doença, e seu fallecimento, 279 e seg.
Manuel (Infante D.)—Filho d'el-Rei D. Pedro II. Nasce em 1697 no Côrte-Real, 483.
Recebe o Sacramento da Confirmação em 1703, 376.
Manuel (D. João)—Vid. *João (D.) Manuel.*
Manuel Côrte-Real—Quem era, 465.
Parece ter edificado a sua casa do Espirito Santo da Ribeira, 466.
Manuel da Costa Negreiros—Autor da ermida da Boa-Nova, 130.
Manuel Fernandes (Padre)—Papel que tomou na partida d'el Rei D. Affonso VI para Angra, 354 e seg.
Manuel de Figueiredo (Padre Jesuita)—Missionario na Asia vem como embaixador a Lisboa, 402.
Manuel da Fonseca—Lojista do patco da Capella, 415.
Manuel Gomes de Carvalho—Continuador das obras do arsenal do Exercito, 129.
Manuel de Macedo Pereira Coutinho—Offerece ao autor um seu valioso desenho, 319 nota.
Manuel de Moura—Lojista do patco da Capella Real, 415.
Manuel de Moura Côrte-Real—Marquez de Castello Rodrigo, 473.

Manuel (D.) de Noronha Prior mór de Palmella. Seu discurso nas Côrtes de 1668, pag. 351.
Manuel Nunes Leitão—É nomeado Alcaide mór do castello de Angra. Em que triste conjunctura, 357.
Manuel Pessanha—É mandado vir de Italia, 15. Seu contrato com el-Rei D. Diniz, 15 e 16.
Alguns traços biographicos do celebre Almirante, 17.
Manuel Quaresma Barreto Védor da Fazenda d'el-Rei D. Sebastião, 120.
Manuel Raymundo Valladas Autor do 16.º projecto de melhoramentos de Lisboa, 681.
Manuel Rodrigues Coiteiro d'el-Rei D. Pedro II na tapada de Alcantara, 373.
Manuel Severim de Faria—Sua opinião ácerca da residencia da Côrte filippina em Lisboa, 63 e seg.
Projecta instituir uma escola de nautica, 611.
Manuel de Sousa da Silva Aposentador mór da Rainha D. Maria Francisca, 340.
Manuelino—Vid. *Estylo manuelino.*
Marabotti—Vid. *Antonio Marabotti.*
Marceneiros madeirenses—Mencionados por Luiz de Cadamosto, 278.
Marceneiros portuguezes—Haviam necessariamente de trabalhar nos adornos do paço da Ribeira, 278.
Marcos da Cruz—Autor de quadros na antiga egreja de S. Paulo, 528.
Pinta quadros na capella do paço da Ribeira, 331.
Mardel—Vid. *Carlos Mardel.*
Margarida (D.) Côrte-Real—Quem era. Casou com D. Christovam de Moura. Quando falleceu ella, 466 e seg.
Maria (Infanta D.)—Nasce no paço da Ribeira em 1521, 277.
Maria (Rainha D.)—Mulher d'el-Rei D. Manuel. Morre em 7 de Março de 1517, 275.
Sua figura, e distincção, 276.
Filhos que deixou quando morreu em 1517, 275.
Maria de Abarca—Mulher de João Vaz Côrte-Real, 464.
Maria Anna (Rainha D.)—Mulher d'el-Rei D. João V. Sua residencia no paço da Ribeira, 406.
Maria Barbara (Infanta D.)—Filha d'el-Rei D. João V. Nasce em 1711, pag. 384.
Seus esponsalicios celebrados com pompa no paço da Ribeira em 1728, 388.
Maria Francisca (Rainha D.)—Mulher d'el-Rei D. Affonso VI e D. Pedro II. Entra a barra do Tejo em 1666, 349.
Habita em 1666 com el-Rei D. Affonso *na quinta de Alcantara*, 372.
Encerrada na Esperança, 350.
Casa com seu cunhado o Principe Regente em 1668, 352 e 372.
Vai habitar o palacio do Côrte-Real em 1668, 353 e 354.
Dá á luz uma infanta em 1669 no Côrte-Real, 482.
Doença grave que tem no Côrte-Real em 1671, 482.
Em 1682 vai algum tempo para a quinta de Alcantara, 374.
Morre em Palhavan em 1683, 483.
Maria (D.) Joanna de Lencastre—Cita-se um seu desenho em 1851, 635.
Maria Rangel—Lavadeira d'el-Rei D. Manuel. Afora um terreno na Ribeira, 185.
Maria Sophia (Rainha D.)—Casa com el Rei D. Pedro II, 374.
Apetece lavar as mãos n'um tanque da quinta de Alcantara. Versos que a isso dedica um poeta, 374.
Morre em 1699 no Côrte-Real, 483.
Marianna (D.) da Silva—Mulher de Vasco Annes Côrte-Real, 466.
Mariannos—Vid. *Convento dos Mariannos.*
Marinho de Azevedo—Vid. *Luiz Marinho de Azevedo.*
Marques de Sousa Viterbo—Vid. *Francisco Marques de Sousa Viterbo.*
Marquez de Abrantes—Rodrigo Annes de Sá de Meneses e Almeida. Alguns dados historicos a seu respeito, 634.
Marquez de Alegrete—General distincto nas guerras de 1706, 378.
Marquez de Alemquer—Ordena obras no paço da Ribeira em 1609, 313.
Marquez de Angeja—Sua composição com a Camara ácerca do chafariz d'el-Rei, 175.
Marquez de los Balbazes—Embaixador de Hespanha em 1728, 408.

Marquez de los Balbazes—Festas na recepção d'elle em Lisboa, pag. 408.
Marquez de Cascaes—Caso de alto brio passado entre o Principe Regente D. Pedro e elle, 480.
Marquez de Castel-de-los-Rios—Embaixador de Castella em Lisboa; celebra festas, 409.
Marquez de Castello Rodrigo—Titulo dado a D. Christovam de Moura. Por quem, 470.—Vid. *Christovam (D.) de Moura.*
Marquez de Fronteira—General distincto nas guerras de 1706, 378.
Marquez de Gouvéa—D. Manrique da Silva, 6.º Conde de Portalegre, foi o 1.º Marquez, 181 nota.
—D. João da Silva. Official mór ao serviço d'el-Rei D. Affonso VI, 338.
—Pretendente á successão da casa de Aveiro em 1659, 568.
—D. Martinho Mascarenhas. Manda construir um portal nobre no seu palacio, 183.
Marquez de Lavradio—Pateo ou antes largo d'esse nome, 180 e 184.
Marquez de Marialva—Celebra lindissima festa no seu palacio ao Loretto em 1713, 409.
Marquez das Minas—General distincto nas guerras de 1706, 378.
—No seculo XVII morava no palacio do Duque de Aveiro a Esperança, 559.
Marquez de Niza—Manda construir um altar com uma Cruz no pateo do seu palacio de S. Roque, 356.
Marquez de Pombal—Manda estudar um plano de melhoramentos do porto de Lisboa, 641.
—Sua correspondencia com o Patriarcha ácerca da Patriarchal, 418 e seg.
Marquez de la Puebla—Conselheiro e assessor da Duqueza de Mantua, 316.
Marquez de Sá da Bandeira—Trata-se de lhe levantar um monumento, 663.
Marquez de Sampayo—Seu palacio á Boa-Vista edificado em 1712, 550.
Marquez de Sande—Francisco de Mello. Embaixador em Inglaterra negociador do casamento da Infanta D. Catherina, 341 e seg.
—É visitado pelo Chanceller de Inglaterra, 343.
Marqueza de Alorna—Celebra em verso o inglez Stephens, pag. 525.
—Versos seus a uma antiga lenda, 364.
Marqueza de Castello Melhor—Camareira mór da Rainha D. Maria Francisca, 349.
Marqueza de Marialva—D. Joaquina de Meneses. Cumpre 22 annos em 1713. Como os celebra, 409.
Marqueza das Minas—Recebe as acclamações populares em honra de seu marido, 378.
Marqueza de Niza—D. Thomazia de Mello. Habita modernamente no paço de Alcantara, 381.
Martim Affonso de Miranda—Allude ao paço de Alcantara em 1621, 365.
Martim Annes—Architecto provavel do paço da Ribeira, 245.
Martinho (D.) de Castello-Branco—Conde de Villa Nova. Tinha casa á porta da Oura, 498.
Martinho da neve—Caffé muito conhecido no terreiro do Paço, 456.
Martins—Vid. *Lourenço Martins da Praça.*
Martins Sarmento—Vid. *Francisco Martins Sarmento.*
Mascarenhas—Vid. *Marquez de Gouvêa.*
Vid. *Pedro (D.) de Assis Mascarenhas.*
Maso degli Albizzi—Vid. *Lucas di Maso degli Albizzi.*
Mastucci—Vid. *Agostinho Mastucci.*
Meadowe—Vid. *Filippe Meadowe.*
Mealharia—Tributo de seis vintens ás vendeiras da Ribeira, 193.
Medina—Vid. *Pedro de Medina*, 68.
Melhoramentos no porto de Lisboa—1.ª tentativa, 639—2.ª, 641—3.ª 642, —4.ª, 643—5.ª, 649—6.ª, 660—7.ª, 665—8.ª, 667—9.ª, 669—10.ª, 671—11.ª, 672—12.ª, 675—13.ª, 677—14.ª, 678—15.ª, 679—16.ª, 681—17.ª, 682—18.ª, 687—19.ª, 687—20.ª, 691.
Mello—Vid. *Luiz de Mello, Capitão da guarda portugueza.*
Vid. *Garcia de Mello.*
—Vid. *Jorge de Mello.*
—Vid. *Leonor (D.) de Mello.*
—Vid. *Marquez de Pombal.*
—Vid. *Marquez de Sande, Francisco de Mello.*

Mello Gouvêa—Vid. *José de Mello Gouvêa.*
Mem Palha—É mandado correr em 1480 as costas da Guiné, pag. 24.
Mendanha—Vid. *Francisco (D.) de Mendanha.*
Mendes—Vid. *Lopo Mendes.*
Mendes Guerreiro—Vid. *João Verissimo Mendes Guerreiro.*
Mendes de Vasconcellos—Vid. *Luiz Mendes de Vasconcellos.*
Mendoça—Vid. *Brites (D.) de Mendoça.*
Mendonça—Vid. *Jorge Salter de Mendonça.*
—Vid. *Paulo de Carvalho e Mendonça.*
Meneses—Vid. *Conde de Penaguião, João Rodrigues de Sá e Meneses.*
—Vid. *Jorge de Sousa de Meneses.*
—Vid. *Luiz (D.) de Meneses.*
—Vid. *Rodrigo (D.) de Meneses.*
Meneses (D. Diogo de)—Vid. *Marquez de Marialva.*
Meneses e Almeida—Vid. *Marquez de Abrantes, Rodrigo Annes de Sá de Meneses e Almeida.*
Menino Deus—Projecta-se para ahi a transferencia da Patriarchal, 418.
Merca-tudo—Vid. *Affonso Alves Merca-tudo.*
Mercado de flores no adro da Misericordia, 213.
Mercado de S. Paulo—Estabelecido em 1771, 530.
Mercadores do pateo da Capella—Como os aprecia um transeunte, 415.
Meridiana—Havia uma no caes do Sodré. Anecdotas, 519.
Merle (Van)—Gravador de uma bellissima estampa do paço do Côrte-Real, 475.
Mesquitella—Esta familia possue dois riquissimos livros illuminados. Mencionam-se, 500 nota.
—Vid. *Visconde de Mesquitella.*
Mestre—Vid. *Paços do Mestre.*
Meza de pedra onde é fama ter almoçado el-Rei D. Sebastião, 615.
Miguel (Frei) do Contreiras—Inspirador da ideia da Misericordia, 207, 209.
Miguel Dias (Padre Jesuita)—Padrinho do Chrisma dos Infantes em 1703, 376.
Miguel Leitão de Andrada—Conta os presentes de peros que os Dominicanos davam á Rainha, pag. 194.
—Menciona as pedras redondas da praia de Santos, 581.
—Menciona de passagem a Casa da Mina, 257 e 264.
—Extravagante etymologia que dá da palavra *Capuchinho*, 566.
Sua apreciação das estalagens portuguezas, 520.
—Conta a morte do cavallo em que montava, na batalha de Alcacer, el-Rei D. Sebastião, 321.
Miguel Mauricio Ramalho—Versos seus ao terreiro do Trigo, 229.
Miguel de Moura—Nasceu n'um palacio em Cata-que-farás, 491.
—Morava junto a Santos-o-Velho em 1576, 612.
—Acompanhou a el-Rei D. Sebastião ás vistas de Guadalupe, 612.
—Assiste a uma conferencia com el-Rei D. Sebastião ácerca da jornada de Africa, 614.
Miguel Paes—Autor do bello livro *Melhoramentos de Lisboa e seu porto*, 663.
Menciona o projecto de Carlos Mardel de melhoramentos em Lisboa, 641.
—Elogia o systema do empedramento das praças, 516.
—Autor do 19.º plano de melhoramentos no porto de Lisboa, 687.
Miguel Queriol—Informações por elle dadas ao autor d'este livro, 107, 114.
Miguel de Vasconcellos—Ambicioso e vingativo Secretario de Estado, 316.
Mina—Vid. *Casa da Mina.*
—Vid. *Fernão Gomes da Mina.*
Minas—Vid. *Marquez das Minas.*
—Vid. *Marqueza das Minas.*
Ministerio dos estrangeiros—Até Dezembro de 1892 collocado no Calhariz, passou em Janeiro de 1893 para o terreiro do Paço, 458 nota.
Ministerio da Guerra—Vid. *Torreão do Ministerio da Guerra.*
Ministerio do Reino—Esteve collocado na esquina do norte da arcada do nascente do terreiro do Paço, 457.
Miranda—*Diogo de Gouvêa e Miranda.*
Vid. *Martim Affonso de Miranda.*

Misericordia—Fundação d'este admiravel instituto, pag. 207.
—Analyse do seu Compromisso, 208.
—Rapida ideia da sua organisação, 210.
—Planta do templo segundo Frei Nicolau de Oliveira, 211.
—Ainda d'ella resta um portal e uma capella, 217.
—A proposito d'ella, curiosa resposta de um Portuguez a um Castelhano, 218.
Mobilia—Estylo d'ella no paço da Ribeira, 294.
Mocambo—Aldeia de negros junto a Santos, 603 e 606.
Moci—Actor, 389.
Moeda—Vid. *Arco da Moeda.*
—Vid. *Casa da Moeda.*
—Algumas considerações ácerca do antigo edificio da Moeda, 436.
Mogol (O Gran)—Manda uma Embaixada a Lisboa em 1720, 402.
Moiros—Vid. *Caes dos Moiros.*
Moncada—Vid. *Anna (D.) de Moncada.*
Monconys—Viajante francez. Narra uma audiencia d'el-Rei D. João IV em Alcantara, 368.
—Descripção do torreão do forte, 316.
—Em 1646 hospeda-se aos Remolares. O que diz, 521.
Montagu—Vid. *Conde de Sandwich, Eduardo Montagu.*
Monte do Santa Catherina Seu desabamento em 1597, 544.
—Novo desabamento em 1621. Providencias, 546.
Ameaça nova ruina em 1882. O Vereador Osorio pede e obtem providencias. 548.
Monte Pedral—Vid. *Barão do Monte Pedral.*
Monteiro—Vid. *Pedro Fernandes Monteiro.*
Moreira do Mendonça—Vid. *Joaquim José Moreira de Mendonça.*
Moscas (Beco das)—Mudou o nome em 1888 para travessa de S. João da Praça, 177.
Mosteiro de Santa Apollonia—Sua historia e descripção do estado actual, 108 e seg.
Mosteiro de Santa Clara—Fundado em 1288, 97.
Mosteiro da Esperança—Sua rapida historia, 552 e seg.
Mosteiro das Flamengas Ahi recebem as bençãos el-Rei D. Affonso VI e a Rainha D. Maria Francisca, pag. 350.
Ahi casa el-Rei D. Pedro II com sua cunhada, 372.
Mosteiro das Francesinhas—Extincto em 9 de Março de 1890, 482.
Mosteiro das Grillas—É demolido em 1890, 478 nota.
Mosteiro de Santos—Fica deserto em 1490, 587.
Moura—Vid. *Christovam (D.) de Moura.*
—Vid. *Luiz de Moura.*
—Vid. *Manuel de Moura.*
—Vid. *Miguel de Moura.*
Municipalidade Assusta-se com o contrato Lucotte. 650.
Desintelligencias entre ella e a Capitania do porto, 647.
Muralha de Lisboa, 139.
Muralha edificada no campo de Santa Clara em 1604, 67 e seg.
—Ao longo da Ribeira dos comestiveis, 191.
Muro calido—Junto a Santos. Onde era, 631.

N

Napoleão III—Autor da união das Tulherias com o Louvre, 353.
Narciso Vid. *Feliciano Narciso.*
Naus—Vid. *Ribeira das naus.*
Celebres nos principios do seculo XVI, 58 e 72.
Celebres no seculo XVII, 73 e seg.
Navios antigos, e navios modernos, 74.
—Que se construiam em Portugal e em varios pontos do nosso Ultramar, 66.
Nechão—Pharaó do Egypto 600 annos A. C., 7.
Nécos—Vid. *Nechão.*
Negreiros—Vid. *José da Costa Negreiros.*
—Vid. *Manuel da Costa Negreiros.*
Negros—Modo como eram sepultados no seculo XVI. Providencias d'el-Rei D. Manuel no assumpto, 548.
Neve—Muito usada em Lisboa em tempo antigo, 456.
—Vid. *Martinho da neve.*
Nicolau Francisco Xavier da Silva—Vende a sua livraria a el-Rei D. José, 392.

Nicolau (Frei) de Oliveira—Descreve a praça dos comestiveis, pag. 191.
—Menciona antigas hospedarias, 520.
—Menciona a armaria do paço, 263.
—Desdenha do paço da Ribeira, 267.
—Rapida descripção que faz do torreão do forte do paço da Ribeira, 308.
Descripção do torreão do forte do paço da Ribeira, 314.
Niza—Vid. *Marquez de Niza.*
—Vid. *Marqueza de Niza.*
Nogueira (Hospedaria da), 188.
Noronha—Vid. *Manuel (D.) de Noronha.*
—Vid. *Marquez de Cascaes.*
Nova—Vid. *João da Nova.*
Nunes—Vid. *José Carlos Nunes.*
—Vid. *Pedro Nunes.*
Nunes de Aguiar—Vid. *Joaquim Nunes de Aguiar.*
Nunes do Leão—Vid. *Duarte Nunes do Leão.*
Nunes Leitão—Vid. *Manuel Nunes Leitão.*
Nuno Fernandes Cogominho—Almirante do Reino, morre em 1316, 15.

O

Obidos (Conde de) Vid. *Rocha do Conde de Obidos.*
Obras do Conde de Tarouca, 420.
Obras ultimas no porto de Lisboa—Analysam-se pelo lado bello, 694.
Odemira—Vid. *Conde de Odemira.*
Officiaes nauticos—Protegidos por el-Rei D. Affonso Henriques no foral de Lisboa, 13.
Officios varios que viviam na Ribeira de Lisboa, 60.
Olanda—Vid. *Jacome de Olanda.*
Olhos—Vid. *Bica dos olhos.*
Oliveira—Vid. *Eduardo Freire de Oliveira.*
—Vid. *Francisco Xavier de Oliveira* (o cavalheiro de Oliveira).
Vid. *João Braz de Oliveira.*
—Vid. *José Joaquim de Oliveira.*
—Vid. *Nicolau (Frei) de Oliveira.*
Onça—Vid. *Cova da Onça.*
Oriola (Conde de)—Vid. *Conde Barão de Alvito.*
Osberno—Cruzado inglez em 1147. Sua menção do sitio de Campolide, 579.
Osberno—Testemunha coeva da destruição do templo antiquissimo dos tres Martyres em Santos, pag. 576.
Osorio—Vid. *Jeronymo Osorio.*
Ossuna—Vid. *Duque de Ossuna.*
Osti—Vid. *José Osti.*
Ottolini—Esta familia possuia um palacete junto a Santos demolido em 1860, 626.
—Vid. *Francisco de Paula de Aguiar Ottolini.*
Oura—Vid. *Porta da Oura.*

P

Pá—A da padeira da Aljubarrota existia na armaria do paço da Ribeira, 262.
Pacheco—Vid. *Gonçalo Pacheco.*
Paço—Accepções diversas da palavra, 14.
Paço—Vid. *Terreiro do Paço.*
Paço da Bemposta—Ahi morre em 1705 a Rainha viuva de Inglaterra, 377.
Paço do Côrte-Real—Sua demorada descripção, 463.
Edificado por D. Christovam de Moura. Descripções, 471 e seg.
—Assumpto de conversação de dois transeuntes, 472.
—Celebra-o em verso a *Relação* de 1626, 474.
—Havia embarque facil no jardim, 483.
—É confiscado por D. João IV, 475.
Apresta-se para o Embaixador de França, 475.
—É doado ao Infante D. Pedro, 475.
—Como o aprecia um viajante francez, 475.
—Gravura de Van Merle, 475.
—Em 1662 ahi se hospeda o Embaixador inglez, 477.
Sua descripção por estrangeiros, 478 e seg.
—Tambem lhe chamavam, do Corpo Santo, 479.
—Scena ahi passada durante a recepção da Rainha D. Maria Francisca, 479.
—Em 1668 é restituida á descendencia de seus antigos donos, 484.
—É vendido em 1751 por seu dono o Principe Pio ao Infante depois Rei D. Pedro III, 485.

Paço do Côrte-Real—Suas medições, e seu plano, pag. 502 e 503.
Padece um incendio em 1751, 485.
—Em 1755 vae para ahi a Casa do Infantado, 486.
—Suas medições exactas, 486.
—Conjectura-se que ainda seja resto seu o alicerce da Sala do Risco, 487.
—Em 1883 apparecem vestigios do seu jardim, 487.
Paço da Madeira—Repartição da Alfandega, 224.
Paços do Mestre—Antiga rua do Conde de Linhares, 179.
Paço de Queluz—É confiscado por el-Rei D. João IV, 475.
Paço da Ribeira—Data da sua fundação, 242 e 245.
—Tambem se chamava paço da Casa da Mina, 246.
—Analyse minuciosa de duas antigas vistas d'elle, 248 e seg.
Houve obras em dias de D. João III, 287.
—Quanto se gastava nas obras d'elle nos reinados intruzos, 307.
—Ahi morre o Duque de Alba, 307.
—Ahi mora D. Filippe I, 307.
—Ahi mora o Cardeal Archiduque, 307.
—Depois da saída do Cardeal Archiduque passa a albergar secretarias e tribunaes, 312.
—Projectam-se obras para a vinda do Rei intruzo em 1609, 313.
—Em 1635 ahi vem morar a Duqueza de Mantua Vice-Rainha, 316.
—Ahi habita em 1633 o Arcebispo Vice-Rei D. João Manuel, 316.
—Seu aspecto em dias de D. João IV, 318.
—Datas da Familia Real ligadas com elle, 384.
—Descripção d'elle por certo autor francez anonymo em 1730, 386.
—Descripção rapida d'elle em Moréri, 386.
—As obras d'el-Rei D. João V póde assignar-se data posterior a 1708, 388.
—Pena é que não existam planos e vistas minuciosas d'elle, 390.
—Padece um incendio parcial em 1745, 390.
—Sua descripção publicada nas *Noites de insomnia* de C. C. Branco, 404 e seg.
Paço da Ribeira—Menção da sua preciosa livraria, pag. 407.
Menção do seu jardim em 1754, 407.
(em Muja), 247.
—(em Thomar), 247.
Paço de Santos—Habita-o el-Rei D. Manuel desde o final do seculo XV, 595.
—Ahi morava o Principe D. João em 1521, 280.
—Padece muito com a horrorosa explosão de polvora em 1576, 610.
—Descripção da sua antiga feição, 622.
—Na feição do actual palacio Abrantes ha vestigios do antigo paço, 624.
—Julga o autor ter encontrado uma vista antiga do velho paço de Santos, 623.
—É vendido a D. Francisco Luiz de Lencastre, 622.
Padaria—Nota-se a sua proximidade do terreiro do Trigo, 226.
Paes—Vid. *Francisco Paes.*
—Vid. *Miguel Paes.*
Palacio á Cruz da Pedra—Sua descripção; seus moradores antigos, 106.
Palacio dos Marquezes de Louradio—As pinturas que lá havia são mencionadas pelo critico allemão Raczynski, 101.
Palacios varios do Campo de Santa Clara, 90.
Varios aristocraticos enchiam o sitio de Cara-que-farás, 466.
Palha—Vid. *Francisco Palha.*
—Vid. *José Palha Blanco.*
—Vid. *Mem Palha.*
Palha de Faria Lacerda—Vid. *Fernando Palha de Faria Lacerda.*
Panos de lan, linho, sedas, etc., importados de Florença a Lisboa, 28.
Paraizo—Vid. *Ermida do Paraizo.*
Pare—Vid. *Du Pare.*
Parente da Silva—Vid. *Domingos Parente da Silva.*
Passadiço communicando a quinta de Alcantara com a tapada. Demolido em 1834, 370.
—Entre o paço da Ribeira e o Côrte Real, 353.
Pateo da Capella no paço da Ribeira, 405.
—Descripção dos seus porticos cheios de lojas, 414.

Pateo da Capella—Era passeio obrigado das elegantes, pag. 415.
Pateo das Companhias—Era á Moeda, 539.
Pateo de D. Fradique—Serventia publica, por concessão da Casa de Belmonte, 179.
Pateo da Moeda—Era praticavel no publico, 540.
Pato—Vid. *Joaquim de Sousa Pereira Pato.*
Pato Infante de la-Cerda—Vid. *João Caetano Pato Infante de la-Cerda.*
Patrão mór—Chefe das construcções maritimas na Ribeira das naus, 462.
Patriarcha—Sua correspondencia com o Marquez de Pombal ácerca da Patriarchal, 418 e seg.
—Em 1755 *abarracou em Campolide*, 419.
Patriarchal—Incendio no seu edificio em 1769, 422.
—Incendio no seu edificio em 1771, 423.
—Suas ruinas. Melhoramentos no largo *da Patriarchal queimada*, 425.
Paulo—Vid. *Egreja de S. Paulo.*
—Vid. *Largo de S. Paulo.*
—Vid. *Vicente Paulo.*
Paulo de Carvalho de Mendonça, Presidente do Senado, funda umas caldeiras a Santa Apollonia, 117 e 118.
Paulo Domingues—Neveiro no seculo XVII, 456.
Paus—Vid. *Chafariz dos paus.*
Pazes entre Portugal e Castella, 352.
—Vid. *Arco das Pazes.*
Pedralvares Cabral—Sua partida em 1500 para a India, 54.
—Sua tornada a Lisboa em 1501, 54.
Pedras—Quando resvalam ressaltando sobre a agua diz-se que dão *Chapeletas*, 589.
—Encontram-se manchadas de vermelho na antiga praia de Santos, 581.
—Vid. *Largo das Pedras.*
Pedreira (Logar da)—Dado em senhorio ao Almirante Pessanha, 16.
Pedro (Infante D.)—Filho d'el-Rei D. João I. Sua viagem ás sete partidas, 31.
—Filho d'el-Rei D. João V. Nasce em 1717, 384.
Pedro (Principe D.)—Filho d'el-Rei D. João V. Nasce em 1712, 384.
Pedro II (El-Rei D.)—Nasce no paço da Ribeira em 1648, pag. 332.
—Em quanto Infante é-lhe feita doação do paço do Côrte Real, 475.
—Em 1662 é-lhe concedido morar no Côrte Real, 348 e 478.
—Começam as suas desavenças com o irmão, 350 e 371.
—Elege-se Governador do Reino, 350.
—Dá audiencia a varios Embaixadores estrangeiros, 352.
—Casa com sua cunhada na egreja das Flamengas, 352 e 372.
—Manda construir um passadiço entre o paço da Ribeira e o Côrte Real, 353.
—Edifica uma casa para thesoiro da capella Real, 359.
—*Prohibe se concedam ou aforem* chãos da Ribeira, 86.
—Reside muita vez na quinta de Alcantara, 371.
—Perigo que passa andando a toirear na quinta de Alcantara, 372.
—N'um decreto menciona de passagem a quinta de Alcantara, 372.
—Caso passado entre elle e o seu couteiro Manuel Rodrigues, 373.
—Embarca no Côrte Real em 1686 para ir buscar sua segunda mulher a bordo, 483.
—Passa em 1687 a segundas nupcias com a Rainha D. Maria Sophia, 374.
—Manda dar a Confirmação a seus filhos em 1703, 376.
—Sáe do Côrte Real e marcha para a campanha da Beira. Volta em fim de 1704, 484.
—Vae habitar em 1705 no palacio Vimioso, 377.
—Deseja em 1705 ir para Azeitão. Oppõem-se lhe os medicos, 377.
—Em 1705 passa a habitar na quinta de Alcantara, 377.
—Recebe em audiencia um Embaixador d'el-Rei de Mequinez em 1706, 377.
—Recebe na quinta de Alcantara a D. João de Sousa em 1706, 378.
—Sua nobre resposta ao povo em Julho de 1706 ácerca da Marqueza das Minas, 378.
—Muda-se da quinta de Alcantara para o proximo palacio do Fiuza, 378.

Pedro II (El-Rei D.)—Pormenores da sua ultima doença na quinta de Alcantara, pag. 379.
Pedro V (El-Rei D.)—O seu funeral ainda não segue pelo Aterro da Boa-Vista, 664.
Pedro (D.) de Almeida—Aconselha el-Rei D. João III a que mande afastar do paço o relogio, 301.
Pedro Antonio Quillard—Pintor francez; seus trabalhos no paço da Ribeira, 389.
Pedro (D.) de Assis Mascarenhas—Menor, representado por sua mãe, senhor da Casa de Obidos e Sabugal, 679.
Pedro Barbosa de Luna—É assassinado no beco do Silva, 173.
Pedro de Covides—Castelhano; é desbaratado na Mina por Jorge Corrêa e Mem Palha, 24.
Pedro (D.) Fernandes de Castro—Leva de redea o cavallo de D. João IV no acto da acclamação, 319.
Pedro Fernandes Monteiro—Sua oração nas Côrtes de 1668, 351.
Pedro Gonçalves da Camara, marido de D. Joanna de Eça reedificadora da Esperança, 553.
Pedro (S.) Gonçalves Telmo—Sua ermida ao Corpo-Santo, 505.
Pedro Guarienti—Insigne restaurador, 213.
Pedro Gy—Um dos enviados do Gran-Mogol a Lisboa em 1720, 402.
Pedro José Pezerat—O que valia como homem e como artista, 643 e seg.
—Apresenta projectos para melhoramentos no porto de Lisboa, 643.
Pedro (D.) de Lencastre—Oppõe-se como pretendente á successão da Casa de Aveiro em 1659, 568.
—É-lhe adjudicada a successão da Casa de Aveiro em 1668, 568.
—Duque de Aveiro, Arcebispo, e Inquisidor. Onde jaz, 568.
Pedro de Medina—Sua opinião sobre o genio dos portuguezes, 68.
Pedro Nunes—Talvez este architecto trabalhasse no paço da Ribeira, 245.
Pedro Vespucci—Dono de uma galera florentina em 1429, 27.
Pedro Vieira da Silva—Ministro d'el-Rei D. Pedro II em 1667, 350.
Pedro Vieira da Silva—Recita a proposição nas Côrtes de 1668, pag. 351.
—Suas instrucções ácerca do funeral do Principe D. Theodosio, 370.
Pegolotti—Vid. *Balducci Pegolotti.*
Peixe (Ribeira do), 191 e seg.
Peixe (Venda de), 195.
Pelegrino (El) Curioso—Vid. *Bartholomeu de Villalba y Estaña.*
Pelourinho—O que era, 441.
—O da antiga praça d'esse nome tinha pertencido ao paço de Santos, 441.
—Para servir de pelourinho doou el-Rei D. Manuel á Camara uma columna de Santos, 600.
Pelourinho Velho—Rapida descripção d'esse largo, 442.
Penabuquel (Beco de)—Historia do seu poço, 133.
Penaguião—Vid. *Conde de Penaguião.*
Penharanda—Vid. *Estevam (Frei) Pereira Penharanda.*
Peniche (Conde de)—Vid. *Marquez de Angeja.*
Pereira—Vid. *Alvaro (D.) Pereira.*
Persira Coutinho—Vid. *Manuel de Macedo Pereira Coutinho.*
Pereira Pato—Vid. *Joaquim de Sousa Pereira Pato*
Pereira Penharanda—Vid. *Estevam (Frei) Pereira Penharanda.*
Pereira da Silva—Vid. *Antonio (D.) Pereira da Silva, Bispo de Elvas.*
Pereira Tibau—Vid. *Antonio Sodré Pereira Tibau* e *Duarte Sodré Pereira Tibau.*
Peres de Andrada—Vid. *Alvaro Peres de Andrada.*
Pero d'Alcáçova Carneiro—Reprehende a el-Rei D. Sebastião, sem resultado, o projecto da funesta jornada de Alcacer, 614.
Perolas—Brinda com ellas el-Rei D. Manuel sua filha D. Beatriz. Que lhes succede, 277.
Pery de Linde—Vid. *Carlos Pery de Linde.*
Pescadores de Alfama muito endinheirados e devotos, 137 e 138.
Pezerat—Vid. *Carlos Pezerat.*
—Vid. *Pedro José Pezerat.*
Piemonteza—Hospedaria no seculo XVIII, 522.
Pina—Vid. *João de Pina.*

Pina—Vid. *Ruy de Pina.*
Pinheiro Cordeiro Furtado—Vid. *Eusebio Candido Pinheiro Cordeiro Furtado.*
Pinto Brandão—Vid. *Thomaz Pinto Brandão.*
Pinto dos Santos—Vid. *Bernardo Pinto dos Santos.*
Pinturas a sangue e polvora nos braços de certos papalvos, pag. 216.
Pires—Vid. *André Pires.*
Pires de Carvalho—Vid. *Gonçalo Pires de Carvalho.*
Pires de Castro e Noronha (D. Alvaro)—Vid. *Marquez de Cascaes.*
Plinio, o velho, varias vezes citado no Cap. II do Livro I.
Pó—Vid. *Portas do Pó.*
Poço de D. Gniomar—Seria o dos Negros? ou o Novo? 607.
Poço dos Negros—Conjectura-se a etymologia d'essa denominação, 549.
Polvora—Vid. *Torre da Polvora.*
Polycarpo Jose Lopes dos Anjos—Como presidente da Associação Commercial profere um discurso na inauguração das obras do nosso porto, 699.
Ponto do madeira—Entre a Moeda e os Remolares, 515.
Pontes na Alfandega—Construidas em 1873, 677.
Porta dos Cobertos—Onde era e d'onde tirou o nome, 491 e 492.
Porta do Corpo Santo—Onde era, 490.
Porta da Cruz, 94.
——Sua descripção minuciosa, 103.
——Palacio dos Telles de Mello junto d'essa porta, 101.
Sua demolição em 1775, 105.
Porta da Moeda—Vid. *Arco da Moeda.*
Porta da Oura—Sua historia, 494 e seg.
——Etymologia d'esse nome, 496.
——Ainda no seculo XVI serve para desembarques solemnes, 497.
——Suas varias denominações, 501 e seg.
—— Scenas passadas n'esse sitio, 496.
Porta da Ribeira—Demolida em 1619, 252.
——Communicava o Terreiro com o Pelourinho, 441.
——Sua descripção em verso por Lobo, 441.
Porta da Ribeira—Mandada derrubar em 1619, pag. 440.
Portal—do antigo edificio de Santos o Novo, 587.
Portalegre—Vid. *Conde de Portalegre.*
Portas—Varias se abriam sobre o terreiro do Paço, 435.
Portas do Mar—Ahi começa em 1578 uma grave pendencia, 187.
——A S. João. É o Arco de Jesus, 177.
Portas do Pó—Sitio onde é hoje a Mocda, 542.
Portugal—Vid. *Francisco (D.) de Portugal.*
——Vid. *Lucas (D.) de Portugal.*
Praça da Figueira—mercado moderno, 196.
Praça de D. Luiz—É traçada segundo proposta do Vereador José Carlos Nunes, 661.
Prado—Vid. *Braz do Prado.*
——Vid. *Conde do Prado.*
Praia—Vid. *Chafariz da Praia.*
Praia dos Algarves, 123.
Praia da Galé—É ahi escolhido sitio para deposito de lastro, 659.
Praia de Santos—Descripção rapida do que ella foi, 656.
Preços do transporte dos catraios do Tejo no seculo XIII, 87.
Pregos—Vid. *Arco dos Pregos.*
Preste João—Uma sua Embaixada é recebida por El-Rei D. Manuel em Santos, 601.
Principe D. João—Em 1513 tinha, como ei-Rei, capella sua particular, 269.
Prisão dos Castelhanos em Cata-que farás, 513.
Procissão do Corpo de Deus—Dá nome em 1756 á rua da Procissão, 421.
Providencias policiaes de varios generos relativas ao Caes do Sodré e outros pontos da margem, 517 e seg.
Puebla—Vid. *Marquez de la Puebla.*

Q

Quaresma—Vid. *Manuel Quaresma Barreto.*
Quartel do Caes dos Soldados, 119.
Queiroz (Frei João de S. Joseph)—Vid. *Bispo do Gran-Pará.*

Queluz—Vid. *Paço de Queluz*.
Queriol—Vid. *Miguel Queriol*.
Quillard—Vid. *Pedro Antonio Quillard*.
Quinta de Alcantara—A ella se refere em 1621 Martim Affonso de Miranda, pag. 365.
——Seria confiscada a algum filippino? 366.
——Ahi reside el-Rei D. João IV muitas vezes, 366 e seg.
——Sua comparação rapida com o paço da Ribeira, 370.
——Pormenores topographicos tirados de fonte authentica, 371.
——Em 1693 ahi vae habitar a Rainha viuva de Inglaterra, 375.
——Ahi recebeu a Confirmação o Principe D. João, e os Infantes D. Francisco, D. Antonio, D. Manuel, e D. Thereza em 1703, 376.
——Para ahi vae muito doente el-Rei D. Pedro II, 377.
——Ahi recebe el-Rei D. Pedro II um Embaixador moiro d'el-Rei de Mequinez, 377.
——Para ahi se dirige o povo em Julho de 1706 para acclamar el-Rei D. Pedro II, 378.
——Obras n'essa quinta em 1706, 378.
——Ainda em 1731 lá havia javalis e gamos, 379.
——Ahi se dão brigas de javalis com toiros, 379.
——Ahi habita em barracas provisorias o Infante D. Antonio, depois do terremoto de 1755, 380.
——Ahi dá um jantar de côrte em 1770 o Cardeal da Cunha, 380.
Quita—Vid. *Domingos dos Reis Quita*.

R

Rainha—(Sua Majestade a senhora D. Maria Pia). Ia passear muitas tardes no Aterro da Boa Vista, 686.
Ramalho—Vid. *Miguel Mauricio Ramalho*.
Ramos Coelho—Vid. *José Ramos Coelho*.
Rampa de Santos Para a sua abertura expropriam-se uns edificios ao Marquez de Abrantes, 655.
Rangel—Vid. *Maria Rangel*.
Raphael (D.) Bluteau—Dá ás Alcaçarias a etymologia de *Alcaçar*, pag. 150.
——Sua apreciação da quantidade de peixe em Lisboa, 199.
——Remette-se o leitor á descripção que esse Theatino faz da Alfandega, 223.
——Sua opinião sobre a palavra *bugiar*, 234.
——Menciona a armaria da villa da Alfandega da Fé, 263.
Raphael da Silva e Castro—Descobre umas preciosas plantas no archivo das Obras publicas, 641 nota.
Raphael, Ticiano e Rubens—Autores de desenhos de tapessarias do paço da Ribeira, 385.
Raposo—Vid. *Gaspar José Raposo*.
Ratton—Vid. *Jacome Ratton*.
Raymond de la Coste—Ascendente hypothetico da familia Côrte-Real, 463.
Raymundo (D.) de Lencastre—Vid. *Duque de Aveiro*.
Rebello—Vid. *José de Avellar Rebello*.
Recamara d'el-Rei D. João III, 293.
Rei de Ceylão—É coroado por el-Rei D. João III em 1541, 291.
Rei de Penamacor—Impostor do seculo XVI justiçado no Campo de Santa Clara, 97.
Reino—Vid. *Ministerio do Reino*.
Reis Quita—Vid. *Domingos dos Reis Quita*.
Relogio do paço da Ribeira—Parece que não merecia credito, 301.
Relogio de Sol no Caes do Sodré, 519.
Remolares—Estuda-se esse sitio, 515 e seg.
——Ahi se delineia uma praça muito regular, 516.
Resende—Vid. *André de Resende*.
——Vid. *Garcia de Resende*.
Retratos de varios Principes nas paredes do paço da Ribeira, 293.
Rhinoceronte—Briga com um elephante no paço da Ribeira, 270.
Ribeira—Doação dos seus chãos ao Municipio por varios Soberanos, 83.
——Propriamente dita ou praça dos comestiveis, 191.
——Vid. *Paço da Ribeira*.
——Vid. *Porta da Ribeira*.
Ribeira da Junta do Commercio Era na Boa-Vista, 537.

Ribeira das Naus em dias dos Filippes, pag. 311.
—Duas palavras a seu respeito, 461 e seg.
Ribeira do Peixe—Delineada de novo depois do terremoto de 1755, 201.
Ribeiro—Vid. *Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro.*
Ribeiro dos Santos—Vid. *Antonio Ribeiro dos Santos.*
Risco—Vid. *Sala do Risco.*
Rocha—Vid. *Felix da Rocha.*
—Vid. *Joaquim Manuel da Rocha.*
Rocha do Conde de Obidos—Escadaria ahi construida, 670.
Ultima-se a obra, com previo accordo entre o Municipio e a Casa do Sabugal, 684.
Rocha Esteves—Vid. *Antonio da Rocha Esteves.*
Rodrigo (D.) de Meneses—Protesta contra o passadiço do paço da Ribeira, 353,
Rodrigues—Vid. *Agostinho Rodrigues.*
—Vid. *Diogo Rodrigues.*
—Vid. *Manuel Rodrigues.*
Rolla—Vid. *Gilberto Antonio Rolla.*
Romanos—Por ordem de Augusto exploram o Norte até ao promontorio de Skagen, 11.
Romulares—Vid. *Remolares*
Rosa—Vid. *José de Carvalho Rosa.*
Rosa Araujo—Vid. *José Gregorio da Rosa Araujo.*
Rosa Gallega—Actriz, 389.
Rosario—Vid. *Ermida do Rosario.*
Roupinho—Vid. *Fuas Roupinho.*
Rua de D. Carlos—Assim se fica chamando desde 1883 a rua do Duque da Terceira, 665.
—É aberta ao publico em 1889, 556.
Rua do Vinte e Quatro de Julho—Seu rapido retrato, 664.
Rubens, Ticiano e Raphael—Autores dos desenhos de tapessarias do paço da Ribeira, 385.
Ruy de Pina—Menciona os banquetes e festas do argentario Fernão Lourenço, 593.
—Colloca o mosteiro de Santos entre Cata-que farás e a ponte de Alcantara, 585.
—Citam-se palavras d'elle com que se fecha o presente volume, 702.

S

Sá—Vid. *Salvador Corrêa de Sá.*
Sá da Bandeira—Vid. *Marquez de Sá da Bandeira.*
Sá e Meneses—Vid. *Conde de Penaguião, João Rodrigues de Sá e Meneses.*
Sá de Meneses e Almeida—Vid. *Marquez de Abrantes, Rodrigo Annes de Sá de Meneses e Almeida.*
Sacavem—É edificado por Miguel de Moura e sua mulher o convento das freiras, pag. 613.
Saint-Romain—Vid. *Abbade de Saint-Romain.*
Sala dos Embaixadores no paço da Ribeira, 407.
—Como era, 352.
Sala do risco—Será um resto do Côrte Real? 487.
Sala dos Tudescos—Dava-lhe serventia uma varanda de arcos, 406.
—Caso ahi succedido com o Conde da Torre, 361.
Ahi é jurado herdeiro da corôa o Principe D. João, depois Rei D. João V, 384.
Saldanha—Vid. *Duque de Saldanha.*
Saldanha da Gama—Vid. *João de Saldanha da Gama.*
Salgados do Tejo—Litigios da Casa de Abrantes por causa d'elles, 629.
—Litigios varios com a Capitania do porto, 630.
Salitre—Vid. *Joanna do Salitre.*
Salter de Mendonça—Vid. *Jorge Salter de Mendonça.*
Salvador Corrêa de Sá—Parece deu nome a uma calçada, 543.
Sampayo—Vid. *Antonio de Villasboas e Sampayo.*
—Vid. *Marquez de Sampayo.*
Sanches de Baêna—Vid. *Visconde de Sanches de Baêna.*
Sancho I (D.)—No seu tempo houve na praia forte briga entre Portuguezes e maritimos inglezes, 524.
Dóa aos Freires militares de Santiago o mosteiro e egreja de Santos, 583.
Sancho II (D.)—Sua marinha Real constituida, 14.
Sande—Vid. *Duarte de Sande.*

Sande—Vid. *Marquez de Sande.*
Sandwich—Vid. *Conde de Sandwich.*
San-João—Vid. *Conde de S. João.*
Santa Catherina—Vid. *Lucas (Frei) de Santa Catherina.*
Santa-Cruz—Vid. *Conde de Santa-Cruz.*
Santarem—Havia lá uma armaria em tempo d'el Rei D. Manuel, pag. 205.
—Vid. *Caes de Santarem.*
Santos—Vid. *Antonio Ribeiro dos Santos.*
—Vid. *Bernardo Pinto dos Santos.*
—Vid. *Gabriel de Almeida Santos.*
—Vid. *Paço de Santos.*
Santos (Praia de)—Seu aspecto naval até 1855 ou 56, 80.
Santos de Carvalho—Vid. *Eugenio dos Santos de Carvalho.*
Santos-o-Velho—Sitio muito campestre no seculo XVI, 604 e seg.
Sapato—Vid. *Bica do Sapato.*
Sarmento—Vid. *Francisco Martins Sarmento.*
Scopoli (G.) Escriptor italiano, 32.
Scylax—Explorador por conta de Dario Rei da Persia, 9.
Sebastião (El-Rei D.)—Seu nascimento, 298.
Seu baptisado no paço da Ribeira, 306.
—Providencias suas para a limpeza das praias da Ribeira, 78.
—Um engraçado trocadilho que elle faz na Bica do Sapato, 120.
—Intenta edificar um templo ao Santo do seu nome, 304.
No seu tempo continúa a Côrte a habitar o paço de Santos, 609.
—Sáe de Santos em 1572 para assistir á trasladação do Avô, 609.
Em Fevereiro de 1574 habitava em Santos, 609.
—Determina reedificar a egreja de Santos, 609.
—Parte em 1576 para as celebres vistas de Guadalupe, 610.
—Em Outubro de 1577 habitava o paço de Santos, 614.
—Sáe para a segunda jornada de Africa, 304.
É tradição ter almoçado n'uma meza de pedra (que ainda existe) na manhan da partida para Africa, 615.
Sebastião (El-Rei D.)—Por sua morte volta o paço de Santos para as Commendadeiras, pag. 617.
Sebastião (S.)—Egreja dedicada a este Santo, 304.
Sebastião Antonio da Cruz Sobral—Habita no terreiro do Paço em 1791, 457.
Sebastião de Carvalho—Pertencera-lhe o palacio que em 1706 era do Fiuza em Alcantara, 378.
Sebastião José de Carvalho e Mello—Vid. *Marquez de Pombal.*
Secretario—Vid. *Caes do Secretario.*
Segura—O *Romancero* d'esse autor menciona as pedras redondas da praia de Santos, 582.
Semenat y de Lanuza (D. Manuel de)—Vid. *Marquez de Castel-de-los-Rios.*
Senhora da Conceição—Sua imagem na egreja da Conceição dos Freires hoje na Conceição velha, 213.
Serrão—Vid. *Domingos Vieira Serrão.*
Serzedello—Esse intelligente Vereador protesta eloquentemente contra o contrato Debrousse, 667.
Sete Casas—Vid. *Alfandega das Sete Casas.*
Severim de Faria (Manuel) Vid. *Manuel Severim de Faria.*
Silva—Vid. *Antonio Caetano da Silva.*
—Vid. *Antonio (D.) Pereira da Silva, Bispo de Elvas.*
Vid. *Diogo da Silva.*
Vid. *Domingos Parente da Silva.*
—Vid. *Joanna (D.) da Silva.*
—Vid. *João (D.) da Silva, Marquez de Gouvêa.*
—Vid. *Joaquim Possidonio Narciso da Silva.*
—Vid. *Manuel de Sousa da Silva.*
—Vid. *Marianna (D.) da Silva.*
—Vid. *Marquez de Gouvêa, D. João da Silva.*
Vid. *Nicolau Francisco Xavier da Silva.*
—Vid. *Pedro Vieira da Silva.*
Silva (Beco da)—Origem d'esta denominação, 168.
Silva e Castro—*Raphael da Silva e Castro.*
Silva Tullio—Vid. *Antonio da Silva Tullio.*

Simão Benine—Menciona-se a sua *lindissima* vista do paço antigo de Santos, pag. 622.
Simão Pires Solis—Sacrilego supposto do seculo XVII executado em 1631 no campo de Santa Clara, 101.
Sinos no paço da Ribeira, 307 e seg.
Smits—Vid. *Christiano Henrique Smits.*
Sodré—Vid. *Fradique Sodré.*
—Vid. *Vicente Sodré*
Sodré Pereira Tibau—Vid. *Antonio Sodré Pereira Tibau e Duarte Sodré Pereira Tibau.*
Solis—Vid. *Simão Pires Solis.*
Sousa—Vid. *Antonio (D.) Caetano de Sousa.*
—Vid. *Conde de Castello Melhor, Luiz de Vasconcellos e Sousa.*
Vid. *Cordeiro de Sousa.*
—Vid. *Francisco (D.) de Sousa.*
—Vid. *João (D.) de Sousa.*
—Vid. *Luiz (D.) de Sousa.*
—Vid. *Luiz (Frei) de Sousa.*
Sousa de Macedo—Vid. *Antonio (D.) da Costa de Sousa de Macedo.*
—Vid. *Antonio de Sousa de Macedo.*
Sousa de Menezes—Vid. *Francisco de Sousa de Menezes.*
—Vid. *Jorge de Sousa de Menezes.*
Sousa Pereira Pato—Vid. *Joaquim de Sousa Pereira Pato.*
Sousa da Silva—Vid. *Manuel de Sousa da Silva.*
Sousa Viterbo—Vid. *Francisco Marques de Sousa Viterbo.*
Spinola de la-Cerda (D. Carlos)—Vid. *Marquez de los Balbazes.*
Staël—Vid. *Baroneza de Staël.*
Stephens—Vid. *Guilherme Stephens.*
Stopo—Autor de uma pintura na antiga egreja de S. Paulo, 527.

T

Taboleiro da Misericordia, 213.
Tanoaria—D'ella se passava pelo Arco do Espinho para a Fundição, 492.
—Ficava na raiz do monte de S. Francisco. Sua origem, 493.
Taracenas—Etymologias d'esta palavra, 125.
—São doadas duas em 1449 ao Infante D. Henrique, 504.
Taracenas—Explosão de polvora nas de Santos em 1576, *pag.* 610 e seg.
—São incendiadas as de Santos de proposito em 1589. Pormenores, 613.
Tarouca—Vid. *Conde de Tarouca.*
Tavora—Vid. *Beatriz (D.) de Tavora.*
—Vid. *Lourenço de Tavora.*
Telha—N'esse logar construiram-se os navios de Vasco da Gama, 48.
Telles de Mello—Familia dona de um palacio ás portas da Cruz, 101.
Terceira—Vid. *Conde de Villa-Flor e Duque da Terceira.*
Terreiro do Paço—Suas medições no seculo XVI, 233.
—Mandado aterrar por el-Rei D. Manuel sobre os areaes da praia, 234.
—Centro aristocratico e politico, 240.
Ahi vão exercitar-se os terços do Duque D. Jayme em 1513, 323.
—Em 1540 ahi se celebra o primeiro auto de Fé, 290.
—O Provedor das Obras Reaes quer ter n'elle ingerencia, 310.
—Ahi edifica el Rei D. João IV um chafariz, 324.
—Suas medições em 1730, 445.
—Elogios que lhe faz o P.e João Baptista de Castro, 445.
—Seu desenho depois do terremoto. Palavras de antigos viajantes, 446 e seg.
—Chrismado pelo Marquez de Pombal em *Praça do Commercio*, 233.
—Ahi esteve o carvão antes de 1756, 450.
—As caixas de assucar ahi se conservavam, 450.
—É vedado o transito de vehiculos pelo centro d'elle, 450
—Procura a Camara impedir n'elle a passagem de homens carregados, 451.
—Sua arborisação, 451.
—Viaja o autor em volta d'essa praça notavel, 452.
—Medições modernas, 239.
—Medições modernas e curiosos calculos topometricos, 447.
—Descrevem-se as suas varias arcadas, 452 e seg.
—Era ahi a loja de livros do Polycarpo. Onde, 454.
—É ahi inaugurada a Real Bibliotheca publica da Côrte em 1797, 453.

Terreiro do Paço—Era ahi até 1863 a Camara Municipal, pag. 454.
—E ahi collocado o Correio em 1881, 453.
—Digno atrio de Lisboa, 458.
Terreiro do Trigo, 221.
—Sua construcção por el Rei D. Manuel dura muitos annos, 226.
—Doado por el-Rei D. Manuel á Cidade, 226.
—Padrão que se lia sobre a porta d'elle, 226.
—Nota-se a sua proximidade da Padaria, 226.
—Inscripção que se lê na frontaria do actual edificio, 230.
Terremoto de 1531, 287.
Terremoto de 1755—Seus effeitos na egreja da Misericordia, 217.
—Destroe a Capella Real. Pormenores, 417.
—Estragos no terreiro do Paço, 446.
Terzo, Terzi, ou Tercio (Filippe)—Vid. *Filippe Terço*.
Theatro, da Ajuda—Pormenores de uma representação do *Ezio* de Metastasio, 411.
Theatro da Opera—No paço da Ribeira, 407 e seg.
Suas apreciações por Coelho de Figueiredo e um estrangeiro, 410.
—Riscado por Bibiena, 410.
—Suas medições exactas, 413.
Theodoro de Bèze—Versos á Rainha D. Leonor mulher de Francisco I de França, 276.
Theodosio (Principe D.)—Allude-se ás etiquetas praticadas com elle, 340.
—Nos quartos que elle tinha habitado habitou depois João de Conti, 349.
—Em Maio de 1653 morre na quinta de Alcantara, 369.
Thereza (Infanta D.)—Filha d'el-Rei D. Pedro II. Nasce em 1696 no Côrte-Real, 483.
—Recebe o Sacramento da Confirmação em 1703 na quinta de Alcantara, 376.
Thomaz (S.)—Egreja em Londres, onde se conserva um reposteiro notavel, 347.
Thomaz José da Annunciação—Passeante habitual do Aterro em 1867, 685.
Thomaz Pinto Brandão—Soneto ao vendaval de 1724, pag. 178.
Decima sua ao portal do Marquez de Gouvêa, 183.
—Versos seus a uma queda da Infanta D. Francisca, 360.
—Outros versos seus, 361.
—Menciona varios actores do seu tempo, 389.
—Celebra a instituição da Patriarchal lisbonense, 393.
—Soneto á morte da Junta do Commercio, 538.
—Versos a D. Anna de Lorena, 634.
Thomé de Gamond—Autor de um projecto de melhoramentos no porto de Lisboa, 671.
Tibau—Vid. *Antonio Sodré Pereira Tibau e Duarte Sodré Pereira Tibau*.
Ticiano, Raphael e Rubens—Autores dos desenhos de tapessarias do paço da Ribeira, 389.
Tilhado (adjectivo)—Significação d'esse vocabulo, 20 nota.
Torre—Vid. *Conde da Torre*.
Torre da Murta—Vid. *Visconde da Torre da Murta*.
Torre da Polvora, 132.
Torre da Varanda, 132.
Torreão da Alfandega (no terreiro do Paço). Já estava feito em 1772, 449.
Torreão do forte—No paço da Ribeira, 307 e 309.
Torreão do Ministerio da Guerra (no terreiro do Paço). A sua edificação demorou-se muito, 449.
Tortolledo—Vid. *Alonço (D.) de Tortolledo*.
Trafego entre Lisboa e a Outra Banda desde seculos antiquissimos, 87.
Trigo—Vid. *Terreiro do Trigo*.
—De Pisa vendido em Lisboa em concorrencia com o da Sicilia, 28.
Tristão da Cunha—Recebe os senhorios de Gestaçô e Penajoia vagos por morte de Fernão Lourenço, 599.
Tron e Lippomani—Falam do chafariz dos Cavallos, 146.
Trouin—Vid. *Du-Guay-Trouin*.
Tudescos—Vid. *Guarda dos Tudescos*.
—Vid. *Sala dos Tudescos*.
Tullio—Vid. *Antonio da Silva Tullio*.
Twiss—Sua descripção de uma recita no theatro do paço da Ajuda, 411.

U

Uzzano — Vid. *João da Uzzano.*

V

Vadios — Seu grande numero na antiga Ribeira, pag. 507.
Providencias d'el-Rei D. João III no sentido de reprimir essa praga, 508.
Valladas — Vid. *Manuel Raymundo Valladas.*
Valle — Vid. *Bruno José do Valle.*
Varadoiro para navios — É prohibido no terreiro do Paço, 230.
Varanda — Vid. *Torre da Varanda.*
Varandas do Conde de Villa Flor, 176.
Vasco (D.) de Ataide — Prior do Crato em 1471, 23.
Vasco Fernandes Cesar — Vende um terreno em Santos aos Frades do Carmo, 612.
Vasco da Gama — Menção do seu papel no descobrimento do caminho da India, 44 e seg.
Sua segunda expedição em 1502, 54.
Vasconcellos — Vid. *Jorge Ferreira de Vasconcellos.*
— Vid. *Luiz Mendes de Vasconcellos.*
— Vid. *Miguel de Vasconcellos.*
Vasconcellos e Sousa — Vid. *Conde de Castello Melhor, Luiz de Vasconcellos e Sousa.*
Vasqueannes Côrte Real — O primeiro d'esse appellido, e outros seus homonymos, 463, 464, 465 e 466.
Velho — Vid. *Luiz Velho.*
Velloso — No seu *Roteiro* refere-se á quinta de Alcantara, 381.
Velloso de Andrade — Vid. *José Sergio Velloso de Andrade.*
Venancio Deslandes — Apontamentos seus dados ao autor d'este livro ácerca de pinturas na velha Misericordia, 213.
— Empresta ao autor um precioso manuscripto, 465.
Vendaval em 1724, 178.
Vendedores venezianos em Lisboa, 35.
Vendeiras ganhavam muito e eram ricas, 193.
Venezianos — Obteem muitos privilegios d'el-Rei D. João I, 26.
Venturino — Menciona a armaria do paço da Ribeira, pag. 261.
Vespucci — Vid. *Americo Vespucci.*
— Vid. *Pedro Vespucci.*
Vicente — Vid. *Alexandre Franco Vicente.*
— Vid. *Gil Vicente.*
Vicente (S.) — Vid. *Conde de S. Vicente.*
Vicente Paulo — Autor de pinturas na moderna egreja de S. Paulo, 528.
Vicente Sodre — Edifica aos Remolares grandes predios, 520.
Vieira — Vid. *Antonio Vieira (Padre).*
— Vid. *Catherina Vieira.*
Vieira Lusitano — Vid. *Francisco Vieira Lusitano.*
Vieira Serrão — Vid. *Domingos Vieira Serrão.*
Vieira da Silva — Vid. *Pedro Vieira da Silva.*
Vilhena — Vid. *Anna (D.) de Vilhena.*
Vilhena Barbosa — Vid. *Ignacio de Vilhena Barbosa.*
Villa-Cova — Vid. *Barão de Villa-Cova.*
Villa-Flor — Vid. *Conde de Villa-Flor.*
Villa-Franca — Vid. *Conde de Villa-Franca.*
Villa-Nova — Vid. *Conde de Villa-Nova.*
— Denominação commum a varios sitios de Lisboa, 205.
Villa-Nova da Cerveira — Vid. *Visconde de Villa-Nova da Cerveira.*
Villa-Nova de Gibraltar, 205.
— Seu caseamento em tempo dos senhores D. João I e D. Duarte, 206.
Villalba y Estaña — Vid. *Bartholomeu de Villalba y Estaña.*
Villasboas e Sampayo — Vid. *Antonio de Villasboas e Sampayo.*
Vimioso — Vid. *Conde do Vimioso.*
Vinho de Campolide — Citado em versos do seculo XVI, 607.
Violante (D.) Henriques — Mulher de D. Affonso de Lencastre, 561.
Visconde da Abrigada — Compra o palacio dos Condes de Villa-Flor, 176.
Visconde da Asseca — No seu palacio a Santos se hospeda o Principe de Darmstadt em 1702, 484.
Visconde de Fonte-Arcada — General distincto nas guerras de 1706, 378.
Visconde de Juromenha — Informação que dá ao autor ácerca de Buenos Ayres ainda deserto em 1755, 608.

Visconde de Manique -Seu palacete á Cruz da Pedra, pag. 94.
Visconde de Mesquitella Senhor das antigas casas á porta da Oura, 500.
Visconde de Sanches de Baéna—Autor de um precioso estudo genealogico sobre Affonso de Albuquerque, 189.
Visconde da Torre da Murta—Agradecimento a elle por informações, 96.
Visconde de Villa-Nova da Cerveira—D. Diogo de Lima. Official mór ao serviço d'el-Rei D. Affonso VI, 338.
Viscondessa da Asseca—É-lhe expropriado um predio para a abertura da Rampa de Santos, 656.
Visita do Rei D. Filippe III aos Duques de Aveiro. Etiquetas, 562.
Vista de Lisboa n'um reposteiro da egreja de S. Thomaz em Londres, 347.
Viterbo—Vid. *Francisco Marques de Sousa Viterbo.*
Vogado Vid. *João Vogado.*

W

Watteau—Mestre de Quillard, pag. 389 e 390.

X

Xamarra—Vid. *Isabel Xamarra.*
Xavier da Cunha—Obsequiosamente dá ao autor a indicação de varios folhetos raros sobre o casamento da nossa Infanta com Carlos II, 349 nota. —Alludo se a um seu erudito estudo scientifico e historico sobre a doença e morte do senhor D. Duarte de Bragança, 334.
Xavier da Silva—Vid. *Nicolau Francisco Xavier da Silva.*
Xeque Guy—Um dos enviados do Gran-Mogol a Lisboa em 1729, 402.